Callipole

Revista de Cultura nº 18 - 2010

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Painel de azulejo de Nossa Senhora da Misericórdia

MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA
VILA VIÇOSA
CÂMARA MUNICIPAL

Callipole

Revista de Cultura

OFERTA

Callipole

Revista de Cultura

Nº 18 - 2010

Propriedade
Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director
Francisco Chagas

Director Adjunto
Licínio Lampreia

Conselho de Redacção
António Rosa
Carlos Aurélio
Francisco Chagas
João Ruas
João Tavares
Joaquim Torrinha
Licínio Lampreia
Manuel Lapão
Margarida Borrega
Mário Tavares de Oliveira

Colaboradores deste número
António Escudero Rios
António Rei
Carlos Aurélio
Carlos Correia de Carvalho
Carlos Filipe
Fabio Mario da Silva
Francisco Segurado
João Ruas
João Tavares
Joaquim Domingues
Joaquim Miguel Palla Lizardo
Joaquim Saial
Joaquim Torrinha
Jorge Fonseca
Jorge Rosa
Jozé Espiga Pinto
Justino Mendes de Almeida
Licínio Lampreia
Luís Alfonso Limpo Piriz
Luís Lopes
Luís Filipe Maçarico
Manuel Lapão
Manuela Mendonça
Maria de Jesus Monge
Maria Marta Lobo de Araújo
Miguel Ángel Vallecillo Teodoro
Miguel Soromenho
Moisés Cayetano Rosado
Pedro Cardim
Pedro Martins
Ruben Martins
Rute Pardal
Tiago Salgueiro
Vítor Serrão

Capa
"Painel de azulejo de Nossa Senhora da Misericórdia"

Foto Capa
"© Joaquim Real/Fundação da Casa de Bragança"

Redacção e Administração
Câmara Municipal de Vila Viçosa
Praça da República
7160-207 Vila Viçosa
Tel.: 268 889 310 – Paços do Concelho

Redacção: 268 889 314 – Divisão de Serviços Sócio-Culturais

Endereço electrónico de Callipole:
dssc.callipole@cm-vilavicosa.pt

Execução gráfica
Colibri - Artes Gráficas

Periodicidade anual (18.º ano)

Tiragem: 1000 exemplares

ISSN: 0872 5225
Depósito Legal N.º: 121787/98

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA
Francisco Chagas 7

ESTUDOS HISTÓRICOS
A MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA ENTRE 1510 E 1910
Maria Marta Lobo de Araújo 13

O SISTEMA CREDITÍCIO NA MISERICÓRDIA DE ÉVORA EM FINAIS DO ANTIGO REGIME
Rute Pardal 27

NUNO ÁLVARES PEREIRA, *SENHOR* DE VILA VIÇOSA
Manuela Mendonça 37

O REGIMENTO DO PROVEDOR DAS OBRAS DO DUQUE DE BRAGANÇA DE 1636
Miguel Soromenho 47

A REPÚBLICA NO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA
Maria de Jesus Monge 53

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA DO REI D. LUÍS, ATRAVÉS DA IMPRENSA ESPANHOLA
Joaquim Saial 67

OS RELATOS DE NAUFRÁGIOS DO SÉCULO XVI NA BIBLIOTECA DE D. MANUEL II
João Ruas 83

A ALCAIDARIA-MOR DE ARRAIOLOS NO SÉCULO XVI - ECONOMIA E QUOTIDIANO
Jorge Fonseca 101

O ACTUAL NORTE ALENTEJANO NO PERÍODO HISPANO-ÁRABE (711-1230)
António Rei 123

LAS TENTACIONES DE SAN ANTONIO Y EL JUDIO DE SINTRA
Antonio José Escudero Ríos 133

O TERRAMOTO DE 1755 NAS TERRAS ALENTEJANAS DE JURISDIÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA
Carlos Correia de Carvalho e Francisco Segurado 135

LA LABOR DE DON DINIS EN EL DEVENIR DE OLIVENZA
Miguel Ángel Vallecillo Teodoro 157

DADOS BIBLIOGRÁFICOS SOBRE ALBINO DOS SANTOS LAPA
Joaquim F. S. Torrinha 163

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO
O CICLO DA VIDA E MILAGRES DE SÃO TIAGO MAIOR PINTADO NA IGREJA MATRIZ DE RIO DE MOÍNHOS: UM RARO PROGRAMA DE ICONOGRAFIA JACOBEIA (1706)
Vítor Serrão 175

PERDIDO NO TEMPO O NINFEU DA CASA DOS SANCHES DE BAENA
Tiago Salgueiro 187

FORTIFICACIONES ABALUARTADAS DE LA RAYA HISPANO-PORTUGUESA
Moisés Cayetano Rosado 201

A MÃO NAS PORTAS DO ALENTEJO: DO SIMPLES BATENTE À CHAMADA "MÃO DE FÁTIMA" — DISSONÂNCIAS E INTERROGAÇÕES
Luís Filipe Maçarico 213

PORTUGAL: DE ARISTÓTELES À IMACULADA CONCEIÇÃO
Carlos Aurélio 231

UM LICEU QUE JÁ FOI COCHEIRA REAL E QUE PASSOU A SER MUSEU, O QUE SERÁ HOJE?
Manuel Lapão 249

ASPECTOS DA GEOLOGIA E EXPLORAÇÃO DE MÁRMORES EM VILA VIÇOSA: PATRIMÓNIO GEOLÓGICO E MINEIRO A PRESERVAR
Luís Lopes e Ruben Martins 255

AS AVES DE RAPINA NOCTURNAS EM PORTUGAL
Joaquim Miguel Palla Lizardo 277

ENTREVISTA

MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA DOS FINAIS DO ANTIGO REGIME À REPÚBLICA
Jorge Rosa 283

CRIAÇÃO LITERÁRIA

HOMENAGEM AO EMBAIXADOR DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES
Justino Mendes de Almeida 287

O OLHAR "FLORBELIANO" DE AGUSTINA BESSA-LUÍS
Fabio Mario da Silva 295

FLORBELA EN ESPAÑOL: LA CONCIENCIA DE LA PROPIA OBRA
Luís Alfonso Limpo Píriz 299

ANTÓNIO TELMO

A VIAGEM DO CAVALEIRO
João Tavares 307

ANTÓNIO TELMO (1927-2010) E VILA VIÇOSA
Carlos Aurélio 309

PARA O "MESTRE" ANTÓNIO TELMO UMA PEQUENA E SIMPLES CARTA (PÓSTUMA)
Espiga Pinto 315

ALFREDO TINOCO

PROFESSOR DR. ALFREDO TINOCO: UMA PERDA IRREPARÁVEL
Carlos Filipe 319

RECENSÕES

CARLOS AURÉLIO – CARTAS DE NOÉ PARA NAYMA - UM CALENDÁRIO DE ESPIRITUALIADDE CRISTÃ
Joaquim Domingues 325

VÍTOR SERRÃO, O FRESCO MANEIRISTA DO PAÇO DE VILA VIÇOSA (1540-1640), CAXIAS — CASA DE MASSARELOS FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA
Pedro Cardim 327

O POLIEDRO INFINITO
Pedro Martins 331

NOTÍCIAS CULTURAIS

A ARTE SACRA NO CONCELHO DE VILA VIÇOSA
Licínio Rocha Cardoso Lampreia 343

D. CARLOS I, FOTÓGRAFO AMADOR
Licínio Rocha Cardoso Lampreia 347

NOTA DE ABERTURA

Francisco Chagas
Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Quando uma revista de cultura inicia uma nova vida, há sempre um grande número de interrogações sobre o seu desenvolvimento posterior, tratando-se, nalguns casos, de projectos frágeis e efémeros que não sobrevivem para além das primeiras edições. Outras, como é o caso expressivo da Revista de Cultura *Callipole*, continuam a fazer caminho e a consolidar a sua presença no panorama das revistas de cultura.

Por isso, o dia de apresentação de uma revista de cultura, onde quer que seja, é sempre dia de congratulação. É sempre o mesmo que se celebra: o debate de ideias e o pluralismo cultural, na sua dimensão crítica e interdisciplinar.

Não é tarefa fácil abordar o papel e a trajectória da Revista de Cultura *Callipole*, nome com o qual começou e que hoje mantém. Em 1993, Manuel Inácio Pestana (coordenador da primeira edição) escreveu, na primeira página do número fundador da revista, palavras acerca dos seus propósitos que ecoam: *"servir culturalmente Vila Viçosa e a região, que o mesmo é servir a Cultura e a Memória do país que somos"*. Era o prenúncio claro de que se preparava uma mudança importante na produção nacional das revistas de cultura. Hoje, a dezoito anos de distância, é gratificante constatar que o número fundador de *Callipole* foi o primeiro de uma longa série que configura um projecto com profundas raízes em Vila Viçosa e que continua a fazer caminho, convertendo a novidade inicial num projecto perdurável. Este resultado só foi possível porque detrás das suas páginas se encontra o alento da instituição que a edita, o latido cultural e intelectual da equipa que a tem dirigido, o labor meritório e a competência dos membros do Conselho de Redacção e a enorme generosidade, persistência e craveira científica dos seus colaboradores, que continuaram sem desfalecimentos a tarefa iniciada em 1993.

Naturalmente que, desde então, muito mudou. A sociedade plural e múltipla nas suas diferenças e costumes em que vivemos hoje, é certamente diferente da sociedade em que viveram os fundadores de *Callipole*. A estes vinte anos pertencem ainda o primado da mediatização, do conhecimento através de suportes informáticos e da presença das redes sociais, que já fizeram uma sociedade diferente. A sociedade e o país abriram-se ao mundo. Na economia, na educação, na formação ao longo da vida, nos grandes movimentos migratórios, nas relações individuais e, até,

no casamento a sociedade aberta ao mundo é uma novidade recente. A sociedade global e interdependente é hoje um facto consumado.

Também a Revista de Cultura *Callipole* evoluíu e modernizou-se, num saudável exercício renovador. Esta renovação, bem visível nos últimos números da publicação, é motivo de regozijo. Mas, não devemos esquecer o que ainda precisa de mudança e o que é possível aperfeiçoar.

Por isso, nunca é demais referir que temos a obrigação moral e o dever cultural de pensar melhor o sentido e o futuro da Revista, antes de prosseguir caminhos sem saída ou falsos derroteiros que não se coadunam com o espírito do tempo em que vivemos. Cuidar de *Callipole* não é só partilhar o que fizemos de bem, mas é também analisar o passado e perceber o melhor rumo para o futuro. Desta forma, poderemos afrontar os reptos do futuro com segurança e afirmar continuidade.

Com este propósito, no período que mediou a apresentação do número 17 e o actual, foi realizado um labor de reflexão, sereno e objectivo, no seio do Conselho de Redacção. A este período pertence a reformulação do estatuto editorial, a aprovação de novas normas para publicar em *Callipole*, os acertos e ajustes na gestão de meios humanos e institucionais, a análise da futura edição e distribuição da Revista e o estudo sobre a caracterização do perfil do colaborador de *Callipole*. Enfim, estamos convencidos que esta reflexão serviu de ponto de partida para aprofundar outros temas, abordar novas questões e indicar novas linhas de actuação, permitindo, deste modo, renovar e ampliar o nosso propósito inicial e reforçar a sua notória credibilidade.

Não podemos deixar passar esta oportunidade sem olhar para o número 18 de *Callipole*, num exercício de lucidez, de objectividade e de humildade. A Revista publica o número 18 em tempo de renovação e de reestruturação, tratando-se do primeiro de um novo ciclo, com uma nova direcção e um Conselho de Redacção renovado, quer na sua composição, quer nas suas funções.

A Revista é constituída por unidades temáticas diversificadas, por um novo bloco de recensões da actualidade editorial, por notícias culturais e por entrevista. Os estudos proporcionam abordagens sustentadas, reflexivas e não polémicas de temas no campo da história, do património, das artes e da literatura, sendo estas as suas áreas privilegiadas. Dizemos com incomensurável satisfação que o leitor poderá encontrar um vasto leque de estudos, apresentados pela escrita autorizada de eminentes autores contemporâneos, consagrados e jovens, de destaque no plano universitário ou intelectual. Tratam-se de trabalhos de excelente qualidade, inéditos, esquecidos ou pouco estudados, que nos devolvem, cheios de luz, alguns lados invisíveis e as zonas mais ocultas do nosso tecido histórico, cultural, artístico e arquitectónico. Nesta edição, temos um colectivo pluridisciplinar constituído por 34 colaboradores, 10 dos quais publicam pela primeira vez. A par da incorporação de novos e prestigiados autores, de origem nacional e internacional, registamos com especial agrado a estreia de uma nova geração de autores calipolenses que publicam textos sobre a temática local, propósito de esperar numa Revista com origens em Vila Viçosa, suportada pela Câmara Municipal

e sob cuja égide tem vivido desde os seus primórdios. *Callipole*, continua, pois, solidamente ancorada em Vila Viçosa, mas as suas amarras são suficientemente amplas para lhe permitirem atravessar o mar comum da cultura, banhado por espaços culturais pertencentes ao âmbito regional, nacional e até internacional.

Este número de *Callipole*, marca, também, uma pauta das efemérides alusivas a temáticas calipolenses, associando-se a um acontecimento marcante da vida local. Trata-se das comemorações dos mais de quinhentos anos da Confraria e dos 500 Anos de integração do Hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa na Santa Casa local.

No que concerne à vida futura da publicação, cuja acção nos propomos prolongar, um ponto assente é a preocupação dos seus responsáveis pela qualidade e rigor dos conteúdos, por uma criteriosa selecção temática e por uma imagem gráfica da mais alta qualidade. *Callipole* continuará a ser uma Revista especificamente cultural, plural, viva e aberta ao diálogo com outras áreas da criação cultural, tendo em conta a inovação necessária exigida pela paisagem cultural. Enfim, a Revista obedecerá ao conceito original e à matriz geral: sem dependência de proselitismos, sem fronteiras ideológicas e desprovida de preconceitos científicos ou geográficos. Apenas fará uma discriminação: a de qualidade; apenas imporá uma norma: a de tolerância e de respeito mútuo.

Resta-nos, deixar uma palavra muito forte de apreço e de gratidão a todos aqueles que, de um modo ou de outro, contribuíram para dar continuidade ao projecto *Callipole*. Aos generosos colaboradores; ao Conselho de Redacção, em cujo trabalho a Câmara Municipal deposita total confiança e grandes expectativas; aos leitores, calipolenses e de outras origens, desejáveis companheiros de caminhada e principais destinatários do nosso labor, apresentamos os nossos sinceros agradecimentos e público reconhecimento. Esta palavra de agradecimento é também extensiva a todos aqueles que, com o seu trabalho, tornaram possível a edição do número 18 da Revista *Callipole*. Trata-se de um reconhecimento devido. E não há melhor momento do que esta Nota de Abertura para o fazer.

ESTUDOS HISTÓRICOS

Callipole Nº 18 - 2010

A MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA ENTRE 1510 E 1910

Maria Marta Lobo de Araújo
Docente do Departamento de História
da Universidade do Minho - Membro do CITCEM

Os resultados da investigação produzida até ao momento não permitem aclarar a data da fundação da Santa Casa de Vila Viçosa. A documentação existente quer no arquivo da confraria, quer em outros arquivos locais e os centrais não facilitam o conhecimento do momento fundacional. À semelhança da de Vila Viçosa, muitas Misericórdias que se erigiram neste período, perderam uma parte importante da sua documentação, não deixando datar com segurança o momento do seu surgimento[1]. Sabe-se, todavia, que em 1510, o duque D. Jaime ordenou a incorporação do hospital da vila, propriedade da casa ducal, na Santa Casa, facto que prova que a confraria estava já erecta[2].

A Misericórdia encontrava-se já em funcionamento e possuía condições para administrar um hospital. Desse facto não restam dúvidas. Mas quando foi fundada a Santa Casa? No mesmo ano, ou poucos anos antes? As perguntas não encontram resposta à luz dos conhecimentos existentes. Mas o facto de o duque lhe ter incorporado o hospital prova, por um lado, a sua capacidade de o gerir e, por outro, a vontade de engrandecer a instituição, concedendo-lhe uma valência fundamental de assistência aos pobres.

Túlio Espanca situa a fundação da confraria em 1508 e considera D. Jaime como "provável fundador e primeiro provedor"[3].

A figura de D. Jaime é de fundamental importância para se perceber a reforma da assistência em todo o ducado e o acompanhamento das políticas de assistência

1 Para este assunto consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães; Paiva, José Pedro, "Introdução", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004, p. 7. Em trabalho recente José Pedro Paiva discutiu a dificuldade de conhecer o momento fundacional de muitas Misericórdias surgidas e elencou os núcleos documentais onde, para além dos arquivos das instituições e dos arquivos centrais, se podem encontrar fontes importantes para o aclarar. Leia-se Paiva, José Pedro, "O movimento fundacional das Misericórdias (1498-1910)", in *A Solidariedade nos Séculos: a confraternidade e as suas obras. Actas do I Congresso da História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, s. l. Santa Casa da Misericórdia do Porto e Alêtheia Editores, 2009, pp. 397-407.

2 Espanca, José Joaquim da Rocha, *Memórias de Vila Viçosa*, nº 24, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1985, pp. 12-13; Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 57-58.

3 Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora, concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*, vol. 1, Lisboa, s. e., 1979, p. 695.

tidas em curso pela Casa Real[4]. Muito próximo de D. Manuel I, D. Jaime quis implementar nas terras do seu domínio as medidas tomadas pela Coroa no campo assistencial e promoveu políticas locais de apoio à implementação e fortalecimento das Misericórdias. A ele se ficou também a dever o pedido dirigido ao papa para integrar os hospitais do seu senhorio nas Misericórdias locais, alcançado em 1524. No ano seguinte, o hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa foi oficialmente integrado na Santa Casa local, através do alvará concedido por D. João III ao duque de Bragança, onde se autorizava a passagem dos hospitais das suas terras para a administração das Santas Casas[5].

Em 1526, o duque ordenou no sentido de que todas as confrarias e hospitais das suas terras se unissem às Santas Casas locais. Tratou-se de uma medida que não apenas afectou as instituições incorporadas, mas também as que as receberam.

Importa referir, que no caso do hospital de Vila Viçosa, esta medida apenas veio legitimar juridicamente a posição tomada pelo duque 16 anos antes. Convém ainda esclarecer que em 1525 o hospital entrou em obras, as quais foram financiadas pela Casa Brigantina. Mas se a Casa ducal pagou estas importantes reformulações, não se pode esquecer que desde sempre favoreceu o hospital directa e indirectamente. Nesse momento, a confraria não podia ainda arcar com estas despesas, mas o facto da Casa ducal as assumir, prova que o continuava a considerar como seu.

O núcleo principal da Misericórdia permaneceu no mesmo local, pelo menos desde 1510 até ao momento, facto que a distingue de muitas congéneres que associam ao seu historial a mudança de instalações a que estiveram sujeitas. Durante cinco séculos, o complexo da Santa Casa manteve-se no mesmo sítio, bem no centro da vila[6]. O hospital estava situado na antiga rua do Espírito Santo e cresceu quer para a rua de Três, quer para a das Vaqueiras. Já a parte administrativa, nomeadamente, a secretaria e o consistório encontram-se voltados para a praça central, tal como a sua igreja.

O local exacto onde nasceu a Misericórdia é ainda desconhecido, todavia, sabe-se que desde 1510 está localizada no centro da vila[7]. Contudo, como refere Túlio Espanca, "o hospital sofreu inúmeras e vultuosas obras de adaptação, antigas e modernas, que lhe modificaram estruturalmente, a silhueta e as dependências funcionais"[8]. A necessidade de se adaptar a exigências que se lhe colocaram obrigou o primitivo complexo a crescer e a sofrer alterações, procurando responder às solicitações de uma população em crescimento e preocupada com a doença.

---

4 A propósito das políticas de assistência da Casa Real leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu (1490-1600)", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 35-55. Sobre o papel de D. Jaime na reforma da assistência do seu ducado veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "As Misericórdias quinhentistas do senhorio da Casa de Bragança", in *As Misericórdias Quinhentistas. Actas das II Jornadas sobre as Misericórdias Quinhentistas,* Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel, 2009, pp. 35-58.

5 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 170.

6 Actualmente, a confraria dispõe de valências que se encontram situadas em diferentes ruas da vila. Todavia, o hospital, estatizado em 1975, a igreja e os serviços administrativos permanecem no mesmo local.

7 A propósito da centralidade geográfica destas instituições consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010, p. 53.

8 Veja-se Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora*, vol. 1, p. 699.

As alterações sofridas pelo complexo da Santa Casa explicam algumas mudanças, muito embora se mantenham estruturas que perduram desde o século XVI, as quais foram ajustadas ao longo dos séculos XVI a XX. A Misericórdia cresceu, alargou o seu espaço à custa dos prédios contíguos que foi adquirindo, beneficiando não raras vezes da interferência da Casa de Bragança que sempre se manifestou a seu favor.

É neste enquadramento que se devem analisar as comemorações em curso, as quais pretendem celebrar os mais de cinco séculos da confraria e os 500 Anos de integração do hospital do Espírito Santo de Vila Viçosa na Santa Casa local.

Pensamos que à semelhança das terras vizinhas de Estremoz, Elvas e Olivença que edificaram as suas Santas Casas no começo do século XVI[9], Vila Viçosa também a deve ter fundado pela mesma altura. O duque D. Jaime quereria, por certo, dotar a sede do seu senhorio com a nova confraria e não se deve ter poupado a esforços para concretizar esse desejo[10].

Qual seria a situação do hospital no momento da sua fusão com a Misericórdia? Sofreria dos males já diagnosticados para muitos outros[11], ou por ser pertença da Casa ducal encontrava-se em melhor estado? As perguntas ficam sem resposta. Mas sabemos que a mesma se encontraria na documentação que o duque D. João II pediu à Misericórdia e que esta lhe remeteu para o Paço. Depois de 1640 muita documentação existente no Paço ducal acompanhou o duque para Lisboa e lá se perdeu aquando do terramoto de 1755.

Procurando fortalecê-lo, D. Jaime agiu junto da Santa Sé para nele serem incorporados os bens compostos por casas, horta e oratório, abandonados pelos frades capuchos da Ordem de São Francisco. O breve que veio satisfazer as pretensões do duque foi expedido pelo papa em 1514, robustecendo o hospital de bens[12].

A partir da fundação da Misericórdia, a vila passou a contar com uma confraria onde os irmãos exercitavam a caridade através da prática das 14 obras de misericórdia, mas também aprofundavam a sua espiritualidade[13].

O apoio de D. Jaime às Misericórdias do seu senhorio é inquestionável. Os seus sucessores mantiveram a mesma atitude, particularmente D. Teodósio II e D. João II, tendo uma acção muito directa na vida da Santa Casa de Vila Viçosa.

---

9 Manuel Inácio Pestana levantou a hipótese da Santa Casa de Estremoz ter sido fundada antes de 1502, data em que é conhecido o envio do privilégio por D. Manuel I para os mesários não exercerem no ano do seu mandato cargos concelhios. Pestana, Manuel Inácio, "Notícias históricas", in Ruas, João (coordenação), 500 Anos - Santa Casa da Misericórdia de Estremoz, Estremoz, 2002, p. 25. Sobre a data da fundação da Misericórdia de Elvas veja-se Gama, Eurico da, *A Santa Casa da Misericórdia de Elvas*, Coimbra, Coimbra Editorial Limitada, 1954, pp. 19-32. Ainda a propósito da data fundacional das Misericórdias citadas consulte-se Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* vol. 3..., pp. 316 e 363.

10 Leia-se Espanca, Túlio, *Inventário Artístico de Portugal: distrito de Évora*, vol. 1, p. 695.

11 Muitos hospitais medievais encontravam-se no alvorecer da Idade Moderna em muito mau estado. Consulte-se Braga, Paulo Drumond, "A crise dos estabelecimentos de assistência aos pobres nos finais da Idade Média", in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVI, 1991, pp. 175-190; Abreu, Laurinda, "Padronização hospitalar e Misericórdias: apontamentos sobre a reforma da assistência pública em Portugal", in *Congresso Comemorativo do V Centenário da fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora. Actas*, Évora, Hospital do Espírito Santo - Évora, 1996, p. 143.

12 Monforte, frei Manuel de, *Chronica da Provincia da Piedade*, vol. 2, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1696, p. 145.

13 Ivo Carneiro de Sousa aprofunda estes dois aspectos. Leia-se Sousa, Ivo Carneiro de, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, s. l., CTT, 1998, pp. 109-115.

Se os duques foram os seus fundadores e primeiros provedores também não o podemos afirmar com segurança, porque a documentação existente não o atesta. Todavia, as fontes produzidas entre os séculos XVI a XVIII são pródigas em afirmar que a Santa Casa foi fundada pela Casa ducal e também por ela governada. Sabemos tão-somente que em 1516 era seu provedor Fernão Machado, escudeiro da Casa de Bragança, como, aliás, todos os irmãos nobres da Mesa. Nessa altura, não há dúvida que a Santa Casa era gerida por homens próximos dos duques[14].

Apesar da falta de prova, parece-nos plausível admitir ter sido D. Jaime o seu mentor e grande impulsionador. Quanto à provedoria também só o conseguimos provar para o ano de 1598, quando D. Filipe foi eleito para este lugar. Numa nota existente no compromisso copiado em 1661, esclarece-se que a sua escolha foi ordenada por sua mãe, "Sua Alteza a Senhora Dona Catarina"[15], em carta enviada à Santa Casa. Provavelmente, esta não seria a primeira vez que os duques nomeavam a pessoa que desejavam ver na provedoria, nem foi a última. Na primeira metade do século XVII, por mais do que uma vez, os senhores da Casa Brigantina indicaram o nome para ocupar o mais alto cargo da instituição. Sublinhe-se, contudo, que esta constitui a única prova, a que tivemos acesso, de indicação de um elemento da Casa ducal para o lugar.

Mas a presença da Casa de Bragança na Misericórdia da vila foi muito para além do momento fundacional e do exercício do mais alto cargo do seu governo. Manifestou-se quotidianamente em termos de exercício de poder, no pagamento de despesas, nas ordens de gestão que saíam do Paço ducal, na instituição de legados, no envio de esmolas, na dotação de benefícios, na designação de homens para a provedoria e procuradoria[16], na nomeação de profissionais de saúde, etc. Mas ela foi sobretudo fundamental no empréstimo de poder simbólico. Quando sentiam alguma dificuldade, os confrades invocavam as directrizes dos duques e a sua vontade para actuar e resolver problemas. Esta forma de gerir a instituição manteve-se até ao século XIX, tornando viva a presença dos duques e, mais tarde reis, na Santa Casa.

Os duques foram seus confrades, sabiam de tudo o que se passava na instituição e principalmente na década de 30 do século XVII geriram-na desde o Paço ducal. Neste período, foi o duque D. João II, o futuro rei D. João IV, quem "governou" a Santa Casa. Dava-se-lhe conta de todas as preocupações e, em momento de grandes dificuldades[17], a tudo dava resposta e sugeria formas de as ultrapassar.

Durante o século XVI, a Misericórdia foi crescendo a grande ritmo. Acarinhada pelos duques, mas também pela nobreza da sua corte, a confraria recebeu um importante volume de legados que a fortalecem financeiramente. Ao mesmo tempo,

14 Para o período anterior a 1516 não existem informações sobre os seus gestores.

15 Arquivo Municipal de Vila Viçosa. Fundo da Misericórdia, (doravante AMVV), *Compromisso de 1661*, livro nº 24, fl. 56.

16 Confira-se Cunha, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Ed. Estampa, 2000, p. 379.

17 A propósito das carências sentidas na década de 30 do século XVII e dos movimentos de contestação à política imposta consulte-se Oliveira, António de, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 115-159.

alimentaram as práticas de caridade que tinha em curso: curar os doentes, educar órfãos, casar órfãs, assistir peregrinos, vestir os nus, ajudar as viúvas, auxiliar os presos e enterrar os mortos.

Na década de 1570, a confraria recebeu o maior número de legados e assistiu ao mais elevado volume de capelas instituídas. Vivia um momento alto, consagrado no prestígio de que gozava em termos locais.

A preocupação com a salvação da alma levou os homens a investir para alcançar o Paraíso. Foi também na segunda metade do século XVI (cerca de 1565) que construiu a sua igreja, com a intervenção da Casa de Bragança. A Misericórdia medrava ao ritmo da vila, que florescia. Vila Viçosa era ao tempo uma terra próspera, tendo ocupado entre 1580 e 1640 um lugar de relevo no contexto nacional.

O volume de legados recebido foi oscilando, tendo voltado a crescer na primeira década e em meados de seiscentos[18]. Muitos eram em dinheiro, mas a grande maioria era constituída por propriedades rústicas, que a confraria arrendava e donde recebia foros, rendas e pensões.

Era, contudo, na Casa de Bragança que a Santa Casa tinha a sua principal base de sustentação. A Casa ducal representou ao longo da Idade Moderna a principal fonte de receitas da confraria, suplantando os restantes ingressos isoladamente: foros, rendas, laudémios, cura de doentes, enterros, venda de bens, esmolas, peditórios e "outros".

A protecção da Casa ducal à Misericórdia advinha do facto da confraria ser considerada sua pertença. Esta situação era-lhe muito vantajosa, embora em alguns momentos lhe subtraísse autonomia, porque se via observada, "fiscalizada" e "governada" pelos duques. Não foram raras as ocasiões em que o duque D. João II pediu para ser informado sobre o desenvolvimento de alguns assuntos e chamou a si a sua resolução.

Até meados do século XVII, a Misericórdia viveu sem grandes sobressaltos, porque os problemas eram resolvidos pela Casa de Bragança. Porém, após 1656, (com a morte de D. João IV), tudo se alterou. Com a sua partida em 1640, a Misericórdia sentiu-se principalmente da ausência física e do acompanhamento próximo e eficaz do "Duque nosso senhor", mas foi sobretudo com a sua morte que o corte se efectuou. Com o duque D. João II foi também a nobreza da sua corte, tendo a Santa Casa ficado desfalcada dos seus homens mais ilustres. Muitos fidalgos que acompanharam o duque eram seus confrades e tinham ocupado lugares de relevo na instituição. A falta de nobreza levou a que o número dos nobres não fosse preenchido e fosse tomado por gente dos ofícios. No século XVIII, registou-se um desequilíbrio a favor dos irmãos do oficialato. Em Oitocentos, a Santa Casa integrou sobretudo homens da classe média, desaparecendo em meados da centúria a designação entre "nobres" e "oficiais"[19]. No entanto, tal como em outras congéneres,

18 Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 143.

19 Embora estivesse em vigor o compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618 onde estava consagrada esta divisão, os confrades referiam que ele não se cumpria.

permaneciam as diferenças entre os seus membros[20]. Ao lado de alguns "capitalistas", proprietários de grandes herdades, encontramos homens iletrados, criados de servir e mendigos. A instituição reflectia a sociedade da época e abriu-se à classe média, mas também aos mais altos funcionários públicos locais: presidente da Câmara e administrador do concelho.

Os homens do poder concelhio, da Casa de Bragança e do Exército encontram durante a Idade Moderna na Misericórdia mais um palco de actuação, todavia, no século XIX, os militares desapareceram dos cargos mais importantes e os homens afectos ao governo Municipal ganharam expressão.

A Santa Casa de Vila Viçosa teve desde sempre um alargado programa de assistência aos mais necessitados. Assentava não apenas nas instituições que administrava: hospital do Espírito Santo, "hospital dos males" e colégio dos órfãos, mas estendia-se a muitos outros necessitados que residindo em suas casas, encontrando-se em viagem, estando presos ou deambulando pela vila encontravam nela auxílio.

O tratamento de doentes era realizado segundo duas modalidades: através de internamento no hospital ou sob a forma de ajuda domiciliária. O hospital assumiu desde sempre um lugar principal nas práticas de caridade seguidas. E se representava alguns ingressos, constituía já durante o século XVIII o sector que absorvia maiores receitas. Em 1706, 1708 e 1713, 52% das despesas da Misericórdia eram gastas no hospital. Já nessa altura, a área da saúde assumia o sector prioritário, facto que se agravará no período seguinte[21]. O hospital, era o motor da instituição. À medida que o século XVIII avançou e se passou à centúria seguinte, o crescimento do sector hospitalar na Misericórdia tornou-se mais expressivo, chegando à República numa situação de quase exclusividade.

A Santa Casa assistia os internados no tratamento ao corpo e à alma. Por força da sua localização geográfica e dos acontecimentos políticos, a confraria passou após 1661, data em que assinou um contrato com a Coroa para tratar soldados nas suas instalações, a curar militares[22]. Esse facto provocou alterações significativas na estratégia seguida pela confraria relativamente ao tratamento de enfermos. Com o hospital cheio de militares, sobretudo em momentos de conflitos bélicos, a instituição deu prioridade ao seu internamento, pois pagavam o tratamento recebido, e passou a curar ao domicílio a esmagadora maioria dos pobres, principalmente as mulheres. A alteração foi substantiva e obrigou a uma regular interacção com o Exército e a Coroa, devido principalmente ao pagamento de serviços recebidos pelos homens da guerra. Apesar de as relações nem sempre serem pacíficas e de, por vezes, subirem ao rubro, entre os séculos XVII e XVIII, a Misericórdia não ficou a

20 Para Cabeceiras de Basto consulte-se Ferraz, Norberto Tiago Gonçalves, *Laços sociais na Misericórdia de Cabeceiras de Basto 1879-1926*, Braga, Universidade do Minho, 2008, p. 50. Tese de Mestrado policopiada.

21 Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 164.

22 Por várias vezes, Vila Viçosa foi fustigada por guerras. Para este assunto consulte-se Monteiro, Nuno Gonçalo, "A guerra da Aclamação", in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*, vol.2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 280; Espanca, José Joaquim da Rocha, *Compendio de noticias de Villa Viçosa*, Redondo, Typographia F. Carvalho, 1892, pp. 249-250; Ramos, Rui, "Idade Contemporânea (séculos XIX-XX)", in Rui Ramos (coord.), Sousa, Bernardo Vasconcelos e; Monteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, 4ª edição, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010, pp. 439-519.

perder[23]. Todavia, registou o enorme esforço desenvolvido junto da Coroa para ser paga pelos serviços prestados.

No século XIX, a situação da confraria alterou-se profundamente, sobretudo após 1834. A intromissão que o Estado tinha feito durante o consulado Pombalino era um facto[24], mas com a instalação do Liberalismo, ganhou um novo impulso, obrigando as Misericórdias ao cumprimento de novas directivas e sobretudo submetendo-as à vigilância apertada do governador civil e do administrador do concelho.

O Estado Liberal procurou dotar as Misericórdias de maior eficácia, sujeitando-as a um apertado controlo. Ainda que temporariamente, afastou os irmãos de gestores e nomeou comissões administrativas, procurando refrear a desordem financeira em que algumas se encontravam. Todavia, apesar das alterações, as mudanças não se nos afiguram de grande profundidade em termos assistenciais. Parece-nos que mais do que interferir nos projectos assistenciais, o Estado vigiou e controlou a sua administração[25].

Mergulhada em sucessivas crises económicas e no final do século numa crise financeira grave, a instituição de Vila Viçosa centrou a sua atenção no hospital, canalizando praticamente todos os seus fundos para manter abertas as suas portas e, mesmo assim, esteve muitas vezes sob a ameaça de as encerrar. Praticamente todos os recursos iam para o hospital, havendo, no entanto, necessidade de reduzir o volume de internados.

Em 1611, a Misericórdia, tinha já integrado, pela mão do duque D. Teodósio II, o "hospital dos males" e incorporou-o no hospital do Espírito Santo. Desde esse momento, o que era uma instituição independente transformou-se numa secção do hospital existente, sendo constituído por duas enfermarias, uma para homens e outra para mulheres. Abriam duas vezes por ano, na Primavera e no Outono, para tratar os portadores de doenças venéreas. A análise dos doentes ao longo de vários anos possibilitou-nos constatar que uma parte deles era reincidente, provando que a doença estava novamente reactivada.

Apesar de integrado na Misericórdia, o "hospital dos males" continuava a sentir a presença da Casa ducal. Era ela que pagava ao médico, ao cirurgião, ao sangrador, ao capelão-mor e ao boticário, custeava todas as despesas das enfermarias e enviava anualmente géneros e dinheiro para seu suporte económico. Tratando-o como "seu", a Casa Brigantina preservava parte do seu poder, ainda que recaísse sobre a Santa Casa o ónus da sua administração[26].

---

23 Não raras vezes, a conflitualidade existente entre as partes foi intensa, levando mesmo à suspensão temporária da aceitação de militares por parte da Misericórdia. Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII", in *Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo. Actas...*, pp. 149-164.

24 Para uma análise aprofundada sobre o impacto das leis pombalinas nas Misericórdias veja-se Lopes, Maria Antónia, "A intervenção da Coroa nas instituições de protecção social de 1750 a 1820", in *Revista de História das Ideias*, vol. 29 (2008), pp. 135-156.

25 Veja-se para esta matéria Lopes, Maria Antónia, "As Misericórdias de D. José ao final do século XX", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1 , pp. 86-87; Lopes, Maria Antónia; Paiva, José Pedro, "Introdução", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 8..., pp. 10-11.

26 Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 205.

Admitindo preferencialmente os habitantes do Estado da Casa de Bragança, o hospital curava os doentes das "boubas", mas também os portadores de outros males venéreos[27].

No século XIX, o hospital do Espírito Santo deixou de ter em funcionamento as enfermarias dos "males", embora desconheçamos a data em que as encerrou. Todavia, por ordem do administrador do concelho foi obrigado a aceitar as prostitutas do Município, em 1865[28].

A assistência aos militares manteve-se ao longo de Oitocentos, principalmente durante as invasões francesas e após 1848 data em que foi destacado para a vila o regimento de cavalaria nº 3. Para além deste regimento, muitos outros passavam por Vila Viçosa ou ali iam fazer exercícios. Em 1890, foi criada por D. Carlos a escola prática de cavalaria[29]. Por diversas vezes e por razões diferentes, a vila conheceu a presença de militares ao longo de Oitocentos, havendo necessidade de recorrer à confraria para os tratar em caso de doença.

A relação que a confraria manteve com o Estado relativamente ao pagamento dos serviços prestados aos militares não foi diferente da verificada nos séculos anteriores. Os atrasos mantiveram-se, obrigando-a a reiterados pedidos e a exasperar-se, principalmente, nos momentos de crise. Com foros e rendas muito atrasados, como se verificou nas décadas de 40 e 50, sem a comparticipação financeira da Casa de Bragança e com o cofre vazio, era no Estado que a Santa Casa mantinha esperanças de ser ressarcida do que lhe devia. Embora pressionasse também os restantes devedores, o investimento junto do Estado era maior. Depois do processo instruído, o que exigia uma apurada escrita das "altas" e "baixas" dos militares, sucediam-se os ofícios enviados para Évora na tentativa de receber algum dinheiro. Quando as respostas não chegavam, escrevia-se para Lisboa, para o Ministério do Reino, para o Ministério da Guerra e mesmo para o Ministro "Fontes", na esperança de ser paga.

O alívio chegava sob a forma de parcelas, mas somente depois de muitas diligências e sucessivos atrasos. Foi com o dinheiro que recebeu do pagamento da cura dos militares que a Misericórdia procedeu a obras de remodelação do hospital entre 1852 e 1853, reconfigurando-o e adaptando-o a exigências de práticas de saúde mais modernas.

Ao mesmo tempo que cuidava do corpo, vestia nus, assistia presos, duas vezes por semana e tratava de dar andamento aos seus processos jurídicos, enviava comida aos que dela necessitavam, ajudava peregrinos, enterrava os mortos, assistia espiritualmente os internados e cumpria últimas vontades. A Santa Casa criava ainda órfãos e dotava órfãs para casar. Tinha uma acção social alargada que estendia à

27 Sobre a sua acção veja-se Sardinha, Francisco de Morais, *Antiquissimo Parnaso novamente achado e descuberto em Villa Viçosa de que he Apollo o Excelentissimo Principe D. Theodosio 2º deste nome E assi dos varões ilustres que nella nascerão e florescerão em armas em letras e poesia, com outras couzas a propósito no discurço deste livro*, 1618, fl. 91.

28 A propósito da assistência a estas mulheres veja-se Liberato, Maria Isabel Viegas, "Da tolerância da prostituição à exclusão social da prostituta", in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Lisboa, Celta, 2000, pp. 53-68.

29 Espanca, Joaquim José da Rocha, *Compendio de noticias de Villa Viçosa...*, p. 332.

população pobre principalmente da vila, mas também do Município e aos que estavam de passagem. Esta acção caritativa mantinha-se durante todo o ano, mas era no período quaresmal que se intensificava. Na semana da Páscoa, multiplicavam-se as acções de ajuda aos mais necessitados e crescia em flecha o número dos que recebiam ajuda em casa ou a procuravam no pátio da instituição.

A chegada de grupos de pobres à vila durante a Idade Moderna era contínua, sobretudo em períodos de maior escassez de cereais e de subida de preços dos produtos alimentares, e estava relacionada com as várias possibilidades de esmolas que nela encontravam. O Paço ducal, os conventos, algumas confrarias, pessoas particulares e a Santa Casa ajudavam os mais necessitados, constituindo um alargado leque de oportunidades de receber ajuda.

Os duques de Bragança mostravam-se muito liberais nas esmolas que mandavam entregar ou eles próprios distribuíam à porta do seu palácio, enquanto os conventos entregavam refeições aos que se recolhiam nos átrios das suas igrejas, as pessoas particulares distribuíam pão, cereais, roupa, comida e dinheiro e a Santa Casa mantinha um programa alargado de ofertas. Na Misericórdia, "os pobres da Casa", grupo regularmente provido às quartas-feiras e domingos, eram auxiliados com cereais, dinheiro, roupa e cama. A confraria efectuava ao longo do ano distribuição de agasalho, principalmente a mulheres e durante a semana santa procedia a importantes manifestações de caridade, entregando esmolas a muitos carenciados. A oferta de jantares a vários milhares de pobres nos dias de quinta-feira santa, sábado de Aleluia e a refeição servida aos presos no primeiro dia davam relevo às práticas caritativas da Santa Casa, num períodoem que o "enquadramento religioso reforçava o valor da dádiva"[30].

Com o empobrecimento da vila, verificou-se também o crescendo do número de pessoas envergonhadas ajudadas pela confraria. Era constituído principalmente por mulheres velhas ou com filhos menores, que caíram em pobreza e recebiam nas suas residências a ajuda da Santa Casa.

Os legados recebidos implicavam em muitos casos a celebração de um volume elevado de sufrágios, obrigando-a a trabalhar com vários capelães que celebravam na sua igreja, mas também em outros templos e altares da vila. Tratava-se de um investimento que contribuiria para no dia do Juízo Final alcançar a salvação[31].

No século XIX, a crescente secularização sentiu-se também na confraria e materializou-se no menor investimento na salvação da alma, mas também na diminuição de celebrações religiosas e festivas. O decréscimo de capelães reflectia o menor número de missas e enterros, enquanto a penúria da instituição não permitia a renovação dos paramentos e objectos litúrgicos e muito menos obras de restauro na igreja, por pequenas que fossem. As poucas obras feitas centraram-se no hospital[32].

---

30 Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 237.

31 A propósito desta temática veja-se Araújo, Ana Cristina, "A morte", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 266-273.

32 No ano económico de 1884, a chaminé da cozinha foi forrada com azulejos, oferecidos pela Câmara, e no seguinte foi arranjado o seu tecto. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (doravante ASCMVV), *Relatório do provedor de 1883 e 1884*, não paginado.

Tudo o resto estava praticamente paralisado ou movia-se apenas pela persistência de alguns irmãos e assalariados que, de várias formas, mantinham vivo o projecto. As pequenas melhorias sentidas no sector religioso ficaram-se a dever à extinção dos conventos locais (masculinos e femininos) de onde transitaram alguns dos seus bens móveis para a igreja da Santa Casa.

Apesar de continuar a praticar obras de assistência, principalmente até meados do século XIX (comparticipação na criação de expostos, internamentos de idosos, enterro de pobres mortos no hospital, jantar aos pobres no dia de quinta-feira santa, passagem de cartas de guia e auxílio a presos e a crianças órfãs), altura em que algumas delas desapareceram e outras foram drasticamente reduzidas, foi no hospital que se concentrou a atenção, privilegiando o sector da saúde[33]. A unidade de cuidados de saúde ganhou espaço na ajuda prestada pela confraria na segunda metade oitocentista, sendo praticamente a única valência em actividade. Mesmo assim, as despesas tiveram que ser controladas e foi limitado o número de doentes internando, bem como o volume dos assistidos domiciliarmente. A ajuda aos idosos e a passagem de cartas de guia definharam e desapareceu a comparticipação para os expostos e o auxílio aos presos. O jantar de quinta-feira santa continuou a ser servido, embora fosse suspenso em alguns anos e noutros, feito a expensas de particulares e com um peditório. A confraria deu prioridade ao sector da saúde e por não ter suporte financeiro deixou cair quase todas as restantes formas de beneficência.

Com uma situação económica muito difícil e o cofre vazio, a confraria viveu tempos muito complicados quando os surtos de cólera, varíola, peste bubónica e tuberculose atingiram os habitantes de Vila Viçosa. Chegaram à vila e obrigaram os poderes públicos a montarem hospitais no castelo onde se tratavam os infectados. Foram proibidas algumas feiras, mas com a fronteira tão perto e um caudal de pessoas em circulação, rapidamente as doenças alastravam. Os cordões de saúde montados mostravam-se frágeis e de pouca valia.

O hospital da Santa Casa recebeu alguns destes doentes, mas o facto de estar encravado na malha urbana e ter internados outros enfermos não aconselhava o recebimento de contagiados, sob pena da doença passar aos restantes, mas também à população que residia nas imediações. Quando surgiram estas epidemias, os poderes públicos movimentaram-se e a Santa Casa não descartou responsabilidades. Colaborou com roupas, camas e outros bens e disponibilizou profissionais de saúde para ajudarem nos hospitais erguidos. Quando a doença esmorecia, o hospital era desmontado.

A devastação causada pelas invasões francesas e pelas guerras civis avolumou a dificuldade de pagamento dos foros, rendas e pensões, levando a confraria a uma penúria nunca vista. A esterilidade das colheitas nos anos de 1856 e 1857, o ataque da cólera e a falta de receitas quase ditaram o fim da instituição neste momento. A lei de desamortização de 1866 trouxe-lhe algum alívio, mas a crise de 1868-1871

33 Consulte-se Lopes, Maria Antónia, "As Misericórdias de D. José ao final do século XX", in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 1..., p. 90.

agravou a situação existente[34]. O corte no volume de internados sucedeu-se, bem como o jogo do empurra entre o administrador concelhio e a Santa Casa a propósito do envio dos alienados para o hospital de Lisboa. As décadas de 70 e 80 foram mais favoráveis, chegando mesmo o provedor de 1877 a considerar "risonho o seu estado financeiro", quando em Julho elaborou o seu relatório de actividades[35]. O período foi, no entanto, curto e se nele houve anos mais favoráveis, houve também alguns de crise. Por outro lado, estas palavras devem ser entendidas com alguma reserva. Como referia o provedor de 1893, estes documentos, ou seja, os relatórios elaborados pela provedoria cessante eram "tendentes na maior parte das vezes a tornar lisongeira a entrada da nova Meza"[36]. Não conformado com o relatório que ouviu ler, este provedor apresentou na semana seguinte uma síntese das despesas e das actividades do ano transacto, apontando erros ao seu homólogo. Estavam em causa conflitos vários que ecoavam na Santa Casa, embora ela se devesse manter alheia a razões políticas.

Sem rumo, a instituição mantinha-se à mercê das oscilações externas e internas. O golpe quase mortal ocorreu em 1892, quando o Estado cortou 30% nos juros das inscrições públicas, onde tinha sido investida toda a sua liquidez. À semelhança de outras congéneres, a Misericórdia de Vila Viçosa solicitou anualmente ao Governo um subsídio para assegurar a sobrevivência, mas as dificuldades governativas eram tantas e de tão diferentes modalidades que praticamente paralisou novamente. Os seus governantes manifestavam desânimo, as suas decisões eram vazias de conteúdo e os orçamentos suplementares sucediam-se demonstrando a sua incapacidade de fazer projecções apenas para um ano. O eterno problema mantinha-se: as receitas não chegavam e quando se elaborava um orçamento já se sabia que seria necessário fazer outro, passados poucos meses. Por outro lado, as fraudes e a falta de um projecto governativo davam azo a acções criticáveis e passíveis de punição. A Misericórdia chegou à República moribunda, governada uma vez mais por uma comissão administrativa, à semelhança do anteriormente verificado ao longo do século XIX, e sem um projecto que a galvanizasse.

Moviam-na interesses filantrópicos, mas o facto de se ter deixado politizar corroeu-a por dentro, originando lutas intestinas graves e, consequentemente, facções, que combatiam por ideias distintos. Já assim tinha sido nas décadas de 30 e 40. De regresso, as divisões centravam-se agora entre republicanos e monárquicos.

As invasões, as guerras civis e as lutas ideológicas tiveram consequências graves no seu seio, ditando uma existência muitas vezes à beira da falência e sob ameaça interna e externa de insolvência.

Para o século XIX destacamos três momentos principais: as décadas de 30 e 40, quando a confraria entrou em polvorosa e se dividiu partidariamente, ficando

34 Mata, Maria Eugénia, "As crises financeiras no Portugal Contemporâneo. Uma perspectiva de conjunto", in Matos, Sérgio Campos (org.), Crises em Portugal nos séculos XIX e XX, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, p. 39; Silveira, Luís Nuno Espinha da; Fernandes, Paulo Jorge, D. Luís, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 161-186.

35 ASCMVV, *Relatório do provedor de 1877*, não paginado.

36 ASCMVV, *Relatório do provedor de 1893*, não paginado.

à mercê da intervenção do Estado e governada por uma comissão administrativa; os anos de 1856 e 1857, quando esteve paralisada e travou uma luta feroz para se manter em funcionamento, porque não havia nenhum dinheiro no cofre e teve que recorrer ao empréstimo de irmãos, assalariados e de um Banco e, por fim, a última década, com o corte de 30% nos juros das inscrições públicas. O primeiro e o último momento foram atravessados por divergências ideológicas profundas, as quais encontraram na Misericórdia um palco fácil de propagação pois, a debilidade em que se encontrava propiciava a deflagração de conflitos.

Encontrou apenas algum alento em certos legados que recebeu e nas visitas reais. Ao longo do século XIX, a Santa Casa recebeu monarcas e príncipes e registou uma relação muito afectuosa com D. Carlos e D. Amélia. O rei enviava peças de caça para o hospital e a rainha visitava os doentes, consolando-os com palavras e gestos, acalentando uma relação de grande proximidade com os confrades e servidores.

Quando os monarcas chegavam a Vila Viçosa, toda a vila entrava em alvoroço para preparar a recepção. Durante a temporada, os reis repousavam, caçavam e visitavam algumas instituições principais: Câmara, Matriz, alguns conventos e a Misericórdia. Foi assim com D. Maria II, D. Pedro V, D. Luís e D. Carlos. Da presença de D. Carlos, a Santa Casa não guarda memória, mas quando chegava a sua esposa, os irmãos enchiam-se de alegria e tudo faziam para lhe agradar. As actas produzidas, onde se faz o balanço das suas visitas, constituem autênticos memoriais laudatórios de uma personagem que lhe era grata e por quem eles nutriam grande afecto. E mais do que ser "extremamente agradável falar" das "muitas atenções e respeitos" de que a Misericórdia era devedora à Casa de Bragança, o provedor desejava a 26 de Novembro de 1891 agradecer a D. Amélia as "visitas espontâneas a este hospital" e as palavras de carinho e consolo dirigidas a todos os doentes. O agradecimento estendia-se a D. Carlos pelas ofertas de caça enviadas. Por isso, sonhou homenageá-los com a colocação dos seus bustos na sua sala mais importante[37], mas por estar impossibilitada financeiramente, a Misericórdia não mandou fazer os bustos e colocou os seus retratos no consistório. Gesto que perpetuava a figura dos monarcas e mantinha viva a memória da Casa de Bragança na Misericórdia.

A presença física e a proximidade de D. Amélia fez recordar o tempo em que os duques viviam na vila, se deslocavam à confraria para participar em alguns dos seus actos e a engrandeciam com a sua presença, esmolas, directivas, conselhos e legados.

Arrastada num processo de grandes dificuldades, a Misericórdia chegou à República agastada e com pouca vitalidade. O hospital mantinha-se aberto, desempenhando um importante papel em termos concelhios, embora mergulhado em problemas, tal como a Santa Casa. O maior era a falta de dinheiro que a tolhiam de fazer obras, reformar as enfermarias e a igreja, manter a farmácia, internar mais doentes, alargar a ajuda domiciliária, etc. Pelo contrário, o edifício precisava de me-

37 AMVV, Fundo da Misericórdia, fls. Servirá este Livro parar as actas das sessões da Mêza administrativa da Misericórdia de Vila Viçosa, 1882-1896, fls. 139-140v.

lhoramentos, a farmácia foi arrendada e sucederam-se as respostas negativas aos pedidos de doentes que em casa precisavam de ajuda.

Nunca a confraria tinha sentido semelhante provação. Apesar de na segunda metade do século XVIII a sua situação já ter sido problemática, em nada se assemelhou à do século seguinte.

Depois de superar as diversas crises oitocentistas, a instituição criou defesas para vencer as dificuldades seguintes e ao comemorar 500 anos de integração do hospital do Espírito Santo abraça vários projectos. Procurando responder às necessidades do tempo, a Santa Casa mobiliza esforços para continuar a corresponder às necessidades dos que precisam.

O SISTEMA CREDITÍCIO NA MISERICÓRDIA DE ÉVORA EM FINAIS DO ANTIGO REGIME

Rute Pardal
Doutoranda de História da Universidade de Évora
CIDEHUS/UÉ

1- APRESENTAÇÃO

Numa perspectiva diacrónica, analisando as concepções teóricas em redor das actividades financeiras e creditícias rapidamente se conclui que estas questões nunca reuniram o consenso de quem sobre elas se debruçou[1]. Como bem se sabe, a reacção contra as actividades financeiras e creditícias parece ter estado fundada na associação entre empréstimos a juros e usura, uma noção dominante em Portugal durante a Idade Média e grande parte da Idade Moderna[2]. Certamente por essa razão, e pelo facto de teologicamente o capital mutuado ser entendido como a extorsão de valores ao devedor pelo tempo usado, sendo este considerado uma dádiva de Deus, a Igreja, secundada pelo poder temporal combatia-o veementemente.

Na verdade, logo nas Ordenações Afonsinas se pretendia eliminar o mútuo oneroso, proibindo-o, excepto em certos casos especiais, determinando, apesar de tudo que, "ninguem seja tão ousado que cobre ouro, prata, dinheiro ou outra quantidade (...) por contrato de empréstimo ou a outro título"[3]. Na centúria seguinte, as Ordenações Manuelinas reflectiam ainda a forte condenação da onzenaria estabelecendo que "Nenhuma pessoa de qualquer estado, e condiçam que seja, nom dee, ou receba dinheiro, prata ou ouro, ou qualquer outra quantidade pesada, medida ou contada, a usura, porque possa auer, ou dar alguma auanta-

1 Logo na Grécia antiga Aristóteles, na sua "política" reprovava algumas destas actividades, argumentando que " (...) Existem três formas condenáveis desta crematística (neste caso referia-se à actividade comercial, entendida como um acto não natural de adquirir os bens, e, por isso condenável): o comércio exterior, o empréstimo a juros e o trabalho assalariado (...). O que se detesta com mais razão é a prática do empréstimo a juros". Justificava-se o filósofo, que o empréstimo a juros desvirtuava o objectivo que tinha norteado a criação da moeda, isto é, a troca, uma vez que aquele multiplicava a quantidade da própria moeda. Henri Denis, *História do pensamento económico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, pp. 55-56. Já na Idade Média São Tomás de Aquino declarava o juro ilegítimo e desonesto, apesar de se interrogar sobre as boas ou más intenções das actividades comerciais e financeiras. (Cf. Henri Denis, *História*... cit., p. 95).

2 Relação fundamentada nos exageros que certamente se cometeriam na cobrança dos juros. (Cf. Armando de Castro, «Usura», *Dicionário de História de Portugal*, Joel Serrão (dir.), vol. VI, pp. 236-237).

3 *Ordenações Afonsinas*, Livro IV, título XIX.

gem, assi por via de emprestimo, como de outro qualquer contracto"[4]. Contudo, apesar de todas as proibições e condenações, o empréstimo de dinheiro à razão de juro foi praticado, embora de forma esporádica na Idade Média, conforme se deduz da legislação que a ele se refere[5].

Todavia, a partir de meados do século XIII começou a desenvolver-se uma nova forma jurídica, cujos contornos se constituíam no investimento de capitais, escapando às penas aplicadas nos casos de usura. Tratou-se do censo consignativo[6], tornado um tipo de renda legal, desde que se observassem as condições estabelecidas, em 1425, pelo Papa Martinho V, na Bula Regiminis universalis[7].

À semelhança de outras confrarias, também as Misericórdias se envolveram no sistema de compra de censos. Na de Évora, esse movimento nota-se mais a partir da década de cinquenta de 1600[8], recaindo tanto em casas, na cidade de Évora, como em propriedades rústicas do seu termo (neste último caso essencialmente em vinhas, quintas e ferragiais).

O processo de compra esteve associado às determinações deixadas pelos legatários da Misericórdia, ou seja, o capital provinha, na sua maior parte, da venda de alguns bens doados à Instituição, que traziam instruções expressas nesse sentido. Razão pela qual os rendimentos dos censos comprados eram afectos às capelas dos instituidores[9].

Apesar de demonstrarem que a Misericórdia de Évora também se dedicava a actividades financeiras quando o empréstimo a juros era ainda proibido, as fontes onde se registaram a compra de censos não fornecem informações tão organizadas e pormenorizadas como aquelas que foram encontradas nos livros de saída e entrada de dinheiro dado a juro do cofre da Misericórdia[10]. Com base nos dados aí recolhidos foi possível avaliar, para além do quantitativo de capital a juros

4 *Ordenações Manuelinas*, Livro IV, Titulo XIV. Esta mesma proibição foi decalcada nas Ordenações Filipinas (Cf. *Ordenações Filipinas*, Livro IV, título LXVII).

5 Cf. Armando de Castro, "Usura"... cit. p. 236.

6 O censo consignativo consistia na entrega de uma determinada soma de capital, por um determinado período de tempo, contra o pagamento de uma quantia paga anualmente, sustentado pelos rendimentos obtidos pelo devedor sobre bens imobiliários. (Cf. Mário Júlio Brito de Almeida Costa, «Censo», *Dicionário de História de Portugal... cit.*, vol. VI, pp. 393-396. Armando de Castro, "Juros", *Dicionário de História de Portugal...* cit., vol. III, p. 421).

7 Cf. António de Oliveira, "Coimbra de 1537 a 1640", *Biblos: Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XLVIII, 1972, p. 102. Segundo António de Oliveira, esta Bula foi confirmada em 1455 por Calixto III, em 1545 por Paulo III, sendo que em 1569 Pio V lhe corrigiu alguns abusos, estabelecendo regras mais rígidas na compra de censos. Entre elas destacamos a possibilidade do devedor poder remir o censo no todo ou em parte, que o preço do censo fosse em dinheiro de contado e que a entrega do dinheiro do censo fosse feita na presença de notário e de testemunhas. (Cf. António de Oliveira, "Coimbra... cit.", p. 104). Não se discutem aqui as questões jurídicas da aplicabilidade das determinações de Pio V a Portugal. Certo é, que ainda que em 1593 o rei embargava a sua execução até que o Papa analisasse a situação ao pormenor. (Cf. António de Oliveira, "Coimbra... cit.", p. 105).

8 Tendo em conta a fonte onde este tipo de transacções foram registadas. (Cf. Arquivo Distrital de Évora, Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora (doravante ADE, ASCME), *Receita e despesa: tombo IV de foros – 1680/1681*).

9 Todavia existiram outras formas de sustentar as capelas, nomeadamente o distrate de censos, ou distrate de padrões de juro. (Cf. Idem, *Ibidem*).

10 Hospital, que como é sabido estava sob a administração da Misericórdia. (Cf. ADE, ASCME, *Receita de todo o dinheiro que se mete no cofre da Misericórdia* (1694-1793), nº 98. Idem, *Livro de despesa: saída de dinheiro do cofre do hospital* (1700-1816), nº 103. Idem, *Receita: entrada do dinheiro a juro* (1794-1823), nº 1549.

emprestado e recuperado pela Misericórdia, identificar a proveniência social da maior parte dos devedores da Santa Casa[11].

2- ANÁLISE DO VOLUME DE EMPRÉSTIMOS

Ainda que não se consiga saber concretamente quando é que o empréstimo de dinheiro à razão de juros garantido por penhor[12] se teria tornado legal, sabe-se que na Misericórdia de Évora esse movimento só está identificado para a segunda metade do século XVII. No entanto, o facto de só existirem livros de registos de entradas e saídas de dinheiros a partir da última década de seiscentos poderá indicar que essas actividades eram esporádicas.

Na verdade, as primeiras referências a empréstimos a juros surgem, não nos livros de receitas e despesas, como seria de esperar, mas num tombo de foros, e apenas relativos ao período que medeia entre 1668 e 1670[13]: no total, trata-se de 6 empréstimos, somando o capital emprestado 1.177.500 réis. Desde essa altura, e até 1705, não foi encontrado qualquer outro registo de dinheiro concedido a juros. No entanto, desse ano até 1814 a Misericórdia realizou 101 operações de empréstimo, que envolveram 91 devedores[14]. Se daqui se pode concluir que nem todos os anos saiu dinheiro do cofre, também é importante constatar que o leque dos devedores é muito alargado e não circunscrito a um pequeno número de indivíduos[15].

Quanto ao volume de dinheiro emprestado, observando o quadro nº 1, numa análise mais geral, pode verificar-se que a saída de capital começou a ganhar regularidade a partir da década de sessenta do século XVIII[16]. Até essa data, o carácter esporádico foi acompanhado por quantias não muito significativas, que se ficaram entre os 200.000 réis e os 500.000 réis, com excepção de 1744, onde a quantia sobe para os 1.600.000 réis, justificado pelo distrate de um padrão de juro que D. Pedro de Castro tinha deixado na Alfândega[17].

Nas décadas de 1770 e 1780 é notório que a frequência de empréstimos aumentou, assim como o quantitativo de dinheiro envolvido, ainda que somas aci-

11 Determinados contornos contratuais não estão aqui especificados, como por exemplo, a duração do contrato e o termo do vencimento dos juros. Elementos que eventualmente estarão em outras fontes, como por exemplo, os registos notariais e os inventários orfanológicos. Sobre as potencialidades destas fontes, em especial a última delas veja-se: Maria Manuela Rocha, «A actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)», *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 1996 (2º. -3º.), p. 580.

12 Veja-se a este propósito: António de Oliveira, «Coimbra... cit.» pp. 113-114.

13 Cf. ADE, ASCME, *Receita e despesa: tombo IV de foros – 1680/1681.*

14 Esta data corresponde apenas ao capital dado a juro pela Misericórdia, ainda que haja pagamentos efectuados posteriormente até 1823.

15 Um assunto a que regressaremos um pouco adiante. Aliás, a disseminação do crédito não foi uma realidade exclusiva do caso em estudo, também em Lisboa se verificou. (Cf. Maria Manuela Rocha, «A actividade... cit.», p. 591.

16 Não existe, para já, uma razão especial que explique este movimento. Pelo menos não há indicadores que levem a situar a Misericórdia como detentora de mais capital a partir deste período. Pelo contrário, a avaliar pela situação de outras Misericórdias, as principais fontes de rendimentos (os legados pios) ter-se-iam reduzido significativamente a partir de finais do século XVII e em todo o século XVIII. (Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, pp. 47-51.

17 Não é indicado se o dito padrão de juro foi deixado à Misericórdia ou ao Hospital, assim como também não foi especificada em que alfândega. (Cf. ADE, ASCME, *Receita de todo o dinheiro*... cit., fl. 27).

ma dos 1.000.000 réis alternassem com valores muito baixos, como foi o caso dos 30.000 réis de 1769 e dos 15.000 réis emprestados em 1771.

Apesar desta evolução, a década de 1790 foi, sem dúvida, a de maior movimentação, quer pelo número de créditos dados, quer pela quantidade de dinheiro envolvida. Ainda que as duas primeiras décadas de oitocentos tivessem também registado um movimento assinalável, ele foi sempre inferior.

Quadro nº 1 – Saídas e entradas de dinheiro dado a juro pela Misericórdia de Évora – 1705-1823

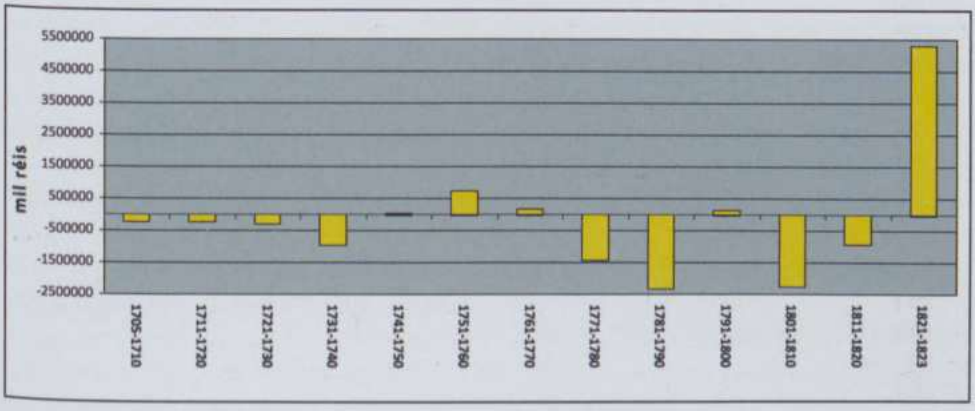
Empréstimos		Somatório dos distrates
ANOS	VALORES (EM MIL RÉIS)	VALORES (EM MIL RÉIS)
1705	467.000	300.000
1710	200.000	-
1717	194.940	-
1730	-	251.000
1732	-	920.000
1743	-	17.000
1744	1.600.000	1.600.000
1753	450.000	50.000
1754	-	300.000
1755	500.000	400.000
1757	-	1.840.000
1759	400.000	-
1760	510.000	-
1761	450.000	-
1762	500.000	-
1763	-	800.000
1764	-	800.000
1765	380.000	610.000
1766	240.000	-
1767	170.000	-
1768	310.000	-
1769	30.000	-
1770	-	50.000
1771	15.000	-
1772	60.000	120.000
1773	1.122.000	650.000
1774	-	125.000
1775	50.000	30.000
1776	50.000	222.000
1779	1.110.000	50.000
1780	186.000	-
1782	-	226.000
1783	1.160.000	-
1787	1.007.000	760.000
1788	350.000	477.600
1789	1.940.000	800.000
1790	640.000	550.000
1791	31.280	910.000
1792	1.050.000	520.000
1793	526.800	100.000
1794	900.000	443.000
1795	518.000	1.200.000
1796	536.400	800.000
1797	6.060.000	3.200.000
1798	1.500.000	2.092.000
1799	2.390.000	2.293.200
1800	-	2.095.500
1801	600.000	500.000
1802	370.033	1773.625
1803	2.620.000	604.607
1804	2.710.000	987.865
1805	-	33.000
1806	-	20.000
1807	218.680	200.680
1809	-	160.000
1813	-	401.000
1814	1.901.000	1.258.352
1821	-	840.000
1823	-	800.000
Total	36.024.133	33.180.749

Quanto ao equilíbrio entre as saídas de capitais e as respectivas entradas, o quadro anterior também é bem esclarecedor, indicando claramente aquilo que, se poderia designar por desequilíbrio orçamental. O mesmo é dizer que as saídas anuais de dinheiro foram quase sempre superiores aos retornos dos mesmos, exceptuando nos anos em que apenas houve pagamento de dívidas, não registando quaisquer saídas.

Por outro lado, ao ser analisada a evolução do saldo por décadas, o desequilíbrio torna-se ainda mais visível, como se pode constatar no seguinte gráfico.

A bem da verdade, de 1705 até 1823 poucos foram os anos em que houve saldos positivos, sendo na sua maioria abaixo dos 500.000 réis. Acima deste nível só mesmo os anos de 1751-1760 e 1821-1823, embora estes últimos elementos se reportem apenas à entrada de dinheiro.

Gráfico nº 1 – Saldo do dinheiro emprestado pela Misericórdia de Évora 1705-1823



Quando se procuraram explicações para estes valores, encontraram-se as *tradicionais*: o atraso no pagamento do dinheiro por parte dos devedores e não pagamento nem dos juros nem do *principal*. No entanto, poder-se-á estar na presença de uma situação de negligência do escrivão, ao não ter registado a entrada do capital. Na primeira situação, foram encontrados variadíssimos os anos decorridos entre o empréstimo e o pagamento, alguns devedores pagaram no ano seguinte, enquanto outros demoravam três, seis, doze, ou vinte anos[18].

18 Um único caso, cujo empréstimo foi concedido em 1765 e o pagamento só foi efectuado em 1793. De resto, a maior parte dos pagamentos das dívidas situava-se entre os dez e os quinze anos após a sua contracção. Sucedia também, que em algumas situações surgisse o primeiro pagamento passado algum tempo e depois não se procedesse a mais nenhum registo de saldo da dívida.

Quanto ao não pagamento do dinheiro, essa informação só se conseguiu obter depois de cruzados os dados dos livros de saídas com os dos livros de entradas. De facto, dos cento e um contratos efectuados pela Misericórdia nos cerca de cem anos estudados, trinta e nove foram registados no livro da saída do dinheiro, embora nunca tenha sido anotada a entrada de nenhuma quantia referente aos mesmos. Ou seja, 37,8% dos contratos podem não ter sido cumpridos pelos devedores, ou então as entradas podem não ter sido registadas. A mesma omissão ocorreu provavelmente aquando do registo de saídas de capital mutuado, já que nos respectivos livros não foram apontados dezoito empréstimos, encontrando-se o seu pagamento nos livros de entrada.

Ora, depois de constatado o desequilíbrio entre o dinheiro emprestado e recuperado pela Misericórdia, e a pouca clareza com que os responsáveis controlavam todo o processo, resta aferir da sustentabilidade do sistema. O mesmo será perguntar qual foi a forma de financiamento dos empréstimos, uma vez que os rendimentos destes não supriam as necessidades do mercado. A explicação reside, em parte, na utilização dos rendimentos das capelas, uma vez estas foram mencionadas por nove vezes[19]. No entanto, outras fontes de financiamento foram utilizadas, nomeadamente os bens do Hospital do Espírito Santo[20], referidos 5 vezes, ou as esmolas dadas à Misericórdia com o propósito de se empregarem a juro[21], indicadas duas vezes, ou para remissão dos cativos, ou ainda o distrate de rendas e padrões de juros.

Por outro lado, na Misericórdia de Évora, tal como nas demais Misericórdias, o desequilíbrio agravou-se à medida que as taxas de juro foram sendo reduzidas, nomeadamente a partir do alvará filipino de 1614, onde se proibiam os juros superiores a 5%[22]. Todavia, tal como ficou demonstrado para Coimbra, este alvará parece que apenas foi cumprido na venda de juros da fazenda real, praticando-se valores mais elevados. Também o dinheiro que a Misericórdia de Évora emprestou antes de 1705[23] foi à razão de 6,4%. No tempo em estudo, o preço do dinheiro baixou, na maioria dos casos aos 5%, havendo apenas dois empréstimos a 4% e um outro a 3%. O mesmo é dizer que, antes de entrar em vigor o alvará de 1756, que fixava definitivamente a taxa de juro nos 5%[24], a Misericórdia de Évora já a praticava.

---

19 Na documentação analisada existem poucas informações a acerca da proveniência do dinheiro a emprestar. Contudo, a aplicação dos rendimentos das capelas, nos empréstimos à razão de juro não foi domínio exclusivo da Misericórdia de Évora. Para observar outros casos, veja-se: Laurinda Abreu, *A Santa Casa*... cit., p. 59. Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal, Lisboa*, Livros Horizonte, 2001, p. 53.

20 Como é sabido, o Hospital do Espírito Santo tinha dotação própria. Contudo, quando é mencionada a utilização do capital do hospital, não é indicada a proveniência concreta.

21 Como por exemplo, a esmola de 1.200.000 réis que o Arcebispo de Évora e Provedor da Misericórdia, D. Joaquim Xavier Botelho de Lima, deu à mesma em 1795, para que se emprestassem a juros e os rendimentos dos mesmos fossem aplicados nos doentes do Hospital do Espírito Santo. (Cf. ADE, ASCME, *Entrada de dinheiro a juro*, nº 1549, fl. 3).

22 Cf. António de Oliveira, "Coimbra... cit.", p. 114.

23 Veja-se a nota nº 13.

24 Cf. Nuno Gonçalo Monteiro, "O endividamento aristocrático 1750-1832: alguns aspectos", *Análise social*, vol. XXVII (116-117), 1992 (2º-3º), p. 268. Não foram abordados os empréstimos por amizade, ou gratuitos porque não existe nas fontes analisadas diferenciação entre os mútuos onerosos e estes últimos, embora surjam registos que não indicam taxa de juro. Sobre os empréstimos de capital por amizade, veja-se: António de Oliveira, «Coimbra... cit.», p. 115. Maria Manuela Rocha, "A actividade... cit.", pp. 592-593.

De destacar, contudo, que, sobretudo a partir da década de 1760, as administrações da Misericórdia começaram a exercer uma maior exigência no momento de concederem empréstimos, uma vez que foi surgindo mais insistentemente a imposição de fiadores e hipotecas, que assegurassem o pagamento das dívidas[25].

Se a análise feita atrás caracterizou a Misericórdia de Évora como credora, importa também saber se ela se instituiu simultaneamente como devedora. Como já foi demonstrado em alguns estudos efectuados[26], era prática comum entre as confrarias de Misericórdia contraírem empréstimos vantajosos, para, por sua vez, emprestarem a juros mais altos. Contudo, e no período que abarca este trabalho, apenas existiu um momento de endividamento, não sendo o dinheiro destinado ao reinvestimento no mercado financeiro. Tratou-se nesse caso de dinheiro que a Misericórdia pediu a dois dos seus confrades, entre 1717 e 1719, para fazer face às despesas do litígio que mantinha com o cabido da Sé de Évora na cúria romana[27]. Acerca do capital pedido nada se sabe, mas verificou-se que o dinheiro que a Misericórdia pagou aos referidos confrades foi de 2.903.580 réis, verba que, curiosamente foi paga com dinheiro proveniente da cobrança dos legados não cumpridos.

3- A COMPOSIÇÃO SOCIAL DO CRÉDITO

Para além do volume de capital emprestado, e de algumas particularidades que o envolveu, foi também possível identificar a pertença social dos devedores, um dos tópicos mais abordados nos estudos sobre actividades financeiras anteriores ao sistema bancário contemporâneo[28].

Como se pode verificar no gráfico nº 2, a diversidade de categorias socioprofissionais demonstra como o sistema de crédito estava disseminado na sociedade eborense.

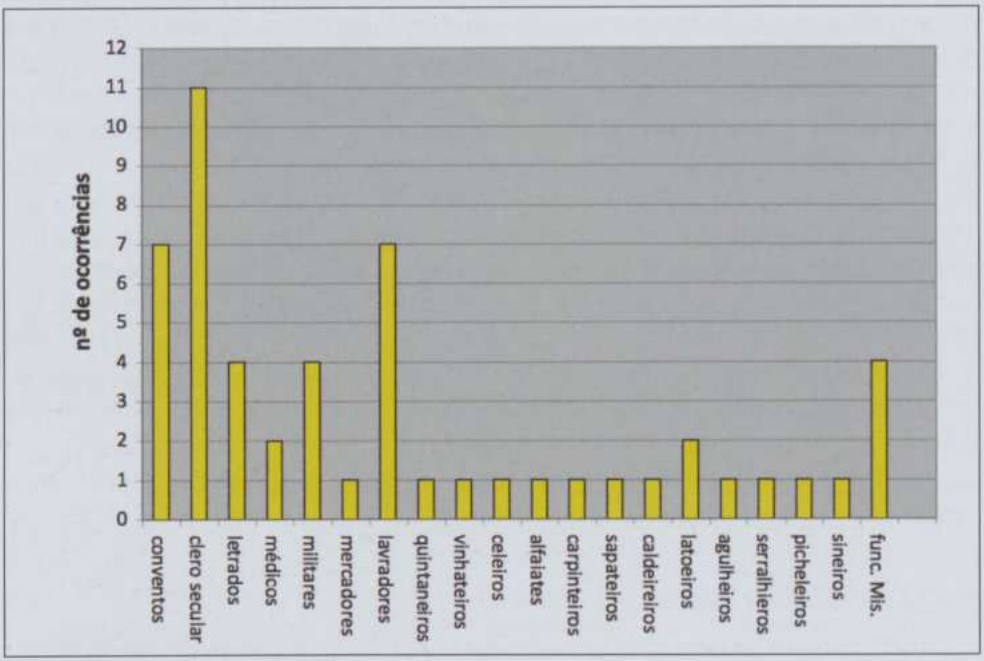
25 Não foi por esse motivo que as cobranças das mesmas dívidas se tornaram mais fáceis e abundantes. Aliás, porque historicamente não o foram, é que as Misericórdias recorreram também elas insistentemente ao poder real, para que as suas dívidas fossem executadas como as da fazenda real. Facto que não terá eventualmente servido de muita ajuda, uma vez que muitos empréstimos eram feitos a pessoas poderosas nas diferentes localidades, eximindo-se, dessa maneira de pagar. Ajudados certamente pela deficiente, ou nula inscrição das retiradas de dinheiro do cofre. (Cf. Laurinda Abreu, "As Misericórdias Portuguesas de Filipe I a D. João V", *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa/União das Misericórdias, vol. 1, 2002, pp. 55-65. Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias Portuguesas*... cit., p. 52).

26 Cf. Laurinda Abreu, "As Misericórdias... cit.", pp. 61-63.

27 A causa que a Misericórdia trazia com o cabido da Sé de Évora, uma vez que estes ali tratavam de impugnar o Breve do Papa Clemente XI, com data de 26 de Novembro de 1711. Este Breve possibilitava que fossem arrecadados os rendimentos dos legados pios não cumpridos no tempo estipulado pelos instituidores das capelas no Arcebispado de Évora. (Cf. *Legados Pios*/Santa Casa da Misericordia d'Evora, Évora, Typografia da Casa Pia, 1882, pp. 3-5).

28 Cf. Maria Manuel Rocha, "A actividade... cit.", p. 579.

Gráfico nº 2 – A estrutura sócio-profissional dos devedores[29]



Como se pode constatar, há grupos que se destacam no recurso ao crédito. Em primeiro lugar o clero secular, logo seguido do clero regular, e dos lavradores. Com valores ligeiramente inferiores, situam-se os letrados, os militares e os funcionários da Misericórdia[30]. Vêm depois os médicos e os latoeiros, seguidos de um infindável número, que se pode integrar na categoria geral de mecânicos, representado cada um com uma ocorrência[31].

Fora das malhas desta organização sócio-profissional ficaram alguns devedores, cujo estatuto não está identificado nas fontes, mas que sabemos que pertenceram à pequena nobreza local, aquela que controlava a vereação eborense[32], como a família de Figueiredo Castelo Branco; Melo e Cordovil de Brito Figueiredo Homem[33].

29 Os números de ocorrências referidas no gráfico referem-se estritamente às respectivas categorias. Foram excluídos todos os empréstimos que não indicaram o estatuto socioprofissional de quem pediu o dinheiro.

30 Quanto às referências a irmãos da Misericórdia foram encontrados três registos dentro dessas características, todavia faziam referência à sua categoria socioprofissional, sendo essa que foi inserida no gráfico. Contudo, tudo leva a crer que muitos mais devedores fossem irmãos da Misericórdia, a avaliar por alguns casos já estudados. (Cf. Laurinda Abreu, *A Santa Casa*... cit., p. 62).

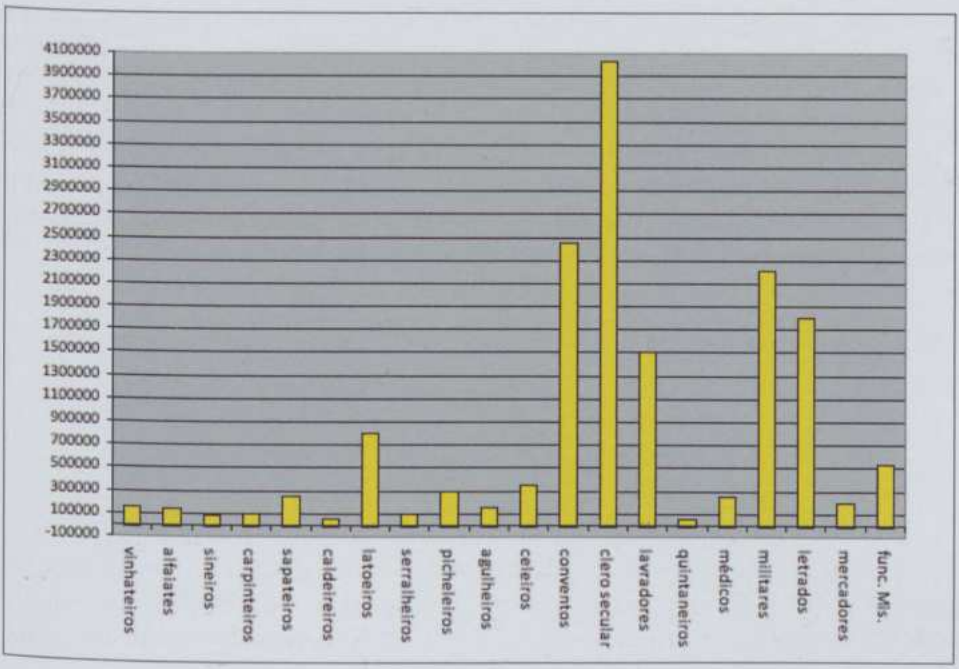
31 Em Coimbra, uma das categorias sociais que predominou na compra de censos consignativos foi a de indivíduos ligados à agricultura. Por outro lado, o clero e os letrados tiveram pouca importância. Todavia cerca de 70% daqueles que pediram dinheiro à razão de juros dedicavam-se ao comércio e à indústria. (Cf. António de Oliveira, "Coimbra... cit.", pp. 107-115).

32 Cf. Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo: Évora. 1750-1820*, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 185-186.

33 Apesar de tudo, não se poderão estabelecer comparações com o fenómeno de endividamento aristocrático que se viveu em Lisboa (cf. Nuno Gonçalo Monteiro, "O endividamento... cit.", pp. 263-283). Aliás, no período que abrange este estudo, não havia em Évora vestígios da nobreza titulada que nela vivera até grande parte do século XVII. (Cf. Teresa Fonseca, *Absolutismo*... cit., p. 93).

Todavia, depois de analisado comparativamente o volume de crédito conseguido por cada uma das categorias apresentadas, verificou-se que, apesar de algumas terem o mesmo número de ocorrências, nem todas obtiveram a mesma quantidade de dinheiro, como se pode verificar no gráfico seguinte:

Gráfico nº 3 – Concentração dos créditos por categoria sócio-profissional



Desta maneira, pode constatar-se que o clero – secular e regular - e os lavradores foram os grupos que maior quantidade de dinheiro pediram à Misericórdia de Évora. Todavia, apesar de terem o mesmo número de ocorrências destes últimos, os conventos ultrapassaram largamente os lavradores no crédito solicitado. Por outro lado, analisando as categorias que se seguiram a estas, na sequência atrás apresentada, verifica-se que a ordem dos devedores se inverte, estando em primeiro lugar os militares, seguidos pelos letrados e só depois pelos funcionários da Misericórdia. Já, no grupo dos *mecânicos*, as quantias são pouco significativas, ainda que os latoeiros, celeiros, picheleiros e sapateiros, tenham valores um pouco mais elevados que os restantes.

Outra questão que resulta da análise relacional entre as categorias sociais e o quantitativo de capital por elas pedido tem a ver com o destino do dinheiro. De facto, se as pequenas somas solicitadas pelos artífices, ou as já mais significativas dos lavradores e dos letrados, se justificavam pela, hipotética, necessidade que delas teriam para o exercício das suas actividades, já mais difícil se torna explicar o volume de capital pedido pelo clero. Estaremos em presença de uma situação já bem

conhecida para outros quadrantes? Estariam os conventos a pedir dinheiro para o investirem no mercado financeiro? Interrogações para respostas futuras.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal como na maioria das Misericórdias portuguesas, também na Santa Casa de Évora a actividade creditícia teve origem nos censos consignativos, utilizados durante a Idade Média como forma de fuga à usura. Todavia, a partir da segunda metade do século XVII os empréstimos de dinheiro a juros começaram a tomar o lugar dos censos, assumindo maior regularidade e valores mais significativos a partir da segunda metade do século XVIII.

No entanto, em termos financeiros, o sistema creditício pautar-se-ia, quase sempre, pelo desequilíbrio entre o dinheiro emprestado e o recuperado, devido, entre outras razões, ao incumprimento do estabelecido nos contratos. As consequências daqui decorrentes, não serão difíceis de imaginar.

NUNO ÁLVARES PEREIRA, *SENHOR* DE VILA VIÇOSA[1]

Manuela Mendonça
Presidente da Academia Portuguesa da História.
Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. A consagração do guerreiro português, que a Igreja Católica reconheceu como santo, canonizando-o em 26 de Abril de 2009, fez voltar à memória, para uns de modo negativo, para outros positivo, o labor de um herói que ficou para sempre associado à crise portuguesa da independência entre 1383 e 1385 e à vitória da dinastia de Avis, iniciada por D. João I. E podemos afirmar que, por força desse desempenho, Nuno Álvares ligou igualmente o seu destino às terras alentejanas, nomeadamente a Vila Viçosa. Senhor de enorme património, que em parte entregaria a sua filha e netos, viabilizou aquela que viria a ser a grande "Casa de Bragança" que nesta vila alentejana estabeleceria a respectiva "corte", num cenário de poder que, como já tive ocasião de escrever, a potenciou como corte alternativa à própria corte régia.

É nosso objectivo, neste breve texto, uma abordagem à vida desse Homem que se assumiu em integridade na sociedade em que esteve inserido, apresentando-se como fruto e agente de uma mentalidade, na sua relação social, económica e política com os outros e com o poder. Porque é preciso não esquecer que Nuno Álvares Pereira foi, antes de tudo, um homem do seu tempo. E é à luz desse tempo que o devemos conhecer.

Nuno Álvares não foi um primogénito, nem teve nascimento legítimo. Filho de D. Álvaro Gonçalves Pereira, Prior da Ordem do Hospital e de uma jovem fidalga, Iria Gonçalves do Carvalhal, o futuro herói nasceu em 1360, sendo posteriormente legitimado pelo rei D. Pedro. Quer pela sua condição de filho segundo, quer pela marca do seu nascimento, o futuro do jovem teria que passar pelo sacrifício pessoal a uma causa, naturalmente consequência de um destino que o pai para si procurou.

Introduzido desde cedo na Corte régia, Nuno serviu D. Fernando entre os 13 e os 16 anos, idade em que foi chamado a casar, o que aconteceu em 1376. A noiva era uma jovem viúva, D. Leonor de Alvim, senhora de bastantes "rendas e cabedais" na região de Entre-Douro-e-Minho, onde o casal fixaria residência. Ali Nuno Álvares experimentou a vida rural de um fidalgo e ali viu nascer os seus três filhos, dos quais

1 O essencial do texto aqui apresentado foi escrito para prefaciar a reedição da *Crónica do Condestável*, que brevemente estará nas livrarias.

apenas uma menina sobreviveu. Chamaram-lhe Beatriz e, anos mais tarde, seria destinada a casar com um bastardo de D. João I, D. Afonso. Não o terá Nuno Álvares imaginado, mas certo é que estava dado o primeiro passo para a constituição da casa mais poderosa de Portugal.

Apesar da abastança em que vivia e de encontrar nas suas terras local propício aos seus interesses de caçador e monteiro, Nuno Álvares Pereira não se conformou no seu desígnio de orientador de uma casa rural, apesar de ela lhe dar uma significativa base económica. Por isso, não decorreriam muitos anos sem que voltasse à Corte e ao serviço régio, sendo certo que no ano de 1381 já o encontramos envolvido em operações militares lideradas por D. Fernando.

Mas foi a crise sucessória que, em 1383, ameaçou Portugal de perder a sua independência que catapultou Nuno Álvares Pereira para a ribalta militar e política. Os dois anos que esta crise durou foram naturalmente responsáveis por uma significativa agitação na sociedade portuguesa, mas também pela consagração daquele que em breve se tornou o condestável de Portugal. Presente desde o primeiro momento, companheiro e aliado do Mestre de Avis, o filho do Prior do Hospital impôs-se à História transformando-se numa figura que, de outro modo, certamente ficaria no esquecimento, reduzida a uma fidalguia de província, algures no norte de Portugal.

2. Homem de 23 anos à data da morte de D. Fernando, o filho do Prior do Hospital não hesitou em escolher a resistência aos interesses de quantos consideravam legítima herdeira do trono D. Beatriz, filha do rei defunto e casada com D. João I de Castela. E isto apesar de grande parte da nobreza, nela se contando os seus próprios irmãos, se sentir vinculada àquela que havia jurado como sucessora da Coroa portuguesa. Não é o momento de nos determos nas acções que, ao longo da crise, se traduziram em confronto armado entre as duas principais Coroas ibéricas. Apenas nos importa referir que Nuno Álvares Pereira desempenhou papel activo e decisivo para a vitória portuguesa, cuja expressão maior foi a batalha de Aljubarrota, ocorrida a 15 de Agosto de 1385. Nascia então o "grande senhor", porventura o mais rico de Portugal!

Na complexidade dos momentos vividos, o futuro D. João I teve de, como já escreveu Marcelo Caetano, "atrair partidários e recompensar serviços mediante dádivas avultadas: os bens confiscados a um, logo eram doados a outro". Deste modo foram crescendo os novos beneficiados, cujo paradigma foi sem dúvida D. Nuno Álvares Pereira. A consequência desse acumular de honras, bens e títulos foi a grande casa senhorial que passou a reger. Tal nos permite chegar ao contacto com uma outra importante faceta do chefe militar, porventura menos conhecida, mas certamente não menos importante e interessante na respectiva vida e actuação: a do grande senhor! Vejamos genericamente a "Casa" que constituiu.

Quando, em Abril de 1385, recebeu carta do "ofício" de Condestável do reino, o jovem guerreiro já somava uma quantidade significativa de bens – uns recebidos ainda de D. Fernando e outros de D. João, enquanto Regedor e Defensor do Reino,

em recompensa dos serviços prestados. Daquele recebera diversos locais no Alentejo – Alter do Chão, Vila Formosa, Assumar e Chancelaria, para além de algumas rendas em "prestamo". Deste, talvez a primeira e mais significativa doação tenha sido a que ocorreu em Março de 1384 e que comportou os "bens móveis e de raiz de David Negro". E depois de D. João ser legitimado como rei pela aclamação feita nas Cortes de Coimbra, logo doou a Nuno Álvares as terras e castelo de Montalegre, Barroso, os reguengos de Basto e Arco de Baulhe, com jurisdições e Direitos Reais, ainda que com "apelação" reservada ao Rei. Do mesmo modo lhe foram confirmadas as anteriores doações dos reguengos de Frielas, Unhos, Camarate, Sacavém e ribeiras de sal.

Depois da grande batalha e vitória de Aljubarrota, o rei continuou pródigo: o condestável foi então feito Conde de Ourém, recebendo igualmente as terras do condado, que antes haviam pertencido a João Fernandes Andeiro. A elas acrescenta, segundo levantamento de Rosa Cameiro Pereira, de juro e herdade, "Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Portel, Montemor-o-Novo, Almada, Setúbal, o reguengo de Colares, o serviço dos judeus de Lisboa, Porto de Mós, Rabaçal, Bouças e Alvaiázere". A doação, que incluía pessoas e bens, alto e baixo império, só mantinha as "apelações" reservadas ao Rei. Recebeu ainda as rendas e direitos reais em Loulé e Silves com os respectivos termos, bem como as de Guimarães, Ponte de Lima, Valença, Vila Real, Chaves, Bragança e Atouguia. Estas últimas "entregas" foram, no entanto, feitas a título de "préstamo", ou seja, com a condição de voltarem à Coroa depois da morte do detentor ou quando o rei as pedisse.

Tal como não cessou a generosidade régia, também não acabou a actividade bélica do já consagrado guerreiro, bem patente na vitória que, em Outubro do mesmo ano de 1385, obteve em Valverde. Na sequência desta batalha recebeu o título de Conde de Barcelos, com a respectiva vila e seu termo, com todos os direitos reais e jurisdição, *mero e mixto* império. No ano seguinte, após as vitoriosas operações levadas a efeito no norte do reino, estando em Chaves, o rei fez-lhe mercê, de juro e herdade, da pensão dos tabeliães da comuna dos judeus de Lisboa. E, em 1387, ser-lhe-ia concedido o Padroado de todas as igrejas de suas terras. Além disso, foi-lhe ainda feita doação do "montado de Campo de Ourique, das terras da Ordem de Santiago", com privilégio de colocar monteiros, juízes e escrivães, que podiam ouvir e desembargar feitos e apelações tal como antes faziam os oficiais do rei.

A juntar ao privilégio de que as apelações e agravos das suas terras não fossem presentes ao Rei antes de serem conhecidas por ele ou seus ouvidores, Nuno Álvares Pereira recebeu também o título de Conde de Arraiolos. Pouco depois e certamente para segurança de tudo o que lhe fora doado antes da aclamação de D. João I, o Conde de três condados solicitou e obteve, em 1389, a confirmação régia das doações que o Mestre de Avis lhe fizera enquanto Regedor e Defensor do Reino. No ano seguinte veria também confirmados os bens que lhe haviam sido doados por D. Fernando.

Privilégios e doações não acabaram na década de 80, pois em 1391 Nuno Álvares conseguiu que os seus almoxarifes tivessem poderes idênticos aos do rei. Oito

anos mais tarde foi-lhe concedido que os judeus que ele próprio isentasse não pagassem o serviço real. Em 1398 receberia ainda, de juro e herdade, Paiva, Tendais e Lousada, com rendas e jurisdições, para além dos bens próprios e de raiz de Gil Vasques da Cunha. O século seguinte testemunharia mais privilégios ao conde que, em 1408, obteve que os seus sacadores pudessem penhorar os bens de quem lhe fosse devedor.

Sem ser exaustiva, esta panorâmica dá bem a dimensão do poder concentrado nas mãos do Condestável do reino. Talvez dando-se conta e para justificar essa dimensão, Fernão Lopes escreveu que, no início da luta pela independência, o filho do Prior do Hospital combinara com o mestre de Avis que, em caso de vitória sobre os castelhanos, este o compensaria com metade do reino em rendas e benefícios. Uma observação cuidada de tudo o que recebeu certamente concluirá que, sem oficialmente dividir o reino, D. João I não terá andado muito longe de cumprir a eventual promessa, nas inúmeras entregas feitas ao Condestável. Mas esta situação de privilégio levantaria muitas invejas, que o cronista também registou. Com efeito, a preocupação com uma Coroa economicamente enfraquecida e diversas influências, em grande parte nascidas da inveja, levaram D. João I a tomar medidas que foram responsáveis por um sério confronto entre os dois homens a quem se deveu a manutenção da independência do reino de Portugal.

Esse objectivo havia-os unido. Contudo, para o Condestável, o entendimento do modelo necessário, porventura inovador, de um território politicamente independente não era acompanhado ainda da compreensão de um rei como senhor único. A luta contra Castela não significara, pois, total mudança de mentalidade. E nesta diferença se deve entender a atitude posteriormente tomada por Nuno Álvares Pereira, na qual se manifestou imbuído da velha mentalidade senhorial. Esta seria responsável por um período de discórdias que de seguida abordaremos.

3. Desde os alvores do seu protagonismo militar que descortinamos em Nuno Álvares Pereira uma tendência para "usar" livremente tudo o que possuía. Essa intenção poderia concretizar-se a partir de 1383, quando obteve do Mestre o privilégio de pôr ou tirar alcaides, receber homenagens, dar bens móveis ou de raiz, dar ou tirar tenças, tal como ao rei era permitido fazer. Nessa conformidade, rapidamente iniciou o processo de repartição dos bens que detinha, como prova a confirmação que, em 1385, obteve de D. João I para as doações que fizera de uma herdade em Beja e umas casas em Elvas. O mesmo ocorreria em 1391, na sequência da doação que fez do Arco de Baulhe. Tendo como objectivo beneficiar os seus dependentes e familiares, encontramos então o Condestável com um comportamento de "grande Senhor" que usa livremente tudo o que possui. Esta tendência haveria de continuar, ganhando outras dimensões quando, em 1393, Nuno Álvares decidiu compensar um grande número de homens que o haviam servido na guerra, distribuindo-lhes terras e rendas. Em contrapartida, cada um deles garantia "certos escudeiros, para serviço del Rei e seu, quando cumprisse, como seus vassalos que eram".

Ora este procedimento não pode deixar de lembrar o recurso característico dos francos, nomeadamente na dinastia carolíngia, num esforço de garantir servi-

ço e fidelidades que levaria à instituição feudo-vassálica, pois que, como escreveu Ganshof, "o objecto da obrigação de uma das partes foi considerado como a causa da obrigação da outra".

O Condestável parece, pois, actuar em conformidade com este princípio. Fez vassalos e não se inibiu de "semear" essa dependência em todo o reino. Com efeito, fê-los no Alentejo e na Estremadura, envolvendo as rendas de Évora-Monte, Estremoz, Monsaraz, Borba, Portel e Vila de Frades, Vidigueira, Vila Ruiva e Vila Alva, Montemor-o-Novo, Sacavém, Almada, reguengo de Alviela, Rio Maior, Porto de Mós, Alvaiázere, Rabaçal e vários outros lugares e quintas da mesma Província. Idêntico procedimento teve em Entre Douro e Minho, nomeadamente em Baltar, Terras de Basto e de Pena, Barroso, Montalegre e Barcelos. O mesmo aconteceu em Trás-os-Montes, em diversas quintas, bem como em Chaves e Bragança.

Esta atitude de partilha de bens parece, na nossa mentalidade, perfeitamente correcta. Era-o também para Nuno Álvares que, nos seus ideais de cavalaria, poderia ainda recordar e, porventura, imitar Carlos Martel no gesto de distribuir terras aos seus soldados depois das grandes campanhas. Mas não o entendia do mesmo modo o primeiro rei da dinastia de Avis, que foi permeável a quantos lhe sopravam que Nuno Álvares excedia as suas prerrogativas e desse modo se podia transformar num poder incontrolável para a Coroa. Assim falavam e isso defendiam muitos dos que, na corte régia, olhavam "com inveja e encoberto ódio" o poder do Condestável, conforme informou Fernão Lopes, acrescentando que, na última década de trezentos, "... não minguou quem a el Rei disse... que faria bem pedir ao Comde de suas terras que eram muitas... lhe aprouvesse dar algumas pera elle...".

D. João I encontrava-se numa situação delicada pois, se por um lado também temia o ascendente de Nuno Álvares, por outro sabia quanto lhe devia, não o querendo, pois, afrontar. Por isso decidiu que "não pediria nenhuma cousa de quanto lhe dado havia, mas que tinha talante de comprar...". Estendendo este objectivo a outros nobres, chamou-os à corte juntamente com o Condestável. Feita a proposta, podemos dizer que estava iniciado o confronto, pois a ideia não foi aceite pelo Conde, considerando que "aqueles que dele [rei] terras tinham bem lhas haviam servido e esperavam de servir..."

Apesar das explicações régias, Nuno Álvares Pereira não se deixou convencer e considerou-se mesmo ofendido. Por isso abandonou a Corte e partiu para as suas terras. Seguindo sempre a informação do cronista, sabemos que o processo subsequente não foi fácil, chegando o Condestável a pensar em deixar o reino, acompanhado pelos seus homens. Mais uma vez se nota a mentalidade de um grande senhor, atingido na sua honra, vindo ao de cima a noção de que "o vassalo do rei podia expatriar-se, quando o senhor o ofendesse". E não podemos deixar de registar, mais uma vez, a aparente contradição manifesta num homem que, por um lado colocou a vida na defesa da independência de um território, mas, por outro lado, não tinha ainda a compreensão da figura do Rei como único Senhor nesse mesmo território. Podemos dizer que, neste campo, a velha mentalidade permanecia e justificava o abandono do reino por ofensa. Contudo, importa dizê-lo, era já presente em Nuno Álvares a ideia de que nunca levantaria armas contra o seu rei.

Confrontado com a resistência do seu homem de confiança, D. João I envidaria todos os esforços para impedir o confronto. Diríamos mesmo que foi o rei que cedeu frente ao Senhor quando lhe mandou um mensageiro a pedir que reconsiderasse. Contudo, a missiva levada por Rui Lourenço não teve sucesso, persistindo a ameaça. E o rei voltaria a enviar embaixadores, tal foi o caso de Fernão Rodrigues que igualmente se encontrou com a teimosia do Condestável que afirmava que, perante a situação criada, "sua partida não podia escusar...". Nuno Álvares Pereira só vergaria quando o bispo de Évora, D. João Anes, se lhe apresentou, mas ainda assim manteve a sua altivez. Com efeito, tendo finalmente percebido que o monarca estava efectivamente preocupado, fez uma cedência: prometeu que mandaria um emissário seu à Corte para comunicar qual a sua decisão final. Tal missão confiou-a a seu tio, Martim Gonçalves, que comunicou a D. João I as condições do Condestável. As mesmas terão sido aceites e, pouco depois, Nuno Álvares Pereira encontrou-se com D. João I na cidade do Porto. Foi então decidido que os senhores não poderiam mais ter vassalos. Tal privilégio só ao rei pertencia. Por isso, "ali foi ordenado que el Rei tomasse para si todos os vassalos que o Conde e outros fidalgos tinham, e que outrem não tivesse vassalos senão ele". Foi ainda aceite que o Condestável recuperasse todas as terras que tinha distribuído, encarregando-se o rei de recompensar de outro modo os seus antigos detentores. O cronista não esconde que Nuno Álvares Pereira o fez a contra gosto, mas "não podia outra coisa fazer"! Por força da mesma negociação voltavam para a Coroa os bens que detinha em "prestamo", mantendo, no entanto, os "que tinha de juro e herdade".

4. No processo de confronto vivido, difícil se torna encontrar o vencedor e o vencido e pode mesmo dizer-se que foi negociada uma solução de compromisso, de modo que ambas as partes saíssem vitoriosas: o rei fez cumprir as suas determinações; o Condestável manteve o benefício com que galardoara os seus, tendo o mesmo apenas sido transferido para uma quantia em dinheiro a pagar pelo monarca.

Sem dúvida que, no momento, a solução funcionou, pois Nuno Álvares Pereira decididamente não queria colocar-se em oposição ao rei, "embora fosse movido pelo interesse do cavaleiro que buscava consolidar os seus bens". Mas isso não invalidou que a Coroa se visse posteriormente confrontada com a ascensão do poder de "outros" senhores.

Da situação criada com o crescimento desses novos poderes se fez eco Fernão Lopes e a questão foi, com alguma frequência, levantada em cortes, à semelhança do que já antes acontecera. Disso são exemplo alguns capítulos das Cortes reunidas em Braga, em 1387, nos quais se pede que "os condes, mestres e outros senhores que têm terras do rei não tomem nelas aos moradores bestas, armas, pão e outras coisas, contra a vontade dos donos" e que "os fidalgos não possam fazer coutos e honras onde nunca os houve; nem impedir que os moradores das suas terras paguem e sirvam nos encargos concelhios...". O mesmo aconteceu nas cortes reunidas em Lisboa, em 1389, onde foi presente o pedido de controle na acção dos senhores, nomeadamente "que não possam os senhores com terras da sua jurisdição fazer tomadias gratuitas de bens e serviços...".

Decorridos dez anos e sanada a questão que opusera o rei ao condestável, o problema mantinha-se, como se depreende das queixas apresentadas nas cortes de Coimbra, em 1398, quando se pede que "o rei mantenha o reino em justiça e que os fidalgos comam as viandas por seus dinheiros". E as situações de prepotência continuariam a ser denunciadas. Recordemos apenas, para não ir mais longe no tempo, que nas cortes realizadas em Leiria, em 1433, o povo mantinha idênticos pedidos: "que o rei declare qual é o âmbito das jurisdições que dá a fidalgos; que proíba e puna os seus abusos; e que mande cada ano inquirir por homens bons o modo como esses fidalgos usam das suas jurisdições e privilégios". É a voz do povo a testemunhar a continuação das tentativas de avanço dos poderes senhoriais no início do século XV, poderes que, porventura manifestos em Nuno Álvares Pereira, não deixaram de crescer até serem energicamente decapitados por D. João II no final do mesmo século.

Retomando a problemática que envolveu D. João I e Nuno Álvares Pereira, importa agora recordar que, talvez para provar que ela estava sanada, o rei continuou a permitir que o Condestável acumulasse bens e privilégios, que juntou ao seu muito significativo património. Como já ficou referido, em 1398 deu-lhe, de juro e herdade, Paiva, Tendais e Lousada com todas as rendas e jurisdições. A isso juntou os bens próprios e de raiz que haviam pertencido a Gil Vasques da Cunha. E já nos alvores do século XV, em 1408, ainda era distinguido com um raríssimo privilégio: os seus sacadores podiam penhorar os bens de quantos fossem devedores ao conde!

5. Mas por esta época já Nuno Álvares Pereira dera outro rumo à sua generosidade. Sem falar das muitas esmolas que sempre distribuiu, essa generosidade manifestou-se para com a sua filha e, mais tarde, para com os seus netos. Do mesmo modo se dirigiu, a partir de 1404, para a construção do mosteiro onde viria a acabar os seus dias: Santa Maria de Lisboa, que hoje conhecemos como Convento do Carmo.

Portanto, se nas últimas duas décadas do século XIV o Condestável do Reino aumentou o património e defendeu a sua manutenção, os primeiros anos do século XV foram testemunhas da respectiva partilha. Símbolo primeiro dessa generosidade foram as imensas doações que, em 1401, fez a sua filha, depois de lhe negociar o casamento com D. Afonso, filho primeiro, mas bastardo, do Mestre de Avis. Com efeito, para além de oferecer ao genro o título e condado de Barcelos, doou ainda ao casal inúmeras possessões em Trás-os-Montes, destacando-se Chaves, Montalegre, Barroso e Baltar, a que se juntaram diversas quintas na mesma zona. E duas décadas após esta partilha o Condestável de Portugal considerou chegado o momento de beneficiar os netos. Por isso, em 1422, entregou ao mais velho, Afonso, diversas terras na região de Lisboa, para além do título e condado de Ourém. A D. Fernando, segundo neto, caberiam as terras do Alentejo, entre as quais se conta Vila Viçosa, bem como o condado e título de Arraiolos. Também não esqueceu a neta, Beatriz, a quem entregou as terras de Lousada, Paiva e Tendais, para além de rendas em Almada e Loulé.

Este conjunto de doações, com a transferência de poder económico que arrastou, esteve na origem de uma das duas mais poderosas famílias do século, sendo certo que o bastardo de D. João I gozou igualmente de enorme prestígio social. Basta lembrar que na sua família reuniu três títulos de conde – o seu, conde de Barcelos, e o dos dois filhos, que igualmente os receberam do avô: D. Afonso foi conde de Ourém (e, posteriormente, marquês de Valença) e D. Fernando que foi conde de Arraiolos (e, posteriormente, marquês de Vila Viçosa).

O genro do Condestável do reino aproveitaria até ao fim as oportunidades que a vida lhe oferecera: insinuando-se junto dos monarcas, advogou sempre a própria causa, juntando benefícios a outros benefícios e a sua influência foi tal que o texto da *Lei Mental*, fixado por D. Duarte, incluiu uma cláusula que dispunha que "os bens da Casa de Barcelos não podiam em nenhum caso ser integrados na Coroa". Sem intervir de modo ostensivo nas questões políticas, D. Afonso soube estar sempre do lado do poder. Por isso conseguiu, durante a Regência de seu irmão, D. Pedro, após a morte de D. Duarte, o título de Duque de Bragança. Porém, porventura esquecido do benefício recebido, viria a liderar a oposição ao mesmo Regente, influenciando contra ele o espírito do jovem rei, D. Afonso V. Não foi, pois, inocente, na crise política interna à corte de Avis, quando o jovem rei afastou o tio, que morreria de modo inglório na batalha de Alfarrobeira. Quanto ao bastardo de D. João I, conseguiu lugar de muito prestígio na nova ordem cortesã. Comungando dos ideais régios no domínio de Marrocos, D. Afonso e os seus filhos continuaram a ver crescer em património e prestígio a grande Casa iniciada por Nuno Álvares Pereira. Porém, esse poderio viria a sucumbir no confronto com os projectos políticos de D. João II.

O desaire sofrido pela grande Casa de Bragança não impediu, contudo, que a descendência do segundo Condestável de Portugal detivesse papel importante na cena política do século XV. Para só apontar os personagens de maior relevo, lembremos a projecção que tiveram os seus netos: D. Isabel, casaria com o infante D. João, seu tio, porque filho de D. João I. Deste casamento viria a nascer, não apenas a mãe do futuro rei D. Manuel e de D. Leonor, que seria mulher de D. João II, mas também a mãe de uma outra Isabel, depois rainha de Castela e Aragão e que a História consagrou como a *Rainha Católica*. D. Afonso, que foi conde de Ourém e marquês de Valença, morreu um ano antes de seu pai (1460), pelo que não chegou a ser titular de Bragança. A herança caberia a D. Fernando, conde de Arraiolos e marquês de Vila Viçosa, que a estes títulos juntou o de II Duque de Bragança por morte de seu pai, D. Afonso, em 1461. A partir de então a corte ducal manifestou tendência para residir naquela vila alentejana. Idêntica simpatia foi continuada pelo III Duque, também ele Fernando, que herdou a coroa em 1478. Como já tive ocasião de escrever noutro artigo, esta terra foi testemunha do "fundamento da conspiração" de que viria a ser acusado. Daqui partiu para a derradeira viagem, quando se dirigiu a Évora onde, dias depois, foi sentenciado e a sua cabeça rolou na Praça Pública dessa cidade, dia 21 de Junho de 1483.

6. Em síntese, diremos que Nuno Álvares Pereira não fez vingar o seu plano inicial de "fazer vassalos". Porém, o rumo dado aos seus bens, que basicamente be-

neficiaram a filha e os netos, viria a viabilizar os grandes neo-senhorialismos que caracterizaram em Portugal o terceiro quartel do século XV. Por isso não será demais afirmar que o seu projecto de "grande" ficou adiado, mas viria a ser posteriormente consentido e vingaria na casa de sua filha e netos. Estes transformaram-se, de facto, em verdadeiros poderes alternativos que podiam, a qualquer momento, levantar-se contra outro senhor, mesmo que este fosse o rei.

Não o sonhara Nuno Álvares Pereira quando, em 1422, depois de ainda ter tomado parte na conquista de Ceuta, se recolheu ao convento! Certamente continuaria a não o sonhar quando, em 1431, fechava os olhos em Lisboa, despojado de bens e de poder, na casa sagrada que mandara construir!

Finava-se o homem a quem D. João I devia o reino! Finava-se o homem a quem Portugal ficara a dever a sua independência no declinar do século XIV! Finava-se o que fora o grande senhor de Vila Viçosa!

Santo ou herói, mas certamente um Homem do seu tempo! Nele se cruzava uma forte mentalidade senhorial com alguns traços característicos do tempo novo que se anunciava. Disso são consequência muitos dos seus procedimentos, ditados pela integridade da sua personalidade!

Nuno Álvares Pereira, ou S. Nuno de Santa Maria, foi um Homem que soube agir no tempo certo em conformidade com o direito e a justiça característicos da sua época. É nesse contexto que deve ser entendido na sua actuação. É à luz desse tempo que deve ser julgado!

O REGIMENTO DO PROVEDOR DAS OBRAS DO DUQUE DE BRAGANÇA DE 1636

Miguel Soromenho
Departamento de Inventário
Estudos e Divulgação do IGESPAR

Entre os papéis relativos à administração do ducado de Bragança conservados na Biblioteca da Ajuda conserva-se inédito um manuscrito, datado de Julho de 1636, com um regimento destinado ao provedor das obras da Sereníssima Casa[1].

A existência deste ofício era já conhecida através de documentação revelada por Vítor Serrão, remontando o mais antigo testemunho da sua actividade a 1601, nomeadamente um contrato assinado no mês de Maio com os mestres pedreiros Manuel de Loureiro e Manuel Rodrigues para a realização de certas obras nas casas novas do duque, ou seja, o corpo acrescentado ao velho paço, virado ao terreiro[2]. Não sei se o provedor nomeado, Escovar de Lira, era então o primeiro a servir o lugar; pelo menos não o devia ocupar há muito tempo já que era registado, de 1583 a 1592, no livro das mercês do duque D. Teodósio (1568-1630) o fidalgo Escobar de Lira, que não pode ser outro senão o mesmo funcionário ducal[3], mas sem qualquer menção ao exercício daquele ofício. Para aquela importante empreitada arquitectónica foram, em meses sucessivos, e até ao início de 1602, acordados outros trabalhos – vãos em pedraria, sobrados, forros e tectos apainelados – todos eles contando com a presença testemunhal do provedor[4].

Orientada provavelmente com oportuna motivação política, decorrente da proeminência da Casa de Bragança no contexto da monarquia dual, regista-se desde 1583 uma profunda remodelação do paço ducal, coordenada pelo arquitecto régio Nicolau de Frias[5], complementada ainda por um ambicioso programa de pin-

1 Biblioteca da Ajuda, 51-IX-4, fls. 46-48.

2 Vítor Serrão, "Documentos Notariais inéditos e Artistas Alentejanos dos Séculos XVI, XVII e XVIII", A Cidade de Évora – Boletim de Cultura da Câmara Municipal, nos. 67-68, Anos XL-XLI, Évora, Câmara Municipal de Évora, 1984-85, pág. 104. Vítor Serrão, *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa (1540-1640)*, Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2008, pp. 250-251.

3 *Mercês de D. Teodósio II*, Lisboa (??), Fundação da Casa de Bragança, 1967, pág. 180.

4 Vítor Serrão, idem, pp. 104 e 105.

5 José de Monterroso Teixeira, *O Paço Ducal de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança, 1983. Sobre esta campanha vd. também, Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, pp. 165 e segs.

tura a fresco que terá decorrido entre 1601 e 1603, de forma a preparar o palácio para o casamento de D. Teodósio II com D. Ana de Velasco y Girón[6]. Se a afirmação administrativa do provedor das obras coincide exactamente com esta empreitada, respondendo então à necessidade de a enquadrar com maior eficácia, a novidade funcional que representava não pode ser desligada do reforço contemporâneo que se verificava em simultâneo na provedoria das obras reais, através da acção organizadora de Gonçalo Pires Carvalho.

Remontando, como estrutura informal, a D. Manuel, através da designação do amo do rei, Bartolomeu de Paiva, para seguir as grandes obras reais, a provedoria havia ganho foros de autonomia burocrática com D. João III, para atingir inusitada importância com o advento filipino: o rei, ausente em Castela, necessitava da sua capacidade orgânica para acompanhar um plano razoavelmente vasto de obras públicas ou em casas religiosas dependentes da munificência da Coroa – de que sobressaía a reconstrução do mosteiro lisboeta de S. Vicente de Fora[7].

O decalque da provedoria ducal naquela da Casa Real acompanha assim uma tendência natural para a replicação dos modelos de organização régia pelas cortes senhoriais, com maior propriedade pela Casa de Bragança, mercê da sua dimensão – a primeira entre todas – e da decorrente projecção simbólica que soube construir[8]. É pois provável que as disposições regulamentares contidas neste documento seguissem de perto o articulado dos regimentos reais, embora destes nenhum tenha até à data sido identificado.

O universo de acção do provedor dos duques de Bragança abarcava não só as obras do palácio calipolense, onde se verifica a presença constante de Escobar de Lira, como as de todos os edifícios militares — *Cazas fortes e Castellos* — do senhorio. A colocação da arquitectura civil, religiosa e militar sob a mesma obediência hierárquica marcava desde logo uma similitude evidente com as competências atribuídas ao provedor da Casa Real, a quem estavam cometidas idênticas funções. Embora sem expressão nos alvarás régios de nomeação dos provedores, a autoridade efectiva do provedor sobre os engenheiros militares da coroa revelou-se em inúmeras circunstâncias, comprovada em relação manuscrita pouco posterior à Restauração, onde o próprio engenheiro-mor do Reino bem como os engenheiros colocados nas praças do Império apareciam no rol dos oficiais seus dependentes[9]. De qualquer modo convém assinalar, desde já, uma diferença importante entre ambas as estruturas de obras. Se não havia engenheiros no quadro de pessoal da casa ducal e as obras de engenharia militar eram projectadas e acompanhadas pelos

6 Vítor Serrão, *op. cit.*, pp. 113 e segs.

7 Miguel Soromenho, "A Administração da arquitectura: o Provedor das Obras Reais em Portugal no século XVI e na 1ª metade do século XVII", in *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte (U.A.M)*, vols. IX-X, Madrid, Universidad Autonoma de Madrid, 1997-1998, pp. 197-209.

8 Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 45 e segs.

9 Miguel Soromenho, *op. cit.*, pp. 202 e 203. Aquela relação conserva-se também na Biblioteca da Ajuda, 51-IX-3, fls.

mestres-de-obra disponíveis[10] – o que se compreende dado o tipo de edifícios que compunham o seu património – também não subsistem quaisquer evidências de que os duques mantivessem, para os seus palácios, um corpo de oficiais próprio, como o tinha a casa real, descontando, eventualmente, artífices adstritos a ocupações menores. Na verdade, cada empreitada implicava a contratação extraordinária de artistas, aqui incluindo arquitectos, pintores, marceneiros, pedreiros e carpinteiros, como o comprovam os actos notariais relativos às obras de 1601-1602.

Das funções do provedor pareciam estar arredadas quaisquer obrigações de avaliação estética ou de juízos de gosto, reservadas ao arbítrio exclusivo dos mecenas como manifestação da cultura humanista produzida em ambiente cortesão. Pelo contrário, ressaltam do documento, sobretudo, preocupações de índole administrativa – a subordinação do provedor à Junta da Fazenda no tocante a questões financeiras nas obras de vulto – e funcionais - garantias de cumprimento contratual e produção de documentação relativa lançada em livros próprios, organização e acompanhamento das empreitadas. Noções técnicas básicas eram também requeridas para o ofício, caso da leitura e interpretação de desenhos arquitectónicos, uma vez que cabia ao provedor ordenar aos empreiteiros as traças das obras que faziam, e ainda a aquisição e verificação da correcta preparação das matérias-primas.

Nas tarefas burocráticas coadjuvava-o um restrito corpo de oficiais formado, pelo menos, por um almoxarife e um escrivão, anotando as presenças e faltas dos trabalhadores e as horas de serviço efectivo, provendo às compras e aos pagamentos das jornas e dos materiais, em articulação estreita com o tesoureiro. Se esta pequena estrutura era suficiente para responder a todas as necessidades construtivas do ducado, no âmbito das obras dependentes da coroa ela aparecia multiplicada para cada um dos seus estaleiros, diferença que radicava, uma vez mais, nas dimensões incomparáveis entre aquelas duas realidades institucionais.

O documento que aqui se apresenta pode, assim, ajudar a aclarar um pouco mais a questão da encomenda arquitectónica e do mecenato brigantino no século XVII, assunto que espera ainda o seu historiador, mas plenamente pertinente se se pensar no volume de obra realizada ou patrocinada, não só no aro calipolense como no extenso território do ducado.

Instrusão e ordem que hade ter o Provedor das obras Das minhas Cazas em servir seu offiçio e que quero e mando que faça he o seguinte

1. O Provedor das obras tem obrigação De mandar fazer todas as obras que forem nessessarias assim em Minha Caza como nas Villas e castellos donde ha Passos Meus ou Cazas fortes e Castellos e nas cidades e en tudo o mais com que se ouver De fazer obra Por Conta De minha fazenda

2. Pera Aver de Mandar fazer estas obras Ira dar contas A mesa da Junta De minha fazenda, e o que com ella Rezolver se me consultara dando as Rezo-

10 Veja-se o exemplo de um projecto para uma não identificada Torre do Corvo, Miguel Soromenho, "As obras da capela-mor dos Agostinhos de Vila Viçosa e os seus mestres", in *Callipole*, nº 17, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2009, pág. 72.

es que ha Pera se fazer ou Deixar de fazer Per falta de tempo ou de Dinhejro segundo a obra e a ocazião for e com Minha Resposta que eu Der A tal consulta será chamado a mesa o Provedor Das obras e alli se lhe comunicara; e isto se entende nas obras que se ouverem de fazer De novo ou Obras grosas en que seja nesesario Dar se lhe trasa, as obras meudas Correrão todas por elle sem Dependensia da meza das juntas somente No fim de cada mes ira A ella comonicar o gasto que Avera no mês que vem Pera se lhe aplicar o dinheiro adonde se lhe hade acodir avendo de ser gasto de consideração.

3. Mandara o Provedor e terá Particular Cujdado que o mestre Das obras assista continuamente a ellas Pera que se não fassão erradas, e veja a mestura da cal e os meteriaes e a madejra se he a que convem Porque de não assistir continuamente Vigiando estas couzas e as semelhantes A ellas se perde muito e as obras ficão Imperfeittas e de Pouca dura.

4. Fara que o mestre Almoxarife e escrivão das obras se lhe (....)[11] *nos Postos Aonde se trabalhar Pera que vejão se os offiçiaes trabalhão e os fação avivar a delligensia e lhes reprendão os deservidos (?) e vagares. E a mesma obrigassão e ainda mais particular tera o mestre das obras pois he esta sua primeira e continua obrigassão.*

5. Mandara comprar em seus tempos devidos os materiaes nescessarios pera as obras tendo sempre madejra, cal ladrilho e telhas mujtto de antemão prevendo pera que tudo se faca com a perfeissão e firmeza nesessaria

6. Fara que o Almoxarife e escrivão assistão as compras do que se comprar ou as não fazer a parte que nescessario for indo sempre a isto o escrivão pera que de de fee do preço de tudo o que se comprar.

7. As couzas que se comprarem per junto, como madejras ladrilho telha pregaria e cal se guardarão em partes convinientes e com seus fechos, e huma chave tera o escrivão, e a outra o Almoxarife pera que não se possa despender sem ordem nem furtarse, ou perderse por não se ter disto cuidado.

8. Tera mujtto cuidado que os officiaes e servidores que andarem nas obras de jornal sejão mujto escolhidos delligentes e aplicados e os que não forem tais fara loguo despedir e receber outros melhorados em seus lugares e os deservidos que nisto ouver reprendera ao mestre e ao Almoxarife e escrivão; porem elles os não despedirão sem o comunicar com o Provedor que lhes defirira nisto com mujto cuidado.

9. Tera particular atensão a fazer as obras com o menos custo, e pela via mais breve que ouver pera que ficando bem feittas se acabem brevemente, e tera mujtta conta com que o mestre e offiçiaes se não alargem com gastar mais que o nescessario, e o mesmo cujdado fara ter ao Almoxarife e escrivão.

10. Se as obras se fizerem de empreittada fara fazer del (?) obrigassão de seguridade e escretura e fianças e preços de dinhejro de que dara sempre contas na meza de minha fazenda primejro que as taes escreturas se assinem e fara fazer dellas a trasa fazendo que se ....por todos mais delligentemente e

11 Palavra ilegível.

em especial pellos mestres das obras se se falta em alguma couza ao consertado pela obrigassão.

11. As obras que se ouverem de dar de emprejttada fara apregoar em publico pregão rematandoas a quem com major comodidade as fizer sendo pessoas pera isso conviniente inteligente e segura.

12. Das obras que se ouverem de fazer de jornal tera particular cujdado de que se faca cada sábado a feria dos offiçiaes e se lhe pague; pera o qual o Almoxarife dara escritto ao thesoureiro do que montar a feria pera que a pague e despois com a provizão do mes resgattara o Almoxarife os escrittos que tiver dado como se costuma e pera que não possa aver engano em se pedir mais dinheiro que o nescessario irão os escrittos do Almoxarife rubricados pello Provedor e sem isso se não pagarão no thezouro e o mesmo se fara com o dinheiro que se der pera as compras de couzas nesçessarias pera as obras, e no que toca as obras de emprejttada como são tapadas arencar pedra fornos de cal e outras semelhantes sempre pagando conforme aos consertos e escreturas de que avera hum livro que sirva de lembransa em que se porão as obras apartadas com tittolo particular em que dira desse (?) conserto com fulano pera fazer tral obra por tal preço de que se fes escretura de contrato ou assinado que está em poder de fulano, e per bayxo deste assento assi como lhe forem dando dinhejro a conta dirá. A tantos de tal mês se passou escritto do thezourejro das obras pera o thezoureiro de minha Caza pera se pagarem a fullano tantos mil reis e assinara continuando ate com effeito ser a parte paga do que se lhe dever.

13. Fara que o escrivão todos os dias pella menhã as horas que se vem ao trabalho aponte aos offiçiaes e servidores e o mesmo a tarde quando vem de comer, e as horas que tardarem se lhe descontarão do jornal daquelle dia, e o mesmo se despois se forem do trabalho mais sedo ou se faltarem

14. A conta de tudo o que se despender fara fazer ao escrivão, e as revera e assinara no cabo dellas o Provedor procurando que va mujtto verdadejra e serta, e que cada obra se faça com conta e rezão apartada pera que se saiba o que custou, e também assinara as ferias de cada somanas pera que tudo assim assinado e tirado em limpo se leve a fazenda pera se passar provizão ao Almoxarife pera resgattar os seus assinados.

15. As contas com o ferrejro e sarralhejro e mais offiçiaes que fizerem obras vera e ajustara os preços de tudo e as fara fazer ao escrivão pera se meterem nas contas despois de apuradas e se pagarem, e avendose de dar dinhejro adiantado a algum official se dara com a mesma ordem que fica ditto no do Almoxarife e fara tudo o posivel que aos tais ofiçiaes se lhe faça cada mes a sua conta e entre no gasto das obras daquelle mes pera o qual o Almoxarife dara o dinhejro adiantado aos taes offiçiaes tomandoo pera isso per escritto sendo thezouro e tomando elle escritto do official pera sua conta com elle no cabo do mes, e pera as contas se poderem fazer com mais clareza e menos duvida se tomara assento com estes offiçiaes fazendo preços sertos

das obras que custumão fazer ordenareamente como são fechaduras pregarias de carrossas couches e outras semelhantes fazendo disso hum livro em que se fação asentos, destes preços assinados pellos ditos ofiçiaes em que fiquem obrigados a não altararem os taes preços.

16. Fara mais todo aquillo que vir ser nescessario pera boa direção das dittas obras melhoramento de minha fazenda nestas partes, procurando en tudo guardar justiça a todos sem agravar a consiensia em nada, e fazendo correr as obras com a major delligensia e cujdado possível, e ao pee desta instrusão se fara hum termo em minha fazenda a donde se obrigara a comprila como nella se conthem Villa Viçoza a onze de Julho de 637
Antonio de Araujo a fes escrever

O Duque

A REPÚBLICA NO PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA

Maria de Jesus Monge

> "Em vista dos graves e bem desgraçados acontecimentos para todos nós tomei as seguintes providencias, rondas todas as noutes, hortas e tapada (...) mandei também que as portas todas do paço e tapada se conservassem fechadas para evitar a entrada a estranhos o que tudo ainda continua."
>
> António Conceição e Silva, 9 de Outubro de 1910[1]

A alteração de regime político ocorrida a 5 de Outubro de 1910 teve evidentes repercussões em todo o território nacional, mas o impacto em Vila Viçosa terá sido duplo. A Família Real deposta com a instauração da República tinha o seu assento territorial nesta vila desde que, no século XV, ainda como Duques de Bragança, a haviam escolhido para residência. O património edificado e rústico era significativo e constituía a grande âncora económica do concelho. A atenção particular que o penúltimo rei de Portugal, D. Carlos (1863-1908), dedicou às propriedades familiares aqui sediadas, a presença frequente da Família Real e a escolha de Vila Viçosa para criação da Escola Prática de Cavalaria[2] foram responsáveis por um dinamismo patente na quantidade de iniciativas da sociedade civil verificadas na última década de oitocentos. No entanto, não é objectivo deste texto tratar o impacto da mudança política na vivência desta vila alentejana mas, tão só, as consequências para o Paço Ducal enquanto espaço de vivência, embrião do museu existente na actualidade. Como foi acima referido, no final do século XIX e até 1910, a Família Real passava regularmente temporadas em Vila Viçosa. A possibilidade de deslocações mais rápidas devido à construção do caminho de ferro (numa primeira fase, 1873, até ao Ameixial depois, em 1905, até Vila Viçosa) permitiu a D. Carlos, que atinge a maioridade aos 21 anos e efectua a primeira visita como Duque de Bragança em 1885, regressar assiduamente. A partir de 1887, fez-se acompanhar da jovem D. Amélia de Orleães, com quem casara em Maio de 1886, e dos filhos que entretanto nasceram, o Príncipe D. Luís Filipe a 21 de Março de 1887 e o Infante D. Manuel a 15 de Novembro de 1889. Estas deslocações implicaram obras de adaptação e aquisição

1 AHCB, *Correspondência e Requisições, NNG 1839,* ofício do almoxarife de Vila Viçosa, António da Conceição e Silva, para Guilherme Charters Henriques de Azevedo, Administrador Geral da Casa de Bragança.
Agradeço a Carlos Saramago, técnico da Biblioteca e Arquivos da Fundação da Casa de Bragança, a ajuda fundamental na pesquisa documental e bibliográfica.

2 Esta temática foi abordada em MONGE, 2008.

© Fundação da Casa de Bragança

AF/MBCB, Paço Real de Vila Viçosa,
Infante D. Afonso Henriques, c. 1900.

AF/MBCB, Paço Real de Vila Viçosa,
Sala de Hércules, c. 1900.

© Fundação da Casa de Bragança

de equipamentos que já foram estudados anteriormente[3]. O que importa reter é a importância que esta residência assume no conjunto dos espaços habitados pela Família Real.

Em Outubro de 1910, aos espaços de residência permanente, associados ao exercício do poder, casos dos Paços das Necessidades, Ajuda e Belém, juntavam-se outros de veraneio como Sintra (Vila e Pena), Cascais, Mafra e Alfeite. Todas estas residências eram propriedade da Coroa; já os Paços de Vila Viçosa e Porto[4] eram propriedade privada.

A Família Real era então composta por apenas quatro pessoas: o jovem D. Manuel II (1889-1932), a mãe Dona Amélia de Orleans (1865 – 1951), a avô Dona Maria Pia de Sabóia (1847-1911) e o tio, o Infante D. Afonso Henriques (1865-1920).

A residência oficial era no Paço das Necessidades, onde após o Regicídio viviam apenas o jovem Rei D. Manuel e a Rainha Dona Amélia; a Rainha Dona Maria Pia vivia no Paço da Ajuda, com o filho mais novo, o Infante D. Afonso. O Paço da Ajuda era igualmente utilizado para cerimónias oficiais já que o Paço das Necessidades,

3 Idem.

4 Após negociações iniciadas por D. Pedro V, o Paço dos Carrancas, no Porto, é adquirido pelo rei D. Luís em 1862 e deixado em testamento por D. Manuel II à Santa Casa da Misericórdia do Porto, que o vende ao Estado em 1937, para aí instalar o Museu Nacional de Soares dos Reis.

© Fundação da Casa de Bragança

AF/MBCB: Álbum 15p, Paço Real de Vila Viçosa, c. 1900.

© Fundação da Casa de Bragança

AF/MBCB: Álbum 15p, Paço Real de Vila Viçosa, Escadaria Nobre, c.1900.

inicialmente concebido como Convento e Colégio da Ordem dos Oratorianos, não dispunha de espaços adequados a funções de representação da Coroa.[5]

O Paço de Belém fora escolhido por D. Carlos para aí viver após o casamento e até à subida ao trono, por morte de seu pai D. Luís em 1889. Após esta data, este espaço é utilizado para acolher personagens ilustres de visita oficial a Portugal. Em Setembro de 1908 é entregue ao Estado e confiado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e, continuando a ter funções de representação, deixa de estar sob gestão directa da Casa Real.

Os restantes paços têm recheios mais simples, como comprovam os inventários que são periodicamente efectuados e os inventários judiciais realizados após a implantação da República. Esta constatação explica a necessidade de, a cada visita real, sobretudo quando acompanhados por convidados, trazer do Real Tesouro vários adereços para decorar os espaços. Estes objectos, que incluíam grandes quantidades de têxteis para cortinas e revestimentos vários, regressavam habitualmente, quando já não eram necessários.

O Paço de Vila Viçosa tinha recheio com carácter permanente e a necessidade de fazer transportar mobília e vários objectos a cada deslocação era menor nos últimos anos da Monarquia Constitucional. As imagens existentes comprovam que na primeira década de 1900 o recheio existente já era compatível com as exigências básicas de conforto e de representação oficial. A fotografia da Sala dos Duques[6], datada de 1904, mostra os grandes bufetes, as cadeiras com assento e espaldar de couro, as peças de armaria que terão sido adquiridos ou transportados[7]; o grande tapete persa tem sido associado a um exemplar inventariado em cerimónias da Casa de Bragança desde o século XVII; o Retrato do Príncipe D. Luís Filipe, por José Malhoa, transita do Paço das Necessidades para a residência familiar em 1898[8]

5 Esta função de representação não desaparece com a República, já que não só os espaços como as próprias baixelas continuam a ser utilizadas, desde a 1ª República até à actualidade.

6 ARNOSO, 1904.

7 Ver depoimento de José Courtils Cifka, **Anexo 1** e MONGE, 2008.

8 AHCB, *Relatórios para S.M. – conclusão e 1908 – 1909 – 1910,* Ms IG 2421 NNG 2585. Relata sucessos desde 1892: "1898 (...) Do Paço das Necessidades vieram: um retrato a óleo de Sua Alteza o Principe Real O Senhor Dom Luiz Filipe de saudosíssima memória, 4 panos de arras e 1 de seda bordado a matiz. (...)"

© Fundação da Casa de Bragança

Paço Real de Vila Viçosa, Sala dos Duques, fotografia de Emílio Biel, 1904.

(é mencionado como encontrando-se no atelier do Paço de Belém durante essa década[9]); e as peças de cerâmica que aparecem sobre os bufetes terão sido oferecidas a Dona Amélia pela Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa em 1887[10], em troca de novas vasilhas para a botica.

A passagem para o regime de monarquia constitucional, já havia tornado necessário o destrinçar de propriedade entre a Coroa e a Família Real. A lei de 16 de Julho de 1855 obrigou à elaboração de relações de todos os bens móveis e imóveis, a apresentar oficialmente. O que era adquirido com verbas da dotação da Casa Real ou fundos próprios era propriedade privada dos Bragança, o que era pago pelo Erário público era da Coroa. Os bens anteriores à entrada em vigor da lei pertenciam a Família Real caso tivessem sido ofertas ou herança, nos restantes casos eram considerados da Coroa[11].

A 13 de Outubro, poucos dias após a constituição do Governo Provisório republicano, presidido por Teófilo Braga, o Ministro das Finanças José Relvas nomeia uma comissão e manda proceder 'com a maior urgência ao arrolamento de todos os bens e cousas mobiliarias ou immobiliarias'[12]. A comissão designada para o Paço

9 Informação amavelmente cedida por Hugo Xavier.

10 FCB, *Livro de Registo da Correspondência enviada pelo Conservador,* ofício 596 de 20 de Maio de 1948.

11 Depoimento do Engº Fernando da Serpa Pimentel, 9 de Outubro de 1912. APNA, *Bens da Casa Real Móveis e Imóveis,* volume I, pps 109-113.

12 APNA, *Arrolamento judicial do Palácio das Necessidades e suas dependências.*

das Necessidades era constituída por alguns dos mais influentes e conhecidos actores do meio artístico português[13], com ligações à Academia Real de Belas Artes e à Comissão dos Monumentos Nacionais: presidida por António dos Santos Lucas (1866-1939), tinha como vogais João Barreira (1866-1961), Luciano Martins Freire (1864-1934), Columbano Bordalo Pinheiro (1857-1929), Anselmo Braancamp Freire (1849-1921), José de Figueiredo (1872-1937), José Pessanha (1865-1939) e Raul Lino (1879-1974). O representante da Família Real deposta era o Eng. Fernando Eduardo da Serpa Pimentel adjuvado pelo então almoxarife do Paço das Necessidades, Mariano Marçal da Silva Reis[14]. Integravam igualmente a comissão o 1º oficial da Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, Joaquim Freire dos Santos Calado, e o amanuense Ludgero de Lima e Quina.

Nos restantes paços começam também a realizar-se os inventários judiciais: na Quinta do Alfeite, principia a 17 de Novembro; a 10 de Dezembro inicia-se no Paço de Sintra; no Palácio de Mafra começa a 14 de Dezembro e estará concluído a 31 de Março de 1911 (o inventário da Tapada é lavrado em separado), no Palácio da Ajuda a data de arranque é já Janeiro de 1911. No entanto, só a comissão de arrolamentos do Palácio das Necessidades foi nomeada directamente pelo Ministro das Finanças, nos restantes casos o juiz da respectiva comarca assumia as funções de presidente, assessorado por um oficial ou amanuense, com o concurso do almoxarife da propriedade em questão. O bom andamento dos trabalhos implicava a identificação da propriedade dos bens inventariados, situação que não parece ter criado grandes atrasos já que essa distinção era exigida por legislação do período da monarquia constitucional.

Em Vila Viçosa este processo inicia-se a 14 de Novembro:

> "Hoje veio aqui o D.or Juiz de Direito e Delegado para cumprirem o decreto último respeitante ao arrolamento dos mobiliários, principiando por sellar todas as portas exteriores do Palácio, e no interior as que dão comunicação d'uns para outros quartos e salas, sellando também as egrejas para na próxima quinta-feira principiarem a fazer o arrolamento de tudo quanto existe."[15]

Há a percepção, exacerbada pelas circunstâncias políticas, de que os bens 'pertencentes' aos diferentes paços eram trocados, transportados, enfim circulavam entre as várias residências, conforme o entendiam os monarcas. Esta noção tornava necessário proceder a averiguações para que não houvesse extravios.

Aparecem referências a bens da Coroa / Estado no Paço de Vila Viçosa nos processos de inventário de outros paços: em ofício datado de Janeiro de 1912 são enviados ao Secretário Geral do Ministério das Finanças dois depoimentos que ten-

13 CUSTÓDIO, 2009.

14 Mariano Marçal da Silva Reis é o almoxarife em Outubro de 1910, logo substituído em Janeiro de 1911 pelo republicano António Júlio de Castro que, a partir de Março de 1912 aparece nas folhas de vencimento com a dupla designação de Almoxarife e Conservador do Palácio das Necessidades.
ANTT, AHMF Cx 7836: Lista dos 20 *'Republicanos e revolucionários colocados nos extintos Paços reais'.*

15 AHCB, Correspondência e requerimentos, NNG1839, vide **Anexo 3.**

tam clarificar questões surgidas no âmbito destas averiguações. Num destes autos o ex-empregado da Casa Real, José de Courtils Cifka, congrega memórias da ida a Vila Viçosa de Afonso XII de Espanha em 1882 e menciona a decoração feita para o efeito na Sala dos Duques (ver Anexo 1), novos estofos em móveis aí existentes e sugere a transferência de uma tapeçaria, que se encontrava no Paço da vila de Sintra.

Noutro auto José do Patrocínio Ferreira tece considerações mais gerais (ver Anexo 2) mas reforça a percepção de que muitos objectos transitaram de outros Paços para Vila Viçosa, embora não especifique.

A relativa rapidez dos processos de arrolamentos terá sido consequência da existência de proprietários reconhecidos, que reclamavam a devolução dos bens, suportados por apoios importantes mas, também, pela consciência patrimonial dos decisores políticos.

A Família Real, através dos seus representantes, solicita a entrega dos bens móveis que lhe pertencem. Esta devolução é, pelo contrário, bem mais morosa. Se os bens de uso pessoal, roupa e alguns objectos pessoais, são rapidamente entregues (logo a 26 de Outubro, e durante o ano de 1911[16]), o mesmo não se passa com os bens com características artísticas e/ou arqueológicas. Ao abrigo de legislação produzida pela jovem República a 19 de Novembro de 1910, os bens com essas características não poderão sair do país, mesmo quando não é questionada a propriedade.

Após a elaboração do arrolamento do Palácio das Necessidades, tudo o que foi considerado pertença da Família Real – excepto os bens considerados de valor artístico e/ou arqueológico - é formalmente devolvido. O mesmo não se passou, por exemplo, com o Paço da Ajuda, provavelmente devido à morte de Dona Maria Pia em Novembro de 1911.

Por decisão de D. Manuel todo o património móvel entregue que não segue para Inglaterra, onde o rei exilado passou a residir, é enviado para Vila Viçosa. A partir de 1913 e até 1919, são enviadas dezenas de remessas de objectos de todos os tipos. Após o acondicionamento, o transporte podia implicar uma passagem pelo Hotel Bragança (na Rua do Alecrim, em Lisboa), propriedade de D. Manuel, antes do embarque em Alcântara Terra para o Barreiro. No Barreiro os volumes eram transferidos para o comboio, que efectuava a viagem até Vila Viçosa. No Paço de Vila Viçosa eram recebidos pelo almoxarife António da Conceição Silva, que conferia o conteúdo.

Em Março de 1918 é perceptível nas palavras escritas pelo administrador da Casa de Bragança em Vila Viçosa, que as instruções dadas por D. Manuel sugerem a intenção de abrir o Paço ao público:

16 APNA, *Bens da Casa Real Móveis e Imóveis.*

"(...) No paço com a vinda da armaria e respectivo empregado foi montado o museu das armas que me parece estar decente e capaz de ser visitado, esta instalação foi feita em duas salas amplas do Paço que teem janellas para a horta..."[17]

Passado o período revolucionário, em que a ordem foi de impedir o acesso de "toda e qualquer pessoa"[18] ao Paço, exigindo autorização expressa como foi o caso de Mr A. Harding, Ministro da Inglaterra, que visitou o Paço a 8 de Maio de 1912, o futuro a dar a este espaço terá começado a ser equacionado pelo antigo monarca. No seu testamento, datado de 20 de Janeiro de 1915, D. Manuel define a criação do Museu da Casa de Bragança; a decisão de o instalar neste espaço e franquear ao público espaços monumentais e colecções evocadores da Casa de Bragança ao longo de mais de quatro séculos, foi sendo desenvolvida e sedimentada nos anos que mediaram até à morte prematura do rei deposto a 5 de Outubro de 1910.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

AFCB - Arquivo da Fundação da Casa de Bragança - *Livro de Registo da Correspondência enviada pelo Conservador*

AHCB - Arquivo Histórico da Casa de Bragança - *Relatórios para S.M.*, Ms IG 2421 NNG 2585 -*Correspondência e requerimentos*, NNG1839

ANTT / AHMF Arquivos Nacionais Torre do Tombo - *Fundo do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças*

APNA - Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda - *Arrolamento judicial do Palácio das Necessidades e suas dependências - Bens da Casa Real Móveis e Imóveis*

Impressos

ARNOSO, Conde d', Villa Viçosa' separata de *A Arte e a Natureza em Portugal*. Porto: Typ. de A.J.da Silva Teixeira, Herd., 1904.

CUSTÓDIO, Jorge, *"Renascença" artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a 1ª República*. Tese de doutoramento em Arquitectura apresentada à Universidade de Évora em 2008.

FERRÃO, F.A.F. Silva, *Tractado sobre Direitos e Encargos da Sereníssima Casa de Bragança*. Lisboa: Imprensa de J.J. Andrade e Silva, 1852.

MONGE, Maria de Jesus, "D. Carlos de Bragança: Viagens a Vila Viçosa" in *Callipole* nº 16, 2008.

SARAIVA, José António, *O Palácio de Belém*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1985.

17 AHCB, Correspondência e requerimentos NNG1839.

18 AHCB, *Relatórios para S.M. 1911-1914*.

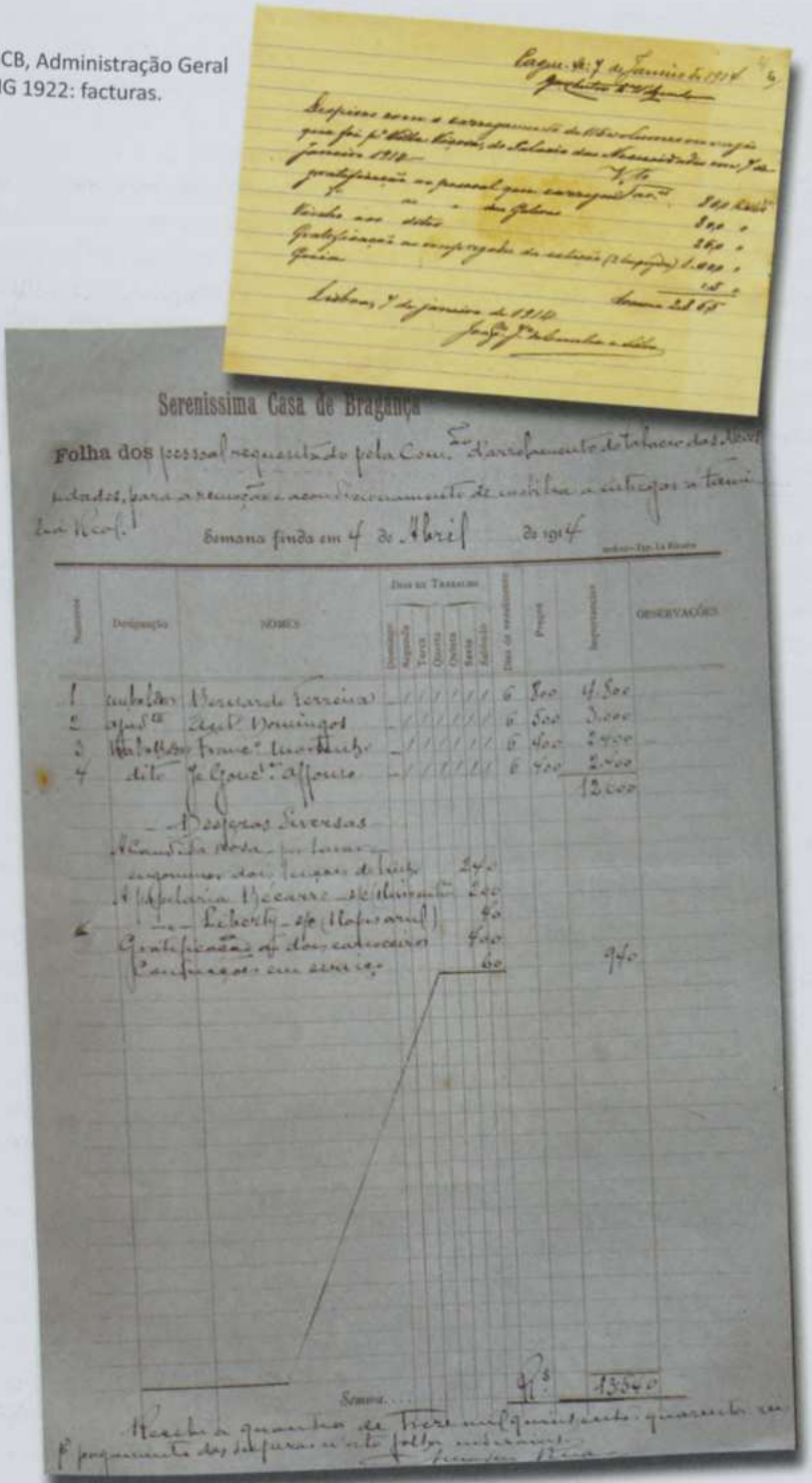
ANEXOS

Anexo 1

ANTT, fundo do AHMF Cx 7837. Depoimento anexo ao ofício 768 de 13 de Janeiro de 1912:

> *"Aos nove de Março de mil novecentos e onze tendo sido convidado a vir a esta Superintendência o antigo empregado do Paço da Ajuda, o Snr. Francisco José de Courtils Cifka afim de dar quaesquer esclarecimentos que pudessem auxiliar o trabalho de separação e investigação de quaesquer objectos d'arte que pertencentes ao Estado e que por acaso tivessem levado descaminho, estando presentes o Secretário da Superintendência o Snr. Alfredo Leal, o Pagador Luiz António Dias Pereira e o 2º Official Arthur Ayres Martins, pelo mesmo senhor foi dito que estaria prompto a informar de tudo quanto soubesse, o que faria lealmente empenhando n'isso a sua palavra de honra. Interrogado sobre se conhecia de ha muito os objectos artísticos existentes noPalácio de Villa Viçosa pertencente á Casa de Bragança, declarou: que até à data da vinda do Rei de Hespanha Afonso XII a Portugal, em Villa Viçosa, digo Palácio de Villa Viçosa, não existia um só, objecto d'arte a não ser o fundo de ferro repoussé n'um fogão da sala chamada então de Bibliotheca. Que pela mesma época (preparativos para a recepção de Afonso XII), andaram em bolandas da arrecadação do Palácio da Ajuda, para a sala azul da Rainha D. Maria Pia, uns oito pannos de arraz, que todos ou parte d'elles foram para o Palácio de Villa Viçosa, lembrando-se por acaso ter sido collocado um na porta principal da sala dos Duques, e que sendo essa porta larga e inteiriça se adaptou uma lança a servir de varão e outra ao alto de sorte que ao abrir-se, o panno acompanhava-a; outro foi collocado na parede ao meio da mesma sala ao lado da jannella; e ainda outro na parede fronteira ás janellas; e mais outro no topo da mesma sala, o que não quer dizer que não haja soffrido a ornamentação posteriormente qualquer alteração. Mais sabe que dos forros do Palácio das Necessidades, foi retirada grande quantidade de sedas, julga que restos das que forraram primitivamente as salas do referido Palácio das Necessidades (época de D. Maria II) e foram aplicadas em estofar diversas mobílias do Palácio de Villa Viçosa, segundo lhe parece quartos para hospedes. Interrogado ainda se conhecia o destino dado a umas cadeiras eguaes a uma que foi levada para os aposentos da Snra D. Maria Pia, cadeira de espaldar alto, estylo Luís XIII e que estava na sala verde da mesma senhora, respondeu saber realmente da existência de mais cadeiras, mas ignorar o seu paradeiro. Instado sobre se conhecia quaesquer objectos d'arte do Palácio de Villa Viçosa que pertencessem exclusivamente à Casa de Bragança, disse não se lembrar de outros senão d'aquelles que pessoalmente fora encarregado de descobrir, elle depoente conseguindo adquirir a José Monteiro Guimarães, de Marvilla, um grande buffete de ébano, armários cadeiras e columnas de idêntico trabalho aos que pertenceram ao falecido Dr. Rebelo da Silva e cuja*

AHCB, Administração Geral
NNG 1922: facturas.



Serenissima Casa de Bragança

Folha dos pessoal requisitado pela Com.ão d'arrolamento do tabaco das Mercadorias, para a remoção e acondicionamento de mobilia a entregar a familia Real.

Semana finda em 4 de Abril de 1914

Numeros	Designação	NOMES	Dias de Trabalho: Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sabado	Dias de vencimento	Preços	Importancias	OBSERVAÇÕES
1	embaldoar	Bernardo Ferreira	–	/	/	/	/	/	/	6	800	4.800	
2	ajud.te	Ant.º Domingos	–	/	/	/	/	/	/	6	500	3.000	
3	embaldoar	Franc.º Martinho	–	/	/	/	/	/	/	6	400	2.400	
4	dito	J.e Gonç.ª Affonso	–	/	/	/	/	/	/	6	400	2.400	
												12.600	
		Despezas Diversas											
		A Candida Rosa – por lavar e engommar dois lençoes de linho							240				
		A Papelaria Bécarre – s/c (Mimentão)							200				
		Liberty – s/c (Napis azul)							40				
		Gratificação aos dois carroceiros							400				
		Conduções em serviço							60			940	
		Semana									Rs	13540	

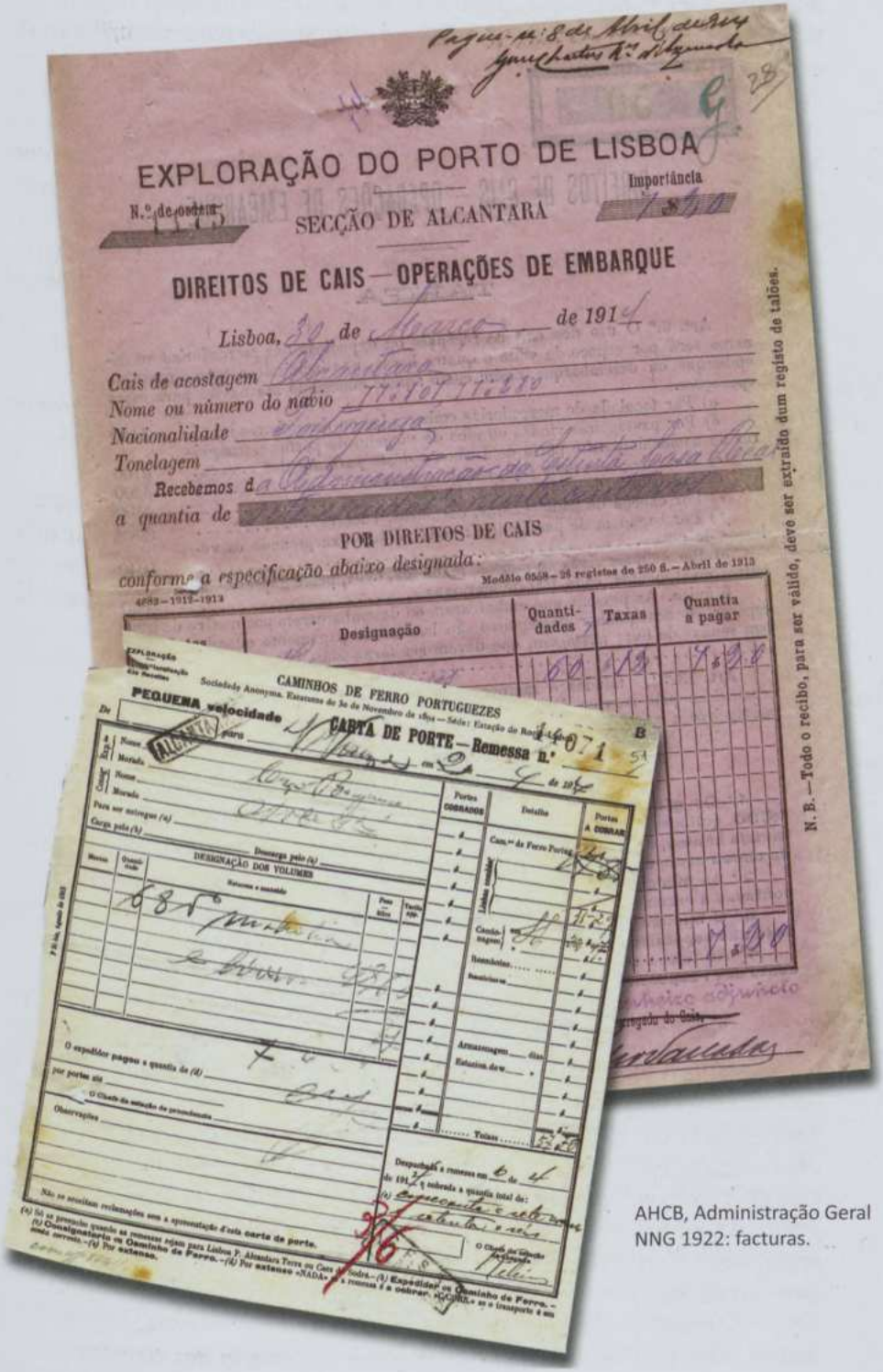
Recebi a quantia de treze mil quinhentos quarenta reis p.r pagamento das despezas n'esta folha indicadas.

origem era a mesma. Sobre o desaparecimento de quaesquer objectos artísticos de valor, lembra-se de um 'téte-á-téte'de ouro feito nas officinas do Louvre (Palácio Real) Germin Père, o qual foi encontrado pela mesma época da vinda da vinda do mesmo Affonso XII a Portugal, n'uma arrecadação do Palácio das Necessidades e ao que lhe consta o dito 'téte-á-téte' não figura no inventário dos objectos pertencentes à conhecida baixella St Germain. Interrogado sobre o conhecimento que mais alguém pudesse trer sobre os factos apontados, disse ser possível que o antigo empregado do Palácio das Necessidades José do Patrocínio Ferreira, soubesse alguma coisa sobre o assumpto e que se occuparam da collocação e diversas ornamentações do Palácio de Villa Viçosa o estofador Ferreira da Praça Luís de Camões e a casa Barbosa & Costa. Sabe também que do Palácio da Villa de Cintra quando alli se procedeu a obras desapareceu um óptimo panno de arraz assignado e datado do século XVIII, não tendo porém a certeza se seria arraz ou Gobelins. Explicando melhor diz que a referida tapeçaria não desapareceu, mas sim foi, mandada retirar pelo rei D. Carlos e que a substituiu a Rainha D. Maria Pia por um panno de eguaes dimensões de velludos, não sabendo no entanto o destino que levou. Assignam este auto por nada mais ter o depoente a declarar os cidadãos presentes. Francisco José de Courtils Cifka – Alfredo Leal – Luiz António Dias Pereira – Arthur Ayres Martins . Está conforme. – Superintendência na Administração dos Paços em 12 de Janeiro de 1912."

Anexo 2

ANTT, fundo do AHMF Cx 7837. Depoimento anexo ao ofício 768 de 13 de Janeiro de 1912:

"Aos vinte e dois de Março de mil nove centos e onze, tendo sido convidado a vir a esta Superintendência, o antigo empregado do Paço das Necessidades cidadão José do Patrocínio Ferreira, afim de dar quaesquer esclarecimentos que possam auxiliar o trabalho de separação e investigação de quaesquer objectos d'arte pertencentes ao Estado na presença do Secretario da Superintendência Snr. Alfredo Leal e dos cidadãos José d'Oliveira Vinagre, estudante de Medecina e Manuel d'Oliveira Vinagre, funcionário publico, foi dito: que não pode precisar se foram desviados alguns objectos de prata, por isso que não estavam a seu cargo as suas arrecadações, mas sim de entre outros à guarda de Augusto Maria de Carvalho Chefe da Manutenção. Sobre Villa Viçosa conhece por ter la estado há muitos annos que era propriedade muito abandonada, despida de quaesquer objectos de valor, segundo lhe pareceu (1860), mas consta que alguns moveis tapeçarias e objectos d'arte, d'outros palácios para lá foram, não podendo precisar quaes, por não ter sido encarregado d'essa transferência. Interrogado acerca dos bens moveis e imóveis que guarneciam o Palácio de Queluz é do seu conhecimento que o fallecido Rei D. Fernando, por varias vezes fez transportar todas as loiças boas alli existentes, para os seus aposentos particulares do Palácio das Necessidades e



AHCB, Administração Geral NNG 1922: facturas.

tão boas eram as peças que, digo tanto de loiças como de moveis, que depois do falecimento de D. Fernando e por occasião das partilhas vieram a Portugal delegados especiaes das Infantas suas filhas, acompanhados de artistas "emballeurs"estrangeiros, para encaixotarem a parte que lhes em herança coubera, trabalho que levaram cerca de um mez. Outra parte foi vendida segundo lhe parece vendida em leilão ficando o resto em poder da condessa de Edla e ainda alguns objectos comprados pelo Rei D. Carlos. Por nada mais saber, assignam este auto os cidadãos presentes. José do Patrocínio Ferreira.- Manuel d'Oliveira Vinagre. – José d'Oliveira Vinagre. – Alfredo Leal.- Esta conforme. – Superintendência na Administração dos Paços em 12 de Janeiro de 1912."

Anexo 3

AHCB, NNG 1839 Ofício enviado a 20 de Novembro de 1910 pelo almoxarife de Vila Viçosa António da Conceição Silva para Guilherme Charters Henriques d'Azavedo, Administrador Geral da Sereníssima Casa de Bragança:

"(...) No dia 17 principiou o snr. Juiz da Comarca a fazer o arrolamento de todos os objectos existentes principiando pelas egrejas estando estas concluídas bem como as casernas do andar térreo até ao portão da horta, estes senhores teem dado valores a tudo e descripto os objectos que encontram nas diversas dependências, no thesouro estão guardados os paramentos e alfaias que pertenciam à igreja dos Agostinhos e Nossa Senhora do Carmo, quando ali se chegar as considerações por V. Exa. indicadas."

Carta da mesma data, apensa ao ofício anterior:

"Villa Viçosa, 20-11-910

Meu respeitável Chefe e bom am.o,

Em officio d'hoje manda meu pae dizer ter começado o arrolamento ao Real Paço; tenho acompanhado este serviço com o meu inventario que ultimamente mandei onde vou tomando nota dos valores que o perito dá a cada um dos objectos.
Acho que o Juiz, talvez por medo ou excesso de zelo quer ser minucioso de mais, não a respeito de mobiliário, mas das sementes e mais productos.
Imagine V.Exa. que elle queria sellar os celleiros, adega do azeite e do vinho, não o fez porque eu disse que n'esse caso toda a laboração agrícola ficaria parada por ser tempo de sementeiras, na adega o vinho se estragaria tudo quanto ali estivesse porque o vinho não estava ainda limpo, consentindo portanto que estas portas ficassem abertas até final do arrolamento que segundo elle diz levará uns cinco meses, o que acho de mais.

Não me parece que a portaria devesse ser entendida da forma que o Juiz diz, pois que ella falla a respeito de mobiliários, ora as sementes e todos os mais artigos são colhidos em propriedades de que não resta dúvida nenhuma pertencerem à S.ma Casa de Bragança portanto parece-me, salvo melhor opinião, não dever entrar no arrolamento.
V.Ex.a ordenará a forma por que hei-de pracer [prodeder?].

De V Ex.a um creado m.to att.to ven.da e obrig.do.

C Afra e Silva"

ALGUNS ASPECTOS DA VIDA DO REI D. LUÍS, ATRAVÉS DA IMPRENSA ESPANHOLA

Joaquim Saial

A imprensa espanhola do século XIX e inícios do XX, sempre dedicou vastos espaços à Casa Real Portuguesa. E, na generalidade dos casos, com grande respeito e admiração por ela, engrandecendo as régias figuras nacionais – o que se percebe, sendo Espanha e Portugal reinos geograficamente próximos e ultrapassadas que estavam velhas ambições territoriais por parte da nação vizinha. D. Luís de Bragança, tal como iria ser seu filho D. Carlos, é um rei que tem grande fortuna jornalística na imprensa local. Temos encontrado centenas de referências à sua figura e dentre elas escolhemos algumas de jornais e revistas madrilenos e de Barcelona de que damos conhecimento aos leitores de Callipole.

Comecemos pelo matutino madrileno *El Imparcial:* a edição de 20 de Abril de 1868 dava conta de que o Rei D. Luís tinha acabado de oferecer ao seu sogro, Vítor Manuel II de Itália... «um soberbo leopardo». Mas relatava ainda a alocução do monarca português nas Câmaras. Dizia-se que fora um discurso «curto e pálido», porque o rei não tinha dito uma palavra sobre os últimos graves acontecimentos políticos[1]. E que nele aludia às boas relações com todos os países, nomeadamente Itália, onde a rainha D. Maria Pia tinha ido[2], por ocasião da boda do irmão e de onde regressaria em breve. Mais uma nota relatava que a guarnição do Porto fora reforçada, temendo-se que fosse alterada a ordem pública...

O *El Imparcial* de 12 de Outubro, no seguimento da deposição de Isabel II de Espanha (a 30 de Setembro) e na crise que a falta de herdeiro implicava, publicou um texto interessantíssimo, em que o Rei D. Luís era visado como possível futuro monarca de uma Ibéria unificada. Veja-se a notícia completa:

«Não podemos queixar-nos com justiça da falta de solicitude com que se ocupa a imprensa estrangeira dos nossos assuntos.

Mal conseguimos constituir um governo provisório encarregado de preparar o puramente indispensável à reunião das Cortes e já nos falam de quatro ou cinco pretendentes à Coroa não muito limpa que a última Bourbon acaba de deixar.

1 A 1 de Janeiro desse ano, devido a medidas da Fazenda (imposto sobre o consumo) e reforma administrativa do território (que caíram muito mal junto da opinião pública), dera-se o motim designado por "Janeirinha". Lisboa, Porto e Braga foram as cidades onde a revolta foi mais emotiva.

2 Noutro local dizia-se que a rainha portuguesa chegara a Florença no dia 16.

Alguns periódicos ingleses recomendam-nos a candidatura de D. Luís de Portugal ou pelo menos a de seu pai, D. Fernando; outros indicam-nos o duque de Edimburgo, filho segundo da rainha Vitória. [de seguida, o jornal avançava outras possibilidades e continuava...] Como os nossos leitores vêem, não deve assustar-nos o futuro na dificuldade de eleger um bom monarca; todos estes príncipes estarão seguramente dispostos a sacrificar-se para fazerem a felicidade dos espanhóis» E mais adiante: «Alguns periódicos portugueses clamam contra o ministério de Lisboa, acusando-o de ideias de *união ibérica*. Os mesmos publicam a seguinte proclamação que apareceu nas esquinas de Lisboa e que se supõe escrita em Espanha:

> Portugueses:
> Soou enfim em Espanha, o grito da Liberdade!
> Gritemos também: Viva a Liberdade!
> A união da Espanha e Portugal será a felicidade de ambos os países.
> Gritemos com todas as nossas forças: Viva a união ibérica!
> Viva o Senhor D. Luís, chefe dos dois países unidos.
> Portugueses! Deixemos de lado estúpidas preocupações. Portugueses e espanhóis são irmãos pela religião, pelos costumes, pelo idioma e pelo seu amor decidido à liberdade.
> Não desperdicemos, Portugueses, a ocasião que a Providência para nos engrandecermos constituindo uma nação que será invejada por todas as nações do mundo, podendo dar-lhes a todas, sem receber de nenhuma.
> Portugueses!
> Viva a união ibérica!
> Acreditai nas palavras dos homens livres que velam há muito pelo engrandecimento da pátria, pela felicidade dos seus cidadãos.
> Portugueses!
> Entre os homens livres, não há estrangeiros: todos são irmãos.
> Viva a união ibérica!»

Porém, nem a União Ibérica se concretizou nem o sucessor para Isabel II foi encontrado tão cedo...

A 15 de Fevereiro de 1879, *La Ilustración Española y Americana* publica na capa uma bela gravura com a efígie de D. Luís, sobrepujando a legenda «S. M. Dom Luis I, Rey de Portugal» [fig. 1]. Vinha ela a propósito de uma visita que o Rei de Espanha, Afonso XII, fizera de comboio a Portugal. Sob o título «Una expedición régia», a reportagem começava o relato da viagem pela inauguração da linha directa de Madrid a Ciudad Real, partindo o real comboio de uma «estação que ainda não existe mas que existirá com o tempo no Passeio das Delícias»... Cruza ele o Manzanares, passa Getafe, Parla, Torrejón e uma série de outras localidades sempre muito engalanadas, até chegar a Ciudad Real. Dali, a composição seguiu para Badajoz e de lá para Elvas. «Soldados vestidos de negro apresentam armas ao soberano do nosso país; todos os locais estão cheios de gente; a cavalaria portuguesa com as suas bandeirolas brancas e azuis forma o enquadramento desta pintura tão cheia de alegria e de animação; o nosso hino Real é entoado por todas as bandas; a nossa bandeira

La Ilustración Española y Americana, 15 Fevereiro.1879 (capa)

La Ilustración Española y Americana, 15.Fevereiro.1879 (p. 109)

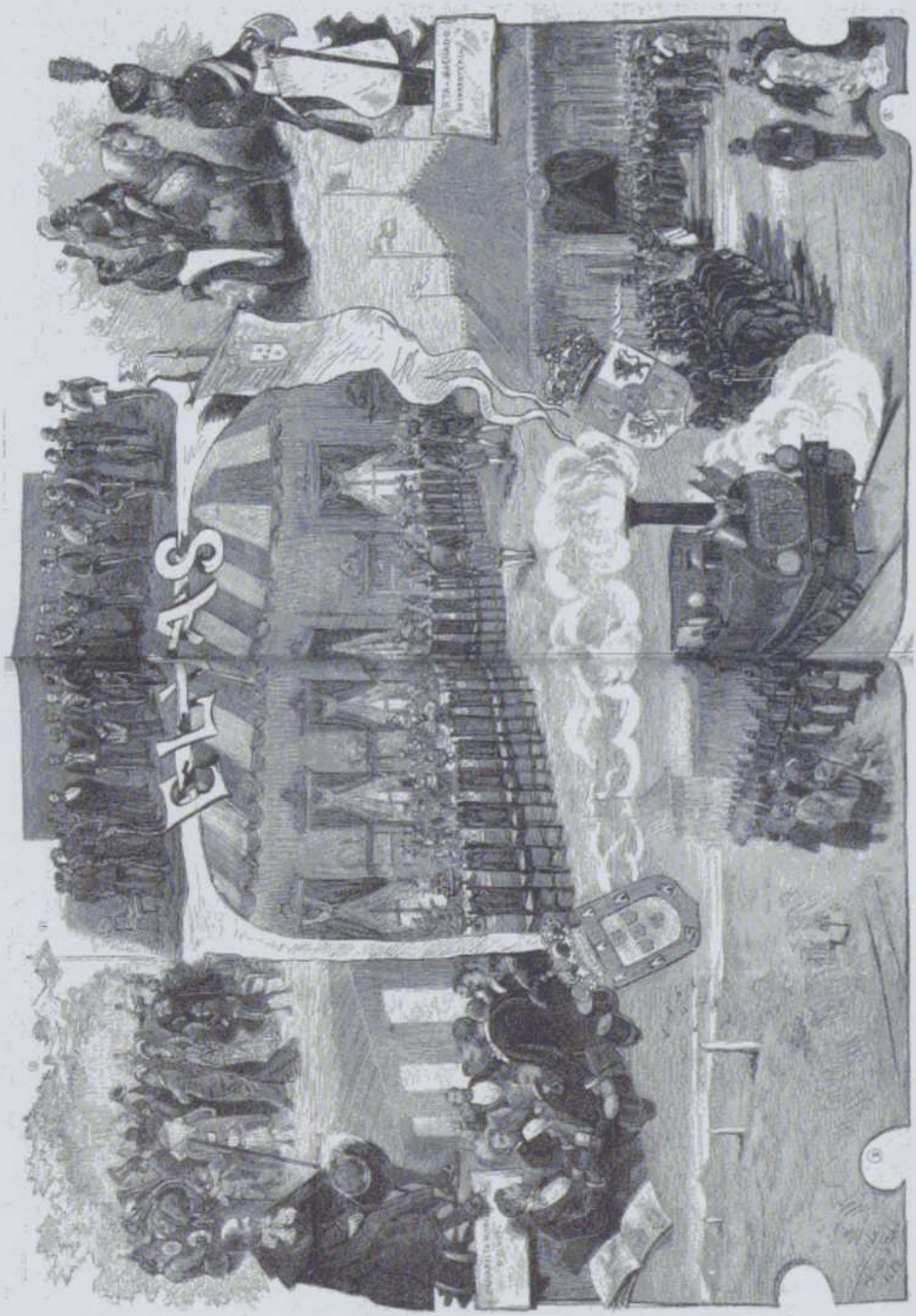
saudada por todas as bandeiras; o nosso rei recebido com entusiasmo e respeito.» é parte do texto com que Alfredo Escobar retrata o início da recepção elvense ao soberano espanhol. E prossegue: «No umbral do pavilhão levantado em Elvas para a conferência dos monarcas vizinhos, sua Majestade Fidelíssima era aguardada por D. Luís, o qual abraçou D. Afonso. Vestia o Rei de Portugal o uniforme de almirante da Marinha com a faixa das grandes cruzes espanholas. D. Afonso, por sua vez, levava a banda das grandes cruzes portuguesas.» Atenções mútuas de monarcas amigos, como se vê, mas alguma frustração na verdadeira razão do encontro demonstra o articulista: «Esta conferência, de que tanto se falou na imprensa das duas nações, reduziu-se a uma troca de saudações entre os representantes da casa de Bourbon e de Bragança, a uma mútua apresentação dos dignitários das cortes vizinhas. Cumprida esta primeira formalidade, D. Afonso conferenciou com o sr. Fontes[3], presidente do Conselho de Ministros do país vizinho, e D. Luís com o sr. Cánovas[4], sobre o socialismo, essa praga que ameaça transtornar a ordem pública da Europa. Nada mais natural que se organize a defesa quando o ataque é tão rude. Ter-se-á falado de algum casamento entre indivíduos das duas famílias? Nenhuma notícia oficial temos para assegurá-lo.» De modo que, para além de algum ou alguns outros assuntos mais secretos que não transpiraram para a imprensa, a questão do socialismo emergente foi eventualmente uma das mais debatidas...

E como era o pavilhão real? Segundo o detalhado relato de Escobar, ele dividia-se em dois salões, separados por uma antecâmara. No da direita realizaram-se os encontros diplomáticos e no da esquerda o banquete. Podemos vê-los com bastante detalhe nas gravuras feitas pelo enviado especial da revista, Juan de Comba y Garcia. Demos a palavra a Alfredo Escobar, para a descrição escrita: «Dizia-se que D. Luís, mais que celebrar um almoço de corte, pensou num almoço de campanha; mas a verdade é que a decoração, toda formada com panos de cores espanholas, portuguesas e italianas[5], a mesa coberta de rica baixela de prata e adornada com verdadeira profusão de manjares, os criados vestidos à maneira da corte e os aparadores carregados de objectos de valor, provavam que se aquele era um almoço de campanha, era pelo menos de campanha de paz, em que os opositores se tratavam como antigos amigos.» (...) D. Luís brindou pela prosperidade da Espanha. D. Afonso pela inauguração do caminho-de-ferro, pelo nobre Portugal, por Sua Majestade Fidelíssima, pela família real portuguesa e para que de dia para dia se unam mais as monarquias de Bourbon e Bragança. Depois do almoço, Suas Majestades passaram revista às tropas ali estacionadas e aproveitaram para falar da organização de ambos os exércitos. Com as mesmas cerimónias, a mesma afluência de gente e o mesmo entusiasmo da chegada, D. Afonso tomou o régio comboio em direcção a Badajoz e D. Luís o comboio português em direcção a Lisboa.»

3 António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), deputado por Cabo Verde e depois ministro durante longos anos, ficou sobretudo conhecido pela sua acção em prol das obras públicas, o "fontismo".

4 António Cánovas del Castillo (1828-1897), historiador e diplomata, chefe do governo espanhol durante longos anos, assassinado por um anarquista italiano.

5 Supostamente porque D. Maria Pia, esposa do rei português, era de origem italiana.



La Ilustración Española y Americana, 15 Fevereiro 1879 (pp. 112-113)

Afonso XII seguiu para Mérida e dali para Medellin, a caminho de Madrid. O rei português cumprira a sua missão com pompa e circunstância e tanto ele como a cidade de Elvas tinham-se portado à altura dos pergaminhos de lhaneza próprios do povo alentejano, em particular, e do português, em geral. Terminara mais um encontro real em que os finais da monarquia foram pródigos entre nós. Dom Carlos e D. Manuel II iriam seguir este bom exemplo, como lhes competia e a coisa governativa exigia.

A 15 de Outubro de 1881, a *La Ilustración Española y Americana* volta a ter D. Luís como motivo de capa. Ora por esta altura (no dia 8) inaugurara-se a linha-férrea directa de Madrid à fronteira portuguesa. Mais uma vez os dois reis se encontraram para comemorar esse avanço do progresso, desta feita em Valência de Alcântara e Cáceres. Uma cuidadosa biografia do nosso monarca completava à página 210 a imagem de capa, sua efígie. Destaque-se a seguinte parte, demonstrativa da deferência em que era tido em Espanha: «O Rei D. Luís, como soberano de uma nação que se rege pelo sistema representativo, é um monarca sinceramente constitucional que ofereceu ao seu país assinaláveis provas de dedicação em diversos períodos políticos, como recentemente na última crise ministerial. Como homem, está dotado de qualidades que lhe granjearam verdadeiro afecto em todas as classes da sociedade portuguesa e também ocupa distinto lugar na república das letras, não só pela sua vasta instrução, especialmente em Filologia e História mas também pelos seus interesses literários: traduziu para o idioma de Camões as tragédias de Shakespeare *Hamlet, O Mercador de Veneza e Ricardo III* (publicadas) e algumas mais que ainda não são do domínio público e ocupa-se actualmente, segundo a imprensa lisboeta, de uma versão directa do poema de Homero em estudo comparativo com a melhor tradução inglesa da *Ilíada*.»

Vemos pois como estava atenta a imprensa espanhola aos feitos intelectuais do nosso rei, como depois esteve aos do filho Carlos, mais variados e não menos significativos, como sabemos.

Ainda a mesma revista, na sua edição de 30 de Outubro, a propósito da inauguração da linha directa de caminho-de-ferro de Madrid a Lisboa, publicava mais um desenho de Comba y Garcia em que se podiam ver os dois reis em Cáceres, no dia 8, passeando em carruagem aberta, por entre guarda uniformizada a preceito.

Em 1883, a revista *Escenas Contemporáneas* fazia-se mais um relato de nova visita de D. Luís a Espanha, desta feita a Madrid. Poupamos o leitor à exaustiva

La Ilustración Española y Americana, 15.Outubro.1881 (capa)

La Ilustración Española y Americana, 15.Outubro.1881 (pp. 209-215)

descrição da cerimónia de entrada do monarca no paço real e dos aposentos que a ele e sua augusta esposa estavam reservados, mas não à descrição que anónimo articulista lhe dedicou, pela minúcia com que é feita e nos trás mais alguma luz sobre o Rei Popular. Vejamos:

«D. Luís é um marinheiro tão prático como ilustrado. Comandando a corveta *Bartolomeu Dias*, surpreendeu-o a morte do irmão e a sua elevação ao trono de Portugal.

Os pesados deveres da Coroa não o fizeram esquecer o seu gosto pela vida do mar a que dá vazão sempre que a ocasião se lhe oferece.

A figura de D. Luís é nobre e severa; os seus olhos azuis e constantemente velados por algo melancólico, lançam olhares frios e indiferentes; o seu temperamento é linfático, a tez muito branca, ligeiramente rosada.

Sente verdadeiro carinho pelo povo cujos destinos rege e por cujo progresso e bem estar fez não pouco desde o princípio do seu reinado, sempre dentro, do mais puro constitucionalismo.

A distracção que parece transparecer nos seus olhos, desaparece perante as sublimes emoções da boa música, pela qual sente verdadeiro encanto.

No seu camarote do teatro de São Carlos podemos vê-lo algumas vezes, com o semblante radiante e animado ante as obras dos grandes mestres.

O sentimento estético da arte domina; toca com rara habilidade muitos instrumentos: sente verdadeiro gosto pela guitarra e é excelente professor de piano.

Nos seus aposentos do Palácio da Ajuda isola-se muitas vezes para executar composições de que gosta e harmonizar algumas próprias.

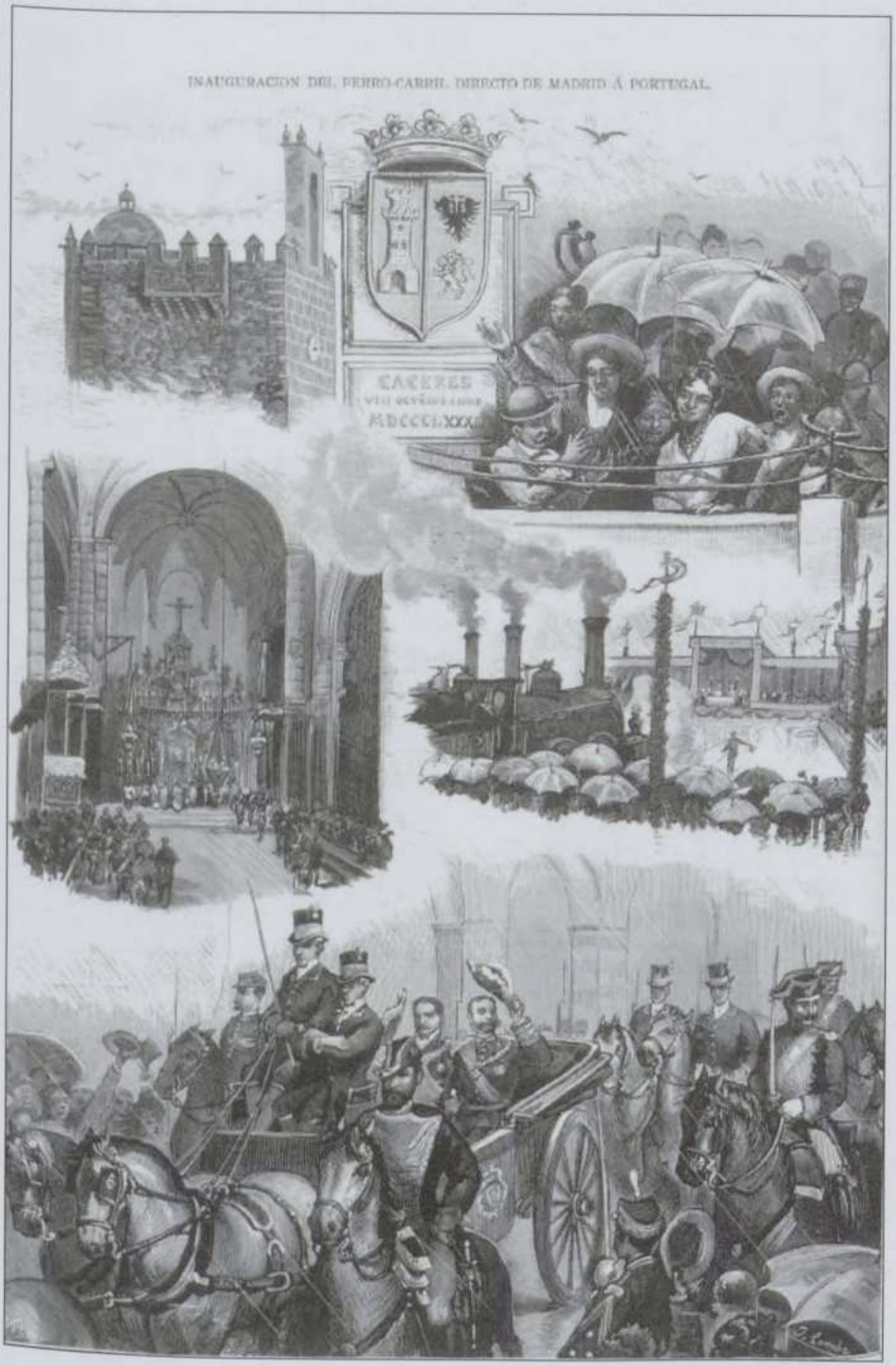
Na poesia o seu ídolo é Shakespeare, cujo *Hamlet* traduziu de forma meritória para português, tanto pela correcção como pelo rigor que a tradução conserva da beleza original.

O Rei de Portugal, produto do seu carácter apático, faz uma vida algo sedentária, desfrutando, não obstante a obesidade que tem vindo a adquirir de há alguns anos a esta parte, completa saúde.

Em 1864 esteve também com sua esposa em Madrid para visitar D. Isabel II.»

O El Día de 3 de Agosto de 1886 apontava para mais uma viagem do rei. Curiosamente, a notícia vinha datada desse mesmo dia. D. Luís partira de Lisboa para Plymouth. O monarca viajaria incógnito, sob o título de duque de Guimarães. Ficaria dois dias no palácio de Osborne[6], residência da rainha Vitória e seguiria depois para Londres, Haia, Copenhaga e Estocolmo. Tratava-se ao que parecia, de uma viagem de lazer do rei, pois o articulista afirmava: «Como a viagem não tem o menor carácter político, nenhum ministro acompanhará o rei.» Previa-se que a 27 de Setembro D. Luís regressaria, pelo que mais ou menos dois meses era o tempo previsto para esta viagem europeia de um monarca moderno que se aventurava sem receios, em situação hoje quase impensável para alguém da posição que ele detinha.

6 Osborne House situa-se na ilha de Wight. Uma primeira construção com esse nome foi adquirida pela Rainha Vitória e por seu marido, o Príncipe Alberto, para residência de veraneio. Logo, porém, por razões de pequenez, foi substituída pela actual, com desenho do príncipe e do arquitecto Thomas Cubbit, em estilo neo-renascentista. Foi uma das residências preferidas do casal real e a Rainha acabou por lá falecer.



La Ilustración Española y Americana, 30.Outubro.1881 (p.256)

La Ilustración Española y Americana, 15.Outubro.1881 (capa)

La Ilustración Española y Americana, 15.Outubro.1888 (capa)

No matutino *La Correspondência de España* de 16 de Agosto de 1888, em notícia proveniente de Berlim, com data do dia anterior, dava-se o rei português como tendo saído a 15 para Praga (cidade não referida no *El Día* de 3 de Agosto). O imperador fora-se despedir dele à estação de comboios, o que de certo modo aventa a possibilidade de a viagem não ter sido tão inocentemente turística como o *El Día* dera a entender...

O diário liberal *La Ibéria* de 11 de Outubro lançava mais algumas luzes sobre esta longa viagem de D. Luís. O regresso, previsto para 27 de Setembro, prolongara-se alguns dias. Estava agora em Espanha, já próximo de casa. Afonso XII, falecido por tuberculose[7], era agora substituído pela Regente Maria Cristina[8]. D. Luís saíra de Barcelona em direcção a Saragoça e chegaria a Madrid, segundo o jornal, nesse dia[9]. No séquito, alguns espanhóis e portugueses – estes últimos, ao que supomos, acompanhantes de toda a viagem: o ajudante de campo Francisco de Almeida, Fernando de Serpa e Pimentel[10] e o médico régio António de Lencastre. Chegado a Madrid instalar-se-ia no Palácio Real, nos salões de Carlos III, e teria às ordens dois ajudantes da rainha, o contra-almirante Francisco del Llano e o tenente-coronel de cavalaria Leopoldo Garcia Peña. Deferência de grande simpatia, portanto, da parte da Casa Real espanhola – continuada com a presença de cerca de 8000 militares no percurso da estação ao palácio, junto do qual se ouviria terceira salva de tiros de cortesia, depois de uma à chegada do comboio e de outra à partida da estação. Uma caçada na Casa de Campo, um concerto nocturno no palácio e um banquete oficial para 120 pessoas[11] eram outras actividades previstas.

No *La Correspondência de España* de dia 13 ainda se refere a presença da tuna estudantil "Fígaro" a tocar durante duas horas frente ao palácio para o rei português e para a família real espanhola... e no de 14 uma ida de D. Luís à legação de Portugal na capital espanhola onde recebeu súbditos lusitanos que ali residiam[12], tendo depois partido para a residência dos duques de Durcal, onde se celebraria o baptizado de uma filha destes nobres[13].

La Ilustración – Revista Hispano-Americana (Barcelona) de 14 de Outubro, que dedicava grande destaque à Exposição Universal de Barcelona, referia que D. Luís chegara no domingo anterior, proveniente de França. Depois de diversas cerimónias protocolares de que foi alvo, na segunda-feira de manhã o monarca percorreu a exposição, tendo-se deslocado depois em visita à esquadra espanhola estacionada na zona. Temos pois que o nosso rei não quis deixar de passar pela

7 25.Novembro.1885.

8 Só o deixou de ser após a proclamação de Afonso XIII, em 1902. Este monarca também teve uma larga e amigável relação com a família real portuguesa.

9 Antes, D. Luís estivera em Turim, onde assistira à boda do Príncipe Amadeu de Sabóia com Letícia Bonaparte.

10 Oficial da Armada que com a patente de capitão-de-mar-e-guerra foi depois ajudante de campo do Rei D. Manuel II.

11 No La Correspondencia de España de dia 14 este número desce para 82.

12 No almoço ali realizado, se bem que da ementa não constassem pratos portugueses, havia no entanto vinhos da Madeira e Porto.

13 A rainha de Portugal, ausente, madrinha da neófita (que recebeu o nome da madrinha, Maria Pia), foi substituída na ocasião pela condessa de Casal-Ribeiro.

importante exposição[14], motivo de admiração ibérica e europeia.

La Ilustración Española y Americana de dia 15 é assaz interessante, por dois motivos que veremos a seguir: ao falar da chegada de D. Luís a Madrid, refere que a estada foi muito curta visto que graves acontecimentos reclamavam o seu regresso à pátria[15]. Que sucessos eram esses? Nada mais que agressões sofridas por pescadores portugueses em águas marroquinas e as consequentes complicações devidas ao facto de o sultão de Marrocos não ter atendido as queixas portuguesas. Mas mais dizia o jornal: que se soava que a Espanha oferecia a sua intervenção amistosa, de modo que Portugal e Marrocos não entrassem em conflito – sobretudo porque não convinham a Espanha ruídos e conflitos próximo das suas costas, como o periódico também avançava...

O segundo motivo é curiosíssimo. Sem imagem nova de D. Luís, La *Ilustración Española y Americana* publicou a mesma de exactos sete anos antes mas aumentando-lhe esses anos através de uma maquilhagem que se consubstanciou na "extracção" de cabelos na testa e no "branqueamento" da cabeleira[16]. À falta de Photoshop, diligente gráfico executou o trabalho necessário para a credibilidade imagética...

La Ilustración Ibérica (Barcelona) de 2 de Novembro de 1889 publicou mais uma efígie de D. Luís[17] [fig. 7] e a notícia do seu passamento que ocorrera a 19 de Outubro[18]. Texto interessante, reproduzimos aqui a parte final que diz respeito à morte do rei:

«(...) Havia muito tempo que o rei se sentia doente mas até ao Outono de 1887 não caiu nas mãos dos médicos. Fez uma viagem, esteve nesta cidade aquando da Exposição mas a sua saúde agravou-se quando se instalou no tão delicioso quanto húmido palácio de Sintra e muito mais quando o levaram para Cascais.

A enfermidade, pelo que se sabe, localizava-se na espinal medula e assim se compreende que o paciente sofresse de úlceras que se formavam.

A sua morte ocorreu por entre terríveis tormentos. (...)»

A última referência que inserimos neste artigo relativamente ao Rei D. Luís é de índole menos séria mas igualmente curiosa e mostra pelo menos a generosidade desta figura da nossa história. Vem ela na revista mais improvável, *La Escuela Moderna – Revista Pedagógica Hispano-Americana* de 1 de Outubro de 1899. O assunto relaciona-se com o actor e escritor dramático Ernesto Rossi (1897-1896) que actuou não só em Itália como por toda a Europa, incluindo Londres, Viena, Lisboa e Moscovo. Notabilizou-se sobretudo na representação de peças de Shakespeare. Daí certamente o interesse e admiração que despertou na pessoa de D. Luís por altura da sua passagem ou passagens por Lisboa. Deixemos o texto, sem comentários.

---

14 A Exposição Universal de Barcelona esteve aberta entre 8.Abril e 9.Dezembro.1888 (inauguração oficial a 20.Maio) e foi visitada por cerca de 400 000 pessoas.

15 Generosamente, D. Luís deixou 4000 pesetas para distribuir pelos criados do Palácio Real e assim recompensar os seus serviços. El Día, 16.Outubro.1888.

16 Toda a cor da imagem é mais clara que a anterior, mas percebe-se, sem margem para dúvida, que houve arranjo gráfico a fim de dar à efígie do Rei um aspecto mais envelhecido.

17 Desenho de P. y Valor.

18 O semanário indicava a data de 12, por engano.

«O RELÓGIO DE ROSSI

Como motivo da recente morte do grande trágico italiano, ocorrida em Pescara, circula uma história tão curiosa quanto impressionante.

Ao terminar uma temporada de teatro em Lisboa, o Rei D. Luís de Portugal ofereceu ao artista um magnífico relógio de repetição com as suas iniciais e a coroa real. Rossi usou-o até 19 de Outubro de 1889, altura em que este parou de repente, apesar de até então funcionar com toda a regularidade. No dia seguinte, o telégrafo comunicava a notícia do falecimento do soberano português, ocorrida a 19, às nove e trinta e cinco. Os ponteiros do relógio de Rossi assinalavam, imóveis, as dez menos vinte e cinco minutos.

A impressão que esta estranha coincidência produziu no ânimo do artista foi tão grande que nunca mais quis que o relógio fosse arranjado, colocando-o debaixo de uma lanterna como relíquia.»

Eis pois um conjunto de referências ao estimável, culto e moderno monarca que reinou em Portugal por quase três décadas, entre 1861 e 1889. Longo historial de acontecimentos, portanto, registados em periódicos portugueses e de outras origens. Em espanhóis, muitos, mesmo muitos, de que a amostra aqui divulgada é pequeníssimo exemplo. E, como vimos, com grande estima e conta. Afinal, era ele a quase única cara da nação, numa época em que o País ainda não exportava jogadores nem treinadores de futebol e em que este pequeno território encravado na Espanha era muito mal conhecido. Fica assim assinalada a dívida de gratidão e está lançado o isco para eventuais futuras explorações deste manancial que é a imprensa espanhola da época, recheada de notas que em muitos casos não passaram pela nossa e que ajudam decerto a fazer um retrato mais fiável do monarca Popular...

LA ILUSTRACION IBERICA

SEMANARIO CIENTÍFICO, LITERARIO Y ARTÍSTICO

Año VII | Barcelona 2 de noviembre de 1889 | Núm. 357

ADVERTENCIA.—Habiendo manifestado algunos señores suscritores su deseo de recibir, no con el libro que preparamos para regalo de fin de año, la magnífica monografía **Los Amantes de Teruel**, de más de un metro de largo, tuvimos el gusto de participarles que podrán dar avisos para ello durante todo el mes de noviembre, pasado el cual no habría lugar á atender su petición.

EL REY D. LUIS DE PORTUGAL, Y EL DÍA 12 DE OCTUBRE DE 1889 (dibujo de F. y Valer)

La Ilustración Iberica, 2.Novembro 1889 (capa)

OS RELATOS DE NAUFRÁGIOS DO SÉCULO XVI NA BIBLIOTECA DE D. MANUEL II

João Ruas
Bibliotecário - Arquivista

Depois de aparelhados desta sorte
De quanto tal viagem pede e manda
Aparelhamos a alma pera a morte
Que sempre aos nautas ante os olhos anda

Luís de Camões, *Lusíadas*, Canto IV, 86

I

A grande epopeia dos Descobrimentos portugueses foi também palco de tragédias inerentes à vida do mar. Uma viagem, tal como a vida traz a morte, contém a possibilidade de ir e não voltar. As navegações portuguesas, iniciadas no século XV para a África, América e Oriente, tiveram a partir do século XVI os cronistas do infortúnio, a outra face da mesma moeda.

Estes acontecimentos, deram origem a um género literário, capítulo ímpar da literatura de viagens que entre nós se designa por relatos de naufrágios. Mais tarde, já no século XVIII, esses textos que haviam saído em separado, foram reunidos por um compilador, muito interventivo, Bernardo Gomes de Brito, numa obra cujo título - *História Trágico-Marítima* - expressa bem esse conjunto de narrativas e passou a representar todas as desgraças, mormente as ocorridas no mar.

São doze relações em dois volumes (1735-1736), seis em cada, onde se alinham histórias conhecidas, porque já publicadas, a par de outras cuja primeira versão ali se apresenta. Esta obra foi reeditada entre 1904 e 1909, mas desta feita, acrescentada de um designado terceiro volume, onde surgem mais seis relatos, todos com edições avulsas da primeira metade do século XVII, sendo o último de 1651.

Como se pode observar, a maioria dos relatos (13 em 18) foram editados no século XVII e alguns no século XVIII. Devemos salientar que neste século se fizeram também contrafacções de espécies dos séculos anteriores. Tudo isto realça o valor e carácter único das edições contemporâneas dos acontecimentos.

Após esta breve análise podemos afirmar que foram cinco as espécies editadas no século XVI e a Biblioteca D. Manuel II possui quatro:

Retrato de D. Manuel II pintado por Philip Laszlö,
1917. (830x590mm)

Galeão Grande São João (1554?)
Nau São Bento (1564)
Nau Santa Maria da Barca (1566)
Nau Santo Alberto (1597)

Falta o relato do naufrágio da *Nau São Paulo* de que se conhece só um exemplar e está no National Maritime Museum em Greenwich.

O acervo de D. Manuel II é notável e às razões já deduzidas, acresce ainda o facto de os exemplares estarem em perfeitas condições e completos, com uma só excepção que adiante explicaremos.

Este pequeno intróito ou primeira parte serve também para apresentarmos o plano geral da nossa exposição.

Na segunda parte, iremos tentar uma ¨meta leitura¨ destes textos, no que de original nos oferecem, como reflexo da tensão permanente em que se viveu toda a expansão marítima. A narrativa será apreciada quando procurarmos ler através do texto os conflitos e a acção de forças que possam explicar o risco e o medo, bem como a fama e o esquecimento, além de muitos outros pontos fulcrais na compreensão do que motiva a demanda e a torna viagem.

Vamos questionar os polos desse magnetismo resultante entre as forças impelidas pelo espírito de aventura e da ganância, que atraem e repelem, as da prudência sábia do velho do Restelo. Por outro lado, temos um conflito antigo latente, entre os nobres ou os fidalgos que comandavam as naus e a gente do mar, mestres, contramestres e marinheiros que tinham o saber da experiência, mas pouca influência nas decisões relativas ao modo e desígnio da viagem.

Por último, na terceira parte faremos a catalogação aprofundada, até aos desenhos da marca de água e iremos esclarecer o que se sabe sobre cada exemplar já descrito.

II

Nos quatro relatos que estudámos verifica-se uma causa determinante em todos — partida tardia — para ocorrer o naufrágio. Quando se saía da Índia para a África, deveria atender-se à monção que assola também a costa de Moçambique e estes quatro naufrágios dão-se todos na costa do Natal, onde ocorrem mais tempestades nos primeiros meses do ano. Outro facto também referido nos relatos é o de chuvas intensas, o que ainda hoje se observa até Abril, nessa mesma costa.

Este tema merecia ser melhor tratado por um geógrafo, um antropólogo e um engenheiro construtor naval. O primeiro porque o texto contém uma descrição completa da costa e do clima; o segundo para estudar as referências aos nativos da zona - os cafres - e seu *modus vivendi*; o terceiro especialista porque outras causas importantes dos naufrágios são a sobrecarga, a má construção e a negligência nos estaleiros durante as reparações. Outro pormenor referido em dois relatos, é o de a nau começar a meter água e tem de se usar as bombas para a ir retirando. Com os efeitos da tempestade, a pimenta espalhava-se à tona de água e ía empapar as bombas que deixavam de funcionar, piorando a situação.

Junta-se a estes aspectos negativos, o facto de a água do mar no Oceano Índico ser mais densa e portanto, quem viaja da Índia para a África com um carregamento demasiado, começa a encontrar na costa do Natal, as águas do Oceano Atlântico que têm menor densidade, o que provoca menor impulsão e aumenta o calado. Nos dias de hoje, um navio que venha do Atlântico para o Índico, chega a Richards Bay e pode meter mais carga porque terá maior impulsão.

As narrativas são de diferente teor conforme o autor participou e era letrado, tal como Manuel de Mesquita Perestrelo ou são escritas por outrem, seguindo o relato de um sobrevivente. Neste caso temos o que se passou com Álvaro Fernandes, cuja narrativa foi escrita por alguém sobre o *Galeão Grande São João* ou ainda como o diário do piloto da *Nau Santo Alberto* que serviu de base ao texto de João Baptista Lavanha.

Assinalámos dois aspectos fulcrais na narrativa, além dos tipificados por Giuliana Lanciani, para melhor compreensão do processo e sua leitura, isto é, consideramos o naufrágio propriamente dito e a peregrinação[1] ou viagem por terra até um porto seguro, Lourenço Marques, hoje Maputo.

A História Trágico-Marítima é um capítulo singular dos Descobrimentos portugueses, mas parte integrante e podemos afirmar mesmo que é o cenário longínquo do inconsciente nacional. Por outras palavras, constitui a cercadura de uma tapeçaria e portanto faz sobressair as figuras destacadas e definidas, como um relevo de contraste entre as formas e o fundo.

A leitura dos textos a que nos referimos anteriormente levou-nos a considerar o total dos três volumes, dezoito relatos, para verificarmos que mais de metade dos naufrágios (10) ocorreu na costa oriental de África ou por maior aproximação na terra do Natal, entre 28 e 32º de latitude Sul. Isto significa que estamos perante a situação de torna viagem, ou seja, as naus regressavam da Índia.

Este ponto é fulcral não só por constituir o esquema tipo - regresso, naufrágio, peregrinação[1] e porto de salvação - como ainda porque ilustra o que se transportava e como a nau vinha sobrecarregada.

A causa que decidia a partida em época tardia, já muito depois do dia de Natal, era quase sempre o périplo por vários portos para carregar mais pimenta e outras especiarias. Por vezes, a partida também se retardava por ser necessário fazer reparações nas naus. Ao juntarmos o descuido que se observava na manutenção do navio e do seu aparelho, mais a ignorância das coisas do mar por parte de quem comandava as naus, teremos um quadro mais claro do que conduz ao naufrágio. A ganância, a incúria e a ignorância são os traços que permitem delinear o naufrágio, assim como os castigos, os perigos de morte e a expiação dos pecados, são o alimento que permite sobreviver à peregrinação e chegar até à salvação.

O naufrágio surge, portanto, como o fruto maduro nas condições que apontámos, acrescidas das facetas mais técnicas que já referimos. Em resumo, tudo isto pode permitir uma visão fatalista dos trágicos eventos que iriam acontecendo ao

1 Termo utilizado por Lavanha em 1597 para designar a viagem por terra dos sobreviventes. O livro de Fernão Mendes Pinto com este título só saiu em 1614.

longo dos anos. Segundo Nuno Castro, o número de naus perdidas na carreira da Índia por várias causas, entre 1592 e 1602,é de quinze.

Deste modo, o peso da desgraça sobre a rota da Índia era inevitável, o que torna sábio e premonitório o discurso do velho do Restelo. Assim, esta visão de Portugal que fica cada vez mais desamparado (menos população) e abandonado (campos por cultivar) serve de lastro ao espírito de aventura. Este, terá de vencer esse lastro e a si próprio, para poder lançar-se no alcance dos ideais da Fé e da Cruzada, para derrotar os infiéis e catequizar. Bem como, deve expandir-se na exaltação do Império, exercer a sua ganância e trazer especiarias e tudo o mais que na Europa traria grande lucro.

A linha que une estes dois polos será atravessada na ortogonal pela direcção indicada pelo conflito entre os comandantes fidalgos e os mestres marinheiros, formando uma rosa-dos-ventos com quatro pontos cardeais.

O equilíbrio rompe-se quando os comandantes fidalgos decidem com grande espírito de aventura e reforça-se quando os mestres marinheiros conseguem impor o espírito de velho do Restelo. Os casos intermédios são menos frequentes pois os mestres pouco decidiam sobre a sorte da armada e os comandantes fidalgos só eram prudentes porque ouviam os mestres, mas depois decidiam mediante as ordens que traziam ou segundo os seus próprios interesses.

Traduzindo agora a nossa rosa-dos-ventos em impulsos e tensões, vamos encontrar de modo simbólico, as forças primárias ou impulsos a digladiarem-se no inconsciente para permitirem uma solução de equilíbrio entre o espírito de aventura e o espírito do velho do Restelo, ainda que sempre sujeita a alterações. Estas alterações situam-se no subconsciente onde se traça o eixo das vontades representado na tensão entre os comandantes fidalgos e os mestres marinheiros. Por último, emerge o facto, já consciente que nos transporta para a solução e êxito da jornada ou para um novo problema e "perdimento da nau".

A nossa viagem está a terminar sem que possamos saber o resultado das nossas conclusões, aliás incertas, mas procurámos, a partir da história do livro, dar a conhecer um núcleo ímpar da tipografia quinhentista portuguesa e através dele, tirar as ilações possíveis para melhor conhecermos a nossa lidação trágica com o mar. Toda a importância dada a esta ligação é sempre parca, pois somos um país com metade da fronteira em terra e a outra marítima. Do alto das nossas serras, planaltos e falésias, vivemos a ver o mar. Daí a partida, daí a viagem...

III

Já referimos que na segunda metade do século XVI foram publicados vários relatos de naufrágios de que hoje são conhecidos cinco. Se observarmos os formatos e número de folhas, teremos, com as datas de publicação e pelo número de ordem com que saíram na *História Trágico-Marítima*, o seguinte quadro das primeiras edições:

1 - **Galeão Grande São João** *[4º - 16 f. - 1554?] 1 ex. único conhecido*
2 - **Nau São Bento** *[8º - 73 f. - 1564] 2 ex. conhecidos*
5 - **Nau Santa Maria da Barca** *[4º - 14 f. - 1566] 1 ex. único conhecido*
6 - **Nau São Paulo** *[4º - 22 f. - 1565] 1 ex. único conhecido*
10 - **Nau Santo Alberto** *[8º - 80 f. - 1597] 2 ex. conhecidos*

Os formatos in 4º têm menor extensão do que os formatos in 8º, com mais páginas, mas todos de tiragem diminuta, eram vendidos avulso. Assim como a literatura de cordel, composta de autos e outras peças de teatro, isto torna-os perecíveis e hoje de extrema raridade. Aliado a tudo isto está o facto de algumas destas espécies não terem licenças de impressão o que deveria obrigar a uma venda rápida para não circularem sem autorização.

Só o naufrágio de Sepúlveda, no *Galeão Grande São João*, teve mais duas edições no século XVI, 1564 e 1592, com um exemplar único conhecido de cada uma. Foi o que ficou na História quer pela referência de Camões (Os Lusíadas Canto V, 46 a 48) quer pelo poema de Jerónimo Corte Real (1594) que imortalizou a tragédia.

As fichas individuais de cada espécie serão ordenadas, como sabemos, pelo seu lugar na sequência da *História Trágico-Marítima*. Terão uma reprodução fotográfica e transcrição paleográfica do rosto e mais alguma folha com interesse. Depois uma descrição normalizada, seguida do desenho das marcas de água, quanto possível identificados em Briquet e Ataíde e Melo, terminamos com uma resenha do que de mais notável se relacione com o exemplar.

Da espécie do naufrágio *Nau Santo Alberto*, apresentamos também a imagem do rosto da contrafacção, pese embora o facto de as marcas de água serem da primeira metade do século XVIII e o papel não corresponder ao pé de imprensa que está no rosto. A gravura também não figura na primeira edição.

As referências bibliográficas ao conjunto dos relatos, bem como de per si, irão ser integradas no final quando se apresentar a bibliografia.

1

Historia da muy notauel perda do / Galeão grande sam João. Em q[ue] se con/tam os innumeraueis trabalhos e grandes desauenturas que aconteceram ao Capitão Manoel de Sou/sa de Sepulueda. / E o lame[n]tauel fim q[ue] elle e sua molher / e filhos e toda a mais gente ouuerão. / O qual se perdeo no anno de MD/L!/. a vinte e quatro de Junho, na / terra do Natal em XXXI. graos

Fol. [1 vº] ... Alvaro Fernandez guardião do Galeão que me contou isto muyto meudamente

... E por me parecer necessario escreui os trabalhos e morte deste fidalgo e de toda a sua companhia, pera q[ue] os home[n]s q[ue] andauão pelo maar nunca cansem de se encomendar a Deos e a nossa Senhora q[ue] rogue por elles.

Rosto: a gravura já fora usada por Valentim Fernandes em Estoria do mvy nobre Vespasiano Emperador de Roma 1496 (Artur Anselmo 21), e Marco Paulo..., 1502 (Anselmo 551)

16 f. : il. ; 4º (186 mm). - Assin. : A16
[Lisboa : Germão Galharde 1555]
[Lisboa : João de Barreira, 1554]

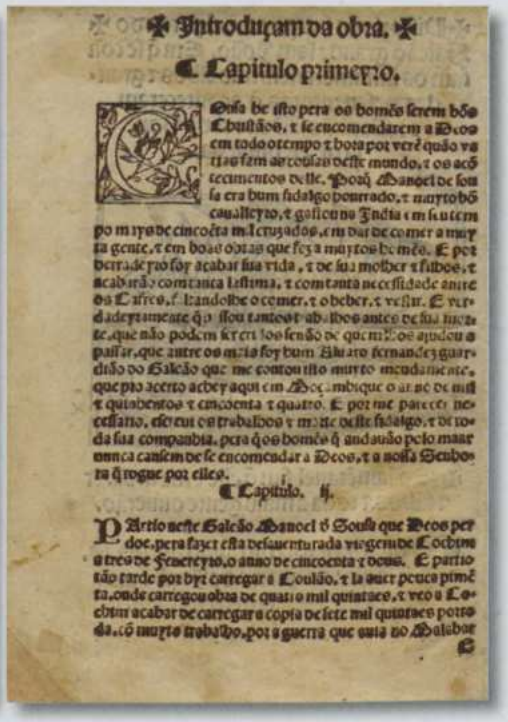
Cota : BDMII Res. 31 Adq.

✠ Diſtoria da muy notauel perda do ✠ Galeão grande ſam Joã. Em q̃ ſe con tam os innumeraueis trabalhos & grandes deſauenturas q̃ aconteceram ao Capitão Manoel de Sou ſa de Sepulueda.

✠ E o lamẽtauel fim q̃ elle & ſua molher & filhos & toda a mais gẽte ouuerão.

Q qual ſe perdeo no anno de. M.D. L.ii. a vinte & quatro de Junho, na terra do Natal em xxxj. graos.

Rosto da obra Galeão Grande São João (186x131mm)


✠ Introduçam da obra. ✠

C Capitulo primeyro.

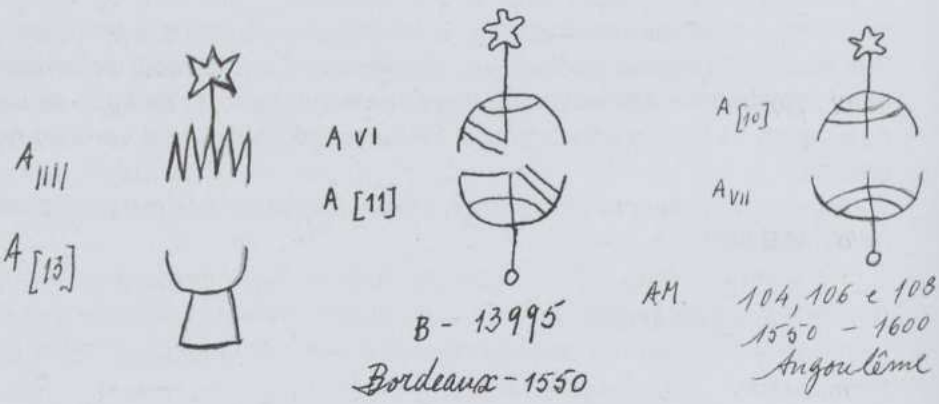
Soſa be iſto pera os homẽs ſerem bõs Chriſtãos, & ſe encomendarem a Deos em todo o tempo & hora por verẽ quão va ſio ſem ao reuelo deſte mundo, & os acõ tecimentos delle. Joaõ Manoel de ſou ſa era hum fidalgo pobrado, & muyto bõ caualleyro, & gaſtou no India em ſeu ſer po mujto de cincoẽta mil cruzados, em q̃ deu de comer a muy ta gente, & em boas obras que fez a muytos de mẽ. E por derradeyro ſoy acabar ſua vida, & de ſua molher & filhos, & acabarão com tanta leſtima, & com tanta neceſſidade antre os Cafres, faltandolhe o comer, & o beber, & veſtir. E verdadeyramente q̃ eſtou tambem abalhado antes de ſua morte, que não podem ſer tão ſenão de quem Deos ajudou a paſſar, que antre os mais foy hum Alvaro fernandes guardião do Galeão que me contou iſto muyto meudamente, que pio acerto achey aqui em Moçambique o anno de mil & quinhentos & cincoenta & quatro. E por me parecer neceſſario, eſcreui os trabalhos & morte deſte fidalgo, & de toda ſua companhia, pera q̃ os homẽs q̃ andauão pelo maar nunca canſem de ſe encomendar a Deos, & a noſſa Senhora q̃ rogue por elles.

C Capitulo. ij.

Partio deſte Galeão Manoel de Souſa que Deos perdoe, pera hyr eſta deſauenturada viagem de Cochim a tres de Fevereyro, o anno de cincoenta & dous. E partio tão tarde por hyr carregar a Coulão, & la auer pouco pimẽta, onde carregou obra de quatro mil quintaes, & veo a Cochim acabar de carregar a copia de ſete mil quintaes pouco mais, cõ muyto trabalho, por a guerra que auia no Malabar

Fólio 1 Vº da mesma obra

MARCAS DE ÁGUA



1 A atribuição do impressor da espécie do naufrágio *Galeão Grande São João* a João de Barreira é difícil, pois nos anos 50 do século XVI ele oscilou a sua actividade entre Coimbra [53 (4 obras), 54 (10 obras), 55 (1 obra), 58, 59, 60] e Lisboa [56 (3 obras), 57 (7 obras)]. Podemos admitir que trabalhou com material de Germão Galharde, pois o final dessa década corresponde ao período de menor actividade do impressor francês.

Além disso, em 1551, João de Barreira utiliza uma gravura em *Historia do descobrimento & da conquista da India pelos Portugueses* de Castanheda (Anselmo 130) que Germão Galharde utilizara em 1545 (Anselmo 632). Veremos isso na próxima espécie a *Nau São Bento*.

A gravura que está no rosto do *Galeão Grande S. João* pertenceu a Valentim Fernandes de quem Galharde ficou com o material tipográfico, como se pode observar em múltiplas edições, e. g., *Compromisso da Misericordia de Lisboa* (Anselmo 559) ou o *D. Florando* (Anselmo 632). Provas inequívocas das trocas entre impressores do material iconográfico, tal como sucede com a gravura que Marcos Borges apresenta na *Nau Santa Maria da Barca*. Assim sendo, a edição princeps do *Galeão Grande*, tanto pode ser atribuída ao impressor João de Barreira, como a Germão Galharde.

No entanto, o impressor francês, utiliza papel igual ao do *Galeão Grande*, (B-13995) na obra de Diego de Estella, *Tratado de la vida e loores...* impresso em 9 de Agosto de 1554 (Anselmo 651), conforme se pode observar nas marcas de água da espécie do Galeão Grande.

2

Naufragio da Nao sam Be[n]to / Summario de viage[m] que fez / Fernão d'Alvarez Cabral, q[ue] partio pera / a India por Capitão moor da armada q[ue] / foy ho anno de MDLIII até que / se perdeo na costa do Cabo de Boa espe/rança, & dos seus trabalhos & morte. E / do q[ue] mais socedeo aos q[ue] da sua co[m]panhia / escaparão do caminho q[ue] fizerão per terra / & mar : até chegarem as ditas partes. / Feyto por Manoel da misquita palestrelo / M.D.LXIIII

Colophon: Foy impresso em Coymbra : por Iodão de / Barreyra. Acabouse aos XIII dias do / mês de Nouembro. Anno de / MDLXIIII.

Rosto: gravura usada 3 vezes em D. Florando de Inglaterra, 1545 por Germão Galharde (Anselmo 632) e também por João de Barreira em... Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses de F.L. Castanheda, 1554 (Anselmo 130)

73 [i.e. 74] f. : il. ; 8º (133 mm). - Assin. : A-H8, I 10. - Faltam as assin. D2 e E3. - Fólios 34 e 39 em foto que foram colocadas no respectivo lugar. - Tema a desenvolver com os ofícios do Sr. Gualdino Borrões de 1967. - Numeração errada, repete o nº 70 e segue até final.

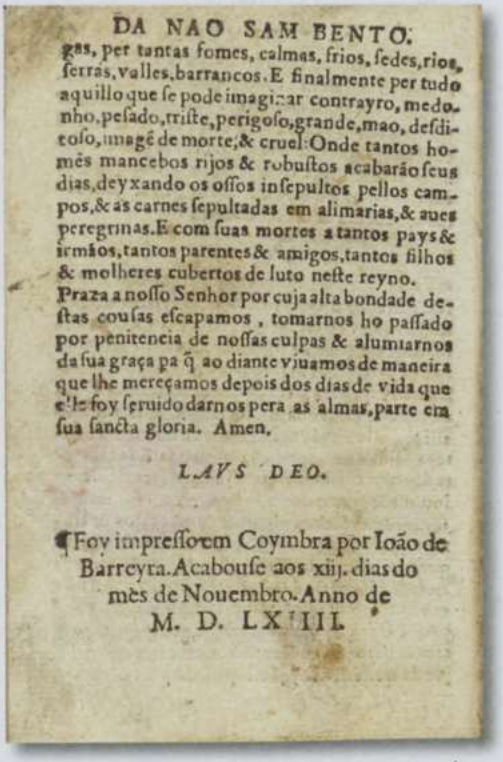
Cota: BDMII 275

Naufragio da Nao ſam Bẽto.

¶ Summario de viagẽ que fez Fernão d'Aluarez Cabral, q̃ partio pera a India por Capitão moor da armada q̃ foy ho anno de M. D. LIII. até que ſe perdeo na coſta do Cabo de Boa eſperança, & dos ſeus trabalhos & morte. E do q̃ mais ſocedeo aos q̃ da ſua cõpanhia eſcaparão do caminho q̃ fizerão per terra & mar: até chegarem as ditas partes.

Feyto por Manoel da [illegible]quita paleſtrelo.
M. D. LXIIII.

Rosto da Nau São Bento. (132x84mm)


DA NAO SAM BENTO.

gas, per tantas fomes, calmas, frios, ſedes, rios, ſerras, valles, barrancos. E finalmente per tudo aquillo que ſe pode imaginar contrayro, medonho, peſado, triſte, perigoſo, grande, mao, deſditoſo, imagẽ de morte, & cruel: Onde tantos homẽs mancebos rijos & robuſtos acabarão ſeus dias, deyxando os oſſos inſepultos pellos campos, & as carnes ſepultadas em alimarias, & aues peregrinas. E com ſuas mortes a tantos pays & irmãos, tantos parentes & amigos, tantos filhos & molheres cubertos de luto neſte reyno.

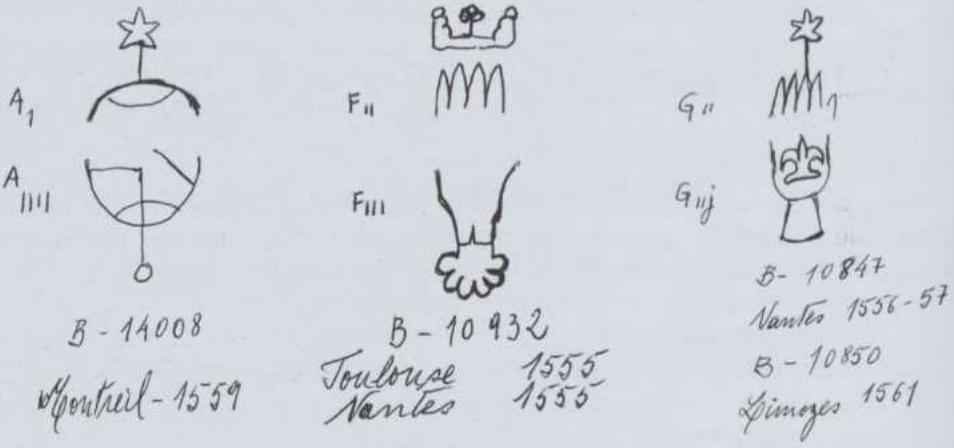
Praza a noſſo Senhor por cuja alta bondade deſtas couſas eſcapamos, tomarnos ho paſſado por penitencia de noſſas culpas & alumiarnos da ſua graça pa q̃ ao diante viuamos de maneira que lhe mereçamos depois dos dias de vida que elle foy ſeruido darnos pera as almas, parte em ſua ſancta gloria. Amen.

LAVS DEO.

¶ Foy impreſſo em Coymbra por Ioão de Barreyra. Acabouſe aos xiij. dias do mês de Nouembro. Anno de M. D. LXIIII.

Colophon da mesma obra

MARCAS DE ÁGUA



2 A propósito de uma interrogação que nos foi colocada pela Dr.ª Kioko Koiso no seu trabalho *Mar, Medo e Morte...* (p. 488, nota 5) resolvemos esclarecer o assunto das fotos dos fólios 34 e 39, e do exemplar também fotocopiado por completo que existe na Biblioteca Nacional, feito a partir da espécie bibliográfica de Vila Viçosa.

As informações que se seguem estão no Arquivo da Fundação da Casa de Bragança e dizem respeito a todo o processo de troca de ofícios entre o Museu-Biblioteca em Vila Viçosa e a Sede em Lisboa.

O ofício nº 237 de 15 de Junho de 1967 enviado do Museu-Biblioteca por Gualdino Borrões, Conservador Adjunto, para a Sede da Fundação, relata o facto de a firma "A. Rosenthal, Ltd", livreiros antiquários de Oxford, ter pedido a reprodução fotográfica dos fólios 33 e 40 que existem no exemplar de D. Manuel II. Aquele livreiro pretende completar com fotografias um exemplar para depois o vender. Trata-se seguramente de um já mencionado num artigo anónimo publicado no Vol. II, 1913, p. 190, do *Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado*: "Em 1911 apareceu à venda..., apesar de lhe faltar quatro páginas, isto é, as folhas 33 e 40, comprei por 12$000 réis. É o único de que tenho notícia..."

Mais tarde, Armando Cortesão no Vol. II, 1935, p. 254, nota 4 de *Cartografia e cartógrafos...*, cita o referido artigo do Boletim e ainda D. Manuel II : "como o Rei não refere se se trata de exemplar "completo e perfeito" ou a costumada expressão equivalente, é possível tratar-se do mesmo exemplar, o qual teria passado das mãos do anónimo articulista para as do régio bibliógrafo".

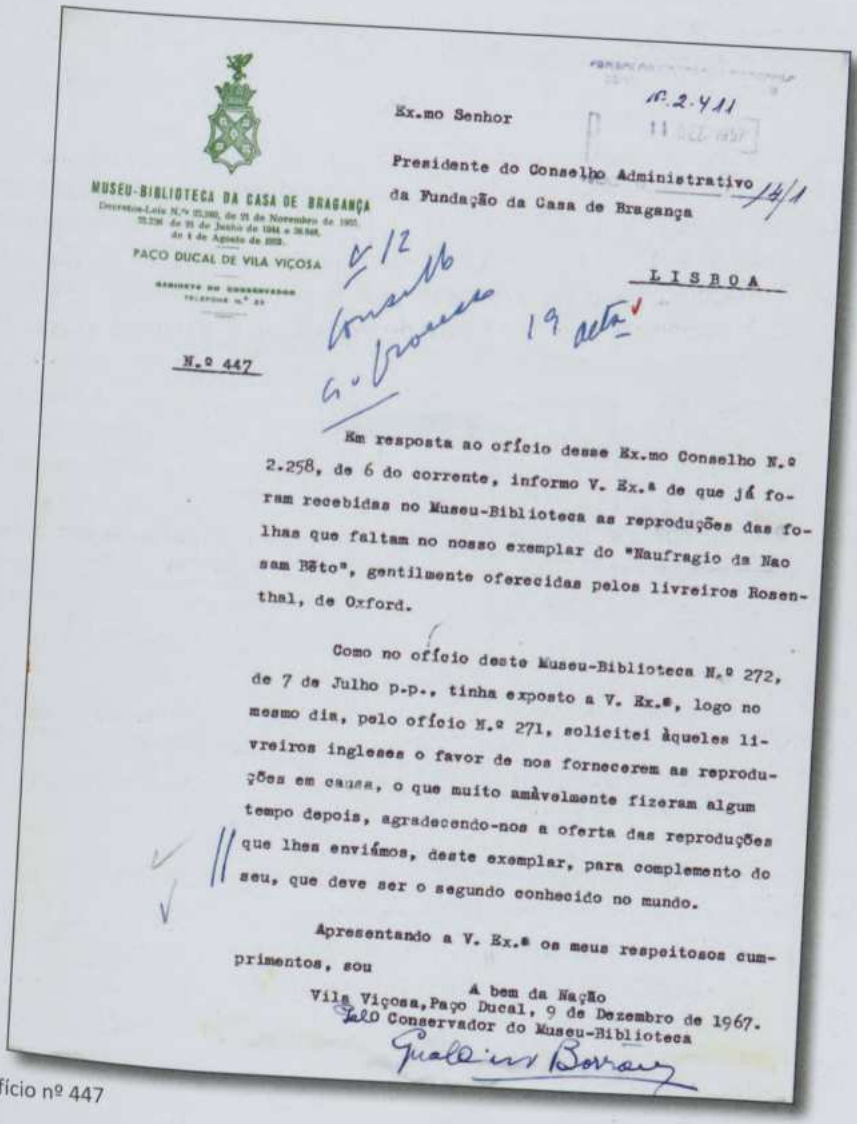
Armando Cortesão considerou ser o mesmo, mas agora sabemos que não, pois ao exemplar de D. Manuel II também faltavam duas folhas, mas as f. 34 e 39, embora o Rei não tivesse assinalado tal facto, o que nos levará a demandas ulteriores.

O ofício nº 272 de 7 de Julho de 1967 de Gualdino Borrões para a Sede, refere que já enviara as reproduções pedidas pelo livreiro de Oxford (f. 33 e 40) e pela mesma via pedira as reproduções das folhas que faltavam no exemplar de Vila Viçosa (f. 34 e 39).

Por fim, no ofício nº 447 de 9 de Dezembro de 1967 (Figura 6), Gualdino Borrões esclarece o Sr. Presidente do Conselho Administrativo que já recebeu as fotografias de Oxford e assim ficaram completos os dois exemplares que se conhecem desta edição.

A Biblioteca Nacional de Portugal possui uma fotocópia do exemplar completo de Vila Viçosa, mas dado o processo de reprodução não se distingue o que é original do que são folhas acrescentadas. Isto induziu em erro quer a Dra. Kioko Koiso quer a Dra. Ilda Azinhais Velez.

Mais tarde, ficou esclarecido pela Dra. Kioko Koiso, a quem muito agradecemos, que o exemplar vendido pela firma Inglesa A. Rosenthal Ltd. se encontra actualmente na Biblioteca Nacional da África do Sul, na cidade do Cabo.



MUSEU-BIBLIOTECA DA CASA DE BRAGANÇA
Decretos-Leis N.os 25.380, de 21 de Novembro de 1935, 33.236 de 21 de Junho de 1944 e 36.848, de 4 de Agosto de 1952.
PAÇO DUCAL DE VILA VIÇOSA
GABINETE DO CONSERVADOR
TELEFONE N.º 23

N.º 447

Ex.mo Senhor

Presidente do Conselho Administrativo
da Fundação da Casa de Bragança

LISBOA

Em resposta ao ofício desse Ex.mo Conselho N.º 2.258, de 6 do corrente, informo V. Ex.ª de que já foram recebidas no Museu-Biblioteca as reproduções das folhas que faltam no nosso exemplar do "Naufragio da Nao sam Bẽto", gentilmente oferecidas pelos livreiros Rosenthal, de Oxford.

Como no ofício deste Museu-Biblioteca N.º 272, de 7 de Julho p.p., tinha exposto a V. Ex.ª, logo no mesmo dia, pelo ofício N.º 271, solicitei àqueles livreiros ingleses o favor de nos fornecerem as reproduções em causa, o que muito amàvelmente fizeram algum tempo depois, agradecendo-nos a oferta das reproduções que lhes enviámos, deste exemplar, para complemento do seu, que deve ser o segundo conhecido no mundo.

Apresentando a V. Ex.ª os meus respeitosos cumprimentos, sou

A bem da Nação
Vila Viçosa, Paço Ducal, 9 de Dezembro de 1967.
O Conservador do Museu-Biblioteca
Gualdino Borrões

Ofício nº 447

5

NAVFRAGIO / Da viagem que fez a Nao Sancta Maria / da barca, deste Reyno pera a India: em q[ue] / hia por Capitão môr dom Luis fernandez / de Vasconcellos. No ãno de. M.D.L.VII
Foy impresso em Lixboa em casa de Marcos borges / impressor delRey nosso senhor. Aos quatro de / Ianeyro. De. M.D.LXVI
Vemdemse na impressam detras de Nossa / senhora da palma. Com licença impresso

[14] f.: il. 4º (180 mm). - Assin. A14. - Assin. Errada AIX por AVIII
Autor anónimo

Rosto: gravura já usada no Galeão Grande São João e na Nau São Paulo, é pois a terceira vez em relatos de naufrágios

Cota : BDMII 304

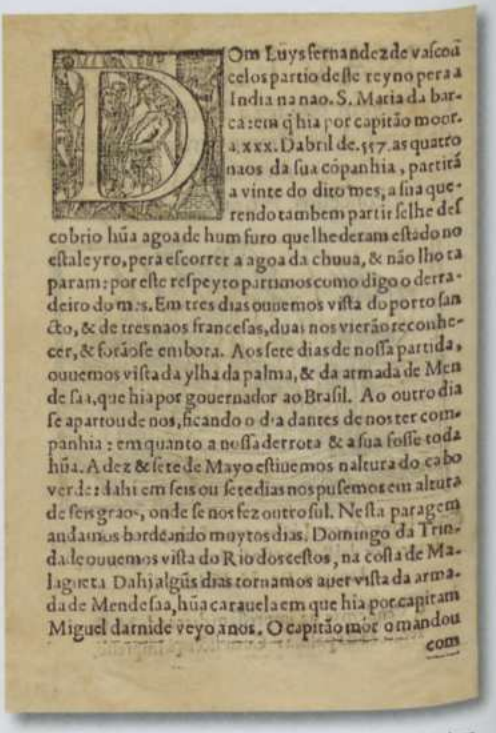
NAV FRAGIO

Da viagem que fez a Nao Sancta Maria da barca, deste Reyno pera a India: em q hia por Capitão môr dom Luis fernandez de Vasconcellos. No ãno de. M.D.L.VII.

¶ Foy impresso em Lixboa em casa de Marcos borges impressor del Rey nosso senhor. Aos quatro de Ianeyro. De. M.D. LXVI.

¶ Vendem se na impressam detras de Nossa senhora da palma. Com licença impresso.

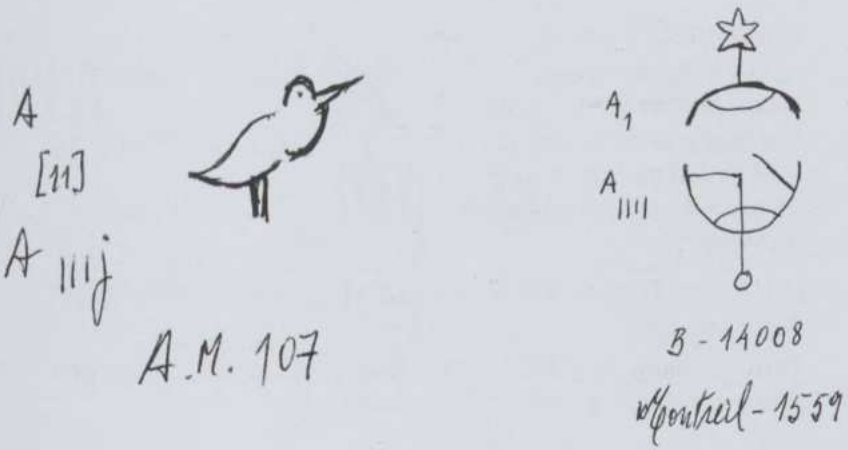
Rosto da obra Santa Maria da Barca. (180x123mm)



Dom Luys fernandez de vasconcelos partio deste reyno pera a India na nao. S. Maria da barca: em q hia por capitão mor. a. xxx. Dabril de. 557. as quatro naos da sua cõpanhia, partirã a vinte do dito mes, a sua querendo tambem partir selhe descobrio hũa agoa de hum furo que lhe deram estado no estaleyro, pera escorrer a agoa da chuua, & não lho taparam: por este respeyto partimos como digo o derradeiro do mes. Em tres dias ouuemos vista do porto santo, & de tres naos francesas, duas nos vierão reconhecer, & forãose embora. Aos sete dias de nossa partida, ouuemos vista da ylha da palma, & da armada de Mem de saa, que hia por gouernador ao Brasil. Ao outro dia se apartou de nos, ficando o d'a dantes de nos ter companhia: em quanto a nossa derrota & a sua fosse toda hũa. A dez & sete de Mayo estiuemos na altura do cabo verde: dahi em seis ou sete dias nos pusemos em altura de seis graos, onde se nos fez outro sul. Nesta paragem andamos bordeando muytos dias. Domingo da Trindade ouuemos vista do Rio dos testos, na costa de Malagueta. Dahi algũs dias tornamos auer vista da armada de Mendo saa, hũa caraquela em que hia por capitam Miguel darnide veyo anos. O capitão mor o mandou com

Fólio 1 vº da mesma obra

MARCAS DE ÁGUA

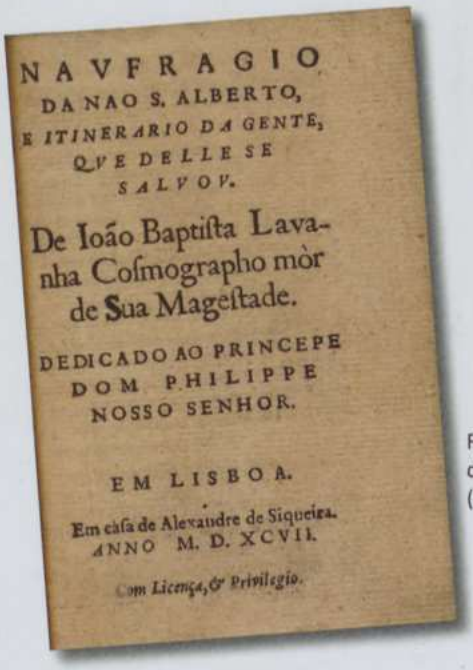


10

NAVFRAGIO / DA NAO S. ALBERTO, / E ITINERARIO DA GENTE / QUE DELLE SE / SALVOV. / De Ioão Baptista Lava/nha Cosmographo mòr / de Sua Magestade. / DEDICADO AO PRINCIPE / DOM PHILIPPE / NOSSO SENHOR. / EM LISBOA. / Em casa de Alexandre de Siqueira. / ANNO M.D.XCVII. / Com Licença & Privilegio

[1, 1br., 6], 152 p., ; 8º (133 mm). - Assin. : //A5//4, A-I 8, K4

Cota : BDMII 574


NAVFRAGIO
DA NAO S. ALBERTO,
E ITINERARIO DA GENTE,
QVE DELLE SE
SALVOV.

De Ioão Baptiſta Lava-
nha Coſmographo mòr
de Sua Mageſtade.

DEDICADO AO PRINCEPE
DOM PHILIPPE
NOSSO SENHOR.

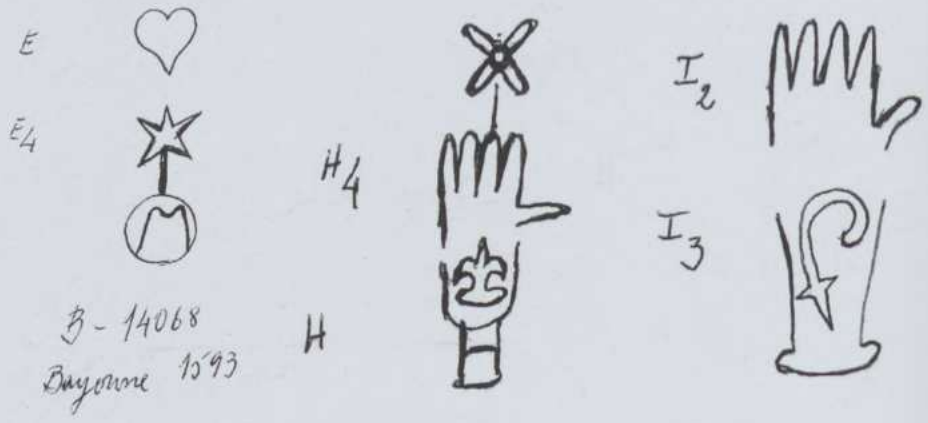
EM LISBOA.

Em caſa de Alexandre de Siqueira.
ANNO M. D. XCVII.

Com Licença, & Privilegio.

Rosto da ed. princeps da Nau Santo Alberto. (133x87mm)

MARCAS DE ÁGUA



10 - A

NAVFRAGIO / DA NAO SANTO ALBERTO, / E Itenerario da gente, que delle se salvou. / Por JOÃO BAPTISTA LAVANHA / Cosmographo mòr de Sua Magestade / DEDICADO / AO PRINCIPE DOM PHILIPPE / NOSSO SENHOR / EM LISBOA, / Em Caza de ALEXANDRE DE SIQUEYRA. / ANNO DE 1597

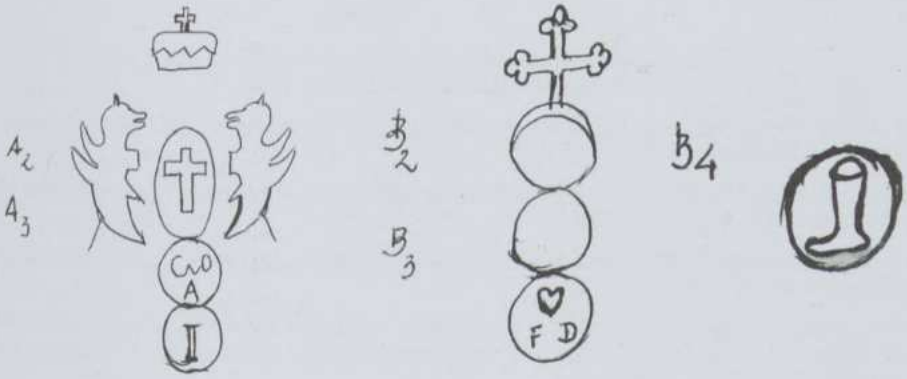
[1, 1br., 4], 65, [1br.] p. ; 4º (204 mm). - Assin. : A-I 4. - Cad. A e B não têm assin. na f. 3 daí até ao final todos os outros têm.

Cota : BDMII 575

NAVFRAGIO
DA NAO SANTO ALBERTO,
E Itenerario da gente, que delle se salvou.
Por JOÃO BAPTISTA LAVANHA
Cosmografo mòr de Sua Magestade
DEDICADO
AO PRINCIPE DOM PHILIPPE
NOSSO SENHOR.
EM LISBOA,
Em Caza de ALEXANDRE DE SIQUEYRA.
ANNO DE 1597.

Rosto da contrafacção da Nau Santo Alberto. (204x137mm)

MARCAS DE ÁGUA



Primeira metade do século XVIII

6

Nao Sam Paulo
Viagem & naufragio da / Nao sam Paulo que foy pera a India o anno / de mil e quinhentos e sesenta. Capitão / Ruy de melo da camara Mestre / loam luys. Piloto An/tonio Dias [autor do texto?]

Final vº Aqui se acaba o Naufragio da Nao sã Paulo feyto por hum homem de credito que vio & passou tudo ysto. E foy impresso em casa da viuva, molher que foy de Germão Galhard. Aos oyto do mês Dabril. Anno de MDLXV

[Rosto: com gravura de Galeão Grande São João e da Nau Santa Maria da Barca]

[22] f.: il. ; 4º

Informação recolhida no artigo de Charles R. Boxer para a *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. Hernâni Cidade*, 1957, p. 59, com a fotografia do rosto e cujo único exemplar conhecido está na Library of the National Maritime Museum em Greenwich.

BIBLIOGRAFIA

Anselmo - Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI / António Joaquim Anselmo - Lisboa : Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926

Artur Anselmo - Origens da Imprensa em Portugal / Artur Anselmo. - Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1981

Ataíde e Melo - O papel como elemento de identificação / Arnaldo Faria de Ataíde e Melo. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1926

Borrões - Inventário da Biblioteca de D. Manuel II / Gualdino Borrões. - Lisboa : Fundação da Casa de Bragança, 1982

Boxer - Further Selections from The Tragic History of the Sea 1559-1565 / trad. C. R. Boxer. - Cambridge : Published for the Hakluyt Society at the University Press, 1968. - Second Series nº CXXXII

Boxer - Miscelânea de estudos em honra do Prof. Hernâni Cidade. - Lisboa : s.n., 1957. - An introduction to the História Trágico Marítima / C. R. Boxer, pp. 48-99

Boxer - The Tragic History of the Sea, 1589-1622 / int. e trad. C. R. Boxer. - Cambridge: Published for the Hakluyt Society at the University Press, 1959. - Second Series nº CXII

Briquet - Les filigranes. Dictionaire historique des marques du papier/ Charles Moïse Briquet. - Leipzig: Verlag Von Karl W. Hiersemann, 1923. - 2ª ed. - 4 vol.

Camões - Os Lusíadas / de Luís de Camões. - Em Lisboa : em casa de Antonio Go[n]çalvez Impressor, 1572

Castro - A carreira da Índia e as suas causas / Nuno de Castro. - S.l. : ACD Editores, 2004

Cortesão - Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI / Armando Cortesão. - Lisboa : Seara Nova, 1935. - 2 vol.

Corte Real - Navfragio e lastimoso Svcesso da perdiçam de Manoel de Sousa de Sepulueda... / Jeronimo Corte Real. - S.l. : Na oficina de Simão Lopez, 1594

Fernandes - Historia da muy notauel perda do Galeão grande sam João... / [Álvaro Fernandes]. - [Lisboa? : João de Barreira?, 1554?]

Guerreiro - A vida a Bordo na Carreira da Índia. A Torna-Viagem / Inácio Guerreiro in Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 415-432

Lavanha - Naufragio da Nao S. Alberto... / João Baptista Lavanha. - Em Lisboa : em casa de Alexandre de Siqueira, 1597

Le Gentil - Histoires Tragico-Maritimes : Trois Naufrages Portugais au XVI siécle / Georges Le Gentil. - Paris : Chamdeigne, 1992. - pp. 19-58

Lanciani - Os relatos de naufrágios na literatura portuguesa dos séculos XVI e XVII / Giulia Lanciani. - Lisboa : Instituto de Cultura Portuguesa, 1979

Lanciani - Santa Maria da Barca: Três Testemunhos para um naufrágio / int. e leitura de Giulia Lanciani. - Lisboa : Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983

História Trágico - Marítima

Historia Tragico-Marítima / compil. Bernardo Gomes de Brito. - Lisboa Occidental : Na Officina da Congregação do Oratorio, 1735-1736. - 2 vol. - 1ª ed.

Historia Tragico-Marítima / compil. Bernardo Gomes de Brito. - com outras noticias de naufrágios. - Ed. organizada por Gabriel Pereira. - Lisboa : Biblioteca de Classicos Portuguezes, 1904-1909. - 12 vol. - 2ª ed.

Historia Tragico-Marítima / compil. Bernardo Gomes de Brito ; anot. com. e estudo António Sérgio. - [Lisboa] : Editorial Sul Limitada, 1955-1947. - 3 vol. - 4ª ed.

Koiso - Mar, Medo e Morte : aspectos psicológicos dos naufrágios... / Kioko Koiso. - Cascais : Patrimonia, 2004. - 2 vol. - Tese de Mestrado

D. Manuel - Livros Antigos Portuguezes... / descriptos por S. M. El-Rei D. Manuel. - Londres : Maggs Bros., 1929-1935. - 3 vol.

Perestrelo - Naufragio da Nao Sam Bento... / Manoel da Misquita Palestrelo. - Em Coymbra: por loão de Barreyra, 1564

Perestrelo - Le naufrage de la nef São Bento... / Manuel de Mesquita Perestrelo; trad. Philippe Billé. - Nantes : Le Passeur, 1995

Santa Maria da Barca

Navfragio Da viagem que fez a Nao Sancta Maria da barca... - Em Lisboa: em casa de Marcos Borges impressor del Rey nosso senhor, 1566

Sociedade de Bibliófilos

Boletim da Sociedade de Biblióphilos "Barbosa Machado" . Lisboa : Inprensa Libanio da Silva, 1910-1915. - 3 vol.

Tabucchi - Interpretazioni della História Trágico-Marítima nelle Licenze per il suo imprimatur / Antonio Tabucchi, in Quaderni Portogyesi, nº 5 . - Pisa : Giardini Editri e Stampatori, 1979. - pp. 19-42

Velez - Naufrágio da Nau S. Bento... / int. e notas de Ilda Azinhais Velez. - Coimbra : [s.n.], 1992. - Tese de Mestrado

Abreviaturas

Assin. Assinatura

A. M. Ataíde e Melo

B. Briquet

BDMII Biblioteca de D. Manuel II

br. Branca

ex. .Exemplar

f. Fólio ou folha

il. Ilustrado

Fotografias

Joaquim Real

A ALCAIDARIA-MOR DE ARRAIOLOS NO SÉCULO XVI ECONOMIA E QUOTIDIANO

Jorge Fonseca
Centro de História da Cultura - Universidade Nova de Lisboa

Este artigo tem como fonte principal o inventário dos bens de D. Maria de Vasconcelos, alcaidessa de Arraiolos, feito em 1572. Quando esta senhora, viúva do alcaide-mor Fernão Pereira, faleceu nesse ano, o duque de Bragança D. João I, donatário da vila, mandou recolher a Vila Viçosa a filha de ambos, D. Joana Pereira, assim como todos os bens necessários ao seu serviço. Para esse efeito foi realizado inventário do espólio remanescente do casal, que estava no castelo arraiolense, pelo juiz dos órfãos da vila. Foi esse documento de 102 páginas, hoje pertencente ao Arquivo Histórico da Casa de Bragança, em Vila Viçosa[1], que serviu de base a este estudo sobre os recursos económicos dos alcaides desse tempo e sobre o conjunto de equipamentos de que dispunham no dia a dia, no paço de Arraiolos.

A transcrição do mesmo foi em grande parte realizada pelo antigo bibliotecário e arquivista dessa instituição Dr. Manuel Inácio Pestana, que não chegou a publicá-lo, como desejava, pelo que este trabalho constitui a minha homenagem pessoal a esse colega desaparecido. Quero também destacar o contributo do Dr. João Ruas, actual director da Biblioteca e Arquivo da Casa de Bragança, para a concretização desta publicação, pelas facilidades e incentivo que me deu.

Aos alcaides-mores competia, de acordo com as Ordenações do reino, o governo militar das terras fortificadas, o que significava principalmente defender a todo o custo os castelos à sua guarda[2]. Na realidade, porém, no século XVI o cargo passou a ter cada vez mais um carácter honorífico, pois, como acentuou Mafalda Soares da Cunha, *"os cenários da guerra (...) haviam-se deslocado para o exterior"* do reino[3]. Por isso, quer nas terras da coroa quer nas de donatários, *"os castelos permaneciam como símbolos visíveis do poder"* real ou senhorial[4]. Dada essa natureza representativa os alcaides-mores nomeados pelos duques de Bragança eram seleccionados

1 Arquivo Histórico da Casa de Bragança, BDM II, Res. Ms. 29 Adq.; daqui em diante referido como "Documento em estudo".

2 *Ordenações manuelinas*, Liv. I, Tit. LV, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1984, p. 370-381.

3 Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa, 2000, p. 253.

4 Mafalda Soares da Cunha, Ob. cit., p. 253.

Foto: Câmara Municipal de Arraiolos

Ruínas do Paço dos Alcaides de Arraiolos

entre as linhagens de melhor estirpe ao serviço da sua casa[5]. Foi o que se passou com os Pereira, senhores de Castro Daire, de que conhecemos como alcaides-mores de Arraiolos Henrique Pereira, fidalgo da casa do duque de Bragança, filho de Fernão Pereira e neto de D. Álvaro Pereira, e Fernão Pereira, seu filho, fidalgo da mesma casa[6]. O primeiro ocupava o cargo em 1515[7] e em 1523[8] e o segundo em 1548[9], tendo falecido em 1560, como consta da sua lápide tumular na igreja do convento arraiolense dos Lóios[10]. À sua morte ficou a representar a alcaidaria e a exercer as respectivas funções a sua viúva D. Maria Pimentel (segundo Felgueiras Gaio[11]) ou D. Maria de Vasconcelos (de acordo com o inventário que estamos a estudar), até 1572.

Além das funções simbólicas mencionadas, aos alcaides-mores competia a apresentação ao concelho dos alcaides-pequenos, com funções policiais na vila, para este os empossar no cargo. Isso ocorreu em 1523, quando *"Anrique Pereira, alcaide-mor da vila"* indicou Pêro Àlvares, morador em Arraiolos, *"por ser homem*

5 Mafalda Soares da Cunha, Ob. cit., p. 416.

6 Felgueiras Gaio, *Nobiliário de famílias de Portugal*, v. 8, Braga, Carvalhos de Basto, 1992, p. 187-188.

7 Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Memórias da vila de Arraiolos*, Parte II, Arraiolos, Câmara Municipal, 1985, p. 78.

8 Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos, CMA/B/A/001/Lv 001 – Liv. de vereações de 1533, f. 3 v.

9 Idem, CMA/B/A/001/Lv 003 – Liv. de vereações de 1547-1548, f. 62.

10 Túlio Espanca, *Inventário artístico de Portugal*, v. 8, Distrito de Évora, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1975, p. 17.

11 Felgueiras Gaio, Ob. cit., p. 188.

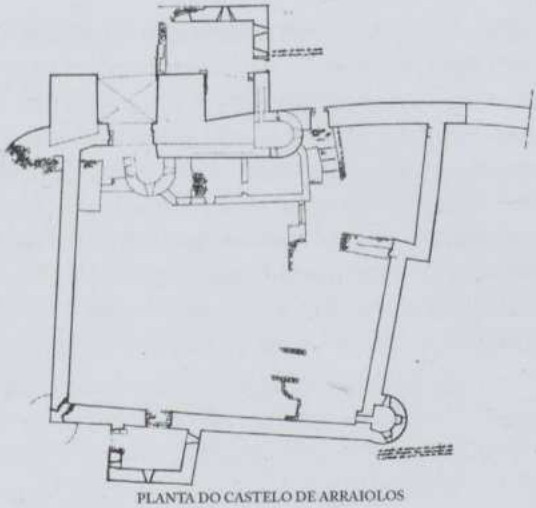
auto e pertencente para o dito cargo"[12]. Em 1548 o concelho entregou a vara de alcaide pequeno, para servir esse lugar por um período de três anos, a António Nunes, indicado pelo *"Senhor Fernão Pereira, alcaide-mor"*[13]. Em 1566, já depois da morte do marido, a *"Senhora Dona Maria"* mandou apresentar António Pires para semelhante função[14].

Outro cargo da nomeação do alcaide-mor era o de carcereiro, como veio a acontecer em 1592[15] e é provável que já se praticasse antes.

Embora isso nem sempre ocorresse com os alcaides-mores das terras, que frequentemente não as habitavam, Fernão Pereira e a mulher viveram em Arraiolos, pois quando esta faleceu, no castelo da vila, foi inventariada toda a fazenda que aí possuía. O facto de o marido ter querido ser sepultado no convento da vila, em capela por si instituída e sob lápide armoriada com o escudo dos Pereiras (e onde sua mulher veio a repousar também)[16], corrobora a mesma conclusão. A inscrição respectiva, transcrita por Túlio Espanca, diz o seguinte:

S[epultura] D[E] Fernão P[ereira] FIDALGVO / DA CASA DO DVQVE DE / BRAGANÇA . ALCAIDE / MOR DARAIOLOS . FALE / CEO . A . 9 . DE IVLHO DE 1560.17

O paço dos Alcaides-Mores por eles habitado foi a construção medieval descrita pelo autor supracitado no inventário artístico da vila, de planta rectangular, composta por corpo da guarda, pátio de armas e habitação palaciana, esta muito beneficiada no tempo de D. João II[18]. Foi aí que, em Maio de 1554, se hospedou a princesa D. Joana, viúva do príncipe herdeiro D. João e mãe de D. Sebastião, quando regressava a Castela, para junto de Carlos V, seu pai. De acordo com o relato de D. António Caetano de Sousa, foi no castelo de Arraiolos que o infante D. Luís, representante do rei, a confiou



PLANTA DO CASTELO DE ARRAIOLOS

Extraída de Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Évora, V. VIII

12 AHMA, CMA/B/A/001/Lv 001, f. 3 v. – 10.1.1523.
13 AHMA, CMA/B/A/001/Lv 003, f. 56 v. e 62 – 1 e 7.1.1548.
14 AHMA, CMA/B/A/001/Lv 004, f. 10 – 5.1.1566.
15 AHMA, CMA/B/A/001/Lv 007, f. 153 v. – 26.6.1592.
16 Túlio Espanca, Ob. cit., p. 17.
17 Túlio Espanca, Ob. cit., p. 17.
18 Idem, p. 4-5.

Foto: Camara Municipal de Arraiolos

Ruínas do Paço dos Alcaides de Arraiolos

ao duque de Bragança D. Teodósio, para este a acompanhar à fronteira. O duque *"tinha dado providência à hospedagem (...) com a magnificência e grandeza que à sua pessoa convinha"*, *"dentro na vila, nas casas aonde ela havia de pousar"*, portanto intra-muros e no único local possível, o paço dos alcaides-mores. Trazia consigo o donatário 850 cavaleiros da sua casa, de toda a província. Chegando a princesa à vila *"apeando-se subiu e na primeira sala a esperava o duque para lhe beijar a mão e o infante D. Luís lha entregou e (...) se despediu dela"*. Depois, provavelmente pelas reduzidas proporções do edifício para esse fim, foram as duas comitivas e acompanhantes almoçar magnificamente à quinta da Sempre Noiva, do conde de Vimioso. D. Joana só partiu de Arraiolos dois dias depois, em direcção a Sousel[19].

Pelas divisões do paço se espalhava o conjunto de peças utilitárias e decorativas a que o inventário se refere, tal como os recursos alimentares acumulados para os gastos do dia a dia, quer dos senhores quer dos criados e escravos.

A vida quotidiana na alcaidaria era sustentada por um conjunto diversificado de rendimentos, uns provenientes de bens patrimoniais do alcaide e da mulher, outros consignados à função de alcaide-mor, descritos nas Ordenações e ainda os direitos reais incluídos no foral manuelino, doados ao senhor da vila, mas por este facultados ao seu representante no condado arraiolense. De uns e outros nos dá conta o documento em análise.

As *Ordenações manuelinas* atribuíam aos alcaides-mores o rendimento de algumas multas por infracção às leis - penas pecuniárias dos barregueiros casados e

19 D. António Caetano de Sousa, *História genealógica da casa real portuguesa*, tomo VI, Coimbra, Atlântida, 1949, pp. 31-32.

das barregãs dos clérigos, a terça parte das penas dos excomungados, metade das multas pelo uso ilegal de armas, penas por violação, pelas tabernas abertas depois da hora legal, por introduzir nas terras mercadorias depois das horas autorizadas, das *"mulheres que são useiras de bradar"*, a metade do ouro, prata e dinheiro achados em jogos ilegais – assim como as carceragens dos presos e a redízima dos mouros que se forrassem[20].

O inventário, por sua vez, mostra que os alcaides de Arraiolos beneficiavam dos chamados *direitos reais*, aqueles que, de acordo com o foral da vila, cabiam ao rei, mas que este alienara aos condes de Arraiolos e duques de Bragança[21] e estes, por sua vez, tinham atribuído aos alcaides-mores. Eram constituídos por um imposto fixo, a *pensão dos tabeliães*, em número de dois e que pagavam, no conjunto, 3.860 reais por ano, assim como por várias prestações variáveis, por dependerem da actividade económica e do acaso: a *açougagem*, que recaía sobre a carne e peixe transaccionados nos talhos públicos, a *dízima da execução das sentenças*, aplicada a todos os castigos pecuniários executados pela justiça local, o *gado do vento*, gado perdido de dono desconhecido, a *pena de armas*, cobrada pela prática de actos violentos com armas e a *portagem*, que incidia sobre os bens entrados e saídos da vila para serem vendidos[22]. A sua recepção era normalmente entregue, por arrematação, a rendeiros, particulares que ofereciam a importância mais alta, que os cobravam depois por sua conta.

Neste caso o *rendeiro dos direitos reais* era Manuel Lopes, mas infelizmente não conhecemos o montante anual do seu contrato com a alcaidessa, apenas que só devia 7.000 reais do ano que estava a decorrer, de que a mesma o dispensara[23]. A essa renda andava anexa a do Reguengo do Cavalo, *"terra (...) estéril e maninha"*, de que se cobravam multas pela entrada indevida de gado, que montava a um moio e meio de trigo[24]. Havia também um *rendeiro das armas*, António Pires, o que mostra que este direito real era objecto de contrato à parte. A sua importância era de 42.000 reais[25].

A grande maioria dos rendimentos do agregado familiar era, no entanto, constituída pelas rendas de propriedades do seu património, por isso independentes do exercício da alcaidaria. Somavam estas 3.089.250 reais por ano. A respectiva avaliação foi mandada fazer pelo duque nas três terras em que se localizavam, Arraiolos, Montemor-o-Novo e Vila Viçosa.

No termo de Arraiolos dispunha o casal da herdade das Mouras, que tinha sido comprada (e rendia 50 alqueires e meio de pão, 2/3 do qual em trigo e 1/3 em cevada = 77.250 rs.) e da herdade das Cimalhas de Pontega (que contribuía com 14 moios, na mesma proporção de cereais da anterior = 1.200.000 rs.).

20 *Ordenações manuelinas*, Liv. I, Tit. LV, p. 376-381.
21 Documento em estudo, f. 33 v. e 37.
22 Jorge Fonseca, *O foral manuelino de Arraiolos*, Arraiolos, Câmara Municipal, 2000, pp. 51-53.
23 Documento em estudo, f. 33 v. e 34.
24 Jorge Fonseca, *O foral manuelino...*, p. 51; documento em estudo, f. 37.
25 Documento em estudo, f. 36.

No termo de Montemor-o-Novo era dono da herdade de Vale de Arca, no Escoural (que rendia 5 moios de pão, também terçado, na mesma proporção de cereais, mais, de pitanças, 1 carneiro, 1 porco, 8 galinhas e uma quarta de manteiga = 500.000 rs.). Tinha também um pomar e um olival na mesma herdade (com a renda de 45.600 rs., 10 alqueires de azeite, 1 alqueire de ameixas passadas e 500 maçãs = 700.000 rs.), um moinho junto à ponte de Évora, com vinha e terra de semear pão (que rendia 5 moios de trigo e 2 alqueires de nozes = 600.000 rs.) e ainda uma courela na herdade da Azinheira e o moinho do Minouto, na ribeira de Canha, propriedades contíguas uma à outra (que rendiam 12.000 rs.).

Em Vila Viçosa, D. Maria de Vasconcelos era dona de *"um assento de casas grandes"* junto à rua dos Fidalgos, com 7 compartimentos no andar nobre e 8 no rés-do-chão, avaliado em 300.000 reais.

Apesar de não se conhecer o montante dos direitos reais de Arraiolos, o modesto rendimento da pena de armas (42.000 reais), mostra que o conjunto desses direitos estava, por certo, muito longe dos três contos provenientes dos prédios rústicos que eram propriedade do casal. Além dessas rendas, D. Joana Pereira, a filha de ambos, recebia uma tença do duque no valor de 40.000 reais[26].

Grande parte desses rendimentos era recebida em espécie, pelo que existiam em casa inúmeros produtos alimentares, como trigo, em grande quantidade e cevada, frutas secas, mel, toucinho, presunto e chouriços, manteiga, queijos, azeite, compotas, sal e até duas galinhas, dois galos, três perus e três gansos. E também outros produtos de consumo doméstico, como cera e lã.

O inventário refere-se a *"escravas e escravos"* da alcaidessa, sem indicar o seu número, os quais, de acordo com as indicações do duque, foram, em nove bestas para esse fim alugadas, com D. Joana para Vila Viçosa, tal como a prata, ouro, dinheiro e peças de fato necessárias ao seu serviço[27]. Podem ter sido descritos no único fólio que falta no documento em estudo, o f. 32. Eles integravam-se no conjunto de servidores do paço, de várias categorias e de que se conhecem alguns: o padre Domingos Rodrigues, *"clérigo de missa da casa de D. Maria"*, provavelmente capelão, Beatriz Gil, colaça de D. Joana e Joana Barbosa e Francisco Gomes, *"familiar"* e *"criado"* da casa.

O inventário descreve, de forma exaustiva mas pouco sistemática, as peças de mobília e decoração, o vestuário e roupa de cama, objectos de cozinha, livros e jóias existentes nos vários compartimentos do castelo, grande parte *"na Sala"*, dentro de arcas ou fora delas, *"na torre"*, na *"casa que serve de adega que tem a porta pera a cisterna e outra de alçapão"* e *"no arco (...) debaixo da escada"*. Para tornar mais inteligível a sua leitura agrupei por classes, segundo um critério de base funcional, as peças com algum significado para o conhecimento da vida quotidiana no paço da alcaidaria arraiolense.

Comecemos pelo mobiliário e, dentro dele, pelas arcas e caixas, as peças de mobília mais comuns nas habitações medievais e modernas de Portugal. De tama-

26 Documento em estudo, f. 31 v. e 37.

27 Documento em estudo, f. 11 e 11 v.

nhos variados, serviam para guardar todo o tipo de objectos, para os transportar, eram usadas como leitos para dormir e também como mesas e assentos:

" Huma arqua grande de pao anjelim da India
(...) com seus peis . . . . . 4.000 rs.
huma arqua de pinho com seus peis (...). . . . . 2.000 rs.
huma caxa de caminho, de lontras barrada
de veludo preto de duas bandas (...) . . . . . 3.500 rs.
outra caxa de capelo com huma barra
de veludo he alamares . . . . . 2.500 rs.
huma arqua emcourada . . . . . 3.000 rs.
huma arqua (...) emcourada . . . . . 2.000 rs.
huma quaixa (...)
huma canastrinha (...)
huma quaixa pequena comprida (...)
huma arca emcourada em que estava este fato
que la vai ha Villa Visosa (...) . . . . . 800 rs.
ha arqua em que esta isto asima (...) . . . . . 800 rs.
huma arqua de pinho grande . . . . . 2.000 rs.
outra arqua de freixo grande. . . . . 3.000 rs.
huma arqua emcourada velha . . . . . 600 rs.
huma arqua de nogueira . . . . . 400 rs.
huma arqua de alemo d'espada . . . . . 400 rs.
huma arqua de pinho pequena. . . . . 300 rs.
huma arqua de pinho com seus peis. . . . . 300 rs.
huma arqua de faia pequena. . . . . 200 rs.
quoatro caxões . . . . . 400 rs."

Na primeira arca referida estavam guardados, de acordo com o inventário, 5 cobertores, 2 cortinas com as suas corrediças, 3 alcatifas, 1 lambel, 1 reposteiro, 1 fruteiro, 2 coxins e 3 capelos e 14 côvados de pano. Na segunda, panos para cortinas, 2 travasseiros, 2 roupões, 1 retábulo com uma imagem de Nª. Sª., 1 guardaporta, 1 chapéu, 1 faqueiro, 1 cobertor, 4 almofadas, 15 côvados de pano, 1 tapete grande, vários panos decorativos, 36 peças de cozinhar e comer, 1 bandeja, 2 castiçais e até 1 pão de açúcar. Outra tinha só roupa. Numa caixa estavam "presolanas (porcelanas) meudas finas que se não havaliarão" e a canastrinha estava "chea de presolanas do mesmo teor". A caixa "pequena e comprida" mencionada estava "chea de vidros", outra arca tinha linho e manteiga, outra ainda guardava louça de cozinha, especiarias e açúcar e numa arca encourada, por isso preparada para viagens, foi o fato e objectos que D. Joana Pereira levou para o paço ducal. Como se vê, serviam para guardar e transportar quase tudo.

Na *"casa que serve d'adegua"* havia uma tulha, caixa de grandes dimensões, onde se guardavam 68 alqueires e meio de trigo e, noutra, 3 moios e meio de cevada, *"que trouxeram os lavradores"*. O restante cereal estava guardado em sacas.

As peças ligadas ao recolher nocturno (ou diurno, em casos de doenças ou

outros) dos moradores de uma habitação eram de importância fundamental no seu dia a dia. Elas englobavam os leitos (a que hoje chamamos camas), colchões, travesseiros e a roupa que os envolvia e em que as pessoas se acomodavam. Até à época contemporânea eram poucos os móveis especialmente destinados ao deitar. Nas casas comuns existia um *leito* ou um *catre* (leito mais estreito), para o casal, e os filhos, os outros membros da família, os criados e os escravos deitavam-se sobre *barras de cama* (duas barras de madeira unindo dois cavaletes), sobre estrados, arcas e mesmo simples esteiras postas no chão. Em cima dessas peças colocavam-se então os enxergões e os colchões, a que se sobrepunham as *camas de roupa* (lençóis, mantas, cobertores, cobertas e as fronhas que revestiam as almofadas e travesseiros).

No caso que estamos a observar, os alcaides de Arraiolos e os que os serviam dispunham de *"hum leito de bordo velho"*, avaliado em 600 reais e de *"hum catre vermelho com suas silhas"*, em 500 reais. Provavelmente, tinha-se destinado o leito à falecida alcaidessa e ao alcaide, quando era vivo e o catre à filha.

Ambos os móveis eram revestidos de dosséis, armações de cortinas que tinham por fim torná-los mais cómodos - retendo, ao longo da noite, o calor dos corpos nos frios edifícios da época - e preservando a intimidade de quem dormia, em compartimentos onde frequentemente repousavam outras pessoas e que eram atravessados quando se circulava pelas casas, pois quase não havia corredores. Eram vulgarmente designados por *céus de cortinas*. Neste caso, o inventário descreve *"humas quoartinas de damasquo (...) da India, franjada de azul, ho seo he cabeseiras do mesmo teor, com quoatro corredisas de tafeta vermelho (...) franjadas de retros azul"*, *"tres corredisas de quoartinas de tafeta verde (...) feitas em tiras"*, *"outra corredisa do mesmo teor"*, *"humas quoartinas de pano verde inteiras, com seu seo he corredisas (...) todas franjadas de retros verde"* e *"hum seo de cortinas uzado franjado"*.

Além dos fins práticos referidos, estas armações correspondiam também a uma moda, que conferia maior aparato aos quartos em que eram colocadas.

Sobre os leitos e catres se punham os colchões, de que aparecem referidos dez, de diversos tipos de pano - *"de Ruão"*, *"d'estopa"*, *"de linho"*, *"de pano de casa"* - uns cheios de lã e outros vazios, e também enxergões, sendo mencionado *"hum almadraque de tres velho, cheo de laã"*. E, por cima, cobertores, lençóis, colchas e cobertas.

Cobertores havia oito, quase todos de cor azul ferrete, um deles *"de veludo azul rosado"*, outro *"de pano da terra* (feito na vila), *com cadilhos"*, dois de damasco da Índia, um *"de rede, começado a lavrar"* e *"hum cobertor branco da terra, com cadilhos"*. De colchas, existia em casa *"huma colcha de beirame* (pano de algodão da Índia) *fino, franjada de retros branco, com masanetas"* e, de cobertas, *"duas cubertas postas, huma boa he outra maa"*.

Sob os cobertores e sobre os colchões introduziam-se, como hoje, lençóis, de que havia 25, de linho. Para acomodar a cabeça usavam-se travesseiros, meios travesseiros, chumaços e almofadas, todos eles revestidos de pano. Os travesseiros eram 8, todos de Holanda, os meios travesseiros 7, de Holanda, linho e pano da Índia. Havia 3 chumaços de fustão, cheios de penas e 17 almofadas, de beirame, fustão e Holanda.

Os estrados, como foi dito, serviam igualmente como base de cama. Mas também como assento, muito em uso até ao século XVIII. Para isso se cobriam com tapeçarias e coxins (almofadas). O inventário menciona *"hum estrado"*, *"hum tapete grande d'estrado"*, *"dous coxins de guoadamexins"* e *"quatro almofadas de pano azul, d'estrado"*. E podiam-se igualmente cobrir com esteiras, de que é mencionada *"huma esteira de palha da India, de vara e meia"*, *"huma esteira de Lisboa grande he boa"* e *"outra somenos"*.

Por isso, as cadeiras não eram numerosas. No castelo arraiolense foram apenas encontradas pelos funcionários do juízo dos órfãos: *"huma cadeira da Índia"*, três *"d'espaldas"*, duas *"d'estado"* e *"tres razas, velhas"*. Portanto, 6 de encosto e 3 sem o mesmo, 9 ao todo. Na casa de Rui Casco de Melo, também residente em Arraiolos e cujo inventário de 1609 (37 anos depois deste) publiquei, havia 12 cadeiras, também muito pouco para os hábitos de hoje, mas suficientes para a época[28].

Outra função a que as habitações se destinavam era o consumo de refeições. E nessa vertente da vida quotidiana era também grande a sobriedade dos móveis que a ela se destinavam. Vejamos: *"huma banqua de meza, velha"*, *"huma mesa de bordo d'emgonsos"*, *"huma meza grande d'emgonsos"* e *"huma taboa grosa como de bamqua"*.

As mesas de engonços eram desmontáveis, formadas por três peças: o tampo - duas tábuas unidas por dobradiças - e as pernas, cruzadas em forma de x, formando dois conjuntos, cada um travado superiormente por correntes ou correias e unido na intersecção[29]. Eram montadas para as refeições, nos quartos ou salas e arrumadas depois, para não ocuparem o reduzido espaço das habitações. A tábua referida servia para ser montada sobre pernas.

As mesas eram cobertas com toalhas, de que são mencionados vários exemplares: *"huma mesa de toalhas de Frandes adamascadas"*, *"outras do mesmo, não tamanhas"*, *"duas mesas de toalhas"*, *"huma toalha d'Holanda fina (...) com a renda a redor"*, *"huma toalha de pano de linho muito fino, de vara e mea"*, *"huma toalha de beirame com bandas azuis"*, *"huma toalha d'Holanda fina, lavrada toda hao redor de rede"*, *"humas toalhas de Frandes (...) grandes"* e *"outras toalhas de Frandes muito boas"*. Os guardanapos serviam, tal como hoje, para limpar as mãos e a boca, sendo referidos *"doze guoardanapos de Frandes adamascados"*, *"cinquo varas de toalhas de Frandes pera guoardanapos"* e *"outras do mesmo teor"*.

Para comer utilizavam-se pratos e talheres (quando não se comia directamente com as mãos), bacias para lavar as mãos (*"de água às mãos"*), copos e jarros. O inventário inclui algumas destas peças: 20 pratos de estanho, 2 bacias de estanho, *"duas gualhetas d'estanho"*, *"hum guomil* (jarro para água) *d'estanho de Frandes"*, *"huma bandeja de prezente das ilhas"*, *"hum copo de pee que se dis ser d'alicornio"*, *"hum pichel* (vaso de beber vinho) *de canada"* e *"outro de quoartilho"*, *"dous basios*

28 Jorge Fonseca, "Uma casa nobre de Arraiolos em 1609", *Armas e Troféus*, 7ª. série, tomo 1, nº. 1, 2 e 3, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1996, pp. 190-191.

29 Bernardo Ferrão, *Mobiliário português dos primórdios ao maneirismo*, v. II, Porto, Lello, 1990, p. 269; Jorge Fonseca, "O interior doméstico em Montemor-o-Novo no século XVII", *Almansor*, nº. 9, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1991, p. 176.

d'agoa as mãos d'estanho de Frandes", "hum prato d'estanho da terra, d'agoa as mãos", "tres sestos redondos, hum grande he dous pequenos", "doze sestos finos, hum de por pão he os outros de farteis (bolos), *"dous asucareiros branquos, pintados d'azul, de Talaveira", "hum potinho da India forrado de rede de coco da India"* e *"hum tarro de cortisa".*

De talheres, apenas *"seis colheres de pao", "dous faqueiros com quoatro facas pequenas"* e *"hum faqueiro que não tem mais que cinquo faquas e hum guarfo com huma soo perna".* A este último teremos que adicionar os seis garfos de prata descritos mais à frente. É de realçar a existência de sete garfos, talher ainda não muito difundido, pois o mais vulgar era levarem-se os alimentos sólidos à boca com as mãos. Dentro de *"huma caixinha comprida pintada de palha da India"* havia ainda *"cinco colheres de marfim, quoatro lavradas, as outras* (sic) *de feguras he huma chaã".*

Ligada à alimentação estava a cozinha. Recipientes, apetrechos e talheres necessários à confecção dos pratos consumidos pela família dos alcaides e sua criadagem surgem inevitavelmente no documento em estudo. Vejamos então os que julgo que serviam na cozinha do castelo: 14 *"basios de cozinha d'estanho de Frandes", "hum gral de pedra marmore"*, outro igual e um mais pequeno, *"hum alambique bom", "hum almofaris quebrado, com sua mão", "hum tacho de cobre"*, outros dois iguais, *"hum caldeirão de cobre grande", "huma sertaã de ferro", "dous espetos grandes", "outro espeto pequeno", "duas trenpes, huma velha e outra quebrada", "huma culher de latão d'escumar", "huma colher d'arame nova", "huma escudella* (prato) *de pao", "huma basia de farteis", "huma basia d'arame de farteis", "tres pineiras, duas alvas he huma roca", "dezanove pintadeiras* (para marcar o pão que ia cozer a um forno, com a marca do dono) *de latão"* e *"onze pucaros e outros craveiros de barro fino, que tudo estava no cobelo* (torre)*".*

Da louça de cozinha e de mesa faziam parte as peças de barro de Estremoz e de Montemor-o-Novo descritas no inventário, que testemunham a importância da indústria de olaria nessas duas vilas. Em ambas essa produção remontava à Idade Média e tinha larga irradiação geográfica, fazendo mesmo parte de presentes a visitantes ilustres, como membros da realeza[30]. Duarte Nunes de Leão, na *Descrição do reino de Portugal*, gabou os púcaros e outras vasilhas das duas terras, que considerava dos melhores do país, descrevendo as suas características[31]. Eram as seguintes as peças indicadas: *"des pucaros de Montemor", "huma quaixa de confeitarya chea de pucarinhos he brinquinhos d'Estremos", "seis puquaros de Montemor"* e *"hum cantaro de Montemor.* Se os 16 púcaros e o cântaro de Montemor eram vasilhas para líquidos, sobretudo água, os brinquinhos de Estremoz deviam ser pequenas figuras decorativas ou de brincar, como apitos e outras.

Na produção de alimentos se pode também considerar a confecção de licores e compotas, alguns dos quais eram usados no tratamento de doenças. O duque de Bragança D. Teodósio I tinha a sua botica no paço de Vila Viçosa, em que traba-

30 Jorge Fonseca, "Oleiros de Montemor-o-Novo: contributo para o seu estudo", *Almansor*, nº. 4 (2ª. série), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2005, p. 87-107.

31 Duarte Nunes do Leão, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Universidade, 2002, pp. 185-186.

lhavam escravas[32]. Passar-se-ia o mesmo aqui, embora em menor escala? Aparentemente ligava-se a essa actividade um conjunto de vasilhas de vidro guardadas num armário: *"estão em hum almario trinta peças de vidro grandes he pequenas he huma albarradinha, com suas aguoas, que tem seus rotolos he em sima do dito almario, em huma simalha, doze pesos (...) grandes e piquenos, tambem com suas aguoas e rotolos e asy dous sucareiros e huma panela vidrada (...).* Mais adiante: *"no cubelo estão catorze pesas de vidro he outros copos he pucaros he huma alampada e orinol he huma arredoma e assim esta hum puquaro cristalino emcrespado (...) he hum barril grande que tera huma canada de agoa, que se não sabe que aguoa he".*

As paredes e os pavimentos das habitações nobres, geralmente frias e de grandes dimensões, nomeadamente devido à falta de móveis, eram revestidos de alcatifas, panos de armar, guadamecis e guarda-portas, que os isolavam da humidade e decoravam. Do primeiro tipo de peças havia sete exemplares:

"huma alcatifa grande de tres rodas . . . . . 6.000 rs.
outra alcatifa de labor de frol de lis, com muitas cores . . . . . 6.000 rs.
huma alcatifa da India, ja [velha] . . . . . 800 rs.
hum tapete grande d'estrado (já mencionado) . . . . . 3.000 rs.
hum tapete velho . . . . . .50 rs.
huma alcatifa jaa velha . . . . . 600 rs.
outra alcatifa pequena, rota . . . . . 200 rs."

O dado mais interessante a registar é a ausência de tapetes *"da terra"*, ou, pelo menos, referidos como tal. A sua existência faria recuar o fabrico de tapetes em Arraiolos mais de duas décadas, pois as mais antigas referências aos mesmos datam de 1598[33]. A não ser que os tapetes e alcatifas sem origem mencionada fossem de fabrico local, não parece aceitável que, a fabricarem-se já esses produtos, eles não existissem na principal casa da vila, a dos alcaides-mores. Quanto à alcatifa *"de três rodas"*, temática com origem na Anatólia, mas adoptada na Península Ibérica[34], é provavelmente castelhana, pois muitas outras com essa proveniência e decoração surgem em inventários da vila e do seu termo[35].

Dos outros tipos foram inventariadas as peças seguintes:

"hum reposteiro com huma crus no meio, jaa uzado . . . . . 2.000 rs.
huma guoardaporta de rede feita de coadrados lavrados . . . . . 4.000 rs.
hum pano de guoademesim . . . . . 2.000 rs.
outro do mesmo teor . . . . . 2.000 rs.
huma guoardaporta de guoadamesim jaa uzada . . . . . 400 rs.
huma guoardaporta de rede lavrada . . . . . 2.000 rs.

32 Jorge Fonseca, "Os escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança", *Callipole*, nº. 13, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 2005, p. 50.

33 Jorge Fonseca, "Tapetes de Arraiolos. Novos elementos para a sua história", *Almansor*, nº. 13, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1995-1996, p. 114.

34 Teresa Pacheco Pereira, *Tapetes de Arraiolos*, Lisboa, Fundo VIP, s. d., p. 96.

35 Jorge Fonseca, "Tapetes de Arraiolos...", p. 118.

hum pano d'armar de rede lavrado . . . . . 4.000 rs.
hum pano d'armar azul, que se arma quoando hahy ha doo,
forrado pola borda de dentro d'estopa . . . . . 800 rs.
outro pano como aqueste de sima, mais somenos . . . . . 600 rs.
outro pano mais pequeno . . . . . 500 rs.
huma guarda porta de pano quase da cor dos panos . . . . . 200 rs."

Os guadamecins eram superfícies de couro lavrado e colorido, que serviam de guardaportas, para colocar nas paredes e como cobertura de coxins (almofadas). Os panos de armar penduravam-se nas paredes, para decorar. Existiam de rede (renda) e de couro, o mesmo se passando com as guarda portas (reposteiros). Como se tratava de objectos pesados, eram usados ferros para os erguer e colocar nos sítios apropriados. Por isso foram incluídos no inventário *"dous ferros de alevantar panos, que estão preguados na parede".*

O requinte e o luxo dos interiores nobres ou burgueses eram conseguidos não só pela introdução de tapeçarias, panos e couros lavrados, mas igualmente pelo uso de porcelanas e objectos de prata e ouro. As porcelanas, no entanto, para além dessa função sumptuária, não deixavam de ter uma utilidade prática, como recipientes. E o mesmo sucedia com muitas das peças de metais preciosos.

Eram numerosas e de vários tamanhos e proveniências as peças de porcelana do paço de Arraiolos, embora predominassem as de origem oriental, provavelmente de fabrico chinês:

"huma prosolana grande da India lavrada
de vermelho he verde . . . . . 120 rs.
outra presolana mais pequena de lavor azul . . . . . .80 rs.
vinte he duas presolanas da India he duas de Veneza . . . . . 3.250 rs."
huma quaixa de presolanas meudas finas, que se não havaliarão
huma canastrinha chea de presolanas do mesmo teor (...)
hum cofre redondo en que estão prosolanas"

Os objectos de prata e ouro eram os mais valiosos do recheio do edifício e por isso foram descritos no início do inventário, sob rubricas próprias. Comecemos pelos primeiros:

"Pesas de prata
Hum bolso de prata grande, dourado, com huns bastiões, tudo sobre dourado (...) 17.850 rs.
huma albarrada toda de prata,
com huns lavores de risquos (...) . . . . . 8.050 rs.
huma salva de prata com seu pee, feita em dous quoadrados,
toda ao redor lavrada he tudo peguado. . . . . 8.050 rs.
quoatro castisães de prata, digo, dous, redondos,
hum maior he outro menor. . . . . 8.100 rs.
hum saleiro de prata dourado, com duas peminteiras hao pee delle
en sima do copo como barel . . . . . 6.600 rs.
seis culheres de prata de pee de burro (...) huma colher de prata

chaã com a paa a metade menos . . . . . 2.700 rs.
seis guarfos de prata,
quoatro chãos he dous delles com cabesas . . . . . 1.700 rs.
huma tizoura d'espevitador de prata,
com duas moscas nas pernas. . . . . 1.200 rs.
hum relicairo de prata he das ilharguas
humas vidrasas com feguras de dentro, segundo paresia (...)
hum relicairo todo de prata com duas imageens das ilharguas . . . . . 350 rs.
huma cadea de prata que he de grandura de mão
e nela esta encastoado em prata hum pequeno de alicornio . . . . . 120 rs.
corenta e huma pesas de prata rasas he guafanhodos [sic] . . . . . 750 rs.
dous canivetes de pedra, tem as tachas de prata. . . . . 300 rs.
hum cofre da India, com sua fechadura
he naris he chave he cade nella de prata he todos hos cantos de baxo he de syma, que são outo, achapeados de prata,
com tres gavefãos [sic] he aza de prata. . . . . 7.000 rs.

Como se verifica, havia, entre outros, utensílios domésticos, como talheres e recipientes, artigos de devoção, caso de dois relicários, e um cofre para guarda de valores.

A maioria das peças de ouro podem ser classificadas como jóias e adereços, embora algumas também tivessem um carácter utilitário:

"Huma crus de comenda toda de ouro
esmaltado de vermelho. . . . . 3.350 rs.
huma estampa de guerra d'ouro
com huma fegura no meio . . . . . 3.400 rs.
hum firmal d'ouro da cabesa com huma safira grande no meo . . . . 5.200 rs.
huma cadea d'ouro que tem outenta he quoatro fozis, com huma pedra
no cabo vermelha emcastoada em vergas d'ouro . . . . . 11.000 rs.
hum relho d'ouro posto e aveludado preto, que tem dous tachões grandes he hum no meo que os fendia, he asim tem de cada banda cinquo pesas, humas mais pequenas que outras, que por todas fazem trese pesas,
tudo esmaltado de branquo . . . . . 20.000 rs.
duas pesas de relho que fechão huma com outra d'ouro,
que andam soltos, esmaltados . . . . . 5.800 rs.
des botões d'ouro redondos esmaltados . . . . . 4.200 rs.
seis botões d'ouro (...) lavrados. . . . . 3.300 rs.
seis botões d'ouro a maneira de rosa, com humas folhinhas
branquas, que estavão soltos . . . . . 2.300 rs.
outros seis botões da mesma maneira, que estavão postos
em humas manguas de setim branquo picado . . . . . 2.350 rs.
huma crus d'ouro de cadea que esta em duas cruzes,
feito tudo em huma pesa, e outra mais pequena. . . . . 2.700 rs.
huma joia d'ouro que chamão madre perola,
com tres grãos d'aljofar. . . . . 730 rs.
dous pendentes d'ouro (...) . . . . . 800 rs.
duas navetas d'ouro de orelhas com, cada huma, sua pedra
dentro branquas. . . . . 700 rs.

huma joia d'ouro feita a maneira de tribolo esmaltada de toalhinha . . . . . 1.200 rs.
hum frasquo d'ouro com hum gram d'aljofar e outrosym de toalha . . . . . 700 rs.
duas memorias d'ouro pequenas (...) hum anel d'ouro com uma pedra que parese olho de guado (...)
outro anel d'ouro com duas pedras pequenas vermelhas (...)
outro anel d'ouro com outra pedra branqua em coadra maior (...)
outro anel d'ouro com huma pedra ponbinha de cor . . . . . 3.400 rs.
huma joia d'ouro posta em huma transa de cabelos que serve de apertar cabesa . . . . . 1.500 rs.
quatro varas he duas tersas de tella d'ouro de hum, diguo, de cargua de hum dedo en traves, como fita d'apertar . . . . . 2.000 rs.
hum grão branquo que dis ser perola tamanho como hum grão d'aljofar . . . . . 200 rs.
hum dedal d'ouro (...) huma agulha he molde de fazer rede, tudo de ouro . . . . . 1.700 rs.
huma veroniqua pequena d'ouro . . . . . 500 rs.
des pedras metidas en hum cofre muito pequenino, convem a saber, huma bramqua gramde outavada he huma verde he as outo vermelhas muito pequenas . . . . . 4.000 rs.
avia hai em dinheiro em ouro, moedas de quinhentos reais, vinte he hum mil he quinhentos reais, he quoatro cruzados de crus, he en reales de prata seis mil, trezentos he vinte he outo reais . . . . . 29.428 rs."

A primeira peça mencionada, *uma cruz de comenda*, refere-se provavelmente à detenção por Fernão Pereira, senão mesmo já pelo pai, Henrique Pereira, de uma comenda da Ordem de Cristo, de cuja apresentação os duques de Bragança tinham obtido o direito e que constituíam uma das distinções superiores proporcionadas pela casa ducal[36]. As restantes são, na sua grande maioria, jóias (anéis, memória, pendentes) e adereços pessoais (botões, firmal), além de objectos ligados ao culto religioso (uma verónica, uma naveta) e a lavores domésticos (dedal, agulha). Há também pedras preciosas avulso. No seu conjunto, estes objectos foram avaliados em 81.030 reais, o que, com o ouro e prata acumulado em moeda, somava 110.458 reais.

A acção dos alcaides-mores, mesmo que reduzida numa época de menores necessidades defensivas, as relações com os duques donatários da vila, a administração dos bens e rendimentos da alcaidaria, assim como do património dos ocupantes do cargo exigiam alguma actividade burocrática, nomeadamente troca de correspondência, registo de contratos realizados e outros. Algumas peças descritas no inventário relacionam-se com essas actividades, mostrando que elas faziam parte da rotina diária dos alcaides de Arraiolos, como *"hum escritorio cheo de cartas e papeis com huma tizoura he hum sinete"* e *"outro escritorio com papeis"*. Os escritórios eram pequenos móveis adaptados à função de escrever – em forma de caixa

36 Mafalda Soares da Cunha, Ob. cit., pp. 28-29 e 408.

que abria frontalmente, com gavetas e cuja tampa servia de mesa de escrita - onde também eram guardados os materiais necessários à mesma, como papel, tinta, penas, areia e lacre. O sinete servia para lacrar documentos.

Também resultara dessa actividade o pequeno arquivo que o documento só muito superficialmente menciona: *"hum cofre velho pequeno cheo de quoatro saquos de papeis he escreturas antiguos que, por serem muitos, se não lerão e se meteo no quaixão grande"*. Era vulgar o uso de sacos, com as respectivas legendas, para arquivar documentos, assim como a guarda deles em cofres, para evitar o seu desaparecimento.

A existência de um conjunto de livros entre os bens móveis dos alcaides comprova a difusão de obras literárias entre a nobreza quinhentista e mostra quais eram os interesses culturais da mesma:

" *Livros*

Hum livro da estoria de Nun'Alves Pereira,
roto e por emcadernar . . . . . .80 rs.
ha terseira parte de Varia [V]isão,
encadernado de porguaminho . . . . . 200 rs.
hum livro emcadernado que chama Matamorfozes,
em romanse . . . . . 100 rs.
humas Meditasõis de Santo Haguostinho,
emcadernadas, pequenas . . . . . 80 rs.
a Arte para servir a Deos, de Frei Alonso de Madril,
pequeno, encadernado . . . . . .80 rs.
Contestos munde, pequeno, emcadernado . . . . . .50 rs.
as Meditasõis, de Frei Luis de Granada . . . . . 100 rs.
hum livro grande, emcadarnado de tavoa, em romanse,
dos Autos dos Apostolos . . . . . 100 rs.
outro livro dos Proverbios, de Dioguo de Mendosa,
em letra tirada. . . . . 100 rs.
(...)
hum livro das Novas da India. . . . . 200 rs.
outro livro das obras de Santo Aguostinho, em romanse . . . . . 100 rs.
os Proverbios de Dom Inhoguo, inpresos . . . . . .50 rs.
(...)
outro livro dos Sete Sabios de Roma (...) rotos he são dous . . . . . .20 rs.
a Coronica del Rei Dom João Segundo. . . . . .50 rs.
(...)
humas Oras de Nosa Senhora . . . . . "

A primeira obra referida era a *Crónica do Condestabre de Portugal D. Nuno Álvares Pereira*, de autor anónimo, redigida cerca de 1431 e impressa em 1526[37]. O seu protagonista esteve na origem da casa de Bragança, em nome de quem os

37 Artur Anselmo, *História da edição em Portugal*, Porto, Lello, 1991, p. 68.

alcaides de Arraiolos governavam a vila no plano militar, pelo que era natural a presença da sua biografia na pequena biblioteca do castelo. A segunda, com o título incompleto no manuscrito, não conseguimos identificar.

A terceira eram as *Metamorfoses*, de Públio Ovídio Nasão, obra poética em que o autor compendiou a tradição mitológica greco-latina, a qual influenciou notavelmente a arte europeia e a literatura portuguesa a partir do século XVI, do que é exemplo o *Cancioneiro geral*, de Garcia de Resende e os próprios *Lusíadas*, de Camões, pelo que não é de estranhar que existisse em bibliotecas da nobreza de Quinhentos. O facto de estar escrita *"em romance"* mostra que tinha sido traduzida para português. Obras poéticas eram igualmente os *Provérbios*, do marquês de Santillana D. Iñigo Lopez de Mendoza (1398-1458), colecção de sentenças moralistas em verso, inspiradas em Salomão (aqui referidas como os *Provérbios* de Dom Inhoguo), assim como a obra com igual título de D. Diego Hurtado de Mendoza (1503-1575), cultivando o mesmo género literário. O exemplar era *"em letra tirada"*, provavelmente copiado à mão, o que não se passava com os outros *Provérbios*, esses *"impressos"*. Do grego Plutarco, que viveu sob o domínio romano, havia a obra de temática moral *O banquete dos sete sábios*, referida no inventário como *Sete sábios de Roma*.

De livros de assuntos religiosos o inventário incluiu Os *Autos dos Apóstolos*, obra impressa em Lisboa por Valentim Fernandes, em 1505, que era a versão portuguesa do texto em castelhano de Bernardo de Brihuega, cónego de Sevilha que viveu no século XIII, na corte de Afonso X, o Sábio[38]. Outra obra de devoção era a *Arte de servir a Deus*, de Frei Alonso de Madrid, texto castelhano do século XVI. Da sexta obra enumerada, *Contemptus mundi*, da autoria de Tomás de Kempis (1380-1471), existiu uma edição de Évora, de 1555 e outra de Lisboa, de 1557[39]. Do teólogo dominicano Frei Luís de Granada, que foi provincial da sua ordem em Portugal, existia uma edição que parece ser o *Libro de la Oracion y meditacion*, editado em 1588. No mesmo tema cabiam também as obras de Santo Agostinho, cujo pensamento tanto influenciou a Igreja católica ao longo da sua história, aqui representadas por dois livros. Igualmente de tema religioso era o livro de *Horas de Nossa Senhora*, provavelmente manuscrito e talvez mesmo iluminado.

A obra designada por *Novas da Índia* devia ser a *Carta das novas que vieram a El Rei do descobrimento do Preste João*, editada cerca de 1521, em Lisboa, por Germam Galharde, de que se conhece um único exemplar na British Library[40]. Acho menos provável ter-se tratado das *Décadas da Ásia*, de João de Barros, publicadas entre 1552 e 1563 ou da *Crónica da conquista e descobrimento da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, editada de 1551 a 1561. Embora o tema destas fossem os feitos portugueses na Índia, os seus títulos dificilmente levariam o escrivão dos órfãos a registá-los como *Novas*.

38 Artur Anselmo, Ob. cit., p. 54; João Ruas, *Biblioteca de D. Manuel II. Impressos dos séculos XV e XVI*, Caxias, Fundação da Casa de Bragança, 2002, p. 47.

39 João Ruas, Ob. cit., pp. 161-162.

40 Artur Anselmo, Ob. cit., pp. 225-226.

Igualmente de carácter histórico era *Crónica del Rei Dom João Segundo*. Não podendo tratar-se da obra de Rui de Pina sobre a vida do Príncipe Perfeito, que permaneceu inédita até ao século XVIII, poderia ser a de Garcia de Resende (*Livro das obras de Garcia de Resende, que trata da vida (...) del rei D. João o Segundo*), publicada pela primeira vez em 1545[41] ou a de Damião de Góis (*Crónica do Príncipe D. João, o Segundo do nome*), de 1567.

Em suma, os alcaides mores possuíam quinze livros, sete dos quais de religião, três de temas históricos, três em poesia, um de moral e outro de tema desconhecido.

O vestuário existente no castelo de Arraiolos reflectia o facto de há doze anos, desde 1560, a família dos alcaides ser formada apenas por duas mulheres, a alcaidessa e a filha, pois são descritas quase só peças de indumentária feminina. Vejamos.

Rosto do livro referido no inventário como "Novas da Índia", a primeira obra impressa dedicada à Etiópia (c.1521). Extraído de Artur Anselmo, *História da Edição em Portugal*

Vasquinhas (saias), havia quatro, *"huma vasquinha de chamalote de seda vermelho adamascado, com duas barras emtrecolada, com hum corpinho do mesmo teor"*, *"huma vasquinha de setim cramesim, com duas barras de veludo cramesim"*, *"huma vasquinha de tafetaa vermelho, com duas barras de veludo vermelho de hum debrum com rendas brancas, com seu corpinho"* e *"huma vasquinha de frorentim* (pano florentino) *de varas cor nova barrada de veludo verde"*.

Saios, vestidos usados predominantemente por mulheres[42], são mencionados dois: *"hum saio alto de Malinas d'anguila de Frandes preto, barrado de veludo preto e guoarnecido de setim preto por diante"* e *"hum saio alto de veludo preto, barrado de setim preto picado"*. Eram provavelmente peças de luto, ligadas à morte de Fernão Pereira, pois essa cor, ao contrário do costume medieval, era já associada ao luto no século XVI*43*. O mesmo se poderá afirmar de duas *cotas*, blusas justas ao corpo, usadas por homens e mulheres[44]: *"huma cota de setim preto com duas barras de hum debrum de veludo"* e *"huma cota de setim pardo, com quoatro debruns de veludo raxado pardo"*.

A *roupa* ou *roupão* era uma peça comprida, aberta frontalmente, que cobria todo o corpo. Com o decurso do tempo teve tendência a encurtar. O termo aplicava-

41 Ruas, Ob. cit., p. 150.

42 Maria José Palla, *Do essencial e do supérfluo. Estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*, Lisboa, Estampa, 1992, p. 55.

43 A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1971, p. 217; Maria José Palla. Ob. cit., pp. 102-103.

44 Maria José Palla, Ob. cit., pp. 44 e 49.

se a peças vestidas por homens e mulheres[45]. São mencionados dois exemplares: *"hum roupão de tafeta preto entre dobre, barrado de veludo preto"*, talvez de D. Maria e *"hum roupão de cor nova barrado de tafeta verde e debruado de veludo verde, da Senhora Dona Joana"*.

O *brial* era um vestido comprido que as mulheres nobres usavam sobre a camisa[46]. Aqui aparece também designado por *rochete*: *"hum breal ou rochete de molher d'olanda pellas mamguas he gorjal com cadaneta"*, *"outro meio roxete lavrado de ceda azul"*. E há também menção a uma camisa: *"huma camiza de molher de pano de linho muito fino, ho cabesão d'olanda, diguo, de rede de seda, grojal he peitos"*.

Era vulgar o emprego de *mangas* postiças nas peças principais do vestuário, que se podiam colocar ou retirar. Frequentemente eram golpeadas, deixando ver o tecido do forro. O inventário regista duas: *"humas mangas de setim branquo, picadas he golpeadas, forradas de tafeta entre dobre"* e *"humas manguas de setim cramesim"*.

Chapéus e toucas para a cabeça e mantilhas para os ombros completavam o traje feminino, de que temos alguns exemplares: *"hum chapeo de tafeta todo com cordão d'ouro de franja o redor d'ouro"*, *"huma gorra* (chapéu baixo) *de veludo, com seu cordão d'ouro e franja aho redor"*, *"huma touqua branqua da India, pola borda amarela"*, *"hum touquado d'olaão da India emcrespado de lavor dos cortesãos"*, *"hum gravim de tella de prata com sua renda ao redor de fio d'ouro he prata"*, *"hum gravim descrenchado de fio d'ouro e prata"*, *"outro gravim d'ouro e prata"*, *"huma mantilha de veludo preto de ombros forrada de feltro"*, *"hum penteador acadenetado* (com cadenetas, bordados em ponto de cadeia) *de pano da India muito fino"*, *"huma gorgeira descrenchada de fio d'ouro"*, *"huma gorgeira de fio d'ouro com fitas amarellas"*. O *gravim* era uma coifa, touca luxuosa, para prender o cabelo[47]. Quanto à *gorgeira*, tratava-se de um véu que cobria o pescoço da mulher nobre[48]. Um *"bolso de veludo preto"* incluía-se, provavelmente, entre os acessórios do fato usado pelas duas senhoras, assim como *"hum lenso de betia com huma franja de ouro he branquo hao redor"* e *"tres avanos da India"*. Ligados aos cuidados pessoais das mesmas estavam *"dous espelhos cristalinos de Frandes, hum maior outro menor"*. *"Huma escova branqua"* podia ser utilizada no asseio da roupa.

Ainda persistiam no paço algumas peças de roupa de homem, por certo do falecido alcaide, como *"hum gibão de tafeta raxado de branquo da India"*. O *gibão, jubão* ou *porponto* era uma peça curta, que revestia o tronco do homem, como uma camisa e podia ser forrado e enchumaçado[49]. O mesmo acontecia com *"duas camizas d'omem de pano fyno, com seus mamteos d'olanda, com suas hameas cada huma"* e *"huma camiza d'omem do teor das outras"*.

Também provavelmente a Fernão Pereira tinham pertencido algumas armas e peças associadas à arte de cavalgar e à actividade militar, como *"humas estribeiras*

45 A. H. de Oliveira Marques, Ob. cit., p. 41.
46 Maria José Palla, Ob. cit., p. 58.
47 Maria José Palla, Ob. cit., p. 71.
48 Maria José Palla, Ob. cit., p. 59.
49 A. H. de Oliveira Marques, Ob. cit., p. 37; Maria José Palla, Ob. cit., pp. 44-46.

Foto: Camara Municipal de Arraiolos

Ruínas do Paço dos Alcaides de Arraiolos

douradas he caixa de peitoral posto em couro he esporas douradas de tauxia (embutidos de metal) *(...) com outro peitoral de tauxia posto em couro lavrado com franja azul he cabesadas tãobem de tauxia", "hum pano preto d'andilha* (cadeira ou resguardo para quem montava) *he cabesados he falsas redeas he peitoral he almofada he tavoas", "huns talabartes* (correias a tiracolo para suspender a espada) *de veludo preto, os ferros de tauxia e outros de veludo branquo he huma espada com huns cabos lavrados de tauxia he dourados he huma adagua do mesmo", "humas courasas de veludo cramesim com sua cravadura amarella", huma lansa", "huma chusa"* e *"huma assea de lansa tamanha como huma azaguaia".*

As práticas de devoção religiosa tinham certamente lugar no quotidiano da família, nomeadamente o culto mariano, o que é atestado pela presença de *"hum retavolo pequeno em que esta huma imagem de Nosa Senhora "*, assim como pelo já mencionado livro de horas da mesma Nossa Senhora. *"Hum bordão grande de peregrino"* pode ter estado ligado a uma romaria a Compostela realizada por um dos alcaides que habitaram o paço, Henrique Pereira ou o filho Fernão.

Testemunhos de trabalhos domésticos femininos eram *"huma roda de fiar", "hum fuzo de roda", "hum cavalete com seus bilros de fazer transas"* e *"huns pouquos de bilros de fazer transas"*. E, de cuidados de higiene, *"huma basia de lavar peis", "hum jarro", "dous ourinois (...) com sua borsa"* e *"outra basia pequena d'ourinar".*

Vejamos, finalmente, os valores atribuídos a cada um dos grupos de bens móveis considerados:

Bens móveis

Grupos	Valores
Mobília	32.700
Roupa e atavios de cama	153.850
Panos e adereços de casa	58.900
Alcatifas	16.650
Porcelanas	4.250
Ouro e prata	175.928
Livros	750
Louça e talheres de mesa e de cozinha	13.730
Vestuário	114.850
Armas e acessórios de montar	39.450
Tecidos em peça	73.450
Utensílios, alfaias e embalagens	7.310
Alimentos	12.550
Trigo e cevada	50.745
Linho, estopa, lã e cera	5.830
Aves de capoeira	1.280
Diversos	570
Total	762.793

O grupo mais expressivo era, como seria previsível, o dos objectos em metais preciosos, incluindo dinheiro. O segundo e o terceiro eram formados pela roupa e paramentos de cama e pelas peças de vestuário, o que se devia a que muitas dessas peças eram feitas de tecidos valiosos, de proveniência estrangeira e decoradas com materiais igualmente dispendiosos. Só o vestuário foi avaliado em quase o quádruplo das peças de mobília, o que, além do seu valor, mostra a sobriedade do castelo em móveis, realidade comum às habitações das épocas medieval e moderna, mesmo nobres, casarões formados por compartimentos quase vazios. Também o já mencionado inventário de Rui de Melo mostrou que o vestuário valia mais do dobro das peças de mobília[50].

Muito baixo foi o valor atribuído aos livros. Os catorze exemplares avaliados obtiveram uma média de 57 reais, só comparáveis ao valor de cada um dos catorze cestos de vime inventariados (43 rs.) e menos de metade do valor médio das doze sacas de pano existentes (164 rs.), ambos incluídos na rubrica *Utensílios, alfaias e embalagens* do quadro. Se as *Metamorfoses*, de Ovídio e as *Meditações*, de Luís de Granada valiam tanto como um gral de mármore ou dois castiçais de estanho (100 rs.), a biografia de Nuno Álvares Pereira, rota e sem encadernação e a *Arte para servir a Deus*, pequena mas encadernada, valiam tanto, cada uma, como um caldeirão de cobre para tirar água do poço (80 rs.). As obras de Tomás de Kempis, as

50 Jorge Fonseca, "Uma casa nobre de Arraiolos em 1609", pp. 204-205.

Foto: Câmara Municipal de Arraiolos

Ruínas do Paço dos Alcaides de Arraiolos

poesias do marquês de Santillana e a *Crónica de D. João II* não ultrapassaram os 50 reais, valor de dois candieiros ou de um tapete velho. Os dois volumes do *Banquete dos sete sábios*, de Plutarco, talvez por estarem rotos, ficaram pelos vinte reais, o mesmo que um cesto de asa ou uma escudela de madeira. Curiosamente, as *Novas* da Índia, apesar das suas catorze folhas[51], subiram aos duzentos reais. Estes valores representam, em média, cerca da quarta parte dos que constam da relação de preços de livros publicada por Oliveira Marques em *Portugal do Renascimento à crise dinástica*[52], o que provavelmente se deve a serem livros usados, alguns deles já em mau estado. Claro que valor bem diferente deviam ter as *Horas de Nossa Senhora*, provavelmente, como foi dito, manuscritas e iluminadas, que não foram avaliadas no inventário.

Dos valores atribuídos aos vários grupos de objectos componentes do património móvel dos alcaides de Arraiolos pode-se retirar a conclusão de que, além da subsistência da família e do cumprimento das rotinas diárias, a ostentação de um padrão de vida elevado, compatível com a nobreza do seu estatuto - patente no uso de jóias e de peças de roupa dispendiosas, assim como no emprego de objectos de decoração aparatosos nas suas residências – eram das principais preocupações da família e certamente da generalidade da aristocracia portuguesa de Quinhentos.

51 Artur Anselmo. Ob. cit., p. 225.

52 A. H. de Oliveira Marques e João José Alves Dias, "As realidades culturais", *Portugal do Renascimento à crise dinástica* (Coord. João José Alves Dias), Lisboa, Presença, 1998, p. 465.

O ACTUAL NORTE ALENTEJANO NO PERÍODO HISPANO-ÁRABE (711-1230)

António Rei
Doutor em História Medieval
Investigador Integrado do IEM – UNL
Bolseiro da FCT

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E CRONOLÓGICA

O actual norte alentejano foi, durante o período hispano-árabe, uma região essencialmente inter-espacial, por não ter contado com um núcleo urbano suficientemente forte que a polarizasse[1].

Para o estudo em presença, consideraremos este espaço delimitado a norte e oeste pelo Tejo e também a oeste pela região de Santarém, a sul pela Serra d'Ossa e a leste pela região de Badajoz - Mérida.

As balizas cronológicas que adoptámos são: 711 - a primeira notícia relativa à presença islâmica no espaço hoje português, com o exército de Târiq ibn Ziyâd[2]; e 1230 – a ocupação de Elvas e Juromenha[3], com as quais desaparece desta região a presença politico-militar islamo-árabe.

Foi uma região percorrida por inúmeras expedições militares, que ao longo daqueles séculos partiram do sul islâmico em direcção ao norte cristão, ou vice-versa, e das quais iremos apenas referir as mais significativas.

---

1 Apesar de se tratar de uma região algo periférica de al-Andalus, ver, por questões de contextualização histórica, as obras gerais de Christophe PICARD, *Histoire du Portugal et de l'Espagne Occidentale à l'Époque Musulmane (début VIIIe siècle - milieu XIIIe siécle)*, Paris, Geuthner, 1991; e IDEM, *Le Portugal musulman (VIIIe siècle - XIIIe siécle)*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.

2 Sobre esta presença v. António REI, "Almeida e a Cidade da Ammaia no itinerário de Târiq ibn Ziyâd, entre finais de 711 e princípios de 712", *Actas do Colóquio Internacional / 5º Curso sobre Ordens Militares «Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII - XIII)»*, Câmara Municipal de Palmela e Grupo de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GesOS), 2005, pp. 85-90; e IDEM, "Târiq ibn Ziyâd e o seu exército em Almeida e na "Cidade da Ammaya" em finais de 711 - inícios de 712", *Ibn Maruán* nº 12, Câmara Municipal de Marvão, pp. 159-167.

3 Joel SERRÃO, *Cronologia Geral da História de Portugal* (4ª ed.), Lisboa, Horizonte, 1980, p. 45.

2 – O NORTE ALENTEJANO NO PERÍODO ISLÂMICO

2.1. Primórdios e autonomias moçárabes (711-930)

A primeira presença militar nesta região deu-se logo em 711 quando Tariq ibn Ziyâd e as suas forças militares passaram o Inverno na cidade da Ammaya, a cidade que existiu próxima da actual Marvão[4].

Entre 713 e 715 'Abd al 'Aziz ibn Mûsa ibn Nusayr, terceiro governador de al-Andalus em nome dos Califas de Damasco, e os seus exércitos, submeteram as regiões do actual Alto Alentejo e do Portugal Central, sem que tivesse que haver recurso ao uso de força, pois as populações de Lisboa, Évora, Santarém e Coimbra, e das respectivas regiões, pactuaram com as novas autoridades islâmicas, sendo-lhes reconhecidos, enquanto cristãos moçárabes[5], todos os seus direitos.

Quando estas mesmas comunidades, já nos primeiros anos do século IX se sublevaram contra o poder islâmico, os exércitos de Córdova tiveram que regressar a estas paragens para restabelecer a ordem, sendo-lhes então retirados os privilégios de que gozavam.

A cidade de Coimbra, até então polarizadora do espaço a norte do Tejo é colocada, após a pacificação daquela revolta, fora dos limites do espaço islâmico e Santarém passa a capitalizar esse espaço mesmo, mais reduzido a norte, pois já não chegava ao Mondego[6].

Foi a partir desta altura que Santarém teve construída a sua primeira mesquita[7].

2.2. Revoltas e autonomias muladis (830-929)

A partir da década de 30 desse mesmo século, começaram a detectar-se sinais de instabilidade social em Mérida, mercê do descontentamento dos hispano-godos islamizados, os chamados muladis.[8] Esses descontentamentos deviam-se ao facto de os mesmos muladis serem descriminados, negativamente, no aspecto fiscal.

Descontentamento que foi em crescendo, até evoluir para uma rebelião aberta, a qual acabou por dar origem a várias regiões com uma maior ou menor autonomia, mas encabeçadas por chefes muladis autóctones.

O mais famoso dos quais, no ocidente peninsular, foi 'Abd al-Rahmân ibn Marwân, filho ou neto do governador de Mérida quando das rebeliões dos anos 30.

---

4 V. supra nº 1.

5 Sobre os Moçárabes (cristãs arabizados de al-Andalus), ver, no panorama científico português, além dos trabalhos, de José Mattoso, Manuel Real e Maria Luísa Azevedo, entre outros; ver também, mais recentes, as *Actas dos I e II Colóquios Internacionais "Os Moçárabes em al-Andalus. Sinais de uma Cultura"* (2009), e *"Os Moçárabes em al-Andalus. Cultura e acultura"* (2010), e em vias de publicação conjunta pelo Instituto de Estudos Medievais e pelo Centro de Estudos Luso-Árabes de Silves.

6 António REI, "Coimbra e a região do Mondego, na geografia árabe", in *Xarajîb* nº 6, CELAS, Silves, pp. 135-149; e IDEM, "Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes", Lisboa, CEH/IEM/Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499.

7 António REI, "Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe", *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75.

8 Os *muladis* (ou mais exactamente no árabe: *muwwalladun* [= adoptados]) eram os hispano-romano-godos que se islamizaram, ou seja, que se tinham convertido ao Islão.

Este 'Abd al-Rahmân conseguiu criar um vasto domínio, com capital em Badajoz, cidade que ele ampliou, amuralhou e onde fez erguer uma mesquita aljama.

Acabou dando origem a uma dinastia própria, pois foi sucedido por um filho e um neto, os quais foram os Senhores do Gharb de 776 até 929.

Vários outros senhores com menor poderio, territorial, militar e económico, os reconhecerem como chefes, entre os quais se contam os senhores de Évora, Alcácer, Beja-Mértola e Ossónoba[9].

Voltando um pouco atrás, à fase inicial das autonomias, sabemos que durante aquele período várias expedições dos exércitos de Córdova tentaram sucessivamente submeter este espaço, sem o conseguir pois eram grandes as simpatias locais dos mesmos senhores.

Foi também durante este primeiro período que 'Abd al-Rahmân ibn Marwân fundou a Ammaya ibn Marwân, a actual Marvão[10]. A escolha estratégica daquele "ninho de águia" ficou a dever-se a um momento em que, em consequência de uma forte investida dos exércitos emirais de Córdova, Ibn Marwân teve que abandonar Badajoz e foi fortificar-se mais a norte, num lugar com grande defensibilidade natural, como é Marvão.

Mais tarde, mas ainda durante este período das autonomias muladis, teve lugar a expedição comandada pelo infante Ordonho das Astúrias, futuro rei Ordonho II, contra a cidade de Évora em 913, da qual resultou o massacre da população islâmica da cidade, e o posterior ermamento episódico da cidade. Foi 'Abd Allah ibn Muhammad ibn 'Abd al-Rahmân ibn Marwân al-Jillîqî, neto do fundador da dinastia dos Banû Marwân, Senhores de Badajoz, que promoveu a reocupação de Évora, em 302 da Hégira (914-915 da Era cristã), albergando nela um filho de um aliado de seu pai, Mas'ûd ibn Sa'dûn al-Shurumbâqî, e os seus seguidores[11].

2.3. Califado (929-1009)

Após 929, com o surgimento do Califado, e a pacificação do al-Andalus, pela acção do recém-Califa 'Abd al-Rahmân III, "Al-Nâsir li-Dîni-llah" (O Auxiliador da Religião de Deus), deu-se uma certa acalmia também na região que agora nos ocupa.

Mais para os finais do século X, por aqui passaram algumas das expedições militares que o famoso Almansor (Al-Mansûr bi-llah = O Vitorioso em Nome de Deus) dirigiu contra o norte cristão, muito especialmente as forças da expedição que o mesmo estadista e chefe militar comandou contra Compostela, no ano de 997, pois os exércitos, saídos de Córdova, foram cruzar o rio Douro na zona da foz, no espaço junto às actuais cidades de Gaia e Porto.

---

9 Sobre todo este período, sobre os Banû Marwân e os seus "vassalos", ver ainda Adel SIDARUS, "O Alentejo durante a Grande Dissidência Luso-Muçulmana do Século IX/X", *Actas do Encontro Regional de História «Nós e a História»*, Univ. de Évora, 1990, pp. 31-43.

10 Adel SIDARUS, "Amaia de Ibn Maruán > Marvão", *Ibn Maruán* 1, pp. 13-26.

11 Adel SIDARUS, "Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos Movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz", *A Cidade de Évora* 71-76 (1988-93), pp. 7-37; e IDEM, "Amaia de Ibn Maruán > Marvão", *Ibn Maruán* 1, pp. 13-26.

No regresso dessa mesma expedição, Al-Mansûr despediu-se dos condes cristãos, que o tinham acompanhado naquela incursão militar até Compostela, em local também próximo do Douro, junto a Lamego, depois de cruzarem o rio na zona da Régua[12].

2.4. As "Taifas" (1009-1092)

No século XI, e durante o período das Taifas, esta região, a sul entre Évora e Beja; e a oeste, junto ao Tejo e a Santarém, constituiu um extremo da taifa de Badajoz, e, durante cerca de meio século, foi campo de batalha das disputas entre os Aftássidas de Badajoz e os Abádidas de Sevilha, mas não só. Pois também as lutas fraticidas entre, os dois filhos de Muhammad al-Muzaffar, Yahyâ al-Mansûr e 'Umar al-Mutawakkil, e respectivamente monarcas de Badajoz e de Évora, pelo controle total do reino que antes fora de seu pai, ocorreram algures também nesta região.

Ainda no início deste período das Taifas, cerca de 1030, foi esta mesma região atravessada pelos exércitos sevilhanos, que se dirigiram para o norte, entre Mondego e Douro, numa algara de onde voltaram com muitos escravos cristãos moçárabes, entre os quais se incluiria um jovem chamado Sisnando Davides, o qual depois ficou famoso como conselheiro de Fernando I, e também como governador, ou alvasil, como ele mesmo preferia intitular-se, de Coimbra e também de Toledo.

Esta região voltou a ser fronteira, a oeste, quando o último dos Aftássidas de Badajoz, Umar al-Mutawakkil, entregou Lisboa, Sintra e Santarém a Afonso VI de Leão e Castela, em 1093, em troca de um auxílio militar em que este socorreria aquele, mas que nunca chegou a ter lugar. Este pacto, entre o monarca de Badajoz, e o recentemente intitulado "Imperador das Espanhas", acabou por contribuir, decisivamente, para o fim trágico dos últimos Aftássidas, às mãos dos Almorávidas[13].

2.5. Almorávidas e Almóadas (1092-1230)

Só em 1111 é que aquela região, hoje da Estremadura portuguesa, voltou a ser integrada no espaço islâmico, realidade que se manteve até 1147, quando foi final e definitivamente integrada no Reino de Portugal.

Entre 1147 e 1165 esta região integrou parcialmente os domínios de Sidray ibn Wazîr, senhor muladi de Évora e de Badajoz, que inicialmente reconheceu a autoridade espiritual de Ahmad ibn Qasî, o Imâm, o Mahdî[14] surgido no Gharb al-Andalus.[15]

---

12 António Borges COELHO, *Portugal na Espanha Árabe* (2ª ed.), 2 vols., Lisboa, Caminho, 1989, vol. 2, pp. 189-190.

13 Para o período das Taifas, em que se enquadram todas estas questões, v. António REI, "Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) – novas leituras", *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval*, IEM/FCSH-UNL / Livros Horizonte, Lisboa, 2007, pp. 60-71. Sobre Lisboa e da sua realidade sociológica, aquando da época da sua conquista, em 1147, estão, ultimamente, sendo encontrados indicadores arqueológicos algo surpreendentes, mas ainda não suficientemente tratados nem publicados (informação oral obtida dos Drs. Paulo Lima, Ana Pagará e Paulo Almeida Fernandes).

14 *Mahdî* ou mais exactamente *al-Mahdî bi-llah* ("O Guiado por Deus"), é o personagem de cariz escatológico e messiânico, dentro da escatologia islâmica, que guiado por Deus, restabelecerá a justiça no mundo (sobre o 'Mahdi', v. "Al-Mahdi", *Encyclopédie de l'Islam*, 2ª ed., Leiden - Paris, 1960-...; vol. V, pp. 1221-1228).

15 Sobre Ahmad ibn Qâsî, v. Adel SIDARUS, "Novas Perspectivas sobre o Gharb al-Andalus no tempo de D. Afonso Henriques", *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, Câmara Municipal de Guimarães / Univ. do Minho, 1997, pp. 247-68. Cf. a Bibibliografia e o Quadro Cronológico no final do estudo.

Ainda assim, este espaço deverá ter sofrido razias dos cavaleiros cristãos, até à conquista de Évora naquela última data, pelas mãos de Geraldo Geraldes, o Sem Pavor e os seus homens de armas[16].

Esta região ficou no Reino português entre 1165 e 1193, quando neste último ano um novo avanço almóada comandado pelo Califa Abû Yûsuf al-Mansûr encetou a recuperação de todo o espaço a sul do Tejo, com excepção de Évora que se manteve em poder dos portugueses, embora em situação que não terá sido nada fácil, porque muito vigiada[17].

Entre meados da década de 90 do século XII e 1230, quando, nesta última data, a linha do médio Guadiana foi definitivamente controlada pelos portugueses, decorreu o último período de poder islâmico nestas paragens do norte alentejano[18].

Durante este período houve uma forte implantação da Milícia de Freires de Évora, depois Ordem Militar de Avis, nesta região, tendo sido aquela Ordem a principal protagonista das acções militares que conduziram ao controle definitivo da mesma[19].

Foram, no entanto, detectadas para o período em causa, umas quantas informações específicas sobre alguns dos núcleos populacionais desta região, os quais, como já ficou dito atrás, não tendo sido povoações de primeira linha, ainda assim contribuem, de forma significativa, para nos ajudar a traçar uma imagem da ocupação humana para o período em apreço. Ver ainda o mapa no fim do trabalho.

ITINERÁRIOS E POVOAÇÕES

Temos para esta região a descrição de dois itinerários que a cruzam, unindo Santarém, a oeste, com Badajoz, a leste.

O mais antigo, do século X, foi escrito por um viajante oriental, de seu nome Ibn Hawqal, e que descreve aquela rota da seguinte forma: *de Santarém a Avis, 4*

16 Sobre Geraldo Geraldes, o Sem-Pavor, ver o mais recente estudo sobre esta figura polémica de chefe militar de fronteira, da autoria de Armando de Sousa PEREIRA, *Geraldo Sem Pavor. Um guerreiro de fronteira entre cristãos e muçulmanos, c. 1162-1176*, Porto, Fronteira do Caos, 2008; ver os títulos da respectiva Bibliografia, em especial Eva LAPIEDRA, "Giraldo Sem Pavor, Alfonso Enríquez y los Almohades", *Bataliús I*, p. 147-58. Sobre a conquista de Évora, metodologias utilizadas no assédio e a origem da família Pestana, cuja origem remontará a Geraldo Geraldes, v. António REI, "Geraldo Geraldes, a conquista de Évora e a origem da família Pestana", in Actas da XXIII Assembleia da SEEM «*La historia peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras históricas" y las "Transierras" (siglos XI-XV)*», Cáceres, 29/9 – 1/10/10, no prelo.

17 Sobre as funções de vigilância de algumas estruturas de características místico-militares nas vizinhanças, a leste, de Évora, nomeadamente Valongo e Evoramonte, v. António REI, "O Castelo de Valongo - Estudos Métrico-Construtivo e Histórico-Espacial", *A Cidade de Évora*, II Série, nº 4 (2000), pp. 199-218.

18 Sobre Juromenha, sentinela do Médio Guadiana e fortaleza do aro defensivo de Badajoz durante o período islâmico, remetemo-vos para o nosso estudo "Julumânya / Juromenha - memórias do período hispano-árabe (713-1230)", *Callipole* nº 17 (2009), pp. 15-21.

19 Sobre os primórdios da Ordem Militar de Évora - Avis, v. Carlos da Silva TAROUCA, "As Origens da Ordem dos cavaleiros de Évora (Avis) segundo as Cartas do Arquivo do Cabido da Sé de Évora", *A Cidade de Évora*, 13-14 (1947), pp. 25-39; Ruy Pinto de AZEVEDO, *Os Primórdios da Ordem Militar de Évora*, Septª *Boletim da Junta Distrital de Évora* nº 8, 1969, pp. 3 - 20; Maria Cristina CUNHA, *A Ordem de Avis (das origens a 1329)*, Dissertação de Mestrado, FLUP, Porto, 1989; e Armando de Sousa PEREIRA, "Avis, viagem a uma vila medieval", *A Cidade de Évora* (IIª série), nº 3 (1998-99), pp. 9-35.

dias de viagem; de Avis a Juromenha, 2 dias; de Juromenha a Elvas, 1 dia; e de Elvas a Badajoz, 1 dia.

O outro itinerário é da responsabilidade de al-Idrîsî, geógrafo do século XII, e que no-lo descreve da seguinte forma: *de Badajoz a Marj al-Âbâlîs (Monforte ou Vaiamonte ?), 1 jornada; de Marj al-Âbâlîs à Ponte de Seda, 1 jornada; e da Ponte de Seda a Santarém, 1 jornada.*

Há aparentes discrepâncias entre as distâncias e as diferentes etapas, em ambos os itinerários. Tal facto pode ser consequência da forma como o itinerário foi feito; a pé ou a cavalo, e este em marcha normal ou a galope, por exemplo. Não é de descartar a possibilidade de que aqueles valores possam resultar de sucessivas cópias dos textos árabes, levadas a cabo por indivíduos que desconheciam em absoluto a realidade descrita nos textos que copiavam.

Se o primeiro foi percorrido directamente pelo autor, já não há certeza de que o mesmo possa ter ocorrido com o segundo[20].

De qualquer forma, ambos acabam por identificar localidades desta região, suficientemente importantes para servirem de pousadas ao longo das mesmas rotas do Gharb al-Andalus, ainda carecendo, muitas delas, de posterior estudo e mais firme identificação, como é o caso de Marj al-Âbâlîs, topónimo relacionado, tudo leva a crer, com o actual concelho de Monforte.

Além destes itinerários, existem ainda informações, a partir de fontes escritas e de fontes materiais, para outros povoados da região em estudo.

Vejamos:

AMMAYA

Temos a referência à presença de Tariq e do seu exército, logo no inverno de 711-712, mercê de aí terem sido encontrados, como únicos vestígios materiais identificados para o período islâmico, fornilhos de cachimbo e tabuleiros de jogo, em placas de xisto. O facto de em finais do século IX já ser considerada "a Ammaya das ruínas", aponta para uma destruição, provavelmente de origem natural, que terá ocorrido ainda na segunda metade do século VIII.

MARVÃO (*MARWÂN*)

Aliás "*Ammaya ibn Marwân*", fundada por Abd al-Rahman ibn Marwân no último quartel do século IX, e foi ocupada pelo mesmo, em local não muito longe do da antiga Ammaya, como já atrás referimos.

AVIS (ABIS)

Avis surge referido no itinerário de Al-Idrisi.

No actual concelho de Avis existe ainda toponímia que parece apontar para a presença de clãs de origem árabe ou berbere, como, por exemplo, Benavila (Ben Nabîl ?).

20 António REI, "O Nordeste Alentejano nos Geógrafos Árabes", *Ibn Maruán*, nº 8 (1998), Câmara Municipal de Marvão, pp. 247-250.

No documento que delimita o couto de Avis, quando da doação do mesmo à Milícia de Évora, existem alguns outros topónimos que apresentam origem, ou influência, da língua árabe, e também, portanto, a merecer futura atenção[21].

PONTE DE SEDA (QANTARAT SHAYBA, QUE SERÁ UMA GRAFIA EQUIVOCADA DE SHAYDA)

Aparece citada no itinerário de Ibn Hawqal[22]. Sabemos hoje que junto àquela ponte foi encontrado, há alguns anos, um significativo conjunto de moedas árabes, cujo destino posterior se desconhece[23].

MONFORTE OU VAIAMONTE ? (MARJ AL-ABALIS)

Identificação baseada na localização provável, e, portanto, a pedir uma mais segura confirmação.

ELVAS (ILBASH)

Aparece referida nos dois itinerários atrás citados, e também na obra de Yaqût, geógrafo oriental do século XIII[24].

JUROMENHA (JULLUMANYA)

Fortaleza da órbita de Badajoz, controlava o Guadiana. Foi ocupada Juromenha no início do último quartel do século IX, tendo constituído a cabeça de um domínio de 'Umar ibn Makhûl, senhor *muladi* daquela zona e uma espécie de "vassalo" de 'Abd al-Rahman ibn Marwân.

Conhece-se também, de forma segura, pelo menos, um letrado hispano-árabe, natural de Juromenha, do século XI[25].

CORUCHE (DO ÁRABE *KHURÛJ*: SAÍDA; PASSAGEM)

Foi usada no acesso de Évora a Santarém, e vice-versa, como ainda hoje acontece.

Por essa via terá vindo, em marchas forçadas, o Califa almóada Abû Ya'qûb Yûsuf, o qual fora ferido de forma grave, que se revelaria mortal, no cerco a Santarém em 1184. Sabe-se que o mesmo faleceu algures no caminho de Santarém para Évora.

---

21 Para a Avis e região, v. o estudo de Armando de Sousa PEREIRA, supra nº 19.

22 Ibn Hawqal foi um viajante e espião dos Fatímidas do Cairo, e esteve em al-Andalus em meados do século X. Ver IBN HAWQAL, *Kitâb Sûrat al-Ard*, ed. J.H.Kramers, *Liber Imaginis Terrae*, *BGA*, vol II, Leyden, E.J. Brill, 1967; trad.espanhola de Mª José Romani Suay, *Configuración del Mundo*, Textos Medievales, nº 6, Valencia, 1971.

23 Informação oral do Prof. Doutor Jorge Oliveira (Univ. Évora).

24 V. António REI, "O «Gharb al-Andalus» em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî", *Medievalista on line*, ano 1, nº 1 (2005) IEM / FCSH – UNL, 22 pp. (www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/PDF).

25 Sobre Juromenha no período islâmico, v. o nosso trabalho referido supra nº 18.

Atrevemo-nos a propor que após a morte de Abû Ya'qûb, seu filho, Abû Yûsuf Ya'qûb, que tomou o título de "*Al-Mansûr*", tenha sido aclamado Califa no mesmo local da morte de seu pai, e que tal facto terá tido lugar próximo do curso de água que ainda hoje retém na sua denominação a memória daquele facto. Referimo-nos, claro está, ao Rio Almansor.

VEIROS

Já foi aventada a possibilidade de que o Castelo desta povoação tivesse origem numa qualquer estrutura defensiva anterior islâmica, mas a qual apresenta ainda alguns traços tipológicos aparentemente visigóticos[26]. A ser eventualmente retomado e confirmado pelos arqueólogos.

QARYA 'UKASHA (ALCARIA/ALDEIA DE 'UKASHA)

No itinerário de al-Idrisi, em localização junto ao actual povoado da Glória (Estremoz). Nessa zona encontrámos o interessante topónimo "Quinta do Agacha", que ainda se torna mais interessante por se tratar do único caso registado no Reportório Toponímico das Cartas Militares 1 : 25.000, e que envolve uma palavra de fonética próxima à de "'Ukasha".

Nessa zona situa-se o chamado "Tanque dos Mouros", ao qual já foi atribuída origem romana, que não é de negar liminarmente, mas cuja estrutura apresenta ainda assim, como produto de uma posterior intervenção do período islâmico, um módulo métrico que é múltiplo do côvado andalusi (0,555m) e não do pé romano (0,296m).

A presença desta estrutura de armazenagem de água, e possibilitando o aparecimento de culturas de regadio, corrobora, quanto a nós, a presença daquele povoado de *Qarya 'Ukasha*.[27]

EVORAMONTE E AS QUBBAS:

Esta zona e as *qubbas* / ermidas que lá se encontram, destinar-se-iam, quanto a nós a vigiar Évora, entre 1191 e 1230, aproximadamente.

Controlando o eixo viário e a região envolvente, mantinha-se claramente à vista de um a outra qubba também ela destinada a controlar a região de Évora, já não de nordeste, mas de sudeste, e que é a *qubba* de Valongo, situada no chamado "Castelo Real", a cerca de meia dúzia de quilómetros de Montoito[28].

---

26 António Rafael CARVALHO e Isabel Cristina FERNANDES, "A Porta muçulmana do Castelo de Veiros", *Arqueologia Medieval 5* (1997) Porto / Mértola, Afrontamento / CAM, pp. 191-197.

27 António REI, " Nas origens de Estremoz: Qari'at 'Ukasha - subsídios para a identificação de um topónimo", *Brados do Alentejo*, 24 Janeiro 1997, Estremoz, p.11.

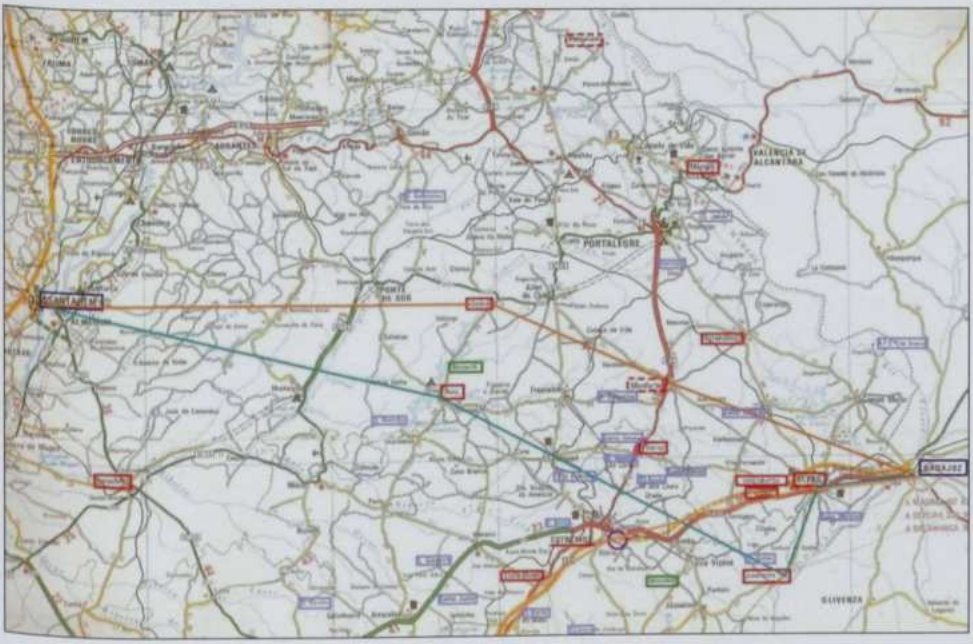
28 António REI, "O Castelo de Valongo - Estudos Métrico-Construtivo e Histórico-Espacial", *A Cidade de Évora*, II Série, nº 4 (2000), pp.199-218. Sobre Evoramonte, e ,em especial, as suas qubbas, v. neste mesmo trabalho, a bibliografia apresentada na longa nota nº 9.

MOÇARAVIA / VILA BOIM E VÁRIOS HAGIOTOPÓNIMOS

A actual Vila Boim, inicialmente "Vila Aboim", antes de ter sido dada a D. João Peres de Aboim, donde o nome, chamava-se "Moçaravia", ou seja era o núcleo central de uma comunidade de moçárabes.

Também para se poder aquilatar da possível presença de outras comunidades moçárabes na região, serão a ter em conta os inúmeros hagiotopónimos que aqui se encontram, e de cujos santos padroeiros ou oragos, os povoados retiram os respectivos nomes[29].

Muito será aquilo que a arqueologia, mas também a toponímia, ainda nos poderão proporcionar de informações, nomeadamente a muito significativa presença de hagiotopónimos nesta região, e a pedirem um estudo, e que possam vir complementar aquilo que sabemos sobre esta região, e que, temos que o admitir, não é muito substancial se atendermos à sua amplitude territorial.



29 V. o levantamento de hagiotopónimos do Alentejo e Algarve produzido por Isabel Alves MOREIRA, " Nos traços dos Moçárabes: para uma investigação de hagiotoponímia no espaço português", in *Actas do I Colóquio Internacional sobre Moçárabes*, Silves, 2009, IEM / CELAS, no prelo.

LAS TENTACIONES DE SAN ANTONIO Y EL JUDIO DE SINTRA

Antonio José Escudero Ríos
Gran Maestre de la Orden Nueva de Toledo

Sol Murciano,
Juan Carlos y Luis Español Bouché,
con agradecimiento

Cuenta la leyenda que San Antonio en su búsqueda afanosa de una mayor perfección se retiró lejos de la -para él- perturbadora compañía de sus semejantes.

Llegose desde Lisboa a la comarca de Sintra. Allí, y en la entrada de una profunda cueva pasaba las horas del día y muchas de la noche entregado a las oraciones y a mortificaciones llenas de rigor.

Como San Pacomio, San Pablo y otros Padres del desierto, Antonio sufría las embestidas que el Príncipe de este Mundo le ofrecía en imágenes sugestivas de hermosísimas mujeres con provocadores y lascivos bailes.

Un día de verano, con el sol meridiano, el Maligno intensificó el cerco tentador sobre la atribulada alma del hirsuto portugués.

Y éste, acosado por los deseos irresistibles de la carne, se arrojó desnudo sobre una mata de espinos, primero, y después se flageló con irritantes ortigas.

Pero el Malo seguía, implacable, acosando con pecadoras visiones la ya débil y enloquecida mente de Antonio. Y no pudiendo aguantar más, con las fuerzas que aún le quedaban, cogió dos pesadas piedras con las manos y los brazos –que se asemejaban a ramas de sarmiento- y se golpeó los testículos quedándose la piel, pelos y carne adheridas a aquellas en masa tumefacta y sanguinolenta.

Al mismo tiempo vociferó: "¡San Vicente, Santo Amaro, Santa Lucía! ¡Jesús, Madre Santa, ayudadme! No soy digno ni siquiera de ser lamido por los cerdos, animales menos inmundos que yo". Y desfallecido, cayó en tierra.

Los gritos y aullidos del anacoreta fueron oídos por Gabriel Muriel, vecino de Sintra y dueño de un rebaño de ovejas que apacentaba en las proximidades, y que le bastaba para el sustento de la familia. Muriel era de estirpe judía y practicaba ocultamente la fe de sus antepasados. Vivía discreto y retirado, lejos de las pesquisas de la Inquisición y de las calumnias del populacho.

Acercándose al maltrecho Antonio, con inteligente e imperiosa mirada, le dijo:

"Hombre ignorante, abandona los desvaríos, deja esas invocaciones y penitencias insensatas que son propias de idólatras y de paganos y no de seres razonables".

Haciendo una breve pausa, Gabriel Muriel prosiguió: "Los impulsos sensuales y los espirituales son las dos caras de una misma Obra. Y Dios es el Compositor de esa pieza. En la carne del ser humano existe una pulsión biológica y afectiva que lo hace salir de sí mismo, de su enclaustramiento, para descubrir al Otro, que es Dios. Al igual que un hombre puede estar obsesionado por el rostro de una mujer, y el de una mujer por el de un hombre, Dios es el gran Enamorador que encandila el alma de los mortales. Sin estas dos pulsiones que se atraen entre sí, la vida centrada en sí misma, sería vacía, insulsa, sin contenido".

El hebreo de Sintra se acercó al ermitaño, y poniéndole cariñosamente la mano en el hombro, terminó con estas palabras: "Antonio, te repito, deja de infringir un innecesario castigo a tu cuerpo que con tanto desprecio tratas. Come, bebe y goza de los placeres legítimos. Estudia y vuelve a la antigua creencia de nuestros padres. No obedezcas en adelante a los predicadores de la muerte, a los sepultureros de la vida, y retorna al Dios que no tiene par".

¡ESCUCHA, ISRAEL, EL ETERNO, NUESTRO DIOS, ES UNO!

La soledad y el silencio de la Sierra de Sintra acogieron, agradecidos, en su seno la oración que los dos hombres ofrecieron al Solitario del Sinaí, el Creador de todas las cosas.

Quintana de la Serena. Primavera de 2010.
Año 5770 de la Creación del Mundo.
Anno Templi DCCCXCII

O TERRAMOTO DE 1755 NAS TERRAS ALENTEJANAS DE JURISDIÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA[1]

Carlos Correia de Carvalho
Mestrando em Arte, Património e Teoria do Restauro
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
e membro colaborador de investigação do CIDEHUS-UÉ

Francisco Segurado
Mestrando em O Sul Ibérico e o Mediterrâneo:
História Medieval - Universidade de Évora
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
e membro colaborador de investigação do CIDEHUS-UÉ

Apesar de Lisboa ter permanecido para a posteridade como o palco por excelência do terramoto de 1755, o que é certo é que este sismo fez igualmente danos no Algarve e no Norte de África, bem como em paragens mais remotas, noticiadas em alguns relatos da época. Todavia, a nível do país, não foi só Lisboa que sofreu com o terramoto, já que as ondas sísmicas se fizeram sentir, com maiores ou menores repercussões, em grande parte do território luso. Contudo, se nas imediações da capital os estragos verificados nas localidades eram rapidamente percepcionados pelas entidades a quem cabia o poder decisório, já o resto do Reino ficava demasiadamente distante, dificultando as deficientes vias de comunicação a circulação das notícias e das petições relativas ao sismo.

Desta forma, nos anos que se seguiram ao terramoto foram lançados uma série de interrogatórios, quer por parte da Administração Central, quer por parte da Administração Senhorial. No território geográfico em estudo ficou a dever-se à Casa de Bragança uma iniciativa desta natureza, que permitiu às instâncias de poder compreender em que estado o terramoto havia deixado as localidades.

O presente artigo foca-se, fundamentalmente, na observação dos impactos provocados pelo terramoto de 1755 nas localidades alentejanas de jurisdição da Casa de Bragança[2], bem como na avaliação, embora sumária, da escala de recuperação verificada nesses territórios. Tem como base documental a interpretação e análise de três diferentes fontes: a inquirição enviada pela Casa de Bragança para as suas terras, datada de 1755, e os interrogatórios régios de âmbito nacional de 1756 e de 1758.

---

1 A investigação subjacente a este texto foi desenvolvida no âmbito da disciplina de História de Portugal Moderno II (2008), leccionada pela Prof.ª Doutora Fernanda Olival (licenciatura de *História* da Universidade de Évora).

2 Veja-se: Anexo, Figura 4.

Curiosamente, para as povoações em questão, a Casa de Bragança foi a primeira instância de poder a criar um interrogatório, o qual lançou ainda no ano de 1755, logo no decorrer do mês de Novembro e de Dezembro.

O conjunto documental daí resultante encontra-se em Vila Viçosa, no Arquivo Histórico da Casa de Bragança[3], sendo possivelmente muito pouco conhecido. Deste núcleo apenas conhecemos as respostas através das quais subentendemos que as questões lançadas pela Casa Ducal pretendiam inquirir acerca dos danos mais significativos verificados nos edifícios das vilas e dos seus respectivos termos, como forma de se tentar percepcionar o impacto que o sismo havia tido na propriedade senhorial.

Como seria de esperar, e porque o domínio brigantino assentava na nomeação e controlo daqueles que exerceram a "governança das terras"[3], foram os oficiais concelhios que retorquiram ao dito inquérito. Através das respostas dadas pelos mesmos oficiais deduzimos que o questionário deveria ser bastante reduzido, cingindo-se apenas ao levantamento dos edifícios mais atingidos na sequência do cataclismo. Contudo, através das mesmas, supomos que apesar de possíveis análises globais dos danos ocorridos em cada localidade, haveria um maior interesse em referir o estado em que se encontravam os edifícios que de alguma maneira estavam afectos ao exercício do poder da Casa Senhorial.

Em grande medida, o terramoto de 1 de Novembro de 1755 teve efectivamente o papel histórico de ter relançado no mundo ocidental, em pleno século XVIII, um debate filosófico e científico sobre a sismologia. Além disto, um dos seus aspectos mais notáveis foi o de ter sido o primeiro sismo histórico a ser seguido de um levantamento da distribuição geográfica dos seus efeitos, graças a um questionário elaborado para esse fim em 1756, o qual ficou conhecido como o "Inquérito do Marquês de Pombal"[4].

Na realidade, a distribuição dos estragos no território português ficou excepcionalmente bem documentada para a época porque se determinou o envio de um questionário, de resposta obrigatória, sob pena de sanções, a todos os párocos, solicitando descrições precisas do ocorrido em cada paróquia[5].

---

3 Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança 1560 – 1640: Práticas senhoriais e redes senhoriais*, Lisboa, Estampa, 2000, pp. 201-214.

4 Estes questionários foram descobertos já no século XX por Francisco Pereira de Sousa, investigador que se debruçou de sobremaneira sobre a problemática do terramoto. Francisco Luís Pereira de Sousa, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, 4 volumes, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919-1932.

5 As respostas ao inquérito do Marquês de Pombal, embora não contemplem a totalidade do território, deixando em aberto os distritos de Porto, Braga e Viana do Castelo, constituem um enorme conjunto de elementos que importa interpretar, pese embora o facto de grande parte destes inquéritos se ter perdido, deixando muitos dos concelhos portugueses sem grande parte da informação que a eles dizia respeito (ainda estão por localizar as respostas de algumas regiões-chave, como o Algarve, fortemente atingido, ou o vale inferior do Tejo). Da mesma forma, há ainda a referir que o conteúdo das suas respostas é bastante heterogéneo, quer em termos de extensão, quer em termos de qualidade, pelo que se torna necessária alguma prudência na sua análise, não obstante serem uma excelente fonte para o estudo dos impactos do terramoto de 1755 no país. António Gomes Coelho, "Do 'Inquérito do Marquês de Pombal' ao estudo de Pereira de Sousa sobre o Terramoto de 1 de Novembro de 1755", *in O Grande Terramoto de Lisboa: Descrições*, vol. I, Lisboa, FLAD-Público, 2005, pp. 156-159.

No desenrolar das numerosas medidas tomadas pelo ministro do Rei D. José, o inquérito aos efeitos do terramoto surge cerca de três meses após o desastre. A ordem foi dada verdadeiramente pelo ministro em Janeiro de 1756, remetendo ao Cardeal Patriarca de Lisboa a divulgação do mesmo a todos os Bispos e Arcebispos do país, e destes para os párocos de todas as freguesias.

Este interrogatório possuía 13 questões às quais os párocos deveriam replicar com a máxima celeridade possível. As respostas foram devolvidas pelos bispos entre o início de Fevereiro e o fim de Junho de 1756[6]. Tratou-se de um questionário que procurou inquirir os clérigos sobre os efeitos do terramoto, do maremoto, e de eventuais incêndios nas suas paróquias, bem como do modo como estes atingiram pessoas e bens. Da mesma forma tentava-se percepcionar se já se havia verificado algum tipo de tomada de providências no que diz respeito aos danos causados.

Quanto ao "inquérito paroquial", a forma usada já não era uma novidade em 1756, e também não foi algo que não se voltasse a repetir. De facto, outros inquéritos paroquiais, dirigidos a questões diversas, tiveram efectivamente lugar: um da Academia Real de História em 1721 e outro em data pouco anterior a 1747, elaborado pelo Padre Luís Cardoso e ordenado por D. João V, cujos elementos se perderam no incêndio de 1755, e terá sido, por isso, novamente promovido pelo mesmo académico em 1758.[7]

De facto, o inquérito de 1758, que acabou por ficar cognominado de "Memórias Paroquiais", não se destinava, ao contrário dos dois anteriores questionários analisados, a percepcionar exclusivamente o impacto do terramoto no território português; pretendia, sim, sistematizar informações referentes às inúmeras paróquias do Reino, nomeadamente ao nível eclesiástico e secular, acabando as suas respostas por permitir obter uma visão geral do Portugal de meados de setecentos. Contudo, são também importantes ao nível da percepção dos graus de impacto, consequentes danos e possível recuperação no seguimento do abalo sísmico, volvidos apenas três anos sobre o cataclismo.

Tendo por base este enquadramento, e perante os relatos das fontes acima enunciadas, pretendemos desenvolver, ao longo deste estudo, dois objectivos centrais. Aspiraremos, em primeiro lugar, a analisar o grau de destruição relatado pelas fontes e atribuir a cada uma das localidades um grau de intensidade segundo a escala de Mercalli de 1909[8]. Por outro lado, mas neste seguimento, e tendo em conta os diferentes edifícios elencadas pelas fontes (religiosos, públicos, militares e particulares), é nossa intenção avaliar o grau dos estragos verificados em cada uma das referidas tipologias edificadas.

Um segundo objectivo, assente sobretudo no interrogatório de 1758, estriba-se no inventário do que foi feito num espaço de três anos para resolver, total ou parcialmente, os estragos. Contudo, é necessário salientar que o reduzido volume de

6 *Idem, Ibidem*, p. 159.

7 Joaquim Ferreira Boiça; Maria de Fátima Barros, *As Terras - As Serras - Os Rios: As Memórias paroquiais de Mértola do ano de 1758*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1995, pp. 7-19.

8 Veja-se: Anexo, Figura 4.

informação de que dispomos a este nível não nos permitirá fazer uma abordagem tão extensiva e minuciosa como seria desejável.

1 - OS EFEITOS DO TERRAMOTO: DA INTENSIDADE AOS DANOS

A conjugação da análise minuciosa dos efeitos ocorridos e, consequentemente, da tipologia e da descrição dos edifícios mais afectados em cada concelho alentejano de jurisdição brigantina possibilitou uma comparação, atribuindo-se, a partir desta, o mais fielmente possível, a intensidade sísmica segundo a escala de Mercalli de 1909[9]. Para melhor se percepcionar os efeitos causados pelo sismo nos territórios em estudo entendeu-se que seria mais profícuo partir para uma análise detalhada, de nível concelhio, já que a utilização de outra escala de análise sísmica não permitiria um entendimento tão esclarecedor.

Em **Alter do Chão**, na freguesia urbana de Nossa Senhora da Assunção, o interrogatório da Casa de Bragança refere que a vila padeceu grande ruína[10] embora o de 1758 enuncie que a mesma apenas padeceu alguma[11]. Não deixa de ser curiosa a diferença de vocabulário utilizado na descrição dos efeitos do terramoto, a qual só se poderá justificar com o distanciamento temporal que intervala os dois interrogatórios.

O terramoto, nesta freguesia, atingiu as quatro tipologias de edifícios considerados. Quanto aos religiosos, todos os relatos são consensuais[12] no que diz respeito à grande destruição verificada no Convento de Santo António (nomeadamente ao nível da igreja, do coro e da fachada do convento), na ermida de Nossa Senhora da Conceição, na ermida do Espírito Santo, na igreja da Misericórdia, na Igreja Matriz e na Igreja de Nossa Senhora da Alegria (todos estes templos viram os seus telhados arruinados, bem como sofreram grandes rachas nas frontarias). Em relação aos edifícios públicos, ou civis, registaram-se algumas fendas nos paços do concelho e noutras edificações não especificadas pelas fontes[13]. No que diz respeito aos militares, apenas o interrogatório da Casa de Bragança lhes faz menção, pese embora o facto do castelo da vila já se encontrar em avançado estado de degradação antes do sismo, não sendo assim possível descrever o efeito do terramoto na dita estrutura. Por último, no que respeita aos edifícios particulares, estes padeceram alguns danos nos telhados e nas paredes, porém de pouca relevância[14].

Face à descrição apontada nas fontes analisadas e segundo os parâmetros base da escala de Mercalli, parece-nos que o valor desta freguesia não terá excedido a intensidade VII.

---

9 A utilização desta escala, de data tão recuada, em comparação com a de Mercalli Modificada de 1931, prende-se com o facto dos parâmetros estabelecidos para cada uma das intensidades previstas serem mais aproximadas às descrições das fontes primárias que estamos a utilizar. Francisco Luís Pereira Sousa, *O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico: Distritos de Faro, Beja e Évora*, vol. I, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919, p. 19.

10 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 54-54v.

11 Arquivo Nacional / Torre do Tombo (ANTT), *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 25, pp. 223-228.

12 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v, 54 e 54v; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 25, pp. 223-228; ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.

13 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 25, pp. 223-228; ANTT - *Ministério de Reino*, mç. 638.

14 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 54-54v; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 3, nº 25, pp. 223-228.

Quanto à única freguesia rural do concelho – cujo padroeiro é S. Bartolomeu do Reguengo – a totalidade da documentação compulsada[15] refere-nos a inexistência de qualquer tipo de danos, o que não significa que eles não tenham ocorrido. Na verdade, este facto poder-se-á dever, em grande medida, à ruralidade da freguesia e por conseguinte à inexistência de edifícios de grande envergadura que servissem os baixos contingentes populacionais. Quanto à intensidade, não lhe atribuímos qualquer valor devido à falta de informação que garanta uma avaliação correcta dos estragos.

O concelho de **Arraiolos** é composto por uma freguesia urbana, Nossa Senhora dos Mártires, e por quatro rurais: São Gregório, Gafanhoeira, Santa Ana do Campo e Igrejinha.

Para a freguesia Matriz são os interrogatórios de 1755 e 1758 que relatam, com maior pormenor, os efeitos do sismo aqui sentido, o qual danificou essencialmente edifícios religiosos e militares. Da primeira tipologia, surge-nos a menção feita à Igreja e Convento de S. Francisco, o qual padeceu grave ruína especialmente nas paredes e nas abóbadas do dormitório e no corpo do templo. Quanto ao castelo, que já se encontrava grandemente arruinado, viu agravado o seu estado nomeadamente devido a uma enorme fenda que atingiu a torre de menagem que ameaçava, inclusivamente, derrocada.[16]

Tendo em conta a destruição do Convento de S. Francisco e a verificada no castelo, e pese embora o facto deste já se encontrar em assinalável estado de decadência, propôs-se a intensidade VII.

Em meio rural há notícia de que o terramoto não causou danos de maior[17], exceptuando na freguesia da Igrejinha[18], onde se verificaram alguns ao nível dos edifícios religiosos, públicos e particulares, sem que a fonte descreva, no entanto, os mesmos. Devido à parca informação que temos, só conseguimos atribuir intensidade à freguesia da Igrejinha, a qual classificamos com o valor de VI, devido nomeadamente à sua proximidade com a freguesia urbana.

A vila de **Borba** é composta por duas freguesias – Nossa Senhora das Neves e S. Bartolomeu – e o seu termo pela freguesia de Santa Bárbara, Nossa Senhora da Orada e Santiago de Rio de Moinhos[19].

Curiosamente, as descrições respeitantes às freguesias urbanas de Borba são bastante díspares. Na freguesia da matriz, dedicada a Nossa Senhora da Neves, padeceu grande ruína[20] em todas as tipologias de espaços edificados. O Convento de

15 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 53; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 31, nº 52, pp. 301-302; ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.

16 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 57; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 5, nº 7, pp. 599-604. No entanto, há que referir que não existe o interrogatório de 1756 para o concelho de Arraiolos.

17 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 42, nº 124, pp. 71; *Ibidem*, vol. 42, nº 107, p. 65; *Ibidem*, vol. 13, nº (E) 23, pp. 201-202.

18 *Ibidem*, vol. 18, nº (J) 14, pp. 95-98.

19 Segundo as Memórias Paroquiais desta freguesia de Santiago, o seu termo pertencia a três concelhos: Estremoz, Borba e Redondo (ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 32, nº 131, pp. 787 - 794).

20 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47-47v e 51-51v; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, nº 38, pp. 989-1000.

Nossa Senhora da Consolação do Bosque ficou inteiramente arruinado ao nível do claustro, e a abóbada da igreja chegou inclusivamente a cair[21]. Especificamente o interrogatório de 1755 refere que a torre da cadeia ficou incapacitada de reter os presos, devido a uma enorme fenda que se abriu de alto a baixo[22]. Quanto ao castelo, este já se encontrava muitíssimo deteriorado mas o terramoto aumentou o seu estado de degradação, provocando o desmoronamento de parte da muralha[23]. Por último, há ainda referências à grande ruína que atingiu as casas da mesma vila[24].

A freguesia urbana de S. Bartolomeu já reúne menos consenso quanto às descrições dos danos causados na vila. Enquanto que o interrogatório de 1755[25] relata que Borba sofreu grande ruína, cujos efeitos foram apresentados anteriormente na freguesia da Matriz, o de 1758[26] refere a inexistência de qualquer tipo de dano.

Devido à heterogeneidade dos relatos considerámos que a intensidade da vila de Borba se encontrava entre VIII e IX. Isto porque, apesar de parte da muralha do castelo ter sofrido uma derrocada, não se encontrou justificação para se atribuir, só por si, a intensidade IX, devido naturalmente ao estado em que o castelo já se encontrava antes do terramoto. Por outro lado, apercebemo-nos, através da resposta ao interrogatório da Casa de Bragança, de que o Convento do Bosque sofreu bastantes danos, sobretudo devido à derrocada da abóbada da igreja. Desta forma, atribuímos ao local onde se encontra este mesmo convento a intensidade IX e à vila propriamente dita VIII, pese embora a curta distância a que se encontram.

Já no campo das freguesias rurais, os danos foram de muito menor relevância. A freguesia de Santiago de Rio de Moinhos padeceu alguma ruína, não se especificando, no entanto, a tipologia de edifícios afectados; atribuímos-lhe intensidade VII porque, aqui, a Memória Paroquial[27] refere que sofreu alguns danos, ao contrário do que fará com as freguesias seguintes. A freguesia de Nossa Senhora da Orada padeceu pouca ruína, verificando-se apenas algumas fendas em casas particulares[28]; atribuímos-lhe intensidade VI devido ao silêncio denunciado pelo interrogatório de 1758[29], quando comparada com a descrição feita para a freguesia de Santiago. Na freguesia de Santa Bárbara não houve nada de considerável a assinalar[30]; com alguma insegurança, atribuímos-lhe intensidade VI devido, por um lado, à sua proximidade com a vila de Borba e, por outro, devido à ausência de informação por parte da Memória Paroquial[31].

21 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47-47v e 51-51v; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, nº 38, pp. 989-1000.

22 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47, 47v e 51-51v.

23 *Ibidem*, NNG 723, fl. 47-47v. e 51-51v; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, nº 38, pp. 989-1000.

24 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47-47v e 51-51v.

25 *Ibidem*.

26 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, nº 38a, pp. 1001-1002.

27 *Ibidem*, vol. 32, nº 131, pp. 787-794.

28 ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.

29 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 26, nº 33, pp. 285-288.

30 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47-47v e 51-51v

31 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 6, nº 28, pp. 175-183.

Do concelho da **Chancelaria** cabe-nos apenas analisar a freguesia urbana de Santo Estêvão. Em relação aos danos causados pelo terramoto, enquanto que os interrogatórios de 1755[32] e 1756[33] são unânimes em referir que o mesmo causou pouca ruína, não provocando a derrocada de edifícios, o de 1758[34] já nem sequer faz menção aos estragos do sismo. Daqui se conclui que os danos terão sido efectivamente escassos, daí que apenas os interrogatórios feitos no rescaldo da catástrofe tenham relatado os efeitos da mesma, materializáveis na abertura de pequenas rachas no arco da capela-mor da Igreja Matriz, na subida do nível das águas de algumas fontes (e no aparecimento, inclusivamente, de outras) e na pouca ruína verificada ao nível dos edifícios particulares. Quanto à intensidade, e perante os relatos, entendemos que o concelho da Chancelaria poderia ser classificado com o valor VI.

O concelho de **Evoramonte** é composto por uma freguesia urbana de Nossa Senhora da Conceição e possuía jurisdição concelhia sobre três rurais, a saber: S. Pedro do Campo, Vidigão e S. Bento do Mato, sendo, no entanto, metade do termo desta última freguesia da jurisdição de Évora.

Na freguesia urbana, quer o interrogatório da Casa de Bragança quer o de 1758 reúnem consenso no que respeita aos efeitos do terramoto, ao mencionarem que se observou alguma ruína ao nível da vila e do termo. Ambas as fontes documentais relatam que se abriram algumas fendas na Igreja Matriz, na Igreja da Misericórdia e na de Nossa Senhora do Freixo[35]. Quanto aos edifícios públicos, possuímos informação no interrogatório de 1755 que a casa da câmara ficou totalmente arruinada, que algumas fontes secaram e outras começaram a brotar[36]. Em relação às estruturas militares, as Memórias Paroquiais relatam que as muralhas ficaram em estado deplorável[37]. Já no que concerne aos espaços particulares, algumas casas assistiram à abertura de fendas, embora de pouca relevância[38]. Tendo então em conta o nível de informação, entendemos por bem atribuir a esta freguesia VIII valores de intensidade.

Quanto à de S. Pedro do Campo, freguesia rural, o interrogatório da Casa de Bragança possui um carácter pouco descritivo, dizendo apenas que o termo da vila de Evoramonte padeceu alguma ruína. Desta forma, foi através das Memórias Paroquiais[39] que verificamos que a freguesia não auferiu grandes estragos, tendo a Igreja de S. Pedro assistido a uma queda do reboco e dumas telhas do campanário. No que diz respeito às casas particulares, algumas delas, possivelmente as de construção mais débil, ficaram um pouco afectadas. Deste modo, e apesar da proximidade entre esta freguesia e a freguesia urbana, atribuímos-lhe intensidade VII.

32 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 55.
33 ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.
34 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 10, nº 291, pp. 2007-2010.
35 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 56; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 14, nº 113, pp. 869-888.
36 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 56.
37 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 14, nº 113, pp. 869-888.
38 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 56.
39 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 8, nº 71, pp. 467-472.

Relativamente a Vidigão, as fontes analisadas são bastante omissas. Na verdade apenas o interrogatório da Casa de Bragança menciona que o termo da vila de Evoramonte, onde se insere esta freguesia, foi relativamente atingido, não fazendo no entanto menção a qualquer tipo de destruição causada[40]. Com alguma insegurança, atribuímos-lhe intensidade VI.

Em S. Bento do Mato são as Memórias Paroquiais a fonte mais explícita, referindo-se que não houve ruína notável, tendo-se apenas descoberto algumas fendas nas paredes e aumentado as já existentes[41]. Sem grande certeza, classificámos esta freguesia com a intensidade VI.

De dimensões bastante reduzidas, analisamos somente a freguesia urbana do concelho de **Margem e Langomel**, cujo orago é de Nossa Senhora da Graça. Nela os três núcleos documentais reúnem consenso ao afirmar que a freguesia não sofreu muitos danos, não existindo referência a quaisquer prejuízos nos edifícios[42]. Sendo assim, classificamo-la com intensidade VI, mas sem grande segurança devido à omissão das fontes.

O concelho de **Monforte** é composto por três freguesias urbanas: Nossa Senhora da Graça, S. Pedro e Santa Maria Madalena, as quais serão analisadas em conjunto porque as três encontram-se inscritas no mesmo núcleo urbano. Em relação às freguesias rurais, são quatro: Nossa Senhora dos Prazeres, Santo Aleixo, Vaiamonte e S. Pedro de Algalé.

Para o espaço urbano, o interrogatório da Casa de Bragança e o interrogatório de 1756 fazem menção ao facto da vila de Monforte ter sofrido grande ruína[43]. Contudo, nas Memórias Paroquiais da freguesia de Santa Maria Madalena não é feita qualquer menção aos danos. Para as restantes freguesias da vila, embora o terramoto seja referenciado como tendo sido forte, demorado e repetido, este não causou, curiosamente, grandes perdas materiais à vila e ao termo[44]. Perante estas contradições constatamos que os interrogatórios de 1755 e 1756, pela sua proximidade ao tempo da catástrofe, fazem-nos descrições com muito mais minúcia, o que nos leva a acreditar na grande intensidade do terramoto nesta zona.

No que diz respeito aos edifícios religiosos atingidos pelo sismo, há a referir a ruína que atingiu a Igreja de Santa Maria Madalena, em cujas paredes se abriram algumas fendas, embora de pouca relevância[45]; o Convento das Religiosas Terceiras do Bom Jesus observou grandes malefícios, apresentando inclusivamente perigo de derrocada[46]; a Igreja de Nossa Senhora da Graça ficou totalmente arruinada, devido às rachas que atingiram as paredes, tendo o sacrário sido inclusivamente transla-

40 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 56.

41 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 23, n.º 92, pp. 617-620.

42 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fl. 47v; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 22, nº 55, pp. 363-368; ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.

43 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 53; ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.

44 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 179a, pp. 1215-1220.

45 ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.

46 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 53; ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.

dado[47]. A Igreja Paroquial de S. Pedro ficou com as paredes e fachada rachadas, enquanto que uma fenda percorria, à data, todo o comprimento da igreja, ameaçando eminente desmoronamento[48]. A Capela do Espírito Santo, que já anteriormente se encontrava danificada ficou, depois do terramoto, bastante pior[49].

Quanto aos espaços de uso público, quer as fontes[50], quer as calçadas, ficaram bastante deteriorados[51]. Ao nível dos edifícios particulares, alguns ameaçavam ruína mas não total; por outro lado, as casas mais nobres não registaram notícia considerável, encontrando-se habitáveis[52].

Postas estas informações reveladas pelas fontes, as descrições existentes permitiram a atribuição da intensidade VIII à vila de Monforte.

Já ao nível rural, percebe-se que a freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres padeceu alguma destruição, mesmo apesar da heterogeneidade dos relatos, os quais são bastante sucintos. Apenas temos referência aos efeitos causados ao nível do edificado religioso e particular: se por um lado, a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres se deparou com grandes estragos na abóbada e no arco da capela-mor, por outro nenhuma casa os teve passíveis de se assemelharem aos que ocorreram na igreja[53]. Neste sentido, atribuímos-lhe intensidade VIII.

Para Santo Aleixo, só possuímos informação nos relatos de 1758[54] e no interrogatório de 1756, os quais afirmam que não existiram efeitos de especial menção. A igreja de Santo Aleixo não padeceu ruína, apesar do sismo se ter feito sentir na sua estrutura[55]. Sendo assim, esta freguesia foi classificada com a intensidade VI.

Em Vaiamonte, e segundo o documento que mais directamente lhe faz referência, há registo de que a povoação sofreu pouco com o abalo sísmico[56], podendo-se atribuir a intensidade de VI.

Para a freguesia de S. Pedro de Algalé não possuímos informação directa. A que detemos provem da Memória Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Graça[57], que refere que o terramoto causou pouca ruína ao termo. Perante este facto, entendemos que a intensidade VI seria a mais adequada, pese embora alguma insegurança.

O concelho de **Monsaraz** possui duas freguesias urbanas, a de Santa Maria da Lagoa e a de Santiago, e cinco freguesias rurais: S. Marcos do Campo, Nossa Senhora da Caridade, S. Pedro do Corval, Santo António do Reguengo e Nossa Senhora das Vidigueiras.

47 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 53.
48 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 53; ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.
49 *Ibidem*.
50 A fonte da Ameanha, conhecida hoje como a fonte da Aramenha, apresentava, na realidade, algumas fendas que quase separavam as pedras umas das outras, enquanto que um dos cunhais se desprendeu, inclusivamente, da estrutura.
51 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v e 53.
52 ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.
53 *Ibidem*.
54 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 2, nº 42, pp. 277-290.
55 ANTT, *Ministério de Reino*, mç. 638.
56 *Ibidem*.
57 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 179, pp. 1175-1214.

À semelhança do que foi feito para o concelho de Monforte, entendemos que faria mais sentido analisar para Monsaraz, em conjunto, as duas freguesias urbanas. Estas padeceram grande ruína[58]. Em relação aos edifícios religiosos, há a assinalar os seguintes danos ocorridos: na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Lagoa foi registada alguma ruína de pouca relevância[59]; na Igreja da Misericórdia e no Hospital, que sofreram alguns danos, chegou a ser ponderada a sua demolição, devido ao eminente perigo de derrocada[60]; na ermida de S. José abriram-se algumas fendas, quer nas paredes, quer na abóbada, não ameaçando contudo grande ruína[61]; o tecto e o frontispício da ermida de S. Bento ficaram bastante arruinados[62]; a ermida de Nossa Senhora do Carmo ficou com duas fendas no arco da abóbada a todo o comprimento da igreja, o que não significou, mesmo assim, perigo imediato[63]. Dentro dos limites da freguesia de Santiago, a situação não foi muito diferente: o Convento de Nossa Senhora da Orada sofreu bastantes danos, apresentando perigo de derrocada (a abóbada da igreja ficou rachada em todo o seu comprimento; uma fenda abriu o arco da capela-mor ao meio; os dormitórios, as celas e o refeitório também foram bastante afectados ao nível das abóbadas)[64]; o Convento dos Agostinhos ficou assaz arruinado ao nível dos dormitórios e do claustro[65].

O edificado público de Monsaraz também não escapou ileso ao sismo de 1755: as casas da câmara, embora já estivessem um pouco arruinadas, com o terramoto ficaram em perigo de derrocada; a cadeia também padeceu grande ruína, ficando incapacitada de servir; a torre do relógio também registou danos consideráveis[66]. Quanto ao Castelo, a chamada Porta Nova ficou bastante destruída, e com o passar do tempo a humidade agravou a situação[67].

Perante este vasto conjunto de informações, concluímos que a intensidade para Monsaraz deveria ser VIII. A intensidade IX parece aqui não se justificar devido à inexistência de derrocada de edifícios.

Ao nível rural, para S. Marcos do Campo as fontes são contraditórias, isto porque, enquanto que o interrogatório da Casa de Bragança refere que a freguesia observou muitos estragos, as Memórias Paroquiais mencionam que a mesma não teve ruína alguma. Porém, se tivermos em conta os dados do primeiro interrogatório apercebemo-nos de que a igreja viu aberta uma fenda em todo o seu comprimento bem como no frontispício; o arco da capela-mor rachou ao meio e a parede do lado direito "despegou-se" da abóbada. O portal da Igreja de Santiago foi rachado, soltando-se, inclusivamente, da parede. A ermida de Santo Amador assistiu à

58 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 185a, pp. 1331-1340.
59 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61.
60 *Ibidem*.
61 *Ibidem*.
62 *Ibidem*.
63 *Ibidem*.
64 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61.
65 *Ibidem*.
66 *Ibidem*.
67 *Ibidem*.

abertura de uma fenda em todo o comprimento do tecto[68]. Perante esta descrição, colocamos em dúvida a veracidade do relato da Memória Paroquial, atribuindo-lhe, de intensidade, VIII.

No caso da freguesia de Nossa Senhora da Caridade, verificamos que também aqui o distanciamento temporal dos interrogatórios contribuiu para uma certa disparidade nas respostas face aos efeitos do sismo. Se o interrogatório de 1755 refere que a freguesia padeceu grande ruína, o de 1758 apenas refere alguns danos[69]. Em termos dos estragos, a ermida de Nossa Senhora da Caridade ficou afectada ao nível da abóbada, a qual ficou rachada; o arco da capela-mor chegou mesmo a separar-se da própria abóbada[70]. A ermida de S. Romão padeceu algum destroço nas paredes-mestras que, segundo a fonte, apesar de serem fortes, ficaram abaladas[71]. Só já encontramos mais registos de estragos ao nível das casas particulares, algumas das quais com danos ao nível dos telhados e das paredes, enquanto que outras chegaram mesmo a desabar. Quanto à intensidade entendemos atribui-lhe a intensidade VIII devido ao grande volume de estragos verificados no campo dos edifícios religiosos. Apesar de haver registo de derrocada de casas, consideramos não classificar a freguesia com intensidade IX porque presumimos que os edifícios particulares que caíram seriam certamente de fraca qualidade construtiva e, consequentemente, de fraca estabilidade.

Em S. Pedro do Corval existe unanimidade ao nível dos relatos[72], os quais mencionam que a freguesia padeceu grande ruína, da qual temos registo especialmente ao nível dos edifícios religiosos: na Igreja de S. Pedro os arcos e a abóbada ficaram rachados, as paredes cederam e o frontispício ficou totalmente fendido[73]; na sacristia da mesma igreja, abriram-se duas grandes frestas[74]; a ermida de Santa Margarida sofreu bastante ao nível do suporte das paredes-mestras[75]; a ermida de Santo Ildefonso também padeceu ruína ao nível das paredes principais e do arco da capela-mor[76]. Aqui julgamos que a intensidade a ser aplicável poderá ser de VIII.

Para Santo António do Reguengo apenas temos informação ao nível do interrogatório de 1755. Afirma este que a freguesia assistiu a grande ruína na igreja, a qual sofreu uma fenda ao longo do comprimento do tecto e do arco da capela-mor; o frontispício ficou igual e totalmente rachado[77]. Deste modo, a intensidade aplicável será de VIII.

Para a freguesia de Nossa Senhora das Vidigueiras também existe alguma disparidade ao nível da resposta das fontes porque, se por um lado o interrogatório

68 *Ibidem.*
69 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 10, nº 296, pp. 2039-2046.
70 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61.
71 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 10, nº 296, pp. 2039-2046.
72 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 12, nº 398, pp. 2717-2724.
73 *Ibidem.*
74 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61.
75 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 12, nº 398, pp. 2717-2724.
76 *Ibidem*, Vol. 12, nº 398, pp. 2717-2724.
77 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls.48v e 61.

da Casa de Bragança refere que a freguesia padeceu grande ruína, por outro a Memória Paroquial diz que a mesma observou apenas alguma[78]. Os espaços religiosos foram, sem dúvida, os mais afectados, com a Igreja de Nossa Senhora das Vidigueiras a sofrer com várias fendas que se lançaram ao longo da abóbada e do arco da capela-mor e com a ruína que atingiu a sacristia[79]. A ermida de Nossa Senhora dos Remédios ficou com algumas fendas ao longo do seu corpo e com a ameaça de derrocada da sacristia[80]. No termo desta freguesia existiam duas herdades (Esporão e Povolide) que possuíam torres defensivas, de origem medieval, que apesar de já estarem um pouco degradadas, com o terramoto a ruína aumentou. Desta forma, entendemos que seria plausível atribuir-lhe a intensidade VIII.

A vila de **Portel** possui uma freguesia urbana – Nossa Senhora da Lagoa – e sete freguesias rurais: Atalaia, S. João Baptista, Amieira, Alqueva, Monte do Trigo, Vera Cruz e Santa Ana.

No que diz respeito ao espaço da vila, os relatos são, na realidade, bastante contraditórios, pois enquanto que a fonte mais próxima do cataclismo menciona que a freguesia padeceu bastante ruína, a de 1758 refere que não houve dano algum[81]. Compreendemos assim que através dos efeitos descritos no interrogatório da Casa de Bragança, o sismo afectou muito mais a vila de Portel do que aquilo que o de 1758 deixaria antever. Assim sendo, quanto aos edifícios religiosos, o Convento de S. Francisco foi bastante atingido, apesar deste já se encontrar algo arruinado mesmo antes do abalo sísmico: do arco da capela-mor caiu uma das pedras que o compunham e a abóbada da igreja e os dormitórios do convento assistiram à abertura de fendas. Surgiram algumas rachas no corpo da Igreja de S. Luís, bem como na da Misericórdia. O Convento de S. Paulo ficou muito arruinado, em comparação com os estragos de menor relevância que afectaram uma série de outras igrejas cujo nome não é mencionado.

A casa da câmara e a cadeia, que já estavam algo arruinadas (encontrando-se inclusivamente especadas), ficaram absolutamente derrubadas. Todavia, não há registo de danos ao nível de poços, fontes, chafarizes e calçadas. O castelo, que também se encontrava destroçado, também aumentou consideravelmente a destruição. As casas particulares sofreram alguns danos ao nível das abóbadas, contudo de pouca monta[82].

No que diz respeito à intensidade proposta foi-nos muito difícil conseguir atribuir, com alguma fiabilidade, um valor concreto, isto porque a maior parte dos edifícios já se encontrava bem envelhecida, contribuindo o terramoto para o agravamento da situação. Assim sendo, entendemos classificar esta freguesia com o valor VII.

Já nas freguesias rurais, e no que diz respeito ao interrogatório da Casa de Bragança, ele é bastante omisso no que concerne ao termo do concelho de Portel.

78 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 39, nº 166, pp. 1023-1026.
79 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61.
80 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48v e 61; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 39, nº 166, pp. 1023-1026.
81 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 59; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 29, nº 225, pp. 1549-1576.
82 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 59.

Sendo assim, restam as Memórias Paroquiais, o que não invalida que continuemos a possuir escassíssimas informações. No caso da Atalaia, Alqueva e Monte do Trigo, estas freguesias não sofreram estragos[83].

Em S. João Baptista verificaram-se alguns efeitos, nomeadamente ao nível da abertura de rachas, de pouca relevância, na abóbada da Igreja[84]. Mesmo assim, atribuímos a esta freguesia a intensidade VII por dois motivos: primeiro, porque esta, de todas as freguesias rurais, é a que se encontra mais próxima da vila de Portel; em segundo, porque os efeitos que se verificaram foram na abóbada da igreja, estrutura construída, necessariamente, com bastante solidez e robustez.

Vera Cruz padeceu pouca ruína e somente a cruz que estava sobre a porta principal da igreja se virou, fazendo um ângulo de 90º [85]. Devido a esta simples e caricata descrição, atribuímos-lhe a intensidade VI.

Santa Ana padeceu também alguma ruína, materializável na abertura de algumas fendas na igreja, contudo de pouco significado[86]. Com bastante dúvida, e talvez pecando por exagero, decidimos atribuir a esta freguesia a intensidade VII.

Para a Amieira, não possuímos qualquer referência ao terramoto.

O concelho de **Sousel** apresenta apenas duas freguesias: uma urbana de Nossa Senhora da Graça e uma rural de S. João Baptista.

Quanto à primeira, os relatos são relativamente díspares, porque enquanto que o interrogatório de 1755[87] alude a que esta padeceu ruína relevante, o de 1758[88] refere que a mesma não observou nada de considerável.

Os edifícios para os quais temos mais informações são: o Convento de S. Paulo, afectado principalmente ao nível da igreja e dos dormitórios; a Igreja Matriz, onde foram abertas algumas fendas na parte interna do frontispício, que chegaram até à abóbada; a Igreja da Misericórdia e a Igreja de Nossa Senhora da Orada tinham a abóbada rachada em todo o seu comprimento; a Igreja do Espírito Santo possuía algumas fendas do frontispício, porém de pouca relevância[89]. As casas da câmara e da cadeia ficaram inutilizáveis e as particulares assinalaram algumas rachas na sua estrutura[90]. Posto isto, e dando destaque à ruína de alguns edifícios, nomeadamente nas casas da câmara, entendemos atribuir a esta freguesia a classificação de VIII.

Para a rural, apenas possuímos informação extraída das Memórias Paroquiais. Apontam estas para a ausência de danos[91].

Do pequeno concelho de **Vila Boim** apenas nos cabe analisar a freguesia urbana, cujo orago é S. João Baptista. Enquanto que o relato de 1758 não refere os

83 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 5, nº 32, pp. 737-738; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 23, pp. 209-216; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 24, nº 206, pp. 1539-1546.

84 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 6, nº 67, pp. 471-476.

85 *Ibidem*, vol. 39, nº 133, pp. 765-766.

86 *Ibidem*, vol. 4, nº 14, pp. 71-74.

87 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v, 48 e 58.

88 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 35, nº 236, pp. 1675-1692.

89 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v-48 e 58; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 35, nº 236, pp. 1675-1692.

90 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 47v-48 e 58.

91 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 6, nº 69, pp. 485-486.

feitos do terramoto, os outros dois interrogatórios mencionam que este não causou especial ruína, exceptuando ao nível das casas da câmara que já encontravam, porém, algo arruinadas (deixando-as inabitáveis)[92]. Deste modo, e tendo em conta este facto, atribuímos-lhe intensidade VI.

Para o concelho de **Vila Fernando**, também só pretendemos analisar a freguesia urbana de Nossa Senhora da Conceição. O consenso reunido pelas fontes relata que a freguesia padeceu pouca ruína, tendo-se aberto algumas fendas nas paredes da igreja e da sacristia e nas de algumas casas particulares[93]. Tendo estes factores em conta, verificámos que poderíamos atribuir ao concelho de Vila Fernando a intensidade VII, isto porque os danos foram aqui maiores, quando comparados com os de Vila Boim, pese embora a proximidade que existe entre estas duas localidades.

O concelho de **Vila Viçosa** possui duas freguesias urbanas – Nossa Senhora da Conceição e S. Bartolomeu – e três rurais – Ciladas, Pardais e Bencatel[94].

No que diz respeito às urbanas, concluímos que seria mais oportuno analisá-las em conjunto, embora a freguesia de S. Bartolomeu apresente muito pouca informação, dado que os principais edifícios da vila se situavam na freguesia da Matriz. Assim sendo, verificámos que Vila Viçosa foi bastante afectada[95]. No que diz respeito aos espaços religiosos, caiu a abóbada da Igreja Matriz, matando inclusivamente 29 mulheres e 2 crianças, ficando, por conseguinte, significativamente destruída. Sofreram igualmente bastante ruína os Conventos de S. Paulo, dos Capuchos, da Esperança, de Santa Cruz, das Chagas e o dos Agostinhos (este último especialmente ao nível do zimbório da igreja, da sacristia e de algumas partes do convento)[96]. No plano público arruinou-se a casa dos Ouvidores e a nível particular todas as casas ficaram danificadas nas paredes, inclusivamente o Palácio dos Duques de Bragança[97]. Perante o evidente estado de degradação dos edifícios da vila, e devido à queda da abóbada da Igreja Matriz entendemos que seria possível atribuir a estas duas freguesias o valor de intensidade IX.

A nível rural, as freguesias de Bencatel e Pardais ficaram pouco arruinadas[98], sendo atribuído, em cada uma delas, a intensidade VI.

Quanto à freguesia de Ciladas, segundo o interrogatório de 1758, não houve qualquer dano digno de registo, daí que não lhe possamos atribuir um valor de intensidade sísmica[99].

Fazendo neste momento um balanço global dos danos verificados nos territórios estudados, e com o apoio da *Figura 1*, podemos visualizar com maior clareza, e de modo comparativo, as intensidades atribuídas a cada uma das freguesias.

---

92 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fl. 48v.

93 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fls. 48 e 52; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, nº 209, pp. 1239-1258.

94 O perímetro da freguesia de Bencatel, em termos de jurisdição, estava dividido entre o concelho de Estremoz e o de Vila Viçosa. Contudo, a aldeia em si estava sob a alçada do de Vila Viçosa.

95 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fl. 47; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 40, nº 271, pp. 1657-1664.

96 *Ibidem*.

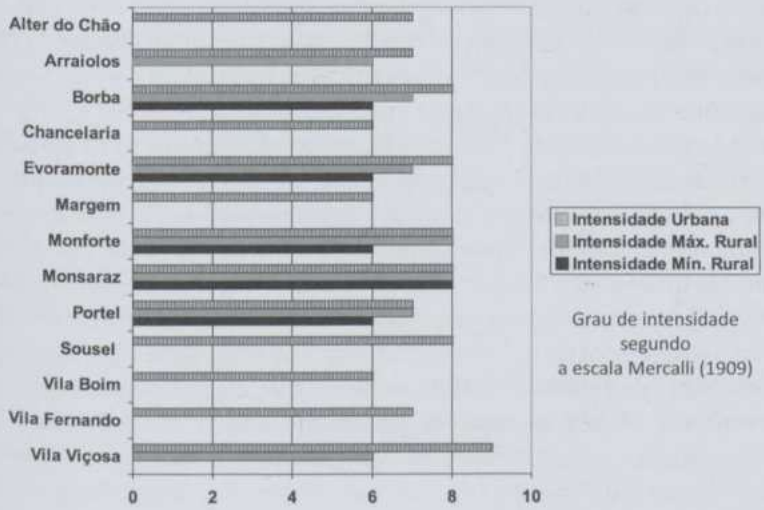
97 AHCB, *Vila Viçosa-Elvas*, NNG 723, fl. 47.

98 ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 7, nº 3, pp. 729-730; ANTT, *Memórias Paroquiais*, vol. 27, nº 82, pp. 523-526.

99 *Ibidem*, Vol. 11, nº 326, pp. 2229-2238.

Uma primeira análise do gráfico comprova que os valores referentes às freguesias urbanas são quase sempre superiores (exceptuando o caso de Portel e Monsaraz). Tal facto justifica-se pela existência, ao nível dos relatos, de uma maior e mais pormenorizada descrição dos danos ocorridos, bem como pela existência em meio urbano de todas as tipologias de edifícios analisados; contrariamente ao que se verifica nas freguesias rurais. Sobres estas as fontes debruçam-se pouco, já que eram detentoras de um número diminuto de edifícios de dimensão assinalável e de uma limitada tipologia de espaços edificados (na sua maioria religiosos e particulares).

Figura 1 – Sismo de 1755: intensidades sísmicas atribuídas às freguesias da jurisdição brigantina no Alentejo



Sob outro ponto de vista, a diferença de intensidade registada entre as freguesias urbanas e as rurais mais distantes umas das outras poderá estar relacionado com a tipologia e morfologia dos solos e a localização das falhas sísmicas.

Por último, não poderá ser olvidado que para as freguesias rurais só possuímos informação através do interrogatório de 1758 e para um escasso número no de 1756; o de 1755 foi apenas dirigido às sedes de concelho, as quais, na sua grande maioria, omitiram os danos ocorridos nas freguesias rurais.

Trabalhando com estas contingências, a localidade a que atribuímos uma maior intensidade foi Vila Viçosa (intensidade IX). Tal valor justifica-se porque as fontes referem que houve derrocada de alguns edifícios e assinaláveis estragos noutros. Por outro lado, esta povoação localiza-se geograficamente a curta distância da vila de Borba, à qual atribuímos a intensidade VIII, para a vila em si, mas IX para o local onde se situa o Convento do Bosque, o qual está edificado entre as duas localidades. Contra estes argumentos temos os relatos, ou ausência deles, das freguesias rurais que circundam Vila Viçosa, os quais não mencionam, grandemente, efeitos

causados pelo terramoto. Na verdade, só temos para estas relatos de 1758, e não de 1755 como seria de esperar. De facto, como justificar que pequenas localidades, sobranceiras a Vila Viçosa não tivessem sofrido com o sismo? Efectivamente, tal não será passível de resposta devido, em grande medida, ao silêncio das fontes, embora possamos compreender que a tipologia dos solos, dissemelhantes dos de Vila Viçosa, tenha tido aí um papel crucial.

Um segundo grupo de povoações, que possui uma intensidade considerável (VIII), é composto por Sousel, Monsaraz, Monforte, Evoramonte e Borba. De modo global, podemos justificar a atribuição deste valor de intensidade com um grande volume de danos registados nos principais edifícios, contudo sem derrocada.

Portel é um caso paradigmático, pois poder-se-ia inscrever no grupo acima mencionado, mas assim não o entendemos. Razões? A grande ruína em que já se encontravam os seus edifícios antes mesmo do terramoto ter atingido esta povoação.

Alter do Chão, Arraiolos e Vila Fernando, todas com intensidade VII, foram povoações que sofreram alguns danos nos principais campos do edificado considerado, nomeadamente naqueles de maior envergadura construtiva.

Todos os restantes casos tiveram apenas danos pontuais em pequenos edifícios. Posto isto, após termos analisado de forma global o panorama da intensidade nos concelhos do Alentejo da jurisdição do ducado brigantino, pretendemos debruçar-nos sobre a tipologia de edifícios mais descritos pelas fontes, tendo como base de análise a *Figura 2*.

Em primeiro lugar, e recaindo sobre os quantitativos totais, observamos que são os edifícios religiosos os mais referidos. Isto deve-se, logo à partida, por serem largamente os que existiriam em maior número e se encontravam mais disseminados pelo território, parte integrante da paisagem humanizada. Para além disto, e a um nível ideológico, a igreja, enquanto edificado, era um espaço de grande peso no quotidiano da comunidade. Acresce, referir que dois dos três interrogatórios analisados foram respondidos por elementos do corpo eclesiástico, os quais naturalmente dariam uma maior importância à sua área de influência.

Em segundo plano, são os edifícios particulares que mais merecem atenção por parte dos que respondem aos interrogatórios. Contudo, e apesar de serem os segundos mais referidos, são os que se caracterizam por uma menor qualidade descritiva, sendo sempre tomados como um todo e merecendo uma descrição muito menos pormenorizada, até porque foram menos atingidos.

Quanto aos públicos, estes só existiam em grande maioria na sede de concelho, daí que o seu número e importância se diluam num contexto misto de freguesias urbanas e rurais. Podemos então considerar, em termos relativos, que também são bastante referidos e se observarmos a *Figura 2* rapidamente se constata que urbanamente estão quase ao nível dos edifícios religiosos. Isto deve-se, em grande medida, ao facto do edificado público ser um marco simbólico do poder e da justiça "da governança das terras", que neste caso não se encontravam sob a alçada da Coroa, mas sim do poder senhorial. Desta forma, é a sua presença e conservação que simbolizam o poder efectivo da jurisdição do senhor, o que justifica a importância

da sua menção. Por outro lado, para o conjunto das terras em análise, possuímos o interrogatório da Casa de Bragança, o qual é respondido pelos homens que ocuparam os cargos do poder local, daí que refiram, com algum pormenor e preocupação, os danos que atingiram esses edifícios, à semelhança daquilo que os clérigos fazem para as suas igrejas.

Em último plano emergem os edifícios militares, os quais são, na globalidade, menos citados; isto porque o seu numero é muito mais reduzido quando comparado com o de outras tipologias, já que o castelo é um marco defensivo presente nas sedes de concelho. Outra das justificações prende-se com a solidez com que eram construídos, o que fará com que tenham resistido, mais facilmente, às ondas sísmicas. Além do mais, é importante referir que em meados do séc. XVIII Portugal já se encontrava num período acentuado de pacificação o que mostra, por um lado, o estado de degradação em que muitas dessas estruturas se encontravam (sofrendo, consequentemente, um maior abalo com o terramoto) e, por outro, a pouca relevância que é dada aos seus estragos.

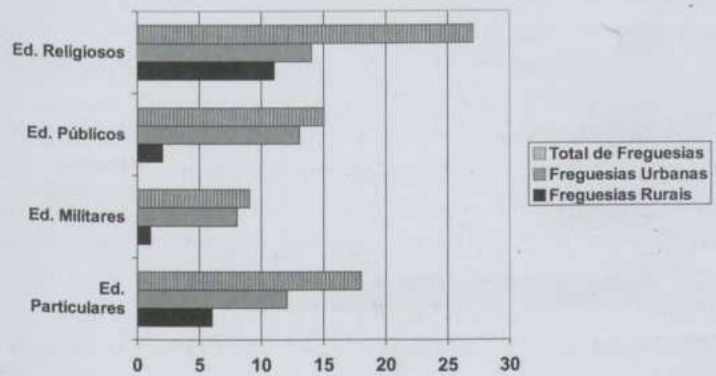
Se passarmos agora para uma análise mais particular, poderemos pôr em confronto os diferentes panoramas observados em freguesias urbanas e em freguesias rurais.

Ao nível urbano a tendência da hierarquia de tipologias de edifícios afectados mantém-se, excepto se compararmos os edifícios particulares com os públicos. De facto, estes últimos detêm a primazia das referências devido aos factores enunciados anteriormente.

Quanto às freguesias rurais, a situação altera-se um pouco. Os edifícios religiosos e os particulares são os mais referidos já que, por um lado, são os que efectivamente existem e, por outro, porque os religiosos possuem uma extrema importância, pelas razões anteriormente explanadas.

As outras duas tipologias detêm uma percentagem bastante irrisória, o que se deve à sua inexistência neste tipo de freguesias.

Figura 2 – Tipologia dos edifícios afectados pelo terramoto de 1755, mais referidos nos inquéritos de 1755, de 1756 e de 1758



Aqui, a barra correspondente aos edifícios públicos não se refere às casas da câmara, mas sim a estruturas de cariz mais utilitário e de menor envergadura, tais como fontes, pontes e calçadas.

Quanto às construções militares, a percentagem presente corresponde a pequenas torres defensivas existentes em alguns montes e herdades (tais como a do Esporão e de Povolide), e não a castelos ou fortalezas, inexistentes em contexto rural.

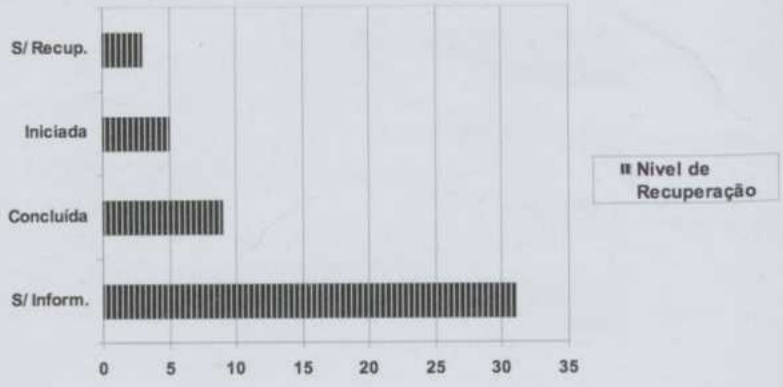
2 - A RECUPERAÇÃO

Ao longo do presente artigo, surgiu o interesse em tentarmos compreender como se efectuou a recuperação dos edifícios afecatdos nos anos subsequentes ao terramoto. Para tal, só pudemos recorrer, devido à data em que foi elaborado, ao interrogatório de 1758, vulgo Memórias Paroquiais. Contudo, se para o capítulo anterior possuíamos descrições bastante detalhadas acerca dos efeitos que o cataclismo havia inferido nas localidades alentejanas da jurisdição da Casa de Bragança, agora, para a recuperação, recolhemos um pequeníssimo número de dados. Em boa verdade, os párocos não fazem qualquer tipo de menção a um grande número de freguesias.

Logo à partida, a partir da observação da figura, é clarividente a quantidade exorbitante de freguesias para as quais não possuímos qualquer menção às obras feitas entretanto.

Para aquelas que temos informação, constatamos que o maior número de freguesias se inscreve no campo da "recuperação concluída". Dentro desta área, num universo de 9 freguesias "concluídas", apenas 2 são urbanas (Monsaraz e Sousel) e tiveram um grande volume de danos. As restantes tiveram na sua maioria intensidades estimadas entre os valores VI e VII, à excepção da de S. Pedro do Corval (Monsaraz), que teve intensidade VIII.

Figura 3 – Níveis de recuperação registados nas terras alentejanas da Casa de Bragança (1755 – 1758)



Quanto às que possuem recuperação iniciada, verificamos que ao nível urbano encontramos os casos de Vila Viçosa e de Alter do Chão. Para esta última iniciou-se a recuperação dos telhados da Matriz, e para Vila Viçosa as obras no Convento de Santa Cruz e do Convento de S. Francisco. Há a salientar, contudo, que Vila Viçosa, três anos após o terramoto, e apesar da sua notória importância político-ideológica, ainda não havia visto a abóbada da sua Igreja Matriz refeita. Todas as outras freguesias que iniciaram a sua recuperação são rurais: Igrejinha (Arraiolos), Caridade (Monsaraz – que recuperou, essencialmente, pequenos edifícios, nomeadamente particulares) e S. Pedro (Evoramonte – onde também se recuperou as casas particulares).

Posto isto, é difícil estabelecer relação entre os factores intensidade/recuperação porque os seus valores são bastante díspares. Ou seja, não é possível afirmar se a recuperação foi mais célere nas terras mais ou menos afectadas pelo sismo.

Já os párocos que nomearam a ausência de recuperação foram o da freguesia urbana de Arraiolos, e os das rurais de Vidigueiras (Monsaraz) e de Vera Cruz (Portel).

Em suma, os dados apresentados na figura não poderão ser, contudo, considerados totalmente fiáveis, devido em grande medida aos silêncios contidos nas fontes, o que não nos permite estabelecer uma comparação razoável entre a quantidade de danos verificados e o nível de recuperação. Em segundo plano, verificamos que quando obtemos algum pormenor ao nível da obra feita, esta dirigiu-se essencialmente para edifícios religiosos e particulares. Por último, encontramos o caso paradigmático do concelho de Monsaraz. Este parece ter uma atitude propagadora da recuperação do centro para a periferia. Neste caso, em 1758, a freguesia urbana e a freguesia rural, que se localiza geograficamente mais próxima, encontravam-se recuperadas, enquanto que outras mais distantes já se encontravam com obras iniciadas, o que leva a crer que existiu, neste concelho, uma política de intervenção gradual.

CONCLUSÃO

Entendemos reiterar desde já que na conclusão vamos somente tentar responder às questões que foram levantadas na introdução, pois as demais apreciações foram sendo feitas ao longo do texto.

Quanto à intensidade do terramoto, para a globalidade das terras não possuímos valores de intensidades considerados uniformes. Contudo, podemos apontar que cinco dos concelhos em análise terão registado intensidade VIII, quatro VII, três VI e apenas um IX. Para uma maior percepção deste panorama de estudo apresentamos as conclusões a que chegámos em termos de freguesias urbanas, já que são estas que possuem uma maior representatividade. Com efeito, as fontes são, para estas, bastante pormenorizadas. Por outro lado, as freguesias rurais andam sempre a par das suas congéneres urbanas, possuindo, no entanto, um grau de intensidade mais baixo. Este poderá, no entanto, estar influenciado pelo facto da descrição dos efeitos do sismo para estas freguesias ser mais resumida, ou até inexistente. Por outro lado, os valores de cada uma das freguesias já foram discutidos ao longo do texto, pelo que não será necessário voltar a revê-los.

Na generalidade, os valores que atribuímos com base nos relatos das fontes estão grosso modo de acordo com o valor de intensidade apresentado pelos estudos de sismologia patentes na *Carta de Isossistas de Intensidades Máximas.* Foi esta proposta pelo Instituto de Meteorologia[100], e atribui, na sua esmagadora maioria, o valor de VIII para a região onde se inserem os concelhos em estudo. A esta regra opõem-se duas excepções, patentes nos casos de Vila Viçosa e no local específico onde se encontra o Convento do Bosque (concelho de Borba), aos quais atribuímos intensidade IX, pelas razões apontadas no decorrer do estudo. Temos, todavia, consciência que este número poderá ser um pouco exagerado por sair dos parâmetros estabelecidos no campo da sismologia, pois os danos registados nas fontes não nos permitiriam equipará-los a outros, de visível disparidade ao nível da destruição.

De um modo geral, ao nível dos edifícios atingidos pelo terramoto, quer nas freguesias urbanas, quer nas freguesias rurais, concluímos que a tipologia dos mais afectados, e que por isso são mais referidos, é sobretudo a dos religiosos. Seguem-se a estes os particulares, depois os públicos e, por último, dos militares.

Quanto à recuperação, e apesar da escassez de informação, nomeadamente ao nível das freguesias rurais, temos referência que o maior número de freguesias detinha, em 1758, grande percentagem dos seus edifícios restaurados. Porém, constatamos que de um universo de nove freguesias com a recuperação concluída, apenas duas possuem graus de intensidade sísmica bastante elevados. Desta forma, entendemos que as freguesias que foram recuperadas na sua totalidade foram as que registaram um grau de intensidade baixo e, por isso, estragos de pequena monta. Aquelas que se inserem no campo da "iniciada" revelam que se recuperou aquilo que era absolutamente necessário reabilitar, nomeadamente ao nível dos telhados, por exemplo.

Em suma, as conclusões a que chegámos ao nível da recuperação não poderão ser, contudo, consideradas totalmente fiáveis, devido essencialmente à exiguidade de informação contida nos relatos, o que não nos permite estabelecer uma comparação razoável entre a quantidade de danos verificados e o nível de recuperação.

No entanto, a problemática da recuperação não se esgota nestes traços. Pode-se, a partir daqui, desencadear numerosas investigações, baseadas na abundante documentação existente. Por exemplo, percepcionar como é que a recuperação se efectuou a longo prazo, compreendendo as principais alterações que daqui decorreram no campo da Arquitectura e da História da Arte, principalmente no espaço dos edifícios religiosos. Terá sido, ou não, o património eclesiástico beneficiado com a reabilitação pós-terramoto? Quais as principais alterações que daqui decorreram? Em suma, mais do que responder a todas as questões que se colocaram no início do artigo, deixamos em aberto algumas linhas e interrogações que poderão vir a obter resposta em investigações futuras.

100 Cf. www.proteccaocivil.pt/ consultado em 2010/05/10.

ANEXOS

Figura 4 - Concelhos Alentejanos da Jurisdição da Casa de Bragança

Concelhos Alentejanos		
Concelho (1758)	Freguesias	Tipologia
Alter do Chão	Nª Sª da Assunção	Urbana
	Reguengo, S. Bartolomeu	Rural
Arraiolos	Nª Sª dos Mártires	Urbana
	S. Gregório	Rural
	Gafanhoeira	Rural
	Santa Ana do Campo / Entre Campos	Rural
	Igrejinha	Rural
Borba	S. Bartolomeu	Urbana
	Nª Sª das Neves – Matriz	Urbana
	Santa Bárbara	Rural
	Nª Sª da Orada	Rural
	Rio de Moinhos – Santiago	Rural
Chancelaria	Chancelaria, Santo Estêvão	Urbana
Evoramonte	Nª Sª da Conceição	Urbana
	S. Bento do Mato	Rural
	Nª Sª da Encarnação do Vidigão	Rural
	S. Pedro Campo	Rural
Margem	Margem e Langomel	Urbana
Monforte	Nª Sª da Graça	Urbana
	S. Pedro	Urbana
	Santa Maria Madalena	Urbana
	Nª Sª dos Prazeres	Rural
	Santo Aleixo	Rural
	Vaiamonte	Rural
	S. Pedro de Algalé	Rural
Monsaraz	Santa Maria da Lagoa	Urbana
	Santiago	Urbana
	Nª Sª da Caridade	Rural
	S. Pedro do Corval	Rural
	Santo António do Reguengo	Rural
	Nª Sª das Vidigueiras	Rural
	S. Marcos do Campo	Rural
Portel	Nª Sª da Lagoa – Matriz	Urbana
	Atalaia – NªSª da Conceição da	Rural
	S. João Baptista	Rural
	Amieira	Rural
	Alqueva – S. Lourenço	Rural
	Monte do Trigo – S. Julião	Rural
	Vera Cruz	Rural
	Santa Ana	Rural

Concelho (1758)	Freguesias	Tipologia
Sousel	Nª Sª da Graça	Urbana
	S. João Baptista	Rural
Vila Boim	S. João Baptista	Urbana
Vila Fernando	Vila Fernando	Urbana
Vila Viçosa	Nª Sª da Conceição – Matriz	Urbana
	S. Bartolomeu	Urbana
	Ciladas	Rural
	Bencatel	Rural
	Pardais – Sta Catarina	Rural

Figura 5 - Escala de Mercalli, 1909[101]

Escala de Mercalli, 1909	
Microsismos	
I - Abalo instrumental	
Macrosismos	
II – Abalo muito ligeiro	Abalo sentido somente por algumas pessoas num estado de perfeito repouso, sobretudo nos andares superiores das habitações, por pessoas particularmente sensíveis ou nervosas.
III – Abalo ligeiro	Sentido por um pequeno numero de pessoas, relativamente à população da localidade; não se produziu nenhum susto e só se teve, em geral, a certeza de ter havido um abalo quando se sabe que outras pessoas sentiram o mesmo fenómeno.
IV – Abalo sensível ou mediocre	Não sentido por toda a gente, mas por um grande número de pessoas nas habitações e somente por um pequeno número ao ar – livre. Não há alarme. Estremecimento dos vidros e das louças; ranger dos vigamentos; ligeiras oscilações de objectos suspensos.
V – Abalo forte	Geralmente muito sentido nas habitações mas por poucas pessoas dormindo, algumas se alarmam; batem as portas e as janelas; tocam as campainhas; oscilam com bastante amplitude os objectos suspensos; param os pêndulos dos relógios.
VI – Abalo muito forte	Sentido por todos nas habitações; muitas pessoas se atemorizam e fogem para a rua; queda de objectos e de reboco nas casas; alguns estragos nos edifícios menos sólidos.
VII – Abalo extremamente forte	Alarme geral. Toda a gente foge para a rua; sensível nas ruas; os sinos tocam; queda de chaminés e de telhas; estragos numerosos mas sem gravidade.
Megasismos	
VIII – Abalo ruinoso	Grande susto da população; ruína parcial de algumas casas; estragos numerosos e consideráveis nalguns edifícios; não há vítimas, ou se as há, tratam-se apenas de casos isolados.
IX – Abalo desastroso	Ruína total ou quase total em alguns edifícios; muitos outros ficam danificados e tornam-se inabitáveis; vítimas não muito numerosas mas disseminadas em todos os bairros duma mesma localidade.
X – Abalo muito desastroso	Ruína num grande número de edifícios; abertura nos solos; desmoronamento de encostas; numerosas vítimas.
XI – Abalo catastrófico	O próprio nome o define.

101 Francisco Luís Pereira Sousa, *O Terramoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico: Distritos de Faro...*, p. 19.

LA LABOR DE DON DINIS EN EL DEVENIR DE OLIVENZA

Miguel Ángel Vallecillo Teodoro
Doctor en Historia

1. - INTRODUCCIÓN

El surgir de Olivenza está ligado a los caballeros templarios, quienes crean nuevas poblaciones en zonas abandonadas o semiabandonadas durante la Reconquista, organizando concejos y parroquias.

Olivenza comienza su andadura como una pequeña aldea, donde la orden debió asentarse hacia 1240, fecha que marca sus inicios[1].

A lo largo de esta breve exposición, veremos la influencia templaria en la localidad, sobre todo en su urbanismo y lanzamos una hipótesis sobre el Fuero del Baylío. En el primer campo, su trazado urbano regular sigue el tipo de planta hipodámica latina[2], también en el primitivo castillo e iglesia.

En 1278 esta orden se ve obligada a entregar Olivenza al Concejo de Badajoz, por voluntad de Alfonso X el Sabio.

Tras las cruzadas, los caballeros de la orden templaria regresan a sus lugares originarios de Europa y resultaron incómodos por su influencia; por otro lado se miraba con envidia sus riquezas. El poder real les temía. Sobre todo Felipe IV el Hermoso, quien inicia la histórica redada del 13 de octubre de 1307; aprovechando el funeral de su cuñada , asesina a centenares de templarios que asistieron al acto, entre ellos al Gran Maestre Jacques de Molay. Por su parte, el papa Clemente V, de origen francés, muy débil políticamente, y sometido al rey de Francia, disolvió la orden en 1312.

No obstante, en Portugal, como se verá, D. Dinis supo atraerse a la Orden y valerse de ella para sentar las bases de un gran país.

Los problemas que tuvo que afrontar esta incipiente monarquía, D. Dinis era el sexto rey luso, quedaron también reflejados a lo largo de la exposición. A lo largo de ella llegaremos a la conclusión de que fue un rey muy calculador, un estupendo organizador que intenta impedir el avance del poder señorial. Fue, en resumidas cuentas, el que sentó las bases para que Olivenza surgiese como una gran villa en el reino lusitano.

---

1 FRANCO SILVA, A. *Olivenza y la frontera portuguesa hasta 1297. Un arancel de aduanas dado por D. Manuel en 1510*, Plasencia, 1982, p. 22.

2 PIZARRO GÓMEZ, F. *Olivenza. Paisajes Urbanos de Extremadura*, Badajoz, 2005.

2. - D. DINIS

Antes de lanzarnos a estudiar su labor en Olivenza, conviene saber un poco sobre su vida y obra.

Nace el 9 de septiembre de 1261, hijo de Afonso III y de la infanta Beatriz de Castilla, era, por tanto , nieto de Alfonso X el Sabio, de quien heredó su buen hacer, dando vida a libros sobre temas variados: administración, caza, poesía...; en total escribió 73 cantigas de amor, 51 de amigo, 11 de escarnio y tres pastorales. Su labor convierte a Lisboa, lugar de permanencia de su corte, en uno de los centros europeos de la cultura.

Sube al trono en 1279, tras la muerte de su padre. Una vez coronado intentó normalizar la situación con Roma, firmando un tratado con el papa Nicolás III. Viendo la difícil situación de los templarios, decidió que la orden pasase a llamarse Orden de Cristo o Avis, evitando así la persecución a la que fue sometida desde 1307. Supo aprovechar la fuerza de éstos para mantener la paz en la zona rayana , para llevar a cabo la redacción del Tratado de Alcañices , para potenciar los descubrimientos y para someter a la nobleza que podía poner en entredicho su poder. El caso más sonado de este tipo fue con su hermano Afonso, a quien el padre había legado los señoríos de Portalegre, Marvão, Arronches y Castelo de Vide. Afonso, casado con Violante de Castilla, mientras que sus hijas lo habían hecho con hidalgos castellanos, se había convertido en un peligro real para D. Dinis, pues reclamaba el trono. La lucha entre ambos termina con la mediación de la esposa de éste, Isabel, posteriormente Reina Santa Isabel. Sin duda el carácter de esta mujer marcó la forma de actuar de D. Dinis.

Su labor repobladora y cultural le hace ser conocido como "rei lavrador, rei agricultor ou rei poeta". Pero, como se ha dicho, fue ante todo un rey calculador, gran organizador y que supo ganarse apoyos importantes para futuras tareas.

3. - PROBLEMAS QUE TUVO QUE AFRONTAR

Muchos fueron los problemas que tuvo que afrontar en un reino que se estaba forjando. Así, con gran inteligencia, intentó normalizar la situación con la iglesia, firmando con el papa Nicolás III un tratado para proteger los intereses de Roma en Portugal; también supo poner a buen resguardo a la Orden del Temple, perseguida por toda Europa. Dicha Orden jugaría un papel decisivo en la redacción del Tratado de Alcañices y en los descubrimientos lusitanos.

El 15 de agosto de 1291, el rey Sancho el Bravo de Castilla y D. Dinis acordaron, en Ciudad Rodrigo, el casamiento del heredero de Castilla, D. Fernando, con Doña Constanza, hija del rey lusitano. Como garantía para cumplir lo acordado, tomaban en fieldat, el uno del otro, ciertas posesiones. La muerte de Sancho propicia el incumplimiento del Tratado por parte de la regente Doña María de Molina por lo que D. Dinis reclama la devolución de las plazas entregadas. Éste se alía con el infante castellano, D. Juan, pretendiente a la corona de Castilla, quien temeroso de nuevos

conflictos, propone la paz, llegándose al Tratado de Alcañices, de 12 de septiembre de 1297, "donde la orden del Temple tuvo una destacada actuación"[3].

Una vez en manos lusas, D. Dinis, viendo las enormes posibilidades económicas y estratégicas del término, se encargará de guiarla hasta convertirla, junto con sus sucesores, en importante enclave de la corona lusa.

4. - D DINIS Y OLIVENZA

Prioridad del rey fue organizar su territorio. Conocía que el acuerdo con don Sancho le procuraría lugares estratégicos para atacar Badajoz, caso de Campo Mayor y Olivenza. También sabía lo necesario que era repoblar las tierras oliventinas, crear un importante núcleo poblacional que sirviese para desarrollar económica y defensivamente la localidad. Para tal fin decide que Olivenza sea "villa de realengo, no dada en señorío, lo que permitiría al rey dividir las tierras yermas en grupo de veinte o treinta heredades familiares, oponiéndose así a la acumulación de tierras en manos eclesiásticas o militares, además de poseer carta foral , similar en regalías y privilegios a la de Elvas[4]. En un año , el rey otorgó a Olivenza ciertos títulos que habían tardado en conseguir otras localidades en muchos. Dieciocho años después, el 26 de enero de 1316, amplió el mercado del martes a feria anual que debía celebrarse del 1 al 15 de septiembre.

Pero, ¿qué pretendía D. Dinis en Olivenza?

Ante todo su desarrollo económico, que repercutiría en todos los demás aspectos de la vida cotidiana. Pretendía convertirla en foco de atracción y así los privilegios de su foral tenían un claro fin: el redoblamiento de la villa, donde se asentará un grupo heterogéneo de inmigrantes procedentes del Alentejo y Miño, algunas familias Annes, Godinhos, Domíngues, Afonso, Pires, Migueis, Nunes... son recogidas por José Marques[5].

Este contingente de personas debían concurrir en su defensa. Bien es cierto que era necesario un nuevo recinto amurallado y para ello se requería aportación económica. Ya tenía el beneplácito de la Orden de Avís , que le cederá, el 12 de febrero de 1309, la tercera parte de "as rendas de Sancta María de Olivença,... pera o dicto muro e cárcava e outros defendimentos"[6]. Pero era necesaria una mayor aportación económica y aquí jugó un papel destacado el grupo de comerciantes y agricultores que comienzan a llegar. Aquí hagamos un inciso para hablar de la comunidad judía que se establece, cuyo número llegó a ser elevado como lo demuestra la necesidad de elegir un juez de judíos, en 1322, tres años antes de morir D. Dinis.

3 MARTÍNEZ MARTÍNEZ, M, *Olivenza y el Tratado de Alcañices*, Olivenza, 1997, p. 70.
4 VALLECILLO TEODORO, M. A., *Olivenza en su historia*, Olivenza, 1999, pág. 48.
5 MARQUES, J., *D. Afonso IV e a construção do alcácer do castelo de Olivença, Actas de Encuentros de Ajuda*, Olivenza, 1989, p. 597.
6 SÁNCHEZ GARCÍA, R.; LIMPO PÍRIZ, L., *El enclave de Olivenza*, Cáceres, 1994.

A la recientemente nombrada villa comienza a llegar gente de a pie con enorme ilusión, aquí veían grandes esperanzas y un importante sistema defensivo, "... a fundação do castelo de Olivença, en 1309, se debe a D. Dinis que, a pesar do ritmo impresso a estas obras, não chegou a velo concluido"[7].

La aportación económica permitió dar vida al primitivo núcleo fortificado, aunque bien es cierto que las obras discurren lentamente y en 1334 estaban por concluir.

El núcleo de la villa se asentaría sobre el primitivo recinto templario, donde castillo e iglesia serían el eje vertebrador y que para algunos autores se levantaron en el mismo lugar en el que hoy se localizan estas edificaciones[8].

La presencia del Temple se nota incluso en la planta del recinto originario, en forma de cruz templaria. La aldea se encerrará tras los muros de la fortaleza en cuyos cuatro lienzos se abren puertas de las que arrancan calles que confluyen en el centro, donde suele situarse el templo, " D. Dinis procura una cerca de mampostería de 3´30 metros de espesor, de unos muros que alcanzaban una altura de 12 metros. Los 520 metros del perímetro regular de la fortaleza abrazaban una superficie de 16800 m2 , donde residían alrededor de 250 vecinos"[9].

D. Dinis, al igual que su sucesor, su hijo Afonso IV, comprueba que es necesario organizar el sistema defensivo en función del lugar que representa más peligro. Por ello se construye el alcázar en el lado que mira hacia Badajoz. Se edifican cuatro torres en los ángulos de éste. Las puertas se defendieron con torreones de planta cuadrada en las de Gracia y San Sebastián, y cilíndrica para los Ángeles y Alconchel. Todo el recinto estaba comunicado mediante adarve que recorría la parte superior de los muros. Catorce fueron las torres de las que dispuso la fortaleza, aunque algunos autores hablan de tres más. Todas eran de 14 metros, menos la albarrana , de 19.

El foso que circundaba el perímetro murado cerraba el conjunto del aparato defensivo de la Olivenza de don Dinis. Servía de separación entre el arrabal y primitivo recinto.

Desde el primer tercio del XIV se reconocen arrabales fuera del recinto amurallado, lo que pone de manifiesto el clima de bonanza que vive la villa, a pesar de los episodios bélicos y enfermedades contagiosas (peste) entre 1356 y 1365.

El foral de D. Dinis, confirmado por su hijo y ampliado por D. Pedro I, quien visitó la villa el 16 de marzo de 1366, eximiéndola de pagar portazgo a sus vecinos, posibilitarán el desarrollo de los gremios(jaboneros, ferreiros, oleiros, teixidores...). Comienzan a surgir nuevas ruas como Esnogua o de la Sinagoga, Calzada Velha, Espíritu Santo, Saboeiros, Peixeiros, Praça... Dicho foral , incluido dentro de los forales similares a los del grupo de Ávila, adoptado por Évora (1126) y Elvas (1229), intenta organizar la vida municipal de la villa[10].

---

7 Idem.

8 Idem.

9 Idem.

10 VALLECILLO TEODORO, M.A.: Op. Cit., p. 49.

La agricultura y ganadería son las principales actividades de la población, con un claro predominio de los cultivos mediterráneos: cereales, aceite y vino. Estos dos últimos podían cultivarse juntos, al igual que combinar el olivo con el cereal, elementos esenciales para mantenerse la población. En el campo ganadero se observa la importancia de la oveja y la trashumancia. Los vecinos del concejo estaban exentos del pago de montado (4 carneros). Podemos seguir leyendo otros variados productos que pagaban impuestos, llamándonos la atención el comercio de esclavos, cuyo precio equivalía al de un caballo que se vendiera para el matadero.

En cuanto a los vecinos, se habla de caballeros , quienes poseían un casal habitado , una junta de bueyes, cuarenta ovejas, un caballo y dos camas. Se encargan de la defensa. A sus órdenes se encontraban los peones. No olvidemos a los vasallos de solar , también llamados solariegos, hombres libres encargados de la agricultura, ganadería, comercio...

El gobierno local estaba presidido por el Concilium, asamblea de vecinos de una población reunida para tratar asuntos comunes. El jefe supremo era el alcalde y a su lado, como delegado, el judex térrea, también se encontraba el juiz de eleiçao popular, encargado de presidir el concejo.

CONCLUSIÓN

D Dinis fue la piedra angular que convirtió Olivenza en una gran villa. El sienta las bases de su organización municipal , construye un sistema defensivo para que la población se sienta protegida dando vida al primer recinto amurallado, alcázar (terminado por su hijo), pero lo que más nos llama la atención fue su capacidad para atraer población al lugar, especialmente un buen número de judíos que convertirán a la villa en importante centro comercial. En este campo su esplendor fue tal que cuajará en el siglo XVI con construcciones como Santa María Magdalena, Santa María de la Asunción, los conventos de San Francisco y Santa Clara, reconstrucción de Puente Ajuda...

DADOS BIBLIOGRÁFICOS SOBRE ALBINO DOS SANTOS LAPA

Joaquim F. S. Torrinha

PREÂMBULO:

Teria sido hoje, para Albino Lapa, um dia memorável para ele e para a História desta Vila, pela inauguração que, às quatro horas da tarde, se vai fazer: junção da Biblioteca Municipal com o Arquivo Histórico de Vila Viçosa. Esta iniciativa devida ao proficiente trabalho desenvolvido pelo meu grande amigo, Dr. Manuel Inácio Pestana, a quem desta modesta tribuna de Rádio Campanário, quero ser o primeiro a dar-lhe um abraço de agradecimento e de parabéns, por tudo o que se vê feito neste campo hoje, e mais ainda por aquilo que não se vê aqui, mas que eu sei, e muitos sabem, que ele tem feito. Muito desse trabalho que aqui não se vê, tem muita relação com Vila Viçosa.

Ele foi um calipolense de adopção e também do coração.

Vila Viçosa que lho agradeça, porque eu já o faço agora, desejando-lhe saúde para mais labor.

Um abraço daqui Manuel.

Estão ouvindo o programa «A Voz do Passado», o eco dos anos consumidos mas que não se apagaram na nossa memória, reproduzidos agora pela voz de Joaquim Torrinha.

Continuamos hoje a apresentar aos ouvintes o retrato escrito de calipolenses valorosos, pelo nascimento ou adopção, e que a Vila Viçosa dedicaram muito do seu esforço, do seu amor, razões estas pelas quais da lei de morte se foram libertando.

O primeiro deles, nosso contemporâneo, foi o Dr. João do Couto Jardim, tendo eu explicado aqui, há quinze dias, porque o coloquei como cabeça de série.

De aqui em diante, a ordem não será função do valor ou da grandeza da figura focada. Irá sendo a que eu puder dar-lhe, porque algumas das figuras necessitam de estudo aprofundado e, não é muito fácil, com os recursos bibliográficos que tenho à mão em Vila Viçosa, cumprir com rigor programático, uma ordenação preanunciada.

Haverá mesmo personagens ou factos, cujo valor ou grandeza excede a dimensão que projectámos para o programa, que queremos que seja o mais leve possível, para se poder aproveitar melhor, sem cansaços nem enfados, nem erudições, que aqui não seriam próprias, e as quais logo de início advertimos que aboliríamos. Dos

que forem motivo de estudo mais cuidadoso ou mais desenvolvido, com objectivo diferente deste, terão de ser aqui lidos em sintéticos resumos.

Hoje vamos falar de Albino dos Santos Lapa, e eu começo já a sentir o desespero da vossa curiosidade, porque, decerto, é a primeira vez que a maior parte de vós, ouve pronunciar este nome.

Ora, este vulto calipolense viu a luz do dia a 30-10-1898, numa casa desta Vila, que não fui capaz de localizar, embora não tenha desistido de o conseguir e até suspeite já do seu local. Cursou o Liceu de Évora. Cedo se deslocou para Lisboa, na busca de uma vida que melhor satisfizesse os seus anseios intelectuais e, no prosseguimento dessa linha, foi funcionário superior do Ministério da Economia e 2.º Arquivista e Bibliotecário do ministério das Obras Públicas de 1919 a 1931.

Tinha 21 anos quando abraçou este segundo modo de vida profissional, muito cedo começando, portanto, a criar e seguidamente a desenvolver a afeição aos Arquivos, Bibliotecas e Cartulários. Aí começou a ser contagiado por aquele bichinho intrometido que penetra e germina no espírito de muita gente e lá vai coabitando. Mas, pior do que isso é que, de modo insensível para o hospedeiro, ele se lhe apodera da vontade e o submete e subjuga a seu belo prazer.

Albino Lapa sofreu muito cedo esse contágio benéfico e soube tirar partido dele, utilizando-o e modelando-o ao sabor da sua intelegência. O interesse pela investigação brotou nele tão forte que se pode dizer que quase toda a sua obra literária, que não é pequena, se subordinou, com grande intensidade, a ela.

Exceptua-se um pequeno número de situações, em toda a sua vasta obra literária, que não tivesse exigido um aturado trabalho de pesquisa e investigação bibliográfica. E esta trás sempre para quem a pratica, uma imensidão enorme de conhecimentos novos que muito educam. E este era precisamente o escopo que Albino Lapa buscou, durante toda a sua vida: cultivar-se.

O papel que assumiu com mais encantamento, visivelmente sentido por quem participava no seu círculo de vida, foi o de Jornalista, profissão a que dedicou grande parte do seu labor diário, durante muitos anos.

Salientou-se em alguns dos cargos que ocupou, trabalhando em dois jornais da capital de maior tiragem na época, o "Século" e o "Diário da Manhã". Neles exerceu distintamente o posto de redactor ou de repórter, tal como aconteceria no "Imparcial", "Meio Dia", "Mundo" e na "Revista Solução Editora", "Revista "Editorial" e "Ribalta", tendo ainda sido director destas duas últimas. Houve momentos em que assinava os seus escritos com um pseudónimo: Frei Albino de Vila Viçosa, que parece querer exprimir o sentido místico que a sua terra natal lhe infundia e nela, de facto, se respira.

Algumas vezes prestou colaboração a alguns periódicos estrangeiros, tanto do Brasil como de Espanha e, em 7 de Fevereiro de 1924, apareceu uma Revista intitulada "Terra Nossa" — é a primeira de que há notícia -, da qual ele era o Director, sendo o Proprietário José Santana Crato, um carola que, à custa de esforços e sacrifícios elevados, teve a honra de manter durante muitos anos o jornal "Notícias do Alentejo", embora não pudesse aguentar a "Terra Nossa".

Quando, como jornalista, se deslocou em 1932 à África aproveitou o ensejo para dissertar, em várias conferências, que fez em Angola e nos dois Congos, o francês e o belga, sobre os passos mais salientes da nossa História Colonial, que tem sido em pouco tempo considerada, ao sabor das circunstâncias e dos interesses políticos de ocasião, umas vezes sórdida e condenável, outras vezes benéfica e inteligente, consoante a monção sopra deste ou daquele lado.

Neste preciso momento, essa nossa experiência administrativa colonial, vasta e plurifacetada, adquirida através dos séculos, e a que no conjunto damos o nome de Colonização, está na mó de cima e serve de pretexto para toda a espécie de manobras de sentido vário, que estão, ao presente, sendo feitas por muito boa gente com o fim, anteriormente condenado de voltarmos a meter o bedelho nas decisões mais importantes da política do sul de África. Também no tempo em que Albino Lapa calcorreava por esses países africanos, nossos vizinhos, paredes meias com Angola, a capacidade dos portugueses para entenderem os assuntos desses povos, cujo natural desenvolvimento tínhamos o dever moral de civilizar nos moldes europeus, isto é nas crenças, na política e na vida social usadas e tidas como superiores nos centros mundiais da vanguarda civilizacional, - também, nesse tempo, - dizia eu - a capacidade educadora dos portugueses era facilmente demonstrável.

Essa foi a palavra esclarecedora que Albino Lapa levou ao seio dos povos vizinhos de Angola e que, na altura, foi inteiramente compreendida por eles.

Gostaria de ler aqui, algumas palavras memoráveis dessas conferências, que o nosso ilustre conterrâneo proferiu nos sertões africanos, mas não é o lugar próprio para o fazer.

Assinalo apenas o gesto desse Homem nessa Época, e concluo que para além de mim próprio, muitos outros da minha geração não deixaram caír em saco roto a profundidade dos conceitos por ele anunciadas. Alguns por conveniência ideológica momentânea os minimizaram e, hoje, voltam a servir-se deles como bandeira, a fim de não perderem o sentido do movimento do novo comboio de África, que outrora e propositadamente fizeram descarrilar.

Tristes sinais dos tempos!

Apesar de viver longe de Vila Viçosa, nunca a esqueceu e procurou sempre manter com ela laços fortalecedores, ou de presença física ou de relação espiritual.

O jornal da sua terra, o "Notícias do Alentejo", n.º 313 de Agosto de 1939, divulgava um artigo que Albino Lapa publicara no "Album Alentejano", de Pedro Muralha, em 1932. Aí ele define Públia Hortênsia de Castro como «a maior oradora do século XVI». A afirmação resulta da leitura que tinha feito de um estudo biográfico sobre essa nossa conterrânea, publicado por D. Catarina Michaelis em 1902, acrescentando de sua própria conta, sem a devida prova documental, que esta latina calipolense fizera os estudos universitários em Coimbra, disfarçada com vestes masculinas. Esta última afirmação carece de prova e a sua autenticidade é bastante discutida hoje.

Eu tenho estudado a vida de Públia, e recentemente tenho sondado bibliografia posterior à que informou a ilustre filóloga romanista, D. Carolina Michaelis, e

nada encontrei, nem antes nem agora, que justifique aquela opinião. Assinalo aqui o facto, porque sei que Albino Lapa gostaria de ouvir da minha boca o que estou dizendo aqui, aos microfones de Rádio Campanário, visto ele ser um investigador de assuntos históricos de pura cepa, campo em que a verdade nasce escudada no documento. Darei conhecimento dos meus achados bibliográficos sobre a matéria brevemente e se hoje me adianto com esta explicação, faço-o apenas em louvor da memória do meu amigo e patrício A. Lapa. O resultado desses achados bibliográficos, afinal, já foi publicado na revista Callipole N.º 1, porque eu estou rescrevendo, hoje este texto sobre Albino Lapa, pela segunda vez e em data muito posterior à primeira vez que o fiz.

Sempre que o nosso jornalista apanhava uma oportunidade para desenvolver um tema ligado à História de Vila Viçosa, não a deixava escapar e como tinha sempre portas abertas na Imprensa da Capital, aproveitava sabiamente essas ocasiões, como aconteceu com o pequeno estudo intitulado "D. Catarina de Bragança", publicado na revista "TURISMO", 2.ª série, N.º 5, 1957, onde entre outras coisas fala da visita desta Rainha de Inglaterra, viúva do Rei Carlos II, feita à Igreja de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, descrevendo os festejos, danças, e a ornamentação com os artísticos arcos nas ruas desde a Porta do Nó ao Santuário da Virgem Imaculada. A escolha era feita sempre com acertada razão. Aqui há uns largos anos fiz, a este mesmo microfone, um relato bastante circunstanciado da vida desta nossa Rainha e é bem possível que, dentro em breve, volte a fazê-lo novamente, mas agora com novos dados e em outros aspectos da sua penosa vida em Inglaterra. Esta figura de Raínha é pouco conhecida na sua própria terra, embora muito se tenha escrito sobre ela.

Não quero deixar de citar aqui o excelente estudo da autoria de Sousa Costa, em edição da Fundação da Casa de Bragança, sobre essa importante calipolense, cuja sacrificada vida representa uma imolação ao serviço da sua Pátria em terra estrangeira.

Trata-se de uma obra de profunda investigação histórica, integrada e servida por uma valiosa peça escrita, saída da pena de um escritor de tão elevado porte literário.

Tudo o que Albino Lapa fez de importante na sua vida, interessa ao delineamento do perfil da sua figura e à definição da sua personalidade. Mesmo que tratasse assuntos alheios ao âmbito da terra que lhe serviu de berço, mesmo nesses, encontramos sobejas provas de interesse para o perspectivar e modelar a sua figura de calipolense. Mas, para além desse há, evidentemente, os que praticou de modo directo e particularmente ao serviço e para o bom nome de Vila Viçosa, ou de qualquer modo a ela ligados e, esses, logicamente, terão para nós um valor Superlativo.

Claro está que os seus escritos, e esse é sem dúvida o trabalho visível de maior aplauso, constituem os elementos basilares, a partir dos quais podemos, com inteira segurança, apercebermo-nos da sua contribuição para o elogio e conhecimento de Vila Viçosa.

E são muitas como veremos.

Mas para além destes, outros factos há demonstrativos do fervor sentimental com que acarinhava as coisas e as pessoas da sua nobre Callipole.

As duas primeiras semanas de Maio de 1928, passou-as Albino Lapa aqui, em missão jornalística, segundo informa uma notícia publicada no jornal "D. Nuno", onde algumas vezes colaborou.

Nessa altura já havia publicado "A Questão dos Painéis", um esboço histórico - bibliográfico em que dá conta de tudo o que se tinha passado à volta dessa polémica discussão artística. Nela eram aventadas as mais diferentes opiniões acerca dos célebres painéis de S. Vicente - esse maravilhoso políptico -, desde a prioridade da descoberta até à autoria, passando ainda pela difícil decifração da identidade das figuras notáveis nele representadas.

Por esse tempo decorria em Vila Viçosa, a celebração da "Semana da Criança", importante festa educativa criada a expensas da dedicação ao ensino, sempre revelada pelo Professor do Ensino Primário João do Rosário Ribeirinho, director das Escolas Centrais do nosso Concelho.

Na noite dedicada ao Teatro, faziam os alunos a apresentação da Récita no antigo Teatro Municipal, sediado nas instalações do Convento de Santa Cruz, num espaço mais tarde ocupado pela sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários. Durante o intervalo subiu ao palco Albino Lapa e, rodeado de crianças, ofereceu-lhes para a Biblioteca da Associação Infantil de Socorros Mútuos, na pessoa do Professor Ribeirinho, um exemplar da "Questão dos Painéis", acompanhando o acto de um discurso laudatório, conveniente à circunstância.

Um dos atractivos dessa enorme Festa da Criança, que apesar de todos os desvelos oratórios dos responsáveis de hoje, que tanto falam de jovens, não tem ainda aqui equivalente, um dos atractivos, dizia eu, era a partilha da camaradagem e das merendas, a autêntica comunhão entre pessoas de todas as classes sociais, naquele cenário maravilhoso, junto ao Padrão que assinala a vitória da batalha de Montes Claros, nessa vasta planície e em meados da Primavera, com o campo pintado pelas garridas papoilas, os alegres malmequeres brancos e amarelos, mais o estendal azulado vivo, impressionante e extenso das flores do chupa-mel, as estevas de alva corola, o tom violáceo do rosmaninho silvestre e a gigantesca giesta a empaparem a atmosfera de um recendente e característico perfume.

Só o Alentejo tem o privilégio e o dom, de exibir tão grandioso espectáculo que a Natureza escolheu para palco!

Esse convívio, que incluía as famílias dos alunos, era uma autêntica romaria, em que os romeiros partiam e regressavam daquele lugar histórico nos tradicionais carros puxados por mulas, o transporte mais vulgar da época.

Nesse arraial e nesse ano, ali no sítio onde se quebraram os escudos ameaçadores de Castela, sob o Sol estorricante deste generoso torrão alentejano, leu Albino Lapa a sua lição oratória aos jovens, a qual, jovem que eu era nesse tempo, se gravou para sempre no meu espírito de menino e moço.

Mas, mesmo longe da sua Callipole Patria Mea, como ele amorosamente designava a sua Vila Viçosa, esgrimia sempre pela defesa e conservação dos seus valores perenes.

Uma das atitudes importantes que nessa ordem de ideias tomou, foi a assumida em relação com a figura artística de Florbela Espanca e a homenagem que se lhe intentava fazer em Vila Viçosa: a erecção de um busto.

A história desta polémica é árdua e torna-se impossível contá-la com pormenores, que nos afastariam, necessariamente, do assunto desta palestra.

Se o fizesse saltariam à ribalta alguns podres em que caíram indivíduos, Organismos e Instituições responsáveis nos meios culturais, onde o processo de resgate e dignificação do nome FLORBELA como artista genial, decorria.

Foi esta a época em que o pequeno grupo de estudantes calipolenses na Universidade de Lisboa, atirava a pedrada ao charco da estagnação intelectual, em que pairavam as ideias provincianas, quanto ao valor intelectual da Poetisa do Suão, aquela que impetrava na sua lírica, dolente, amorosa e com toda a chama da sua Alma:

Ò minha terra na planície rasa
Branca de sol e cal e de luar....
.....
.....
Sou uma pobre de longe, é quase noite
Ò terra quero dormir, dá-me pousada.

A confusão mental existente de unificação entre o conceito de Mulher e de Artista estabeleceu-se entre pessoas de largas faixas sociais, que os irmanavam e confundiam, zelosas de conservar uma moral, por elas considerada como universal, e uma oposição frontal a uma realidade constante da Vida, que se consubstancia na diferença que realmente existe, entre um e outro dos conceitos. À Mulher como Mulher se lhe deveria atribuir um significado e, como Artista, se lhe daria outro.

Tive ensejo de neste período dos fins dos anos trinta e início dos quarenta, de reafirmar e defender de forma impoluta, na Imprensa Regional do Alto Alentejo, esta tese, bem como ainda em reuniões e palestras, com vários interlocutores de Lisboa e Porto.

Ora, era precisamente a Artista que o grupo de estudantes calipolenses tinha em mente glorificar, e não só o grupo como também um vasto sector de intelectuais de todos os matizes artísticos: escritores e poetas, pintores e escultores, críticos literários e de arte, publicistas, etc. E foi neste preciso momento que recebi, por oferta generosa do meu saudoso amigo Raul Xavier, escultor de nomeada, o gesso que ele modelara para a execução do busto em mármore, que, foi erguido na Mata Municipal, tendo eu oferecido o gesso original à Biblioteca Florbela Espanca, onde ainda hoje se encontra. O busto marmóreo foi transferido posteriormente para o local onde hoje se encontra, face ao Cine-Teatro Florbela Espanca.

Foi nesta fase da luta, que eu encontrei o meu conterrâneo Albino Lapa, numa das reuniões feitas na casa da Rua Manuel Bernardes, em Lisboa, onde eu e o meu primo Dr. Alexandre Torrinha tínhamos a nossa toca de estudante, aí pelos anos de 1937-8.

Andava ele, Albino Lapa, enlevado com a ideia que no cérebro de todos nós resplandecia: Consagrar Florbela como poetisa!

Albino Lapa, para além dos sentimentos irmãos dos nossos, tinha um alto significado para nós, porque sendo mais velho do que os do grupo de calipolenses, poderia ser um conselheiro, pois nós estávamos com os nossos vinte anos e ele já atingira os quarenta, e, sendo jornalista conceituado, abrir-nos-ia as colunas de periódicos importantes da Capital, onde poderíamos desenvolver a ideia, defender e concretizar a doutrina, captando valores grados para a nossa cruzada, ao mesmo tempo que poderia ajudar na luta a encetar na Imprensa Nacional alfacinha e na Regional.

Nada há de mais forte na Vida, para criar amizades verdadeiras e indissolúveis do que combater lado a lado, irmanado no mesmo ideal, para se alcançar um objectivo comum.

A amizade entre nós ficou selada e, daí em diante, os contactos multiplicaram-se, com ele e com outros admiradores da egrégea poetisa.

E quando um dia me ofereceu um dos seus trabalhos literários, com uma dedicatória de mais de meia página, em que se salientava «a nossa comum veneração pela nossa amada terra, (estou citando), que representa para mim, como autor, o sangue do meu sangue espiritual e toda a minha alma», ao mesmo tempo que se sentia realizado e satisfeito, «mesmo que nem todos o compreendessem, mas estava certo que eu, como filho da mesma terra o compreendia», nesse dia, eu senti-me verdadeiramente feliz!

Essa oferta era de um patrício que eu não vi durante anos, mas cuja actividade literária ia acompanhando a espaços. Livro pequeno, que eu li de um fôlego mal o recebi. Tratava-se de uma curta monografia de Vila Viçosa, ilustrada. Tinha sido propositadamente escrita para ser publicada como de facto foi, numa monumental obra literária chamada Enciclopédia Luso-Brasileira.

Trazia a pequena separata, a costumada dedicatória que é de uso escrever-se na página que antecede o texto e vinha datada de Dezembro de 1957. São já passados 43 anos!

Nada teria de especial essa dedicatória, se não revelasse o grande amor que o autor votava à sua terra natal e o prazer incomensurável que sentia oferecendo-me um exemplar, por saber que eu possuía sentimentos iguais aos dele. Isso desvanecia-o e confortava-lhe o espírito.

Consolava-se por se sentir acompanhado, assim já tinha alguém com quem compartilhar os seus anseios e alegrias.

Não foi escasso o seu labor como publicista.

Na totalidade ascendem a cerca de trinta os pequenos volumes publicados, quase todos virados para a investigação histórica. O estudo crítico do Compromisso dos Pescadores de várias povoações ribeirinhas, como Sesimbra, Olhão, Peniche e Tavira, acompanhados de pequenas súmulas históricas de índole monográfica, a História da Polícia de Lisboa e a do Jornalismo Português, foram temas sobre que se debruçou atentamente.

Algumas biografias, como a de Ramada Curto, esse inquieto republicano que foi advogado, jornalista e autor dramático, sendo impossível negar-lhe valor em qualquer dos campos onde desenvolveu a sua actividade, ou dizer em qual deles mais se salientou; ou de Victor Cordon, estremocense, que foi um dos grandes exploradores do sertão africano, e ajudou com a sua tenacidade e esforço, à construção dos dois grandes países que são hoje Angola e Moçambique, ou, ainda a do navegador português no século XVI que foi Pedro Fernandes Queiroz, mereceram as honras da sua atenção e são peças literárias de acentuado mérito.

Como todos os bibliófilos e literatos também ele usou uma marca designativa da posse das suas espécies bibliográficas, o chamado Ex-Libris.

É este muito simples, de forma quadrada, bordado em cima e em baixo pelo dístico "Ex-Libris de Albino Lapa", contendo no interior uma vela acesa e, de pé, um livro aberto em posição inclinada onde se lê «Não me emprestes».

Por tudo o que fez mereceu alguns galardões. Foi nomeado sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses e também era Cavaleiro da Ordem de Cristo, mercê honorífica concedida pelo Estado como recompensa aqueles que a qualquer título lhe prestam serviços valiosos.

Não são muitos os biógrafos com sentido crítico negativo, quero dizer, os que em vez de encararem a vida ou a obra do biografado procurem denegri-la, ou se não tanto, pelo menos trazer à colação, um ou outro aspecto, a que não sejam devidos encómios. Isto é mais notório ainda se, de facto, se trata de figuras ímpares cujo exemplo é forçoso e salutar mostrar abertamente na sua pureza e beleza superiores, de modo a tornarem-se paradigmáticas. Uma das funções e das metas a atingir com os estudos biográficos é, com efeito, esta.

Ora o Padre Joaquim Espanca representa para Vila Viçosa um valor tão respeitável, diria mesmo sagrado, que só com uma coragem indómita ou uma atroz ignorância se é capaz de pôr em dúvida, e cujas afirmações escritas, na sua colossal obra são geralmente tidas e aceites como verdadeiras. O padre procurava o local do acontecimento e percorria as fontes históricas clássicas para alicerçar a sua opinião. Mas, por vezes a falha espreitava-o. E, como a toda a gente que escreve sobre História, também ele foi assaltado por elas, ou nelas tropeçou. Decerto Albino Lapa sabia isto perfeitamente e, poderia ter ocultado o facto em vez de lhe dar relevo. Mas, não o quiz fazer, e eu louvo-o por isso. A sua intenção ao transcrever, na monografia Callipole Patria Mea, passagens da apreciação que o ilustre etnólogo Joaquim de Vasconcelos faz do nosso emérito Padre, não significa, nada mais nada menos, do que auxiliar e valorizar as Memórias de Vila Viçosa, chamando a atenção para que, em futuras edições, se ajustem as ideias ali expostas à verdade dos factos, trazidas à luz posteriormente à morte do seu autor, por virtude de estudos ou escavações ou pesquisas que sempre estão prosseguindo.

Se o Padre Espanca fosse vivo havia de lhe agradecer, porque era um Homem probo, modesto e amigo da verdade, de toda a verdade, conhecedor das próprias limitações e insuficiências a quem as correcções sempre agradaram.

Se algum de vós se der ao trabalho de compulsar os originais de onde saiu a obra impressa desse bom Homem, lá encontrará emendas, riscos, acrescentos e

rasuras, etc, feitas pelo próprio punho do autor, à medida que ia encontrando razão para isso, porque emendar significa corrigir, mudar para melhor e isso mesmo é o que se pretende em investigação histórica.

É verdade que não o entendeu assim a Câmara Municipal da época, já aqui o disse e repito hoje, que se conformou apenas com a edição "fac-simile" do original das Memórias de Vila Viçosa, sem proceder, com as cautelas devidas, à actualização de factos históricos de interpretação obsoleta e não mandou fazer as devidas correcções, ou no campo do texto ou, o que a meu ver seria melhor, em estudo preambular assinado por pessoa idónea.

O valor da obra aumentaria pela actualização introduzida e o seu significado tornar-se-ia transcendente.

O próprio Albino Lapa, homem simples como era, conhecedor das fraquezas de que a vil matéria de que somos feitos está prenhe, e da dimensão da existência humana, tornava-se crítico de si próprio. Logo ao publicar a sua "Questão dos Painéis" ele adverte o leitor: «não temos a vaidade de ter feito obra completa, porque isso seria impossível».

Evidentemente, pois só os tolos se julgam absolutos, completos, integrais! E acrescentava: «mesmo na obra mais perfeita e acabada há sempre lacunas». E rematava: «o nosso trabalho é fútil e incompleto, é certo, mas ele encontrará nos espíritos que se interessam por estas coisas indulgência e gratidão». Sempre a humildade a acompanhar o seu pensamento!

Que mão tão cheia de verdades, caros ouvintes!
Que sentido tão apurado da realidade das coisas!
Que grande conhecimento e poder de avaliação das qualidades humanas!

Na sua vasta obra literária, de aturada investigação histórica, acerca do Compromisso dos Pescadores, denuncia Albino Lapa, sem que aparentemente disso se aperceba, o seu pensamento sócio-político: de um lado o Indivíduo como pessoa singular, membro da Corporação do seu Ofício, a quem se deve o respeito e o reconhecimento impostos pela sua vida de trabalho, do outro a Família como pessoa colectiva, a quem tem de se assegurar o relativo conforto após o desaparecimento do chefe. Era a doutrina corporativa, «o puro espiritualismo a sobrepor-se ao frio materialismo como ele escreveria a propósito das «ideias novas e liberalizadas» que no século XIX «destronaram os Compromissos e as Irmandades dessas Corporações coladas ao espiritualismo» e se «tornaram impróprias e descabidas numa Era em que se apregoava melhor conforto e amparo no Lar».

E foi dentro deste contexto que se moveu a figura de Albino dos Santos Lapa, até que, em 22 de Julho de 1968, a Morte o veio surpreender na sua casa de Lisboa.

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

Callipole Nº 18 - 2010

O *CICLO DA VIDA E MILAGRES DE SÃO TIAGO MAIOR* PINTADO NA IGREJA MATRIZ DE RIO DE MOÍNHOS: UM RARO PROGRAMA DE ICONOGRAFIA JACOBEIA (1706)

Vitor Serrão
IHA-FLUL

homenagem a meu Pai Joaquim Veríssimo Serrão

1. UM SINGULAR CONJUNTO DE ICONOGRAFIA JACOBEIA.

Um dos mais ricos e diversificados programas iconográficos com a *Vida e Milagres do Apóstolo São Tiago Maior* que se pode localizar hoje no património artístico da Península Ibérica leva-nos até uma modesta igreja matriz de aldeia alentejana, no Sul de Portugal, onde se encontra pintado a fresco, em decoração integrada na sua cobertura, um extensíssimo historial jacobeu tratando cenas da vida apostólica do Apóstolo e várias cenas milagrosas a que está associado. A igreja alentejana em referência é a matriz São Tiago em Rio de Moínhos, aldeia do Concelho de Borba, e a pintura em causa data dos primeiros anos do século XVIII.

A presença de um ciclo historiado tão cheio de pormenores do lendário jacobeu — são nada menos que dezoito episódios de «milagres» e «intercessões», algumas delas com referências a acções miraculosas do santo em âmbito marítimo — é assaz inesperada no vasto conjunto da iconografia da arte sacra jacobeia peninsular[1]! No contexto de uma discreta igreja paroquial na ruralidade profunda do Alentejo, e na modéstia de recursos artísticos do pintor envolvido, a obra acusa um nível de elaboração extraordinário: tudo revela a presença de um programador culto, que tinha um certo domínio da *Legenda Áurea* e de outros hagiológios ligados ao Santo de Compostela, mas cuja ambição no alargamento das «histórias» que pretendeu ver representadas o levou a assumir um poder de imaginação e de liberdade possíveis a fim de alargar o repertório de cenas a pintar, recorrendo a outras fontes iconográficas exteriores à celebrada hagiografia de São Tiago Maior. Esse é, parece-nos o aspecto mais raro do ciclo de pinturas de Rio de Moínhos: o recurso a gravuras maneiristas da *Vida de Jesus Cristo*, como as dos irmãos Wierix, a

1 Agradece-se a Artur Goulart de Melo Borges, a José Artur Pestana, a Joaquim Inácio Caetano, a João Ruas, a Manuel Calado, a Patrícia Monteiro e a Maria Adelina Amorim as trocas de impressões e o apoio para a redacção deste artigo.Sobre a iconografia jacobeia, cfr. José Manuel García Iglésias ed alii, *Santiago o Maior e a Lenda Dourada*, ed. Xacobeo'99, Xunta de Galicia, 1999, designadamente o texto de Humberto Jacomert «Iconografía de Santiago», pp. 27-34, e José Manuel Díaz de Bustamante, «A Lenda Dourada de Jacopo de Varazze. Haxiografia e devoción: santos, reliquias e peregrinacións», pp. 113-128.

fim de poder reelaborar os vários eventos, milagres e sucessos de São Tiago Maior, o Apóstolo da Reconquista.

Esta igreja provinciana de remota origem, fundada no final do século XIII por um cavaleiro-lavrador de nome D. Gonçalo, que jaz no templo, está hoje integrada numa pequena freguesia rural do Concelho de Borba (Distrito de Évora) e nada mostra já na sua arquitectura que ateste vestígios dos ancianos tempos em que foi erguida, de tal forma foi alterada com as grandes campanhas de reforma e ampliação que sofreu em data incerta do século XVII[2]. Foi no princípio do século XVIII que a fábrica da igreja de Rio de Moínhos decidiu mandar pintar a fresco a cobertura: um padre pelos vistos muito devoto de São Tiago Maior, e influenciado pela narração dos sucessos da sua hagiografia, recorreu aos serviços de um pintor da região, provavelmente oriundo de Vila Viçosa ou de Borba, depois de colectar os fiéis para o custeamento da empresa. O resultado dessa campanha artística é deveras apreciável, não tanto pelos méritos do desenho das cenas historiadas, que seguem modelos muito arcaizantes e traem evidentes deficiências de desenho, mas sobretudo pelo efeito cenográfico geral, servido por um cromatismo vivo e por uma caracterização saborosa das poses, grupos de figuras e paisagens enquadrantes.

Não se tratando de um ciclo de pinturas com qualidade acima da mediania, como é óbvio atestar, o conjunto assume-se, mesmo assim, como uma prova da perenização do gosto pelas decorações a fresco nesta região onde esta técnica conheceu grande sucesso desde, pelo menos, a primeira metade do século XVI, sob estímulo da encomenda erudita da corte dos Duques de Bragança, dos Condes de Basto e de outras famílias gradas da fidalguia portuguesa[3]. Como escreveu com propriedade o saudoso historiador de arte Túlio Espanca, tão sensibilizado pelo carácter fruste desta decoração da igreja matriz de Rio de Moínhos, «a pintura, dominada pelo populismo e interpretações anacrónicas dos personagens, paisagens de agrestes e sombreados vales e, sobretudo, pelos temas marítimos, formulário comum aos artistas regionais do seu tempo, concede ao conjunto aquelas inconfundíveis características que tanto diferenciam as composições similares imediatamente subsequentes, teatralizadas, convencionais, correctas e frias que nos deixam insensíveis pelo academismo da sua arte...»[4].

2. A CAMPANHA DE PINTURAS DE 1706.

De facto, o ciclo de frescos desta igreja distribui-se pela totalidade do espaço da cobertura, com as várias «histórias» distribuídas em três fiadas, num total de dezoito «quadros», todos eles envolvidos por molduras fingidas de lóbulos, orna-

2 Sobre esta igreja, cfr. a descrição fundamental de Túlio Espanca, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora*, Academia Nacional de Belas-Artes, vol. IX, tomo I, Lisboa, 1978, pp. 152-156; e ainda as do Padre A J. Anselmo, *O Concelho de Borba*, Borba, 1907, p. 41, e de Fernando Castelo-Branco, «Pinturas murais da igreja de Santiago de Rio de Moinhos», sep. do *Boletim do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, 1970.

3 Sobre esta ambiência artística, cfr. Vítor Serrão, *O fresco maneirista no Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança (1540-1640)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2008.

4 Túlio Espanca, *op. cit.*, p. 154.

1 e 2 - São Tiago fundindo a nau dos sarracenos e salvando a dos cristãos, e São Tiago salvando um marinheiro de se afogar, frescos da igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

tos vegetalistas, vasos de flores, losangos simulando placas marmóreas, brutescos, enrolamentos de folhas de acanto, e outros ornamentos geometrizantes, a intervalarem as cenas historiadas e ordenando, assim, a narrativa imagética, segundo um sentido claro e moralizante. Os painéis afrescados mostram as suas cartelas molduradas com a narração dos «milagres» e «cenas» representadas, seguindo um trajecto de narração muito coerente e marcado pelo cromatismo vivo dos episódios historiados. A importância do ciclo -- nunca devidamente apreciado no contexto da iconografia jacobeia -- deve-se sobretudo ao detalhismo das cenas e à sequência dos «episódios» narrados, que vêm alargar o elenco temático tradicional.

A história da obra pode ser reconstituída em linhas essenciais. Trata-se de um ciclo de pintura mural cuja encomenda se deveu ao Padre Manuel Ramos, natural de Borba, que serviu de pároco nesta freguesia entre os anos de 1703 e 1718. Na cobertura, da banda da Epístola, admira-se uma cartela onde se lê o seguinte: ESTA IGREJA SE PINTOV / DE ESMOLAS DOS FREGVEZES / SENDO CVRA O Pe MeL RAMOS N.aL / DA VILLA DE BORBA. Junto ao painel historiado com o passo de Santiago combatendo os mouros em Clavijo, encontra-se a data da execução: *17(?)6,* data essa que deve ser interpretada como 1706[5]. A oficina artística não está documentada, por míngua de livros de despesa no arquivo paroquial ou pela remanescência do respectivo contrato notarial, mas as características de estilo, o gosto da decoração, as soluções cenográficas, os evidentes erros de desenho e de composição e outras características de um estilo que tem tanto de pessoalismos como de displicente e de arcaizante na escolha dos modelos seguidos, remetem para a actividade de algum pintor activo em Vila Viçosa e em Borba na viragem do século XVII para o XVIII. Conhecem-se alguns nomes de praticantes da arte na região, caso de um pin-

5 A data foi interpretada como 1716 (Túlio Espanca) e 1726 (Patrícia Monteiro), mas trata-se seguramente de 1706, conforme o permite ver a cartela, e se sabe pelo período de priorado do encomendante, Padre Manuel Ramos, que dirigiu a freguesia de 1703 a 1718.

3 - São Tiago destrói com um raio os hereges, fresco da Igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

4 - 2 HOMENS A Q. ESTAVAO DESPINDO HVNS LADROINS S.tiAGO OS FES FVGIR 6 LEGOAS COM SVA VISTA, fresco da igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

tor calipolense de nome Domingos Gonçalves que trabalhava a *fresco*[6], além de outros artífices da modalidade de têmpera e brutesco, como Francisco Nogueira e Manuel da Silva, que trabalham para a igreja da Misericórdia de Borba no final do século XVII, ou ainda o eborense António dos Santos, que decora em brutesco compacto, no ano já avançado de 1732, o tecto da igreja do Convento das Servas de Borba, etc[7] – tudo nomes 'menores' de artistas que ilustram esse clientelismo retardatário, beato e sem sentido de inovação que, a exemplo do que sucedia na maioria do país e nos espaços coloniais e imperiais, se mantinha, à margem de uma cultura barroca propriamente dita, fiel a esse gosto decorativo tão simples quanto eficaz nas suas fórmulas imagéticas[8].

O ciclo de frescos da igreja matriz de Rio de Moínhos — produção de uma oficina regional de gosto anacrónico, como se disse — é formal e ideologicamente coerente e transporta os espectadores através de uma viagem pelo «maravilhoso jacobeu», um temário cheio de reminiscências positivas e cheio de sentido numa região que fora especialmente assolada pelas Guerras da Restauração (1641-1668) e em que os referenciais da Reconquista, e também os avisos de vigilância no combate ao inimigo protestante, estavam na ordem do dia. Por isso, algumas das «cenas» remetem tanto contra os inimigos externos (turcos e mouros) como internos (os cristãos-novos e, em abstracto, os «hereges»). O ciclo respira uma ambiência contra-reformista, através de um ciclo imagético de propaganda

6 Algumas decorações a fresco e a têmpera, como a pintura do tecto do coro alto do Mosteiro das Chagas de Vila Viçosa, revelam afinidades de estilo com a decoração da igreja matriz de Rio de Moínhos. A obra do pintor *Domingos Gonçalves*, autor das telas de uma das capelas da igreja da Conceição de Vila Viçosa e dos frescos do Convento dos Paulistas da Serra d'Ossa, mostra na modéstia das suas bases um repertório estilístico próprio, incluindo tipos de anjinhos, modelos de brutesco e floreiros e soluções geometrizantes de molduras fingidas. A obra de decoração da igreja matriz de Rio de Moínhos poderá ser, presumivelmente, tributada a este artista por similitudes de estilo com as obras identificadas. É uma hipótese de trabalho a ser investigada em outro lugar.

7 Cfr. João Miguel Antunes Simões, *História da Santa Casa da Misericórdia de Borba*, Borba, 2006, pp. 151-153 e 155-157; e Patrícia Monteiro, *op. cit.* O referido Manuel da Silva pintou em 1674 para a igreja da Misericórdia de Borba um grande quadro, de modesta quyalidade, representando *Santiago Matamouros na Batalha de Clavijo.*

8 Túlio Espanca, «Achegas iconográficas para a história da pintura mural no Distrito de Évora», *Cadernos de História e Arte Eborense*, vol. XXVIII, Évora, 1973.

5 - São Tiago distribuindo esmolas e libertando cativos da torre-prisão, frescos da Igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

6 - São Tiago afugentando os heregese libertando cativos cristãos, frescos da Igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

com intuitos catequizadores em que o exemplo de São Tiago Maior servia, naturalmente, de testemunho convincente à luz das conjunturas da época.

Assim, partindo do arco cruzeiro, as cenas representadas mostram as seguintes histórias (quase todas com as legendas respectivas), em seis fiadas, cada uma com três painéis, assim distribuídas, da esquerda para a direita:

PRIMEIRA FIADA

1. S. iAGO LANÇOV FORA / A ESTES CATIVOS DE PRI / ZÃO EM QUE ESTAVAM. Vê-se o Apóstolo, de pé, com amplo fundo de paisagem, dando a mão a um cativo encerrado numa torre de fortaleza.

2. 2 HOMENS A Q. ESTAVAO / DESPINDO HVNS LADROINS / S.iAGO OS FES FVGIR 6 LEGO / AS COM SVA VISTA. Vê-se o santo, à direita, a acudir a um homem caído no solo e semi-despido, junto a outro companheiro, afugentando os dois ladrões que o haviam atacado e que se vislumbram, à esquerda, fugindo de cena.

3. S. iAGO RECUCITOV / ESTE MENINO POR PE / TIÇÃO DE SEVS PAES. O Apóstolo, à esquerda de pé, com o nimbo santificador sobre a cabeça, ressuscita uma criança ao colo dos seus pais, genuflexionados, com um fundo de paisagem apontado em manchas, no enquadramento das personagens.

SEGUNDA FIADA

4. S. iAGO DESTRIBV / INDO ESMOLAS POR / MUITOS POBRES. A representação, simplificada, mostra o Apóstolo filho de Zebedeu, ao centro, ladeado por dois mendigos, um deles jovem, o outro ancião, a quem distribui moedas.

5. S. iaAGO FVNDIO NO M / AR A NAO DOS SARRASCEN / OS E SALVOV A DOS CHRIS / STANS. Cena marítima curiosíssima, num ambiente dinâmico de tempestade, mostrando o combate entre duas naus, a que transporta São Tiago à esquerda, e a dos mouros, à direita, esta última derrotada na refrega e com diversas personagens a afogarem-se nas águas encrespadas.

6. XP.to ASENTADO Em HV TRONO / E S. AGO ADMIRADO D. ESTAR / NO MESMO LVGAR COm ELE. Curiosíssima representação, que mostra com grande singeleza, entre novelos de espessas nuvens, as figuras gémeas de Jesus Cristo e de São Tiago Maior, de barbas e longos cabelos, ambas figuradas como se se tratasse de personagens de uma Trindade Triândrica.

TERCEIRA FIADA

7. S. iAGO LIVRA DO CA / TIVEIRO A VINTE CRIS / TÃOS Q. ESTAVAO CATIVOS. São Tiago, de joelhos, com a sua auréola sobre a cabeça, retira os grilhões a dois cativos, dentro de uma prisão definida por uma simples arcaria, e onde se encontram, de pé, várias outras personagens de longas túnicas, uma delas com bastão de peregrino.

8. S. iAGO LIVROV A ESTE / MARINHEIRO DE SE AFO / GAR NO MAR. Episódio de um milagre marítimo de São Tiago, que numa nau em plena tempestade salva do afogamento um homem que puxa para dentro da embarcação.

9. S. iAGO COM ESTE CALIS DE BI / BIDAS E PAM. Q. VEIO DO CEO SVS / TENTOV ESTE MININO 36 DIAS. Enquadrado por um fundo de paisagem com vale e montanhas a perderem-se no horizonte, o Apóstolo mantém em levitação um menino durante trinta e seis dias, segurando nas mãos o cálice sagrado e o pão, símbolos eucaríisticos, e assim o salvando.

7 - Ressurreição de um menino e São Tiago junto a Cristo em glória, frescos da Igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

8 - S.tiAGO COM ESTE CALIS DE BIBIDAS E PAM. Q. VEIO DO CEO SVSTENTOV ESTE MININO 36 DIAS e S.tiAGO LÃÇOV OS DIABOS DA GARGANTA DESTE ENFERMO, frescos da igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

QUARTA FIADA

10. S. iAGO DESTRU/ INDO OS HEREGIS. Mostra-se São Tiago a cavalo, de espada em riste, com o escudo da Ordem dos espatários, a afugentar três inimigos da fé que se divisam à direita, num segundo plano. A cena segue o modelo tradicional do trecho da *Aparição de Santiago Matamouros em Clavijo*, e inspira-se nas gravuras correntes com essa temática.

11. S. iAGO COMO HVM / RAYO DESTRVIO A. Mtos / HEREGES. Vê-se o Apóstolo em pé, ao centro, e quatro mouros caídos no solo, um deles ainda erguendo o escudo, como que a proteger-se do castigo divino.

12. S. iAGO LÃÇOV OS DIA / BOS DA GARGANTA DESTE ENFERMO. Vê-se São Tiago de pé junto à cama de um doente, de

9 - Degolação de São Tiago, fresco da Igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

10 - São Tiago aos mouros, fresco da igreja matriz de Rio de Moínhos, Borba. 1706.

cuja boca sai um demónio voador, sendo interessante a decoração das cortinas, simulando um brocado, e da manta do leito, com ornatos de brutesco siugerindo a representação de uma colcha indo-portuguesa.

QUINTA FIADA

13. S. iAGO DEPOIS DE / ... SE VIO A CAVALO / DEFENDER A FE DE XJ.to. O Santo sai do túmulo, a cavalo, armado de escudo com o símbolo da Ordem de Santiago de Espada, chapéu, capa e espada em riste, para combater os inimigos da fé.

14. S. iAGO APARTADO / NVVENS E DESTRVIN / DO IDOLOS. Esta representação da iconografia de São Tiago é não só rara, ao mostrar o santo, de pé, com um Sol gravado no peito, a destruír duas imagens que tombam de duas estruturas arquitectónicas aos lados (representando um mouro e um demónio), mas também curiosíssima, por retomar partes de um gravado de Johannes Sadeler segundo Maerten de Vos para as figuras dos ídolos quebrados. Ao fundo, um trecho de paisagem com arvoredo e um conjunto de cidade acastelada numa elevação.

15. S.AGO DEV HV PAM A ES / TE HOMEM DE QVE CO / MEV 15 DIAS. São Tiago, à direita, entrega um pão a um mendigo, de joelhos à esquerda, junto a uma frondosa árvore, vendo-se ao longe um conjunto de cidade.

SEXTA FIADA

16. *Degolação de São Tiago* (sem a cartela legendada, devido à abertura de uma porta de acesso ao coro). Mostra-se o suplício de São Tiago, a ser degolado pelo carrasco, com o Imperador entronizado à esquerda, e um soldado romano, assistindo ao martírio do Apóstolo.

17. *São Tiago salvando um menino* (já sem a primitiva legenda, sacrificada com a abertura da referida serventia para o falso coro na parede da banda do Evangelho, à entrada da igreja). Mostra-se São Tiago, dentro da iconografia corrente do Arcanjo São Rafael e do Menino Tobias, a guiar uma criança no caminho da virtude, entre nuvens. Trata-se de uma retoma e de uma adaptação livre da iconografia tridentina do Anjo da Guarda protector das almas.

11 - Data de 1706 nos frescos da Igreja matriz de Rio de Moínhos, Borba. 1706.

18. *Morte de São Tiago.* O último painel afrescado, que representa o cadáver de São Tiago Maior num caixão de Iria Flávia, velado na Galiza pelos cristãos, já não ostenta a sua legenda, por desaparecimento da pintura original nessa zona, com a abertura de uma porta na banda da Epístola, ao nível do hodierno coro.

A decoração fresquista estende-se ao arco-mestre, e à capela-mor, com a mesma decoração floral e geometrizante, e a representação de anjinhos com emblemas imaculistas em cartelas molduradas, incluindo-se ainda uma representação da *Sagrada Família no Egipto (a Trindade na Terra)*, com uma cartela onde se lê LEVA N. S: E S. JOZE O MININO IHU PERA O HIGITO. Ainda se referenciam na igreja outros frescos, que representam as personagens ediculadas de *Santa Catarina de Alexandria, São Francisco recebendo os estigmas* e *São João Baptista,* mas estas figuras, de discreta qualidade artística, devem-se a outro artista e a uma distinta campanha decorativa do templo.

3. O PROGRAMA ICONOGRÁFICO E AS SUAS FONTES.

O interesse da obra em apreço reside, sobretudo, no facto de se tratar de um documento plástico excepcional para o estudo da iconografia jacobeia. Como se disse, se a bitola plástica da decoração fresquista se pautua por níveis de regionalidade e de anacronismo formal, já o discurso imagético oferece o encanto de um programa catequizador, estudado ao pormenor entre a disposição das «cenas» historiadas, com suas tabelas legendadas, e a envolvência cenográfica, recorrendo a arquitecturas fingidas, tabelas, festões e flores, num efeito que tem tanto de ingénuo como de surpreendente.

Os encomendantes e artistas envolvidos na empreitada de Rio de Moínhos tiveram acesso às descrições maravilhosas da *Legenda Áurea* de Jacopo da Varazze e a outros episódios difundidos pelo lendário jacobeu tradicional, acrescentando certamente outros sucessos de voz corrente, assim tornando a cobertura da igreja desta aldeia alentejana uma espécie de *livro aberto*, um ciclo historiado cheio de encantações destinado a servir gerações sucessivas de fiéis e visitantes. Para várias das «histórias» não existiam fontes gravadas disponíveis, o que obrigou o padre encomendador a recorrer a outras estampas alternativas, facto que torna o programa de Rio de Moínhos absolutamente singular. No início do reinado de D. João V, quando se pintou este ciclo de frescos, a vinda do Apóstolo São Tiago Maior à Península Ibérica era, desde há muito, uma verdade incontroversa, e os mercados religiosos, desde o século IX pelo menos, tomavam a narração dos feitos maravilhosos do Apóstolo como um dado adquirido, atribuindo-lhe um papel fundamental no processo da Reconquista cristã, como já o atestava no século XII o célebre texto compostelano *Liber Sancti Jacobi,* ou *Codex Calixtinus*, atribuído a o papa Calix-

to II, mas escrito em boa parte pelo picardo Aymeric Picaud, que constitui fonte principal da iconografia jacobeia, além do texto do *Speculum historiale* de Vicente de Beauvais e da prosa de Joán Beleth de Chartres, entre outras fontes escritas[9]. As representações da vida apostólica, martirológio e milagres de São Tiago Maior multiplicam-se naturalmente, em ciclos narrativos, em retábulos, em iluminuras, em gravuras, em têxteis, em peças de prataria, etc etc.

Desde o século XVI, com o Renascimento, que a influência das mais popularizadas edições do *Flos Sanctorum*10 veio enriquecer mais e mais o historial jacobeu e multiplicar as variações iconográficas que se ofereciam aos artistas. O caso tardio das pinturas murais da matriz de Rio de Moínhos assume-se nesse contexto como um interessantíssimo testemunho iconográfico com fundas raízes medievais e largos recursos trans-memoriais, colhidos de diversas matrizes informativas. Todavia, a falta de fontes gravadas directas levou encomendante e pintor a ter de seguir outras fontes: é curiosíssimo verificar-se que algumas das «cenas» de actos milagrosos de São Tiago se inspiram, algo anacronicamente, em estampas maneiristas flamengas dos irmãos Antonio e Jerónimo Wierix, de Karel van Mallery e de Adriaen Collaert saídas na famosa *Evangelicae Historiae Imagines*, obra do jesuíta Jerónimo Nadal saída em Antuérpia em 1593 e várias vezes reeditada reedições[11]. É deveras interessante ver-se como o pintor adequou cenas da *Vida, Milagres e Paixão de Cristo* aos vários passos do lendário jacobeu! Na cena *São Tiago a apartar as nuvens e a destruír os ídolos*, de forte radicalidade ortodoxa e iconoclástica, o pintor utilizou parte do gravado de Adriaen Collaert (segundo Maerten de Vos) com a *Fuga para o Egipto*. Na tão curiosa cena onde se vê *São Tiago a fundir no mar a nau dos sarracenos e a salvar a dos cristãos*, que não é propriamente comum na conografia javobeia, a inspiração vem tomada directamente de uma das gravuras daquela obra de Nadal, a *Tempestade no Lago Tiberíades com Jesus adormecido na barca*, por Antonio Wierix, readaptada a outro historial iconográfico num processo que revela talento e, sobretudo, poder de reutilização de fontes disponíveis. O mesmo sucede no *São Tiago salvando uma alma*, segundo o modelo tridentino do Anjo da Guarda, ou no *São Tiago*

12 - São Tiago dando pão a um homem, de que comeu quinze dias, fresco da igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

9 Cfr. Luís Maíz Eleizegui, *El Apostol Santiago y el Arte Jacobeo*, Madrid, 1953, p. 30; Padre Miguel de Oliveira, Lendas Apostólicas Peninsulares», *Lusitânia Sacra*, tomo IV, Lisboa, 1959, pp. 13-16; e Flávio Gonçalves, *O Mestre do Retábulo de Santiago*, Realizações Artis, Lisboa, 1963, pp. 7 e 13; e J. M. Díaz de Bustamante, *art. cit.*, pp. 113-126.

10 Mário Martins, «Santos extravagantes, num 'Flos Sanctorum' de 1513», revista *Brotéria*, vol. 71, 1960, pp. 585-594; e Flávio Gonçalves, *op. cit.*, p. 14.

11 Sobre estas gravuras dos irmãos Wierix, cfr., entre outra bibliografia útil, Benito Navarrete Prieto, *La pintura andaluza del siglo XVII y sus fuentes grabadas*, Madrid, Fundación de Apoyo a la Historia del Arte Hispânico, 1998.

13 - O corpo de São Tiago venerado pelos cristãos, fresco da igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

a dar um pão a um mendigo, ou ainda no *São Tiago distribuindo esmolas por muitos pobres*, por exemplo. Aliás, todo o tecto pintado de Rio de Moínhos atesta, nesse material de base imagético de que se serviu, uma interessante forma de reapropriação de fontes gravadas flamengas da época maneirista, todas elas assaz desusadas no ano tardio em que se pintou o ciclo jacobeu – mas é também esse facto que lhe confere especial sabor, como solução imagética plena de eficácia na estrita conjuntura de uma comunidade rural, em que a ardência do culto de São Tiago remetia para outros testemunhos de fé.

4. A FILIAÇÃO ARTÍSTICA E O SEU CONTEXTO REGIONAL.

É de supôr que a oficina de fresquistas envolvida nesta decoração fosse oriunda de Vila Viçosa, uma vila que no século XVI, e ainda na primeira metade do XVII, fora um importantíssimo centro artístico sob o beneplácito da Casa dos Duques de Bragança, a mais poderosa do Reino. Quando o gosto maneirista italianizante estava no auge, a produção fresquista atingiu no Palácio, nas igrejas, ermidas e casas nobres de Vila Viçosa uma bitola de alta qualidade.

Ainda remanescem muitos testemunhos a atestar esse notável incremento da arte do fresco nessa região, e são a *parte visível* que remanesce de um vastíssimo acervo produzido nos anos de ducado de D. Teodósio I, de D. João I, de D. Teodósio II e D. João II, os maiores mecenas desse verdadeiro *Parnaso calipolense das artes e das letras*, como já foi devidamente classificada a ambiência cultural dessa corte[12]. Todavia, com a Restauração portuguesa de 1640 e com a tomada do poder por D. João IV, inaugurando a Dinastia de Bragança e, também, um duro período de guerras de fronteira, a realidade artística na zona tende naturalmente a decaír face a uma clientela que se desloca para a corte e para uma mão-de-obra que perde o estímulo de um ambiente de excepção definitivamente passado... Mas a tradição artística dos bons modelos fresquistas da geração maneirista de Tomás Luís ou de André Peres vai ter alguma continuidade, ainda que depauperada e simplificada, num gosto artístico regional que se perpetuou até datas muito tardias na sua fórmula, concepção, estrutura compositiva, receitas utilizadas, temas iconográficos (e suas fontes) e estilo de factura (quase sempre à margem do figurino barroco...), mostrando a perenização estética de um gosto pela modalidade fresquista que – mesmo após a partida da corte ducal para Lisboa, em 1641 — prosseguiu nesta nova e prolongada fase de decadência que foi a vida de Vila Viçosa a nortear-se pela influência daqueles «anos dourados»... As pinturas da igreja matriz de Rio de Moínhos, executadas na data tar-

12 Vitor Serrão, *O fresco maneirista no Paço de Vila Viçosa, Parnaso dos Duques de Bragança (1540-1640)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2008.

díssima de 1706, atestam a força desses modelos que, em sequência modestíssima, prosseguiam na memória viva dos clientes de provincial.

São muitos os testemunhos de pintura mural, a fresco e a seco, que se encontram em Vila Viçosa e em toda a chamada *Região dos Mármores* na segunda metade do século XVII e nos anos do reinado de D. Pedro II e primícias do de D. João V. Quase sempre vezes esses testemunhos murais se integram ainda no gosto estético dos padrões e dos figurinos maneiristas – só em casos excepcionais o mercado local adere ao naturalismo proto-barroco, às novas linguagens proselitistas ou mesmo a ensaios de perspectiva ilusionística (caso dos frescos da Ermida de São Bento de Vila Viçosa, de 1711) –, sendo visível a fidelidade anacrónica (como sucede no exemplo da Capela de Santa Bárbara, em Borba[13], ou na de São Bento, do Alandroal) à velha tradição maneirista de Quinhentos[14]. É nesse mundo artístico *sui generis* que assume uma qualidade discreta, revelando e um significado francamente periférico que se integra o ciclo de frescos de São Tiago de Rio de Moínhos. Há exemplos tocantes de ingenuidade formal (como osNo caso dos murais do coro baixo do Mosteiro da Esperança de Vila Viçosa, com cenas do *Apocalipse*), outros rfevelando a predominância do gosto de decoração brutesca (caso dos brutescos da Capela da Venerável Ordem Terceira de Borba, pintados em 1674-1675 pelo artista local Manuel da Silva, ou a pintura da abóbada da igreja do Convento das Servas, também em Borba, de 1732, por António dos Santos, artista eborense formado na oficina de Francisco Nunes Varela). Pesem as soluções de continuidade, as receitas de abastardamento e a simplificação de módulos anteriores, têm interesse cenográfico outros conjuntos, como sejam os da sacristia do Convento dos Capuchos de Vila Viçosa (datados de 1691), os da sacristia do Santuário de Nossa Senhora da Conceição da mesma cidade (com inusuais paisagens e arquitecturas profanas, acima do espaldar do arcaz), os do coro alto do Mosteiro das Chagas (de fins do século XVII, obra do pintor Domingos Gonçalves) e do antigo Capítulo desse mosteiro (decoração de brutesco, com emblemas marianos e da *Paixão*), os da Ermida de São Domingos, da Ermida de Santa Bárbara de Borba, entre muitos outros casos[15].

14 - São Tiago apartando nuvens e destruindo ídolos, fresco da Igreja matriz de Rio de Moínhos. 1706.

13 Esta capelinha, situada junto ao muro ocidental do lado de entrada da Tapada, foi alvo de uma decoração integral pelo mesmo fresquista que pintou, em fins do século XVII, a capela do Recolhimento de Santa Marta em Évora. Todavia, essa campanha não é a primitiva, pois subsiste, na parede direita, à entrada, um fresco mais antigo, que representa *Santo Eustáquio* (*Milagre da Visão do Veado com o Crucifixo*) e deverá ser obra de encomenda teodosina.

14 Sobre este ambiente tardio do fresco alentejano, cfr. Patrícia Monteiro *A Pintura Mural na Região do Mármore (1640-1750). Estremoz, Borba, Vila Viçosa e Alandroal*, tese de Mestrado na Faculdade de Letras de Lisboa, 2007.

15 Cfr., a este respeito, referências em Túlio Espanca, «Achegas iconográficas para a história da pintura mural no Distrito de Évora», *Cadernos de História e Arte Eborense*, vol. XXVIII, Évora, 1973, e em Patrícia Monteiro, *tese cit.*, 2008.

Em parte destas pinturas fresquistas, como sucede nos tectos das Ermidas de São Bento e de São Domingos em Vila Viçosa, nota-se já uma organização compositiva atenta às dinâmicas da perspectiva aérea, segundo a influência da «quadratura» ilusionística barroca oriunda dos centros italianos, que fora introduzida em Portugal, no final do século XVII, por decisiva influência ítalo-francesa — o que mostra, pesem os limites artísticos destas obras já de si de bitola regional, que a grande tradição fresquista orinda dos modelos maneiristas nem sempre era o modelo seguido. Esse facto expõe melhor a situação anacrónica da decoração da igreja de Rio de Moínhos — facto que, convenhamos, mais atesta o interesse deste «estudo de caso», raríssimo no contexto da iconografia jacobeia.

5. ALGUMAS CONCLUSÕES.

O conjunto de frescos da época maneirista que subsiste na região de Borba e Vila Viçosa é ainda substancial em quantidade de espécimes, como se disse, ainda que, em termos de merecimento artístico, a sua qualidade seja discreta. O ciclo da *Vida e Milagres de São Tiago Apóstolo* da matriz de Rio de Moínhos não foge a essa regra, ainda que na força da cenografia e no poder de convencimento das «histórias» seriadas se mostre um eloquente testemunho dessa modalidade de arte sacra tridentina. e o acervo mais destacado e interessante deste vasto capítulo de arte calipolense.

Sabemos do peso da gravura ítalo-flamenga na fixação dos programas iconográficos seguidos em encomendas beatas como estas, durante os séculos da Contra-Reforma. A fiel derivação a livros de estampas e 'emblemas' moralizantes da velha cultura maneirista mostra-se bem documentada em casos como a decoração mural do coro alto do Convento das Servas, em Borba, onde um modesto pintor de finais do século XVII ou alvores do seguinte pintou um ciclo de frescos com passos alegóricos ao *Amor Divino* e ao *Amor Profano*, inspirados na célebre obra *Amoris Divini Emblemata*, saído em Antuérpia em 1615, com dedicatória à Infanta D. Isabel Clara Eugénia e ilustrada com gravuras de Otto Vaenius[16]. Tal como sucedia no século XVI, a gravura avulsa e a estampa de livros continuava a constituir neste contexto provinciano, em início do século XVIII, uma das mais sólidas fontes de informação e inspiração de clientes e artistas nas encomendas religiosas. Não espanta, assim, que em obra tão tardia como é o caso do tecto jacobeu da igreja matriz de São Tiago na aldeia de Rio de Moinhos (Borba), pintado em 1706, as cenas historiadas ainda sigam, com tão anacrónica fidelidade e tão forte poder de reelaboração de fontes, uma série de gravuras da era maneirista, que continuavam a servir os propósitos tridentinos e se adequavam tão bem ao gosto devocional, por certo atávico, das comunidades rurais.

16 Estudo iconográfico desenvolvido em Patrícia Monteiro, *op. cit.*, pp. 101-110. O artista que decorou a fresco o coro alto do Convento de clarissas das Servas em Borba -- mais uma casa religiosa patrocinada por D. Teodósio II, em 1598 – seguiu com limites inventivos mas com grande fidelidade ao modelo, as referidas gravuras de Otto Vaenius, assim alinhando com uma via devocional ligada ao simbolismo do coração que teve enorme sucesso na arte da Contra-Reforma católica (Santiago Sebastián López, *Emblemática e Historia del Arte*, ed. Cátedra, Madrid, 1995, p. 322).

PERDIDO NO TEMPO
O NINFEU DA CASA DOS SANCHES DE BAENA

Tiago Salgueiro

INTRODUÇÃO

A preocupação com o Património Cultural constitui hoje um tema de discussão muito abrangente, que tem assumido uma preponderância cada vez mais significativa na designada economia global. É possível rentabilizar o Património? Encontrar soluções de equilíbrio que permitam a conservação de espaços com valor patrimonial e a sua necessária fruição por parte de públicos cada vez mais exigentes e críticos parece ser o desígnio dos agentes com responsabilidade nesta matéria.

O debate dos temas ligados ao Património é cada vez mais mediático, absorvendo as atenções dos discursos de inúmeros quadrantes da nossa sociedade (educativo, comunicação social, político, etc.), assistindo-se, também por isso, a uma crescente consciencialização de que a todos incumbe a protecção e divulgação dos bens de valor patrimonial. Esta consciencialização deve ser particularmente estimulada em Vila Viçosa, pelo que se deve fomentar um interesse e uma preocupação cada vez maiores pelo desenvolvimento de acções conducentes à salvaguarda do património.

A herança cultural necessita ser encarada como um potencial pólo de desenvolvimento económico, de acordo com uma estratégia de preservação conjugada com a possibilidade de usufruto desse legado por parte dos diferentes segmentos da população.

Para que esta missão possa ser desenvolvida de acordo com boas práticas de gestão, torna-se necessário que os bens patrimoniais em avançado estado de degradação possam ser alvo de intervenções que permitam a sua reabilitação e que, a partir desse momento, sejam estabelecidas políticas objectivas por parte das diferentes tutelas para potenciar a sua rentabilização. Devem ser criadas metodologias de conservação dinâmica de património, preservando-o de forma a respeitar a sua evolução e interpretando-o com uma visão alargada e transversal.

É urgente que a sociedade civil encare o Património como um eixo vital para o desenvolvimento, através de acções de valorização e consciencialização e creio que é esse o caminho a seguir. É vital que sejam definidos planos concretos em termos de desenvolvimento sustentável local, de acordo com as referências identitárias para da região. A criação de plataformas de diálogo e de parcerias entre as diferentes tutelas e agentes culturais terá como consequência directa a implementação de medidas e soluções concretas para a preservação do património colectivo.

Desde as últimas décadas do século XX até ao presente, a par da extensão do conceito de património, estamos perante um notável incremento de projectos de reutilização, com a atribuição de novos usos, tendo por paradigma a sua utilidade social, com a emergência de uma nova economia e a conceptualização e experimentação de novos modelos de gestão.

Em consequência do alargamento da acção e da influência das diversas tipologias de património cultural, não só se conquistam novos públicos, como se desenham e rapidamente se vêem evoluir novos percursos de envolvimento das pessoas e das comunidade(s) dando lugar a crescentes exigências de ordem política e também de ordem técnica, no que concerne a sua protecção e a sua valorização.

De facto, só com reais preocupações de gestão, de manutenção e de entradas de receitas se poderá abandonar o estado permanente de intervenções de emergência, ou de intervenções para efeitos de inauguração e assim, programar o dia seguinte, o ano seguinte, o triénio seguinte da vida de determinado património. Pensando nas pessoas – todas e não apenas naquelas que trabalham directamente nesse mesmo legado – criando formas de usufruto diversificado e minimamente rentável (tendo em conta o estado embrionário em que ainda nos encontramos neste domínio no nosso país), sendo imaginativos e pedagógicos na forma de dar a conhecer o património, criando uma cultura de responsabilidade local em primeiro lugar e institucional de seguida, poderemos abrir com segurança as portas de mais património e ter a certeza que permanecerão abertas no dia seguinte.

O presente trabalho pretende promover uma reflexão sobre um importante bem patrimonial de Vila Viçosa que corre o sério risco de se perder definitivamente e que deve ser reabilitado, de modo a que seja permitida a sua fruição por parte da comunidade.

A Casa de Fresco do Solar dos Sanches de Baena assume-se como um testemunho de um dos mais importantes períodos históricos de Vila Viçosa e a sua salvaguarda permitirá uma leitura mais objectiva do impulso artístico verificado neste contexto no decurso do século XVI. Trata-se de um pequeno espaço, situado no centro histórico da localidade, com uma importante e invulgar decoração fresquista, datada da segunda metade do século XVI.

A pintura mural, representando cenas religiosas, políticas ou simplesmente decorativas, através de representações geométricas ou figurativas, constitui um meio de expressão artística com significativa presença em Vila Viçosa.

Creio que a pertinência deste artigo encontra a sua justificação na necessidade de olhar para este elemento patrimonial como um vértice do importante conjunto de pinturas murais existente no novo Parnaso mitológico, segundo a expressão de Morais Sardinha[1], e como um factor determinante para o entendimento da História de Arte em Vila Viçosa.

1 SARDINHA, Francisco de Morais, *Do famoso, & antiquissimo Parnaso, que avia no mundo, agora novamente achado, e descuberto em Villa Viçosa adonde está, de que he Apollo o... Príncipe Dom Theodosio segundo deste nome, Manuscrito, 1618.*

A IMPORTÂNCIA DA PINTURA A FRESCO EM VILA VIÇOSA

Ao longo do seu percurso secular pela História, Vila Viçosa foi marcada por diferentes e determinantes fases de crescimento urbanístico que estiveram na génese da formação e consolidação do seu tecido e da construção das diversas peças arquitectónicas de diferentes tipologias construtivas, que o constituem. Vila Viçosa tem subjacente uma visão estratégica e ideológica extremamente complexa. O seu programa de desenvolvimento urbano é estruturado numa malha de edifícios cirurgicamente implantados, centrados no Paço Ducal, criando um cenário de representação imponente.

A localidade marcou o desenvolvimento do moderno planeamento urbano português, na medida em que cada edifício do aglomerado foi objecto de atenção nas suas inter-relações com o contexto envolvente. Esta concepção fez de Vila Viçosa o primeiro exemplo de uma verdadeira Vila Ducal de acordo com o preconizado como modelo pela tratadística italiana.

A estrutura da sua malha urbana constitui um excelente exemplo de desenvolvimento de um aglomerado segundo a tipologia preconizada pelos princípios humanistas do Renascimento, adaptada às condições físicas deste contexto.

Embora maioritariamente de imponência relativa, a sua arquitectura monumental, ainda subsistente na actualidade, forma um conjunto coerente e harmonioso, graças à utilização de uma estratégia de construção delineada e estruturada previamente.

O paço e a vila foram desenvolvidos para dotar a Casa de Bragança de um espaço que fosse consentâneo com o prestígio social e o protagonismo da família, tornando-se um exemplo do humanismo renascentista português quer como centro de actividades politicas e diplomáticas, quer pelo seu enquadramento arquitectónico, construtivo, religioso, literário e artístico.

Notáveis exemplares de arquitectura vernácula, militar, senhorial e religiosa constituem testemunhos inequívocos da riqueza histórica e patrimonial que tornam Vila Viçosa um caso ímpar, também a nível da designada pintura a fresco.

A localidade transformou-se num importante centro de cultura, recebendo a Corte Literária dos Duques de Bragança várias personalidades de vulto que ficaram deslumbradas com o luxo e opulência do Palácio Ducal, confirmando-o como único em toda a Península Ibérica. O património construído que se forma em Vila Viçosa data, na sua maioria, da que é considerada a fase de crescimento em "ensanche" mais decisiva e fulgurante desta Vila, a qual teve início com o arrancar do séc. XVI, ou seja, a fase de expansão correspondente ao período do Renascimento que se sustenta numa lúcida atitude de planeamento levada a efeito pelos promotores de então.

O dinamismo de construção que então ocorreu, dotou Vila Viçosa de grande parte do seu património construído, com a clara influência dos modelos estéticos e arquitectónicos renascentistas e sob a influência mecenática da família Bragança. De facto, Vila Viçosa revelou desde cedo um crescimento no qual se notam fortes preocupações urbanísticas, cujas directrizes se inserem numa verdadeira lógica de cidade, cuja génese se vislumbra na idealização conceptualizada pelo pensamento

humanista do início do período renascentista. Podemos afirmar que a expansão ordenada da vila evidencia uma assinalável capacidade de reconciliar os projectos idealizados e o desenho com as características topográficas do local ou com as pré-existências construídas.

Trata-se de uma resposta específica do urbanismo quinhentista de Vila Viçosa, que revela o exemplo singular desta prática no panorama do urbanismo português do século XVI, onde os espaços civis e religiosos assumem uma importância determinante como eixos de definição do traçado urbano. Aliado a este crescimento urbano muito significativo, assiste-se igualmente a uma crescente preocupação com a decoração erudita destes espaços, a nível da azulejaria e pintura mural.

Quer em azulejo, quer em stucco e em fresco, Vila Viçosa guarda um acervo importantíssimo de temas mitológicos dos séculos XVI e XVII. Estamos perante o resultado directo de um mundo humanista que nesse período histórico era eloquente e requintado de exigências culturais e onde, por isso, a pintura a fresco podia assumir preponderância em termos de componentes pedagógicas de raiz clássica – tanto mitológica como histórico-simbólica, à luz de documentos reunidos na biblioteca e fruto dos contactos que a corte ducal estabeleceu com o exterior. É neste contexto que a Pintura Maneirista em Vila Viçosa foi inserida e é nesta perspectiva que deve ser analisada[2].

Embora de qualidade plástica desigual, encontramos neste conjunto, ao nível da temática e dos programas decorativos da pintura, formas que nos demonstram a importância da obra mecenática da Casa de Bragança na vila e como, em plena Contra-Reforma, os artistas que para ela trabalhavam estavam alinhados com o Maneirismo italiano.

Em concreto, constata-se a existência de um ciclo erudito onde se salientam programas históricos-mitológicos e alegorias vetero-testamentárias, a par de ciclos narrativos cristãos, conjugados com o objectivo comum de enaltecer a antiguidade de uma das famílias mais nobres do Reino e de a legitimar em nome da fama, do heroísmo e das virtudes de alguns dos seus membros mais célebres. A temática dos frescos maneiristas de Vila Viçosa é diversificada e reflecte o ambiente erudito vivido nos séculos XVI e XVII.

Encontramos nas decorações uma união entre a mitologia e a retórica cristã, solução que não é meramente cenográfica, está antes associada a programas políticos, literários e históricos onde os motivos profanos, as representações mitológicas e os grotescos se misturam.

O apogeu criativo da pintura mural neste contexto centra-se, sobretudo, no final da centúria quinhentista e primeira metade do século seguinte com permanências formais e temáticas não verificáveis no restante núcleo nacional. É neste contexto histórico-ideológico e artístico que se realizam intervenções fresquistas em Vila Viçosa da autoria de Francisco de Campos, Giraldo Fernandes do Prado, André Peres e Tomás Luís, as quatro mais destacadas personalidades que se destacaram nesta arte.

2 SERRÃO, Vítor - *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa (1540-1640)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2008.

Existe actualmente em Vila Viçosa um acervo de cerca de 30 obras pictóricas a fresco e a têmpera da época histórica em que o gosto maneirista italiano estava no seu expoente máximo, o que corresponde a toda a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII.

É nesta corte de aldeia transformada em centro humanístico, consciente da sua dimensão autonomista, atestada na simbologia dos programas artísticos, que gravitam os artistas referenciados, que se instalam sob protecção dos duques e passam temporadas em Vila Viçosa. A presença desses e outros intervenientes justificava-se devido ao caudal de trabalho pedido pelas circunstâncias políticas, com visitas de embaixadas a Vila Viçosa, desde a do Cardeal Alexandrino, enviado do Papa Pio V em 1571, à dos jesuítas do Japão em 1584, do vice-rei Cardeal Alberto de Áustria nesse mesmo ano, do próprio Filipe II (I de Portugal), do duque Rainúcio de Parma em 1601, e várias outras presenças de viajantes ilustres que visitam a localidade, que nos permitem imaginar o desenvolvimento que se fomentava à sombra desta corte.

Essas pinturas murais são a parte visível que permanece de um vasto conjunto concebido nos ducados de D. Teodósio I, D. João I, D. Teodósio II e D. João II, os maiores mecenas desta actividade artística.

Analisados no seu conjunto, os frescos do Paço Ducal, das ermidas, Igrejas e ainda os dos solares de Vila Viçosa, constituem uma referência da cultura artística do Maneirismo em Portugal, num ambiente favorável, em termos de opções estéticas e de circulação de modelos, para que esta modalidade pictórica se expandisse em qualidade e em quantidade, servindo como nenhuma outra, os interesses culturais da Casa de Bragança e os seus propósitos de afirmação politica.[3] Este conjunto testemunha o brilho desta produção aristocrática que começa a ser paulatinamente desvendado, mostrando os contornos de uma notável corte implantada no coração do Alentejo, actualizada nos programas artísticos que fomenta.

O SOLAR DOS SANCHES DE BAENA

O tema central desta investigação centra-se na Casa de Fresco existente no antigo Solar dos Sanches de Baena. Neste espaço, contíguo ao Convento das Chagas e muito próximo do Paço Ducal, apenas resta, do edifício original, uma chaminé e uma galeria de cinco arcadas e colunelos toscanos que desponta ao longo da actual Rua Doutor Couto Jardim, que faz a ligação ao Terreiro do Paço.

É provável que o seu primeiro proprietário fosse D. Gil Alvares Sanchez, fidalgo espanhol natural de Albuquerque, que se fixou em Vila Viçosa nos alvores do século XVI, ao serviço do Duque D. Jaime e ao qual acompanhou no extenso séquito militar na conquista de Azamor, no Norte de África. Casado com D. Guiomar de Landim, moça de Câmara da Duquesa de Bragança, este casal deu origem a uma ilustre família alentejana, representada, no século XVII pelo célebre Dr. João Sanches de Baena,

3 SERRÃO, Vítor - **O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa (1540-1640)**, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2008.

desembargador do Tribunal da Relação do Porto e do Paço Real, que tomou parte activa no movimento da Restauração de 1640. Desconhece-se a data da alienação do solar por esta família, mas admite-se que os seus representantes o vendessem ou arrendassem a partir do assento da corte de D. João IV em Lisboa.

Em 1660, morava neste espaço Manuel Pegas de Vasconcelos, fidalgo da Casa Real. Ainda era vivo em 1704. Anos depois foi adquirida pelo capitão de ordenanças da Vila, Nicolau de Almeida Valejo de Mariz, cavaleiro do hábito de Cristo, que faleceu em 1753. A casa continuou na posse da família – ocupada, respectivamente, pelo seu filho e neto – o coronel Francisco Cândido de Almeida Valejo de Mariz que, no ano de 1808, casado com D. Epifania Bernarda Teresa Rangel, esteve provido na vila, pelo Município, na junta destinada a suster a rebelião popular contra os franceses. O seu filho, Simão de Almeida Valejo de Mariz, capitão de cavalaria do Regimento de Beja em 1807, também habitou neste local.

Mais tarde, o primitivo edifício tornou-se propriedade do Padre Joaquim Cordeiro Galão, professor do Colégio dos Reis e organista da Capela Real em tempos de D. João VI, monarca que o chamou a Lisboa como mestre de Música e piano das princesas suas filhas.

O imóvel conserva a forma arquitectónica imposta por este proprietário, que não a chegou a habitar, tendo falecido em Lisboa a 29 de Fevereiro de 1838. Os seus herdeiros venderam o edifício no ano de 1857, por 200 000 reis ao lavrador José Cordeiro Vinagre[4]. O edifício é actualmente propriedade da Santa Casa da Misericórdia, onde funciona o Lar de Idosos da Instituição.

A CASA DE FRESCO/ O NINFEU

É na antiga horta que encontramos uma estrutura arquitectónica perdida no tempo, que nos serve de testemunho do esplendor artístico que se vivia em Vila Viçosa nos finais do século XVI e início do século XVII.

A Casa de Fresco é um espaço restritíssimo de forma quadrangular, medindo (3.15X2.90 m) e encontra-se há muito em deplorável estado de conservação, por efeito da humidade que procede da mina de água adjacente e devido a intromissões e abandonos de diversa índole. Mesmo assim, constitui-se como um dos mais inesperados testemunhos do Maneirismo calipolense na sua versão mais erudita.

O ninfeu localizado no jardim contém uma rica decoração maneirista de estuque, fresco e embrechado com grande interesse artístico, posto em estado de abandono, onde se assinala o recurso à alegoria mitológica. o qual mostra vestígios de uma decoração integral do primeiro terço do século XVII, da responsabilidade de artistas teodosinos não identificados (nomeadamente o pintor, o estucador e o embrechador), onde o grotesco pintado se associa aos stucchi e à obra de massa, aos esgrafitos e a um fantasioso embrechado envolvendo o escudo armoriado da família Sanches de Baena.

4 ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal. IX. Distrito de Évora*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.

Fotografia 1 - Pormenor com o escudo armoriado dos Sanches de Baena.

Este espaço integra uma decoração muito erudita, de ousada concepção aristocrática, e, como refere Vítor Serrão: "(...) *é um dos mais inesperados testemunhos do gosto artístico da corte teodosina, marcada pela exploração da temática neoplatónica e pela expressão culta do Maneirismo italianizante de raiz profana*[5](...).

Edificada no nível superior do poço, a casa de fresco é um espaço com varandim sobre a cisterna, sendo a cobertura constituída por abóbada de aresta nervurada. Na sua decoração interligam-se, com grande dinamismo e cuidadosa planificação, estuques relevados, pintura a fresco, embrechados de conchas, pedras e cerâmica, numa linguagem de sabor italiano integrando elementos de grotesco. Os quatro cantos do compartimento são

Fotografia 2 - Pormenor da pintura a fresco e do embrechado na abóbada.

5 SERRÃO, Vítor — "Giraldo de Prado, cavaleiro-pintor de D. Teodósio II, duque de Bragança. Obras em Almada e Vila Viçosa". *Callipole*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa 2004, n.º 12, pp. 247-271.

Figura 3 - Perspectiva da pintura a fresco na abóbada.

Figura 4 - Pormenor da pintura a fresco na abóbada.

marcados por três cariátides e um atlante de tamanho real, que servem de mísulas às nervuras da abóbada, sendo as paredes rebocadas até ao arranque da mesma. Nos alçados, sobre o varadim de acesso ao poço, encontramos o brasão dos Sanches Baena em estuque, sobrepujado por folhas de acanto e envolvido por composição em cerâmica e conchas.

No alçado em frente à porta de entrada observa-se uma tabela elipsóide envolvida em enrolamentos, com uma representação da história de Diana e Acteon (baseada numa das gravuras de Virgil Solis para as *Metamorfoses* de Ovídio). O alçado sobre a porta foi intervencionado com cimento e o alçado à sua direita apresenta uma cartela de enrolamento com tabelas ovais centrando cenas mitológicas no seu interior.

O programa é eficiente pela multiplicidade de recursos e as variações de motivos representados, geométricos ou figurativos, que informam o tipo de ornamentos de fresco, de estuque e de embrechado. Os panos da abóbada são decorados por pintura mural de cromatismo intenso, enrolamentos acânticos, mascarões, cartelas de enrolamentos, figuras de serafins tocando trompetas. As nervuras da abóbada são decoradas por elementos em estuque relevado, sendo os ângulos de cruzamento dos artesões decorados com máscaras humanas envolvidas em ornatos de conchas e pedras. Trata-se de um espaço referido por Túlio Espanca como (...) *a mais caprichosa e certamente arcaica composição deste género da vila* (...)[6].

6 ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal. IX. Distrito de Évora*, Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.

Figura 5 - Pormenor do embrechado da abóbada, com fragmentos de faiança chinesa.

Coube ao grande historiador de arte dar a conhecer a existência deste minúsculo espaço, ultima reminiscência patrimonial que resta deste antigo solar Nobre.

CONCLUSÃO

A investigação histórica recente comprova a evidência de que estamos perante um importante legado patrimonial, de excepcional qualidade, que se encontra em avançado estado de degradação.

De facto, a Casa de Fresco do Solar dos Sanches de Baena constitui um dos mais inesperados testemunhos do Maneirismo calipolense na sua versão mais sofisticada – o gosto artístico da corte ducal – adequado a uma ambiência profana, marcada pela exploração da temática neo-platónica e pela expressão mitológica do Maneirismo italianizante de raiz erudita, miscigenada com temáticas cristãs e com referência orientalizantes, caso da representação de uma peça de faiança da China na decoração a fresco e de fragmentos de faiança chinesa na estrutura do embrechado[7].

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, entidade tutelar do edifício tem vindo a desenvolver estratégias no sentido de proceder à recuperação e conservação deste espaço, medidas que aliás tem vindo a ser anunciadas pela actual Mesa Administrativa, enquanto prioridades em termos de intervenção de âmbito cultural.

Neste sentido, tem sido mantidos contactos com a Fundação da Casa de Bragança, desde 2009, através do Museu-Biblioteca da referida Instituição, no sentido de promover acções concretas que possibilitem a reabilitação deste bem patrimonial, através da possível definição de um circuito turístico relacionado com a Pintura

7 SERRÃO, Vítor - *O Fresco Maneirista do Paço de Vila Viçosa (1540-1640)*, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, 2008.

Figura 6 - Pormenor do embrechado do friso da cimalha.

Figura 7 - Perspectiva com escudo armoriado dos Sanches de Baena.

a Fresco em Vila Viçosa. Esta possibilidade encontra-se ainda em fase de avaliação, tendo em conta as especificidades do património em questão, com a supervisão da Direcção Regional de Cultura do Alentejo e do IGESPAR. É convicção das instituições envolvidas que a hipótese de intervenção e reabilitação a aplicar só se justifica no âmbito de uma planificação que origine uma funcionalidade específica a este conjunto e possibilite a sua fruição e possa constituir uma potencial fonte de receitas.

Esta poderá ser a solução concreta para a requalificação do monumento e da sua envolvente, através do estabelecimento de uma rede de parcerias que inclua a Câmara Municipal de Vila Viçosa, a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e outros organismos locais e regionais, que possa promover uma candidatura objectiva ao Quadro de Referência Estratégico Nacional - Programa Operacional do Alentejo 2007-2013.

A Casa de Fresco tem vindo a merecer a atenção de especialistas através de diversas pesquisas e análises de diferentes perspectivas em que são salientadas as características quase exclusivas deste bem cultural, quer em relação ao conteúdo programático das pinturas, quer a nível dos materiais utilizados.[8] Estes estudos tem vindo a alertar a comunidade científica e as entidades responsáveis acerca da necessidade de intervenção e a análise da documentação produzida confirma este facto.

Já em 1999, no âmbito do levantamento realizado pelo Gabinete Técnico Local da Câmara Municipal de Vila Viçosa, a equipa pluridisciplinar coordenada pelo Arq. José Carlos Cuba Ramalho, no âmbito de um documento designado "Arquitectura da Água", recolhe as primeiras informações num relatório técnico que identifica as principais patologias deste imóvel e da envolvente, onde já é evidenciado o avançado estado de degradação em que se encontra a Casa de Fresco. Esta avaliação incluiu descrição do imóvel e do conjunto, por categoria e tipologia, tendo sido aplicado método de valoração do potencial patrimonial e elaborado, neste caso, uma proposta detalhada de medidas de salvaguarda. Foram ainda considerados os seguintes descritores: referência de sítio; designação; localização administrativa; localização geográfica; cronologia; medidas de protecção; estado de conservação; descrição sumária; síntese de intervenções; tipo de uso; bibliografia principal e outras referências de inventários anteriores ou da responsabilidade das instituições com a sua tutela.

Esta recolha documental foi essencial para as restantes investigações mais recentemente desenvolvidas.

No ano de 2003, mais propriamente em Abril e no âmbito do processo inicial de candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO, o Dr. Nuno Milheiro, Técnico Superior da Câmara Municipal de Vila Viçosa e coordenador desta iniciativa, propõe a classificação deste bem como imóvel de interesse público, através de uma ficha de caracterização onde se encontravam registados os dados históricos e os principais problemas estruturais do edifício, nomeadamente no que concerne a humidade e temperatura, factores que afectavam e afectam os elementos decorativos.

Esta medida foi inserida num processo mais vasto de caracterização de todos os bens patrimoniais de Vila Viçosa e definição das principais medidas a aplicar. Mais recentemente, já em 2009, no âmbito do estudo efectuado pelo Centro HÉRCULES da Universidade de Évora, em conjugação com outros organismos (Departamentos de Química e Biologia, Direcção Regional de Cultura do Alentejo, Centro de Geofísica de Évora e Laboratório Nacional de Engenharia Civil), foram identificados os principais problemas que afectam de forma estrutural a Casa de Fresco e que destacam a importância artística deste legado.

8 Devemos destacar as investigações da Arquitecta Hélia Silva (IRHU), e o levantamento efectuado no *"Diagnóstico da biodeterioração por fungos e bactérias nas pinturas murais da Casa de Fresco de Sanches Baena"*, desenvolvido em 2009, pelo Centro HÉRCULES da Universidade de Évora, Departamentos de Química e Biologia da referida Academia, Direcção Regional de Cultura do Alentejo, Centro de Geofísica de Évora e Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Infelizmente, devido ao abandono parcial e à falta de conservação, as pinturas estão num estado avançado de degradação, sendo visível o destacamento de camadas pictóricas e argamassas, eflorescências salinas e uma abundante colonização microbiológica. Este estudo permitiu identificar as diferentes populações microbianas presentes e avaliar a sua importância na deterioração destas pinturas. O estudo microbiológico foi efectuado em amostras recolhidas de zonas visivelmente contaminadas, utilizando zaragatoas e bisturis estéreis, por cultura em meios selectivos e observação por microscopia óptica e electrónica. Este estudo permitiu isolar 32 estirpes bacterianas e 34 fúngicas nos quatro painéis de frescos.

Revelou este estudo que o estado de degradação do Ninfeu é muito significativo e engloba diferentes patologias.

Pela avaliação da documentação produzida neste âmbito, torna-se evidente que este bem constitui uma referência cultural em Vila Viçosa, pela sua história e pelo seu carácter de excepção e a própria comunidade científica se tem debruçado sobre o seu valor intrínseco. Os estudos realizados por diversos intervenientes demonstram a preocupação relativa à requalificação deste bem e a necessidade de actuação urgente.

Este artigo pretende contribuir para que essa iniciativa possa ter lugar com a maior brevidade possível. Inserindo este processo numa designada política de patrimonialização – isto é, o *reconhecimento e a apropriação de testemunhos/bens culturais por uma comunidade* – julgo ser da maior pertinência analisar e avaliar as formas de legitimação deste património em concreto, os seus principais protagonistas e os métodos de actuação.

Parece-me incontornável que só uma estreita e assumida relação da comunidade com os testemunhos herdados do passado, expressando, no presente, valores e saberes representativos, resultantes da interacção das pessoas com os territórios, poderá surgir e afirmar-se verdadeiramente a necessidade de empregar meios específicos para os gerir.

Como conjunto das obras nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica, o património deve ser perspectivado tanto na sua dimensão universal, como na dimensão local, atendendo a características de diversidade e de pluralidade, ora enquanto marcas de identidade dum território, ora enquanto forma de o distinguir e de conferir um certo potencial de coesão e de inclusão entre os seus habitantes ou população.

Para tal, é fundamental a escolha dos processos de valorização do património cultural a serem aplicados pelas entidades, públicas e privadas, que detêm a propriedade e/ou a tutela de destes bens.

BIBLIOGRAFIA

CADORNEGA, António de Oliveira; TEIXEIRA, Heitor Gomes (introd. e notas) — *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1983 (*Biblioteca de Autores Portugueses*).

CAETANO, Joaquim Oliveira e CARVALHO, José Alberto Seabra — *Frescos Quinhentistas do Paço de S. Miguel*. Évora: Instituto de Cultura Vasco Vill'alva, 1998.

ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha — *Compêndio de Notícias de Villa Viçosa*. Redondo: Typ. F. Carvalho, 1892.

ESPANCA, Pe. Joaquim José da Rocha — *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1983 (*Cadernos Culturais*; nºs. 5, 6 e 7).

ESPANCA, Túlio — *Inventário Artístico de Portugal. IX. Distrito de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1978.

ESPANCA, Túlio — *Mosteiros de Vila Viçosa*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1970. Separata de: *A Cidade de Évora*, n.ºs 53-54.

MOREIRA, Rafael — "Uma "Cidade Ideal" em Mármore". *Monumentos. Dossiê: Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1997, n.º 6, pp. 48-53.

SERRÃO, Vítor — "A pintura fresquista à sombra do mecenato do ducado de Vila Viçosa (1580-1630)". *Monumentos. Dossiê: Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: DGEMN, 1997, n.º 6, pp. 14-21.

SERRÃO, Vítor — "Giraldo de Prado, cavaleiro-pintor de D. Teodósio II, duque de Bragança. Obras em Almada e Vila Viçosa". *Callipole*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa 2004, n.º 12, pp. 247-271.

SOUSA, António Caetano de —*Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Editora Atlântida, 1946-1955.

SOUSA, António Caetano de — *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Editora Atlântida, 1946-1954.

TEIXEIRA, José — *O Paço Ducal de Vila Viçosa, Sua Arquitectura e Suas Colecções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.

TEIXEIRA, José de Monterroso — "O Paço, passo a passo a estratégia arquitectónica Ducal (séculos XVII-XVIII)". *Monumentos. Dossiê: Paço Ducal de Vila Viçosa*. Lisboa: DGEMN, 1997, n.º 6, pp. 8-13.

TEIXEIRA, Manuel C. — "Vila Viçosa, cidade erudita". *Callipole*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004, n.º 12.

FORTIFICACIONES ABALUARTADAS DE LA RAYA HISPANO-PORTUGUESA

MOISÉS CAYETANO ROSADO
Doctor en Geografía e Historia
Profesor del IES "Bárbara de Braganza" – Badajoz

RESUMEN

La red de fortificaciones abaluartadas que se conserva en toda la raya hispano-portuguesa, constituye un patrimonio histórico singular, testimonio excepcional de un periodo significativo de la historia humana que va desde mediados del siglo XVII hasta principios el XIX, fundamentalmente, y es digno de obtener la calificación de "Sitio Cultural Patrimonio de la Humanidad". Tomar conciencia de ello y sistematizar las actuaciones conducentes a lograrlo y mantenerlo es una actuación en marcha en la que todos nos debemos implicar.

ABSTRACT

The bastioned network of fortifications that remains all along the Spanish-Portuguese borde, is a unique historical heritage, an outstanding testimony of a significant period of human history, from the mid seventeenth century until the early nineteenth century, fundamentally, and it deserves getting the quantification of "Cultural Heritage Site of Humanity". Being aware of this and systemizing the actions leading to achieve and maintain it, it is something all of us should be concerned about and involved in.

Palabras clave: Fortificaciones abaluartadas, Raya hispano-portuguesa, Patrimonio de la Humanidad, Sitio Cultural.

Key words: *Bastioned Fortifications, Spanish-Portuguese border, World Heritage Site, Cultural Site.*

Es comúnmente aceptado el valor histórico y artístico que contiene nuestro patrimonio monumental de recintos fortificados medievales. El extenso patrimonio de estos castillos en la Península Ibérica es fruto de una inseguridad territorial – conquista y reconquista –, que marcó a la Edad Media. Se hicieron especialmente necesarios en los territorios de "fricción" entre los reinos cristianos de León y Castilla y el de Portugal, unos contra otros, y ellos ante los musulmanes; de ahí su extraordinaria proliferación. Órdenes Militares y grandes señores que encabezaron la Reconquista e iniciaron la repoblación, necesitaban unos recintos de salvaguarda

para su seguridad personal y la de los suyos, como también lo harían las taifas musulmanas y después los almohades y almorávides, que continuaron la labor de resistencia. O sea, estamos ante construcciones que, iniciadas con el mismo comienzo del medioevo, se irán intensificando, reforzando, perfeccionando y adaptando a las nuevas técnicas constructivas y defensivas de toda la época medieval, a medida que la neurobalística depura su precisión de ataque.

RECINTOS ABALUARTADOS

Pero las luchas entre España y Portugal en la Edad Moderna harán que los recintos fortificados más cercanos a la "raya" se refuercen con nuevas técnicas, adecuadas a las innovadoras armas de combate de largo alcance -en especial las artilleras-, pues la introducción y perfeccionamiento continuo de la pirobalística harán necesarias nuevas formas constructivas. Así, los castillos medievales, con sus altas cortinas de protección, tan aptas contra el abordaje humano y el lanzamiento de material ofensivo de gran peso pero de corto alcance, estarán a merced de las nuevas armas: artillería pesada que lanza proyectiles impulsados por la acción de la pólvora, de extraordinario poder destructivo: los grandes paredones verticales expeditos son un blanco perfecto y fácil para ellas.

Así, se amplían perímetros y se dotan de fuertes externos, revellines, baluartes, lunetas, glacis... La ampliación, para acoger el armamento de mayor calibre y proteger las expansiones urbanas que con el tiempo se han realizado; los fuertes externos, para defender elevaciones naturales del terreo cercanas impidiendo que, ocupadas por el enemigo, sirvan de plataforma de lanzamiento de sus ofensivas; revellines, para que, con estas construcciones externas a las cortinas de murallas, se impida el impacto directo a las mismas, con el obstáculo que su presencia crea; baluartes, porque con estos salientes pentagonales flaqueando cortinas se practica un fuego cruzado que impide la acción enemiga por todos los ángulos; las lunetas, como fortines adelantados con similar objetivo que el de los fuertes; los glacis, aterraplanando el espacio exterior a las fortificaciones en plano inclinado, con lo que se dificulta el acceso y se impide la visión panorámica de la fortificación, que además se construye con murallas más bajas e inclinadas hacia adentro y salvaguardadas por amplios fosos, para evitar y amortiguar los impactos artilleros.

Estamos, por tanto, ante el modelo de fortificaciones abaluartadas: construcciones de poca altura, pero con gruesos muros en talud de doble pared de piedra y relleno de tierra, que absorbe los impactos; van reforzados por los aludidos baluartes poligonales en los ángulos, con diversas aperturas según los usos: saeteras, troneras, cañoneras...

En las líneas de frontera de los ríos Miño Lima y Támega especialmente al norte, Salamanca-Guarda más abajo y Madrid-Lisboa (y sus alrededores) en el centro -lugar fundamental de intercambio y hostilidades-, se hacen imprescindibles: Guerra de Restauración portuguesa para liberarse del dominio de los Austrias españoles (1640-1668), de Sucesión a la Corona de España tras la muerte sin descendencia de Carlos II (1701-1714) y de invasiones napoleónicas en su afán imperialista (1808-

-1814) servirán para continuas incorporaciones, perfeccionamientos, reforzamientos, innovaciones y ampliaciones.

Valença do Minho. La mejor ciudad fortificada del norte.

Hoy, ese excelente patrimonio arquitectónico militar en la "raya" conserva sus muestras más singulares -correspondiéndose en buena parte como "botón y ojal"- en: Bayona en Galicia frente a Caminha, Valença do Minho y Monção en la región portuguesa do Minho (teniendo en Valença la maquinaria defensiva abaluartada más perfecta y completa del norte, en excelente estado de conservación, magníficamente rehabilitada y puesta en uso ciudadano como perímetro circundante del Casco Antiguo). Mientras la española es fortificación de defensa marítima sin trascendencia en las contiendas antes enumeradas, las portuguesas, todas en la orilla izquierda del río Miño, desempeñaron un papel básico a la hora de impedir penetraciones invasoras desde el norte peninsular. Bajando ligeramente por la frontera, también defendiendo orilla de río -en este caso el Lima- se conserva, reforzando su castillo medieval, la fortificación de Lindoso; en el centro geográfico de la zona fronteriza septentrional, tenemos -dentro de la población de Chaves- los fortes de São Francisco y São Neutel: junto a las anteriores fortalezas, constituye el patrimonio abaluartado más importante del norte, que cuenta con otros testimonios más en distinto grado de conservación, algunos muy deteriorados.

Almeida. La más portentosa fortificación del eje Salamanca.

En la línea Salamanca-Guarda, otro espacio de fricción de notable importancia en la Edad Moderna, se encuentran básicamente por la parte española tres recintos fortificados de gran importancia histórica y monumental: San Felices de los Gallegos y Ciudad Rodrigo, envolviendo su casco poblacional y previas construcciones defensivas, y el Real Fuerte de la Concepción (hoy ruinoso, en espera de rehabilitación), expresamente concebido como maquinaria defensiva, cercano a la pequeña población de Aldea del Obispo. Frente a ellos, en el mismo paralelo de éste último, la magnífica fortaleza abaluartada, inexpugnable, en estado actual perfectamente rehabilitado y con uso urbano -y museístico en sus múltiples espacios militares, especialmente las casamatas- de Almeida.

Dentro de la línea Madrid-Lisboa, la más rica en muestras abaluartadas, tenemos principalmente: Marvão/Castelo de Vide/Portalegre/Crato frente a Alcántara/Brozas/Valencia de Alcántara, conservando muestras importantes de los refuerzos

abaluartados en los perímetros de sus cascos históricos, especialmente Marvão. Ouguela/Campo Maior frente a Alburquerque, destacando en conservación de cortinas de murallas y baluartes Campo Maior, si bien con mucha alteración posterior (del siglo XX), adosando construcciones, ocupando interiores de baluartes y cortando muros para realizar pasos urbanos. Elvas (y a retaguardia Vila Viçosa/Estremoz/Évora) frente a Badajoz.

El caso de Elvas resulta espectacular, pues no sólo conserva toda la envoltura abaluartada de la población histórica con muestra precisa de cuantos elementos constructivos se idearon a lo largo de los siglos XVII, XVIII y XIX, sino que conserva, como en los casos fundamentalmente de Valença do Minho, Ciudad Rodrigo y Almeida, sus glacis expeditos, libres de construcciones posteriores, y teniendo dos magníficos fuertes (además de varios fortines complementarios) protegiéndola a este y oeste: el de Santa Lucía y el de Graça. Sólo éste ultimo queda por rehabilitar, siendo lo demás un extraordinario ejemplo de actuación revitalizadora y uso museístico y urbano.

Continúan los recitos fortificados en Juromenha, correspondiéndose con Olivenza, y Monsaraz y Mourão con Alconchel: el fuerte de Juromenha, que envuelve un castillo medieval y defiende la frontera del Guadiana, es de extraordinarias dimensiones y su revitalización proyectada será clave a la hora de contemplar este inmenso conjunto "en red", que más al sur de Mourão deja de tener presencia al no celebrarse ofensivas bélicas. Vuelven ya en la zona atlántica, donde fortificaciones abaluartadas como las de Cádiz o los fuertes de Portimão y Lagos son igualmente significativos, si bien como barreras contra la piratería fundamentalmente, algo que tiene continuidad en toda la costa portuguesa, especialmente en la zona de Setúbal-Lisboa.

Lamentablemente, algunas fortificaciones se han perdido, como las españolas de Moraleja y Herrera de Alcántara, y otras han sido mutiladas en extremo por un mal entendido progreso "desarrollista". Hay que tener en cuenta que con el final de las invasiones francesas no acaba la misión defensiva de estos amurallamientos, pues preventivamente continuaron cuidándose a lo largo de todo el siglo XIX, ya que el temor iberista de Portugal y la prevención española continuaron vivos, a pesar de los costos económicos que el mantenimiento de estas construcciones en buen estado significaban. Piénsese que incluso durante la Guerra Civil española (1936-1939), aún desempeñaron una importante misión de salvaguarda de la población residente intramuros: en Badajoz, las fuerzas rebeldes tuvieron que entregarse a una sangrienta ofensiva antes de abrir una brecha en los baluartes el 14 de agosto de 1936. Pero a partir de ahí, la mentalidad utilitaria dominante, sobre todo en el "desarrollismo económico" de los años sesenta del siglo XX, las vieron como una cortapisa al progreso urbano y, por ello, perjudiciales, siendo "necesaria" su demolición.

No obstante, en otros casos continuaron siendo "útiles" incluso avanzado mediados del siglo XX como prisiones militares, siendo el caso más significativo el del Forte da Graça, en Elvas, penal salazarista.

Sin embargo, ya en esos años treinta del siglo XX habían comenzado no sólo el abandono sino el derribo intencionado de lienzos de muralla para expandir nuevos

barrios residenciales. Aunque serían, insisto, los años sesenta, con el comienzo del "desarrollismo" europeo (con la aceleración económica en el centro del continente y la emigración mediterránea, que proporcionarían trabajo y recursos generales, en los primeros por su propia prosperidad industrial y en los segundos por las remesas de sus emigrantes y la llegada de turistas e inversiones extranjeras), los que asistieron al mayor destrozo en este patrimonio histórico monumental.

Aún así, lo mucho y valioso que se conserva, tiene entidad, especificidad, universalidad, densidad, valor histórico y artístico e ilación de conjunto suficiente -cumpliendo con los criterios de la UNESCO, como detallaremos más adelante- como para constituir un legado digno de optar a la calificación de Patrimonio Mundial, bajo la tipología de *Sitio*. Hemos de hablar de *Sitio*, dentro de lo que la UNESCO denomina Patrimonio Cultural, pues éste lo clasifica en Monumentos, Conjuntos y Sitios, refiriéndose el primero a una obra concreta y singular; el segundo a Centros Histórico (perímetros de ciudades antiguas) y Ciudades Históricas Vivas, y el tercero a "obras del hombre o bien las obras conjuntas del hombre y la naturaleza, incluidos los lugares arqueológicos, que tienen un valor universal excepcional desde el punto de vista histórico, estético, etnológico o antropológico", en lo que entra de lleno este conjunto de fortificaciones hispano-portuguesas.

REFUERZOS, FUERTES Y CIUDADES FORTIFICADAS

La mayoría de este patrimonio militar está constituido por fortificaciones que delimitaban los cascos históricos respectivos, salvaguardándolos de las invasiones de los siglos XVII, XVIII y XIX. Así, es el caso en el norte de Caminha, Valença do Minho y Monção; de ellos, conserva su estructura completa Valença do Minho, siendo un caso singular de doble fortificación unida por un puente-pasillo. En el eje Salamanca-Guarda, tenemos a San Felices de los Gallegos, Ciudad Rodrigo (con castillo medieval en uno de sus extremos) y Almeida; ésta última, de plano poligonal, estrellado, conserva toda su estructura y elementos defensivos originales intactos. En la frontera extremeño-alentejana, del eje Madrid-Lisboa, están Marvão con castillo roquero impresionante en el lateral más alto), Castelo de Vide (igualmente con castillo medieval en su extremo superior), Alcántara, Brozas, Valencia de Alcántara (con restos los tres de fortificaciones del medievo), Campo Maior, Elvas, Estremoz (de extraordinario castillo en la cota superior los tres), Badajoz (con restos de fortifi-

Ciudad Rodrigo

Marvão

cación medieval de composición básicamente almohade en el Cerro de la Muela, su punto más alto), Olivenza (con castillo interior no adosado al amurallamiento abaluartado), Évora y Monsaraz (también con amplio castillo medieval en su parte más elevada). De todas ellas, la más completa, constituyendo la mayor ciudad abaluartada que se conserva, con todo tipo de elementos defensivos, siendo un "ejemplo de libro" de lo que es una fortificación defensiva de la Edad Moderna, resulta ser Elvas, ejemplo además de preservación y puesta en valor del patrimonio monumental.

Otro grupo numeroso lo constituyen las poblaciones con refuerzos abaluartados en los ángulos más vulnerables de sus fortificaciones del medioevo, y así es el caso en el norte de Bayona y Lindoso, constituyendo éste último un ejemplo de "forro" total del castillo medieval por muralla abaluartada, teniendo el primero defensa natural en los precipicios que al oeste dan al mar. En el eje Salamanca-Guarda no existe claramente esta tipología, que se vuelve a dar en Alentejo-Extremadura, en los casos de Crato, Alburquerque, Ouguela, Vila Viçosa, Juromenha, Alconchel y Mourao. Juromenha es la muestra más espectacular, pues no sólo su gigantesco amurallamiento abaluartado envuelve al deteriorado castillo musulmán de su interior, sino que constituye un espacio considerablemente mayor, singular y con todas las características de un fuerte, siendo la defensa de uno de los pasos claves del río Guadiana, a cuya orilla en una vaguada se asentaba (hoy, llegando allí la cola del embalse de Alqueva, no puede ser atravesado el río "a pie seco" en ninguna época del año).

El último grupo, el de los fuertes, tiene su mejor representación en esta raya hispano-portuguesa en los fuertes de São Neutel y São Francisco en Chaves al norte, y el Real Fuerte de la Concepción, al lado de la Aldea del Obispo y de Ciudad Rodrigo, en posición adelantada frente a Almeida: portentosa construcción en tres cuerpos, el principal estrellado, con cuatro baluartes y sus respectivos cuatro revellines, con inmensos fosos y amplios glacis; comunica por medio de un amplio camino cubierto con el cuerpo central, que fue cuartel de caballería y está tan reforzado que parece un bunker, y continúa el camino cubierto hasta el último cuerpo, un reducto irregular, también de amplios fosos y glacis, estando el conjunto en ruinas desde que el general inglés Crawford lo inutilizó, haciéndolo explotar intencionadamente, para evitar su uso por los enemigos.

Los demás fuertes significativos constituyen elementos auxiliares de las ciudades fortificadas en que se enclavan, como son: el de Santa Lucía y el de Graça en Elvas, y el de San Cristóbal en Badajoz, además del lamentablemente privatizado de Santo Antão de Évora; ellos también constituyen, sin duda, elementos muy singulares del patrimonio rayano. El primero y los últimos son del siglo XVII, y el de Graça del XVIII, teniendo una majestuosidad inigualable. De los cuatro fuertes, incluso si unimos al de Juromenha en esta denominación, el único que presenta una rehabilitación impecable es el de Santa Lucía, dedicado en sus dependencia interiores a Museo Militar, que se completa con una ambientación en garitas, cortinas y baluartes de cañones originales y militares de servicio (elaborados éstos en resina resistente a la intemperie).

PATRIMONIO MUNDIAL

Volviendo a las posibilidades de calificación por la UNESCO, hay que tener en cuenta que la de Patrimonio Mundial no se obtiene especialmente por la belleza excepcional, por lo sobrecogedora de la representación artística, sino cumpliendo alguno de los requisitos básicos que, para los Patrimonios Culturales (otra modalidad es Paisaje Natural) podemos resumir así:

I. Representar una obra maestra del genio creativo humano.

II Ser la manifestación de un intercambio considerable de valores humanos durante un determinado periodo o en un área cultural específica.

III Aportar un testimonio único o por lo menos excepcional de una tradición cultural o de una civilización.

IV Ser un ejemplo sobresaliente de un tipo de edificio o conjunto arquitectónico, o de paisaje que ilustre una etapa significativa de la historia.

V Constituir un ejemplo sobresaliente de hábitat o establecimiento humano tradicional.

VI Estar asociado directa o tangiblemente con acontecimientos o tradiciones vivas.

A ello han de unirse dos condiciones previas. Una, responder en su concepción, materiales y ejecución al valor de autenticidad. Dos, gozar de protección jurídica y mecanismos de gestión adecuados para asegurar su conservación.

Cualquiera que conozca nuestro patrimonio abaluartado de frontera surgido y reforzado en la Edad Moderna, entenderá que cumplimos de sobra con las exigencias, que las rebasamos, pues -además de cumplir con las condiciones previas- entramos de lleno no en un registro sino en varios, especialmente en el I y en el IV.

Así, tenemos una **entidad** inigualable: en ningún otro lugar del mundo hay un patrimonio de arquitectura militar tan claro, definido, tan conseguido y homogéneo.

De otra parte, la **especificidad** es contundente: estamos ante un patrimonio monumental rigurosamente utilitario, de refuerzo defensivo, de salvaguarda de la población, de prevención ante la hostilidad sistematizada.

Forte de Santa Lucía, Elvas

Badajoz

El patrimonio es, a la vez, taxativamente **universal**: responde a un modelo constructivo que tiene equivalencias y réplicas por todo el mundo, especialmente por los lugares en que España y Portugal tuvieron influencia -y colonias- entre los siglos XVII y XIX, sobre todo en Latinoamérica y el Mediterráneo. Modelo, por cierto, anterior al del arquitecto, ingeniero y militar francés Marqués de Vauban, que nació en 1633; cuando aún era niño, en la "raya" ya estaba diseñado gran parte de nuestro patrimonio abaluartado, que aún hay quien -con ignorancia- le atribuye la paternidad.

La **densidad**, la nutrida representación de construcciones, en ningún lugar está tan presente como en la raya hispano-portuguesa (especialmente en la zona extremeño-alentejana), al ser zona de continuos conflictos bélicos, que obligaron a reforzarla defensivamente con un genial "cosido" de barreras preventivas.

Todo ello nos sitúa ante un legado de **valor histórico-artístico** fabuloso, pues a través de estas fortalezas, estos amurallamientos, esos fuertes, baluartes, revellines, lunetas, glacis, cortinas, fosos... podemos estudiar la mentalidad socio-política, el poderío económico, los avances culturales, artísticos, científicos, técnicos, de un extenso periodo de más de 300 años, con sus proyectos y actuaciones, sus avances, logros humanos en general.

El conjunto, podemos remarcarlo, tiene una **ilación** espléndida, pues todo el patrimonio abaluartado responde a unos criterios rigurosamente lógicos: la convulsión sostenida de un periodo difícil; la asunción de responsabilidades colectivas

Juromenha

para salvaguardar a la comunidad amenazada; la conciencia de la necesidad de una obra perdurable en el tiempo ante las agresiones bélicas sistematizadas, sin esperanza de pronta solución pacífica.

CONCLUSIÓN

En definitiva, fruto de aquella época dura, llena de sobresaltos y dolor, hoy nos queda este Patrimonio Mundial inigualable, testimonio y ejemplo de lo que en arquitectura, ingeniería militar y genio constructivo y artístico se puede hacer -y que es ejemplo sobresaliente del conjunto arquitectónico militar defensivo de toda la Edad Moderna-, y aldabonazo a las conciencias para no repetir una historia de enfrentamientos y guerra.

Ya, en la **Lista Indicativa de España**, revisada por el Consejo del Patrimonio Histórico el 17 de junio de 2005, figura con la aspiración a ser calificado como Patrimonio Mundial las **"Fortificaciones abaluartadas fronterizas"**, requisito previo para su candidatura formal ante la UNESCO. Actuación que fue impulsada por Ciudad Rodrigo.

Por otra parte, Elvas presentó la **documentación para ser clasificada Patrimonio de la Humanidad**, encabezando un "patrimonio en red" en mayo de 2009. A ella le ha seguido Almeida, adhiriéndose a la candidatura anterior, algo que a finales de 2010 hace Valença do Minho, y que proyectan proseguir de inmediato, entre otras,

Olivenza

Olivenza y Badajoz, en la medida en que culminen su rehabilitación y puesta en valor.

Así, las muestras mejor conservadas, rehabilitadas y en uso de la Red de Fortificaciones Abaluartadas Luso-españolas (Valença do Minho, Almeida, Ciudad Rodrigo y Elvas -de arriba abajo-) ya tiene adelantado el proceso. Desde España y Portugal se debe trabajar para que esta aspiración se concrete en realidad: catalogar, cartografiar, fotografiar, documentar, rehabilitar las fortificaciones abaluartadas. Ponerlas en valor como museos de Historia Militar (de los que ya hay muestras muy dignas, como Almeida y el Forte de Santa Lucía de Elvas, más el antiguo Cuartel de Caballería de esta ciudad, que ocupa casi un cuarto del recinto abaluartado de la ciudad); como Museo de Historia de la Frontera ha sido desde diversas instancias políticas y culturales puesta como ejemplo idóneo para ello, dado su pasado de plaza fuerte militar, tener una "cultura del río" -línea defensiva en consonancia con la fortificación- muy profunda: molineros, barqueros, pescadores, "mochileros"...); como centros culturales, recreativos, de encuentro y ocio; como reclamo turístico (existe un complejo proyecto hotelero, de casas en propiedad parcial, museístico, etc. unido a actividades exteriores ligadas al río para Juromenha, cuya fortaleza es espléndida pero tiene riesgos de degradación.

Todo ello implica unas inversiones económicas cuantiosas, pero que constituyen una opción de compromiso por el patrimonio artístico monumental que los gobernantes no pueden eludir; es de destacar en este sentido el esfuerzo realizado

por Olivenza en los últimos años para recuperar la propiedad de ciertos baluartes en manos privadas, comprando el espacio privatizado, así como rehabilitando con respeto las zonas de cortinas, baluartes y fosos deteriorados.

Todo ello ha de hacerse en colaboración de unos con otros, en red coordinada, en programación compartida. Ese es el primordial paso para englobar con garantías en el *Sitio Cultural Patrimonio de la Humanidad* que inició Elvas. Pero no todo ha de quedarse ahí. Sea calificado el conjunto como Patrimonio de la Humanidad o no, la acción ha de mantenerse en el tiempo. Muchas veces se rehabilita y se pone en valor un patrimonio histórico-monumental que luego no se mantiene con la atención y el cuidado que se merece y necesita, degradándose irremediablemente. La UNESCO, para estos casos, tiene establecidas unas medidas que condicionan el mantenimiento de la calificación a las atenciones que el patrimonio precisa, pudiendo desclasificar aquello que no las cumple.

Pero, hemos de insistir, el valor de esta red de fortificaciones abaluartadas es en sí suficientemente extraordinario como para atenderlo, preservarlo y ofrecerlo al disfrute ciudadano, con lo que en cualquier caso no se puede seguir estando -como ocurre en muchos casos- de espaldas al mismo. No digamos ya agrediéndolo y destrozándolo, como en anteriores etapas históricas ocurrió, lamentable e irreversiblemente para muchas fortificaciones que en su día se levantaron con fines defensivos y luego han sido señal de identidad de nuestro urbanismo y arte patrimonial.

BIBLIOGRAFÍA

ALMEIDA, J. DE: *Reprodução anotada do Livro das fortalezas de Duarte Darmas.* Lisboa, 1943.

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A.: *La región transfronteriza luso-extremeña. Arquitetura y vida de frontera.* Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Junta de Extremadura. Mérida, 1994.

CAMPESINO FERNÁNDEZ, A. y PAGÉS MADRIGAL, J.M.: "Arquitectura abaluartada y Territorio en la frontera hispano-lusa". En *Conferencia Internacional sobre "Fortificaciones Abaluartadas Hispano-Portuguesas en el contexto de los grandes itinerarios culturales universales.* ICOMOS-CIIC. Ibiza, 1999.

CARRILLO DE ALBORNOZ Y GALBEÑO, J.: "La fortificación abaluartada de la frontera". *Terceras Jornadas Centro Superior de Estudiosde la Defensa Nacional: La raya, encrucijada ibérica.* Universidad de Salamanca, 2007.

CAYETANO ROSADO, M.: Amurallamientos abaluartados en la raya". En *Revista Alentejo.* Casa do Alentejo. Lisboa, mayo-junio, 2005.

CAYETANO ROSADO, M.: "Red extremeño-alentejana de ciudades abaluartadas". En *Memoria Alentejana.* Primavera-Verão, 2006.

CORTÉS CORTÉS, F.: "1640-1668. Fortificaciones en Extremadura". En *Revista de Estudios Extremeños, XXXVIII.* Diputación Provincial de Badajoz. Badajoz, 1986.

CORTÉS CORTÉS, F.: *Militares y guerra en una tierra de frontera. Extremadura a mediados del siglo XVII.* Cuadernos Populares, 35. Junta de Extremadura. Mérida, 1991.

CRUZ VILLALÓN, Mª.: *Badajoz, ciudad amurallada*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Junta de Extremadura. Mérida, 1999.

MATA PÉREZ, L. M.: *Ruta de las Fortificaciones de Frontera. Ciudad Rodrigo-San Felices de los Gallegos-Aldea del Obispo-Almeida*. Edt. ADECOCIR. Salamanca, 2006.

NAVAREÑO MATEO, A.: *Castillos y fortalezas en Extremadura*. Edit. Periódico HOY. Badajoz, 1998.

ROSADO VIEIRA, R.: *Centros urbanos no Alentejo Fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença (de inícios do século XVI a meados do século XVII)*. Livros Horizonte. Lisboa, 1999.

TESTÓN NÚÑEZ, J.; SÁNCHEZ RUBIO, C. y SÁNCHEZ RUBIO, R.: *Planos, Guerra y Frontera. La Raya Luso-Extremeña en el Archivo Militar de Estocolmo*. Gabinete de Iniciativas Transfronterizas. Junta de Extremadura. Mérida, 2003.

Sitios de internet:

www.patrimonio-mundial.com/unesco

www.mcu.es/jsp/plantilla_wai.jsp?id=36&area=patrimonio

www.inernacional.icomos.org

www.esicomos.org/Nueva_carpeta/TCSM/MRSI_ANEXO2.htm

www.icosmos-ciic.org

A MÃO NAS PORTAS DO ALENTEJO[1]: DO SIMPLES BATENTE À CHAMADA "MÃO DE FÁTIMA" — DISSONÂNCIAS E INTERROGAÇÕES

Luís Filipe Maçarico[2]
Antropólogo

INTRODUÇÃO

Observámos, durante a última década, em vários locais do Alentejo[3] colecções de mãos nas portas deste sul, sob a forma de batente, que guardam certamente muitas memórias, ligadas a gerações que cresceram e viveram, batendo na "manita", para aceder à residência, para partilhar informações de nascimentos ou óbitos, visitar familiares e amigos, divulgar boatos, conspirar, conviver, rir, chorar, inventar, sonhar, existir.

Ao longo de diversos artigos inventariámos os referidos objectos e investigámos a sua história utilitária e simbólica, quer na Europa como no Norte de África, procurando algumas similitudes, evidenciando distintos olhares em quotidianos remotos, pois entretanto muitos desses materiais caíram em desuso, por todo o lado, mantendo uma vertente decorativa, que alimenta aqui e além memórias afectivas, continuando a constituir verdadeiras jóias patrimoniais, que não devem cair no esquecimento.

Uma das histórias que encontrámos, tanto na Internet, como em textos, que apresentam preocupações académicas, remete para uma narrativa efabulatória e romântica, ou seja, que a mão nas portas será emanação da chamada "Mão de Fátima", e portanto ligada ao passado árabe.

A chamada "Mão de Fátima" consiste numa mão estilizada, aberta, que os árabes designam por "khomsa" e que apresenta os três dedos do meio juntos, surgindo,

1 O presente artigo é fruto de uma reflexão aprofundada, incluindo passagens de diversos trabalhos académicos, produzidos no âmbito do Mestrado "Portugal Islâmico e o Mediterrâneo", nomeadamente "Imaginário Popular e Efabulação em dois Tempos Históricos: A Mão de Fátima e a Memória dos Árabes", realizado para a cadeira "Estruturas Sociais do Islão" da Professora Maria Cardeira da Silva e "A Mão de Fátima: estado da Arte", para a cadeira "História e Património do Al-Andalus", do Professor Santiago Macias.

2 Licenciatura na Universidade Nova de Lisboa e Mestrado no Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa; Frequenta novo Mestrado em Mértola, agora na área de História: "Portugal Islâmico e o Mediterrâneo", numa parceria da Universidade do Algarve e do Campo Arqueológico de Mértola, sendo a sua actual tese sobre "A Mão que protege e a Mão que chama: Orientalismo e Efabulação em torno de um Objecto Simbólico do Mediterrâneo."

3 Montemor-o-Novo, Vila Viçosa, Évora e Mértola foram os núcleos urbanos do Alentejo Central e do Baixo Alentejo, onde a pesquisa incidiu de forma sistematizada.

quer o polegar como o mindinho, substancialmente mais reduzidos que os outros. Supõe-se que esta outra mão, presente no quotidiano do Magreb[4], protegerá os seus utilizadores dos espíritos nocivos, encarnando uma crença pré-islâmica, pois desde as cavernas que a mão humana acompanha a existência dos seres racionais.

Contudo, para o Corão, a representação antropomórfica é proibida, situando-se este talismã numa fronteira entre o Sagrado e o Profano, como sucede no domínio da religião popular, comum a todos os cultos.

Ora, querer equiparar esta mão estilizada, oriunda de outra cultura, com a mão fechada, que segura uma esfera e serve para bater nas portas, chamando os moradores de uma casa, é confundir um objecto de paz, investido de poder e espiritualidade, com outro, que o antropólogo Vermelho do Corral considera ligado à vida terrena e, portanto, próximo de forças ocultas, eventualmente conotadas com atributos maléficos.

Uma, abre-se e mostra que não está armada. A outra, fecha-se e desfere um golpe sobre um pequeno círculo metálico (espera), chamando, sabe-se lá com que objectivo. Tanto pode ser movida por um bom augúrio, como por uma sentença nefasta.

Neste artigo procuraremos debater e questionar o que foi escrito sobre o assunto.

TIPOLOGIA DOS BATENTES-MÃO NAS PORTAS DO SUL

A mão, encontrada nos inúmeros batentes de porta do Alentejo, não se diferencia daquela que vemos nas diversas portas do país.

Geralmente feminina, exibe alguns elementos que caracterizam o género: punhos de renda e pulseira, ou bracelete, além de anel, no dedo anelar ou noutro.

Esta mão segura sempre uma esfera, que, agarrada e batida na espera, produzirá o som do chamamento dos habitantes da casa, em cuja entrada foi colocada.

A sua dimensão é variável, podendo ser miniatural, naturalista ou até exibir um tamanho desproporcional.

Produto do trabalho de ferreiros que, consoante o engenho e criatividade, apuravam e aprimoravam os modelos, ou apenas os consumavam, seguindo uma matriz imutável, esta mão, que, ainda hoje nos chama, sendo representação da força transformadora, criativa e executante, reproduzindo o gesto de bater na porta, quando o visitante se faz anunciar aos residentes.

Em Évora, por exemplo, num universo de 645 portas inventariadas, em 22 ruas recenseadas, encontraram-se 72 batentes em forma de mão[5]. Em Vila Viçosa, no total de 571 portas, correspondendo a 17 ruas observadas, havia 52 batentes em forma de mão[6]. Em Montemor-o-Novo, das 83 ruas e 708 objectos recenseados,

4 O presidente tunisino, quando saúda o seu povo, exibe a palma da mão e o emblema do partido governamental, inspira-se na mão simbólica, que se transmuta em cauda de pomba da paz. Na Argélia, a Khomsa surge no próprio emblema do país.

5 "Portas de Évora", "A Cidade de Évora", nº 7, Câmara Municipal de Évora, 2007-2008.

6 "A linguagem das portas de Vila Viçosa", "Callípole", nº 15, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2007, pp. 307-324.

encontraram-se 183 batentes em forma de mão[7]. Finalmente, no centro histórico de Mértola, contaram-se 337 portas, havendo 40 batentes em forma de mão.

SIMBOLOGIA DA MÃO NAS CULTURAS MEDITERRÂNICAS. A CHAMADA "MÃO DE FÁTIMA E A "KHOMSA"

Imagem do Poder, dominação, actividade, bênção, jura e protecção, a Mão integra diversos sistemas culturais e religiosos, aparecendo como um símbolo transversal.

Da Índia para o Oriente, atravessando a Pérsia e a China, esta mão poderosa e benéfica chegou ao Mediterrâneo.

A representação da Mão acompanha o Homem Mediterrânico, desde os primórdios da própria Humanidade. Quinze mil anos antes da nossa era, já a mão era objecto de culto, aparecendo na arte paleolítica da Europa Ocidental (Sethom:1976:49).

Ouçamos Cláudio Torres: "A mão aberta, dos rituais mágicos, muito importantes na pintura da mão, com linguagens cifradas, senão não funcionam, não têm poder. A Mão está cheia de mágicas... ler a mão, tem a ver com ciência milenar, semi-oculta em várias civilizações, várias religiões... Entra no imaginário de todas as civilizações. Nas portas do Magreb o batente vulgar é a mão aberta, que tem um signo...

Em que medida é que a mãozinha com o anel francês surge, quem tem os moldes iniciais dessa mãozinha tipicamente europeia. Tudo isso também tem cargas mágicas mais antigas... como vai a mãozinha mudando e se vai adaptando? São questões que têm sempre uma base de verdade."[8]

Leite de Vasconcelos reflectiu sobre este símbolo, escrevendo que "A Mão, emblema do poder, tornou-se um dos mais antigos e protectores amuletos. A Mão cortada ao inimigo torna-se talismânica no Egipto."[9] E, discernindo sobre o poder da mão, acrescentou: "Dedo anelar: crença medieval, já vinda dos sacerdotes egípcios, de que ia um nervo do coração até esse dedo: por isso, ouro ou pedra preciosa postos nesse lugar eram talismã activo contra o mal e contra feitiço"[10].

Através dos tempos, a mão foi a figa dos romanos (quer enquanto defesa contra os maus desígnios, quer enquanto signo sexual), que se guardou, para proteger dos maus - olhados, usando-se largas centúrias depois, aparecendo ainda nos anos sessenta do século XX, em países do sul da Europa, conforme um estudo que integrou Desmond Morris[11] na equipa de investigadores.

Tutelada por Tanit, a deusa suprema dos cartagineses, a mão propiciou fecundidade, equilíbrio, imortalidade (Ayoub:2003:6). Afastou a inveja e os espíritos malignos, assumindo a designação de Khomsa (o nome em árabe para o objecto usado contra a inveja) ou khamsa (cinco), eficaz para árabes e judeus.

7 "Aldrabas e Batentes de Montemor-o-Novo", "Almansor", nº 4, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pp. 7-60.

8 Depoimento, durante uma aula do Mestrado "Portugal Islâmico e o Mediterrâneo", em 6-2-2009.

9 Leite de Vasconcelos "Etnografia Portuguesa", volume IX, IN-CM, 1985, p. 256.

10 Ibidem, p. 66.

11 Morris, Desmond; Collet, Peter; Marsh, Peter; O'Shanghnessy, Marie "Os Gestos Suas Origens e Significado", Publicações Europa América, s/d.

Mesmo com a islamização, a Mão mítica resistiu, no território das crenças, entre o sagrado e o profano, protegendo os seus detentores, com o número cinco – hamsa – que lhe é inerente (cinco dedos/cinco pilares do Islão), numa analogia que adopta a suposta boa energia, emanada por esse objecto.

Uma parte dos que escreveram sobre esta temática (académicos e leigos) liga esta mão à filha dilecta do profeta Maomé. Outros, repudiando tais rótulos, acusam os que difundiram essa ideia de terem criado um *souvenir*, similar aos objectos religiosos, vendidos nos santuários cristãos.

Esta é a posição do pintor Béchir Kouniali, fundador do primeiro Museu das Artes e Tradições Populares de Djerba, em Houmt-Souk, entre 1965 e 1972, que assegurou serem estes talismãs um embuste e uma fantasia, criada para fruição turística.

Mas no Magreb, aquela Mão aparece em jóias de prata e ouro, que se usam ao pescoço, em pulseiras, brincos e também na decoração de portas, em desenhos de prego martelado, em tapetes, vestuário e móveis.

Todavia, não sendo, para alguns investigadores, um símbolo, nem religioso nem anti-religioso, há quem defenda[12] que se trata de um signo de bom augúrio, de sorte e não um amuleto, pois estamos na presença da exibição de um sinal de "bilad", que significa pertença à terra de origem, símbolo étnico – cultural, portanto.

CRONOLOGIA DA "MÃO DE FÁTIMA" EM PORTUGAL

Produtos de *designers* e de forjas de qualidade (compare-se com os materiais que hoje retornam às portas), as mãos que ilustram uma parte substancial dos batentes, tinham diversas utilidades, através do som que a batidela originava. Analisemos as diversas funcionalidades.

A. Propiciador de comunicação; B. Anunciador de visitas; C. Sinalizador da fronteira entre o público e o privado; D. Papel decorativo; E. Testemunho de *status*; F. Amuleto; G. Símbolo minimalista (ou naturalista) do poder da mão.

Afirmam alguns académicos e eruditos portugueses, que estas mãos das portas terão a ver com a protectora e benéfica "mão de Fátima", como é o caso de António Rei, que aventou a hipótese de poderem ter sido levadas daqui para o Magreb, com a ida dos andaluzes para aquele território.[13] Os que ficaram, continuaram a produzir, segundo uma matriz, mantendo o seu saber – fazer, conforme foi defendido, em sentido lato, por António Borges Coelho, em "Questionar a História".

A bibliografia consultada, apresenta três tipos de contributos para a formulação de hipóteses em torno desta problemática:

– A que não questiona a relação entre o batente – mão de porta e a "mão de Fátima";

– A que permite repensar qual, entre a mão aberta e levantada e a mão fechada e deitada, terá a ver com a lenda da "Mão de Fátima".

12 http://www.les-ziboux.rasama.org/significations-main-fatima-khomsa.html (consultado em 18-12-2008 15:53).

13 Depoimento em 21-11-2008, em Mértola.

– A que possibilita apreciar se a "Mão de Fátima" será um amuleto, um talismã ou um símbolo cultural de pertença identitária.

No volume IX da sua "Etnografia Portuguesa", Leite de Vasconcelos constatou: "Mão de Fátima (filha de Maomet): tem virtude contra o mau-olhado."[14]

Quando falamos da "Mão de Fátima", falamos do amuleto esculpido em osso, descoberto em Moura; da Mão, em fragmento de cerâmica de corda de Mértola, encontrado na encosta do castelo em 1986; da Mão das Talhas de Mértola, estudadas por Abdallah Kwali nos anos 90, que também abordou a "Mão de Fátima" nas cerâmicas estampilhadas de Mértola[15]. Falamos ainda da Mão em osso de Mértola, encontrada na Alcáçova do Castelo em 1991; da Mão encontrada no Palácio Almóada da Alcáçova de Silves, por Rosa e Mário Varela Gomes[16] e da Mão em cerâmica de corda de Tavira.[17]

Foram recenseadas diversas obras de Santiago Macias, nomeadamente "Mértola Islâmica "Mértola Islâmica Estudo Histórico – Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII - XIII) ", Campo Arqueológico de Mértola, 1996 (pp. 81, 83, 107, 108), "Casas Urbanas e quotidiano no Gharb al – Ândalus" in "Portugal Islâmico Os últimos sinais do Mediterrâneo", 1998 (p. 111), "Aspectos do quotidiano no ocidente islâmico" in "Marrocos – Portugal Portas do Mediterrâneo", 1999 (pp. 58 e 60) "Mértola o último porto do Mediterrâneo", 2006 (p. 394). Assinado por este autor, em conjunto com Cláudio Torres, lemos também "Consumo Alimentar e Utensílios de Cozinha", que integra o volume das 2ªs Actas das Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval métodos e resultado para o seu estudo", 1998 (pp. 76 e 96).

Na bibliografia inventariada sobre este tema, mencionarei ainda os artigos de Rosa Varela Gomes, "Cerâmicas almóadas do Castelo de Silves", em "A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental", 1991 (p. 392) e de José Alberto Alegria, com "Arquitectura Islâmica em Portugal: das Memórias ao Ressurgimento – o exemplo da Arquitectura em Terra, in "Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal", 1997.

Por seu turno, Maria Cardeira da Silva, em "Um Islão Prático", 1999, recorda: "grandes mansões, ostentavam o seu estatuto nas grandes portas de madeira pintadas de cores escuras e decoradas com enormes batentes circulares ou Khamsâ-s de bronze." E a antropóloga explicita: "Ou como ficaram conhecidas pelos franceses – mains de Fatma – a representação de uma mão, como batente de porta, idêntica às

14 Leite de Vasconcelos (1985), "Etnografia Portuguesa", volume IX, IN-CM.

15 "A mão é o único órgão humano representado nas talhas estampilhadas de Mértola. Este motivo chamado Mão de Fátima ou Khamsa, que significa "cinco", foi objecto de diversos estudos de diferentes disciplinas. A sua polémica origem é atribuída tanto às culturas hebraica e berbere como às antigas culturas orientais. Na verdade a representação da mão é observada em diversas civilizações adquirindo uma simbologia religiosa ou divina (ex-voto) e um poder profiláctico (amuleto). A religião muçulmana na sua vertente popular converteu este símbolo adaptando-o à sua estrutura religiosa e social." Khawli, Abdallah "Arcos Estampilhados da Cerâmica Islâmica de Mértola", "Arqueologia Medieval", nº 3, p. 135.

16 Estes autores, referem no catálogo da exposição, que "Trata-se de amuleto capaz de proteger o seu proprietário, que o usaria dependurado ao pescoço. Os cinco dedos da "Mão de Fátima" recordavam aos fiéis, os cinco fundamentos do Islão e os três dedos maiores a grafia do nome, Allah. Estes, unidos na mão, representavam o poder divino e assumiam a categoria de verdadeira hierofania", Op. Cit., Lisboa, 2001, p. 71.

17 Covaneiro, J.; Cavaco, S.; Lopes, G. (no prelo) "O Bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça -Tavira. Notícia Preliminar", In. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. Promontoria Monografica, UALG, 2009.

encontradas por todo o sul de Portugal, ou simples amuleto. A sua decoração com um pentagrama reforça a sua eficácia protectora que o número cinco (...) já por si lhe confere. É especialmente benéfica contra o mau-olhado."[18]

De considerar ainda Susana Gómez-Martínez, com "Objetos del Garb Al-Andalus", publicado em "O Mediterrâneo Ocidental Identidades e fronteira", 2002 (p. 243) e Fernando Varanda que, no livro "Mértola no Alengarve Tradição e Mudança no espaço construído", 2002, revela "Gonzos, fechos, puxadores e aldrabas têm formas comuns à carpintaria e à serralharia do mesmo tempo do resto do país (é muito comum a aldraba da mãozinha), mas há particularidades que se destacam mais a sul de Mértola e em Alcoutim, tais como cadeados e aldrabas de um modelo encontrado na Arábia."[19]

Em dois dos seus livros, Adalberto Alves diz que "A Mão de Fátima, propiciadora de boa sorte segundo o imaginário árabe, ainda hoje ornamenta inúmeras portas de casas portuguesas"[20] e que "Tipos diversos de Mãos de Fátima, em portas de Alfama, semelhantes às que também, ainda hoje, se usam no mundo árabe. Além da sua função utilitária e de adorno, tem também um significado mágico, pelos supostos poderes de protecção da casa contra o mau-olhado."[21]

Contudo, este autor, referiu recentemente que, afinal a Fátima, seria outra[22], que não a filha do profeta, o que, vindo de quem, em vários livros, difundiu como eu, uma lenda dúbia, acaba por avolumar as perplexidades deste artigo.

António Policarpo em "Uma confraria muçulmana - sufi na origem do S. João da Ramalha? Mito ou realidade?" 1999, insere-se ainda naquele pensamento, sobre o qual incidem muitas questões por responder.

Através do artigo "A 'Mão de Fátima' Uma imagem ritual islâmica de protecção", in "O corpo e o gesto na Civilização Medieval", 2005, pp. 179 -186, António Rei constitui uma das fontes portuguesas sobre esta temática, chegando a afirmar que "ainda hoje, nas portas do início do 3º milénio em Portugal talvez mais tradicionalmente no sul, continuamos encontrando muitos batentes com a forma de mãos, absolutamente idênticos a muitos que enchem ainda muitas portas e portais em todo o Magrebe e que continuam a perpetuar, lá e cá, a protecção da Mãe — a mulher em que encarna o poder criador para transmitir a Vida".

UM MITO ENTRE O RIGOR CIENTÍFICO E A EFABULAÇÃO ORIENTALISTA

Dois tempos, com semelhanças, não obstante distarem entre si mais de cem anos, permitem percepcionar aspectos da *ficção orientalista* (Saïd), que evidencia traços árabes na nossa cultura, ao nível de um imaginário singular, fomentado por Mestres da Escrita e da Arquitectura.

---

18 Maria Cardeira da Silva, "Um Islão Prático", Oeiras, Celta, 1999, p. 60.

19 Op Cit, p. 186.

20 Adalberto Alves, "A Herança Árabe em Portugal", CTT, 2000, p. 74.

21 Adalberto Alves, "Em Busca de Lisboa Árabe", CTT, 2007, p. 170.

22 Hipótese de explicação, aventada durante a sessão pública de apresentação na Sociedade de Língua Portuguesa, em 3 de Fevereiro de 2010, da publicação, editada pela associação Aldraba e de minha autoria, intitulada "Aldrabas e Batentes de Porta: Uma Reflexão sobre o Património Imperceptível".

O Fado, o Destino, a Fatalidade, a Indolência, atribuíveis às supostas reminiscências árabes, aparecem em alguns textos, assimilando essas presumíveis raízes, como um dos alicerces da nossa forma de estar, moldada por diversas influências.

Ou seja, o elemento árabe contribuiu, com um residual quinhão de diversidade, para a exaltação da nossa integridade e equilíbrio.

Para Jorge Dias "Portugal nasce" da "luta contra os mouros" (Dias, 1990:144), embora a saudade integre, para lá da influência céltica (lirismo/sonho) e germânica (temperamento fáustico), "o fatalístico, de tipo oriental (...) que tem como expressão magnífica o fado, canção citadina, cujo nome provém do étimo latino *fatu* (destino, fadário, fatalidade)" (Ibidem: 146). Jorge Dias idealizou os portugueses como uma síntese do guerreiro sensível, ignorando os contributos dos árabes na nossa cultura, enquanto Orlando Ribeiro escreveu que "A semelhança da raça, a unidade da civilização agrária, a identidade dos modos de vida, não podem ser estranhos ao convívio em lugares que a natureza criou afins" (Ribeiro, 1967:29).

O geógrafo concretizou: "No Norte (...) diz-se caleira, copos, soro, aqui (No Sul) algeroz, alcatruz, almece (...) Os Árabes reforçaram o tom mediterrâneo que os Romanos haviam começado a imprimir à agricultura. Introduziram ou difundiram plantas: a alfarrobeira, o limoeiro, a laranjeira azeda e porventura já uma variedade doce, talvez o arroz; desenvolveram a cultura da oliveira, como se vê do nome que deixaram ao fruto e ao óleo extraído dele; plantaram grandes pomares, sendo afamados os do Algarve e dos arredores de Évora, os figos e uvas daquela província, as maçãs enormes de Sintra; (...) algumas hortas dos arredores de Silves, Faro, Setúbal ou Lisboa, repetem, com suas noras canais de rega, talhões de hortaliças ou pomar, as práticas do tempo dos Mouros." (Ibidem, 59-60).

> "E vós, formosas moiras encantadas,
> Na noite de São João ao pé da fonte
> Áureas tranças com pentes d'oiro fino"
>
> *(Garrett, "Dona Branca", Lello & Irmão Editores, Porto, 53)*

"É crença popular entre nós que na noite de São João todos os encantamentos se quebram: as moiras encantadas que ordinariamente andam em figura de cobras, tomam nessa noite sua bela e natural presença, e vão pôr-se ao pé das fontes, ou à borda dos regatos a pentear os seus cabelos de oiro. Os tesouros sumidos no fundo dos poços Vêm à tona de água, e mil outras maravilhas sucedem em tão milagrosa noite." (Ibidem, p. 219)

O romantismo, decorrente do contexto liberal, que procurou substância num passado ímpar, para explicar tradições, toponímia e outros aspectos da vida quotidiana, encontram um paralelo na renovada e entusiástica apetência pela herança árabe, na sequência do 25 de Abril.

Estes dois momentos, agregadores de um vínculo essencial, em torno da memória dos árabes, estão, contudo, subordinados à consolidação identitária de Portugal, no contexto europeu.

No século XIX, para valorizar a rusticidade e um património ligado ao saber-fazer (vide A Tradição de Ladislau Piçarra e os textos sobre os Pastores do Sul e o almece) de que se ufanavam os pensadores.

No século XX, para produzir um discurso pós-revolucionário, com duas vertentes:

— A singularidade de utopias locais, exaltando a múltipla convivência étnica (vide os árabes na Península, os portugueses em Marrocos e os portugueses no vasto Oriente/David Lopes (Cardeira da Silva, 2005:785);

— O património genético da vocação transnacional dos portugueses, autores da primeira globalização e portanto com capacidades inatas para compreender e relacionar-se com o outro, no contexto europeu.

Tal como foi constatado por Maria Cardeira da Silva, a orientalização, além de proporcionar a mercadorização turística (Ibidem, 787) permite recriar o país, conferindo-lhe desenvolvimento regional, enfatizando a multiculturalidade e a folclorização (Ibidem, 793-796).

Enquanto o Imaginário Popular remetia para o tempo dos Mouros grutas misteriosas e penedos ancestrais, ou até alguns costumes, as elites idealizavam um "outro" exótico, concebendo prosas e arquitecturas, eivados de requinte, onde a cultura árabe aparecia enquanto elemento decorativo e alimento de uma imaginação romântica.

Como Francis Robinson escreveu na Introdução à obra "Mundo Islâmico Esplendor de Uma Fé", as atitudes ocidentais face ao Islão, apresentam "antagonismo duradouro e uma relutância em compreender a visão islâmica da forma como a vida deve ser vivida" (Robinson; 1992: 16).

No fundo, os defensores das teses orientalistas, preocuparam-se "mais em impôr a sua visão (...) do que em saborear a sua realidade, e mais em colocá-lo ao serviço dos seus próprios desígnios do que em apreciá-lo em si mesmo (...) acabando (...) por criar uma nova barreira da imaginação que veio substituir uma parte importante da anterior barreira do preconceito" (Ibidem, 18).

É à luz desta atitude que se inserem textos de Garrett (D. Branca), Ataíde de Oliveira (Mouras Encantadas) Leite de Vasconcelos (Mouras Encantadas e Árabes, in Etnografia Portuguesa), etc.

Para esses autores, os Mouros são personagens inauditos e remotos, de um quotidiano que Eça de Queirós observou em "O Egipto", mas ainda assim cultivou-se a distanciação mítica, de um passado sem retorno, ou a descrição de outra civilização, para se afirmar a postura etnocêntrica.

Nos prédios que se constroem em algumas cidades, a corrente neo-árabe embeleza fachadas e interiores, que sobressaem, pelo toque orientalista, inesperado. Sobreviveram exemplares na Av. da Liberdade, Príncipe Real, Casa do Alentejo (Lisboa) Palácio da Pena (Sintra), Palácio da Bolsa (Porto) Mercado Municipal (Loulé) e Biblioteca Municipal (Faro).

A beleza do geometrismo emerge, entre construções da matriz arquitectónica europeia e portuguesa. Privilegia-se a diferença de um revivalismo que se esgota na função estética (a vacuidade apontada por Saïd e referida por Vakil).

Provavelmente, pela Europa, poderá ter sido durante o surgimento desta "corrente" literária e artística que eruditos coloniais terão designado como "Mão de Fátima", a Mão/batente de porta, procurando encaixar nos processos de construção da memória "reinventada" aquele símbolo.

Na actualidade, Santiago Macias[23] assegurou que o amuleto integrava os hábitos profilácticos dos antigos habitantes de Mértola, havendo "mãos de Fátima" nas suas casas[24]. Porém, importa questionar o símbolo, à luz das questões colocadas pelo professor Cláudio Torres[25].

Estamos, portanto, perante um elemento perturbante, contraditório, onde se entrelaça tradição, imaginário e efabulação. As narrativas sobre mouras e mouros, deixaram uma marca encantatória, que permanece na alma do Povo, pois desde a toponímia à oralidade, em grande parte do território, constata-se a existência de memórias, patrimónios e identidades associados a essas tradições.

Numa comunicação apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa, durante as comemorações do Centenário de Leite de Vasconcelos[26], afirmei que "O seu olhar sobre os árabes, em parte alicerçado no imaginário popular, mostra-nos um país rico em imaginação e memória, ainda hoje estudado nessa vertente, nomeadamente por Alexandre Perafita ou referido por Catarina Oliveira, a propósito de um estudo sobre o lendário em torno dos monumentos megalíticos de Montemor-o-Novo, onde ela relembra que "a associação a mouros e a uma topografia específica (monumentos antigos, poços, fontes) constitui um traço específico das histórias de tesouros."[27]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi justamente por ter encontrado uma tão grande disparidade de opiniões, durante uma viagem à Ilha de Jerba, na Tunísia, bem como sinais de dissonância, nas aulas do Mestrado "Portugal Islâmico e o Mediterrâneo", que decidi investigar o assunto, avançando com a apresentação de um projecto de dissertação, em cuja

23 "Nas escavações não encontrámos nenhuma Mão de Fátima, relacionada com as portas da Mértola Islâmica. Supõe-se que haveria, porque era hábito usarem..." Depoimento de Santiago Macias, em 28-11-2008, no Campo Arqueológico de Mértola.

24 "A entrada da casa era também um sítio onde, de modo prioritário, se colocavam os símbolos de protecção, destinados a afugentar os espíritos maléficos, impedindo a interferência destes no quotidiano dos seus habitantes. Mãos de Fátima e ferraduras eram, neste contexto, objectos privilegiados para afastar o mal", in Santiago Macias "Mértola Islâmica Estudo Histórico - Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séculos XII - XIII)", Campo Arqueológico de Mértola, 1996, p. 83. Na mesma obra, o professor Santiago diz que " A protecção dos alimentos era tentada das mais diversas formas. Num mundo cheio de crenças, temores e superstições (...) A magia tinha aqui um vasto campo de intervenção, que começava na escolha de objectos onde se inscreviam fórmulas apropriadas (...) A expressiva colecção de talhas de Mértola conta vários exemplos, para todo o período islâmico, dessas diferentes formas de protecção.", Ibidem, p. 107. Na página seguinte, acrescenta que a Mão de Fátima "protegia dos feitiços não só os alimentos conservados nessa vasilha, mas também a casa e os seus habitantes", Ibidem, p. 108.

25 "A Mão de Fátima, entre nós, é fenómeno recente, do século XIX. Antes disso, não conheço. Creio que essa representação da mãozinha (com a influência da orientalização que dominou o nosso imaginário) será romântico..." depoimento de Cláudio Torres, em 29-11-2008, no Campo Arqueológico de Mértola.

26 Luís Filipe Maçarico " Imaginário Popular sobre os Árabes em Leite de Vasconcelos", comunicação apresentada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 25 de Novembro de 2008.

27 Oliveira, Catarina "Lugar e Memória: Testemunhos Megalíticos e Leituras do Passado", Lisboa, Colibri, 2005.

ponderação preliminar este texto se insere, na sequência dum pequeno artigo, publicado na revista da Aldraba, intitulado "O objecto e a sua simbologia: "Mão de Fátima" em Portugal - Assim se criam os Mitos".

Irrefutável será o facto da Mão, enquanto símbolo de inúmeras culturas vir de trás, de muito longe. As interpretações acerca do símbolo divergem e exigem que as representações distintas da mão (fechada ou aberta) sejam analisadas, sem ceder a uma certa folclorização, que é bastas vezes a forma básica de assimilar o Outro e de o "integrar" na cultura dominante, enquanto ser exótico, porque adepto do irracional, da superstição, que constitui no fundo uma forma de o menorizar, enquanto diferente.

Parece-nos contudo improvável, que uma mão aberta e levantada, congregando a imaginosa metáfora dos cinco pilares do Islão, se possa confundir com o punho fechado e deitado, da mão minimalista, que reproduz o gesto de bater à porta.

Em termos de eficácia simbólica, supõe-se que estes diferentes artefactos confluam na sua acção, contra intrusos e forças maléficas apenas no imaginário popular.

Só o devir de unificar, numa mesma leitura de cunho simbólico, poderia apresentar tal unicidade plástica, de cariz orientalista, forçando à mesma acepção dois objectos distintos.

Olhando, porém, com atenção, a arquitectura dos edifícios, das diversas artérias da urbe, constata-se que, em número significativo, os materiais existentes nas portas, acompanham e correspondem a projectos encomendados ou desenvolvidos, entre os séculos XIX e XX. À excepção de templos e palácios, cujos elementos podem remeter para uma ancestralidade mais consistente, será insustentável afirmar que este ou aquele utensílio, exibido em portas contemporâneas, possuem centenas de anos.

A marca romântica, patente em tantos imóveis, de Norte a Sul, também deixou em Vila Viçosa inúmeras obras.

Afirmar a influência da cultura árabe nos exemplares de batentes com mão fechada, emoldurada por fachadas de Arte Nova, carece de prova documental ou aferição científica, consistentes, pois os defensores da tese da ligação daquela mão aos árabes, têm sustentado, salvo melhor opinião, uma argumentação frágil, que está longe de ser devidamente fundamentada, oferecendo um vasto campo de dúvidas...

Vemos estas mãos, tanto no Porto como em Santarém, em Mértola, Alvaiázere, Alpedrinha, Viana do Castelo e Loulé, em Sidi Bou Saïd, como em Paris, em Rabat e Bordéus, como em Granada.

Artefacto com a assinatura dos descendentes dos ferreiros alquimistas, que na Idade Média produziram bestiários e, em tempos mais remotos (no antigo Egipto e em Pompeia), executaram cabeças de leão, a mão das portas, terá, provavelmente, surgido no tempo do olhar revivalista, que impulsionou um regresso à ambiência fantástica das ficções medievais.

Como foi referido atrás, o professor Cláudio Torres assegurou, em Maio de 2009, durante a apresentação de "Aldrabas e Batentes de Porta: Uma Reflexão Sobre o Património Imperceptível", no âmbito do Festival Islâmico de Mértola, que

a mão das portas só apareceu no século XIX. A corroborar esta opinião, a tese de Hafid Mokadem sobre 990 portas de Rabat-Salé evidencia o facto dessa mão, fechada, segurando uma bola, ter sido levada para Marrocos, pelos franceses, durante o tempo do protectorado, pois chegou à conclusão que se tratava de utensílios recentes, ao longo da sua arguta e bem alicerçada indagação.

No cômputo das dúvidas que as afirmações de alguns autores suscitam, pergunta-se:

Quem foram os arquitectos? E os carpinteiros e ferreiros que embelezaram a cidade com a sua Arte? E os proprietários? Porque quiseram as casas com estas fachadas e os diversos elementos (postigos, batentes, cantarias) onde a mão se insere? Expressão de uma moda ou intenção de ostentar um certo estatuto? Vontade de reproduzir nas entradas das residências mensagens estéticas? Na memória guardada dos arquivos da Câmara Municipal de Vila Viçosa existirão certamente alguns dados indispensáveis à compreensão do desenho urbano que chegou até nós. E aí, poderemos, talvez, encontrar uma parte das respostas para as dúvidas que assomam nesta reflexão.

Produzem-se muitas vezes afirmações que carecem de prova científica. Por exemplo: quando se assegura, que as mãos nas portas, são vestígios do Al-Ândalus, bastará olhar para a estrutura do prédio, para saber (se tiver a data na porta) o ano e o século em que terá sido construído (ou, na sua ausência, indagar nos respectivos serviços municipais). Torna-se pois pertinente contextualizar o estilo/época das arquitecturas evidenciadas, comparando com testemunhos medievais ou de outros tempos remotos, patenteados na estrutura construtiva de templos e palácios seculares.

Os patrocinadores de certas hipóteses deveriam apresentar provas fidedignas, esclarecedoras das suas percepções. Chegámos, — por falta de aprofundamento, a sustentar - aceitando a suposta autenticidade da lenda — que, quer a mão que nos chama (batente de porta, em forma de mão fechada), quer a mão que se guarda ou ostenta, com determinadas conotações (mão aberta, em talismãs), seria a "Mão de Fátima", acabando por merecer citações, em bibliografias, que induziram outros em equívoco.

Esse equívoco está bem patente em textos de alguns eruditos portugueses, contrariando as conclusões de Torres e Mokadem, sendo muito difícil alterar ideias enraizadas na comunidade científica, sobretudo entre os arqueólogos, que usam aquela designação, avulso.

Desconhece-se a existência de textos credíveis, de autores muçulmanos, justificando o porquê de, apesar de interditadas, pelo Corão, as representações antropomórficas terem sido contornadas e renomeadas, com uma conotação perto do Sagrado.

Tal como no século XIX, ainda se efabula, a propósito de objectos, provavelmente levados pelo colonizador europeu, para o Norte de África, contando-se fantásticas histórias de um imaginário, que continua a fazer o seu caminho.

Por isso, quando alguém, por muito respeitável que seja o seu percurso, declarar, a propósito da mão das portas, que está ali um nítido resquício do passado ára-

be, duvidem, questionem do rigor da proposta apresentada, e, se possível, acrescentem mais contributos, para deslindar este fascinante e labiríntico fio de Ariadne, sem desmerecer os passos anteriores, pois todas as posições divulgadas, serviram para tentar iluminar a verdade, na busca incessante que é a investigação científica.

Este artigo, com o intento de, com algum rigor, acrescentar, nem que seja um conjunto de interrogações, ao que foi escrito, alicerça-se no pressuposto incontornável, que Ruy Belo expressou magistralmente: "na dúvida tenho a única certeza"[28].

Pequeno Glossário

Chamsa - O mesmo que Khamsa;
Khamsa - Cinco, em árabe;
Khomsa - Objecto, em forma de mão, para enfrentar a inveja, segundo o tunisino Houssemeddin;
Hamsa - Ver Khamsa;
Jamsa - O mesmo que Hamsa, mas em língua castelhana;
Main de Fatima - Designação francesa para Khomsa;
Main de Fatma - Variante daquela designação, também em língua francesa.

BIBLIOGRAFIA

Livros

AAVV "O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve", edição Instituto Português do Património Arquitectónico - Direcção Regional de Faro, 2002.

AAVV "Estoi, Um Olhar Sobre o Património", IN LOCO, 2000.

AAVV "Memórias Árabo - Islâmicas em Portugal", Comissão Nacional das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

AAVV "Signes & Symboles dans l'Art Populaire Tunisien", Tunis, Société Tunisienne de Diffusion, 1976.

ABDALLAH, Chadly Ben "Fêtes Religieuses et Rythmes de Tunisie", Tunis, J.P.S. Editions, 1988.

ALEGRIA, José Alberto «Itinerários da Terra Inventariar o Património de Arquitectura em Terra Contributo para um inventário no concelho de Silves», Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002.

ALVES, Adalberto "A Herança Árabe em Portugal", CTT, 2000 p. 74.

ALVES, Adalberto "Em Busca da Lisboa Árabe", Lisboa, CTT, 2007, p. 170.

AYOUB, Abderrahman «Signes et Symboles en Tunisie», Ministère de la Culture, de la Jeunesse et des Loisirs, Agence de Mise en Valeur du Patrimoine et de Promotion Culturelle, 2003.

BELATIK, Mohamed «Le Patrimoine culturel marocain: richesse et diversité», in GAULTIER-KURAN, Caroline *Le patrimoine culturel marocain*, Université Senghor d'Alexandrie Maisonneuve & Larose, Paris, 2003.

BOSCHÈRE, Guy de «Sidi Bou Saïd Coline des poètes et des saints», Tunis, Cérès Editions, 2001.

28 Ruy Belo, "Muriel", Obra Poética, volume 2.

BRAUDEL, Fernand "O Mediterrâneo o Espaço e a História", Teorema.

CIRLOT, Eduardo "Dicionário de Símbolos", Lisboa, D. Quixote, 2000.

COELHO, António Borges "Portugal na Espanha Árabe", volumes 1 e 2, Lisboa, Caminho, 1989, 2ª edição.

COELHO, António Borges "Questionar a História", Lisboa, Caminho, 1986.

CHABEL, Malek "Le Corps dans la tradition au Maghreb", Paris, PUF, 1984, pp.62- 63.

CHEVALIER, J. GHEERBRANDT, A. "Dicionário dos Símbolos", Lisboa, Teorema, 1994.

GARRIDO GARRIDO, Maria e GARCIA GRANADOS, Juan A. Introducción al estúdio de la cerâmica estampillada andalusí en Granada" in Associacion Espanola de Arqueologia Medieval "Arqueologia Medieval Española II Congresso Madrid 19-24 Enero 1987", Tomo II: Comunicaciones, Madrid, 1987, pp. 678-687.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana (coord.) "Alcáçova do castelo de Mértola 1978-2008 Trinta Anos de Arqueologia", Câmara Municipal de Mértola, 2008.

GÓMEZ-MARTÍNEZ, Susana "Objetos del Gharb Al-Andalus", in VENTURA, Maria da Graça A. Mateus *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira*, Lisboa, Colibri, 2002, pp. 241--264.

GOURHAN, André-Leroi "O Gesto e a Palavra 2 Memória e Ritmos", Lisboa, edições 70, 1987.

GUIMÉNEZ, Maria del Mar Villafranca "Los Jarrones de la Alhambra simbologia y Poder", Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, Consejeria de Cultura, Junta de Andalucia, 2006-2007.

KARAOUI, Ahmed «Guide de Sidi Bou Saïd», Tunis, ets A. Ben Abdallah, 1984.

LACOUE-LABARTHE, Marie France; GÉMIN, Pierre "Heurtoirs de Bordeaux", Pau, ed. Princi Réguer, 2000.

LEWIS, B., PELLAT, C., SCHACT, J. "Encyclopédie de l'Islam", Tomo II-C-G. Paris, Leyde E. J. Brill, G-P Maisonneuve & Larouse SA, 1977, Fátima: pp. 861-870.

MAÇARICO, Luís Filipe "Aldrabas e Batentes de Porta Uma Reflexão sobre o Património Imperceptível", Caderno Temático nº 1, Edição Aldraba Associação do Espaço e Património Popular.

MACIAS, Santiago "Mértola o último porto do Mediterrâneo", Campo Arqueológico de Mértola, 2006, p.394; "Aspectos do quotidiano no ocidente islâmico", in AAVV *Marrocos - Portugal Portas do Mediterrâneo*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses", 1999, pp. 57-61;

MACIAS, Santiago "Mértola Islâmica Estudo Histórico – Arqueológico do Bairro da Alcáçova (séculos XII-XIII)", Campo Arq. de Mértola, 1996, pp. 81, 83, 107 e 108.

MACHADO, José Pedro "Vocabulário Português de Origem Árabe", Lisboa, Editorial Notícias, 1991.

MOKADEM, Hafid "La porte d'entrée de la maison maroco-andalouse de Rabat-Salé", in GAULTIER-KURAN, Caroline *Le patrimoine culturel marocain*, Université Senghor d'Alexandrie Maisonneuve & Larose, Paris, 2003.

MORABAT, Abderrahim (Et Al) "Open Doors for crafts and dialogue Cooperation Arab Republic of Egypt/Federal Republico f Gernmany", German Technical Cooperation GT2 Egypt, Office Cairo, Cairo Novembro 2007.

MOURAD, Khireddine Ramirez, Francis, Rolot, Christian "Arts et traditions du Maroc", ACR Édition Internationale, Courbevoie, Paris, 1998.

NOURISSIER, Giles, REGUANT, Joan, CASANOVAS, Xavier, GRAZ, Christophe "Architecture Traditionnelle Mediterranéene", École d'Avignon, Col. Legi d'Aparelladors i Arquitectes Tècnis de Barcelona, École des arts et métiers traditionnels de Tétouan, Barcelona, 2002.

NÚÑES, J. Agustín; ACEDO, Aurelio Cid; "L'Alhambra vue de près", Edilux, 2000.

ROBINSON, Francis "Mundo Islâmico Esplendor de Uma Fé", Círculo Leitores, 1992.

RIBEIRO, Orlando "Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico", Sá da Costa, 1967, 3ª ed.

RODRIGUES, Maria João Madeira; SOUSA, Pedro Fialho de; BONIFÁCIO, Horácio Manuel Pereira "Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura", Quimera, 2002, 3ª edição.

ROBINSON, Francis "Mundo Islâmico Esplendor de Uma Fé", Círculo Leitores, 1992.

SETHOM, Samira "Khomsa et poisson", in SETHOM, SAMIRA (Et Al) *Signes & Symboles dans l'Art Populaire Tunisien*, Tunis, Société Tunisienne de Diffusion, 1976.

SHINAR, Pessah "Modern Islam in the Maghrib", The Max Schloessinger Memorial Foundation, The Hebrew University of Jerusalem, 2004.

SILVA, Maria Cardeira da "Um Islão Prático", Oeiras, Celta, 1999.

TMARZIZET, Kamel "Nouveau Guide Pratique Djerba L'Île dês Rêves", Editions STAG, Tunis, 2000.

TORRES, Cláudio "A Civilização Islâmica - última síntese Mediterrânica", *Museu de Mértola. Arte Islâmica*, Campo Arqueológico e C. Municipal de Mértola, 2001.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago "Apogeu da Civilização Islâmica no Ocidente Ibérico" *Memória de Portugal O Milénio Português*, coordenação de Roberto Carneiro, Círculo de Leitores, 2001.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago "O Legado Islâmico em Portugal", Círculo de Leitores, 1998.

TENGARRINHA, Margarida "Da Memória do Povo", Colibri, 1999.

TRESIDDER, Jack "Os Símbolos e o seu Significado", Círculo de Leitores, 2000.

TREASE, G. "O Relógio da História," Lisboa, Verbo, 1986. pp. 52-53.

VARANDA, Fernando "Mértola no Alengarve Tradição e Mudança no Espaço Construído", Assírio & Alvim, 2002.

VASCONCELLOS, J. Leite de "Etnografia Portuguesa", volume X, Lisboa, Imprensa Nacional - - Casa da Moeda, 1988.

VASCONCELLOS, J. Leite de "Etnografia Portuguesa", volume IX, Lisboa, Imprensa Nacional - - Casa da Moeda, 1985. Páginas 66, 256 e 260.

VASCONCELLOS, J. Leite de Etnografia Portuguesa", volume II, Lisboa, Imprensa Nacional - - Casa da Moeda, 1983.

VASCONCELLOS, J. Leite de "Etnografia Portuguesa", volume VI, Lisboa, Imprensa Nacional- - Casa da Moeda, 1983.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus "O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e Fronteira", Colibri, 2002.

ZANNAD, Traki "Symboliques Corporelles et Espaces Musulmans", Tunis, Cérès Productions, 1984.

Enciclopédias

Enciclopédia Einaudi (1-Memória-História: Memória, por Jacques Le Goff) Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. (16-Homo-Domesticação - Cultura Material, por Jacques Barrau) Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, pp. 305-312.

"Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", volume I, Lisboa - Rio de Janeiro, ed. Enciclopédia Ltda., s/d.

LEWIS, B., PELLAT, C., SCHACT, J. "Encyclopédie de l'Islam", Tomo II-C-G. Paris, Leyde E. J. Brill, G-P Maisonneuve 8, Larouse SA, 1977, Fátima: pp. 861-870.

Teses

GUIMARÃES, Ana Paula Amorim de Sousa "Olhos, Coração e Mãos no Cancioneiro Popular Português", Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para a obtenção do Grau de Doutor, Lisboa, 1990.

MOKADEM, Hafid "La Porte Hispano – Mauresque de Rabat-Salé" Memoire de Fin d'Etudes du II ème Cycle de Sciences de l'Archeologie et du Patrimoine, Institut National des Sciences d'Archeologie et du Patrimoine, Rabat, 1992.

Artigos

ALYA "Porte-Bonheur L'Essentiel est d'y Croire", revista da TUNISAIR, Outubro de 2002, pp. 68-69.

BARRIO, Pilar; ZULOAGA, Pablo "Aldabas e Llamadores Golpe de Mano", in "Nuevo Estilo", nº 192, Marzo 1994, pp. 120-125.

BENFOUGHEL, Tatiana, "Entre Tradition et Modernité", "Qantara", nº 20, Julho/Setembro 1996, pp. 42-46.

COVANEIRO, J; CAVACO, S; LOPES, G. "O Bairro Almóada do Convento de Nossa Senhora da Graça - Tavira. Notícia Preliminar", *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*, Promontoria Monografia UALG, 2009.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina, "Cerâmicas estampilhadas provenientes de Tavira", in *Actas do V Encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 Out 2007)*, volume II, Xelb, 2008, pp. 155-168.

GOMES; Rosa Varela, "Cerâmicas almóadas do Castelo de Silves", in AAVV *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental,* Lisboa 16-22 Nov 1987", Campo Arqueológico de Mértola, 1999, pp. 397-403.

KWAHLI, Abdallah, «Introdução ao Estudo das Vasilhas de Armazenamento de Mértola Islâmica», «Arqueologia Medieval », nº 2, Afrontamento, Porto, pp. 63-78; KWAHLI, Abdallah «Arcos Estampilhados da Cerâmica Islâmica de Mértola», «Arqueologia Medieval», nº 3, Afrontamento, Porto, s/d, pp. 133-145.

KWAHLI, Abdallah, «A Mão de Fátima e a sua Representação na Arte Hispano-Muçulmana. Cerâmica Estampilhada de Mértola», *Arqueologia del Entorno del Bajo Guadiana* Actas del Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste, Huelva, 1994, pp. 605-618.

KWAHLI, Abdallah, «A Mão de Fátima e a sua Representação na Arte Hispano-Muçulmana. Cerâmica Estampilhada de Mértola», in *Encuentro de Arqueologia del Suroeste Huelva Niebla*, org. Grupo de Investigacion Arqueologia del Suroeste e Campo Arqueológico de Mértola, s/d, pp. 423-429.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio, "Consumo Alimentar e Utensílios de Cozinha", in DIOGO, João Manuel e ABRAÇOS, Hélder Chilra "Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval Métodos e resultado para o seu estudo", Tondela 22 a 25 de Março de 1995", Câmara Municipal de Tondela, 1998, pp. 67-79.

MAÇARICO, Luís Filipe; SILVA, Graça; OLIVEIRA, Vanda e COSTA, Leonel, "Da Vivência à Patrimonialização: Aldrabas e Batentes no Núcleo Histórico da Freguesia de Santa Maria dos Olivais", comunicação apresentada no XI Colóquio dos Olivais, Escola Secundária Eça de Queiroz, 5-4-2005.

MAÇARICO, Luís Filipe; OLIVEIRA, Vanda e COSTA, Leonel,"O Património Invisível e a Preservação da Memória: Aldrabas e Batentes em 3 freguesias de Loures", comunicação nas V Jornadas de Cultura Saloia, organização da Câmara Municipal de Loures, Auditório do Museu da Cerâmica, Sacavém, 2 e 3 -12-2004.

MAÇARICO, Luís Filipe, "O Objecto e a sua Simbologia: "Mão de Fátima" em Portugal. Assim se criam os Mitos", Aldraba, 2009.

MAÇARICO, Luís Filipe, "A Importância dos Objectos para a Leitura do passado. A Mão de Fátima na Cerâmica do Al-Andalus. O Olhar do Antropólogo", in *O Gharb Al-Ândalus Pro-*

blemáticas e Novos Contributos em Torno da Cerâmica, Encontro Internacional, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 15 e 16 de Maio de 2009.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Portas de Évora", Revista "A Cidade", Câmara Municipal de Évora, 2009.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Portas de Almada", Anais de Almada, Câmara Municipal de Almada, nº 11-12, 2008-2009, pp. 39-66.

"A Linguagem das Portas de Vila Viçosa", "Callípole", Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2008.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Aldrabas e batentes de porta de Aljezur", Al-Rhiana, nº 4, Câmara Municipal de Aljezur, 2008, pp. 133-160.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Aldrabas e Batentes de Montemor-o-Novo: Um Olhar Antropológico", "Almansor", nº 4, 2ª série, 2006, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, Abril 2006.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Aldrabas e Batentes", "Aldraba", boletim nº 1 da Aldraba - Associação do Espaço e Património Popular, Abril 2006, pp. 6-7.

MAÇARICO, Luís Filipe, "A Função Antropológica da Aldraba. Da Origem Simbólica à Morte Funcional", "Arqueologia Medieval", nº 8, 2003, Porto, Afrontamento, pp. 301-312.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Preservação do Património, salvaguarda da identidade: o caso das aldrabas", "Memória Alentejana", nº 8, Primavera 2003, pp. 25-26.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Alma Alentejana", nº 14, Agosto/ Novembro 2003, pp. 6-7; MAÇARICO, Luís Filipe, "Aldrabas: Jóias do Património e da Identidade", "Gesto", revista do Círculo Artístico e Cultural Artur Bual", nº 4, 2002, pp. 35-36.

MAÇARICO, Luís Filipe, "As Aldrabas de Lisbuna", "A Voz do Operário", nº 2859, Janeiro 2001.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Um Património Quase Invisível", "Jornal do Fundão", Fundão, 9 de Fevereiro 2001.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Moreanes e as suas Aldrabas", "Alentejo Ilustrado", suplemento do "Diário do Alentejo", Beja, 22 de Junho 2001, p. 7.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Os Segredos da Aldraba", "Rosa Albardeira," nº6, Outubro/Novembro 2001, p. 6.

MAÇARICO, Luís Filipe, "Aldrabas e Globalização", "Folha de Montemor", nº 138, Outubro, 2000.

PASSECHNIKOFF, Alexis, "A Figa, Companheira de Tanto Mar", in Póvoa de Varzim, Boletim Cultural, vol. XXXV, ed. Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, 2000.

PAVON MALDONADO, Basílio, "Arte y emblemas en la España musulmana", in "Al-Qantara", volume VI, 1985, pp. 397-450.

POLICARPO, António, "Uma confraria muçulmana-sufi na origem do S. João da Ramalha? Mito ou realidade?" in "Anais de Almada", revista cultural nº 2, Divisão de História Local e Arquivo Histórico, Câmara Municipal de Almada, 1999, pp. 75-99.

REI, António, "A 'Mão de Fátima' Uma imagem ritual islâmica de protecção", in *O corpo e o gesto na Civilização Medieval*, Actas do colóquio, IEM & NCE, FCSH- UNL, Colibri, 2005, pp. 179-186.

SILVA, Maria Cardeira da, " O sentido dos árabes no nosso sentido. Dos estudos sobre árabes e muçulmanos em Portugal", "Análise Social", vol. XXXIX (173) 2005, 781-806.

TORRES, Cláudio, "A Civilização Islâmica é a última grande civilização mediterrânica", entrevista de Luís Leiria, in "Revista História, Número Especial – Islão", pp. 7-17.

ZOZAYA, Juan, «Aperçu général sur la céramique espagnole» in AAVV *la céramique en Méditerranée occidentale Xe XVe siècles Valbonne 11-14 Septembre 1978* Paris, Colloques Internationaux CNRS, nº 584, 1980.

Catálogos e folhetos

AAVV "Vieux Quartiers vie Nouvelle", Tunis, Municipalité de Tunis e Association Sauvegarde de la Medina de Tunis, 1996.

"Portugal Islâmico os últimos sinais do Mediterrâneo", catálogo da exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 266-267.

AMARAL, Maria Conceição; CAMBAZARD-AMAHAN, Catherine, "A Arte da Madeira em Marrocos Saber e Tradição milenar", Câmara Municipal de Faro, Ministério da Cultura do Governo Português e Ministère de la Culture du Royaume de Maroc.

GOMES, Rosa Varela e GOMES, Mário Varela, "Palácio Almoada da Alcáçova de Silves", Lisboa, 2001, p. 71.

MACIAS, Santiago, «Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus», in AAVV «Portugal Islâmico Os Últimos Sinais do Mediterrâneo», Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 109-120.

Depoimentos

ALVES, Adalberto, 6-6-2001. CHACHIA, Houssemeddin, Julho, 2010; GHOMRASNI, Mabrouk, Jerba, Outubro 2002. KOUNIALI, Béchir, Jerba, Outubro 2002. OMRANI, Salem, Lisboa, Abril 1999. OMRANI, Taïeb, Tozeur, Janeiro 2001. YOUSSEF, Lisboa, Novembro 2002.

Documentos electrónicos

Blogues

http://aaldraba.blogspot.com (consultado entre 2005 e 2007)
http://aguasdosul.blogspot.com (consultado entre 2004 e 2007)
http://adufe.weblog.com.pt/(consultado entre 2005 e 2006)
http://monsarazemfotos.blogspot.com/(consultado em 2006)
http://batente.blogspot.com/(consultado entre 2006 e 2007)

Sites

http://aldraba.org.pt/(consultado entre 2006 e 2007)
http://www.les-ziboux.rasama.org/significations-main-fatima-khomsa.html (consultado em 18-12-2008 - 15:53)
http://aminour.unblog.fr/tag/representations-symboliques/la-main/(consultado em 18-12--2008 - 15:57)
http://islamoncoeur.xooit.com/t3896-La-main-de-Fatma-Khamsa.htm (consultado em 18--12-2008 - 16:09)
http://www.orientalement.com/q4019-main-de-fatma.html (consulta 18-12-2008 - 16:25)
http://www.mesk-ellil.com/?p=421 (consultado em 18-12-2008 - 16:54)
http://tunisdivagation.blogspot.com/2007/10/khomsa-la-main-de-fatma.htm (consultado em 18-12-2008 - 19:06)
http://www.harissa.com/D_forum/Culture_Tune/loriginedelakhamsa.htm (consultado em 18-12-2008 - 19:22)
http://dlafrette.neuf.fr/La_main_de_Fatma/khamsa.htm (consulta em 18-12-2008)
http://lugaresdosul.blogspot.com/2008/04/mos-de-ftima.html
http://www.solilang.net.pdf/extraitstunisie.pdf
Communauté juive de Djerba in www.terredisrael.com (consulta em 12-1-2010)
La Bijouterie à Djerba in http://djerba.net.free.fr/bijouterie.htm (consulta em 12-1-2010)

PORTUGAL: DE ARISTÓTELES À IMACULADA CONCEIÇÃO

Carlos Aurélio

1

São Tomás de Aquino,[1] o Doutor Angélico e príncipe dos filósofos da Igreja, era um homem alto e encorpado, uma forte figura em feitio de touro pesado, lento e silencioso, quase sempre abstraído e tão calado que alguns, mais distraídos, viram nas parcas palavras da sua juventude sinal de pouco juízo e, daí, lhe chamarem Boi Mudo, o *Boi Mudo da Sicília*, se bem que nascido fidalgo no Castelo de Roccasecca, a meio caminho entre Roma e Nápoles. E, no entanto, ao autor extraordinário da extraordinária *Suma Teológica*, ao sumo e douto teólogo que afinal muito veio a dizer e a escrever, sucedeu-lhe certo dia algo mais extraordinário ainda, isso enquanto rezava missa, pois que, desde aí, se resguardou em restrito silêncio vindo a confessar ao seu amigo Frei Reginaldo: *«Já não consigo escrever mais. Vi coisas perante as quais todos os meus escritos são como palha»*.[2] E o *Boi Mudo* que tão estrondosamente havia mugido pela voz da sua inteligência, com palha ou sem ela, calou-se, e veio a morrer pouco depois.

Ora, o presente texto, fique o leitor sabendo, encomendo-o eu no propósito de coisas que tomo por sublimes e extraordinárias, das quais, asseguro, pouco ou nada sei. Dir-me-ão ajuizadamente que palha já há de sobejo, que não se deve palrar sobre o que não se sabe, mas peço através de São Tomás de Aquino, precisamente, que eu possa aqui escrever para ver se começo a saber, por escasso que seja. É que, o dito Santo, se falava pouco deu sempre mostras de pensar, discursar e escrever, ainda que outros o tomassem por mudo, e só veio realmente a emudecer depois de atingido pelo raio fulminante da sabedoria. Portanto, da ignorância e do desejo de a minorar nascem os escritores, mesmo os mais inábeis e, terá sido talvez por motivo inversamente simétrico que Jesus Cristo, Divino sábio, se absteve da escrita

1 Tomás de Aquino nasceu em 1224 ou no início de 1225 em Roccasseca perto de Aquino, então pertença do Reino da Sicília, Itália. Teólogo e doutor da Igreja foi frade dominicano, tendo falecido a 7 de Março de 1274 na abadia de Fossanuova.

2 G. K. CHESTERTON, *S. Tomás de Aquino*, Civilização Editora, 2009, p. 143.

em *seu* magistério, tivesse ou não biblioteca como o fez constar em conjecturas de versos o poeta Pessoa.[3]

Pode pois a consciência da ignorância tornar-se fértil se espicaçada pelo aguilhão do mistério, essa atmosfera de subtileza que traz frutos aos que nada sabem, aos pobres de espírito do "Sermão da Montanha" evangélico. De dogmas religiosos nada sei mas dos principais da Igreja Católica sempre me impressionou o da Imaculada Conceição. Sondemos a ignorância, deitemos o barco ao mar que é na vastidão oceânica que se descobrem terras encobertas. Oxalá ventos e correntezas nos favoreçam, que a Senhora Nossa nos ajude.

Dos dogmas católicos depressa nomeio quatro: o dogma da **Encarnação**, o da **Santíssima Trindade**, o da **Imaculada Conceição** e o da **Assumpção** e, a estes, deveria juntar mais dois, nucleares e marianos, o da *Virgindade Perpétua de Maria* e o da *Maternidade Divina* ou *Mãe de Deus, Theotókos*. Dito assim, parecem apenas títulos de fantasia para gente carente de religião ou de crendice e, todavia, meu Deus!, que densidade cósmica e antropológica guardam, que abismos abraçam! Em cada um deles pode a humanidade rever-se em fundura que eleva, alargar-se em horizonte que aproxima. Os dogmas são verdades ou frutos da revelação sagrada quando a filosofia pede ajuda à teologia, são nódulos de luz espiritual, substantivos à volta do Verbo, o motor imóvel que tudo faz e cria, que move e vivifica; pelos dogmas acedemos ao limiar da Santa Substância e, coisa sublime, tudo o que nos fazem ver, vive aquém do que sempre será essencialmente incompreensível. E digo-o por isto: a Razão é sempre menor que Deus, Mistério que tudo cobre e transcende. Um dogma religioso só pode afirmar algo de essencialmente impenetrável, de indominável, de supra-racional, diria; um dogma é o olhar humano suspenso do vasto azul da Verdade que está para lá do cume das montanhas, é a filosofia e a fé, simultâneas e complementares, a ascensão calibrada do alpinista que escala com os pés assentes nos rochedos enquanto os olhos estão sempre no infinito do céu. Também podemos ver um dogma em metáfora de um fruto, talvez pêssego ou alperce, saboreá-lo em seu suco apetecível e delicioso e, todavia, nunca esquecer que o seu caroço é duro, resistente e inviolável. É isso o Espírito: dá-*se* mas não racionalmente todo, e assim permanece livre e criador, vital e invicto. A religião medeia com *ele*, na via de acesso aos homens que buscam a vastidão de si mesmos. Os dogmas católicos também podem ser mapas de desertos ou então cartas de marear, itinerários amplos do Deus revelado em Jesus Cristo. A quem receia a viagem, evidentemente lhe há-de custar a palavra dogma, pois preferem-lhe a rigidez racional e a auto-suficiência humana, como se tivessem sido os próprios homens os fabricantes impossíveis do universo que reconhecem desconhecer.

Regressemos ao arquipélago das quatro ilhas dogmáticas: o dogma da **Encarnação** afirma Jesus Cristo em duas naturezas, inteiramente humano e inteiramente divino, em duas integridades completas que levadas ao extremo e, por evidência

3 FERNANDO PESSOA, *Obras Completas*, Lello & Irmão Editores, vol. I, pp. 412-3. *Liberdade*: «Ai que prazer / Não cumprir um dever, / Ter um livro para ler / E não o fazer! (...) O mais que isto / É Jesus Cristo, / Que não sabia nada de finanças / Nem consta que tivesse biblioteca...».

racional, só se podem excluir mutuamente. Como pode um Ser, ser e não-ser ao mesmo tempo? É homem mas criador de absoluto, origem e fim em si mesmo? É Deus e morre? Jesus Cristo é uma só pessoa e *«Filho unigénito de Deus (...), gerado e não criado, consubstancial ao Pai (...), encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria (...), foi crucificado (...), padeceu e foi sepultado (...), ressuscitou ao terceiro dia (...) e subiu aos céus (...), de novo há-de vir em sua glória.»* Pela ciência positivista o *Credo* é uma escada irracional, só a Fé o sustenta. No dogma da **Santíssima Trindade** como pode o Deus Único ser Trino: Pai, Filho e Espírito Santo? No dogma da **Imaculada Conceição** há uma entidade não criadora, pois é criatura, que em si mesma não tem mácula e não a atravessa a fissura da debilidade devedora da morte? E no dogma da **Assumpção,** a Virgem da Boa Morte – o povo chama-lhe Senhora da Dormição –, fica incólume à corrupção do pecado até vir a ser em corpo e alma integralmente assumpta em Espírito?

Eis quatro dogmas que, ou são fantasias para dementes ou então fogos perpétuos a iluminarem o horizonte, faróis do caminho, faíscas a incendiarem de quando em vez o breu da nossa incompreensão. Em conceito, como aceitar um Ser sublime, criador e origem universal que, afinal, padece e morre numa cruz? Como intuir Deus, princípio único e exclusivo que *se* nos vem a revelar em três Pessoas, sem que *o* dividam e diminuam? Como conceber uma criatura, gerada e humana, que afinal é imaculada, incorrupta e intocável pelo aguilhão da degenerescência e da morte? Como vislumbrar que a sua íntegra espiritualização tenha sido atravessada pela geração entre homem e mulher? Não, desta potencial discussão não nasce luz alguma. Só cinza para ignorantes. Mas de uma sincera e absoluta incompreensão pode sair faísca, que é a fé que Deus dá. O barco baloiça e a alma confia.

2

Não mente por certo o Mito do Paraíso porque a verdade dos mitos, pura, cósmica e dada em linguagem humana é uma espécie de medula densa, talvez um novelo de luz intensa, no qual, só podemos discernir algumas linhas e formas se semicerrarmos o olhar. Não vale a pena escancarar os olhos ávidos, sem protecção e sensatez, pois a cegueira alapa-se aos temerários e assusta os tíbios. Basta que olhemos com fé, desejo e sentido de maravilhoso. No Mito do Paraíso substancialmente importa sondar o quanto a essência humana concebida em Adão e Eva é imagem e semelhança de Deus. Ao Divino Criador está subjacente a ideia de omnipotência, omnipresença e omnisciência em totalidade absoluta de onde se inere a liberdade. No mistério da Criação subjaz o mistério do Mal, desse Mal que dilacera, separa e corrompe mas que, assim me parece, entronca na inevitabilidade associada ao problema da liberdade do homem: o Senhor Deus pôs duas árvores no Paraíso, a da vida e a da ciência do bem e do mal, uma que cria e outra que livremente permite a consciência e a escolha. O homem que vivia direita e directamente ligado ao seu Criador, a criatura mais amada, o ser mais sublime, a esse e só a esse, lhe foi colocado o dilema do fruto da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal, e por isso só o homem fala e ama. Foi-lhe dado escolher para ser livre, amando total e abso-

lutamente, e só nessa superior possibilidade pode ser imagem e semelhança de sua suprema liberdade: Deus. O problema do Mal encadeia-se no mistério humano da liberdade. É para aí que vamos, agora que o barco tem corrente a favor.

O homem sente e vive no mundo sensível mas, se limitado aos sensos ou sentidos não chega longe, anda a tacto, vagueia, e, esse limite pode tornar-se miopia, só curada pelas dioptrias do pensamento largo. A verdade é que se nos bastassem os sentidos seríamos animais apenas, e no entanto, agora e aqui fora do Paraíso, a sensibilidade também importa, tudo importa, se sujeita à potência mais absolutamente humana: o amor. É o amor que nos faz falar e, as sensações que tanto informam também precisam das palavras, pois por elas pensamos e legendamos o mundo até à fé das verdades últimas que iluminam. Verdades últimas, outra vez os dogmas! Sem eles a racionalidade não arriscaria ver de mais alto ou então, pior ainda, quedar-se-ia pelas empenas escorregadias do mundo mensurável ou quantitativo, por um cartesianismo de extensão e medida, um cientismo tolhido em muita tecnologia e pouco conhecimento. Um dogma advém da Revelação, é um mito explicitado ou a polpa de um fruto cujo caroço só Deus conhece, o halo de uma luz que faz ver sem que directamente a vejamos. Depois do Paraíso, está dito, Deus não *se* nos dá directamente.[4]

Estou convicto que um outro mito, o da Caverna de Platão, foi dado ao filósofo ateniense por um daqueles anjos ou deuses gregos a mando do próprio Deus único. Creio que Platão, nesse mito, simboliza o homem acabado de ser expulso do Paraíso, acossado pela espada do anjo guardião e acorrentado como escravo, ainda aturdido pelo mundo dos sentidos. Dentro de uma caverna funda e em declive estão vários homens presos com grilhetas e olhando a única realidade que vêem e crêem, a das sombras de objectos quotidianos que outros nas suas costas transportam, projectadas na parede a partir de uma fogueira; todo o homem excepcional que decide pela liberdade tem que subir a empena íngreme, negando a escravidão até chegar à boca da caverna, inundada pela verdadeira luz do Sol; a verdade reencontrada não é reconhecida pela cegueira dos outros escravos ainda acorrentados aos sentidos e, a sua luz, só lhe pode ser insuportável. Tudo está aqui platonicamente dado: o mundo superior da verdade inteligível, poucos se atrevem a contemplar, ao invés do mundo sensível da baixa caverna, falaz e ilusório. Adaptemos, seguindo o nosso veio: as Formas Puras em Platão, arquétipos ou arcanos de verdades divinas, primordiais e últimas, são os dogmas de que falamos, dádivas transpostas da Revelação sagrada. A Verdade ou

4 *O Senhor acrescentou: «Mas não poderás ver a Minha face, pois o homem não pode contemplar-Me e continuar a viver».*– Ex 33,20. Assim disse Deus a Moisés no alto do Sinai.

Revelação judaico-cristã resplandece lá em cima, na boca da caverna platónica, capaz de ser contemplada pelos que se atrevem a voltar costas à escravidão, ajudados pela fé que vê e pela razão que faz pensar, acaso aceitem a condição de se saberem escravos expulsos do Paraíso. Sincretismo perigoso? Não, apenas a verificação de que o amor em Cristo é essencialmente afim à liberdade da filosofia grega.

Revertendo e avançando, aproemos o barco às ilhas do longe, deduzindo que Platão nos mostra quem somos após o acidente dramático da queda adâmica, mas não propõe o que façamos, ainda que pela sua maiêutica nos ensine a desembrulhar a verdade oculta em reminiscências. Quer dizer, e isto importa, o Paraíso permanece em nós potencialmente vivo, trazemo-lo guardado, denso e secreto na mais íntima luz do nosso ser e, para sondá-lo, basta que a fé e o pensamento nos façam voltar os olhos para a boca da Caverna. Platão deu-nos uma alegoria descritiva que importa tornarmos símbolo a ser vivido, para de um esquema explicativo fazermos um mito implicativo, acaso o animemos com a verdade da Revelação cristã. Ele deu-nos duas pontas: em baixo, uma parede de sombras, em cima, uma boca de luz a propor o silêncio contemplativo da divina Verdade. Falta o caminho. Porventura haverá no platonismo uma escalada heróica e também a visão de um abismo intransponível, talvez até lhe falte a sã humanidade para auxílio dos caminhantes humildes. O alto mundo dos Inteligíveis ofusca e não dá a ver, as formas puras acabam sempre esbatidas e alteradas na penumbra dos escravos. Terá sido esta a dúvida que foi nódulo e gérmen da filosofia em Aristóteles?

Há bem e mal no governo da cidade dos homens e, pela *República* de Platão ou pela *Política* de Aristóteles, se podem abarcar as distâncias intransponíveis entre a pureza que pensa e a carne que palpita. Este meu texto de ignorante corre depressa, depressa demais e, agora, conviria cuidada incursão adentro de um livro escrito por quem conhece e sabe: *Refutação da Filosofia Triunfante*, obra maior do filósofo Orlando Vitorino.[5] Dessa conveniência resultaria por certo algum estofo e penetração filosófica que, por ora, guardaremos apenas como lastro no porão da nau que nos leva. Ganhamos pois mais equilíbrio, protegidos do desmando próprio e dos ventos contrários. Ainda assim, vale a pena trazer à luz da viagem algumas orientações cartográficas dessa obra.

Deveríamos ponderar as teses que fizeram Orlando Vitorino discordar de Santo Agostinho, quais os obstáculos que inflamaram a cisão com a Antiguidade Clássica ou, pelo menos, os que impediram o fluir da liberdade filosófica dos gregos e o amor pela natureza que mais tarde Francisco de Assis veio a abraçar. Segundo Orlando, o pensamento mais poderoso viu-se destituído pelo primado da absolutização da vontade e, daqui, gerou-se um vórtice até à dialéctica actual dos conflitos irredutíveis, dos antagonismos dualistas, do maniqueísmo do *sim* e do *não*, do utilitarismo moderno que destituiu o Direito por troca com a Economia, enfim, até termos desembocado no ser genérico actual que repudia a transcendência e anula a singularidade humana. Tudo isto ele demonstra voraz e lucidamente, tomando do Bispo de Hipona talvez a parte que mais o expõe. E, evidentemente, também separa

5 ORLANDO VITORINO, *Refutação da Filosofia Triunfante*, Teoremas, Lisboa, 1976.

matéria de materialismo por impossível equivalência, pois a matéria deve ser pensada e alargada para lá do mundo sensível, tal como aliás, os Antigos a pensavam. Dela emerge *mater* e *mãe*, e também o conceito de *matéria-prima* como primeira e virginal substância a que o Criador dá forma primordial, antes de ter decaído em factor de produção económica. Por isso Aristóteles e depois o Tomismo medieval assumiram a Natureza como via harmoniosa entre o homem e Deus, reergueram a ponte entre o platonismo e aquele outro Cristianismo saído vitorioso das ruínas da Antiguidade Clássica.

O livro de Orlando Vitorino refuta admiravelmente a actual filosofia dominante, tão dramaticamente vencedora. Daí conviria meditar as teses que, pelo princípio da Verdade animaram o Direito grego, também aquelas que pelo princípio da Justiça consubstanciaram o Direito romano até chegarmos à Liberdade, princípio afim ao Cristianismo. A Filosofia do Direito dá fundamento aos princípios da realidade existencial na acção humana, impõe o equilíbrio imprescindível entre a universalidade das ideias e a singularidade das formas políticas, apesar da degradação natural entre a boca luminosa da Caverna, ao céu escancarada, e o nosso mundo de sombras e ilusão feito de trânsito efémero. Mas, atenção, o Paraíso sempre o trazemos profundamente connosco.

O governo dos homens surge assim numa roda cíclica, fundamentalmente a mesma desde os filósofos clássicos gregos, vária e igual, quase tirânica em vinte e cinco séculos: há a *monarquia* que é o governo principial de *um só*, ou seja, o do mais sábio, que sempre acaba degradada em *tirania*; há a *aristocracia*, o governo de *alguns* que deverão ser os melhores, até cair em *oligarquia*; há a *democracia*, o governo de *todos* os que se desejam livres, até se esvair em *demagogia*, evidência que a história recente atesta. Enfim, o drama habitual, e isto dito pela sabedoria grega de há 2500 anos! Segundo Orlando, o Direito foi substituído pelo dualismo mais ilusório da modernidade até se fossilizar no que se chama Economia Política, tudo degenerado nas relações tirânicas e exclusivas entre capital e trabalho. Esta visão exacerbada da luta de classes persiste e insiste, de tal modo que a economia marxista ainda quer esvaziar o conceito das categorias económicas de propriedade e de mercado, como se o valor real dos produtos se restringisse ao trabalho, acrescido pela mais-valia. A filosofia das formas económicas veio a debilitar-se até à presente dissolução globalista que faz do imediatismo mercantil o anonimato da propriedade financeira e usurária, agente de um jogo que sufoca a economia. Como estamos longe desse nobre conceito clássico que fazia residir a propriedade nas próprias coisas, não no proprietário. Na Antiguidade Clássica a propriedade vivia no *proprium* inerente às coisas, não nos homens que transitoriamente detinham os bens, isto, até ao ponto da superior harmonia entre cada proprietário e o mundo. A propriedade possuía então carácter inalienável e até substância religiosa, estipulando-se cláusulas de contrato de cariz ritual aquando da transferência dos bens, assim ainda inscreveu Gaius nas suas *Institutiones*, ou Justiniano nas suas compilações do Direito (século VI), muito depois de Virgílio ter glorificado Júpiter como *«o deus antes do qual tudo era comum»*, ensinando os homens a dividir os campos e, por,

aí, a dar início à *«eclosão das artes»*.[6] Assegura o pensamento de Orlando Vitorino que a propriedade é *«o que é próprio das coisas, o que reside nas coisas mesmas e não em quem as possui; em direito romano não se poderá dizer, como em direito moderno, que as coisas são propriedade de alguém, mas sim que as coisas têm propriedade»*[7].

Vai o nosso barco vogando com o velame exposto a ventos laterais, serpenteando à bolina. O que sopra contrário pode servir para mover, não para impedir. Aqui chegados, vislumbremos de novo o Paraíso pois que as formas puras, inevitavelmente, as intuímos desde este nosso mundo em trânsito, envoltas na carne e na aparência do que se degrada. Mas, reparemos, vivemos na sombra do Paraíso, não gnosticamente no seu contrário e, a partir da sombra, é sempre possível intuir a luz e o objecto iluminado. A beleza do mundo não tem que ser oposta à ideia de Deus, a vida, tal como a vemos, só pode ser um hino à Criação. O que me parece, e isto agora já sem pedir ajuda à *Refutação* de Orlando, o que se me impõe ao espírito é que, tendo Platão contemplado as ideias puras no cimo luminoso da boca da sua Caverna, foi Aristóteles, seu discípulo ousado, quem mais fez para que volteássemos o torso afim de nos libertarmos da escuridão. Foi ele que nos ensinou a andar e a escalar ao modo dos alpinistas: pés no chão, olhos no céu. Digo eu que isto fez Aristóteles ao arrumar e categorizar a natureza, deduzindo e silogizando, e mais fez depois o Cristianismo que, pela Revelação do que não víamos nos moveu ao Caminho ou, como disse São Paulo, em Cristo nos deu *«a imagem do Deus invisível»*[8].

Jesus Cristo é o olhar renovado do homem frente às ideias puras, a revelação amorosa da face de um Deus até aí inacessível, longínquo e inefável. Por *ele* o homem tem licença para falar afim de sondar o mistério, por *ele* a arte atravessou a singularidade da pessoa humana, e houve também pedras do caminho que se tornaram cristais capazes de iluminar, eis assim os dogmas, a doutrina e os sacramentos que fazem da vida uma expressão de liberdade e via excelsa na subida ao Paraíso. Só o amor é verdadeiramente livre porque indeterminado, imprevisível e independente da abstracção erudita de conhecimento, ou melhor, nele, as formas puras passam a iluminar os homens que se dispõem à sua singularidade em Deus, à natureza que se intui e oferece em sobrenatural. Muito deste trabalho desmedido levantou-o São Tomás de Aquino, o *Boi Mudo da Sicília* que, na Idade Média, reconduziu Aristóteles a Jesus Cristo, depois de descoberto o tesouro grego que o Islão houvera guardado até Averróis. Através de Santo Agostinho houvera uma demasiada identificação do Cristianismo com um quase maniqueísmo de cariz platónico, algo perigosamente afastado desses homens excepcionais que são os pecadores que se aceitam pecadores e sofrem pela ausência de Deus. Uma suposta pureza idealizada impedia despoticamente a vida, assim longe e inacessível, inóspita, anacoreta e monacal. São Tomás, em sua paciência bovina, fez-se *frade* o que é um grande salto convivial depois da ideia de se ser *monge* pois, em vez de cada um ser

6 ORLANDO VITORINO, *Refutação da Filosofia Triunfante*, pp. 179-180.
7 Ibidem, p. 179.
8 Col 1, 15.

um só em sua própria cela, os olhares de todos passaram a convergir diferentemente em Deus no claustro da fraternidade conventual. E, ainda por cima, ele quis ser frade mendicante, o que quer dizer que abraçou a variedade mundana afim de viver apenas das esmolas da vida ou do divino, exposto à imprevisibilidade do amor ou da ausência dele. Fez-se viajante de pés doridos e alma aberta. O seu pensamento, forte e humilde, ia aparelhando as premissas que a vida lhe dava, realizava silogismos em escalada aristotélica, desses a partir dos quais já Deus se avista e, assim, ensinou a atravessar a Natureza desde as paredes sombrias da caverna platónica até ao óculo redentor e celeste.

Isto pois me parece: a história milenar do Cristianismo veio a coser em urdidura inconsútil Aristóteles com Platão, refazendo um caminho de liberdade, tenaz, áspero e íngreme, provando que os dois filósofos gregos olhavam o mesmo ponto, ainda que cada um a partir de lugares distintos. Ambos se completam se percebidos pela luz superior de Cristo. Tornou-se necessário que as formas puras se cristalizassem em mitos e que os mitos se viessem a conformar ao que não podíamos ver em nossa servidão filosófica só pelo Cristianismo liberta: os dogmas cristãos não são limites, são formas celestes puras, fogos divinos a iluminar o caminho dos homens, algo a ser meditado, pensado e vivido. Dogma vem de *dokeo*, algo que se deve pensar, supor, ter opinião. O Cristianismo salva a realidade do mundo, podemos dizê-lo assim, ilumina e socorre, redime e converte em ascensão tudo o que sobe a ladeira íngreme da caverna platónica. O homem que se sabe decaído, sofre, e busca sempre o Deus que o preenche e realiza, sua imagem suprema, Origem e Criador, não é a besta constrangida ao mundo do demiurgo com que os gnósticos nos castigam através da matéria tenebrosa, quem sabe se muitos deles interpretando ainda e só Platão, anulando Aristóteles. Na ascensão entre as sombras ilusórias do mundo, os dogmas católicos são tochas de luz e socorro da Revelação e isto porque os homens, a sós, ou teriam que ser todos "génios iluminados", ou então seria vã a solidariedade cósmica, frustre a liberdade, a qual, para além do livre arbítrio propõe a tensão imprescindível entre a sombra humana e a forma pura, sua imagem celeste e suprema. O Cristianismo salva o corpo e a carne, a ponto de haver Encarnação Divina e Corpo de Glória com tudo o que aí se adense de incompreensível e misterioso. Por isso é tão decisivo o que possamos fazer agora e aqui com o nosso corpo, também ele lugar divino de singularidade humana.

Para seguirmos viagem, dessas tochas, uma só nos basta. Dela, uma ilha pode alargar-se em continente, de um ponto podemos avistar vasta região. Eis o Dogma da Imaculada Conceição. A ver vamos.

3

Qualquer dos dogmas católicos emite luz pela boa razão de não ser aceitável e acessível por critérios meramente positivistas. Um dogma é uma afirmação teológica, não natural e substanciada em verdade divina, decorrente de deduções, essas sim, filosóficas, extraídas pelo labor intelectual dos homens a partir da Revelação das Escrituras Sagradas. Funda-se na Fé, levanta-se na Razão e avista o Logos. Pela

História da Igreja se vê que os dogmas, enraizados nos Evangelhos e elaborados medularmente ao longo de séculos, não foram surgindo como espartilhos ou rígidas definições de doutrina, antes resultaram de alargadas e vivas disputas quando os homens se quiseram aproximar de Deus, vieram de tensões e sínteses guiadas pela fé no vasto território do Sagrado. Isto é relevante, pois a busca de Deus é infinita, tenaz e demorada, assim à imagem de Jacob sonhando com uma escada angélica até ao Céu, ou então lutando toda uma noite com o Anjo do Senhor, uma noite ou uma vida, em lugar terrível porque divino, envolto em sombras desconhecidas.[9] As verdades dogmáticas iluminam porque nelas algo humanamente se contradiz, e daí, por certo lhes advém a luz transcendente. Os dogmas exprimem uma fricção ou um choque violento no breu do que ignoramos, ao modo de duas pedras ou factos por natureza inconciliáveis que, só por oposição, se tornam aptos à chispa do paradoxo, luz efémera até ao fogo que perdura. O gesto do pirómano é dos homens, mas a origem e a consequência são celestes. Assim procede o Espírito Santo.

Não sei se Portugal é lugar sagrado afim aos teólogos que mais chispam com suas pedreneiras dogmáticas. Duvido muito. Mas certo é ser aqui o sítio privilegiado onde mais se incendeia a luz do dogma da Imaculada Conceição. Esta é a Terra de Santa Maria, assim chamada desde a fundação da nacionalidade, logo devotada na 1ª Dinastia à *Senhora da Expectação* ou da *Maternidade*, assim como quem nasce a querer imitar Jesus no regaço de Maria. Depois, a Dinastia de Avis ou das aves, voou pelos mares dos Descobrimentos levando quase sempre consigo *Nossa Senhora da Assunção*, seu culto principal, ou não tivessem acontecido Aljubarrota e a conquista de Ceuta sob o céu da Senhora de Agosto. Então o futuro cresceu e subiu. Quando a dinastia da Restauração veio a reencontrar a pátria em Vila Viçosa, terra de D. João IV, aí, a *Imaculada Conceição* foi entronizada como Padroeira e Rainha de Portugal em vínculo perpétuo feito em Cortes, decorria o ano de 1646. A nossa mariologia descreve assim uma linha específica que parte da Maternidade, passa pela Assunção e regressa uterinamente à Conceição,[10] a algo antes de tudo, decididamente originário e primordial. Até as nossas artes plásticas exprimem esta particularidade intensa plena da ideia de Mãe em seu espírito arcaico e também lírico, popular e ainda assim hierático, leal a uma simplicidade linear mas simbólica, a uma luz inata e indefinível, a um sabor humano sem decair em humanismo raso. A arte sacra portuguesa, no seu melhor, consubstancia a tensão inerente e paralela à Imaculada: humaniza sem nunca perder Deus de vista, diviniza sem que qualquer platonismo abstracto anule o homem. Basta que lembremos o rosto semi-encoberto do *Ecce Homo* em Nuno Gonçalves para vermos um sudário branco que, ao tapar o Homem Jesus, mais abre a intuição para Cristo Deus, ou as diversas *Virgens* de manto aberto nas Misericórdias Portuguesas, ou ainda a iconografia tão natural e hierática do período manuelino em Jorge Afonso ou Gregório Lopes. Quase apetece repetir o que um dia disse Santo Ireneu de Lyon: «*Deus fez-se homem para que o*

9 Gn 28, 10-22: Sonho de Jacob; Gn 32, 24-33: A luta com Deus.

10 D. MANUEL CLEMENTE, *Portugal e os Portugueses*, Assírio e Alvim, Lisboa, 2008. ALBERTO PIMENTEL, *História do Culto de Nossa Senhora em Portugal*, Lisboa, 1900.

homem possa tornar-se Deus», e nisto vive a nossa espiritualidade tomando a Imaculada por medianeira.

Mas, o que contém a *Ineffabilis Deus* de Pio IX, bula dogmática de 8 de Dezembro de 1854, cinco séculos depois do primeiro templo português e peninsular dedicado à Imaculada Conceição, precisamente em Vila Viçosa? No seu núcleo, isto: a doutrina da Igreja afirma que *«(...) a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante da sua conceição, por singular graça e privilégio de Deus omnipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do género humano, foi preservada imune de toda a mancha de pecado original (...)»*[11]. Ora, onde está a chispa de pedreneira, a luz incompreensível que faz ver? Exactamente no paradoxo de concebermos a possibilidade de uma criatura - mãe e virgem, vivendo entre as demais criaturas naturais e degeneráveis - que afinal não é tocada pela mancha original que a todos atinge, ela que assim, é simultaneamente terrena mas sempre pura e celeste, relativa e transcendente, similar a nós e originariamente distinta. *«Singular graça e privilégio»*, diz a Bula. Ela é abrangida em sua concepção pelo mérito e divindade de Cristo, depois tocada pela subtileza de Deus nessa Anunciação do Anjo Gabriel que não compreendemos: *«O Espírito Santo descerá sobre ti e a força do Altíssimo estenderá sobre ti a Sua sombra»*[12] - eis uma obscuridade, uma luz ou véu de mistério, uma negritude densa que também cega. A divindade de Cristo tocou-a de algum modo, comunicou-se-lhe logo na sua concepção, *ele* que era em tudo igual a nós com a excepção incomensurável de nunca ter pecado, homem inteiro, inteiramente Deus. N*ele* já havia a potência divina que da morte *o* libertaria na Ressurreição e, por isso, na Imaculada Conceição de Maria já eclode o Mistério da Encarnação que a elevará a Senhora da Assumpção, dita da Boa-Morte, popularmente da Dormição. Diz o povo nesta expressão que ela não morreu, cerrou os olhos e a dormir foi íntegra e assumpta em espírito, toda a matéria nela regressa à mater primordial do Deus Criador. O incompreensível está na criatura que sendo criatura não o era como mais nenhuma outra. Sendo gerada no mundo do relativo já exprimia o absoluto. Ela constitui, assim, o primeiro anúncio e modelo entre o homem e a sua divinização, o corpo de glória que a todos chama.

Talvez Portugal, Terra de Santa Maria, se atreva pela Imaculada a vencer o dualismo inerente à *Cidade de Deus* de Santo Agostinho, talvez aqui habite um lugar divino especial que faça da cidade dos homens uma esperança refundadora, um arco de espírito e vida entre a Senhora da Expectação ou do Ó até à espiritualização absoluta de toda a natureza na Senhora da Assumpção. Se recuarmos e situarmos o mundo moderno no mercantilismo pós-renascentista, veremos Portugal a refundar-se por D. João IV aos pés da Imaculada para assim, e em si, sustentar uma certa espiritualidade medieval que perdura, mariana e aristotélica, capaz de uma filosofia do finisterra ocidental, lugar último onde o sol se deita antes do dealbar da nova madrugada redentora. Aqui, tudo acaba, a terra e uma certa rigidez do Ocidente. Aqui, tudo pode recomeçar.

11 Bula *Ineffabilis Deus*, Pio IX, 8 de Dezembro de 1854.
12 Lc 1, 35.

No dogma da Imaculada Conceição vive a idiossincrasia portuguesa, qual expressão de uma certa forma pura ou platónica antes do Tempo e da queda adâmica, transcendental e divina que vinda em socorro dos homens, ainda assim, aceita consubstanciar-se entre as sombras da Caverna, ela que foi concebida sem pecado e sem qualquer relutância de cariz sexual. É necessária uma terra do fim para voltar a receber Deus de novo, uma finisterra da Parusia, assim como os corpos se redimirão pelo amor para voltarem a refazer a virgindade do homem no seio do Criador. Daqui participa o mistério do matrimónio, magno lhe chamou São Paulo, ainda que não tenha casado. Ao dizer-se Senhora concebida sem pecado significa que sendo carnalmente engendrada por Joaquim e Ana, seus pais judeus e terrenos, nomeados no Proto Evangelho apócrifo de São Tiago, ainda assim a sua geração foi tocada pela graça divina que a libertou da mancha da origem, essa mácula que nos faz regredir ao domínio dos sentidos e da carne, que nos obnubila os órgãos espirituais da sobrenaturalidade. Adão e Eva no Paraíso, ou se quisermos as gerações humanas primordiais atestadas por antiquíssimas tradições, viviam contínua e directamente ligados ao Criador e, a expulsão ou queda adâmica, limita-se a exprimir o conceito de pecado, ou seja, o grau de separação que a soberba ou a auto- suficiência do homem abre em relação a Deus, sua Origem. Ao homem decaído é-lhe mortal a solidão em racionalidade e, daí, o socorro dos sacramentos religiosos, e destes, o imperativo conceptual na fé dos dogmas, fios susceptíveis de redenção e regresso ao Paraíso. Ora, a Imaculada Conceição, porque sem mácula, é a primeira e excelsa criatura que entre os homens viveu como se nunca houvera saído do Paraíso, ininterruptamente ligada ao Divino por um cordão umbilical em que era ela a Filha de um Deus seu Filho! A nova Eva agiu sempre sob a luz directa de Deus, qual sacrário incorrupto e vivo no meio dos homens. Ela é a expressão viva na terra e nos céus da matéria primordial da Criação saída das mãos do Criador, a *mater prima* ou primeira matéria que se realiza íntegra porque livremente se entrega a Deus, a forma virgem sem ponta de corrupção. Por isso veio a ser totalmente assumpta.

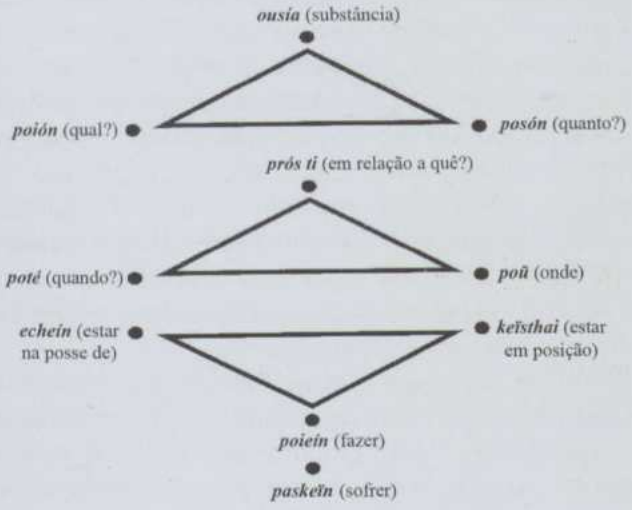
Regressemos de novo a Aristóteles. A sua filosofia é o palpitar pensante do homem a querer recuperar o Paraíso, a buscar incessantemente Deus desde a terra ou das sombras da Caverna e, em sua substância final, não contraria Platão, antes se encontra com o mestre a partir da viva contingência do homem decaído ou pecador, vencendo dualismos, criando sínteses. Isto mesmo está assim dito ou pintado na *Escola de Atenas*, célebre fresco que Rafael realizou (1509-10) numa das paredes da Sala da Assinatura do Palácio Papal do Vaticano. Nas figuras magníficas dos dois mestres gregos os gestos das suas mãos apontam as suas diferenças de método: Platão, o céu, e Aristóteles, a terra, ambos olhando entre si o mesmo ponto invisível, centro perspéctico daquela pintura. Mas o que as mãos mandam não diz o que os olhos vêem.

Mais do que isto nos fala um *Conto* inspirado do filósofo António Telmo, como se entre nós, também ele caminhasse ao lado de seu irmão Orlando, o da *Refutação*. Quem ler *No Hades*[13] aquelas sombras que, desvanecendo-se, permitem que da ter-

13 ANTÓNIO TELMO, *Filosofia e Kabbalah*, Guimarães Editores, Lisboa, 1989. *No Hades*: pp. 45-54.

ra se aviste o céu, verá as dez categorias de Aristóteles em escalada desde o mundo da acção até ao da substância, ramo após ramo pela Árvore Sefirótica da Cabala judaica. A analogia entre as dez esferas cabalísticas e as dez categorias aristotélicas ganha neste *Conto,* tão extraordinário quanto devastadoramente lúcido, a poderosa possibilidade de aceder a um pensamento escorreito e aberto à fecundação do Espírito, símile da perfeita concepção sem pecado. O que impressiona em Aristóteles não são apenas as suas ideias finais ou conclusivas, antes, o que move o aprendiz de filosofia ao estudá-lo, é o seu método de rigor, o seu caminho de lógica ou de acesso ao Logos. Desde as dez categorias que ensinam a interrogar o mundo sensível através de dez potências diferenciadoras, passando pelas quatro causas (material, formal, eficiente e final) em patamares que permitem estudar a raiz sem nunca perder a copa da árvore que tudo cobre, chegando depois aos conceitos de potência e acto, de matéria e forma, tudo no seu filosofar converge em escada ou pensamento hierárquico, tudo sustentado pelo rigor dos termos ou premissas silogísticas, tudo sobe até se intuir o acto puro, o motor imóvel, Deus. A fé vem de Cristo e da *sua* Revelação em doutrina e dogmas correlacionados, o caminho da razão é-nos dado por São Tomás, o método por Aristóteles.

Num outro texto que demasiado dilataria o presente, valeria o tempo sondarmos a interpretação de a *Escola de Atenas* de Rafael através do outro fresco pintado na mesma Sala da Assinatura e que se lhe opõe em parede frontal, qual reflexo especulativo e mútuo: a *Disputa do Santíssimo Sacramento*, onde, entre muitas personagens à volta da custódia eucarística, se distingue a cabeça taurina de São Tomás de Aquino, ao lado do perfil do Papa Inocêncio III, o adversário da heresia dos Cátaros. Aliás, diga-se, na mesma sala e de permeio, há ainda o fresco do *Parnaso* com as suas musas e poetas em redor de Apolo, tudo numa espécie de grinalda do **Belo**, reflexo directo da representação do tecto onde as Virtudes e a Lei significam o **Bem**. A trilogia é completada pela **Verdade** nos dois frescos principais e que é, afinal, de dois tipos, a da Fé e a da Razão, a primeira, na pintura da *Disputa do Santíssimo Sacramento*, a segunda, na *Escola de Atenas*.



As dez categorias de Aristóteles no lugar das dez séfiras da Cabala.
No Hades, Conto de António Telmo.

Nessa interpretação justificaríamos como a noção grega de *paskeïn* (sofrer) habita redentoramente no Jesus eucarístico da Paixão, o Deus humanado em *seu* sublime sacrário vivo, Nossa Senhora. Sondaríamos o *poieín* (fazer) como expressão aberta ao Espírito Santo, o mundo que forma. Projectaríamos a relação do Filho Divino e transcendente em seu supremo conceito da categoria aristotélica de *prós ti* (em relação a quê?), qual reflexo do amor directo do Pai, a *ousía* (substância) ou esfera excelsa e densamente substantiva do mundo que cria e emana, e tudo isto veríamos pelo *Conto* de António Telmo reflectido na falsa *Disputa do Santíssimo Sacramento* título que, afinal, resultou de um equívoco ao substituir o nome de *Exaltação da Verdade Revelada*. E talvez ainda nos aventurássemos, assim faz Telmo *No Hades*, à possibilidade de intuirmos as altas razões que, não por acaso, fazem com que as cinco categorias aristotélicas que interrogam (qual?-*poión*; quanto?-*posón*; em relação a quê?-*prós ti*; quando?-*poté*, onde?-*poû*), assim como aquela que forma ou fundamenta (fazer-*poieín*) e a que significa paixão ou acção (sofrer-*paskeïn*), todas elas se iniciam na língua grega pela mesma letra π (pi), essa, a da *«misteriosa relação do círculo com o diâmetro»*, a que do mundo relativo permite aceder à contemplação das formas puras. Aliás, acrescente-se, António Telmo afirma que por esses pronomes que interrogam os gramáticos gregos os definiam como palavras afins e significativas da *matéria original*, proporção que no mesmo *Conto* confirma a relação em várias línguas entre os elementos interrogativos e a palavra *água*: *qui, quae, quod / aqua*, em latim; *what / water*, em inglês; *was / wasser*, em alemão. Logo se antevê como os pronomes interrogativos e as categorias de Aristóteles podem permitir ou simbolizam a ascensão desde a *matéria, mater ou*

mãe no mundo da acção *(paskeïn)*, até à Santa Substância suprema *(ousía)*, a coroa divina, tudo se iniciando na meditação vivencial da Imaculada Conceição até Deus Pai, através do Espírito Paráclito *(poieín)* e por Cristo, Rei e Redentor *(prós ti)*. Assim se escala desde o Hades sombrio a montanha ou o declive íngreme da Caverna pelo eixo vertical que sobe, pela relação interrogativa que abraça. Ainda uma derradeira pergunta: o que terá levado António Telmo, no seu *Conto*, a trocar o título do livro que no fresco da *Escola de Atenas* Aristóteles transporta consigo? Chamou livro das *Categorias* (*Organon* ou livro do aparelho analítico até ao *Logos*) quando no fresco bem se lê claramente que é a *Ética*. Será que a vera virtude criada no *ethos* de que fala Aristóteles na *Ética a Nicómaco* é, afinal, o *Organon* que estimula e ensina a filosofar? Não pode existir qualquer ética sem o verdadeiro amor pela verdade, sem pensamento o amor definha em sentimentalismo.

De tanto repetirmos até chegamos a esquecer que Imaculada Conceição é *conceição* imaculada, concepção sem mácula, fé, razão e imaginação sem mancha e, tudo isso, é a via da Virgem Mãe que, por ela, nos faz aproximar da face que Deus oferece aos homens para *se* dar a conhecer, Jesus Cristo: *«Fazei o que Ele vos disser»*.[14] O Espírito Santo conduz e forma.

Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Padroeira de Portugal

14 Jo 2, 5. Disse a Mãe de Jesus para os servos da Boda de Canaã.

4

Numa tarde, numa certa tarde e pela precisa hora do poente assisti, no altar-mor do Santuário da Imaculada Conceição de Vila Viçosa, ao sol a descer lá fora, enquanto que dentro a sua luz subia rápida no retábulo até ao nicho da imagem medieval. O sol passou célere pelo crescente lunar deitado aos pés da Virgem, qual barca da vida, até apagar as sombras da parede do fundo, como se o santuário fosse, naquele momento, a própria Caverna de Platão a revelar-se-me a meus olhos de escravo acorrentado. Depois, e a uma outra luz, fui observando, um a um, os símbolos da imagem escultórica, de cima a baixo: as duas *coroas* de Realeza, a da Imaculada e a do Menino, o *fruto* entre as mãos direitas de ambos, o *rolo do Evangelho* na mão esquerda de Jesus, a *meia-lua* aos pés de Maria. Uma visão, diria mágica mas também lúcida, deu-me o que precisava ver: ambas as *coroas* coincidentes em Realeza de Mãe e Filho uniam-se à própria Santa Substância *(ousía)*, a suprema irradiação criadora de Deus Pai, o culminar interrogativo do mistério divino; o *fruto* da mulher bendita é Jesus, por ela nascido entre os homens e, não por acaso, aparece nesta escultura como irradiante e indefinido porque ao homem não lhe é Cristo definível; o *fruto* e o *Evangelho*, sublime Palavra ou Verbo, são e estão nas mãos de Jesus, pelo Espírito Santo semeado na Virgem para *se* dar ao mundo; a *meia-lua* em baixo já pertence à jurisdição de Maria, que o mesmo é dizer que ela, medianeira por excelência, rege como rainha o reino da Natureza, preside ao mundo sublunar e a toda a realidade transitória já que, no dizer de Aristóteles, *«acima da esfera da Lua, o nascimento e a morte não existem, aí, tudo é eterno e incorruptível»*.[15] Naquela tarde em Vila Viçosa e pelos atributos iconográficos da Imaculada segui o percurso que a servidão humana pode seguir desde as sombras até à luz, do homem para Deus. O itinerário religioso e filosófico de Portugal estava todo ali, como terra deitada e derradeiro corpo de toda a Europa, debruçada ao mar e ao poente do mundo: pela natureza intuímos e louvamos o Criador, pela liberdade no Espírito Santo havemos de nos conformar a Jesus Cristo através da via de *sua* Mãe, a Virgem Imaculada. O Ocidente por excelência adensa-se e resolve-se em Portugal sem outra saída que não seja a de se libertar das suas sombras. Nesta terra de Santa Maria baila, trémula como num crepúsculo definitivo, a derradeira linha de luz *«onde a terra se acaba e o mar começa»*, onde o sol se deita. Há-de ser numa tarde, como sempre. A noite morre. A manhã virá.

A imagem da Imaculada Conceição de Vila Viçosa é um ícone sagrado e perfeito a religar terra e céu, a sublime oração, a *Avé-Maria* representada. Naquela tarde ainda disse baixinho, já a luz quase se desprendia dentro da noite: *«Avé-Maria cheia de graça, o Senhor é convosco. Bendita sois vós entre as mulheres, e bendito é o fruto do vosso ventre, Jesus. Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós, pecadores, agora e na hora da nossa morte. Ámen.»* Vi lá tudo: a *coroa* do Rei e Senhor na graça que *«é convosco»*, o *fruto* e a *palavra evangélica* de Jesus, a *meia-lua* da nossa morte em natureza, depois que fomos expulsos do Paraíso. Tudo assim vi

15 ANDRÉ CRESSON, *Aristóteles*, Edições 70, Lisboa, 1981, p. 28.

esculpido, pintado e rezado, vendo viva a arte humana, aqui, liberta de idolatria, o sentido extremo da espiritualidade do Ocidente a confiar no homem e a vislumbrar o divino, a filosofia grega unida à fé judaica, Aristóteles e Cristo, enfim, a luz infinita a vencer as sombras.

A iconografia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa ainda preserva a alma medieval na simbólica que apresenta o Menino ao mundo, diversamente da arte barroca da Imaculada que dessa dádiva parece ter desistido. Assim, é aqui, neste sul de Portugal, que se guarda e defende a devoção fundadora da Pátria como Senhora da Maternidade. E é também pela espiritualidade genuinamente portuguesa que Aristóteles e Platão viram um dia o mesmo ponto intermédio, invisível e imponderável, e isto numa certa parede pintada por Rafael no Palácio Papal do Vaticano. A *Escola de Atenas* é cá que se exprime e aprende.

Ver o longe desde aqui. *Ver o longe* não é só *ver de longe*, nem mesmo *ver ao longe*. Antes importa saber que a transcendência está sempre connosco, bem por perto; a virgindade do Paraíso recomeça agora, sempre que queiramos ver o mundo de novo, continua e castamente a recomeçar e a ser criado, a liberdade a exprimir-se em amor. É isto a oração à Imaculada Conceição. A natureza é a sombra do Paraíso mas, precisamente é sombra da verdadeira luz, não a sua antítese. O sobrenatural existe agora e aqui, incessantemente. Tudo depende da perspectiva de alma, o modo como nela apoiamos a alavanca espiritual da vida. Não sei se com este propósito, um dia, num outro dia e este de *desassossego*, escreveu assim Fernando Pessoa pela mão de Bernardo Soares: «*Deus é o existirmos e isto não ser tudo*[16]». Em Deus, viva plenitude, somos sempre bem mais do que o existirmos. Tanto falta! Creio que São Tomás de Aquino, o Boi Mudo que tanto falou para melhor pensar Cristo através de Aristóteles, viveu por certo uma santa existência que era isso mesmo: vivia e, todavia, tanto lhe faltava. O Mistério será sempre absoluto silêncio, mas também fala.

16 BERNARDO SOARES, *Livro do Desassossego*, Assírio e Alvim, Lisboa, 2007, § 22, p. 60.

UM LICEU QUE JÁ FOI COCHEIRA REAL E QUE PASSOU A SER MUSEU, O QUE SERÁ HOJE?

Manuel Lapão

O LUGAR DOS COCHES DE VILA VIÇOSA

A transição de século (XIX/XX) concretizou grandes novidades ao nível sociopolítico e cultural em Portugal que já se vinham insinuando. Vila Viçosa que já desde 1640 perdera o estatuto de residência única da 1ª família da nobreza portuguesa para passar a ser uma delas, apresenta-se neste tempo sobretudo como destino de caça e veraneio, em particular de D. Luís e D. Carlos.

Por outro lado, talvez influenciada pelo sucesso da Exposição universal de Paris, em 1900, dedicada à retrospectiva sobre a locomoção terrestre, D. Amélia, mulher do Rei D. Carlos, toma a iniciativa de criar o MUSEU DOS COCHES REAES no Picadeiro Real de Belém.

Desde a sua inauguração em Maio de 1905, até à implantação da República, esta instituição denotou alguma ambiguidade entre o catalogar de peças de grande valor museológico fora de uso e outras ainda no activo ao serviço da Coroa.

Depois do regicídio em Fevereiro de 1908 (cuja carruagem com marcas directas dos acontecimentos constitui um grande atractivo actual do museu), com a implantação da República em 1910 o Palácio de Vila Viçosa fecha as portas.

Entretanto as novas políticas republicanas começam a fazer-se ouvir. Na sequência do decreto de 1910 no tempo ainda da Monarquia Constitucional, novo decreto de 1911 vem a alargar a protecção aos Museus e ao Património em geral ganhando outra relevância e visão, menos representativa e distante, mais pedagógica e próxima.

Desde cedo que se colocou a necessidade de ampliação do Museu, face aos constrangimentos do Picadeiro Real, à dimensão das colecções e às novas correntes museológicas que reclamam uma outra participação e alcance dos museus na sociedade.

Em 1940, a Fundação da Casa de Bragança, com o propósito de cumprir o testamento de D. Manuel II, abre ao público o PAÇO DUCAL, associando-se assim às comemorações do Mundo Português impulsionadas pelo regime do Estado Novo (a propósito da comemoração dos centenários da Independência de Portugal e da Restauração da Independência), cuja filosofia política e ideológica foi protagonizada pelo Eng.º Duarte Pacheco que concretizaria em Vila Viçosa uma marca indelével e

única ao nível do urbanismo, como que procurando complementar a matriz renascentista de patrocínio brigantino.

Desde logo as visitas incluem a Cocheira Real com uma dúzia de carros (coches e berlindas) e outros depósitos afins. Nos finais dos anos 50 coloca-se a hipótese da criação de um anexo do Museu dos Coches no conjunto monumental do Palácio de Vila Viçosa, mas acaba por acontecer primeiro um Liceu.

DE CAVALARIÇAS A LICEU

Efectivamente no lugar onde hoje se expõe a colecção dos Coches funcionou 'provisoriamente' um Liceu (mais tarde Escola Secundária) desde 1972/73 até 1982 como extensão do Liceu de Évora graças à boa vontade, iniciativa e empenho de um conjunto de empreendedores políticos (CMVV), professores, dirigentes e voluntários.

Na realidade esta "instalação" teve, após o 25 Abril de 1974 e apesar de comandada por um grande bom senso, momentos de grande tensão entre as partes envolvidas face à "ocupação" de novas áreas tendo como principal consequência patrimonial a desmontagem de algumas cavalariças para se transformarem em salas de aula.

DE LICEU A (ANEXO DE) MUSEU

Entretanto já instalada a Escola Secundária em lugar definitivo, estes espaços dão lugar - em 1984 através de protocolo que comparte encargos entre o MC/IPM (pessoal) e a FCB (manutenção e segurança), ao actual Anexo do Museu dos Coches, onde se expõe uma colecção de 80 carros mais arreios que datam do séc. XVII a XX.

O QUE PODERÁ SER HOJE ESTE LUGAR? (UM LICEU QUE JÁ FOI COCHEIRA REAL E QUE PASSOU A SER MUSEU)

PODERÁ PASSAR DE "ANEXO" A PARTE INTEGRANTE DO MUSEU NACIONAL DOS COCHES INCLUINDO UMA OFICINA / ESCOLA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO?

A anunciada saída de parte da Colecção em depósito no núcleo de Vila Viçosa – sendo obviamente inevitável e lógica face ao novo programa/Museu em obra não deixa de projectar um cenário de perda. Por outro, lado afigura-se quanto a nós, também, como uma oportunidade que não parece ter sido ponderada, pelo menos, com a grandeza e alcance que lhe atribuímos:

– Este é um bom exemplo da "transitoriedade" do património em função do seu valor do "uso";

– É igualmente um bom exemplo do valor / disponibilidade do património para resolver e concorrer com os desafios da sociedade;

– Isto é, afigura-se-nos como fundamental entender o valor que atribuímos aos imóveis — que por definição é transitório –, pois deriva das dinâmicas da sociedade;

– Logo, é importante pensarmos o património não apenas como valor com significado cultural e evocativo, isto é, como documento histórico, mas também, e cada vez mais, como um recurso ao serviço da Sociedade (Convenção de Faro).

NESTA PERSPECTIVA AVANÇAMOS COMO CONTRIBUTO (NO SENTIDO DE PONDERAR O ENVOLVIMENTO DE VILA VIÇOSA NO PLANO ESTRATÉGICO DOS NOVOS MUSEUS EIXO AJUDA / BELÉM - NOVO MUSEU DOS COCHES[1]) COM ALGUNS PONTOS E MATÉRIAS DE REFLEXÃO:

– A ligação umbilical do MNC à Dinastia de Bragança;

– A capacidade evocativa / autenticidade do lugar (quando os coches faziam parte da vivência quotidiana da corte e da nobreza portuguesa); Vila Viçosa como lugar autêntico - a possibilidade de recriações históricas com sentido turístico, cultural e lúdico;

– A "disponibilidade" física do conjunto palaciano;

– A possibilidade de alargamento de "públicos" e o maior alcance pedagógico / ensino;

– O contributo para a valorização do interior[2];

– Acompanhar as tendências dos grandes museus na descentralização (Louvre; Beaubourg, Guggenheim, etc.);

– A possibilidade de criar uma dimensão lúdica, com percursos turísticos em carruagem, incluindo a visita aos jardins, à Tapada Real e ao centro histórico;

1 Resolução Assembleia República nº 69/2010.

2 "o interior do país está num sono de morte, se as dinâmicas demográficas não mudarem caminhamos para isso" Mário Leston Bandeira _ Expresso 10.junho.2010.

– A possibilidade de criação (com mais facilidade e dando continuidade aos núcleos existentes) de um módulo de oficinas de recuperação e restauro, produção de réplicas, peças destinadas às lojas, etc;

– A oportunidade de esta Escola/Oficina poder alavancar outros núcleos de "recuperação e restauro" de outros espólios (tal com em tempos o então SEC Francisco Lucas Pires pretendeu instalar no Convento das Chagas) muito potenciado pelo notável conjunto patrimonial da FCB e do Alentejo em geral;

– A interacção com a Coudelaria de Alter do Chão (também fundada pela Casa de Bragança) - instalação basilar para a compreensão desta arte;

– A rede: Coches Reais / Picadeiro Real / Coudelaria de Alter do Chão (também como extensão do Picadeiro real) / Museu / Cocheiras de Vila Viçosa / outras colecções municipais e particulares;

– "a oportunidade de em futuras instalações , o museu dispor de um espaço de oficinas de restauro possibilita a criação de uma escola de formação que aproveite a ainda existente experiência de alguns técnicos"[3];

– O Programa global necessário: Investigação / Restauro / Divulgação / Colecções / Serviço educativo / Internacionalização / Exposições temporárias / Exposição de arreios / Fardamentos e acessórios de vestuários (estribos, cabeçadas, selas, xairéis, peitorais, esporas, bridões, pingalins);

– O Programa: memória histórica / áreas de manutenção / percepção por parte dos visitantes das actividades quotidianas do museu / câmara de expurgo / reservas de viaturas.

É NESTE PATAMAR DE SITUAÇÃO / REFLEXÃO QUE HOJE SE PODE COLOCAR A QUESTÃO DO FUTURO DO ANEXO DO MUSEU DOS COCHES DE VILA VIÇOSA

Pelas razões apontadas, parece-nos ser uma excelente oportunidade para que este assunto deixe de se focar apenas no Anexo (e no número de carruagens) e passar a integrar verdadeiramente o Programa Museológico do Museu Nacional, na afirmação de uma política estratégica mais abrangente e que terá necessariamente de encontrar soluções efectivas muito para além do universo da relação (protocolo) MNC-FCB.

Parece-nos pois que esta escala de interesse e desafios ultrapassa em muito a lógica de funcionamento da Fundação da Casa de Bragança apesar do seu exímio, louvável e imprescindível envolvimento, pelo que será necessário que a Câmara Municipal de Vila Viçosa (entre outros novos actores institucionais e privados) "se chegue à frente" de modo a integrar a nova estrutura museológica, aproveitando para optimizar o investimento e tirar partido de outros espólios, infra-estruturas e valências locais e regionais.

A saída de um conjunto de carruagens que vão integrar o Novo Museu dos Coches em Lisboa, liberta as naves das antigas cocheiras - e permite - a oportunidade para este conjunto mais uma vez se sintonizar com o tempo presente.

3 do Programa museológico do novo Museu.

A autenticidade do lugar a sua extraordinária complementaridade com outros espólios/museu FCB/tapada/urbanismo/etc., orientam esta questão para ser equacionada de diversas formas nomeadamente potenciando-a em rede: Museu FCB / Museu Coches LX / Escola Portuguesa de Arte Equestre / Coudelaria de Alter.

A criação em Vila Viçosa de uma oficina / escola de restauro quer dos coches, quer de diversos espólios associados, assegurando ainda a produção de réplicas e outros contributos para o merchandising do Museu deverá neste contexto ser uma prioridade.

Um tema destes não parece esgotar-se numa unidade museológica central. Tornar 'Vila Viçosa' obrigatoriamente como parte do circuito de visita e afirmação do Novo Museu Nacional dos Coches seria outra prioridade, assegurando outras possibilidades de leitura, interpretação e "apresentação" em contexto "real".

Reclamar assim que o projecto do novo museu conte, integre e compreenda também o espólio e a vivência única, a experiência cultural e a disponibilidade de Vila Viçosa e que esta 'dimensão' seja também evidenciada em campanhas de marketing territorial.

Em síntese consideramos que é preciso:

Inovar as perspectivas de complementaridade e continuidade, de ponte e plataforma, de conhecimento / passado / presente / futuro (que será sempre o que mais interessa);

Entender esta infra-estrutura como instrumento ao serviço da cultura e da economia local: turismo; seminários; experiencia cultural; eventos e espectáculos;

Considerar que sendo compreensível que o Museu NACIONAL se localize na capital e particularmente em Belém parece igualmente incontornável que o Programa museológico de um Museu Nacional focado nesta temática, conte e contemple esta realidade, a marca indelével de Vila Viçosa neste quadro histórico / artístico. A concentração expositiva da colecção de quase todos os exemplares representativos num único sítio (e deslocados do seu "habitat natural") parece redutor face aos vários cenários autênticos com capacidade de elevar e multiplicar o deslumbramento que temos e que é muito mais se assim se mostrar a história e daqui também se apontarem alguns caminhos de futuro.

Inscrever Vila Viçosa no tempo presente a partir da sua História, que é em grande parte nacional - para isso é necessário mudar, desejando que este património de excepção não permaneça condicionado pelo passado.

Aproveitar a oportunidade presente que é um desafio: considerar Vila Viçosa não como um "núcleo" (de depósito) ou um "anexo" mas como parte integrante do discurso museológico do MNC, como parte insubstituível do percurso de visita e de uma estratégia de desenvolvimento local. Este propósito alargará certamente públicos, a grandeza e o alcance do Museu Nacional dos Coches, instituição centenária, fundadora e vanguardista da museografia portuguesa.

Encherá também de brio e estímulo Vila Viçosa.

Assegurará verdadeiramente uma geografia (real e imaginária) à escala nacional.

ASPECTOS DA GEOLOGIA E EXPLORAÇÃO DE MÁRMORES EM VILA VIÇOSA: PATRIMÓNIO GEOLÓGICO E MINEIRO A PRESERVAR

Luís Lopes e Ruben Martins

RESUMO

O presente texto pretende dar uma imagem diferente do espaço ocupado pelo Concelho de Vila Viçosa. A partir de uma realidade geográfica que pensamos conhecer, será feita uma viagem de descoberta revisitando o espaço com o olhar do geólogo. Os métodos aplicados permitem revelar que, afinal, há muito mais por descobrir.

Desde logo a localização da Vila Viçosa está condicionada pela Geologia. O Castelo altaneiro assenta sobre as rochas mais resistentes (mármores dolomíticos); os jardins do Palácio, as hortas e as vinhas entre Vila Viçosa e Borba, definem o vale viçoso onde a água parece nunca se acabar. Mais uma vez é a natureza do subsolo que define o que o Homem sobre ele edifica. Esta constatação tão óbvia parece estar longe de quem crítica a existência das pedreiras, "*autênticas feridas na paisagem*", como frequentemente as baptizam, ignorando a raridade de um recurso não renovável e único no Mundo.

Apenas se podem abrir pedreiras onde existe o mármore! Estas, se por um lado constituem elemento desarmonioso na paisagem, por outro constituem janelas que nos permitem, como em nenhum outro lugar em Portugal, "ver" a actuação de forças que há milhões de anos transformaram calcários, areias e rochas vulcânicas nos preciosos mármores que espalham o nome do Alentejo pelo Mundo.

O Homem como actor interveniente na modificação da paisagem é retratado na segunda parte do texto. Aqui fazemos referências à História recente, felizmente, ainda na memória de muitos conterrâneos. Conscientes que se trata de uma introdução a um tema tão rico e extenso, apenas apresentamos uma breve introdução às técnicas, às ferramentas, às máquinas e ao vocabulário específico usado nas pedreiras. Esta riqueza cultural deve ser preservada para memória futura e esse, sem dúvida é o principal papel do Museu do Mármore.

INTRODUÇÃO

Conhecer uma região não é um processo fácil! Numa primeira observação nada de novo, nem sequer especial se encontra e tudo nos parece igual a algo que já conhecemos de outras paragens. No entanto, um segundo olhar é quase sempre revelador de mundos e recantos inesperados. Esta constatação é transversal a todas as áreas do Saber mas é nas Ciências Naturais e em particular na Geologia, que as recompensas pelo tempo dedicado são maiores. Ao aprendiz é exigido um esforço complementar de Observação e Interpretação dirigido ao objecto de estudo - as Rochas e os Minerais - que constituem todo o suporte para a Vida sobre o Planeta Terra. Esta é uma História de quatro mil e quinhentos Ma (milhões de anos). Esta enormidade escapa à nossa compreensão do tempo marcado pelas estações, pelos anos ou mesmo pelas décadas. Neste aspecto a Ciência assemelha-se a uma Religião, é preciso acreditar! Com as técnicas e os instrumentos de análise que aplicamos no estudo (Logos) da Geo (Terra) obtemos valores que parecem fazer todo o sentido pela morosidade que os processos geológicos requerem para que se revelem e é sobre estes dados que vamos edificando o saber sempre atentos a novas descobertas que nos ajudam a completar o conhecimento do espaço físico.

Ó minha terra na planície rasa,
Branca de sol e cal e de luar,
Minha terra que nunca viu o mar
Onde tenho o meu pão e a minha casa

Florbela Espanca — Chaneca em Flor

Paradoxalmente, acreditando nas palavras da poetisa, podemos constatar o quanto estamos errados. Efectivamente, reporta-se ao tempo presente e à imutabilidade do espaço, ora sabemos que o espaço que agora se apresenta como uma planície rasa, outrora constituiu uma cadeia de montanhas suficientemente vigorosa para que no seu interior, a quilómetros de profundidade, argilas fossem transformadas em xistos, calcários fossem transformados em mármores, etc. Também, mais errada não podia estar quando diz que esta terra nunca viu o mar se é precisamente no mar que começa. No parque industrial de Vila Viçosa encontramos vestígios de uma praia de há cerca 545 Ma (Pereira, *et al., in press*). Sobre esta praia, em ambiente marinho de águas calmas, cálidas e pouco profundas, depositaram-se então calcários dolomíticos sobre os quais está a maior parte da urbe calipolense. Só mais tarde (500 Ma, Pereira, *et al., in press*) se depositam os mármores (então calcários!) associados a um vulcanismo com os quais se encontra inter-estratificado, e a história continua.

GEOLOGIA E PATRIMÓNIO GEOLÓGICO

No Alto Alentejo podemos observar eventos geológicos que moldaram o Nosso Mundo, pelo menos, nos últimos seiscentos milhões de anos. Esta história apaixonante, que merece ser contada, precisa de um guia e é este o papel que agora vamos desempenhar.

Com este fim desenvolvemos (Falé, *et al.*, 2008, 2009) uma rede de percursos geológico-mineiros constituídos por pontos-chave onde os aspectos mais marcantes da geologia regional se encontram bem expostos e ilustram de modo muito claro as explicações científicas e tecnológicas mais complexas, como sejam as relacionadas com a génese e evolução das rochas e com os processos de extracção e transformação dos mármores.

A Geologia da região só pode ser apreendida se entendermos o tempo e o espaço em que as rochas se formaram e posteriormente se transformaram. Como as escalas de tempo envolvidas são muito grandes, rapidamente chegamos à conclusão que os números envolvidos escapam à nossa percepção, assim sendo, neste texto vamos aceitá-los, sem nos preocuparmos com os detalhes próprios dos especialistas. Desde logo o espaço não tem qualquer paralelismo com o actual, nem sequer as rochas que pisamos existiam. Quanto ao tempo, sucederam-se uma série de eventos que para se entenderem tem que ser explicados e devidamente enquadrados nos locais onde melhor se observam. À partida temos que separar o tempo da formação das rochas e o tempo da sua transformação (deformação e metamorfismo), ambos se desenrolam em milhões de anos em ciclos que se repetem até aos dias de hoje. A sucessão de rochas de diferentes idades é ilustrada pela coluna estratigráfica da região (Fig. 1).

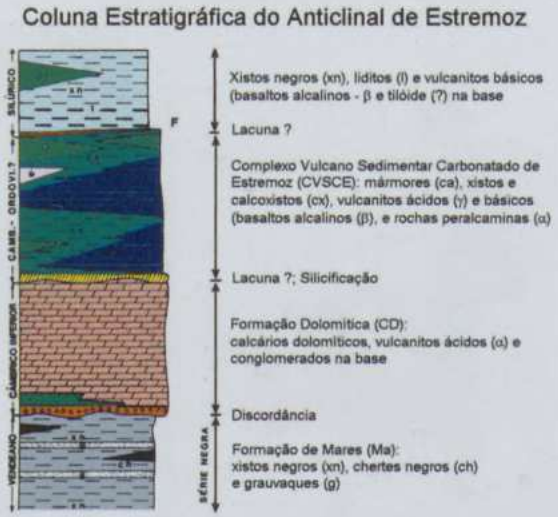


Fig. 1 - Coluna estratigráfica do anticlinal de Estremoz. Nesta coluna as rochas estão colocadas respeitando a posição estratigráfica que ocupam. Em baixo estão as mais antigas e para o topo as mais recentes. Adaptada de Oliveira *et al.* (1991).

Comecemos a nossa viagem pelo afloramento no parque industrial de Vila Viçosa. Neste ponto ocorrem xistos e metaconglomerados cujos clastos pertencem à Série Negra (Gonçalves, 1972), inicialmente estas rochas corresponderiam a areias mais ou menos finas e conglomerados indicadores de um continente próximo (Fig. 2).

Este afloramento em que as rochas que aí se encontram estão profundamente enraizadas e na posição em que os fenómenos geológicos as colocaram, é por isso mesmo único. Em boa hora o município de Vila Viçosa requalificou o espaço industrial em zona verde, permitindo deste modo a sua preservação e futura integração numa rota geomineira.

Observando em detalhe estas rochas, concluímos que os grãos que as constituem já apresentam uma xistosidade interna e além disso estão rolados. Esta simples análise dá-nos informações muito importantes que alargam os nossos horizontes. Ora, para terem uma foliação distinta da rocha em que se encontram, tiveram de a adquirir num evento tectono-metamórfico anterior aos 545 Ma obtidos por

Fig. 2 - Afloramento, onde se podem observar as rochas que fazem a transição do Pré-Câmbrico ao Câmbrico, no parque industrial de Vila Viçosa. A caixa representa um pormenor onde as características texturais da rocha orientada com a xistosidade bem marcada e os clastos rolados aparecem em destaque.

datação isotópica (Pereira *et al., in press*), ou seja, estes são os indícios mais fortes, que podemos observar *in situ*, de uma cadeia de montanhas ainda anterior à que irá formar os mármores. Por outro lado, os elementos figurados (clastos ou grãos), com dimensões superiores a 2 mm, apresentam-se rolados. Aspecto que, forçosamente, teve de ser adquirido antes de os grãos fazerem parte da rocha. Daqui podemos concluir que a cadeia de montanhas, anteriormente referida, foi erodida. O seu desmantelamento (erosão) através de fenómenos de alteração e transporte (meteorização) pelos agentes atmosféricos originou os materiais (sedimentos) que vão constituir a maior parte das rochas paleozóicas do Alentejo Central. Geologicamente esta grande estrutura é conhecida por Zona de Ossa-Morena (ZOM), assim designada precisamente porque os relevos mais importantes que engloba são a Serra d'Ossa, em Portugal e a Sierra Morena, em Espanha. Tal como acontece hoje em dia, grande parte do desgaste das montanhas fez-se pelo transporte dos sedimentos em rios e agora já entendemos porque é que os grãos estão arredondados. A reconstituição desses cursos de água é, obviamente, completamente impossível. Este local, há sensivelmente 545 Ma, seria pois uma praia!

Mas há outra razão para este local ser importante, é que esta idade corresponde à transição Pré-Câmbrico/Câmbrico. À escala global representa o marco da evolução biológica em que os organismos passam a ter um suporte rígido (exoesqueleto, ou seja uma concha que protege o ser vivo). Até agora não encontrámos

qualquer fóssil nestas rochas, no entanto, considerando o grau metamórfico e a natureza de todas as rochas existentes na sequência, é provável que possam ocorrer.

Prosseguindo na sequência geológica, a estes xistos sobrepõem-se os mármores dolomíticos (Formação Dolomítica, FD), na região designados por "bravo". Inicialmente estas rochas seriam calcários e a sua transição desde os sedimentos pelíticos anteriormente referidos, evidencia um aumento da coluna de água. Assim o enquadramento geodinâmico da génese das rochas que constituem o anticlinal de Estremoz (Fig. 3) é caracterizado por um regime distensivo, ou seja abertura do oceano Rheic (Dalziel, 1997) em que a coluna de água vai aumentando. No topo da sequência e a envolver toda a estrutura, ocorrem xistos negros e metachertes (rochas siliciosas de precipitação química), muitas vezes fossíliferos e de idade silúrica bem determinada (Piçarra, 2000).

Estes mármores dolomíticos, para além se serem mais resistentes ao corte (daí o "bravo"), também se apresentam muito fracturados e por isso nunca foram explorados para extracção de blocos. Assim, não temos pedreiras abertas nestas rochas, no entanto, os afloramentos apresentam alguns aspectos característicos que permitem a sua rápida identificação como sejam a intensa fracturação, muitas das vezes, sublinhada por filonetes de quartzo e geralmente, as superfícies apresentam

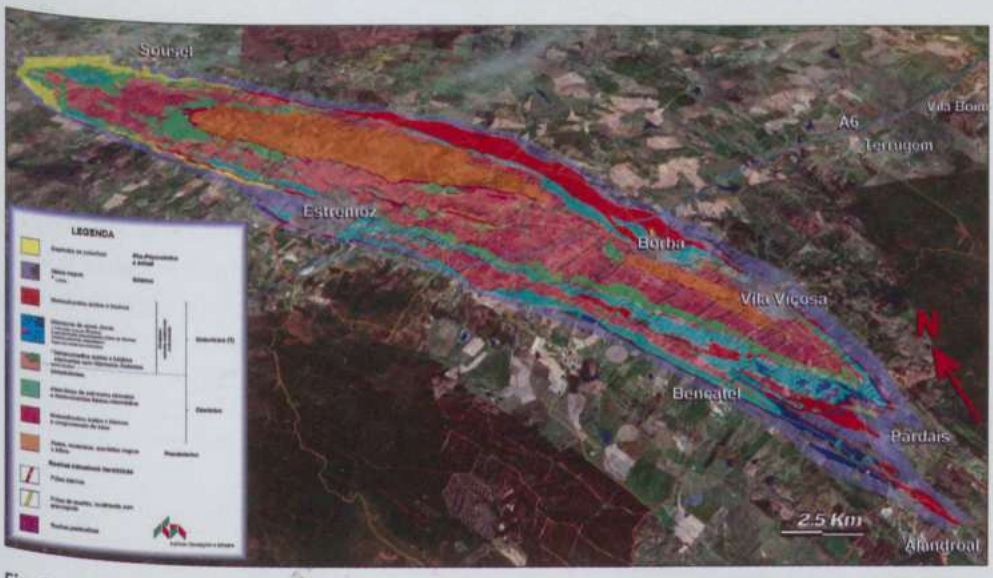


Fig. 3 - Coluna Perspectiva tridimensional da região compreendida entre Sousel e Alandroal, vista de SW para NE, obtida pela sobreposição do mapa geológico do anticlinal de Estremoz (I.G.M., 1997) com a imagem digital do terreno gerada pelo programa GoogleEarth (http://earth.google.com/download-earth.htm em 25 de Maio de 2007), sobrelevada 3x. Note-se o controlo topográfico condicionado pelas litologias. A zona central correspondente ao Pré-Câmbrico bem como os afloramentos correspondentes ao CVSCE ocupam as zonas mais baixas enquanto que a Formação Dolomítica corresponde a um planalto central no anticlinal de Estremoz. Nas regiões adjacentes os relevos de resistência correspondem a níveis de rochas siliciosas de precipitação química e negras (liditos) de idade silúrica, muitas vezes fossilíferos. Os níveis do CVSCE explorados para fins ornamentais encontram-se representados a azul claro (variedades de mármores cor-de-rosa, branco e cremes mais ou menos venados) e a azul escuro (variedades "Ruivina").

um reticulado irregular que faz lembrar a pele de elefante (textura em pele de paquiderme). Alguns cortes nos afloramentos destas rochas podem ser observadas ao longo da antiga linha de caminho de ferro entre Vila Viçosa e Borba e junto ao Alto da Portela, na N254 entre Vila Viçosa e Borba.

Estratigraficamente entre a FD e as rochas silúricas encontra-se o Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz (CVSE). Esta é a unidade geológica que contêm os mármores mas, como o próprio nome indica, intercalados com os mármores (originados pelo metamorfismo de calcários), ocorrem rochas vulcânicas (ácidas e básicas, intrusivas e extrusivas) e outras rochas detríticas. Nos mármores estes materiais expressam-se pela "vergada" e constituem contaminantes que sendo excessivos inviabilizam a sua utilização para fins ornamentais. Como se pode ver no mapa geológico (Fig. 4), a distribuição dos mármores com interesse económico no anticlinal está confinada ao flanco sudoeste a sul de Estremoz e até Borba, no flanco nordeste. O CVSE, por seu turno, dispõe-se simetricamente à estrutura mas, a noroeste de Estremoz e de Borba, os mármores estão praticamente ausentes, predominando então as rochas vulcânicas e detríticas suas contemporâneas. Os mármores que ocupam o topo da sequência são muito ricos em matéria orgânica e por esta variedade ter sido primeiro explorada no Monte da Ruivina, próximo de Barro Branco, a designação "ruivina" é comercialmente utilizada para designar estes mármores cinzento-azulados. Têm a particularidade de apresentar uma enorme versatilidade de acabamentos permitindo ao mestre escultor tirar partido desta propriedade e assim conseguir texturas e tonalidades impressionantes (Fig.4).

Outra característica dos mármores relaciona-se com presença de níveis vulcânicos básicos que economicamente é muito importante, uma vez que estes vão ser responsáveis pela formação das variedades de mármores rosados. Esta transformação aconteceu durante os processos metamórficos e tectónicos onde houve migração de manganês a partir das rochas vulcânicas que entra na rede cristalina da calcite (mineral que constitui pelo menos 98% do mármore) conferindo-lhe essa cor. Esta associação é bem conhecida e pode ser facilmente constatada nas varieda-

Fotos do escultor César Valério gentilmente cedidas

Foto 4 - Bloco em bruto e Samurai depois de esculpido.

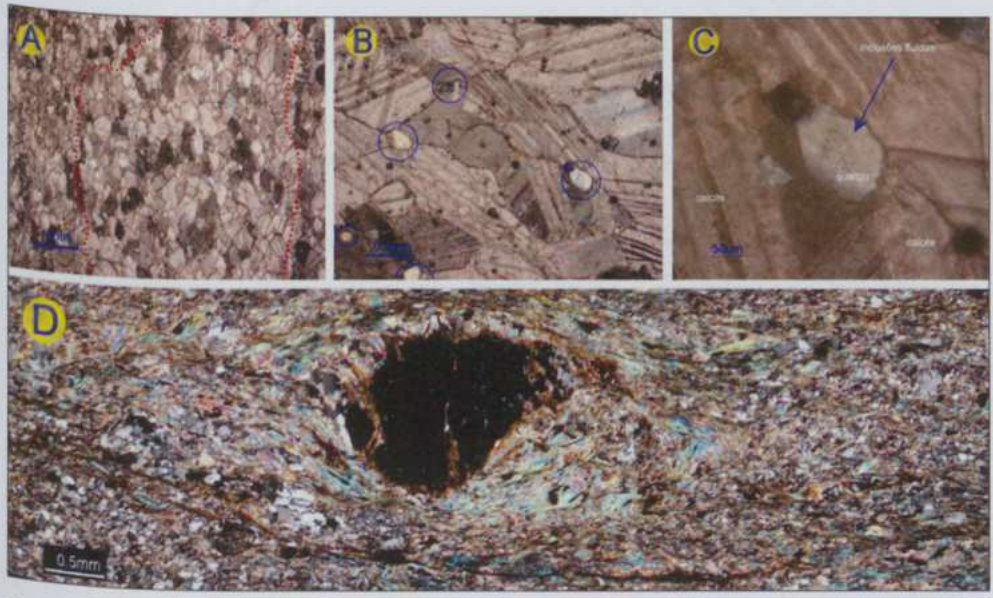


Fig. 5 - Vários aspectos de mármore observados ao microscópio. Em cima (A a C), mármore branco sem presença de níveis de filossilicatos. Ainda assim observam-se cristais de quartzo nos pontos de contacto entre a calcite (B), por vezes com inclusões fluidas (C). O corrume é definido pela orientação preferencial mineralógica bem evidente nesta secção. O estudo destas inclusões permite saber a que condições de temperatura e pressão ocorreu a sua recristalização (passagem de calcário a mármore). Em baixo, observa-se o efeito das forças que deformaram o mármore ao mesmo tempo que nele ocorriam as transformações mineralógicas. Neste caso falamos em critério cinemático (cisalhamento esquerdo) obtido por rotação de um bloco rígido (mineral escuro) na matriz mais dúctil de rochas metavulcânicas básicas intercaladas no CVSE. Estas rochas correspondem aos níveis esverdeados que, invariavelmente, encontramos associados aos mármores rosados.

des de mármore cor-de-rosa com veios esverdeados (estes essencialmente constituídos por clorite e quartzo e resultantes do metamorfismo dos níveis piroclásticos, Fig. 5), Lopes (2003, 2007).

A história que contámos até aqui refere-se à génese das rochas e se não tivessem ocorrido processos orogénicos (formação de montanhas), tectónicos (deformação das rochas), metamórficos (transformação mineralógica e textural das rochas) e, por fim, erosivos (denudação e exposição das raízes montanhosas), não seria possível contá-la, pois não nos seria possível observá-las.

Como referimos, a deposição das rochas ocorre simultaneamente à abertura de um proto-Atlântico. Assim é de esperar encontrar alguma correspondência no continente norte-americano e na verdade toda a sequência atrás descrita tem equivalência litológica com a que ocorre em Danby, no Estado de Vermont - EUA, onde também existe uma importante indústria de extracção e transformação de mármores. Esta correspondência transporta-nos para uma evolução geodinâmica de abertura e fecho de oceanos. A correlação tectono-estratigráfica entre as sequências de Danby e Estremoz tem implicações geodinâmicas importantes visto que coloca estas duas estruturas geograficamente próximas no Paleozóico inferior. Em todo o

Fig. 6 - Vários aspectos da deformação que as rochas no anticlinal de Estremoz sofreram. À esquerda boudinagem caracterizada pela variação de espessura de uma camada mais resistente (dolomito) no seio dos mármores calcíticos. À direita exemplo de uma dobra onde as camada em flancos opostos se tornam paralelas (dobra isoclinal). Cavidade onde ocorrem pedreiras das empresas Lugramar Lda. e António Galego & Filhos, Mármores Lda.).

caso, este é um exemplo dos motivos porque a Geologia é tão apaixonante pois a semelhança, quase camada a camada, das duas sequências litológicas hoje separadas por mais de cinco mil quilómetros motiva a investigação no intuito de descobrir efectivamente porque é que acontece (Lopes, 2003, 2007) e alguns valores que aqui apresentámos já resultaram dessas investigações que continuam em curso. Aparentemente o grau metamórfico atingido pelos mármores americanos foi insuficiente para induzir a mobilidade do Mn a partir das rochas vulcânicas, razão pela qual não ocorrem em Vermont mármores rosados. Esta será a maior diferença pois até os mármores escuros no topo das sequências apresentam correspondência.

Depois de se depositarem na horizontal, as rochas vão ser deformadas em consequência da deriva continental que irá juntar todos os continentes num único - a Pangea, há cerca de 245 Ma.

Em Portugal os indícios desta união estão patentes na orientação geral NW - SE bem definida pelos limites geológicos e pelas características geométricas que as rochas paleozóicas apresentam. Empiricamente e no conjunto, este alinhamento faz adivinhar um achatamento com compressão NNE - SSW. Na verdade os mecanismos observados em detalhe são um pouco mais complexos e é fácil de perceber porquê. Como as rochas, para as mesmas condições em que se encontram, apresentam diferentes resistências, enquanto umas se dobram outras fracturam e outras ainda permanecem no estado original. Ao observarmos os afloramentos, não é difícil constatar estes comportamentos diferentes (Fig. 6)

Fig. 7 – Exemplo de corte e polimento em livro aberto. Peça em exposição no Museu do Mármore de Vila Viçosa.

Estes fenómenos terminaram há sensivelmente 300 Ma e deram-se em vários impulsos, há medida que a cadeia de montanhas ia tomando forma. No seu conjunto são geologicamente designados por Orogenia Varisca ou Hercínica. O enrugamento dos estratos produziu padrões de dobramento que não deixam ninguém indiferente (Fig. 7). Uma interpretação simplista da actuação dos mecanismos de deformação pode ser ilustrada pela figura 8, nesta os planos axiais correspondem à projecção no desenho dos planos bissectores das dobras formadas nas duas fases principais de dobramento.

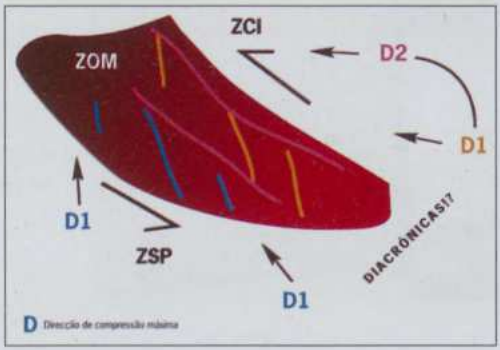


Fig. 8 - Representação esquemática do sentido de transporte de massa (setas) durante a Orogenia Hercínica. Os traços coloridos representam as direcções axiais das macroestruturas regionais, explicações mais detalhadas no texto. Adaptado de Lopes (2003, 2007).

Se cortarmos uma folha de papel que foi dobrada duas vezes, por direcções distintas, obtemos padrões em "caixa de ovos" ou em meia-lua, são estas figuras que, de forma mais ou menos evidente, se podem observar nas pedreiras. Estas constituem janelas para o interior da terra até uma profundidade de 150 m (Fig. 9) e em quase todas se podem encontrar inúmeros padrões e texturas. Cada parede, ou frente de pedreira, é um quadro, que representa as rochas e a deformação que estas sofreram. O grau de exposição é tão grande que não tem paralelo em Portugal e é extremamente raro no Mundo. Temos pois aqui um valor patrimonial único e votado ao abandono, situação que pretendemos inverter com a implementação das referidas rotas geológico-mineiras. A oferta é tão grande que a escolha foi difícil, no entanto, apostando no apoio e envolvimento de alguns industriais seleccionámos para integrar estes percursos, alguns pontos onde determinados aspectos geológicos estão bem representados e não correm o risco de desaparecer a curto prazo (Falé, *et al.*, 2008, 2009, Lopes & Martins, 2005, 2006).

Fig. 9 - Vista em profundidade da actual exploração mais profunda no anticlinal de Estremoz, cerca de 150 m. A cavidade é partilhada por três empresas, Mármores Galrão Lda., F. J. Cochicho & Filho Lda. e Cochicho Lda.

Há ainda dois aspectos muito importantes, porque condicionam as explorações de mármores, relacionam-se com a ocorrência de descontinuidades NNW - SSE, quase verticais e outras WSW - ENE também verticalizadas. As primeiras, mais antigas, correspondem ao avançar do dobramento, nelas o mármore perdeu a capacidade de fluir de forma regular e então é estirado, como se fosse rasgado segundo esta direcção (Fig. 10). Tudo se passa como se o bloco que está a norte avançasse para a esquerda (movimento esquerdo).

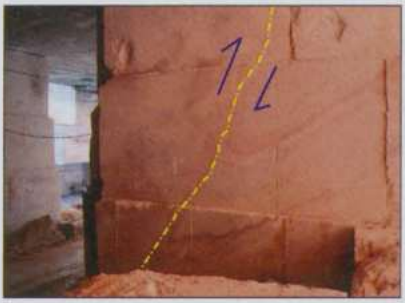


Fig. 10 – Exemplo do dobramento levado ao limite no mármore que acaba por romper ao longo do plano em destaque. O sentido de movimento segundo a horizontal está indicado pelas setas, neste caso como o bloco que está acima da ruptura é o que sobe, a falha dizse conversa ou compressiva. Exploração subterrânea, flanco sudoeste da estrutura anticlinal se Estremoz, zona da Lagoa - Texugo. Empresa Lugramar, Lda.

O segundo conjunto de descontinuidades é aquele onde se vão instalar os "cabos reais" (filões doleríticos). Estes cortam os mármores pelo que não há dúvida que são mais recentes que eles, definindo limites onde não há correspondência de um lado e do outro; "para além do cabo real, o mármore muda sempre - como vulgarmente ouvimos nas pedreiras.

Se não se fizerem os estudos geológicos apropriados para identificar estas descontinuidades, o avanço da pedreira pode ficar comprometido.

Infelizmente e posteriormente a todos os eventos geológicos já referidos ainda falta mencionar o que mais problemas levanta à exploração do mármore para fins ornamentais e que se relaciona com a fracturação do maciço. Nos estádios finais da Orogenia Varisca desenvolvem-se campos de tensões que vão provocar a fracturação das rochas segundo arranjos geométricos, de certo modo previsíveis. Também a descompressão natural por erosão dos materiais sobrejacentes causou intensa fracturação. Associada a esta, devido ao avanço significativo em profundidade das pedreiras, também se vão originando fracturas induzidas pelo Homem. Com todos estes constrangimentos já conseguimos perceber porque é que as pedreiras apresentam baixos rendimentos, normalmente inferiores a 10%. São muitos e variados os factores que condicionam o desenvolvimento de fracturas pelo que só os estudos locais, à escala da pedreira, têm significado quando se trata da exploração de rochas para fins ornamentais.

ASPECTOS TECNOLÓGICOS DA EXPLORAÇÃO DE MÁRMORES

A extracção de rocha ornamental, na região de Estremoz remonta à época romana. Vários são os exemplos de aplicação dos mármores de Estremoz, por toda a Lusitânia, revelando, já naquela altura uma grande actividade extractiva e a importância daquela rocha ornamental a partir dos finais do Século I a.C. (Fig. 11) Uma das ruínas romanas, melhor estudadas é Conímbriga, onde é observável a aplicação de variadíssimos tipos de rochas ornamentais, incluindo os mármores provenientes das *lapicidinae* de Estremoz e Vila Viçosa, nomeadamente das freguesias de Pardais e Rio de Moinhos. Já na Antiguidade, os diferentes aspectos cromáticos dos mármores de Estremoz, Borba e Vila Viçosa eram bem conhecidos e aplicados quer em construção, quer em escultura e decoração, prevalecendo o mármore branco de Estremoz, o ruivina de Rio de Moinhos, o rosado de Bencatel e o mármore branco venado de Pardais.

Apesar das escassas evidências de exploração romana na região de Estremoz e do fraco conhecimento das técnicas usadas é provável que não houvesse grande diferença dos métodos empregues pelos romanos em Carrara, Itália.

Já naquela época, os trabalhadores eram divididos em categorias, havendo os "marmistas" que eram os escavadores, os "quadradores" dedicados ao esquadrejamento dos blocos dando-lhes uma forma regular utilizando martelo e cinzel e os "sectores serraris" que cortavam os blocos em chapas com o auxílio de serras manuais.

Foto gentilmente cedida pela empresa Solubema, Lda.

Fig. 11 - Vestígios da exploração romana de mármores no anticlinal da Estremoz. Baixo relevo encontrado na Herdade da Vigária nos anos sessenta do séc. XX. O bloco que contém a figura de uma ninfa está exposto no castelo de Vila Viçosa.

A individualização das massas, era feita aproveitando-se as fracturas naturais ou através de incisões na pedra segundo direcções pré-definidas, criando-se planos de fraqueza. Depois, dessas ranhuras estarem efectuadas eram preenchidas com cunhas de madeira e humedecidas, aumentando-lhes o volume e criando tensões na rocha que levariam à abertura de uma fractura e consequente separação.

Antes da total remoção, era preparado o terreno e a sua remoção era efectuada com auxílio de animais de carga que puxavam os blocos de pedra colocados sobre esferas de ferro.

Tratava-se, de facto, de um trabalho extremamente violento e destinada a uma população escravizada.

Em finais do Século XIX e início do Século XX a extracção de mármore no Alto Alentejo dá os primeiros passos devido à redescoberta de uma massa marmórea de grandes reservas e de qualidade ímpar. É de facto, do início do Século XX que se conhece a primeira unidade extractiva de mármore, trata-se da pedreira de Santo António, localizada junto o cemitério da cidade de Estremoz (Fig. 12).

Desde essa época até aos nossos dias, a tecnologia e as metodologias empregues para extrair o mármore sofreram avanços absolutamente impressionantes! O que outrora era uma actividade extremamente violenta e perigosa, onde os trabalhadores arrancavam a pedra à força de braços e animais de carga, hoje é completamente automatizada necessitando de trabalhadores altamente especializados e onde as regras de higiene e segurança industrial são prioritárias.

Observando o ciclo de trabalhos de pedreira que inclui perfuração, corte, desmonte, esquadrejamento e remoção, faremos referência a alguns avanços tecnológicos existentes ao longo do século passado e princípio do século XXI.

São já poucos os homens de uma época onde a pedra era arrancada com grande esforço, suor e lágrimas. É o caso do senhor Lino João Canhoto Letras que tem na memória dias difíceis que começaram na década de cinquenta, numa pedreira

Foto gentilmente cedida pela empresa Marbrito, Lda.

Fig. 12 - Pedreira da Cerca de Santo António, Estremoz, em 1901.

do Mouro e conta que no início, para a separação de massas rochosas era vulgar a utilização de pólvora negra, tendo sido o método mais eficaz, mas porém altamente comprometedor do rendimento da pedreira visto produzir fracturação indesejável em todo o maciço, com substancial perda da sua qualidade. Actualmente a pólvora bombardeira é usada raramente e pontualmente, em situações onde existam rochas sem interesse económico que tenham de ser removidas para possibilitarem o acesso ao mármore.

Naquele tempo, a exploração era completamente artesanal, e com poucos recursos técnicos, produzindo-se mensalmente cerca de dois blocos que dificilmente ultrapassariam 1 m3 cada. No entanto, já havia um profundo conhecimento da pedra, para se poder extrair o bloco da forma mais correcta. Assim, antes da aplicação da pólvora executavam-se furos paralelos ao corrume (micro xistosidade existente no mármore da região), utilizando-se uma broca especial, denominada enraiadeira, para facilitar a abertura da pedra pelo plano desejado e evitando-se a fracturação indesejada no resto do maciço.

Foto cedida pela empresa Solubema.

Fig. 13 - Guilhação, método de corte pelo qual os blocos adquiriam a forma rectangular.

A perfuração, no início era lenta e penosa. Tratava-se de uma operação manual, onde um homem com o auxílio de uma marreta ou maço, martelava uma broca mantida na posição

desejada por outro homem que a ia rodando para que o bisel fosse desbastando a pedra em diferentes zonas e rezando que o companheiro tivesse a pontaria afinada. Um simples furo de 50 cm de comprimento podia demorar duas ou três horas.

Tal como na Antiguidade, naquela época e ainda hoje, mais raramente, era vulgar realizar-se uma furação alinhada, criando-se uma superfície de fraqueza. Nos furos efectuados eram colocados guilhos e palmetas e com o auxílio de uma marreta eram martelados até haver separação de duas fracções de rocha. Esta técnica é vulgarmente denominada "guilhação", dando à superfície do bloco um aspecto irregular (Fig. 13).

Nas primeiras décadas do século X X, para fazer sobressair os "bancos" de mármore do resto do maciço eram inicialmente escavados com pás e picaretas. Seguia-se a perfuração horizontal, pelo método de guilhação e depois repetia-se o processo na vertical definindo-se talhadas que podiam ter 1 m ou 1,5 m de largura.

Com a aplicação do ar comprimido surgiram os martelos pneumáticos que, ao associarem a percussão com a rotação, tal como era feito manualmente, as condições de trabalho melhoraram substancialmente conseguindo-se rendimentos em nada comparáveis com a técnica anterior. Aos poucos surgiram martelos pneumáticos com diferentes dimensões destinados a diferentes funções. Os martelos pneumáticos ligeiros, munidos de barrenas com diferentes comprimentos, são equipamentos relativamente leves, pesando entre 15 e 30 kg, permitindo perfurações com velocidades na ordem de 1 m/minuto. Outras perfuradoras mais pesadas, passaram a ser utilizadas para furos horizontais e para a execução de poços mestre (furos largos), actualmente com 220 mm de diâmetro. No entanto, em tempos idos, esses poços eram executados por uma coluna perfuradora com uma broca oca com cerca de 40 cm de diâmetro e possuía uma velocidade de perfuração de 1 m/h. Do resultado da perfuração removiam-se cilindros de mármore regionalmente denominados "nabos" (Fig. 14). Porém, frequentemente esses cilindros partiam-se, saindo em secções, sendo particularmente difícil a

Fig. 14 - Broca e "nabos" resultantes dos poços mestres abertos com esta broca de 400mm de diâmetro. Peças expostas no Museu do Mármore.

porção que ficava no fundo do furo e agarrada ao maciço. Nestas ocasiões seleccionava-se o trabalhador mais magro, o qual era pendurado de cabeça para baixo e introduzido no furo para tentar despregar e laçar a parte final do "nabo", tendo como compensação a dispensa de trabalho no resto do dia, ou no dia seguinte.

Posteriormente à perfuração segue-se o corte do maciço. Também neste estágio do ciclo de trabalhos de pedreira as evoluções tecnológicas são de monta. Depois do uso da pólvora e da guilhação surgiu nas pedreiras o fio helicoidal, um cabo constituído por três fios de aço enrolados em espiral, tendo surgido inicialmente em Itália, no final do Século XIX. Para a época foi um avanço tecnológico considerável, possibilitando aumentos de produção, pois a velocidade de corte era de 1 m2/h. O fio helicoidal para executar os golpes no fundo da pedreira, frequentemente possuía cerca de 1000 ou 2000 metros de comprimento. O estojo era completo com um motor munido de uma poleia de puxe, localizada à superfície, montantes, poleias, enrolador do fio, esticador e um crivo e caixa por onde se fazia passar a areia que era introduzida no golpe juntamente com água para promover o desgaste da pedra.

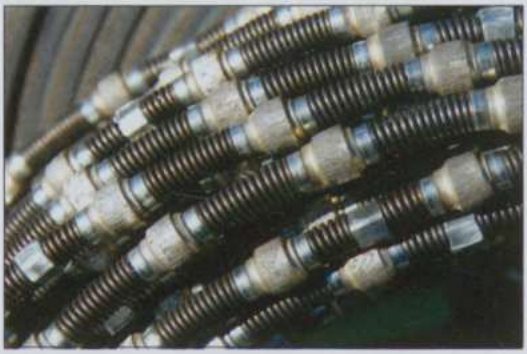


Fig. 15 - Fio diamantado utilizado actualmente nas máquinas de corte, os pequenos grãos que se observam nas pérolas metálicas correspondem a pequemos diamantes que permitem o corte rápido e preciso das massas de mármore.

O grande salto qualitativo na indústria extractiva de mármore surge com o aparecimento do fio diamantado (Fig. 15). Mais uma vez, esta técnica surgiu inicialmente em Itália, em 1978 e em Portugal durante a década de 80. O fio diamantado é constituído por cabo de aço galvanizado, pérolas diamantadas electrolíticas ou de concreção, molas, anilhas, prensadores e uniões. As pérolas diamantadas são compósitos constituídos por um grande número de diamantes sintéticos com dimensões entre 200 μm a 425 μm embebidas numa matriz metálica.

O fio evolui em poleias estrategicamente montadas para o direcionar consoante o golpe a dar, passando por uma máquina que se movimenta sobre carris mantendo o fio sempre tenso para que exerça a sua função de corte. As velocidades de corte nos mármores alentejanos passaram a ser entre 3 a 9 m2/h, consoante a sua dureza.

Ficam assim caracterizadas duas peças de um puzzle intricado, percebendo-se agora a necessidade da furação. De facto, realizam-se duas furações perpendiculares, uma vertical executada na parte de cima da bancada e outra horizontal desenvolvida na parte inferior. Pretende-se a intersecção das duas furações permitindo assim a passagem do fio diamantado que cortará o plano definido por aqueles dois furos.

Fig. 16 – "Crapauds" manual à esquerda e motorizado à direita. Estas peças encontram-se em exposição na fábrica da empresa Plácido Simões, Lda., em Vila Viçosa a quem agradecemos a autorização para publicar estas fotos.

O aumento da capacidade de furação e a introdução do fio helicoidal seguida do fio diamantado permitiu o desenvolvimento de bancadas mais altas, passando de uns escassos 1,5 m de altura, quando as explorações não eram mecanizadas, para 5 e 6 m de altura.

Uma outra técnica de corte vai mais longe, tornando completamente desnecessária a furação. Trata-se do corte com auxílio de roçadoras, equipamentos semelhantes a motoserras, mas de grandes dimensões, com lanças de comprimento na ordem dos 3,5 m, mas podendo chegar até aos 8 m. São equipamentos que também evoluem sobre carris e as suas lanças estão munidas de cintas diamantadas e mais modernamente de cadeia de carboneto de tungsténio ou de diamante policristalino sintético. Estas roçadoras, da ultima geração possuem a capacidade de cortar a seco, são altamente silenciosas e menos poluidoras por possuirem captação de poeiras. Têm no entanto algumas desvantagens em relação às máquinas de fio diamantado, pelo facto dos golpes estarem limitados ao comprimento da lança e por serem mais dispendiosas.

A partir do momento que há uma massa individualizada, normalmente talhadas há que as separar do maciço, tombando-as.

Também nesta fase observaram-se evoluções tecnológicas consideráveis, ao longo dos anos. No início a movimentação de massas era executada com auxílio de animais de carga, mais tarde surgiram dispositivos que, ao rodar-se uma manivela fazia sair para o exterior um acrescento permitindo o deslocamento da massa, são as vulgarmente denominadas "macacas" manuais, gíria essa ainda utilizada regionalmente para os modernos pistons hidráulicos que possuem uma capacidade de deslocamento na ordem das 70 a 160 t.

Depois das macacas manuais, surgiram nas pedreiras os crapauds, primeiro os manuais e depois os mecanizados (Fig. 16). Basicamente eram bobines de cabo de aço, no primeiro caso montadas num bastidor e munidos de duas manivelas e no segundo caso instalados nas traseiras de veículos motorizados. O cabo que laçava a massa a remover era rebobinado, criando-se elevadas tensões que muitas vezes precipitavam desfechos trágicos ceifando a vida de muitos trabalhadores, ou pela

rotura brusca dos cabos de aço ou pelo seu desprendimento, possuindo normalmente um efeito de chicote.

Os colchões pneumáticos colocaram em desuso os *crapauds*. Eram almofadas constituídas por *neoprene* revestido com uma malha de aço para permitir a sua utilização várias vezes. São equipamentos que eram colocados nos golpes feitos pelo fio diamantado, possuindo uma capacidade de deslocamento que podia atingir as 200 toneladas força.

Também este equipamento já saiu de cena na maioria das pedreiras de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, tendo sido destronado pelos colchões hidráulicos ou de alumínio. Estes colchões representam um avanço tecnológico muito grande, visto tratarem-se de dispositivos com cerca de 1 m2 de área, com um peso reduzido de 8Kg, uma espessura inicial de 0,4 cm e final de 20 cm. Têm ainda uma força de deslocação na ordem das 300 toneladas e o seu aumento de volume dá-se através da injecção de água a alta pressão. Ao contrário dos colchões pneumáticos, os colchões de alumínio só podem ser usados uma única vez, sendo desejável a sua reciclagem.

Mais recentemente, está-se a tornar prática generalizada, principalmente nas pedreiras de maiores dimensões, a utilização de equipamento pesado, como giratórias e pás carregadoras para o desmonte das talhadas. Os baldes normalmente utilizados nestes equipamentos são substituídos por um *ripper* no caso das giratórias e por uma lança no caso das pás carregadoras.

Fig. 17 - Grua do tipo *derrick*, pertencente à empresa Calimal Lda., Fonte da Moura, Pardais.

Depois das talhadas tombadas sobre uma "cama" previamente feita com pequenos fragmentos, lamas e pneus velhos para amortecimento, dá-se uma nova etapa no ciclo de trabalhos de pedreira - o esquadrejamento. É uma operação, onde o trabalhador mais experiente ou encarregado vai traçar com a ajuda de régua e esquadro linhas sobre a talhada que definirão os blocos de forma preferencialmente paralelepipédica. Mais uma vez, a guilhação pode ser uma opção, no entanto, nas pedreiras de mármore é de utilização generalizada o fio diamantado, permitindo superfícies mais regulares e melhores acabamentos. Porém a guilhação é uma técnica ainda vulgarmente utilizada em pedreiras de granito e em pedreiras de calcário da serra de Aires e Candeeiros, utilizando-se obviamente os martelos pneumáticos ligeiros para a perfuração e um vibrador, igualmente pneumático que é aplicado nos guilhos, fazendo-os vibrar e penetrar nos furos, provocando a rotura desejada.

Depois dos blocos individualizados parte-se para remoção. Mais uma vez observam-se enormes avanços tecnológicos desde as primeiras pedreiras até à actualidade. Nas longas décadas de exploração não mecanizada, mais uma vez a remoção era feita com o auxílio de animais de carga, mais tarde com os *crapauds* que, à superfície puxavam os blocos assentes em toros de madeira pelas rampas existentes nas pedreiras. Actualmente os blocos são içados por gruas, impressionantes estruturas metálicas, montadas à superfície, com capacidade de 25 t, tendo a maior na região, capacidade para 50 t.

As gruas mais vulgares nas pedreiras de mármore são as de tipo *Derrick* que possuem um mastro, uma lança e duas escoras laterais que fixam a grua ao chão e que fazem um ângulo, aproximadamente, de 90° entre si (Fig. 17).

As gruas do tipo *Cosmay* são menos comuns, possuem a lança na horizontal, não podendo variar a sua inclinação como nas do tipo *Derrick*, possuindo um carrinho constituído por um guicho e bobines de cabos, deslocando-se na lança até à vertical do local desejado.

As pás carregadoras e giratórias são utilizadas em operações de limpeza das frentes e carga dos *dumpers* que possuem principalmente funções de transporte de escombros para os aterros ou escombreiras, sendo neste caso, necessárias rampas de acesso ao fundo da pedreira.

Os blocos chegados à superfície, caso sejam informes ou possuam defeitos que necessitem de ser removidos para valorizar o bloco têm ainda de ser aparelhados em monolâminas ou monofios. Os primeiros monofios usados foram os fios helicoidais, porém foram inteiramente substituídos inicialmente por lâminas de segmentos diamantados e posteriormente por fio diamantado, obtendo-se superfícies homogéneas, lisas, sem oxidações e a velocidades de corte muito superiores.

Um equipamento, particularmente importante num cais de superfície é o pórtico. É uma estrutura de grande porte construído em ferro, movimentando-se sobre carris que deverão estar dimensionados para que seja abrangida a maior área possível. Este equipamento serve para a deslocação de blocos de zonas de stock, para as monolâminas ou monofios e para carregar os camiões, para expedição.

APONTAMENTO FINAL

A abordagem preliminar ao património geológico e mineiro existente no concelho de Vila Viçosa, que apresentámos nas páginas precedentes, está longe de ser completo. Antes de mais foi nossa intenção dar conhecimento da riqueza em georrecursos que o território possui e nem sequer referimos as ocorrências dos recursos minerais metálicos há muito conhecidos e que até chegaram a ser explorados em minas (Almagreira (ferro) e Monte dos Vieiros, Miguel Vacas (cobre)) nem sequer as suspeitas, confirmadas, de ouro nos sedimentos resultantes da erosão do CVSE que se encontram nas terras baixas a sul do Monte da Lagoa. Nestes, os teores encontrados até foram interessantes mas as reservas não permitem, para já, que se desenvolva uma mina. Também não referimos os barros de excelente qualidade retirados das fundações onde se irá edificar a futura biblioteca municipal. Estes foram alvo de análises tecnológicas e testes de olaria no âmbito de uma tese de mestrado em Engenharia Geológica na Universidade de Évora (Cunha, 2010) tendo os primeiros resultados revelado uma matéria-prima de excelente qualidade capaz de produzir das melhores pastas para a olaria, tal como nos foi confirmado pelo Mestre Xico Tarefa (Francisco Rosado de Redondo) que trabalhou esta matéria-prima que origina, após cozedura, peças extremamente resistentes ao choque e com uma cor castanha escura pouco usual (Fig. 18). As reservas existentes são suficientes para abastecer todos os oleiros e "*barristas*" de Redondo e São Pedro do Corval por décadas.

A Zona dos Mármores é acima de tudo uma zona industrial, com todos os constrangimentos e impactes ambientais que possa causar. No entanto, cabe à sociedade, autarquias, industriais, escolas, universidade, e estado promover e requalificar estes espaços. A opção de tapar as cavidades com as escombreiras, parece-nos demasiado redutor e, atendendo à extensão e dimensão da zona afecta às explorações, parece-nos uma tarefa impraticável. Por outro lado e apesar da crise instalada que faz com que a maioria das pedreiras se encontrem com lavra suspensa, não quer dizer que futuramente a conjuntura económica internacional e nacional não se torne favorável, justificando de novo a sua exploração. A corroborar esta ideia está um conhecimento geológico cada vez mais detalhado do Anticlinal de Estremoz, onde sondagens recentes indicam a existência de mármore até aos 400 m de profundidade. Também o constante desenvolvimento tecnológico pode vir a permitir explorar aquilo que hoje não o é. O entulhamento das cavidades, futuramente pode vir a tornar-se um erro craço e tremendamente dispendioso, a não ser certos locais que comprovadamente não têm viabilidade de exploração, justificando-se nestes casos um investimento para a sua requalificação e reposição da topografia original.

Embora os percursos geológico-mineiros não tenham ainda visibilidade no terreno, conceptualmente já existem e têm vindo a ser posto à prova pois, entre outras actividades, há mais de dez anos que o Departamento de Geociências da Universidade de Évora tem vindo a realizar acções de divulgação no âmbito do programa Ciência Viva - Geologia no Verão. Estas acções, gratuitas, são abertas a toda a Co-

munidade que assim poderá ir mais além do que assimilou nestas páginas com a aprendizagem ao vivo sobre os afloramentos. Também poderá ver, no local, as máquinas a trabalhar e perceber que, não sendo, hoje em dia, um trabalho muito duro, exige muita atenção e conhecimento especializado, quer para optimizar o processo produtivo, quer para se evitarem acidentes, quase sempre com graves consequências. Infelizmente constatamos que a taxa de participação dos habitantes do concelho nestas actividades é muito baixa, quer por falta de divulgação local quer por algum desinteresse pelas pedreiras, que são encaradas como local de trabalho e não de aprendizagem. Cabe-nos a nós insistir e diversificar as oportunidades de acções que se podem realizar nas pedreiras (desporto mais ou menos radical, passeios integrados com áreas de descanso e lazer, espectáculos teatrais, concertos, aulas ao ar livre, ateliers de pintura e desenho, actividades aquáticas como cursos de mergulho, piscinas, etc.). Onde muitos vêm uma indústria a definhar, não por falta do recurso mas por constrangimentos económicos e uma conjuntutra internacional desfavorável, nós vemos uma oportunidade de redefinir a ocupação do espaço e dar-lhe novas utilizações (Vintém *et al.*, 2003). Haverá sempre lugar para a indústria extractiva continuar a produzir o melhor mármore do Mundo mas cremos que o desenvolvimento sustentável e o respeito pelo Meio Ambiente, devolverão não só o espaço envolvente às pedreiras mas todo o espaço rural aos habitantes. A paz que se sente ao passear ao fim do dia por entre as pedreiras é algo indescritível que tem de ser vivenciado para se sentir. É um convite.

Fig. 18 - Peças de barro elaboradas e cozidas pelo Mestre Xico Tarefa, a partir da matéria-prima obtida nas fundações da nova biblioteca pública de Vila Viçosa.

BIBLIOGRAFIA

Brito da Luz, L.M.N.B. (2005), *Análise crítica ao Modelo de Desenvolvimento do Sector das Pedras Naturais. O Caso dos Mármores no Triângulo Estremoz-Borba-Vila Viçosa, 1980 - 2003*; Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, 156 p.

Carvalho, J.M.F. (2008), *Cartografia Temática do Anticlinal, Zona dos Mármores, 2008, 36 p.*

CEVALOR – *Manutenção e Reparação de Maquinaria Pesada, Indústria Extractiva e Transformadora - Rochas Ornamentais.*

Confindustria Marmomacchine – *Directory*, Editrice Promorama, Milano Itália, 2008.

Conti, A; Bessi, C. I. (1996), *Il Marmo...Ieri e Oggi, Storia fotografica della lavorazione del marmo.* Società Editrice Apuana, 251 p.

Cunha, Ana Marta Formigo da (2010), *Aplicação de Terra Rossa Proveniente do Anticlinal de Estremoz em Olaria*, Tese de mestrado em Engenharia Geológica na Universidade de Évora, trabalho em curso.

Dalziel, I.W.D. (1997) – Neoproterozoic-Paleozoic geography and tectonics: Review, hypothesis, environmental speculation. Geological Society of America Bulletin 108: pp. 16-42.

Dias, E., Marques, H., Fernandes, P, Gama, P. (2009), *Higiene e Segurança no Trabalho em Pedreiras a Céu Aberto*. Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa, 10 p.

Falé, P.; Lopes, L.; Martins, R.; Henriques, P.; Carvalho, J.; Viegas, J.; Cabaço, J. (2009), *A Rota do Mármore no Anticlinal de Estremoz (Portugal)*, pp. 123 - 133, in Paúl Carron M. Ed., Rutas Minerales en el Proyecto RUMYS, p. 135, Guayaquil - Equador. ISBN 978-9942-02-240-0. CYTED. http://www.rumys.espol.edu.ec/publicaciones.asp?pagina=Publicaciones.

Falé, P.; Lopes, L.; Martins, R.; Henriques, P.; Carvalho, J.; Viegas, J.; Cabaço, J. (2008), A Rota do Mármore no Anticlinal de Estremoz (Portugal), in Paúl Carron M. Ed., *Rutas Minerales de Iberoamérica*, p. 242, ISBN 978-9942-01-654. RUMYS, Rutas Minerales y Sostenibilidad, CYTED - Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo. Guayaquill, Equador; pp. 169-177.

Figueiredo, J.M., *et al*, – *Guia Técnico, Sector da Pedra Natural*, INETI, 2001, 66 p.

Gama, C. Dinis – *Laboratory and Numerical Modelling of Rooms and Pillars of Marble*. Instituto Superior Técnico, 9 p.

Gonçalves, F. (1972) - *Observações sobre o anticlinório de Estremoz. Alguns aspectos geológico-económicos dos mármores*, Est. Not.. Trab. Serv. Fom. Min., Porto, Vol. 22, Fasc. 1-2, pp. 121-132 (Matérias-primas minerais não metálicas, nº 17).

Guerreiro, H.J.P. (2000), *Exploração Subterrânea de Mármores, Aspectos Geotécnicos*. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 182 p.

http://www.prahoje.com.br/florbela/?page_id=2; consulta em 2010-09-01 – Textos de Florbela Espanca

Jimeno, C., L, Jimeno, E. L., CARCEDO, F. J. A. (1995), *Drilling and Blasting of Rocks*. A. A. Balkema, Rotterdam, 391 p.

Jimeno, C., L. *et a.l* (1995), *Manual de Rocas Ornamentales, Prospección, Explotación, Elaboración, Colocación*. E.T.S. de Ingenieros de Minas de Madrid, LOEMCO. Entorno Gráfico, SL, Madrid, 696 p.

Justino, Maciel; Coutinho, Hélder – *A utilização dos mármores em Portugal na época Romana*; http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2860.pdf, consultada em 2010/09/01.

Lopes, J. L. G. (2003), *Contribuição para o conhecimento Tectono - Estratigráfico do Nordeste Alentejano*, transversal Terena - Elvas. Implicações económicas no aproveitamento de rochas ornamentais existentes na região (Mármores e Granitos). Tese de Doutoramento, Departamento Geociências - Universidade de Évora, 568 p.

Lopes, L. & Martins, R. (2005), *Anticlinal de Estremoz; Saber mais. XXV Curso de Actualização de Professores da Associação Portuguesa de Geólogos*, Centro de Ciência Viva de Estremoz, 5-7 de Maio de 2005; Livro Guia das Excursões Geológicas; pp. 19-30.

Lopes, L. (2006), *Exploração de Mármores no Anticlinal de Estremoz*; Livro Guia da Excursão H do VII CNG - Estremoz; Dias, R. & Araújo, A. Eds., Universidade de Évora, pp. 61-70.

Lopes, L. (2007), *O triângulo do Mármore - Estudo Geológico*, Revista Monumentos, Nº27 - Vila Viçosa, pp. 158-167. Lisboa: IPPAR/IRHU. ISSN: 0872-8747, Depósito Legal n.º 79253/94.

Moura, A. C., *et al.* (2007), *Mármores e Calcários Ornamentais de Portugal*. INETI, 383 p.

Oliveira, J. Oliveira, J.T.; Oliveira, V. & Piçarra, J.M. (1991) - *Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa-Morena*, em Portugal: síntese crítica do estado actual dos conhecimentos - Comun. Serv. Geol. Portugal, 77: 3-26.

Pereira, M.F., Lopes, L., Gerdes, A., Solá, A.R., Chichorro, M., Silva, J.B. (2010), *Cambrian rifting in the northern Gondwana constrained by U-Pb LA-ICP-MS zircon dating (Estremoz Anticline*, Ossa-Morena Zone, Iberian Variscan belt), in press.

Perez, B.C., Sánchez, M.M. (2001), *Avanços e Transferência Tecnológica em Rocha Ornamental*, Série Rochas e Minerais Industriais, nº4, CETEM/MCT, 185 p.

Piçarra, J. M. (2000) - *Estudo Estratigráfico do Sector de Estremoz - Barrancos, Zona de Ossa - Morena, Portugal, Vol. II - Bioestratigrafia do intervalo Ordovícico - Devónico inferior*, 173 p. Tese de Doutoramento. Universidade de Évora.

Pinto, A. C. R. P., *et al* (2006), *Manual da Pedra Natural para a Arquitectura*. Direcção Geral de Geologia e Energia, Lisboa, 199 p.

Silva, J. B. (1996) - *Geodinâmica Ante-Mesozoica do Sector Oeste da Zona de Ossa Morena e regiões limítrofes: Síntese com base em recentes observações*. In: Araújo, A. & Pereira, M.F. (Eds), Estudos sobre a Geologia da Zona de Ossa Morena (Maciço Ibérico). Livro de Homenagem ao Prof. Francisco Gonçalves. Universidade de Évora, 1997, pp. 231-262.

Vintém, C., Henriques, P., Falé, P., Luís, G., Midões, C., Antunes, C., Carvalho Dill, A., Carvalho, J., Saúde, J., Bonito, N., Sobreiro, S. (2003) - *Cartografia Temática do Anticlinal como Instrumento de Ordenamento do Território e Apoio à Indústria Extractiva: Relatério Final do Projecto*. Instituto Geológico e Mineiro e Cevalor.

Catálogos promocionais e informação técnica variada das seguintes marcas: Benettimacchine; Bernucci Group; CATERPILLAR - Linha de produtos; Co.FI.Plast, Diamond Wires; Diamond Service Portuguesa, LDA; Fabrimar S.A.; Foras Water Pumps; Garrone, Officina Meccanica; Korfmann e SPADIAM.

AS AVES DE RAPINA NOCTURNAS EM PORTUGAL

Joaquim Miguel Palla Lizardo

HÁ QUANTO TEMPO NÃO OBSERVA UM NOITIBÓ?

No dia 24 de Maio de 2010, o antigo Ministro das Finanças, Eduardo Catroga, declarou no programa da SIC "Sinais de Fogo", que Portugal é o país da União Europeia que possui mais quilómetros de auto-estrada por habitante.

Para além do aspecto económico, que está associado a este facto, devemos também reflectir no impacto ambiental daí derivado, ou seja nos atropelamentos mortais de aves de rapina nocturnas que diariamente ocorrem.

Podemos considerar a evolução destas aves em Portugal, nos últimos 100 anos dividida em escalões de 20 anos, assim temos: 1 - primeiros vinte anos do século XX, não há acontecimentos significativos a assinalar; 2 - décadas de vinte e de trinta, foram os anos da chamada "Campanha do Trigo", o que provocou um aumento da população de roedores (seu principal e, para alguns, único alimento), e consequentemente foram "anos de ouro" para estas espécies; 3 - décadas de quarenta e de cinquenta foram anos em que se tornou "moda", ter aves embalsamadas em casa como elemento decorativo, daí que as aves mais fáceis de capturar e abater para embalsamar tenham sido as aves de rapina nocturnas e assim as populações começaram a diminuir; 4 - décadas de sessenta e de setenta foram anos em que a generalização da utilização de pesticidas na agricultura e de raticidas em locais de armazenamento de sementes, levaram a que o seu principal alimento diminuisse, e também à morte de muitos indivíduos por ingestão de ratos envenenados; 5 - nas décadas de oitenta e de noventa, este problema intensificou-se e veio juntar-se o abandono de algumas terras de cultivo devido ao "*set a side*" (lei comunitária que privilegia a retirada de alguns terrenos da produção cerealífera); nesta década (já no século XXI), assistimos à construção de estradas e aos atropelamentos diários destas aves, uma vez que se tratam de animais muito susceptíveis ao encadeamento (agravado na actualidade com o aparecimento dos faróis de xénon), com maior intensidade luminosa o que facilita a visão ao condutor, mas também facilita o encadeamento destas aves.

NA ACTUALIDADE, QUEM SE RECORDA DE TER OBSERVADO UM NOITIBÓ?

Não podemos esquecer que esta ave insectívora aparentada com os mochos, há 30 anos era a mais fácil de encontrar à noite em qualquer charneca do nosso país, nos meses de Primavera/Verão.

As aves de rapina nocturnas residentes na Península Ibérica constituem o grupo das corujas e o dos mochos. Não esquecendo, também os noitibós.

Em relação aos grupos das corujas e dos mochos, temos como residentes em Portugal:

1º - O Corujão ou Bufo-real (Bubo bubo), que é o maior deste grupo, comprimento 60 a 75 cm, habita em encostas rochosas e em florestas, encontrando-se em grande perigo de extinção;

2º - Coruja-das-torres (Tyto alba), comprimento 33 a 36 cm, mais de 95% da sua alimentação são ratos e é das espécies que mais se encontra morta nas estradas. Distingue-se das outras corujas pelo tom claro da sua plumagem, sendo considerada por muitas pessoas a coruja mais bonita;

3º - Mocho-galego (Athene noctua), comprimento 21 a 23 cm, alimenta-se de insectos e de ratos é das espécies que mais se encontra morta nas estradas;

4º - Coruja-do-mato (Strix aluco), comprimento 36 a 40 cm, alimenta-se de pequenos mamíferos e de pequenas aves.

Fotografia FCB/Joaquim Real

Coruja das Torres (Tyto alba)
Col. Lopo de Carvalho, em depósito no Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

Aqueles que nos visitam:

5º - Bufo-pequeno (Asio otus), comprimento 34 a 37 cm, está quase todo o ano entre nós, principalmente no Inverno, alimenta-se de ratos;

6º - Mocho-de-orelhas (Otus scops), comprimento 18 a 20 cm, apenas se encontra entre nós na época da reprodução e alimenta-se de insectos;

7º Noitibó (Caprimulgus europaeus), comprimento 25 a 28 cm, apenas se encontra entre nós na época da reprodução e alimenta-se de insectos, é a espécie mais susceptível ao encadeamento por faróis de automóvel e o seu número passou de abundante (principalmente nas zonas onde se pratica a cultura do arroz), a raro devido a atropelamentos ocorridos nos últimos trinta anos. Curiosamente a espécie entrou em acentuado declínio a partir do momento em que se considerou erradicada de Portugal a malária (popularmente conhecida como sezões), e que é transmitida ao homem pelos mosquitos do género Anopheles, dos quais o noitibó se alimenta.

E se por qualquer razão estes mosquitos regressarem? O que acontecerá uma vez que praticamente já não há noitibós para os comerem?

Fica a pergunta no ar...

Não queremos deixar de registar com agrado o esforço que tem sido feito em Silves no Centro de Recuperação do Lince Ibérico, no entanto recordamos com a autoridade de quem se manifestou em 1980 e 1981 contra a plantação dos 8.000 ha de eucaliptos na Serra da Malcata que destruiu o habitat de uma população de linces que lá se encontrava. Na FILAGRO (Feira internacional de Lisboa de 1981), foram apresentados os trabalhos de movimentação de terras para a plantação de eucaliptos, como uma grande obra. Infelizmente, empurrou o lince ibérico ainda mais para o caminho da extinção de tal forma que se tornou necessária esta tentativa deseperada em Silves para salvar a espécie.

Também nesses anos (mais ou menos), início da década de oitenta do século XX, deu-se a plantação de eucaliptos na Serra de Ossa, em cerca 5.000 ha. Regista-se com agrado, que neste momento estão a ser reconvertidas algumas dessas áreas para plantação de sobreiros (cerca de uma quarta parte), o que será benéfico para as aves de rapina nocturnas uma vez que o seu *habitat* é o montado de sobro ou de azinho.

Fica este alerta para que não vejamos desaparecer ou entrar na lista dos animais em vias de extinção, as nossas aves de rapina nocturna, deixando para os nossos descendentes somente a possibilidade de os verem embalsamados, não conseguindo assim ouvir o som das suas vozes que popularmente, há 50 anos quando havia muitos, era considerado de mau agouro, mas parece que o mau agouro foi real apenas para estas aves, nem vê-los em pleno voo.

ENTREVISTA

MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA DOS FINAIS DO ANTIGO REGIME À REPÚBLICA

ENTREVISTA AO DR. JORGE ROSA, PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA VIÇOSA

Considera que o Livro "Misericórdia de Vila Viçosa dos Finais do Antigo Regime à República", é uma ajuda para compreender a evolução e a acção histórica e social da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa?

O livro é um contributo importante para conhecer a acção histórica e social da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, entre o séc. XVIII e o fim do séc. XX.
Com a publicação deste livro, a Mesa Administrativa desta instituição vem dar a conhecer aos presentes e aos vindouros o notável percurso desta Misericórdia no apoio aos pobres, às crianças, aos jovens, aos docentes e idosos, entre o Séc. XVII e o Séc. XX e que esta data era desconhecida da população e da sua irmandade.

Porque resolveu publicar este livro?

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, através da sua Mesa Administrativa e de um esforço financeiro considerável, decidiu fazer a publicação desta obra para dar a conhecer a acção social desta instituição, à comunidade local, à irmandade e a todos que queiram conhecer a história desta instituição, que até aqui era desconhecida.
A publicação desta obra insere-se na comemoração dos 500 anos desta Misericórdia ao serviço dos mais necessitados.

Para além da edição desta obra, que outras preocupações estão presentes na elaboração do programa dos 500 anos?

Do programa da comemoração dos 500 anos desta Santa Casa da Misericórdia fazem parte, além da publicação desta obra, a realização da Jornada dos 500 anos da Misericórdia de Vila Viçosa, no dia 2 de Outubro de 2010 no Cine-Teatro Florbela Espanca de Vila Viçosa, onde vários prelectores e estudiosos da história da instituição darão a conhecer o papel das Misericórdias, no apoio a pobres, a presos e aos doentes, assim com a acção social.
Também fazem parte da comemoração dos 500 anos, uma cerimónia comemorativa no dia 30 de Outubro que consiste num cortejo entre a sede da Misericórdia e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, com missa nesta Igreja pelas almas dos ir-

mãos já falecidos e benfeitores, seguindo-se a cerimónia comemorativa no Cine-Teatro Florbela Espanca, com a presença das autoridades civis e religiosas. Terminada a sessão, haverá um almoço de confraternização no seminário de S. José.
No dia 14 de Novembro ocorre uma homenagem ao benfeitor Dr. João Augusto Couto Jardim, evocando o seu testemunho de vida nesta vila.

Estamos a falar do passado, mas... quanto ao presente quais são os projectos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa?

Os projectos desta instituição para este mandato 2010-2012 são a construção de uma unidade de cuidados continuados com a capacidade para 30 camas e que se prevê iniciar actividade no 2º semestre de 2011. A sua construção iniciou-se em Junho de 2010 e irá dar resposta aos doentes acamados, dependentes da rede de cuidados continuados integrados em parceria com a saúde.
Outros projectos são a requalificação das várias valências, bem como a melhoria das suas funcionalidades na adaptação da instituição às novas realidades da nossa comunidade, num contexto de crise social, estando a instituição a cumprir a sua missão de acudir e ajudar doentes, os necessitados e os abandonados, assim como dar resposta na área dos doentes dependentes, que nesta época não têm resposta adequada ao envelhecimento acelerado da nossa comunidade e das comunidades limítrofes.

CRIAÇÃO LITERÁRIA

HOMENAGEM AO EMBAIXADOR DÁRIO MOREIRA DE CASTRO ALVES

Justino Mendes de Almeida
Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa

À memória do prezado Amigo e distinto Camonista Dário de Castro Alves. "Portanto, o meu nome *Dário* não está errado". Não, não está.

É-me muito grato associar-me à justa homenagem prestada ao Embaixador Dário Moreira de Castro Alves, o brasileiro mais português que conheci. Português pelo coração, pelo estudo, pelos trabalhos publicados e pela devoção à cultura portuguesa.

A minha permanência em Coimbra, a participação que tive nas actividades do Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras e no acompanhamento da revista *Brasília,* depois em Lisboa, na Faculdade de Letras, e já agora na Universidade Autónoma, permitiu-me conhecer distintas personalidades brasileiras, sobretudo na área da linguística e da literatura, que nos deixaram marcas indeléveis do seu muito saber. Não conheci, porém, nenhum que sobrelevasse o Embaixador Dário em amor a Portugal, à sua cultura e às instituições culturais portuguesas. Também por isso me associei sempre à votação, para sua admissão nas Academias Portuguesa da História e das Ciências de Lisboa, onde a sua palavra autorizada de homem de Letras e de humanista é escutada com a maior atenção.

O elogio de Dário de Castro Alves, a quem pretenda fazê-lo, preenche um denso volume, tal a imensidade de matérias que se dispersam por tomos e mais tomos e periódicos nacionais e estrangeiros. É uma actividade que prossegue contínua, pois o vemos subscrever trabalhos todos os dias.

Ao prodigioso labor literário de Dário - a trilogia *Era Lisboa e Chovia, Era Tormes e Amanhecia, Era Porto e Entardecia* é suficiente para que o seu nome fique registado para sempre nas páginas da mais valiosa contribuição brasileira para a literatura portuguesa - com a actividade literária, dizia, recorde-se a activíssima em funções diplomáticas, nos mais qualificados e difíceis postos. A este respeito temos o testemunho insuspeito de Assis Chateaubriand - que ainda não conheci e não esqueço quanto lhe devemos nós, Portugueses, pelo carinho com que se associou à reconstrução e ao reapetrechamento bibliográfico da Casa de Camilo em São Miguel de Ceide. Assis Chateaubriand louvava a 'insuperável eficiência na organização das tarefas burocráticas, a capacidade de trabalho, as judiciosas sugestões' de Dário de Castro Alves.

Eu, que o oiço ou leio diariamente, poderei dar o meu testemunho e reconhecimento de quanto me deleita o que escreve ou diz e quanto com ele aprendo. Coloco acima de tudo, o seu conhecimento e admiração por Camões, que constantemente reproduz de cor, porque o tem bem fundo gravado no mais íntimo do peito.

O volume com que nos brindou, *Luso-Brasilidades nos 500 anos,* é, como já escrevi, um verdadeiro vademécum para quantos desejaram associar-se às prodigiosas manifestações que decorreram no ano de 2000, 5° Centenário do Achamento do Brasil.

Por tudo, associo-me à oportuna e justa homenagem tão solene como justa, por se tratar de uma iniciativa da Sociedade de Língua Portuguesa, uma instituição cultural que todos admiramos e respeitamos pelo muito que já lhe deve a defesa, ilustração e divulgação da língua portuguesa e dos seus aliciantes mistérios.

Lancioneiro
em que uão obras dos milhores poe
tas de meu tempo ainda não empre
vas e treslaradas de papeis da
letra dos mesmos que as com
poserão começado na in
dia a 16 de ianeiro de
1552 e acabado em 1.
em 1589
per luis franco correa compa
nheiro em o estado da india
e muito amigo de luis de
Camoens

*

"Dário / Dario" em Camões

Os nomes latinos de origem grega, como é o caso do que analisamos (Δαρειος / Darius, nome de vários monarcas persas e outros, persa Darayavaus), possuem em português uma prosódia linguisticamente bem definida: se no latim a penúltima sílaba é longa, mantém-se nela o acento; se é breve, a sílaba tónica é a antepenúltima. No entanto, como observa o gramático Quintiliano, esses mesmos nomes poderiam ter em latim uma dupla pronúncia: grega ou latina, se, como no caso de Darius, uocalis ante uocalem corripitur; o acento passava então para a antepenúltima sílaba.

O português, se bem que siga a norma antes definida, como dissemos, não deixa, no entanto de revelar muitos exemplos daquela alternância, mais na poesia do que na prosa ou na linguagem da conversação, como é óbvio. E, ainda que os exemplos poéticos sejam comummente justificados "por motivo de acento métrico (Rebelo Gonçalves, Vocab. da Língua Port., s.v. "Dario"), estou em crer que os

autores o fariam com um certo conhecimento daquela liberdade prosódica já consentida na língua latina, como é o caso de Luís de Camões que, entretanto, alonga aquela dupla pronúncia a vocábulos que a não tinham registada no latim, e estes, sim, serão justificáveis apenas pelo "acento métrico", tornado extensivo à prosa e por esta divulgado. É o caso do mitónimo e topónimo Cíbele, sempre proparoxítono no latim, mas paroxítono na poesia clássica portuguesa.

Regressando ao antropónimo Dario, qual é a prosódia camoniana registada? No "episódio" de Egas Moniz:

> Do que ao grande Dario tanto pesa
> (III, 41, 5);

Em referência a Milcíades, vencedor de Dario em Maratona:

> O grão poder de Dário estrui e rende,
> (X, 21,2);

E por último, na oitava A Dom Constantino, Vizo-Rei da Índia, v. 27:

> a Dário rei moço sábio e santo, (mal acentuado por Costa Pimpão, alterado por Faria e Sousa e por José Maria Rodrigues alteram para: Ao grão Dario e Ao rei Dario, respectivamente, para conciliarem escrita com pronúncia paroxítona. Assim sendo, parece que a lição correcta será:
>
> a Dário rei moço sábio e santo.

Que conclusão se poderá tirar de tudo isto? Se é certo que com *Os Lusíadas* se fixou definitivamente a língua portuguesa, a prosódia legítima do antropónimo que nos ocupa no onomástico português será o paroxítono Dario, mas o proparoxítono Dário não é menos autorizado, nem é, de forma alguma, uma pronúncia errada.

*

A agricultura n'*Os Lusíadas*

É um tópico não muito frequente no Poema, mas que ainda assim dá pretexto para uma comunicação.

Eis um exemplo extraído da estrofe 27ª. do canto IV, de acordo com a edição Ee=S (1ª edição do Poema):

> Respondem as trombetas mensageiras
> Pífaros sibilantes, e atambores,
> Alferes alteiam as bandeiras,
> Que variadas são de muitas cores.
> Era no seco tempo, que nas eiras
> Ceres o fruto deixa aos lavradores,
> Entra em Astreia o Sol no mês de Agosto,
> Baco das uvas tira o doce mosto.

Trata-se de um passo que antecede a vitória de Aljubarrota. Não é a este facto que a oitava alude, mas sim ao louvor das colheitas, como trigo, e à produção do vinho com tal exactidão cronológica, qual a verdade contida em todo o Poema.

Astreia (lat. *Astrea):* deusa da Justiça, quando depois de ter vivido, na Idade de Ouro, entre os homens, deixou a terra, foi colocada no Céu, na parte que se chama o signo da Virgem (ou: de Virgo).

É a cultura do trigo que mais merece atenção do Poeta. Para além do exemplo que citámos na estância transcrita acima, outras há que contêm uma referência especial a essa cultura:

> E vós também, ó terras Transtaganas,
> Afamadas co dom da flava Ceres
> Obedeceis às forças mais que humanas,
> Entregando-lhe os muros e os poderes;
> E tu, lavrador Mouro, que te enganas,
> Se sustentar a fértil terra queres:
> Que Elvas e Moura e Serpa, conhecidas,
> E Alcácer do Sal estão rendidas.
>
> III, 62

Ainda outro exemplo:

> Os altos promontórios o choraram,
> E dos rios as águas saudosas
> Os semeados campos alagaram,
> Com lágrimas correndo piedosas;
> Mas tanto pelo mundo se alargaram,
> Com a fama no seu reino chamarão
> "Afonso! Afonso!" os ecos; mas em vão.
>
> III, 84

*

S. Francisco Xavier em Camões

O Apóstolo das Índias não poderia ficar esquecido pelo Príncipe dos poetas Portugueses. É mais um dos grandes difusores da Fé que encontraram futuro imorredoiro n' *Os Lusíadas*:

> Inda outra muita terra se te esconde
> Até que venha o tempo de mostrar-se,
> Mas não deixes no mar as Ilhas, onde afamar-se:
> A natureza quis mais ufanar-se:
> Esta, meia escondida, que responde
> De longe à China, donde vem buscar-se,
> É Japão onde nace a prata fina,
> Que ilustrada será co a Lei divina.
>
> (Canto X, 131)

"Os Portugueses, descobridores do Japão, introduziram nele S. Francisco Xavier com aparato régio para prestigiar o Apóstolo. A primeira igreja cristã do Japão construíram-na por subscrição os portugueses do Oriente. Entre eles, com 300 cruzados, Fernão Mendes Pinto, o da *Peregrinação* carta de S. Francisco Xavier a el-rei D. João III, de Cochim, 31 de Janeiro de 1552, publicada pela primeira vez por Schurhammer, no A.H.S.I. II (1933) 52." Serafim Leite, *Camões*, p. 42.

Retrato de Camões Feito em Lisboa por Fernão Gomez

Durante anos, foi considerado o melhor retrato do Poeta, não obstante tratar-se de uma cópia de um original perdido até hoje.

Rasgado em vários sentidos, foi depois reconstruído, mas de tal maneira ineficiente que o "humor" estudantil passou a chamá-lo por "retrato dos adesivos".

A sua pequena rubrica foi origem de concordâncias e discordâncias:

1º *Já hoje não e considerado o melhor retrato de Camões. Outros há que em pormenorização e em riqueza artística o sobrelevam (por exemplo o retrato das prisões de Goa);*

2º *O apelido do autor "Gomez" tanto pode ser português como espanhol, se alguém puser em causa o apelido terminado em -ez;*

3º *Os modernos estudiosos do retrato (Vasco da Graça Moura e Vítor Serrão) enganaram-se na leitura da rubrica (Fernando e não Fernão);*

4º *Os trajos ajudam a qualificar cronologicamente o retrato, e bem assim a referência a Lisboa e a abreviatura usada Lx ª. Também o uso da gola e a coroa de louros (depois de 1572);*

5º *Em Lisboa, na Mouraria, morava a mãe do Poeta. O pai morreu de acidente no Oriente.*

Em conclusão: o retrato de Luís de Camões por Fernando Gomez é dos mais credíveis, se não o mais credível. Mas não é, com certeza o melhor.

Encontra-se hoje no Arquivo Nacional, onde está bem guardado. Convém, no entanto, dizer toda a verdade que é possível retrair de tão bela figura e afastar toda a inverdade que nela se contém. Acrescente-se que se se salvou esta cópia deve-se à Família de Fausto de Figueiredo e à capacidade financeira do Senhor Monteiro dos Milhões.

Em viagem pela parte oriental da Ásia, naufragou na foz do rio Mecom, no actual Vietname do Sul. Em 1569, encontrava-se em Moçambique, segundo Diogo do Couto.

As "Musas" de Camões: Catarina de Ataíde, nascida na fértil inventiva de Faria e Sousa, a que corresponderia o anagrama *Natércia*; o romance dos amores de Camões pela infanta D. Maria, inventado pelo Prof. José Maria Rodriguês, que também imaginou o idílio com Dinamene (acreditado por Afrânio Peixoto e Roger Bismut); D. Francisca de Aragão, criação de Teófilo de Braga. Em suma: se Camões fez de uma mulher a eleita do seu coração, é ponto que ainda não foi esclarecido (sê-lo-á algum dia?), mas construções imaginosas, como as que já referimos, já hoje não se podem admitir.

Regresso a Portugal.

Segundo Severim de Faria, "Camões, depois de publicar *Os Lusíadas*, passou o restante da vida em Lisboa com alguns homens doutos seus amigos, principalmente no Convento de São Domingos de Lisboa, onde tinha particular familiaridade com religiosos daquela santa casa". Um desses homens doutos seus "amigos seria Pêro de Magalhães de Gândavo, que, em 1576, o convidou para colaborar na "introdução" e "dedicatória" da *História da Província Santa Cruz*. Estas relações de Camões não se coadunam com a apregoada indigência do Poeta nos últimos anos da sua vida – para mais tendo sua mãe viva –, pobreza extrema que o Romantismo acentuou. A situação de indigência não se aceita com facilidade, sobretudo depois dos estudos de J. Lúcio de Azevedo sobre o valor real da tença, e depois da divulgação de largo número de documentos de D. Sebastião, por J. Veríssimo Serrão, relativos a outras tenças. Posição já assumida por Camilo: o escândalo da miséria da tença real de 15 mil reais não se aceita, sabendo nós que o ordenado dos desembargadores do Cardeal-Infante era de 30 mil reais, e esta era a tença mais elevada só atribuída a homens de muitos serviços. Camilo não acredita na mendicidade de Camões, nem nos peditórios nocturnos do escravo Jau, pois, se o Poeta tivesse chegado a tais extremos de penúria, por certo não lhe faltaria a assistência no refeitório dos seus bons amigos frades dominicanos. E conclui: "É a lenda da miséria em que se comprazem as imaginações sombrias."

A trasladação para os Jerónimos por disposição testamentária de Simão José da Luz Soriano.

Lisboa das naus das Descobertas
E dos ossos prováveis de Camões.
António Nobre

De que val' procurar-lhe a sepultura?
Ele não jaz, ressuscitou na morte.
Tomás Ribeiro

Devo terminar por aqui alguns aspectos biográficos do nosso maior Poeta, sendo forçado a concluir que, por escassez de tempo, não posso ir mais longe. No entanto, não estou livre de censura quanto às relações de Camões com o Vizo-Rei da Índia D. Francisco Coutinho, conde do Redondo, de quem o Poeta recebeu a maior protecção. Direi mesmo que foi na Índia o único tempo de felicidade na vida de Camões. Por isso dedico ao Vizo-Rei uma famosa ode em que lhe pedia protecção e apoio para os *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia*, de Garcia de Orta. Só este tema dá para larga dissertação, mas há outos aspectos da vida e da obra da Camões.

Perdemos mais um camonista: Dário de Castro Alves

Camonista exímio e grande Amigo de Portugal, diríamos a complementar o título desta nótula.

O OLHAR "FLORBELIANO" DE AGUSTINA BESSA-LUÍS

Fabio Mario da Silva
Doutorando em Literatura, Universidade de Évora/FCT

Florbela Espanca, num dos seus últimos escritos, o Diário do Último Ano, pede-nos que tentemos conhecê-la e não julgá-la:

> *Quando morrer, é possível que alguém, ao ler estes descosidos monólogos, leia o que sente sem o saber dizer, que essa coisa tão rara neste mundo – uma alma – se debruce com um pouco de piedade, um pouco de compreensão, em silêncio, sobre o que eu fui ou o que julguei ser. E realize o que eu não pude: conhecer-me. (1981:35)*

É justamente a busca por este "conhecer" Florbela que veio à tona, em 1979, uma biografia da poetisa alentejana escrita por aquela que é considerada, por muitos leitores e críticos, como a principal escritora romancista portuguesa, Agustina Bessa-Luís. O que notamos é que Agustina se dedica, além da produção de narrativas, a publicação de biografias, como assim o fez em *Santo António, Sebastião José* (O Marquês de Pombal), *Longos dias têm cem anos* (Vieira da Silva) e *Adivinhas de Pedro e Inês* (Inês de Castro). Dentro dessas produções biográficas chama-nos a atenção a obra *Florbela Espanca – a vida e a obra*. Lembremos que Maria Lúcia Dal Farra nos esclarece que inicialmente Agustina não aceitou enfrentar esta empreitada proposta pela Editora:

> *Muito embora fosse ela a única pessoa capaz de desvendar Florbela em todos os seus vieses e meandros, Agustina relutou muito a enfrentar esta empreitada. A escritora me narrou pessoalmente que, convidada a fazer o livro, deixou a questão em suspenso por um bom tempo, indecisa da resposta que daria ao editor. Estava nesse vai-e-vem quando, num belo dia, atendendo ao telefone, uma voz masculina pergunta-lhe se era "Bela" quem lhe respondia do outro lado da linha... Esse pequeno sinal mágico decidiu por Agustina e desencadeou de imediato o seu processo de escrita e o rápido assentimento ao editor. E não se trata de algo pelo qual a nossa romancista tivesse passado imune e ao largo, pois, segundo suponho, não é por acaso que o livro, ela o dedique à memória do seu irmão. (2007:3)*

Na busca por recolha de dados para sua produção biográfica, a romancista portuguesa segue o caminho do Alentejo, na busca de factos e pessoas que estariam ligadas à poetisa calipolense. Logo no início do seu relato, nos deparamos com uma Vila Viçosa reluzente, história e poética, cenário perfeito para a criação de um poeta. Na sua inspiração esta biografia transcende às barreiras de factos meramente históricos e adentra-se, através de seu fulgor imaginativo de escritora, em possíveis detalhes corriqueiros dos quais teria vivido Florbela Espanca:

> *(..)está sentada à braseira, usa meias curtas, de riscas, e um vestido com cabeção, que não lhe agrada. É uma menina extremamente inquieta da sua infância, sabe que o traje comporta o rito e que age nas pessoas como uma persuasão e uma fórmula encantatória. Um dia viu a rainha de perto, no Paço do Reguengo, e impressionou-a, não a individualidade mas o que a interpreta: a seda, o colar, a tiara. (1979: 15)*

Ora, observamos que Agustina retrata a personalidade de Florbela com riquezas de detalhes, demonstrando sua curiosidade em relação a como se comportaria a poetisa. Todo este interesse por Florbela e sua obra é referido no prefácio da obra *As Máscaras do Destino* (1979). Nesta obra se constata o deslumbramento e seu interesse pela poetisa:

> *Quando se conhece alguém muito de perto, parece-nos ocioso tomá-lo com o assunto. A intimidade duma história esgota o seu pretexto. Assim, acontece com Florbela Espanca, cuja realidade foi alvo de estudo para mim durante muito tempo. Tenho de ausentar-me um pouco do seu lado, para poder outra vez falar dela e retomar o tema que julgo saturado pela observação e até pela simpatia que toda a personagem exige de nós quando a revelamos e lhe damos vida. (1979 (b):9)*

Ou seja, fica clara a ideia de como Florbela será tratada na obra: não como sujeito histórico, mas como personagem-literária, como afirmou a própria Agustina em relação à obra *Um Bicho na Terra*, "biografia romanceada"; designação que, consequentemente, também podemos atribuir à obra *Florbela Espanca*. Claro que toda esta construção funde-se no conceito de criação e estilo próprio de cada autor, que torna possível ler os resíduos e traços de sua obra; características semelhantes constituídas de identidades estéticas:

> *Na obra de Agustina Bessa-Luís tudo é mistério: o ser humano, o nascimento, a morte, Deus, a natureza, mesmo nos seus elementos mais ínfimos. E a sua prosa é ritmada num alento lírico só acessível ao leitor assíduo. O mundo organiza-se numa cosmogonia em que se fundem ética e poesia, dando lugar a uma criação que inicia o leitor num mistério radioso, iluminando as trevas e desmitificando o impenetrável (2002:19)*

Florbela exerce quase um fascínio sobre Agustina: seja pelo seu posicionamento emancipador de mulher portuguesa(i): "É certo que a sociedade tinha Bela por indesejável e que ela era assim em grande parte; e a sociedade tem métodos infalíveis para constranger ao aniquilamento os seus membros assinalados." (1979: 170), seja pelas inúmeras tragédias em sua vida(ii) (como a morte do irmão querido, Apeles Espanca): " o laço com o mundo quebrou-se definitivamente. Aquele pequeno a quem ela escrevia para Vila Viçosa, aquele que tinha um ar de quem nunca ouviu falar da morte, não voltará mais. Ei-la castrada, perdida, esquecida." (1979: 129), seja por causa dos fenómenos passionais e muito específicos de sua obra (iii): "Florbela é um dos mais admiráveis poetas nossos de todos os tempos. A divulgação da sua obra foi tardia, como a de qualquer outro que, entre os remédios procurados para o caso humano, esquecesse o filtro com que passou à posteridade. Florbela não amava sua obra, porque tinha o atroz desespero da rejeitada." (1979: 127).

"Bela", como se refere Agustina, é constituída, na sua extensa obra narrativa, como mais uma de suas grandes personagens. A figura feminina de Florbela se revela de modo a suscitar um narrador omnisciente, autoridade que não podemos negar a Agustina, que insere Florbela num campo fascinante e perigoso: a aproximação entre personagem histórica e personagem fictícia. Porém, Maria Lúcia Dal Farra acredita que Agustina, através de um olhar mutante e irrequieto, deu este tratamento a Florbela por esta se tratar de uma personagem polémica e multifacetada, acreditando que a poetisa só poderia ser apreendida vista sobre sua errância imagética e a sua mobilidade poética[1]. Assim argumenta Dal Farra:

> *Mas a coisa me parece mais simples que isso: como Agustina se recuse a enregelar Florbela numa única imagem ou ponto-de-vista, já que todo o ser humano é incapturável (e Agustina, como romancista, é quem mais sabe disso), ela vai testando, sobre o mesmo fato, diferentes hipóteses, até as mais estapafúrdias, porque sempre uma ou outra podem resvalar na verdade pessoal da poetisa. E o que você tem ao final do livro é, como afiancei, uma biografada extremamente viva e surpreendente, porque não é apenas uma, mas um feixe de hipóteses móveis, erráticas. Não será, pois, esta - a mais exata imagem de Florbela Espanca? (2007:13)*

Apesar de Agustina não ter tanto apreço por poetas, aqui reportamo-nos à sua obra *Aforismo*, na qual relata ser o poeta em geral "um homem que se queixa" (1988: 35), Florbela é a única na literatura portuguesa que faz com que seus sentimentos e impulso de escritora tomem caminhos do texto biografado. Agustina vê, sente e dialoga com Florbela, num processo de alteridade: o "eu" narrador (homem social/Agustina) interage e interdepende com a personagem (Florbela Espanca). Neste caso a noção do "outro-biografado" faz com que quem narra se coloque não

1 Aqui reporto-me ao meu livro, que é na integra a minha dissertação de mestrado em Estudos Lusófonos pela Universidade de Évora, intitulado *Da metacrítica à psicanálise: a angústia do "eu" lírico na poesia de Florbela Espanca*, João Pessoa, Ideia, 2009, no qual discuto essa relação perigosa entre a admiração de um poeta e a criação de um mito.

só no lugar do outro (em consideração, valorização e identificação) mas comungue, ao narrar a história, do modo de pensar e de agir, num processo de aprendizagem. É exactamente esta relação das duas escritoras portuguesas na obra: num processo de relação de alteridade. Agustina compreende Florbela, a partir de um olhar diferenciado, e sensibilizada pela experiência deste contacto, torna-se cúmplice dos seus sofrimentos e alegrias. A romancista não torna a biografia apenas um relato de factos concretos sobre o meio português do começo do século XX, mas vai além dessas considerações, ao fundir dados verídicos com traços ficcionais. O olhar florbeliano de Agustina configura-se pois como um caleidoscópio de variadas imagens e descrições: descreve o seu ponto de vista, o de Florbela e o da sociedade portuguesa e seus preconceitos em relação à vida da poetisa, chegando a fundir-se no próprio discurso, como quem almeja uma fusão entre o discurso do narrador e de quem é narrado.

BIBLIOGRAFIA

BESSA-LUÍS, Agustina, *Florbela Espanca – a vida e a obra*, Lisboa, Arcádia, 1979., "Prefácio", in ESPANCA, Florbela, *As Máscaras do Destino*, Amadora, Bertrand, 2ª ed., 1979 (b). *Aforismos*, Lisboa, Guimarães Editores, 1988.

ESPANCA, Florbela, *Diário do último ano*, Lisboa, Bertrand, 1981.

DAL FARRA, Maria Lúcia, "A Florbela de Agustina", in *Labirintos*, Universidade Estadual de Feira de Santana/Bahia, n.º 1, Setembro/2007, disponível em «http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/01_2007/01_artigo_maria_lucia_dal_farra.pdf», acesso em 19 de Dezembro de 2007.

DUMAS, Catherine, Estética *e Personagens nos romances de Agustina Bessa-Luís*, Porto, Campo das Letras, 2002.

FLORBELA EN ESPAÑOL: LA CONCIENCIA DE LA PROPIA OBRA

Luis Alfonso Limpo Píriz

El día que se firmó el protocolo de hermanamiento entre Vila Viçosa y Olivenza mi viejo amigo el Dr. Torrinha tuvo la gentileza de regalarme la edición completa de los *Sonetos* de Florbela, con estudio crítico de José Regio. El libro cabía en mi bolso de mano, junto al móvil, la agenda, las llaves y la funda de las gafas. Durante algunos meses fue mi fiel compañero para llenar ratos muertos, momentos de espera en la antesala de consultas médicas y libro de cabecera antes de conciliar el sueño. Un soneto, como la copa de un vino intenso, hay que paladearlo. No se deben leer más de dos sonetos seguidos, si son buenos. Los malos pueden leerse en serie.

Una tarde, al regresar de Badajoz a Olivenza, el maldito reventón de una rueda del coche me obligó a esperar la llegada de la grúa sentado en la cuneta. Pero no fue tiempo perdido. Eché mano a los *Sonetos* de Florbela y, como pasatiempo, en vez de leer me dio la ventolera de traducir uno de ellos. La grúa tardaba en venir. Traduje el siguiente. Bien dice el refrán que no hay dos sin tres. Esa misma noche, antes de acostarme, traduje el tercero. Comprenderá el lector que, a partir de aquel momento, lo que fue azaroso fruto de un imprevisto mecánico se convirtió en un arriesgado proyecto de trasvase poético.

Tres son los grandes temas que aprecio en los Sonetos de Florbela, eterna trilogía del Yo lírico: el sentimiento de Exilio ante el mundo, el sentimiento del Amor y el de la Muerte. Pero junto a esa trilogía clásica Florbela, como todos los grandes creadores, reflexionó también, en verso, sobre el misterio de la inspiración, sobre el sentido de su propia creación y los límites de su quehacer. Ella misma consideró sus versos, que eran todo su tesoro, apenas como "cenizas en el viento". Ofrezco en esta discreta colaboración un anticipo de la antología que he tenido el gusto de preparar para mostrar a los lectores de *Callipole* cómo suenan los sonetos de Florbela en español y, sobre todo, la mirada crítica que la poetisa fue capaz de lanzar sobre su propia obra.

CHARNECA EN FLOR

Llena mi pecho, con encanto mágico,
un rumor de presagios dolorosos...
Bajo el brezo quemado nacen rosas,
las lágrimas se asoman a mis ojos.

Siento dentro de mí un batir de alas...
Oigo bocas silenciosas
que murmuran palabras de misterio
y hacen vibrar mi ser con su caricia.

En esta fiebre ansiosa que me invade
me quito la mortaja, mi sayal,
y dejo de ser ya la monja triste.

Arde en mis ojos éxtasis de amor.
Mi boca sabe a sol, a fruto, a miel.
Soy la charneca reventando en flor.

INTERROGACIÓN

En el empeño, en el tormento inútil
de silenciar aquello que en mí canta,
suben a mi garganta gritos roncos
con clamor de locura que contengo.

¡Oh alma de la charneca sacrosanta,
gemela de la mía, resplandeciente!
Dime ¿hacia dónde voy, de donde vengo,
con este sufrimiento que me exalta?

Visiones de otros mundos, de infinitos,
cadencias de sollozos y de gritos,
brasas que me consumen de una hoguera...

Esta mano...¿dónde me está llevando?
Mancha de sangre que palpita y crece...
¡dime qué agua y qué pan ando buscando!

LA FLOR DEL SUEÑO

Blanquísima, divina,
la flor del sueño abrió en mí su milagro
cual magnolia de raso
floreciendo en un muro arruinado.

En mi pecho prendió su tallo fino
y no puedo entender cómo ha crecido
esa flor rara en mí.
¿Fantasía, milagro, destino...?

Flor sin abrojos:
¿qué tienes que haces tristes a mis ojos,
si ellos son tristes por amarte?

Desde que me naciste una noche
voló lejos el ala de mi alma
y a mí misma ya nunca me entendí.

TORTURA

Arrancarme del pecho la Emoción,
la lúcida Verdad, el Sentimiento
(y después de venir del corazón
que sean sólo cenizas en el viento...)

Soñar un verso de alto pensamiento
tan puro como un ritmo de oración
(y después de venir del corazón
que solo sea el sueño de un momento...)

Rudos y huecos: así son mis versos.
Vendavales perdidos y dispersos
con que evito a los otros y me miento.

Ojalá yo encontrara el verso puro,
el verso altivo y fuerte, raro y duro,
que llorando dijera lo que siento.

CALLADA VOZ

Amo piedras y estrellas, y la luz de la luna
cuando besa la yerba de la vereda a oscuras.
Amo el azul del agua, la mirada dulce
del animal, divinamente pura.

Amo la hiedra que habla con el muro,
el coro de los sapos en la noche
(blando campanilleo de cristales...)
y la charneca con su rostro duro.

Amo los sueños silenciosos
de aquellos corazones que sienten y no hablan,
lo muy pequeño y lo infinito.

¡Ala que a todos nos ampara,
sollozo inmenso, eterno, que es la voz
de nuestro grande y mísero Destino!

VANIDAD

Sueño que soy la Elegida,
quien todo dice y sabe,
la de perfecta y pura inspiración
que reúne en un verso el infinito.

Sueño que un verso mío podría
iluminar el mundo, ser el bálsamo
de los que enferman de nostalgia, alivio
de los de alma profunda, insatisfecha.

Sueño que yo yo soy Alguien
de saber vasto y hondo,
y que a mis pies la tierra anda curvada.

Y cuando estoy volando, volando
en mi más alto cielo,
despierto de mi sueño...y no soy nada.

SER POETA

Ser poeta es ser más alto, ser mayor
que el resto de los hombres, morder como quien besa.
Es ser mendigo, dar como quien fuera
rey, más acá y más allá del Reino del Dolor.

Tener el esplendor de mil deseos
y no saber lo que se quiere:
que te arda dentro un sol incandescente,
planear con las garras y las alas del cóndor.

Es sufrir sed y hambre de infinito, o cubrir con un yelmo
la mañana de oro y de satén.
Es condensar el mundo en solo un grito.

Y amarte, amarte así, perdidamente...
Que seas la sangre, el alma de mi vida,
y decirlo cantando a todo el mundo.

ANTÓNIO TELMO

Callipole Nº 18 - 2010

A VIAGEM DO CAVALEIRO

João Tavares

O cavalo ajaezado saudou-o
Levantando a mão,
Era uma manhã
Final de Verão.

Fez uma suave vénia
À nobre estirpe do Cavaleiro
Que o olhou sereno
Encantado nas lantejoilas.

Segurou-lhe a rédea entrelaçada
Afeiçoou o estribo de oiro que pendia
Pé no firme, perna em arco
Ei-lo assentado na sela lavrada.

Vaia dada, rédea soltada
Partem ambos para viagem longa
Luzem as lantejoilas, por intervalos
Acena o Cavaleiro de mão feliz.

No horizonte azul voa um falcão.

ANTÓNIO TELMO (1927-2010) E VILA VIÇOSA

Carlos Aurélio

«Negarei que sou cristão perante o galo
Que anuncia o renascer do meu corpo aflito?»
(A. Telmo: de um poema a *Leibnitz*)

«Entretanto há a Pátria. A Pátria somos todos, os que vivemos e, sobretudo, a cadeia invisível dos antepassados, essa enorme força da espécie que o Anjo marcou na sua génese com uma língua e um determinado sestro histórico, se não transcendente. Não é por acaso que se nasce português e misteriosas são as leis de afinidades pelas quais temos aquele Pai e esta Mãe, estes irmãos, esta mulher e estes filhos. Como é possível abandonar tudo e ficar só?»
(A. Telmo: in História Secreta de Portugal, p. 162)

Em *Vida Conversável* Agostinho da Silva põe como possível uma certa *«teoria nova de se nascer»* aventando ter ele nascido no céu das ideias ao ficar atento à rotação do globo terrestre que passava à sua frente, isto assim por escolha consciente e pré-natal no dizer de Platão citando o mito de Er. Quis portanto Agostinho nascer em Barca de Alva, última aldeia do Douro antes de Espanha mas, sendo difícil o cálculo matemático e rigoroso em assunto de acerto entre os corpos sidéreos em movimento como o são Céu e Terra, acabou dado à luz no Porto. Tudo se corrigiu e o erro logo foi reparado pois ao cabo de poucos meses já o infante balbuciava e crescia em Barca de Alva, lugarejo de rio em reflexo da foz do Douro, mais barco aproado ao Génesis ou ao alvor do mundo.

Creio bem possível esta *«teoria nova de se nascer»* e tenho por certa uma outra teoria, talvez intuição velha, sobre o morrer, pois sem darmos por isso e tal como fazem os elefantes já velhos, andamos boa parte do nosso existir em busca de sítio para morrermos, a acertarmos instintivamente a coisa ao invés, esta Terra com aquele Céu de onde viemos. Chamo-lhe teoria não por necessária demonstração mas por nela significar contemplação, talvez contemplação intuída desse lugar, porta ou portela que nos chama à inalienável passagem, ainda por cima para o que presumo vir a ser a verdadeira vida. Escrevo estas linhas poucos dias depois de António Telmo, escritor e filósofo tão assiduamente presente a Vila Viçosa, ter partido de entre nós.

António Telmo acertou o seu Céu com a Terra na vila fronteiriça de Almeida, na Rua do Convento, pelas duas horas da tarde de 2 de Maio de 1927; refez agora o novo acerto milimétrico e sidéreo entre Terra e Céu pelas nove horas de um sábado, a 21 de Agosto de 2010 no Hospital do Espírito Santo em Évora. Entretanto a infância fê-lo crescer em Angola, em Alter do Chão e em Arruda dos Vinhos, a juventude deu-lhe o mar de Sesimbra e o grande rio da vida em Lisboa, passando a Beja, a Évora e a Estremoz até que a Universidade de Brasília por Agostinho da Silva o chamou, vindo a seguir para Granada e o Alentejo de novo em Redondo e em Borba, por fim, Estremoz. Nunca viveu em Vila Viçosa mas Vila Viçosa muito viveu nele, pelo menos quarenta anos, metade do seu viver. Aqui conviveu e teve amigos, pensou e escreveu, para aqui vinha quase todos os dias como se do *Café Framar* avistasse o universo, ou então a sua Ilha de Passagem, camoneana e persa em seus três outeiros *«Que de gramíneo esmalte se adornavam, / Na formosa Ilha, alegre e deleitosa. / Claras fontes e límpidas manavam/ Do cume, que a verdura tem viçosa.»* (*Os Lusíadas*, IX, 54). Esta terra ou Ilha Viçosa foi talvez para ele um reflexo terreno do contínuo reencontro com as imagens virginais da sua infância e com a natureza, um lugar confessado da sua estima, uma terra propícia à sua tertúlia filosófica. De longínquos pontos do País e do mundo aqui veio gente para o ver e escutar em busca dessa névoa que o desconhecido tece, que o mistério faz ser e viver, aqui palpitou a saudade como ausência e presença do verdadeiro conhecimento ao modo de Pascoaes, interpretando operativamente Camões e Pessoa, interpelando cada conviva em seu acerto entre Terra e Céu. Parecido com isto só no *Café Águias d'Ouro* em Estremoz.

Se a consciência da Filosofia Portuguesa enraizou em Sampaio Bruno (1857--1915) e depois aflorou pujante em Leonardo Coimbra (1883-1936), foi todavia só com Álvaro Ribeiro (1905-1981) e José Marinho (1904-1975) que se fundamentou em teses e obra que os discípulos continuaram. António Telmo é veio desse rio e ramo dessa árvore espiritual. Desde os seus 22 anos que participou em Lisboa no grupo da Filosofia Portuguesa fundado pelos portuenses Álvaro e Marinho na senda da *Revista Águia* e da *Renascença Portuguesa*, erguidas por Leonardo e Junqueiro, Pascoaes e Pessoa, passando por José Régio ou Agostinho da Silva, Almada Negreiros ou Eudoro de Sousa. Nessa tertúlia, fundada na década de quarenta do século passado, se iniciou o *57*, movimento filosófico e cultural, e nele despontou o então novel filósofo António Telmo. Outros condiscípulos aí se confirmaram como Orlando Vitorino, seu irmão (1922-2003), António Quadros (1923-1993), Afonso Botelho (1919-1996), Pinharanda Gomes (1939) e outros. A cepa é vigorosa, a ramagem a cobre.

António Telmo, discípulo de Álvaro Ribeiro e de José Marinho, também convivente próximo, profundo e prolongado quer com o poeta austríaco Max Hölzer, quer com o pensador ousado que foi Agostinho da Silva, investigador de correspondências outras com Fiama Hasse Pais Brandão, Natália Correia ou com o cabalista inglês Z'erv ben Shimon Halevi, abriu por si mesmo uma senda particular no pensamento português e na espiritualidade pátria. Pela simbólica da pedra esculpida

no Mosteiro dos Jerónimos, pela hermenêutica em Camões e n'*Os Lusíadas*, pela via iniciática de Pessoa e da *Mensagem*, pelas sombras de luz na saudade de Teixeira de Pascoaes, sempre o seu labor foi profícuo, o seu pensamento lúcido, as intuições clarividentes, sempre surgiu criador porque em saudável expectativa ao pulsar da portugalidade, à semente imperecível do espírito entre os homens. Fez de si mesmo a *vida poética* de que tanto falava, e nela traduzia a expressão particular e inalienável de cada um com Deus, por ela se nutria a liberdade movente da alma, no seu caso aberta ao corpo transcendente de Portugal, à inquietação das ideias, ao mundo do espírito. Para António Telmo *«a essência cindida da existência é um puro fantasma»*, um idealismo vazio, uma abstracção insituada e sem sentido. Daí a importância da literalidade, do corpo, da alma medianeira e sensitiva em cujo centro se pode alterar a natureza das emoções, da luz que já é conhecimento e porta do inteligível. A sua vida e a sua obra são metáforas mútuas, reflexos similares da mesma alma inquieta por Deus e por Portugal, a sua criatividade é fértil porque exposta à expectativa do espírito, ao espanto de se estar vivo. Na sua obra está a sua vida, não por solipsismo narcísico mas por verdadeira recriação que só pela imaginação se revela e exprime: Tomé Natanael é António Telmo, não às avessas, mas por corolário das mesmas letras que o refazem espiritualmente no acerto da sua Terra com o seu Céu.

Nestes dias depois da porta ou da passagem da qual nada sabemos conviriam certamente considerações ponderadas e sóbrias sobre este homem extraordinário que passou por Vila Viçosa. Passou por aqui quarenta anos, sempre perto e também ao largo, como se faz à volta de uma Ilha que se encobre sem nunca se alcançar, assim um cometa que nos foge enquanto brilha. Cá veio, pois, sempre como navegante em viagem sem fixação possível no acto de quem busca. Aqui o vimos ora a escrever ou a conversar no Café, ora no bilhar ou a jogar à malha, ou então em filosofia peripatética ao modo do Liceu de Aristóteles dando longos passeios com os amigos pela Vila, pelo Castelo, pelos campos circundantes. Quantas páginas de si aqui terá escrito? Muitas, comprovadas e certas, e aqui viveu pois sem que morasse, como vivem aliás os exilados do espírito que a saudade não lhes dá chão firme. Vila Viçosa, ele que tantas vezes confessadamente a admirou em seu esplendor aberto e urbano e em sua delicada luz, Vila Viçosa terá sido neste seu mundo um dos reflexos encantatórios da Ilha, um catalizador e um apelo dos que buscam entre os homens a nudez infantil do V Império ou, como um dia disse, olhando a neblina e uma serrania de Sesimbra: *«Foi na Serra da Achada / Que julguei ter-me perdido / Quem se ganha não é nada / Disse-me Deus ao ouvido»*. Neste vai-e-vem entre a sua casa e esta Ilha Viçosa nunca ganhou nada no sentido vulgar que o mundo dá ao sucesso e à fama. Apenas se perdeu para que Deus o achasse.

Por Agostinho da Silva *«a teoria nova de se nascer»* diz-nos onde e quando entramos no mundo para nos ser dada a liberdade de nos perdermos, por António Telmo se faz o regresso à Terra Prometida até nos reencontrarmos, assim o Êxodo dos judeus errantes ao longo de quarenta anos como sina ou Sinai. Arruda deu-lhe a infância na arte da fisga no exímio caçador que veio a ser, Sesimbra a juventude, o

mar e a Ilha sonhada, Estremoz a maturidade do pensador que tanto caçou e amou as aves e os céus. Em Vila Viçosa, qual síntese onírica de uma obra sempre a refazer, sobrou-lhe a idade do tempo imponderável, esse que não tem conta nem medida. Daqui, muito avistou do eterno.

Tudo será símbolo pelos olhos dos deuses se sempre houver amor a decifrar. Na véspera da sua partida e neste Agosto de acerto com o Céu, "calhou" que eu tivesse passado toda uma tarde até ao crepúsculo na praia frente à Ilha do Pessegueiro, em Porto Covo. Lá, muito me lembrei do António Telmo que sabia já gravemente doente, enquanto os meus sobrinhos, divertidos, davam piruetas e faziam o pino copiando ginastas ou artistas de circo. Entretanto, e em desconhecimento mútuo, o nosso comum amigo Hélder Cortes estava na mesma praia e até a Ilha do Pessegueiro visitou, montando, ele e a filha, um barco que afinal era um cisne branco que de longe avistei. Tudo isto, assim dito, pode sugerir devaneio ou fantasia infantil e, todavia, quanta possibilidade haveria a conversar com o António Telmo em passeio ou em tertúlia de Café! Vem-me à lembrança, talvez ao coração ou à recordação, toda a hermenêutica camoneana do António Telmo, desde os gestos iniciáticos dos cisnes na *«Ilha angélica pintada»* dados na iluminura persa do seu *Desembarque dos Maniqueus,* até ao *«pomo que da pátria Pérsia veio»* e que pelos *Lusíadas* sabemos significar o fruto do pessegueiro. Será fantasia, jogo forçado ou simplesmente uma subtil convergência de almas? Falamos aqui de vera imaginação e de fraternidade espiritual. A outros amigos, outros fios foram dados. A Ilha!

Por mim pouco sei mas dei-me a estas considerações em busca do *porto covo,* cavo ou fundo, desse seu ponto particular de acerto entre Terra e Céu de onde o António Telmo embarcou às nove horas da manhã seguinte. Sei que aqui estaria assunto sério sem nunca ser mórbido, vivo sem cair na superficialidade, tema de sábia conversa a ter com ele numa das mesas do *Café Framar*, na esplanada da Mata, em passeio por Vila Viçosa, ou mesmo entre amigos no meu Atelier. Estou certo que o mistério seria sondado com ousadia e delicadeza, o pensamento viria como flecha, ou não fosse o António Telmo o filósofo aberto à liberdade, mesmo correndo o risco do erro, acaso nos propuséssemos apontar ao alvo, sabendo que sem alvo perde sentido toda a pontaria. Certa vez escreveu que uma das primeiras histórias que ouvira em criança *«era a de um atirador de arco que, ao ir apanhar a única seta perdida para além do alvo, deparou com uma paisagem maravilhosa»*. Nessa paisagem agora estará, achado depois de perdido, com Deus a falar-lhe ao ouvido. Com ele imagino a *Elba*, o *Mondego*, o *Nilo*, todos os seus cães que já foram, que um dia me disse vir a encontrá-los depois de partir, estrada adiante. E também lá suponho o Álvaro e o Marinho, o Orlando e o Agostinho, o próprio Camões e até o Veloso, o nauta da Ilha dos Amores pintada. Sempre a Ilha!

Dou graças à vida pelo filósofo admirável e pelo amigo generoso, ele que por Florbela, por Pousão e por tudo o resto me falou da gratidão que a minha alma deveria a este meu acerto entre Céu e Terra, por ter nascido em Vila Viçosa. Aqui somos.

Recordo outra vez os meus sobrinhos a fazerem o pino frente à Ilha do Pessegueiro, com as mãos abertas a vincarem a areia, as pernas levantadas e os pés no céu ao modo do que escreveu Leonardo Coimbra sobre a metanóia da posição invertida dos ginastas, ele que tudo fazia depender da transcendência. Imagino o António Telmo com a sua fisga: um ípsilon na mão, não sei se vejo o pino de um ginasta com os pés no Céu, se um Cristo de braços abertos na Terra.

Muito te agradeço, António, ao rapazinho de Arruda e de Sesimbra tão exímio com a fisga, mais ainda ao filósofo que em Vila Viçosa e com tanta pontaria vi acertar nas janelinhas do Céu. Graças a Deus.

António Telmo, Vila Viçosa, 1995

- **Arte Poética**, Guimarães Editora, 1963; reedição em 1993.
- **História Secreta de Portugal**, Editorial Vega, 1977.
- **Gramática Secreta da Língua Portuguesa**, Guimarães Editora, 1981.
- **Desembarque dos Maniqueus na Ilha de Camões**, Guimarães Editora, 1982.
- **Filosofia e Kabbalah**, Guimarães Editora, 1989.
- **O Bateleur**, Átrio, 1992.
- **O Horóscopo de Portugal**, Guimarães Editora, 1997.
- **Contos**, Aríon, 1999.
- **O Mistério de Portugal na História e n'Os Lusíadas**, Ésquilo, 2004.
- **Viagem a Granada**, Fundação Lusíada, 2005.
- **Contos Secretos**, Editora Tartaruga, 2007.
- **Congeminações de um Neopitagórico**, Al-Barzakh, 2006; Zéfiro, 2009.
- **Contos Secretos**, Editora Tartaruga, 2007.
- **A Hora de Anjos Haver**, (Poemas), Porto, 2007.
- **A Verdade do Amor**, (Teatro) seguido de **Adoração** (L. Coimbra), Zéfiro, 2008.
- **Luís de Camões** (Obras Completas vol.1), Al-Barzakh, 2010.
- **O Portugal de António Telmo**, Guimarães Editora, 2010.

PARA O "MESTRE" ANTÓNIO TELMO
UMA PEQUENA E SIMPLES CARTA (PÓSTUMA)

ESPIGA Pinto
Escultor . Pintor

Vila Viçosa, 22 de Agosto 2010

ILUSTRE MESTRE
Soube da "sua viagem"...
E aqui "nós" na impossibilidade de conviver mais consigo, temos o refúgio da "Saudade"...
Relembro estes 3 meses (Junho, Julho e Agosto), falámos muito da "viagem interior"...
Ao que o António Telmo me dizia, "que a estava realizando..." e que já tinha feito tudo o que era para fazer, aqui na "Terra..."
E assim, a memória conduz-me a muitas situações de "sincronicidade" (como nos revelou o inventor desta "palavra" — Gustav Young), relacionadas com o "número"...
E que tenho constatado na "Vida" e "Obra" de António Telmo; das muitas, aqui refiro somente as mais recentemente relevantes para esta minha carta...
São o facto de relacionar "a data" de Agosto de 2010, e pensar...

2010 - retiro os zeros e vejo **21**
21 de Agosto de 2010 / Dia do Falecimento
21 É número de ouro - ou Áureo Número também "Divina Proporção" (seguindo a série de Fibonacci)
21 na "simbólica" é o número da "ligação entre o Céu e a Terra"...
E aqui, tenho a memória das nossas conversas sobre a "Simbólica Cristã e a Ideia de Deus"...

E a Tríade e Trindade 2+1③
22 de Agosto/ Dia do Funeral
2 de Maio / Dia do seu Nascimento
onde relaciono o **22** - o **2** e o **2**
"Dois" Inícios de Viagens da Vida...

Não esqueci esta "sincronicidade"...
E penso que ainda também reafirmada com
o "Estudo" que António Telmo fazia com as
22 letras do Alfabeto Hebraico, e que por
vezes falámos, refiro-me à Árvore Sefirótica"...
Ora as linhas entre as séfiras são
22 que se definem por "caminhos"...
22 de Agosto foi o "seu Último caminho aqui na
Terra"...
E ainda as **22 cartas do Tarot** (Arcanos Maiores)
sendo o 1º "o Bateleur" que utilizou
em alguns dos seus "Secretos Contos"
e Pensamentos...
Mais uma vez a palavra da nossa
Pátria-Mátria - "Saudade".

Tenho 70 anos e continuarei a guardar na memória as longas conversas em que tanto aprendi. Aqui afirmo os meus sinceros agradecimentos pela "Simbólica" que me revelou, genialmente, por ter gostado dos meus desenhos para o seu livro - "Contos Secretos" - (da Editora Tartaruga), pelos anos de convívio, onde falávamos de Arte, Simbólica e Filosofia, pelo que aprendi nos seus "livros" e "palavras sonoras" e até pelos seus "silêncios"... Sei que está em paz...

para si "Mestre"
Mais um sincero agradecimento por durante tantos anos me ter permitido falar consigo. Aqui junto o seu "retrato" que eu desenhei e que lhe prometi mostrar.

ESPIGA

ALFREDO TINOCO

Callipole N° 18 - 2010

PROFESSOR DR. ALFREDO TINOCO
UMA PERDA IRREPARÁVEL

Carlos Filipe

É pois tempo de pormos mãos à obra.

Tempo de requalificar os nossos bens culturais, atribuindo-lhe uma nova função social – a do Turismo Cultural, que contribua para o aumento dos possíveis da cultura e que garanta a todos um futuro centrado na sustentabilidade.

Alfredo Tinoco

No passado dia 15 de Agosto fomos surpreendidos pela notícia da morte do Professor Dr. Alfredo Tinoco. Após uma luta contra a doença, não resistiu. Perdeu a academia e a museologia portuguesa um devotado trabalhador.

O Prof. Tinoco nasceu em Lisboa em 1949, tendo sido licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Doutorando em História e Património Cultural e Natural (Universidade de Huelva-Espanha). Foi Professor e investigador, publicou livros e artigos sobre a História Local, Museologia e Património. Ultimamente exercia funções como Professor na Universidade Lusófona (Licenciatura em Urbanismo e Mestrado em Museologia e Urbanismo) e no ISCTE, (Licenciatura em História e Mestrado em História das Cidades e Património e Projectos Culturais). Foi ainda Secretário-Geral e Presidente do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (ICOM) e membro da Direcção da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL) e da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI).

Este ilustre homem do saber e da cultura ficará também ligado à história de Vila Viçosa. Convidado, por iniciativa do município local, a fazer parte da Comissão de Candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO, muito nos honrou com a sua anuência, tendo participado nos vários eventos realizados. Visitava frequentemente o nosso concelho, procurando sempre informar-se sobre os diversos aspectos do património e da vida dos calipolenses.

Tive a oportunidade de conhecer este digníssimo Professor nas suas aulas do ISCTE, e, desde logo, começámos a trocar ideias, dado o interesse que demonstrava no potencial património de Vila Viçosa. Não posso esquecer a primeira entrevista

que tive com ele, em que me questionou sobre a minha vocação para as "coisas" da história e do património. Logo ali me falou sobre a herança e futura função desse mesmo património.

As suas aulas processavam-se de uma maneira muito particular, projectando informação em *slides* escritos à mão, que nós, alunos, absorvia-mos e facilmente compreendíamos por ser posteriormente discutida e ilustrada com casos práticos.

A sua simplicidade e disponibilidade em ajudar todos, sem excepção, fez com que fosse reconhecido como um professor dialogante e competente. Não havia limite de horas extra-aulas para discutir os diversos projectos e todos acabavam por beneficiar do seu saber técnico e científico.

O Professor Alfredo Tinoco salientava frequentemente a importância que o património detinha para o futuro da sustentabilidade das gentes no interior do país. Segundo ele, estamos hoje perante um novo desafio que é o de combinar de maneira diferente e inovadora a cultura e a economia, transformando os patrimónios e as memórias a eles associadas em produtos turísticos no sentido real da palavra, isto é, com funções que impliquem a sua reelaboração produtiva. Nesse sentido, no decorrer da Pós-Graduação, o Professor propôs-me que se realizasse uma Jornada anual sobre o Património da Zona dos Mármores, a incluir no programa da Pós-Graduação de Património e Projectos Culturais. E assim aconteceu. Com apoio de alguns organismos e entidades particulares, especialmente do Município de Vila Viçosa, realizámos três Jornadas do Património, trazendo à nossa região alunos e professores da Pós-Graduação num exercício prático para o estudo das várias vertentes do património e a sua ligação com o turismo. O projecto intitulado "A Rota do Mármore – o Anticlinal de Estremoz", foi desenvolvido por mim e pelo colega Ricardo Hipólito, sob a coordenação cientifica do Prof. Alfredo Tinoco. Foi conseguido e pretendemos manter este programa de futuro, uma vez que, em nosso entender e do Professor, este constituía um bom instrumento de divulgação da região através de um exemplo prático.

Este projecto foi muito além do que se imaginava inicialmente, tendo conseguido unir em seu torno o ISCTE, a Universidade de Évora, a Direcção-Geral de Energia e Geologia, as Câmaras Municipais da Zona dos Mármores e a Entidade Turismo do Alentejo, a qual soube compreender a importância do projecto e as potencialidades da região e do seu património. Em 2008, a "Rota dos Mármores" esteve presente na *Jornada Internacional sobre a função social do museu*, realizada em Idanha-a-Nova pela MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia), onde se discutiu o tema "Geoturismo & Desenvolvimento Local". Recentemente, o Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do ISCTE seleccionou o projecto da Rota dos Mármores para participar nas Jornadas Europeias do Património, a realizar em Setembro de 2010, onde faremos uma comunicação intitulada: «Património Industrial como Produto Turístico: O caso da "Rota dos Mármores"» seguida de uma visita a Vila Viçosa e a Borba."

O facto de ter terminado o ciclo de aulas com o Professor Tinoco não significou que ele nos tivesse deixado de procurar e de incentivar a trabalhar em conjunto. Assim, trabalhámos em cooperação em vários projectos que, infelizmente até hoje,

e por motivos terceiros, não se puderam ainda materializar. Relembro: "Indústria da Cortiça no Alentejo – o Pioneirismo Industrial na Azaruja"; "História Industrial de Vila Viçosa – a Indústria das Rochas Ornamentais"; "Requalificação do Alto de São Bento – o Património e a sua reutilização em Vila Viçosa".

Tive ainda o privilégio de contar com a presença e apoio do Professor na apresentação do livro "Vila Viçosa – História, Arte e Tradição", lançado no ano passado, em colaboração com o anterior Executivo Municipal.

Não é demais dizer que Vila Viçosa perdeu um amigo que se disponibilizava sempre a quem se lhe dirigia. Preocupado com aspectos técnicos e científicos ligados ao Museu do Mármore, defendia que aquele núcleo museológico dispunha de um acervo, talvez, único na Europa. No entanto, entendia que este não cumpria os critérios necessários a um museu, devido ao seu exíguo espaço expositivo, pelo que defendia a sua profunda reestruturação. Contávamos, até ao final do ano apresentar, com a colaboração científica da Professora Doutora Luísa Tiago Oliveira, a proposta de um novo projecto para recuperar os testemunhos vivos de trabalhadores das pedreiras, canteiros e empresários industriais de Vila Viçosa, que pudesse vir a ser integrada na futura rota industrial dos mármores. A proposta estava a ser preparada com o objectivo de ser apresentada a várias entidades, nomeadamente à Câmara Municipal de Vila Viçosa. Não será por nossa falta nem pelo súbito desaparecimento do Professor Alfredo Tinoco – a quem muito agradecemos os conselhos técnicos, culturais, históricos e científicos – que deixaremos de a apresentar. Nesta proposta, que tem como base de trabalho as fontes orais, vemos espelhados os ideais do Professor, sendo que através dela estaremos a dar um contributo à história da indústria local e à preservação e promoção de um património do interior português.

O Professor Alfredo Tinoco era um homem simples, prático, generoso, voluntário, sempre disponível no prestar colaboração com os seus contributos académicos. Conhecedor profundo do território nacional, das suas realidades sócio-culturais e do seu património, desenvolveu um relevante serviço numa nova forma de perspectivar a museologia. Em meu entender, a biografia do Professor não espelha ainda suficientemente a sua capacidade intelectual de absorver e partilhar uma imensidão de fontes e referências que consigo transportava. Era, como se diz, um "poço sem fundo" - de conhecimento.

Não me alongarei mais, porém, em rememorar o insubstituível legado que o saudoso amigo e Professor nos deixou, sempre guiado, e guiando-nos, pelo seu empenho e motivação de trabalhar ao serviço do "Património", que tão bem soube dignificar.

Reconhecidamente Professor!

RECENSÕES

CARLOS AURÉLIO – CARTAS DE NOÉ PARA NAYMA

Joaquim Domingues

Um calendário de espiritualidade cristã

Zéfiro, Sintra, 2010

Itinerário espiritual chama Carlos Aurélio a este percurso, sob a forma de cinquenta e sete cartas que um tal Noé dirige à sua Nayma, com ocasionais alusões ao nosso bom Hilário. A uma primeira aproximação verificamos que a trindade das personagens corresponde à tradicional distinção, dentro do composto humano, entre o espírito ou razão, a alma ou forma e o corpo ou carne. Esquema útil e fecundo quando tomado como tal, ou seja, enquanto recurso adequado para compreender, explicar e coordenar o movimento do homem, dar conta da complexidade e até das contradições que ora o atormentam, ora o exaltam.

Para não se perder ao longo do caminho, Carlos Aurélio arrima-se a um roteiro que só parecerá rotineiro a quem perdeu o contacto com a realidade viva, quiçá iludido pela habituação ao ritmo mecânico ou informático de uma civilização que abomina a natureza. Tal como o Sol, ao longo do ciclo anual, nunca repete a luz e o calor, sempre novos, que nos prodigaliza, também o calendário litúrgico reitera as celebrações para ajudar o cristão a subir a longa espiral que o patriarca Jacob contemplou, qual escada ou escala, a ligar os céus e a terra. Nem outro pode ser o conceito da religião que, através da hierarquia eclesiástica, das fórmulas dogmáticas e dos rituais sagrados, vive da convergência da graça que desce do alto e do apelo que para lá nos eleva.

> *Todos os anos, cosmológica e teologicamente, o Sagrado tudo renova. O Génesis é mais que um capítulo bíblico, existiu e continua existindo continuamente. E também o mesmo para a Paixão do Senhor e sua Ressurreição. Há sempre Páscoa e tudo revive quando o amor vence o pecado para que a vida saia de novo vitoriosa. (pág. 131)*

O que este livro de Carlos Aurélio tem de singular é o modo como, sempre atento ao mais imediato, ao dia-a-dia e em especial à relação com a natureza (qual texto que decifra com rara intuição), se ergue – e, com ele, ergue tudo e todos –, ao plano de quem, não obstante os seus pecados e limites, como que força as portas do Céu. Na certeza de que todo aquele que pede, recebe; quem procura, encontra; e a quem bate, abrir-se-á. Doutrina chã, cuja leitura (num estilo invulgarmente

rico de metáforas, que não de indiscreta erudição) nos soa tão próxima que não desdenharíamos subscrever as cartas, com Noé, assim tivéssemos a coragem de, como ele, abrir o coração e a mente, sacudir o entorpecimento e despertar para o mistério que em tudo perpassa.

Está claro que se não trata de um livro prático, como os que nas estantes das livrarias se alinham sob o rótulo de «auto-ajuda», muito menos de «orientalismo» ou «ocultismo». Bem pelo contrário, brilha como obra luminosa, tal o Sol e o que ele simboliza, qual foco que preside ao movimento de todos os seres, incluída a Lua, no seu curso nocturno, misterioso. A sua principal virtude reside, aliás, na autenticidade com que foi escrito e transparece na expressão pessoal que, sem ser torrencial, no entanto nos arrasta, porque nos comove, ao reconhecermos a sua íntima verdade.

> *Eu creio haver um rio de Bem que alimenta a beleza do mundo e sempre me senti avesso ao grosseiro gnosticismo. Este nosso mundo que sobrou do Paraíso é a sua sombra, mas toda a sombra é inseparável e afim ao objecto iluminado, não tem que ser, e não é, a sua antítese. Os nossos olhos, se souberem olhar a partir das sombras da nossa perplexidade ignorante, poderão erguer-se interrogativos até ao Sol, alegrar-se até aos confins da vida. (pág. 179)*

Mais do que falar acerca dele, o importante será acompanhar passo a passo o itinerário de quem, pela magia do verbo, nos instiga a tomar também o caminho, na certeza de que as experiências neste plano são, de sua natureza, irrepetíveis. Ainda assim é flagrante a afinidade destas cartas com o Cântico dos Cânticos, não obstante aqui a voz apenas ser dada ao amigo que, no espelho da sua querida Nayma, busca o rumo que o conduza ao mundo por que anseia. A sua Alma aparece-lhe por isso com traços de Sofia, a Sabedoria divina que preside à criação e contínua recriação do mundo, sempre pronta a guiar quem a invoca de boa mente.

> *Já que trago comigo o nome de Noé vejo que és tu a minha arca, Nayma, e em ti me guardas e defendes, dentro de ti navego no dilúvio deste mundo tão espiritualmente inóspito. Tu conheces, sei que sim, essa profundidade instintiva e cósmica que quando fecha os olhos nunca erra o alvo. Tu coincides com o meu destino superior em Deus. Tu vives lado a lado com o Anjo, conheces-lhe a voz funda plena de lonjura e também de perto o persegues em sua luz subtil que nos guia. (pág. 342)*

Livro da Consolação se lhe poderia chamar também sem desdouro, porque nos confirma na certeza de que a existência humana, a de cada homem, tem o supremo significado professado na súplica: Venha a nós o vosso Reino. Afinal é essa a meta para a qual o cristão ora e labora, combatendo todo o mal até que, enfim, possa ver descer a Jerusalém celeste ou regressar ao Paraíso. Melhor do que uma via mística, Carlos Aurélio aponta-nos uma via lúcida que, sintonizando o coração e a razão, se traduz em obras, para realizar as potências adormecidas em todos nós, de molde a instaurar a plenitude entrevista na memória do futuro. E se o curso de um ano é escasso para tal desiderato, cumpre-nos recomeçar novo ciclo com o mesmo entusiasmo que transparece deste tão alto como raro testemunho.

VÍTOR SERRÃO, O FRESCO MANEIRISTA DO PAÇO DE VILA VIÇOSA (1540-1640), CAXIAS, CASA DE MASSARELOS FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA

Pedro Cardim
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa

Vila Viçosa como um centro artístico de gosto internacional. É desta forma que Vítor Serrão, reputado historiador da arte, qualifica esta vila alentejana, num estudo dedicado à casa de Bragança e ao papel que por ela foi desempenhado, durante os séculos XVI e XVII, como dinamizadora das artes e das letras. Recentemente galardoado com o importante «Prémio José de Figueiredo» da Academia Nacional de Belas Artes, este estudo proporciona um retrato exaustivo e rigoroso do ambiente cultural e artístico promovido pelos duques de Bragança.

Vítor Serrão começa por dedicar uma atenção especial ao período de D. Teodósio I (1503?-1563), quinto duque de Bragança e amante de pintura e de escultura, pois terá sido nesse tempo que Vila Viçosa se afirmou como um centro de dimensão internacional, com uma produção artística caracterizada por uma singular força cenográfica e por uma indiscutível modernidade. Essa vitalidade cultural calipolense levou Vítor Serrão a reflectir sobre os caminhos da arte do fresco em Portugal, mas também em Espanha, até porque, nesses mesmos anos, estava a surgir, nos arredores de Madrid, o imponente palácio-mosteiro de São Lourenço de El Escorial, obra na qual participaram vários fresquistas italianos. Vítor Serrão sublinha, ao longo do seu trabalho, a influência que a cultura maneirista italianizada exerceu sobre a corte dos duques de Bragança, assinalando que em Vila Viçosa as referências aos palácios a romana - com as suas grandes superfícies afrescadas - conviveram, de forma harmoniosa, com um certo ambiente de nobreza provincial.

Um dos vários aspectos merecedores de realce no esplêndido estudo de Vítor Serrão é o facto de ele apostar na análise das múltiplas dimensões do universo artístico promovido pelos Bragança. A par da pintura, estuda também o mecenato literário e o longo processo de construção do palácio, assinalando as transformações que o edifício foi sofrendo durante o século XVII, num trabalho de reconstituição que, por vezes, assume um carácter quase arqueológico, pois muito do que foi edificado em datas mais precoces não sobreviveu, sendo por isso necessário trabalhar com indícios, muitos deles verdadeiramente fragmentários. Numa constante digressão entre a pintura, a literatura e a arquitectura, este livro chama a atenção

para o facto de o programa artístico desenvolvido em Vila Viçosa apresentar um carácter laudatório da casa de Bragança, nele sobressaindo a temática mitológica, mas também referências à cultura clássica, algo que só se tornou possível num ambiente áulico onde floresceu o gosto pela cultura humanista. Merece também ser destacada a forma como Serrão analisa o papel da ilustração livresca enquanto veículo de difusão de modelos pictóricos, bem como o lugar da caligrafia - ligada ao ensino das primeiras letras aos filhos da casa de Bragança - na cultura artística daquele tempo. Para além de apresentar uma investigação sistemática sobre o tema, este livro proporciona várias novidades, entre as quais ressalta a chamada de atenção para aquele que parece ser o primeiro manual de aprendizagem das primeiras letras surgido em Portugal, e que até hoje era praticamente desconhecido: o «Tratado de Caligrafia» de Giraldo Fernandes de Prado, de 1560-61, confeccionado à sombra do mecenato dos Bragança e que actualmente se encontra na biblioteca da Universidade de Columbia, em Nova York. Fernandes de Prado, a par de calígrafo, de iluminador e de pintor de óleo e fresco da casa de Bragança, era cavaleiro dessa mesma casa ducal, tendo produzido várias outras obras relevantes, como por exemplo um «Compromisso das Almas» (actualmente na Biblioteca Municipal de Setúbal). Todo o material reunido neste livro retrata o paço dos Bragança como uma «corte ilustrada e muito evoluída de gosto». E isso mesmo era do conhecimento dos diversos dignitários ilustres que fizeram questão de, no decurso de viagens a Portugal, desviar caminho e visitar, em Vila Viçosa, o grandioso palácio ducal. Atraídos pela reputação daquela corte artística, muitos não pouparam elogios ao que tiveram a oportunidade de apreciar não só nos edifícios directamente ligados aos Bragança, mas também nas igrejas de Vila Viçosa, onde era possível contemplar numerosas pinturas resultantes do mecenato dos duques. Tendo em vista transmitir ao leitor uma imagem ainda mais completa da acção cultural dos Bragança, Vítor Serrão efectua uma esclarecedora comparação entre a colecção de D. Teodósio I e a de Juan Alonso de Guzmán, 6º duque de Medina Sidónia, seu contemporâneo e titular de uma das principais casas aristocráticas castelhanas, concluindo que se trata de conjuntos equiparáveis, tanto na quantidade como na qualidade das peças que reuniam. Mas o principal contributo desta obra é, sem dúvida, o estudo minucioso de alguns dos principais marcos artísticos da corte dos Bragança: as salas do antigo Paço do Reguengo, datadas de entre 1540 e 1559; a campanha do pintor Francisco de Campos para D. Teodósio I; os tectos e 'gallerietas' ducais com temas alegórico-mitológicos encomendados por D. Catarina de Bragança ao pintor lisboeta Tomás Luís em 1602, e que chegaram até nós em toda a sua integridade; e, sobretudo, o fresco da conquista de Azamor por D. Jaime I, pintado por André Peres na escadaria principal e no qual fica bem patente o desejo de exaltação do contributo da Casa de Bragança para esse triunfo militar.

Plenamente retratado por Vítor Serrão é, também, o ambiente cultural e artístico desenvolvido em Vila Viçosa no período final do século XVI e no início de Seiscentos, já sob o duque D. Teodósio II, assim como o contributo de pintores como Giraldo Fernandes de Prado, André Peres, Tomás Luís e Custódio da Costa, ou do ar-

quitecto, escultor e tratadista cortesão Pedro Vaz Pereira, para citar apenas alguns dos principais nomes de uma lista de artistas muito mais longa e cuja produção é igualmente objecto de uma análise detalhada (pp. 141 segs.). Desta forma, figuras que até hoje eram relativamente anónimas tornam-se mais conhecidas, o mesmo se podendo dizer do conjunto de frescos de Vila Viçosa, sobre o qual Vítor Serrão nos brinda com uma série de fichas analítico-descritivas e iconográficas, naquilo que constitui um inestimável instrumento de trabalho. Não menos valiosos são, por um lado, o conjunto de relatórios de restauro e, por outro, o elenco documental que surge no final deste livro. Com efeito, entre a documentação publicada destacam-se vários contratos de obras, registos de despesa, relatos de visitas, descrições de salas, inventários de bens, etc., documentação que resulta de uma investigação desenvolvida por Vítor Serrão ao longo de quase uma década. Sublinhe-se, entre as peças documentais incluídas neste livro, o longo e preciso rol de obras de D. Teodósio, datado de 1565, instrumento indispensável para futuras investigações sobre a arquitectura do palácio pois nele surgem descritas as câmaras e outras dependências do paço. No seu conjunto, pode dizer-se que esta monografia é mais um contributo para o debate sobre o lugar que Portugal ocupou nos principais circuitos da arte internacional. Sem escamotear a condição periférica que era própria de um meio como o português, Vítor Serrão mostra que, no universo artístico animado pela mais poderosa casa aristocrática portuguesa, era possível acompanhar as principais correntes artísticas internacionais e desse modo participar, ainda que à distância, das mudanças de gosto que se foram registando. Desse ponto de vista, também neste estudo se reconhece à nobreza um papel importante na definição do gosto e no impulso rumo a formas artísticas mais modernas.

O POLIEDRO INFINITO

PARA UMA LEITURA DE LUÍS DE CAMÕES, DE ANTÓNIO TELMO

Pedro Martins

Para o Carlos Aurélio

1. Neste primeiro volume das *Obras Completas de António Telmo*, dado à estampa em Maio do corrente ano pela Al-Barzakh, chancela transtagana dirigida por M. N. Vieira, o leitor poderá encontrar grande parte – que não a totalidade – dos escritos que o filósofo, falecido há semanas, dedicou à decifração e desocultação da obra lírica e épica do "príncipe dos poetas portugueses". Com efeito, e sem prejuízo do que, no prelo ou no espólio, possa ainda aguardar a saída a lume, ficam, pelo menos, a faltar neste livro as páginas breves, mas importantes, que Telmo escreveu "Em torno d'*Os Lusíadas* e de Luís de Camões" e que, com este mesmo título, constituem um dos capítulos de *Congeminações de um Neopitagórico* (Al-Barzakh, 2006; Zéfiro, 2009).

A demanda camonina, que desde a edição, em 1977, da *História Secreta de Portugal* mostrou ser uma constante do labor especulativo de António Telmo, constitui porventura o vector mais representativo, senão o mais importante, do legado genial que o autor de *Arte Poética* nos deixou, ou não estivesse aqui em causa, com a emergência d'*Os Lusíadas*, a suprema expressão da espiritualidade portuguesa.

Três décadas bem contadas de uma incessante e porfiada investigação (considerando somente o que a letra de forma manifestou) permitiram operar, em sucessivos lances de audácia, a transfiguração revolucionária dos sentidos, das imagens e dos conceitos vertidos nas estrofes de Camões, num movimento imparável que deitou por terra o positivismo redutor e pueril do "camonismo de Estado", sempre enredado no labirinto das suas leituras inócuas, ridículas ou absurdas.

Nesta caminhada, António Telmo não foi o primeiro, nem sequer esteve sozinho. Se o reconhecimento da via aberta por Sampaio Bruno n'*Os Cavaleiros do Amor* é uma marca indelével de *Luís de Camões*, deve também ser notado o diálogo frequente e frutuoso com Fiama Hasse Pais Brandão, autora que, n'*O Labirinto Camoniano e Outros Labirintos* (Teorema, 1985), amplamente perscrutou o criptojudaísmo de Camões. Todavia, Telmo foi bem mais longe do que qualquer outro. Em extensão como em profundidade.

2. Devemos, a este propósito, começar por identificar o núcleo essencial do considerável *corpus* camonino que avulta na sua produção e que, por consequência, domina o livro em apreço. São três visões de conjunto sobre a obra magna do vate, separadas por apenas cinco anos; e tudo começa na celebrada *História Secreta*, com o capítulo sobre "O Esoterismo d'*Os Lusíadas*", para culminar no *Desembarque dos Maniqueus na Ilha de Camões*, livro publicado em 1982. Pelo meio, assinale-se a magistral conferência sobre "O Segredo d'*Os Lusíadas*", proferida em 20 de Junho de 1980, na Sala dos Espelhos do Palácio Foz, e cujo texto fora já recolhido em *Filosofia e Kabbalah*.

Não se julgue, porém, que a sequência apontada foi mantida nas páginas de *Luís de Camões*. Aqui, o autor, que pôde ainda organizar o volume, fê-lo abrir com os escritos que enformam o *Desembarque*, e só depois de lhes justapor dois artigos saídos, há não muito, em publicações afectas ao movimento da Filosofia Portuguesa[1] é que nos apresenta "O Segredo d'*Os Lusíadas*" e "O Esoterismo d'*Os Lusíadas*", numa seriação que é justamente a inversa da que resultaria da ordem cronológica. No entanto, esta última é que, de facto, reflecte o desenvolvimento lógico da perquirição.

Assim, é nas páginas da *História Secreta de Portugal* que António Telmo, na senda de Sampaio Bruno, começa por relacionar Luís de Camões com o esoterismo cristão, dando como possível que o poeta haja sido "o último iniciado da Igreja do Amor" (*LC*, p. 100), e fazendo ressaltar a analogia das experiências cifradas na lírica camonina com a experiência do Amor na *Vida Nova* de Dante. Esta aproximação à tradição templária não esquece, todavia, a influência, necessariamente difusa, que a *endura* cátara e, sobretudo, a gnose priscilianista terão exercido na obra de Camões, dentro do amplo quadro de referências a que, com razoável propriedade, se convencionou chamar a "Igreja de João".

Na conferência proferida no Palácio Foz, António Telmo, além de retomar a proposição da equivalência, na epopeia, das divindades do paganismo e das divindades do cristianismo, já sustentada n'"O Esoterismo d'*Os Lusíadas*", logra ainda desenvolver a tese, pouco mais do que aflorada naquele capítulo da *História Secreta*, pela qual afirma que a viagem narrada no texto do poema corresponde, afinal, no sentido mais elevado de quantos ali se nos oferecem, a uma viagem de *conhecimento* ou *iniciática*. Tal como sucedera com a elucidação do helenismo de Camões (n'*Os Lusíadas*, a alusão constante às divindades pagãs foi caso sério e pensado, e não mero exercício de adorno ou aparato erudito), a verificação desta nova hipótese impressiona pela minúcia da análise e pela solidez da argumentação: aqui, como em tantos outros lugares da sua obra, estamos bem longe de poder negligenciar a racionalidade e a positividade do filósofo de *Arte Poética*, numa herança que remonta a Álvaro Ribeiro e a Sampaio Bruno.

Enfim o *Desembarque dos Maniqueus*, onde a gnose e a escatologia de Zoroas-

1 São eles a "A Identidade Religiosa de Luís de Camões", publicado, em 2009, em "Universalidades", primeiro volume dos *Cadernos de Filosofia Extravagante*, e "O Messianismo de Camões", que saiu a lume em 2004, no décimo número dos *Teoremas de Filosofia*.

tro emergem em luminosa evidência pelo confronto da visão da Ilha do Amor dos dois últimos cantos d'*Os Lusíadas* com uma maravilhosa pintura persa, pertencente a um manuscrito tardio (fim do séc. XIV) do sul da Pérsia, e que António Telmo descobriu reproduzida no livro *Sufi*, de Laleh Baktiar. Se o título deste volume de imediato nos sugere a confrontação da obra de Camões com o esoterismo islâmico, é, porém, a feição peculiar do cristianismo português que o filósofo aponta, constituindo os *Actos de Tomé*, de manifesta difusão peninsular, elo de transmissão e agente da aclimação, entre nós, da doutrina mazdeísta.

3. Mais do que surpreendente, a exacção de semelhante hermenêutica – da qual me limitei a dar a pálida imagem que uma síntese sumaríssima consente – resulta, na verdade, esplendorosa e seria, por si só, o bastante para justificar a glória de um autor como António Telmo, que, como se acabou de verificar, está bem longe de poder ser considerado um sistematizador. Ao leitor que atentar devidamente nos escritos desfiados em *Luís de Camões* será dado ver, em exercício de retrospecção, que o autor começou por lhe mostrar a nascente de um largo rio marítimo (releve-se, por expressivo, o paradoxo) cujo caudal desagua, *à rebours*, aquém da barra do Tejo. E então, superada a perplexidade que presumivelmente o assaltara, compreenderá que, pela incidência de uma tão relativa quão aparente desordem, o filósofo reclama leitores despertos e argutos, que joaninamente possam unir o que está disperso – e neste, como noutros aspectos, encontra-se afinal muito próximo de Álvaro Ribeiro, seu mestre[2].

É ainda a esta luz que devemos tentar explicar a "intromissão" dos dois artigos que surgem de permeio na série fundamental considerada, e que depõem respectivamente sobre a *identidade religiosa* e o *messianismo* de Camões.

O primeiro ilumina e consolida de modo magistral a demonstração da tese do cristianismo gnóstico que, sob a cobertura constante de uma expressão ortodoxa[3], foi o do poeta, pelas sucessivas ligações estabelecidas entre os cristãos de São Tomé e a heresia nestoriana (aqui dada, conforme a lição de Menéndez Pelayo, em termos de pura identidade, e em estreita conexão com o priscilianismo); entre *Os Lusíadas* (ponderado o relato da progressão da armada do Gama na costa oriental de África) e os subtis, preciosos informes decantados nas *Décadas* de João de Barros, obra que, agudamente lembra Telmo, "constituiu a principal fonte histórica onde Luís de Camões foi beber" (*LC*, p. 61); e entre tudo isto e *O Mistério da Flor de Oiro*, texto da tradição chinesa datado do século oitavo, com passagens de nítida similitude com o Evangelho esotérico de João, e cuja espiritualidade Richard Wilhelm,

2 O labor hermenêutico da obra de Camões, tal como Telmo o praticou, oferece cabal confirmação a certas proposições basilares com que Álvaro Ribeiro definiu a filosofia portuguesa. Assim, no plano metodológico esse labor demonstra a pertinência da *leitura nova* "dos documentos teológicos, políticos e literários em que se afirmou espontânea e originalmente o génio português, documentos que, por não serem especificamente filosóficos, oferecem em toda a ingenuidade um pensamento sincero que o filósofo interpretará à luz actual" (*O Problema da Filosofia Portuguesa*, Lisboa, Inquérito, 1943, p. 68). E, no domínio objectivo, a hermenêutica camonina de António Telmo permitiu-lhe relevar a confluência das três religiões abraâmicas, bem como a preponderância do cristianismo, posto que sob peculiar feição paraclética, o que vai justamente ao encontro do ensino alvarino, como o leitor poderá conferir pela leitura do terceiro capítulo de *Apologia e Filosofia*.

3 Ou talvez com maior propriedade: expressão *exotérica*.

seu tradutor para o alemão, radica no misticismo persa, sem deixar de lhe notar muitas divergências, devidas à influência directa, na China, do cristianismo, por via do ramo nestoriano.

No segundo, e sem que o autor chegue a tomar partido na questão de se saber de que modo e em que grau a influência matricial do mazdeísmo se fez sentir sobre o judaísmo (problema abordado por um Gershom Scholem ou um Trevor Ling), explicitamente se atenua, pela unidade interna da gnose, a distância entre a tese cripto-judaica de Fiama e a tese iraniana avançada pelo *Desembarque*, livro onde a visão da escritora, não tendo sido refutada, foi, porém, posta "entre parêntesis" (*LC*, p. 70), para agora surgir, de alguma sorte, como a etapa intermédia de um *iter* que culmina na tradição portuguesa[4]. Neste ponto da sua investigação, Telmo parece pôr lado a lado os arquétipos da figuração persa e os da figuração hebraica, pois que, "na verdade, estamos perante uma mesma e superior visão gnóstica, visão com a qual corresponde a concepção de um Cristianismo que tem, em Portugal, as melhores e mais claras expressões artísticas n'*Os Lusíadas* e no Mosteiro de Nossa Senhora dos Reis Magos" (*LC*, p. 71). Aqui ressoa o grande *thema probandum* da hermenêutica do filósofo, tal como, vinte e sete anos antes, ele nos aparecera já claramente definido – e em parte resolvido – na *História Secreta de Portugal*[5].

Intercalares, ambos os escritos nos surgem, assim, como pontes estabelecendo uma ligação entre duas margens da tradição, mas – ou por isso mesmo – "O Messianismo de Camões", ao afirmar, num diálogo entre Nathan e Thomé, e pela voz deste último, a verdade do cristianismo "no sentido de que constitui uma nova e superior revelação", encerra já o prenúncio, em germe, de uma das linhas de força que hão-de nortear as *Congeminações de um Neopitagórico*[6].

4. Os demais textos de *Luís de Camões*, cuja datação, quase sempre mantida incógnita, se deve situar em anos recentes, esclarecem ou profundam aspectos singulares, e sumamente significativos, da obra do poeta, mas sempre em relação, de variável evidência, com os escritos fundamentais do *corpus* camonino de Telmo, que serão porventura os cinco que já destaquei.

"Thetys" e "O Velho do Restelo" retomam o diálogo cripto-cabalístico com a obra de Fiama, enquanto "Taprobana, Ilha do Paraíso" se inscreve visivelmente no ciclo maçónico do autor, que o curso do tempo tem vindo a explicitar. "Luís de Camões é verdadeiramente o Gama?" e "O Adamastor" remetem-nos para a *História Secreta*, para "O Segredo d'*Os Lusíadas*" e para a tese, acima referida, da viagem *iniciática* (cifrada na narrativa poética da epopeia), que a primeira esboça e o se-

4 Por alguma razão António Telmo nos afirma, neste escrito, seguir "*vencido* as sucessivas, correlatas, demonstrações de cripto-judaísmo herético do poeta" (*LC*, p. 67). No lance, o filósofo concorre, aliás, a desocultar o cabalismo de Camões, pela adução impressionante de novos argumentos, num exercício exemplar de imparcialidade e honestidade intelectual, que o define.

5 Foi, aliás, nesta obra que, de um modo muito esclarecedor, António Telmo pôde escrever: "Quando se diz que os Jerónimos são *Os Lusíadas* em pedra dos Descobrimentos ou que *Os Lusíadas* são os Jerónimos em verso, diz-se uma verdade, de que pretendemos dar, pela primeira vez, os fundamentos" (*LC*, p. 114).

6 Confira-se, neste livro, e a tal propósito, o capítulo "Carta ao Pedro Sinde - Um dos Doze" (na edição da Zéfiro: pp. 15-28), sequente à Introdução.

gundo concretiza. Já "Mombaça, Terra do Mal" representa notório aditamento – à guisa de confirmação e por mor do discreto paracletismo do poeta – ao artigo sobre "A Identidade Religiosa de Luís de Camões", ao passo que "Ainda olhando a paisagem da Ilha" nos lembra quão tributária de Henry Corbin, e dos seus estudos sobre o sufismo persa, se mostra a investigação de António Telmo (mormente no *Desembarque*).

Por último, o texto da conferência sobre "O Simbolismo das Cores Templárias na Poesia de Camões e na Festa dos Tabuleiros", já publicado nas *Actas dos Encontros, Ordens do Templo e de Cristo* (a sessão respectiva realizou-se no Centro Cultural da Barquinha em 29 de Março de 2008), religando as relações enunciadas no seu título às sucessivas cores da obra alquímica, veio, ao cabo de trinta anos, dar enfim resposta a uma questão repetidamente suscitada na *História Secreta* e n'"O Segredo d'*Os Lusíadas*", mas até então – e como o autor poderia ter dito – deixada entre parêntesis: qual o significado das cores com que o poeta, quase invariavelmente, descreve os cabelos (*oiro*) e a face (*rosas*, *neve*) da mulher nas suas composições?

Mal se compreende semelhante delonga de três décadas se não atendermos às palavras que António Telmo fez escutar na sua conferência de 1980, sobre "O Segredo d'*Os Lusíadas*": "Eu não sei qual é esse segredo nem talvez chegue um dia a sabê-lo, mas calculo onde ele está. É que o fundamental foi apenas referido. É, o próprio Camões no-lo disse, o Amor" (*LC*, p. 91).

O que sobretudo distingue António Telmo como intérprete do épico imortal foi haver, ele próprio, vivido como demanda a chave do enigma, pelo reconhecimento de que a "experiência sentimental" a que os versos dos Fiéis do Amor infinitamente aludem "ali esteja para alguma coisa" (*LC*, p. 106). Nas laudas do *Desembarque*, como nas da *História Secreta*, a analogia da experiência do poeta com as vivências dos sufis persas, ou com as de Dante, é que constitui o fundamento principal da hermenêutica avançada pelo filósofo, num plano ontognosiológico em que a faculdade psíquica da imaginação supera a razão, para a potenciar como *nôus*. A esta luz se deve entender, ainda no *Desembarque*, a afirmação de que aquilo que "de válido ou de aparentemente próprio" nele possa haver "pertence «ao que em nós sente e está pensando»" (*LC*, p. 19).

Se José Marinho afirmava – e António Telmo relembra-o nas linhas inaugurais do *Desembarque* – que "da exegese e da hermenêutica depende o futuro da filosofia entre nós" (*LC*, p. 17), o discípulo, por seu turno, e sem com isso se afastar um *iod* das palavras do mestre, assinalou que a hermenêutica e a exegese dependem – reverso surpreendente da medalha! – do futuro da filosofia, considerada esta na acepção operativa que adoptou, cultivou e ensinou.

Só assim se vence a esfinge. É que à pluralidade de sentidos encerrados na obra inspirada do poeta correspondem, na lição do filósofo, sucessivos estados gnósicos, uns e outros fora do alcance do leitor comum, "pela simples razão de ele ser para si mesmo um espírito de que só vagamente conhece a superfície, de consistir em *alguma coisa* que ainda se não assumiu como mistério" (*LC*, p. 19). Daqui decorrem duas consequências, e ambas têm que ver com o facto capital de este género de

ensino – que ilumina a sua própria decifração – ser "aquele onde ninguém possa nunca considerar-se sábio", pois "é um ensino que se aprende aprendendo, um ensino especial, não dado de uma vez por todas e para sempre, uma misteriosofia" (*LC*, pp. 17-18) – e a este respeito convirá lembrar que o Espírito sopra onde quer.

5. A primeira das consequências há pouco apontadas reconduz-nos, a final, à questão da génese e do desenvolvimento, na obra do filósofo, do *corpus* camonino – agora concentrado, em grande parte, em *Luís de Camões*.

Inspirada, experienciada, feita de viagens, errâncias e perigos, toda a obra de António Telmo, e, em particular, a vertente que nela foi consagrada à razão poética do épico imortal, nos aparece como um grande poliedro de faces diáfanas, laboriosamente construído. Aqui e ali, deu-nos Telmo, sobre o assunto, as mais amplas vistas, rasgando visões panorâmicas; além, e mais além, revelou, como revérberos, subtis aspectos de pormenor – tudo numa síntese diacrónica de feição assistemática, bem ao arrepio da suficiência sobranceira que costuma assistir os tratadistas.

E como estamos no domínio do misterioso, que é a estrada que conduz a Deus, Senhor dos Mundos, louvado na contracapa de *Luís de Camões*, bem se compreende que o rumo tomado, incerto à primeira vista, tenha sido ditado superiormente. O resultado inaudito desta aventura foi erguer-se um sólido de feição irregular que, como um assombro, perpetuamente se recria – sólido translúcido, mas incompleto, pois que sempre uma nova face lhe ficará a faltar, cabendo ao leitor que transporte o facho a dita de a encontrar.

Não é, pois, esta uma obra perfeita, ou acabada, sabido que a palavra *perfeição* transporta, afinal, o sinónimo mais suave da *morte*, e o desaparecimento recente de António Telmo, a sua ausência súbita entre os mortais, tiveram o condão de nos mostrar que o seu pensamento e o seu exemplo estão mais vivos do que nunca.

A segunda consequência revela-nos que a aceitação do legado brunino por Telmo, posto que respeitosa, não foi – nem poderia ter sido – feita de um modo incondicional.

Sampaio Bruno entreviu em Luís de Camões um Fiel-do-Amor, com isto significando, à semelhança do que Aroux e Rosseti encontraram em Dante, que o poeta "pertencia a uma organização revolucionária, hostil à Igreja Romana. O sinal dessa organização – a senha –, era a palavra Amor, inversão literal da palavra Roma" (*LC*, p. 17).

António Telmo não põe em causa o ponto de partida do mestre fundador portuense, sabido que ele próprio considera Camões como *o último iniciado da Igreja do Amor*; mas, no mais, recusa carácter absoluto à tese de Bruno, visto que a estrita – estreita – explicação de natureza político-religiosa redunda, afinal, incompreensível.

"Cabe aqui fazer uma pergunta" – interpõe, a propósito, Telmo. "Para quem escreveu ou escrevia o poeta? A quem se dirigia a sua mensagem política?

"Não escreveu para os correligionários, pois isso equivaleria a dizer e repetir o que eles já muito bem sabiam; nem para os partidários da Igreja Romana, porque desses precisamente procurava ele esconder o que escondia.

"Por outro lado, ao ser coagido a mostrar-se também partidário desta Igreja, como várias vezes se mostra n'*Os Lusíadas*, contribuía para lhe fazer a propaganda, coisa sem dúvida contrária aos fins da Ordem que servia.

"Tais contradições e dificuldades abalam a tese exclusivista de Sampaio Bruno. Os que não sabiam ficavam sem saber; os que sabiam não necessitavam de saber; os ingénuos eram levados a aceitar o contrário das pretensões do poeta" (*LC*, p. 17).

A saída do impasse resulta solidária com a enunciação, acima verificada, da série de graus, ou sentidos, patentes ou dissimulados no texto poético, e postos em progressiva correspondência com os diversos estados, ou planos, do ser que, oculto, se conhece. Daí o corolário de António Telmo, quando afirma ser o ensino suposto n'*Os Lusíadas* de tal natureza "que, *exactamente, só é possível mostrá-lo escondendo-o*" (*LC*, p. 17).

Neste ponto, mostra-se flagrante a convergência com os ensinamentos de René Guénon[7]. Concedendo que elementares razões de prudência motivassem o comportamento dissimulado de Dante e seus associados, lembra, porém, o autor de *A Crise do Mundo Moderno* haver coisas que, pela sua própria natureza, só podem ser ditas de um modo simbólico. Por consequência, a pecha de Rosseti ao ver em tudo um sentido puramente político – o que Guénon aponta – encontra eco na errónea redução político-religiosa que Telmo assinalou a Sampaio Bruno.

Tal como o autor de *Orient et Occident*, António Telmo não confunde esoterismo com heterodoxia, nem exoterismo com ortodoxia. Entre o esoterismo e o exoterismo – e ainda aqui a lição do francês parece ecoar – há uma relação hierárquica que vai do Amor (superior, interior, oculto) para Roma (inferior, exterior, manifestado), e no seio da qual a ortodoxia, a despeito da projecção especular, permanece intocada.

A elucidação, que é preciosa, pode, porém, ser aproximada, num lance de analogia, da diferenciação que – segundo a lição de Dante no *Convívio* – se estabelece entre o sentido moral (ou político[8]) e o sentido anagógico dos textos que contam, em termos de preponderância do segundo sobre o primeiro, realidade que Sampaio Bruno terá perdido de vista.

Mas *hierarquia* não pode significar *aniquilação*. Por isso, António Telmo – e aqui o autor afasta-se decididamente de Guénon, para se reaproximar de Bruno –

7 Cfr., a este respeito, do autor, *Aperçus sur L'Ésotérisme Chrétien*, Paris, Éditions Traditionelles, 2002. Em particular, considere-se o quarto capítulo da obra, intitulado - Le Langage Secret de Dante et des «Fidels d'Amour» (pp. 55-70).

8 Parece-me justa a asserção de António Cândido Franco, quando, ao ocupar-se do *Marános*, de Teixeira de Pascoaes, consigna: "Em terceiro lugar, o sentido moral de um texto como *Marânus*, e entendemos aqui a moral como uma manifestação da razão social do homem, prende-se naturalmente com o ser político. *Marânus* pode ser lido como um acto de defesa de uma minoria, os portugueses, e de um país, Portugal - (*Eleonor na Serra de Pascoaes*, Lisboa, Átrio, 1992, p. 48). Mais do que justa, esta proposição parece-me valer também para *Os Lusíadas*, atento o fundamental sentido de continuidade existente entre os dois grandes poemas (em termos de analogia - que não identidade - estrutural, arquetípica e até ideológica), e já devidamente relevado por intérpretes como o próprio Cândido Franco ou Pedro Sinde; e corresponde, de resto, à fecunda leitura patriótica da epopeia que António Telmo empreendeu, ao situar essa mesma leitura num nível intermédio de significação: "O sentimento da Pátria envolve o núcleo invisível do sentido secreto como a casca envolve a amêndoa que, sem ela, não se teria formado e desenvolvido. A História de Portugal é n'*Os Lusíadas* o orbe exterior da esfera em si sustida que eles representam e são, mas nesse orbe se reflectem todos os raios que promanam do «ponto fundo»" (*LC*, p. 93).

soube valorizar na justa medida, e em sua histórica concretude, a dimensão política que perpassa *Os Lusíadas*. Na verdade, o grande poema épico redunda incompreensível aos olhos de quem ignorar a misteriosa cisão operada entre nós, no primeiro quartel do século XVI, ainda no reinado de D. Manuel, e a consequente quebra da harmonia até então existente entre as duas metades – a secreta, de feição templária, e a patente, de expressão eclesial – que espiritualmente compunham o país, com tremendas consequências no plano sócio-político e no próprio destino pátrio. Pena é, pois, que fora deste livro tenha ficado uma observação inestimável, que o leitor, ainda assim, pode encontrar nas *Congeminações*: "*Os Lusíadas* contam toda a história de Portugal até D. Sebastião. Dos reis, só D. João III não é lembrado. E o cardeal D. Henrique, se é que foi rei. Compreende-se porquê. Depois do que Sampaio Bruno e Fiama Hasse Pais Brandão escreveram sobre Luís de Camões e do *Desembarque dos Maniqueus*, os seus poemas épicos, líricos e dramáticos não podem mais entender-se como expressões de um fiel da Igreja de Roma. Isto, se houver alguma honestidade nos intérpretes da literatura camonista" (*Congeminações de um Neopitagórico*, Zéfiro, p. 109).

Reentramos no domínio da *História Secreta*, onde António Telmo deduz a sua teoria dos ciclos históricos ao arrepio do que René Guénon havia ensinado em *Autorité Spirituelle e Pouvoir Temporel*. Com efeito, se na lição do francês o início da decadência se opera, em termos de revolta e usurpação, pela emergência da casta guerreira (*Kshatriyas*) em face da casta sacerdotal (*Brâhmanes*) – e a situação é tida por paradigmática –, já na visão de Telmo a realidade histórica portuguesa oferece inverso testemunho, visto que a nação irá atingir o seu apogeu no *ciclo dos reis*, para logo depois sofrer a degradação dum longo transe, que se abre com o *ciclo do clero* e culmina no *ciclo do povo*.

Se bem entendo António Telmo, há uma especificidade assinalável no caso luso. Entre nós, não se deu propriamente uma ruptura entre a autoridade espiritual e o poder temporal, pois se aceitarmos que, logo na raiz, Portugal constitui a expressão de um desígnio templário – e António Telmo, a par de António Quadros, deu passos determinantes nesse sentido – teremos de admitir que as duas funções correspondentes (a sacerdotal e a guerreira) hão-de estar reunidas na Coroa – pelo menos em certos períodos e considerada a primeira daquelas funções no seu sentido mais amplo. A esta luz, a mudança verificada no início do século XVI é sobretudo de ordem espiritual, e pressupõe uma inversão nos termos da relação hierárquica, a face exotérica sobrelevando, indevidamente, a face esotérica.

Claro está que semelhante leitura se distingue por assentar numa superior concepção da nação como substrato diacrónico da pátria, que é o ente espiritual mediador que a individualiza e identifica. Importa, por isso, ter aqui presente, por decisiva, a diversa valoração que a ideia de nação recebe nas obras dos dois autores que vimos confrontando.

Para René Guénon, a emergência das nações europeias é uma consequência da revolta da nobreza (de que o rei é o principal representante) contra o clero (de que o Pontífice constitui a suprema personificação). Na verdade, a afirmação das

António Telmo, Maio de 2010

nacionalidades é feita pelos detentores do poder temporal em detrimento da Cristandade e da superior unidade espiritual garantida pela autoridade papal.

Diversamente, assistimos na obra de António Telmo a uma ampla valorização das ideias, correlatas, de nação e de pátria – nas quais, aliás, se envolve de ordinário o estudo da obra de Luís de Camões[9] –, e isto a ponto de o filósofo não mostrar o menor rebuço quando, em entrevista concedida a uma publicação literária destinada ao grande público, se declara *nacionalista místico*[10].

Neste ponto, há um abismo que se abre para separar os dois autores[11]. René Guénon vê as nações como "unidades secundárias de ordem puramente política, quer dizer, de ordem temporal e não espiritual"[12], e inscreve o seu surgimento num período histórico em que Ocidente se desvia da Tradição, e que tem o seu início no século XIV. Segundo ajuíza o francês, "o ponto de partida desta ruptura foi marcado muito claramente pela destruição da Ordem do Templo" – e Guénon lembra, a propósito, que "esta constituía como que uma ligação entre o Oriente e o Ocidente, e que, no próprio Ocidente, ela era, pelo seu duplo carácter religioso e guerreiro, uma espécie de traço de união entre o espiritual e o temporal, se é que este duplo

9 Bastará que se leia, a este propósito, a reflexão constante nas derradeiras páginas do *Desembarque*, e bem assim as laudas exaltantes que fecham o "O Segredo d'*Os Lusíadas*".

10 Entrevista à revista *Ler*, conduzida por Francisco José Viegas, e reproduzida, na íntegra, em *Viagem a Granada*, Lisboa, Fundação Lusíada, 2005, pp. 66-76.

11 Daí que, por esta razão, como aliás por outras, se me afigure problemático, que não impossível, ou infrutífero, o diálogo entre as filosofias nacionais, como a filosofia portuguesa, e a chamada *escola perenialista*.

12 *Autorité Spirituelle et Pouvoir Temporel*, Paris, Guy Trédaniel - Éditions Véga, 1994, p. 87.

carácter não deve ser interpretado como o sinal de uma relação mais directa com a fonte comum dos dois poderes"[13].

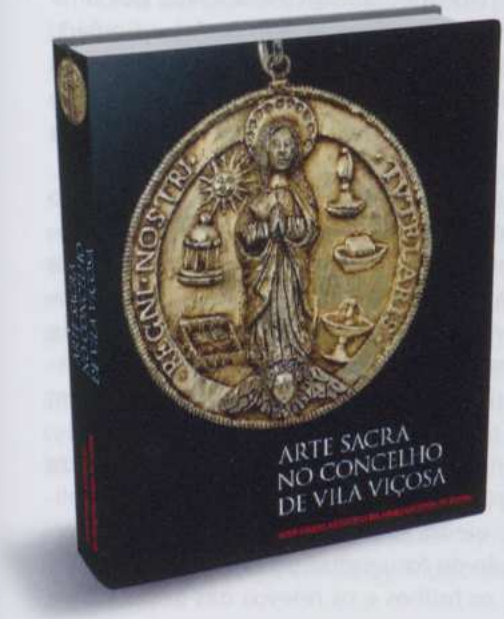
Por mais de uma vez, e em diferentes lugares da sua obra – um desses lugares é, aliás, o escrito sobre "A Identidade Religiosa de Luís de Camões" –, assinala António Telmo o estranho silêncio por René Guénon lançado sobre tudo aquilo que diga respeito a Portugal. Não cabe aqui ponderar as causas possíveis do sucedido. Importa, tão-somente, frisar a persistência actuante da tradição templária em terras de Portugal, graças à sábia perpetuação operada por D. Dinis com a criação da Ordem de Cristo. Desta última sairá a gesta imensa dos nossos Descobrimentos – a qual, de um certo ponto de vista, se identifica com a demanda do Preste João, e o mesmo será dizer: do Rei do Mundo, ou do centro espiritual supremo. Bem se compreende que assim seja, atento o lídimo ideal templário que, na intenção da fraternidade universal, a norteou e que, em última instância, e à margem das vicissitudes históricas, constitui propriamente, como projecto a cumprir *ab initio*, a essência espiritual da nação portuguesa, realidade que uma só palavra, hoje quase proscrita, permite significar: *Pátria* – a Pátria que Luís de Camões e António Telmo souberam, como poucos, conhecer, amar e servir, para maior glória de Deus.

13 *Idem*, p. 82.

NOTÍCIAS CULTURAIS

NOVAS EDIÇÕES: A ARTE SACRA NO CONCELHO DE VILA VIÇOSA

Licínio Rocha Cardoso Lampreia
Historiador



Como considerações iniciais convém sublinhar que, de forma discreta mas persistente, o projecto do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora prossegue inexoravelmente o seu caminho, como comprova a publicação do nono volume, desta vez dedicado em exclusivo à arte sacra do concelho de Vila Viçosa.

Registo, aliás, que o projecto do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora vem de 2002, o que confirma a sua persistência e o seu pioneirismo e evidencia a conexão com o compromisso e a missão institucional da Fundação Eugénio de Almeida no que concerne à preservação e requalificação do Património.

No âmbito deste projecto, uma iniciativa que devo relevar pelo seu carácter inovador e científico foi o lançamento do livro de *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa,* fruto de um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Viçosa e a Fundação Eugénio de Almeida.

Obviamente que esta notícia não é um resumo de todos os aspectos que povoaram este projecto editorial, nem de todos os antecedentes e motivações que estão subjacentes à apresentação desta publicação. É uma leitura necessariamente pessoal, em que sublinho algumas das muitas ideias relevantes que fizeram o sucesso desta iniciativa.

A Igreja de S. João Evangelista, cedidada pelo Padre Luís Manuel Cardoso Bairrada, Pároco da Fábrica da Igreja Paroquial de S. Bartolomeu, foi pequena para receber o numeroso público presente na Sessão de Apresentação do livro *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa*, editado no âmbito do projecto Inventário Artístico da

Arquidiocese de Évora, que teve lugar no dia 16 de Junho de 2010. Integraram a Mesa da Sessão de Apresentação, o Eng.º Luís Caldeirinha Roma, Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa; o Cónego Dr. Eduardo Pereira da Silva, Presidente da Fundação Eugénio de Almeida; o Padre Dr. Mário Tavares de Oliveira, Reitor do Seminário Menor de S. José e o Dr. Artur Goulart de Melo Borges, Coordenador Técnico-Científico do Inventário Artístico da Arquidiocese de Évora.

Para capa da publicação foi escolhida a *"medalha de formato circular, com moldura encordoada, e reverso centrado pela efígie de Nossa Senhora da Conceição"*[1], que foi mandada fazer pelo rei D. João IV.

Este livro resulta de uma investigação sistemática, exaustiva e minuciosa, durante oito meses, de objectos de inestimável valor histórico, artístico e religioso no concelho de Vila Viçosa, alicerçada no rigor metodológico e apoiada por uma equipa científica e interdisciplinar de referência, coordenada pelo Dr. Artur Goulart. Com um objectivo primordialmente analítico e não enciclopédico, esta obra apresenta apenas uma pequena parte do espólio inventariado no concelho de Vila Viçosa, onde foram catalogadas muitas centenas de peças, das quais foram escolhidas 50 para serem incluídas nesta publicação.

O inventário propriamente dito é precedido por algumas reflexões acerca do enquadramento e da pertinência do projecto de Inventário para a divulgação e interpretação das obras de arte sacra, da autoria do Cónego Dr. Eduardo Pereira da Silva e de D. José Francisco Sanches Alves, Arcebispo de Évora. A obra é, ainda, complementada com um texto de enquadramento, escrito pelo Pe. Dr. Mário Tavares de Oliveira, que traça um esboço histórico, através de um itinerário que percorre a história, a religião, a arte e a arquitectura, assim como outros aspectos que tornaram Vila Viçosa um caso singular no panorama religioso nacional.

A edição, acompanhada de tradução inglesa, a partir do texto original, elucida as características gerais das peças inventariadas, apresentando imagens exemplificativas de cada uma das espécimes. Com efeito, esta publicação é ainda extraordinariamente enriquecida com a reprodução de fotografias do Prof. Carlos Pombo Monteiro que ilustram fielmente as cores, os brilhos e os relevos das peças inventariadas.

O livro de *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa* é um estudo muito interessante, no sentido em que nos guia pelos meandros e pelo riquíssimo percurso da arte sacra no concelho de Vila Viçosa. Os textos que a obra agrupa são um documento essencial para conhecer mais profunda e cientificamente o património sacro calipolense e vêm preencher uma das maiores lacunas da historiografia local.

Sempre sob o signo da arte sacra do concelho de Vila Viçosa, a publicação estabelece uma forte ligação entre as peças inventariadas e o seu enquadramento histórico, tendo em conta as circunstâncias históricas da produção artística, a função social e religiosa da arte e o contexto da época. Estas informações são fundamentais para a compreensão do papel histórico e religioso que cada uma das espécimes representa no contexto em que se insere.

1 *Arte Sacra no Concelho de Vila Viçosa*, Fundação Eugénio de Almeida, 2010, p. 28.

A publicação desta obra permite acrescentar racionalidade, compreensão, clareza e rigor ao património religioso calipolense. Permite, também, dar solidez à resposta necessária para a sua divulgação, restauro e preservação, que tem nesta obra uma plataforma à altura dos desafios que este labor exige. Na verdade, quanto mais claros forem os processos de conhecimento e inventariação do património, melhor poderemos decidir e agir.

O potencial deste trabalho vai certamente permitir ao público em geral, a estudiosos e a instituições, cada qual com o seu nível de interesse, aceder a informação cientificamente organizada e sistematizada, mas também possibilitar o aprofundamento de conhecimentos histórico-documentais e artísticos sobre as peças incluídas neste estudo.

Uma das grandes novidades deste projecto reside na divulgação de um legado histórico, artístico e cultural inigualável, contribuindo para a emergência de novas rotas de promoção cultural e de atracção turística. Tudo se conjuga, pois, para que este riquíssimo património seja uma grande alavanca do futuro, se não já a do presente.

Todas estas razões atestam a grande importância científica deste trabalho e o seu contributo para a fundamentação e o conhecimento dos valores e do carácter excepcional do património histórico-artístico e religioso calipolense que é, sem dúvida, uma das marcas mais proeminentes da nossa identidade cultural, permitindo, deste modo, levantar o véu que, eventualmente, esconde a luminosidade de um passado inesquecível que este acervo encerra.

Uma evidência que surge com esta obra é que foi muito bem recebida e mereceu os maiores encómios de muitos participantes que acompanharam a sua apresentação, assim como de outras personalidades que deram também atenção à publicação.

O lançamento do livro contou ainda com a actuação do Quarteto Arabesco que interpretou música sacra dos séculos XVI a XX, temas que abarcaram os períodos da Renascença, Barroco, Clássico e Moderno.

D. CARLOS I, FOTÓGRAFO AMADOR

Licínio Rocha Cardoso Lampreia

Historiador

Sob o ponto de vista da análise histórica, é importante sublinhar que não basta abordar de forma isolada e descontextualizada a Exposição *D. Carlos I, Fotógrafo Amador,* mas sim perceber as diversas interacções e conhecer o contexto histórico em que ela se enquadra, numa relação dialéctica e indissociável em que as várias vertentes históricas, sociais e artísticas se constroem e estruturam mutuamente.

Não é o objectivo principal deste trabalho um elenco pormenorizado de aspectos, temas e problemáticas que estão subjacentes à obra artística de D. Carlos, tão fecunda nas múltiplas esferas em que se desdobrou. Partindo deste pressuposto inicial, o presente trabalho, longe de apresentar uma pretensão historiográfica, ambiciona, acima de tudo, proporcionar uma breve reminiscência sobre a fotografia de D. Carlos I, que sirva de mote e de ponto de partida para compreender os antecedentes, o enquadramento e as motivações que estão subjacentes à realização da exposição indicada em epígrafe. Por isso, do vasto leque de temas limitar-nos-emos a analisar o enquadramento histórico, assim como alguns aspectos mais representativos, mas necessariamente breves e limitados.

Na sociedade hodierna, o Paço Brigantino é, certamente, considerado pelos calipolenses, bem como pelos inúmeros turistas e visitantes que nos procuram, como a instituição mais importante da vila e também como o monumento que melhor identifica Vila Viçosa.

Neste espaço de características singulares, permanecem particularmente vivas as memórias do Rei D. Carlos I, o que comprova inequivocamente a intensa e a profunda ligação que este Monarca manteve com o Paço Ducal, bem visível nas longas temporadas que passava em Vila Viçosa e em cada pormenor do edifício e das suas valiosas colecções.

Seria ousadia pretender agora descobrir os dilatados horizontes de interesses históricos, culturais, artísticos e científicos de D. Carlos I que se manifestaram em vários domínios que vão da oceanografia até à pintura, passando pelo desenho e pela fotografia. O que podemos afirmar é que uma dimensão importante desta multiplicidade dos seus interesses artísticos tem a ver com a prática da fotografia, que representa uma vertente inseparável da sua inata vocação artística. Como prova desta asseveração está o Arquivo Fotográfico do Paço Ducal de Vila Viçosa

(AFPDVV), constituído por diversos álbuns de fotografias realizadas pelo Monarca, que só muito raramente foram expostas e que permanecem ignotas para a maioria dos investigadores.

Tudo denuncia, pois, um Rei com uma personalidade culta, seguramente, um viajeiro que conviveu com várias notoriedades e culturas do tempo que lhe permitiram aprofundar os seus conhecimentos. Mas, sobretudo, uma personalidade com um profundo gosto pela ciência e pela arte, que tanto cultivou, consentânea, aliás, com o ambiente que vivificava na casa de seus pais e avô, que lhe permitiram alcançar uma maturidade cultural, científica e artística muito sólida.

D. Carlos I encontrou na fotografia um meio privilegiado para expressar emoções, assinalar a descoberta pessoal das qualidades e particularidades da paisagem e dos costumes e revelar as observações quotidianas, registando de forma espontânea a impressão do momento.

O contacto directo com o espólio artístico de D. Carlos, imponente pela diversidade, qualidade e quantidade do seu conteúdo, proporciona múltiplas novidades e gratas surpresas. A sua obra fotográfica justifica uma avaliação dos seus méritos com o objectivo de entender o contributo e o lugar que lhe incumbe no contexto da história do seu tempo. Um trecho retirado da obra da Prof.ª Raquel Henriques da Silva coloca uma ênfase especial na necessidade de se estudar o espólio fotográfico de D. Carlos I, como aflora nestas linhas: *"Existem, no Paço Ducal de Vila Viçosa, diversos álbuns de fotografias por ele realizadas. De vez em quando, alguns investigadores têm utilizado uma ou outra (...), mas, na verdade, elas estão por inventariar, com rigorosos critérios de contexto, de descrição técnica e artística"*[1].

Chegamos agora, talvez com demasiadas dilações, ao objectivo nuclear deste pequeno trabalho: recordar a importância da exposição intitulada D. Carlos I, Fotógrafo Amador, que a Fundação da Casa de Bragança apresentou de Junho a Setembro de 2010, no Castelo de Vila Viçosa, abordando uma parte menos conhecida da produção artística de D. Carlos I (1863-1908).

Para esta mostra, da vasta colecção do AFPDVV, a Fundação da Casa de Bragança reuniu, pela primeira vez e de forma exaustiva, seis dezenas de obras, principalmente da autoria de D. Carlos I.

O âmbito temático da exposição foi organizado em quatro núcleos que a estruturaram, apesar de não surgirem espacialmente demarcados: *As mais antigas, as experiências e as ofertas*; *As fotografias para apoio à pintura*; *As reportagens*; *Uma família de fotógrafos*. Algumas revistas e jornais da época, assinados pelo Monarca, dois álbuns, um de D. Carlos e outro de D. Luís Filipe, e sobretudo "uma câmara de fotografia Thornton-Pickard", uma lanterna mágica e um estereoscópio, acrescentaram informação e contexto a este notável conjunto de fotografias.

Com incidência nacional e internacional, a mostra destacou a diversidade de perspectivas que coexistiram em Portugal nos últimos anos da Monarquia, muito bem representadas nesta exposição, e permitiu o confronto entre obras que vão de

1 Raquel Henriques da SILVA, *Vila Viçosa num álbum de desenho de el-rei D. Carlos*, *in* Monumentos N.º 27, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2007, p. 182.

1887, início do seu percurso artístico, até 1906, dois anos antes do seu assassinato, constituindo uma síntese perfeita de cerca de 20 anos de uma sistemática e permanente prática artística.

O significado histórico e antropológico dos motivos registados, atravessou áreas tão distintas como a paisagem, a arquitectura dos locais, as gentes e as marinhas que pontuam e sublinham aspectos da abordagem desenvolvida. São apresentadas várias cenas de costumes, numa atenção ao quotidiano que caracterizou a sua obra, com especial destaque para as touradas, as regatas e a sucessão de momentos do labor da pesca do atum. Frequentemente, sobrepõem-se registos de embarcações e paisagens marinhas, temas recorrentes da sua obra artística. Também os motivos sobre Vila Viçosa constituem uma presença inevitável.

Convém sublinhar que na obra de D. Carlos de Bragança existe uma certa complementariedade entre a pintura e a fotografía, visto que esta é utilizada, nalguns casos, como uma espécie de antecâmara da pintura, servindo *"de modelo ao quadro que surgirá mais tarde"*[2].

Enfim, D. Carlos I registou os instantes do quotidiano de um mundo em mutação, cujos temas abrangem diferentes motivos e sítios, por onde se fez a sua vida. Tratou-se, pois, de uma meritória iniciativa da Fundação da Casa de Bragança, não só pela elevada qualidade artística, mas, sobretudo, pelo seu significado histórico, cultural e antropológico, permitindo o conjunto de fotografias expostas o confronto com diferentes linguagens e novas perspectivas sobre a vida e as motivações da família Real.

Em síntese, resulta incontornável sublinhar que a exposição permitiu, por um lado, rememorar e projectar no presente os sinais e as marcas do ambiente histórico e cultural vivido nos últimos anos da Monarquia e, por outro, redimensionar e estender o olhar sobre a importante obra fotográfica de D. Carlos I.

2 Para uma visão acerca desta problemática ver o folheto da exposição, editado pela Fundação da Casa de Bragança.

Execução Gráfica

Colibri – Artes Gráficas
Apartado 42.001
1601-801 Lisboa
Telef. / Fax: (+ 351) 21 796 40 38
www. edi-colibri. pt
colibri@edi-colibri.pt

Quadro Vencedor do VI Prémio de Pintura
Henrique Pousão 2006

Autora:
Maria João Banha

Título do Quadro:
"Rosas"

Júri:
Joaquim Saial
Representante da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Carlos Aurélio
Representante da Assembleia Municipal de Vila Viçosa

João Miguel Pereira Correia Pais
Representante da Faculdade de Belas Artes de Lisboa

MUNICIPIO
VILA VIÇOSA

Vila Viçosa